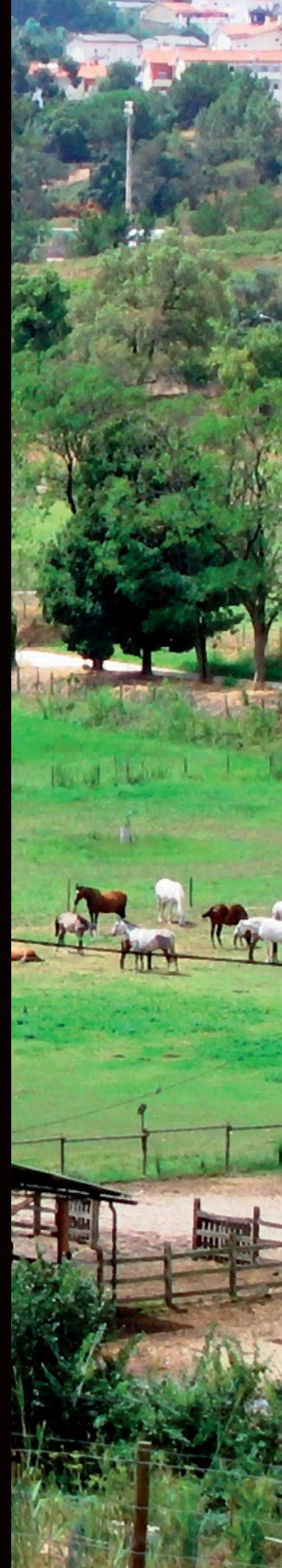


Lisboa
2009

Cultura, Inovação e Território: O Agroalimentar e o Rural
Luís Moreno, Maria Mercedes Sánchez, Orlando Simões (coord.)



Cultura, Inovação e Território *O Agroalimentar e o Rural*

Luís Moreno, Maria Mercedes Sánchez, Orlando Simões
(coord.)



Cultura, Inovação e Território:
o Agroalimentar e o Rural,
é o resultado de contributos apresentados ao
VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais,
que se realizou na Escola Superior Agrária de Coimbra,
em Outubro de 2008.

Aqui se reúnem textos em língua portuguesa e castelhana
que procuram dar conta de investigações recentes
sobre os desafios que se colocam ao mundo rural,
tendo como pano de fundo as agriculturas
e os territórios ibero-americanos.

Cultura, Inovação e Território
O Agroalimentar e o Rural

Coordenação

Luís **Moreno**
Maria Mercedes **Sánchez**
Orlando **Simões**

Edição:

Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER)

Lisboa, 2009

Ficha Técnica

TÍTULO

Cultura, Inovação e Território: o Agroalimentar e o Rural.

COORDENAÇÃO

Luís **Moreno**

Maria Mercedes **Sánchez**

Orlando **Simões**

EDIÇÃO

Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER)

CAPA

Orlando Simões

(fotografia da capa: Jorge Moreira)

IMPRESSÃO

www.tipbeiraalta.com

ISBN

978-972-96347-3-4

DEPÓSITO LEGAL

306488/10

TIRAGEM

750 exemplares

Lisboa, Dezembro 2009

EDITORIAL

Luís Moreno, Orlando Simões e Mercedes Sánchez

O Rural como ponto de partida

V

1. O RURAL: ESTRATÉGIA E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Eladio Arnalte Alegre; Fernando Oliveira Baptista

Producción agraria, gestión ambiental y transición rural. Tres dimensiones de la ‘cuestión rural’ en la península ibérica.

1

António Covas; Maria das Mercês Covas

A “agrocultura glocal”: os produtos “glocais” amigos do mundo rural

17

Artur Cristóvão; Manuel Luís Tibério

“Comprar Fresco, Comprar Local”: será que temos algo a aprender com a experiência americana?

27

Melchor Guzmán Guerrero; Encarnación Martínez; Rafael Echeverri; José Emilio Guerrero

Territorio y Universidad: simbiosis necesaria

35

José María García Álvarez-Coque; Joan Ramon Peris i Guanter; Teresa López-García Usach

Estrategias de formación y transferencia tecnológica para el sector agroalimentario y el mundo rural: la Red de Formadores Agrarios

43

Lourdes Viladomiu; Jordi Rosell

Los Programas de Desarrollo Rural (2007-2013) de la Unión Europea y sus enfoques alternativos

51

Juan Sebastián Castillo; Javier Castillo y Manuel Rodríguez

Priorización de Objetivos y Estrategias de Programas de Desarrollo Rural 2007-13. El caso de Castilla-La Mancha

63

2. O “RURAL-TERRITÓRIO”: ANÁLISE E GESTÃO; PROBLEMAS E MÉTODOS

Pablo Pavón Domínguez; Ana Cristina Gómez Muñoz

Pautas de implantación de signos de calidad territorial en Andalucía

75

Ernest Reig

Caracterización socioeconómica de áreas rurales mediante métodos no paramétricos: el caso de la zona Leader en la región valenciana

87

Maria Botey Fullat; Pedro Arias Martín

La caracterización de la estructura parcelaria de Castilla y León a través del análisis factorial múltiple

95

José L. Fernández-Cavada Labat, Sigfredo Ortuño Pérez; Angel Martín Fernández

Aplicación del análisis multivariante para determinar el cambio del modelo de gestión cinegética en España en el periodo 1975-2003

109

Ana Lavrador	
Percepção das regiões vinhateiras: o papel da paisagem	119
Sandra Valente; Elisabete Figueiredo	
Feridas abertas na terra: da degradação dos sítios mineiros à sua recriação patrimonial - o caso das Minas da Panasqueira	133
Maria Luísa Rodrigues; André Fonseca	
A valorização do geopatrimónio no desenvolvimento sustentável de áreas rurais	143
 3. VALORIZAÇÃO DO MEIO RURAL: PROCESSOS IBÉRICOS E SUL-AMERICANOS	
Yolanda García García, Rocio Blanco Gregory e José Antonio Pérez Rubio	
Valoración de formas de vida y de obtención de rentas en el medio rural de Extremadura (España)	157
Dora Sampaio	
Residência Secundária em áreas de baixa densidade do Algarve: entre os velhos paradigmas residenciais e os novos fluxos de mudança	165
Paula Lúcia Ruivo	
Atractividade dos territórios rurais - contributos de uma orientação estratégica de marketing	179
Paulo Carvalho; Juliana Correia	
Turismo, património(s) e desenvolvimento rural: a percepção local da mudança	187
Marcelino de Souza; Ivo Elesbão	
A introdução de uma inovação social entre agricultores familiares: o turismo rural em dois roteiros do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil	197
António César Ortega	
Café do Cerrado. Certificação de Origem e desenvolvimento territorial rural	205
Ana Paula Abou Lteif; Marcelo Miná Dias; Nora Beatriz Presno Amodeo	
Mediadores sociais e desenvolvimento rural: uma abordagem focada nas organizações não governamentais no Brasil	215
 4. ECONOMIA PLURAL E O AGROALIMENTAR	
Ramo Barrena e Mercedes Sánchez	
Adaptación de los alimentos con etiquetado de calidad regional al entorno globalizado	225
Isabel Dinis, Jorge Moreira; Orlando Simões	
Quanto estão os consumidores dispostos a pagar pela conservação de variedades tradicionais de macieiras?	235
Dena Maria Camarena; Ana Isabel Sanjuán	
El azafrán del Jiloca: la recuperación productiva y comercial de un cultivo tradicional	245

Almudena Gómez-Ramos	
Análisis del potencial de los bio-combustibles desarrollados a escala local como oportunidad para el desarrollo rural sostenible en Castilla y León	255
Francisco Sineiro García; Ibán Vázquez González; Roberto Lorenzana Fernández	
Enlaces territoriales y diversificación en explotaciones ganaderas gallegas	263
Silverio Alarcón; Ramón Alonso	
Caracterización económico-financiera de las empresas agroalimentarias. Un análisis comparado entre España y Portugal	275
Teresa García	
Estudio de la influencia que tienen los factores socioeconómicos en el gasto en alimentos de las personas mayores en España	287
 LISTA DE AUTORES	 297

EDITORIAL

O Rural como ponto de partida

Luís Moreno, Orlando Simões e Mercedes Sánchez

Esta obra reúne alguns dos contributos que fizeram parte do VII CIER¹, revistos e adaptados, procurando dar conta de várias investigações e desafios que se colocam ao meio rural em espaços ibero-americanos. Por ser de particular interesse para estudiosos com esta matriz geográfica, na prática pessoas com o português e o espanhol como línguas-mãe, de razoável entendimento mútuo, optámos por conservar os textos na sua forma original, ou seja, sem tradução.

O conteúdo corresponde a uma selecção que procura mostrar a diversidade de aspectos abrangidos por autores de proveniências muito variadas, mais em termos de áreas científicas e orientações analíticas do que de abrangência geográfica. A considerável dispersão temática funciona aqui como amostra ilustrativa dos tipos de participações nos eventos orientados para os “Estudos Rurais”, como são os CIER, traduzindo também as representações sobre o “Rural” e o que cabe no seu estudo (matérias controversas e longamente discutidas) por parte de investigadores em diferentes domínios da economia, gestão, geografia, sociologia e ciências agronómicas, entre outros.

Como se depreende da abrangência aqui representada, o domínio agroalimentar não deixa de se associar ao Rural, como um espaço de abordagens de carácter essencialmente funcionalista e tributário da relação Rural-Urbano.

Os contributos encontram-se divididos em quatro capítulos, correspondentes a quatro grandes áreas de abordagem. No primeiro capítulo – O rural: estratégia e programas de desenvolvimento – encontramos três grandes subtipos de incidência. No primeiro, três artigos trazem uma certa reflexão teórica sobre as condições do Rural, algumas tendências e propostas de mudança, em Espanha e em Portugal. No segundo, dois artigos consideram, de algum modo, o papel da Universidade na valorização do seu meio, seja territorial-rural ou económico-rural. No terceiro, dois trabalhos incidem em orientações de políticas públicas para o Desenvolvimento Rural, na Europa em geral e em Espanha em particular, no período 2007-2013.

A segunda área de abordagem – O “rural-território”: análise e gestão; problemas e métodos – corresponde a um conjunto de estudos que têm em comum a preocupação em contribuir para o conhecimento utilitarista dos espaços rurais e o apoio ao seu planeamento, ordenamento ou gestão. Aliás, cinco destes estudos mostram inclusivamente a aplicação metodológica de diferentes instrumentos analíticos orientados para o conhecimento

¹ VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais / Estudios Rurales – Cultura, Inovação e Território / Cultura, Innovación y Territorio. Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), Portugal, Outubro de 2008. O evento foi organizado, conjuntamente, pela Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), pela Asociación Española de Economía Agraria (AEEA), pela Escola Superior Agrária de Coimbra – CERNAS (Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade) e Universidade de Coimbra – CEG (Centro de Estudos Geográficos, agora Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - CEGOT).

discriminante de aspectos sociais, económicos e territoriais em consideráveis extensões do meio rural.

Na terceira área – Valorização do meio rural: processos ibéricos e sul-americanos – mostramos vários contributos sobre condições de enquadramento da qualificação de pessoas (individuais e colectivas) e de territórios rurais, mas também sobre os processos associados às mudanças, tanto em Espanha e Portugal como no Brasil. Contemplam-se mudanças sociais e económicas (com particular incidência nos sectores da agricultura e do turismo), mas também de ocupação e uso do território, assim como em termos de desenvolvimento local e rural.

Por fim, na quarta parte – Economia plural e o agroalimentar – encontramos principalmente trabalhos de análise económica e de uma certa avaliação ou comparação de produtos específicos no contexto dos mercados, reais e potenciais, com diferentes enquadramentos territoriais – matérias dos primeiros cinco artigos. Os dois últimos trabalhos não deixam de se centrar em análises económicas, mas agora de natureza distinta: um compara as empresas agroalimentares dos dois estados ibéricos, em termos económico-financeiros, enquanto outro analisa o consumo de alimentos pela população sénior espanhola.

Vejamos, com maior pormenor, cada um dos contributos mencionados...

1. O rural: estratégia e programas de desenvolvimento

Na primeira parte, o estudo de Eladio Arnalte e F. Oliveira Baptista efectua uma análise com incidência na forma como tem vindo a evoluir a relação entre produção agrícola e o espaço rural nos países ibéricos. Trata-se de uma perspectiva centrada na economia política da agricultura e dos espaços rurais, no contexto dos países mais desenvolvidos que beneficiam da PAC e em que se tornou pretérita a ‘questão agrária’. Com o apoio de diferentes estudos e de fundamentação empírica centrada em Espanha e em Portugal, estes autores problematizam «a dinâmica recente e as inter-relações» entre as «três dimensões da ‘questão rural’»: a produção agrícola, a gestão ambiental dos espaços rurais e a dinâmica socioeconómica do meio rural. Mostram assim em que sentido e com que actores se tem vindo a realizar a «transição rural», com perdas da função agrícola, ganhos diferenciados de «actividades territoriais», incluindo uma controversa gestão ambiental dos espaços rurais, e transformações económicas que se ligam a uma «progressiva dissociação dos espaços e das sociedades rurais no que diz respeito à produção agrária». Entre os aspectos conclusivos, os autores confirmam uma perspectiva crítica do «modelo de desenvolvimento rural baseado na multifuncionalidade da agricultura», considerado mais desadequado a alguns países do norte da Europa do que à realidade ibérica, onde se faz ressaltar a limitada incidência das actividades de diversificação agro-rural, as quais tendem a beneficiar sobretudo os maiores proprietários, as maiores explorações e/ou empresas externas. Declaram portanto que, de uma forma geral e permitindo a validade de várias excepções, «a política de desenvolvimento rural não pode [não deveria] estar baseada na política agrária» e que «a protecção da agricultura por razões ‘rurais’» (privilégio sectorial e de alcance “cego”) «perde boa parte da sua justificação» nestes países do Sul.

O segundo texto, de António Covas e Maria das Mercês Covas, introduz-nos numa perspectiva de pensamento político e económico propositivo, na mesma linha de outros trabalhos do primeiro autor. Orienta-se no sentido de nos fazer ver o interesse estratégico da “agrocultura glocal” – «uma nova cultura rural pós-agrícola ou pós-convencional» que «está a chegar por vias muito diversas» – em vez de nos debatermos apenas com a agricultura, «apenas uma face do problema agro-rural». O argumento passa pela concepção dos «produtos “glocals”», com simultânea responsabilidade global e local, e que representam o «novo mundo rural em formação». São vistos como matéria de compatibilização de tradição e inovação, «na base dos mercados de futuro»: resultam da (re)criação de valores, identidades, novas formas

de intensificação e de extensificação, em resposta a diferentes necessidades e desafios sociais, económicos, ambientais e territoriais.

No estudo de Artur Cristóvão e M. Luís Tibério, mostra-se que nos Estados Unidos da América, bem representado como o país da produção agrícola em grande escala, especializada, intensiva, dominada pelo complexo agro-industrial e a grande distribuição, e plenamente integrada no sistema alimentar global, tem também uma dimensão alternativa e de resistência interna. Corresponde a um movimento fragmentado, desigual e no envolvimento de distintos grupos étnicos e sociais, que junta motivações e interesses diferenciados. Um dos seus slogans mais representativos é “Buy Fresh, Buy Local”. Abordando também o caso português, os autores mostram iniciativas semelhantes, como as que visam reconstruir sistemas alimentares de proximidade, ligando produtores e consumidores, mas sublinham-se numerosas dificuldades e algumas pistas de investigação(-acção), não deixando de traduzir a utilidade de alguns ensinamentos do movimento americano e das suas diversas componentes.

O texto de Melchor Guzmán, E. Martínez, R. Echeverri e J. Emilio Guerrero incide a montante da problemática rural, situando-a no domínio do território carente de valorização por via das instituições universitárias, que deverão cooperar em rede, com particular referência para o espaço iberoamericano. Mostra-se que a universidade – centro de criação e mobilização de capitais (intelectual, simbólico, cultural, social...) – precisa de exercer compromissos institucionais e cívicos, no âmbito da sua responsabilidade social e que é também territorial. Para isso, releva-se o papel dos Conselhos Sociais, potenciadores da governança e da liderança para o desenvolvimento do meio envolvente, ou seja, para a aproximação relacional com este em termos de inovação, expansão das capacidades e coesão cultural e comunitária.

O artigo seguinte, de José M. Álvarez-Coque, Joan R. Peris e Teresa López-García não deixa de se prender com esta questão, mas mostra uma incidência mais focalizada e que extravasa o domínio meramente universitário, um dos meios de formação regulamentada mas insuficiente. Trata-se de combinar a melhoria das áreas de investigação e prospectiva com o reforço do sistema de formação e transferência no sector agroalimentar – através da Rede de Formadores Agrários, no âmbito de uma Fundação, a IVIFA – no sentido de dar respostas a fortes carências em meio rural, em particular na América do Sul (mas não só) e no contexto da crise alimentar.

Os autores Lourdes Viladomiu e Jordi Rosell fazem inicialmente uma descrição das principais mudanças de perspectiva com que se orientou o Desenvolvimento Rural (DR) a nível europeu, traduzindo-se nas três que hoje se projectam – a tradicional de modernização agrícola; a de diversificação das explorações agrícolas e do tecido produtivo local; a de conservação do meio e de melhoria da qualidade do ambiente – com tradução nos objectivos fundamentais para a ajuda comunitária ao DR em 2007-2013. Revêem depois, de forma crítica e com pormenor, a afectação de recursos face aos objectivos de DR nos diferentes países europeus. Numa terceira etapa apontam uma tipologia de programas, salientando as diferenças de enfoque nos mesmos países. As conclusões vão no sentido de delimitar em que condições cada eixo de desenvolvimento se mostra mais adequado e que tipo de actores económicos se encontram mais favorecidos em cada caso.

O último artigo deste ponto – de Juan S. Castillo; Javier Castillo y Manuel Rodriguez – também contempla uma análise da situação no período 2007-2013 mas diz respeito à definição dos objectivos e prioridades dos Programas de Desenvolvimento Comarcal (PDR) de Castilla - La Mancha, que têm como principal função estabelecer instrumentos de planeamento estratégico e de gestão sustentável do meio rural nas comarcas desta Comunidade Autónoma. Trata-se de um estudo que, utilizando a análise multicritério ANP

(Analytic Network Process), permitiu seleccionar e ordenar um conjunto de alternativas com base na avaliação do seu grau de satisfação de uma série de objetivos.

2. O “rural-território”: análise e gestão; problemas e métodos

Quanto aos trabalhos apresentados nesta segunda parte, o primeiro, de Pablo Pavón e Ana C. Gómez, explora analiticamente outros factores que contribuam para explicar a existência das indicações de qualidade territorial ou com referência de origem local (DOP, IGP, VQPRD, Denominações Geográficas, etc.) na Andaluzia, para além da tipicidade do produto ou a influência dos agentes de desenvolvimento. A partir destes outros factores analisados – produtividades da terra e do trabalho, carácter de zona com limitações específicas, coesão comarcal e articulação sectorial – os autores são levados a concluir que há uma maior propensão para a implantação das Indicações como resultado de estratégias de competitividade empresarial associada a tecidos industriais coesos do que como via de oportunidade para zonas pouco competitivas, salvo em casos extremos de especial protecção ambiental.

O segundo estudo, de Ernest Reig, incide numa aplicação metodológica da Análise Envolvente de Dados (DEA) – com recurso a uma amostra de 48 municípios pertencentes à Zona Leader da Comunidade Valenciana – no sentido de ilustrar a sua vantagem e adequação face à necessidade de caracterização socioeconómica de áreas rurais heterogéneas e de identificar o seu diferenciado potencial de desenvolvimento, tendo em vista facilitar a elaboração de políticas de desenvolvimento rural.

O trabalho seguinte, de Maria Botey e Pedro Arias, utiliza a Análise Factorial Múltipla como aplicação metodológica para facilitar a caracterização do parcelamento nas províncias da Comunidade Autónoma de Castela e Leão, onde em Espanha foi necessário encetar as primeiras medidas de emparcelamento. Daqui vem grande parte do interesse considerado em verificar a evolução do número de parcelas por estratos de superfície em distintos momentos, a fim de compreender as mudanças ocorridas.

Outra aplicação técnica, desta vez de análise multivariada, corresponde ao trabalho de José L. Fernández-Cavada, Sigfredo Ortuño e Angel Martín, que efectua uma análise económica do sector cinegético em Espanha entre 1975 e 2003, com base no uso de dados com elevado nível de agregação espacial. Para além de conclusões sobre mudanças de rendimento e de orientação nos tipos de caçadores e de caça, o estudo permite considerar também a ineficácia do modelo de gestão existente, a merecer medidas de alteração.

Num outro contributo, útil para o marketing, apoio à sensibilização ambiental, ordenamento e gestão do território, Ana Lavrador apresenta-nos os resultados de um estudo de percepção sobre cinco emblemáticas regiões demarcadas de Portugal, produtoras de vinhos. Com o grande objectivo de analisar valores, atitudes e comportamentos perante as paisagens e a sua gestão, e reconhecer a identidade de cada região distinguindo as marcas da paisagem (fortes, fracas e negativas), são utilizados inquéritos, tratados estatisticamente por Análise Factorial das Correspondências Múltiplas. Avalia-se ainda a importância da paisagem na promoção do vinho e divulgação turística.

Os dois últimos trabalhos desta parte têm em comum a preocupação por um determinado património em meio rural com expressão geomorfológica. No primeiro caso, Sandra Valente e Elisabete Figueiredo focam o resultado da acção antrópica com motivação económica e que hoje se traduz em minas abandonadas, analisando o caso das Minas da Panasqueira (de volfrâmio), na Beira Interior de Portugal. Assim, discutem a problemática do encerramento da exploração mineira e procuram avaliar as estratégias existentes para a recuperação do património, com benefícios diversos. No segundo caso, o texto de Maria Luísa Rodrigues e André Fonseca traz-nos um caso de aplicação dos estudos de Geografia Física na

identificação do chamado Geopatrimónio (Geodiversidade a preservar pelo valor patrimonial), recurso de crescente exploração turística (Geoturismo) mas sujeito a problemas de gestão.

3. Valorização do meio rural: processos ibéricos e sul-americanos

O primeiro contributo, neste ponto, refere-se ao resultado de uma investigação – de Yolanda García, Rocio Blanco e José A. Pérez Rubio – sobre as formas de vida e as actividades geradoras de rendimentos no meio rural da Extremadura. Com o recurso a dados oficiais e à aplicação de questionários a estudantes rurais e a maiores de 18 anos, verificou-se que as mudanças em meio rural possibilitaram novas e diferentes formas de obtenção de proventos, nem sempre relacionados com a actividade agrária, facilitando, de algum modo, a permanência da população e, sobretudo, dos jovens nas suas aldeias. No entanto, verificou-se também que, mesmo com uma valorização positiva no meio, os jovens não deixam de abandonar os núcleos rurais, procurando em meio urbano sobretudo formação e melhores oportunidades de aceder ao mercado de trabalho.

O artigo seguinte, de Dora Sampaio, incide no fenómeno da residência secundária, analisando e discutindo a sua tipologia em Áreas de Baixa Densidade do Algarve (ABDA). Recorrendo à análise intensiva de três aldeias em ABDA (na costa vicentina, junto ao Guadiana e na serra de Monchique), a autora investiga a relação entre a tipologia e os seus factores subjacentes (heranças, migrações internas e externas, turismo, etc.), permitindo também obter conclusões sobre as implicações futuras das dinâmicas residenciais neste tipo de territórios.

O terceiro estudo, de Paula Lúcia Ruivo, aborda a relação entre a atractividade dos territórios, as suas amenidades e o marketing territorial, tendo como estudo de caso o território da albufeira da Barragem de Castelo do Bode, não muito longe do centro geodésico de Portugal. As conclusões permitem defender a necessidade de criar uma visão integrada que favoreça o incremento da atractividade das ofertas territoriais, potencie a satisfação dos públicos-alvo e contribua para a construção e consolidação do posicionamento desejado (de modo participado por todos os actores), numa óptica de marketing territorial e de desenvolvimento local.

Apresenta-se de seguida o trabalho de Paulo Carvalho e Juliana Correia, correspondente a uma investigação centrada na percepção dos efeitos locais induzidos por programas públicos de base turística e patrimonial, com recurso a um caso de estudo: Piódão, uma aldeia emblemática da Cordilheira Central Portuguesa. Evidencia-se o afastamento da população residente em relação ao planeamento e execução das intervenções, pelo que as conclusões apontam para a necessidade de valorizar a participação activa dos residentes, na sua relação com os agentes de turistificação e patrimonialização.

Os três últimos estudos deste grupo traduzem olhares e processos de valorização do meio rural no Brasil. O de Marcelino de Souza e Ivo Elesbão descreve e analisa o processo de introdução do turismo rural entre agricultores familiares do município de Bento Gonçalves e da Zona Sul do município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Com base em entrevistas com técnicos, agentes externos e agricultores, bem como informação documental em diferentes suportes, identificam-se os actores (agricultores, empresários, técnicos, neo-rurais...) e as dinâmicas, em processos que se podem classificar como inovação social.

O artigo de Antonio Ortega analisa a experiência da estruturação produtiva territorial em meio rural organizada pelos cafeicultores do oeste do estado de Minas Gerais, no âmbito de um processo de desenvolvimento associativo. Desta forma, desde 1995 o Conselho das Associações dos Cafeicultores da região pôde passar a emitir a Certificação de Origem Café do Cerrado, tendo o Cerrado Mineiro se tornado a primeira região de origem demarcada do país,

em termos de produção de café, com inserção nos mercados nacional e global. No entanto, o processo (com a intensificação e as exigências estabelecidas pela certificação de origem) tem acarretado polarização social e desemprego rural.

Por fim, o trabalho de Ana Lteif, Marcelo Dias e Nora Amodeo traz-nos uma abordagem histórica que nos mostra a trajectória das entidades privadas de “ajuda” aos pobres e oprimidos (que inicialmente se diziam ao “serviço dos movimentos populares” e de “costas para o Estado”), até se transformarem nas que hoje se designam por organizações não-governamentais (ONG). Destacam-se sobretudo as ONG orientadas para o desenvolvimento rural, cuja mediação social implica propostas, projectos e influências diversas, no âmbito de processos de acção reflexiva, criação de oportunidades, resolução de conflitos e desenvolvimento participado.

4. Economia plural e o agroalimentar

Nesta parte, apresentamos alguns trabalhos que têm em comum a abordagem da apetência dos consumidores por produtos com características específicas, quer ligadas à origem, quer ao modo ou tecnologia de produção. No entanto, a metodologia e os recursos analíticos são diferentes. Temos inicialmente o estudo de Ramo Barrena e Mercedes Sánchez, que analisa, utilizando modelos de equações estruturais, o impacto da imagem de um produto e da região na aceitação final do consumidor de alimentos produzidos com base em origens ou métodos de produção específicos. O estudo realiza-se fora e dentro de regiões de produção espanholas e recorre a dois alimentos relevantes: espargos e azeite. Os resultados confirmam a importância de incluir nas estratégias comerciais elementos que potenciem a imagem positiva da região de produção.

No trabalho seguinte – baseado em inquéritos realizados num contexto de prova organoléptica de maçãs – Isabel Dinis, Jorge Moreira e Orlando Simões analisam o preço que os consumidores declaram estar dispostos a pagar por distintos exemplares de maçã, sendo esse preço decomposto e relacionado com diferentes atributos dessa fruta. Os resultados obtidos sugerem que os consumidores estão em regra dispostos a pagar mais pela fruta com características mais adequadas ao seu gosto pessoal, de variedades tradicionais, ameaçadas ou não de extinção, e produzidas em modo de produção biológico.

Outro estudo, agora de Dena Camarena e Ana Sanjuán, examina as tendências produtivas e de comércio externo do açafrão, com ênfase no caso do açafrão da Mancha e de Jiloca (região aragonesa), mas também estuda as características da oferta actual desta espécie no mercado urbano mais próximo da zona de produção de Jiloca, em termos geográficos e culturais. Complementarmente, analisa ainda a atitude do consumidor especializado face ao açafrão regional e a sua percepção sobre uma possível certificação D.O.P. deste produto.

Noutro tipo de incidência, Almudena Gómez-Ramos procura avaliar as potencialidades do sector dos cultivos energéticos e da produção de bio-combustíveis como instrumento de apoio ao meio rural de Castela e Leão, num contexto de incerteza. Nesse sentido, considera como premissa básica a coordenação das fases produtiva e transformadora, o que implica conhecer o perfil da exploração-tipo mais disposta a contratar com a indústria. Conclui-se a necessidade de desenvolver o sector agroenergético sob uma perspectiva de mobilização endógena e à escala local, que permita uma participação activa do produtor na cadeia, em linha com o enfoque da PAC para as políticas do segundo pilar.

O artigo de Francisco Sineiro, Ibán Vázquez e Roberto Lorenzana apresenta depois os resultados de uma investigação sobre as condições das explorações de base pecuária da Galiza, com recurso à aplicação de questionários em municípios representativos de uma zona de alta e de duas zonas de baixa produtividade agrícola. Mostra-se que as relações com a envolvente

territorial e a diversificação das explorações diferem segundo a sua orientação produtiva e a sua localização. Todavia, as principais conclusões são concordantes com as que derivam da análise de Eladio Arnalte e F. Oliveira Baptista neste volume, pois os autores observam que o grau de diversificação das actividades é escasso e muito inferior ao que lhe atribuem a maior parte dos esquemas teóricos de desenvolvimento rural, em especial em relação às mais referidas de transformação dos produtos, do turismo e do artesanato.

O trabalho de Silverio Alarcón e Ramón Alonso corresponde a um estudo sobre as características da informação contábil das empresas de alimentação, bebidas e tabaco de Espanha e Portugal no período 1991-2006. Após analisar a distinta composição das amostras quanto ao número e dimensões das empresas, aprofundam-se aspectos como a produtividade do trabalho, estrutura do activo, fontes de financiamento e conta de perdas e ganhos, bem como a sua evolução no período considerado. Os resultados mostram tendências comuns a ambos os países, embora também diferenças relacionadas com distintas realidades estruturais. Estas diferenças levam a (re)pensar, por exemplo, estratégias empresariais de aquisição de escala ou de cooperação entre pequenas e médias empresas para enfrentar gastos e investimentos em investigação e desenvolvimento.

Por fim, o estudo de Teresa García responde ao interesse económico e social das empresas por um segmento da população cada vez mais expressivo na Europa, em peso relativo e em capacidade de consumo, mas não de modo generalizado e uniforme – a população sénior. Assim, procura comprovar – através de uma análise de base empírica – se em Espanha se aplicam as principais determinantes das despesas com o consumo de alimentos por parte dos mais idosos, de acordo com as variáveis indicadas na literatura científica.

Nota final

No passado dia 13 de Dezembro de 2009 faleceu em Madrid um dos autores, o Professor Ramón Alonso Sebastián, Engenheiro Agrónomo e Catedrático de Economia da Empresa da Universidade Politécnica de Madrid. Tendo dedicado mais de trinta e cinco anos ao ensino universitário e à investigação, assegurou cadeiras de Economia Empresarial e de Valorização Agrária, beneficiando várias gerações da Escola de Engenheiros Agrónomos de Madrid e de diferentes unidades de ensino pós-graduado. Desde o início que partilhou também os seus conhecimentos fora das instituições académicas, formando gerentes de cooperativas, apoiando pequenos empresários para a melhoria da gestão das suas empresas, participando activamente na fusão de cooperativas, organizando viagens e eventos para partilhar experiências entre empresários, professores e alunos, etc.

Como investigador escreveu um grande número de artigos em revistas de reconhecido prestígio, assim como livros e monografias. Talvez o seu contributo mais importante tenha sido a orientação de mais de uma dezena de teses de doutoramento, pelas quais transmitiu as suas ideias e entusiasmo pela investigação a novas gerações de professores. Ainda assim, pôde ser redactor e director de revistas científicas nas áreas da Economia Agrária e Organização de Empresas. No ano de 2001 foi agraciado com a Ordem de Mérito Agrário concedida pelo Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação de Espanha.

A dedicação desta nota biográfica – como atenção do seu colega Silverio Alarcón, mas certamente reconhecida como justa e necessária por todos nós – pretende constituir uma pequena homenagem à sua pessoa, numa das últimas publicações para as quais contribuiu com o seu importante conhecimento.



1. O RURAL: ESTRATÉGIA E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Producción Agraria, Gestión Ambiental y Transición Rural. Tres dimensiones de la ‘cuestión rural’ en la Península Ibérica.

Eladio Arnalte Alegre
Fernando Oliveira Baptista

Introducción.

La ‘cuestión agraria’ ha cambiado radicalmente de formulación durante las últimas décadas en los países desarrollados y ha ido dando paso, progresivamente, al surgimiento de una ‘cuestión rural’. La formulación histórica de la ‘cuestión agraria’ estaba basada en el hecho de que la producción agraria era una función socialmente necesaria en estos países. El dominio del factor tierra, el más específico de esa producción, era asegurado por una estructura jurídica de propiedad y tenencia de ese medio de producción que se había configurado históricamente. El término ‘cuestión agraria’ hacía referencia a ese sistema de dominio sobre la tierra, así como al desarrollo y a la eficiencia del proceso productivo agrario.

Sin embargo, durante la segunda mitad del siglo XX la necesidad social de la producción agraria se fue reduciendo de forma sustancial en estos países. El desarrollo de la tecnología agraria contribuyó de forma decisiva a transformar la naturaleza del ‘problema agrario’ en los países desarrollados: de un problema de oferta (necesidad de producción) se pasó a un problema de insuficiencia de la demanda. Mientras tanto, aquella estructura jurídica de propiedad y tenencia de la tierra (titularidad de las explotaciones agrarias) en la que se apoyaba la función productiva se mantiene inalterada. Y también permanece la práctica política de la protección a ‘la agricultura’, la consideración (defendida lógicamente por los lobbies y organizaciones agrarias) de que tienen un derecho adquirido a la protección pública, heredado del periodo en el que la función de producción agraria era socialmente necesaria.

En los últimos años del siglo el denominado paradigma de la multifuncionalidad ha sido el principal argumento utilizado para defender la continuidad de aquella protección, protección que favorece especialmente a los detentores de derechos sobre la tierra como titulares de explotaciones agrarias. La protección se justifica, según este argumento, por la existencia de ‘otras funciones’ (no productivas) de la agricultura, la gestión del paisaje y del medio ambiente en los espacios rurales y el mantenimiento del tejido socioeconómico de los núcleos rurales, funciones para las que existe una demanda social en los países desarrollados.

Ese argumento se ha utilizado en formas y grados diversos. En el caso europeo se ha empleado para justificar los pagos específicos a servicios (principalmente ambientales) que se han introducido dentro del “segundo pilar” de la PAC. Pero también se ha utilizado para justificar de una forma general la protección a la agricultura, la que ofrece mediante ayudas directas o pago único el núcleo duro o “primer pilar” de la PAC.

Ahora bien, para respaldar esa protección general a la agricultura, el argumento de la multifuncionalidad se ha debido apoyar en un supuesto indefendible: la existencia de ‘producción conjunta’ de esos diversos outputs de la agricultura, es decir, que la producción agraria va en todos los casos acompañada de una gestión sostenible del medio ambiente rural o que contribuye, también automáticamente, al mantenimiento del medio rural. Aceptar esos

supuestos sería negar la existencia de fuertes impactos medioambientales negativos de algunas prácticas de producción agraria, o reconocer que contribuye de manera inequívoca al dinamismo económico y social del medio rural el aprovechamiento agrícola extensivo de una explotación cuyo titular reside a 300 kilómetros de distancia. Desde el ámbito académico hace tiempo que se rechazan esos supuestos de multifuncionalidad ‘per se’ de cualquier actividad agraria², pero ciertas posiciones sindicales los han mantenido hasta fechas recientes.

Aunque cuestionemos algunas lecturas del paradigma de la multifuncionalidad, es innegable que existen relaciones de naturaleza diversa entre esas tres dimensiones (la producción agraria, la gestión ambiental de los espacios rurales y la dinámica socioeconómica del medio rural) que configuran y determinan actualmente las relaciones de la sociedad con su territorio rural, constituyendo en definitiva el núcleo de lo que podemos denominar ‘cuestión rural’ en los países desarrollados.

El objetivo de este artículo es analizar, a partir de una serie de evidencias empíricas referidas a Portugal y a España, la dinámica reciente y las inter-relaciones entre esas tres dimensiones de la ‘cuestión rural’. En concreto, vamos a analizar cómo están evolucionando las relaciones entre la producción agraria y el espacio rural, cómo (y por quién) se está empezando a realizar una determinada gestión ambiental de esos espacios rurales y, por último, cuál está siendo la dinámica de transformación económica observable en las zonas rurales, precisando en particular las relaciones de esa dinámica con la actividad agraria. De la conclusión básica que se obtiene del análisis (la existencia de una progresiva disociación de los espacios y sociedades rurales respecto a la producción agraria, tanto en Portugal como en España) se derivan algunos corolarios políticos que recogemos en el último apartado del trabajo.

Antes de entrar en el análisis de esa serie de transformaciones, vamos a detenernos brevemente en algunas consideraciones sobre las implicaciones que la actual coyuntura de los mercados de productos agrarios puede tener sobre las tendencias observables en las zonas rurales de estos países. Al amparo de las fuertes alzas de los precios agrarios registradas en los mercados internacionales a partir de mediados de 2007, ha surgido un animado debate a nivel mundial y también europeo, tanto en foros académicos como políticos, dentro del cual algunas voces reivindican el carácter ‘estratégico’ de la agricultura para garantizar la alimentación de la población, también en los países desarrollados – volviendo pues a las posiciones de cincuenta años atrás³ – y reclaman una mayor protección para el sector.

La cuestión que planteamos es si esa coyuntura de precios, con el estímulo a la producción agraria que supone, y ese clima de opinión pueden llegar a revertir alguna de las tendencias observables en las zonas rurales europeas. Sin entrar a fondo en el debate sobre las razones que han desembocado en la actual situación de los mercados agrarios, cabe al menos advertir sobre el creciente consenso en señalar que existe un fuerte componente especulativo en las recientes alzas de varios precios agrícolas. Asimismo se aprecia (ver Graciano, 2008) un extraordinario paralelismo entre la actual coyuntura y la experimentada por los mercados agrarios en los años 70, ambas producidas en un contexto de exceso de liquidez financiera internacional y precedidas de fuertes alzas del precio del petróleo. Recordemos que aquella crisis se saldó con una espectacular caída de los precios agrarios a finales de los años 70 y

² Ver en Reig (2007) una revisión reciente de los conceptos económicos en los que se apoya la multifuncionalidad.

³ En medio de la euforia agrarista y productivista, un destacado dirigente sindical francés, Jean-Michel Lemétayer, presidente de la FNSEA, ha llegado a reclamar la “soberanía alimentaria” para Europa y la vuelta a “los fundamentos” de la PAC, es decir, a los planteamientos de esta política en los años 50 (ver sus declaraciones a raíz del comunicado de Mariann Fischer Boel sobre el ‘chequeo sanitario’ de la PAC, 20-11-2007, www.fnsea.fr/sites/).

primeros 80, precios que desde entonces se han mantenido ‘bajos’ (es decir, siguiendo su tendencia secular) durante más de dos décadas. Es cierto que algunos argumentos señalan la existencia de razones ‘estructurales’ detrás de la actual situación de los mercados (en particular, el incremento de la demanda alimentaria en los grandes países en desarrollo), pero tampoco hemos de minusvalorar la capacidad de respuesta de la oferta agraria a nivel mundial.

Estas consideraciones iniciales nos conducen, en resumen, a mostrarnos escépticos sobre la capacidad de esa situación de los mercados, aunque se prolongue algunos años⁴, para revertir de forma estable las tendencias de fondo consolidadas durante los últimos decenios en las zonas rurales de los dos países ibéricos.

1. La producción agraria y su relación con el espacio.

La producción agraria está experimentando un continuado proceso de concentración empresarial, acelerado tanto en España como en Portugal durante la última década del siglo XX. Es el proceso que denominamos ajuste estructural en agricultura, materializado en la continuada disminución del número de explotaciones agrarias y el incremento de la dimensión de las que se mantienen en el sector. Ese ajuste estructural a nivel ‘macro’, del conjunto de este sector productivo, es el resultado de los procesos microeconómicos de ‘ajuste’ que se ven forzadas a realizar las explotaciones para adaptarse a las condiciones de los mercados agrarios y a la evolución tecnológica, así como a las modificaciones que introducen las políticas agrarias en ese contexto. El proceso también viene condicionado por las características y las estrategias de las familias titulares de muchas de esas explotaciones.

La evolución de la estructura de las explotaciones agrarias españolas, que había mostrado cierta rigidez en las décadas precedentes, se aceleró durante los años 90. En España, entre los Censos Agrarios de 1989 y 1999 desaparecieron casi 500.000 explotaciones, un 22% del total, mientras su dimensión física (hectáreas de SAU) se incrementaba en un 36% y su dimensión económica se duplicaba. Ese proceso ha continuado en los primeros años del siglo XXI según señalan los datos de las Encuestas de Estructuras, que han registrado en 2003 y en 2005 una continuada caída del número de explotaciones, a un ritmo inferior al de la década anterior, y un paralelo incremento de su dimensión.

En Portugal el proceso también experimentó una aceleración en los años 90, con una disminución de 183.000 explotaciones (30% del total) entre los Censos de 1989 y 1999, aumentando un 39% la dimensión física de las que se mantienen en el sector. Los datos de la Encuesta de Estructuras de 2005 registran el mantenimiento de un fuerte ritmo de ajuste en los últimos años. La comparación con el Censo de 1999 (referidos los datos de ambas fuentes a universos comparables) señalan una reducción del 22% del número de explotaciones entre estas dos últimas fechas.

Ese proceso de concentración de las explotaciones agrarias está teniendo importantes efectos territoriales y, en particular, sobre el uso del suelo, que modifican las relaciones entre la producción agraria y el espacio rural. Algunos análisis han contemplado estos efectos, referidos a regiones o subsectores concretos. Así, por ejemplo, el intenso ajuste que han experimentado durante los últimos años las explotaciones bovinas en la Cornisa Cantábrica ha ido acompañado de una re-localización de la producción, especialmente de la producción lechera. El análisis municipal realizado a partir de los datos de los Censos Agrarios muestra que en un 20% de la superficie de la Cornisa (franja litoral de Asturias y de Cantabria, zonas

⁴ El reciente documento de Perspectivas sobre la situación de estos mercados elaborado por OCDE-FAO (2008) apunta hacia una reducción de los precios agrarios en un plazo breve, aunque prevé que en el horizonte de 2017 su nivel se mantendrá por encima del existente antes de la crisis.

central e interior de las provincias de Coruña y Lugo y nordeste de Pontevedra) está concentrado un 62% del ganado lechero, concentración que se incrementó en 15 puntos porcentuales entre 1982 y 1999, mientras que en un 62% del territorio de la Cornisa la producción láctea ha desaparecido o mantiene densidades mínimas (menos de 15 vacas por kilómetro cuadrado). La producción de carne de bovino presenta una menor concentración en el territorio, aunque también tiende a desaparecer de la mitad sur de Galicia (Sineiro et al., 2006).

El análisis del proceso de ajuste en el conjunto de la agricultura española en la década de los 90, ajuste que se produjo con una SAU total en ligero incremento según los datos del Censo, ponía de manifiesto cómo las “explotaciones en crecimiento” estaban absorbiendo y movilizandolas superficies liberadas por las explotaciones que desaparecen, movilización más efectiva en este periodo que en las décadas precedentes (López Iglesias, 2003). Ese mismo análisis, al contemplar la evolución de las superficies agrícolas por tipo de aprovechamientos, señalaba cómo las expansiones más significativas se habían producido en las superficies dedicadas a pastos, olivar y cultivos herbáceos, todas ellas muy condicionadas por las formas de protección que la PAC introduce en esas producciones.

En el caso de las superficies de pastos, con un crecimiento muy importante en particular en zonas de montaña donde la desaparición de explotaciones ha sido intensa⁵, cabe la duda de si su expansión obedece a una verdadera utilización productiva de esas superficies por parte de explotaciones ganaderas, o bien si, por el contrario, se trata de una asignación formal de esas superficies a las explotaciones que así reducen sus índices de carga ganadera, permitiéndoles cobrar determinadas primas reservadas a la ganadería extensiva. La expansión de la superficie de olivar sí que responde a un verdadero aprovechamiento productivo (recordemos que la PAC protegía este sector mediante primas a la producción), pero en los cultivos herbáceos, protegidos mediante ayudas directas por hectárea, la puesta en cultivo o el mantenimiento del mismo en algunas superficies de baja productividad también ha podido estar guiada por el objetivo de cobrar la subvención.

Todos estos casos muestran, en definitiva, cómo esa aparente movilización de superficies y su mantenimiento con una función de producción agraria ha sido directamente promovida por las políticas agrarias que, en esos casos, han evitado que determinados espacios “hayan dejado de ser agrarios”. Pero también ponen de manifiesto la inestabilidad de esa relación producción agraria – espacio, relación que puede romperse ante cualquier desprotección de un sector o bien puede debilitarse progresivamente como consecuencia del desacoplamiento de las ayudas directas (Arnalte y Ortiz, 2006), aunque el ritmo de esos procesos pueda ser condicionado por la evolución de los precios agrarios.

Otro tipo de datos macroeconómicos también dan cuenta de la considerable desvinculación entre la producción agraria española y un importante volumen de superficies que siguen siendo consideradas agrícolas. La cuantificación de las superficies ocupadas y de la contribución a la Producción de la Rama Agraria a precios básicos (PRA) de los distintos subsectores agrícolas y ganaderos, con datos para 2001, muestran cómo el conjunto de las producciones que recibían ayudas directas de la PAC ocupaban en esa fecha un 74% de la SAU española, mientras que solamente aportaban un 35% de la PRA total. Como la contabilización a precios básicos incluye las ayudas directas, si descontamos esas ayudas, la contribución de ese conjunto de subsectores a la producción agraria española (neta de subvenciones) queda reducida a un 25%⁶.

⁵ Ver Moreno y Ortiz (2003) para el caso de Castilla y León.

⁶ Ver Cuadro 3 en Arnalte, Moreno y Ortiz, 2003. Los principales subsectores protegidos mediante ayudas directas de la PAC eran cereales, cultivos industriales, cultivos forrajeros, aceite de oliva,

Para la agricultura portuguesa disponemos de una estimación más detallada que profundiza sobre la función que desempeñan las superficies incluidas en la SAU de las explotaciones agrarias, analizando en particular si mantienen o no una función de producción articulada con el mercado. La estimación está basada en la cuantificación de la protección vía ayudas directas y vía sostenimiento de precios que reciben las distintas producciones agrícolas y ganaderas, así como en la incidencia de esas distintas formas de protección sobre el RLT de las explotaciones⁷. Aplicado ese cálculo a las superficies de las explotaciones agrarias en el conjunto del Portugal continental, según los datos del *Recensamento Geral da Agricultura* de 1999, se puede concluir que un 45% de la SAU portuguesa está escasamente articulada con el mercado. Esa superficie corresponde a las explotaciones en las que las “Ayudas totales” (Ayudas directas más sostenimiento de precios) representan más del 50% de su RLT y, además, el peso de las ayudas directas en las “ayudas totales” supera, a su vez, el 50% (Baptista, 2003)⁸. Parece posible afirmar, a partir de esas cuantificaciones, que en ese elevado porcentaje de la SAU portuguesa, la tierra y su cultivo son utilizados, más que con una estrategia productiva, como una base legal para captar subsidios públicos.

Esta serie de estimaciones y apreciaciones muestran, en resumen, cómo en una parte importante de los espacios rurales de estos países se está modificando su relación con la producción agraria. Ni contribuyen de forma sustancial a esa producción, ni es una estrategia productiva la que orienta las decisiones de los titulares de las explotaciones agrarias en las que están incluidas esas superficies⁹.

Ante esa situación, ¿cuáles son las funciones (y destinos) que se vislumbran para esas superficies? Podemos identificar algunos de ellos.

Algunas superficies pueden, simplemente, dejar de ser agrarias y pasar a ser ocupadas por otros usos. Es el caso, por ejemplo, de algunas zonas del litoral mediterráneo español. Las áreas de cultivo cítrícola, afectadas durante los últimos años por una típica crisis de mercado, con precios muy bajos de una producción no protegida por la PAC, han sido abandonadas en un porcentaje apreciable (sobre todo parcelas pequeñas, tan abundantes en esa zona), mientras sus propietarios esperaban su conversión en suelo urbano ante la fuerte y descontrolada presión inmobiliaria que se ha registrado en la región. El actual frenazo de la actividad inmobiliaria puede suponer, simplemente, una pausa en ese proceso.

Fuera de esas áreas concretas, una parte de las superficies que están perdiendo progresivamente su función productiva agrícola pueden constituir la base de lo que denominamos ‘actividades territoriales’. Se trata de los intentos de aprovechar la función del espacio rural como espacio de ocio, con actividades de tipo turístico, deportivo o cinegético. Analizaremos más adelante (punto 4) el desarrollo que están teniendo estas actividades dentro de lo que denominamos transición rural en estos territorios.

Por último, esas superficies, sigan o no teniendo cierto nivel de aprovechamiento agrícola o siendo la base de otras actividades ‘productivas’, van a mantener una función ambiental, de conservación de la naturaleza y la biodiversidad en esos espacios rurales. Nos

ganadería bovina, ovina y caprina. Entre los no protegidos mediante ese sistema destacan frutas y hortalizas, vino y ganadería intensiva (porcino y aves).

⁷ “*Rendimento líquido total*” de las explotaciones, equivalente a las disponibilidades empresariales más las remuneraciones de los asalariados.

⁸ En el Anexo de ese trabajo se detalla la metodología utilizada en la estimación.

⁹ Ya nos referimos más arriba a la actual coyuntura de precios elevados en una serie de productos agrarios que podría conducir a la recuperación productiva de algunas superficies, pero no creemos que pueda provocar una modificación sustancial y estable de las tendencias observadas.

detendremos en el próximo epígrafe en algunas consideraciones sobre la gestión ambiental de esos territorios.

2. La gestión ambiental del espacio rural.

En el debate sobre la gestión ambiental de los espacios rurales y, más concretamente, de las superficies incluidas en las explotaciones agrarias, la cuestión central es quién realiza (o debe realizar) esos servicios ambientales sobre los que existe una contrastada demanda social. Desde los posicionamientos que aceptan los postulados de la multifuncionalidad se da por supuesto que esos servicios los deben realizar los agricultores, más o menos estimulados por los pagos de la política agroambiental.

Sin embargo, no existe un consenso general a este respecto. Perraud cita estas declaraciones de un responsable del Ministerio de Agricultura alemán en marzo de 2000: “Una empresa competente, con sede en Berlín, gestionaría más eficazmente y más barato el paisaje bávaro que los agricultores de Baviera” (2004: 379).

La aparición de agentes externos en la gestión del medio ambiente rural puede ser estimulada por el desacoplamiento de las ayudas directas aprobado en la reforma de la PAC de 2003. Un análisis prospectivo del comportamiento de las explotaciones cerealistas en la Tierra de Campos de Palencia tras la aplicación de esa reforma, señala que los resultados económicos de determinados tipos de explotaciones pueden inclinarlas a optar por el no cultivo y el recurso paralelo a empresas de servicios externas. Estas realizarían las “labores de la condicionalidad” (cumplimiento de los requisitos ambientales y de uso del suelo) exigidas para percibir el pago único desacoplado (Ortiz y Moreno, 2006)¹⁰.

Sin dejar de contemplar esa posible externalización de la gestión ambiental, cuando referimos el análisis a una gestión interna a las explotaciones agrarias también es importante considerar qué tipo de agricultores tienen más posibilidades de asumirla. Desde posiciones que apuestan por una liberalización de las políticas agrarias que favorezca la aceleración del proceso de ajuste estructural se señala, como una de las ventajas de esa aceleración, que “una agricultura reestructurada puede ser capaz de proporcionar el actual nivel de servicios ambientales (...) a más bajo coste” (Blandford y Hill, 2005: 23). Los análisis desde esas mismas posiciones que evalúan la Política Agrícola Común europea confían en que el importe de los pagos agroambientales introducidos en esa política se reduzcan, en la medida que los objetivos medioambientales puedan ser logrados a más bajo coste con menos pero más grandes explotaciones (Cahill y Hill, 2005: 222).

Evidentemente esos planteamientos chocan radicalmente con aquellos otros, en los que se apoya en cierta medida la filosofía de las políticas europeas, que consideran precisamente al agricultor familiar, no competitivo en la producción agrícola, el más adecuado para realizar esos servicios ambientales y ser, por tanto, remunerado por ellos.

Una cuestión clave para poder pronunciarse en ese debate es comprobar si se cumple o no el supuesto implícito en las posiciones liberales, es decir, si existen o no economías de escala en la gestión ambiental del espacio rural. Las evidencias empíricas a este respecto no son terminantes, pero algunos indicios apuntan las ventajas de las explotaciones de mayor dimensión para acceder a programas agroambientales que les proporcionan pagos por esos

¹⁰ El estudio identifica determinados tipos de explotaciones (en función de su dimensión, equipamiento y volumen de tierras arrendadas) que, con los niveles de precios de 2005, optarían por el no cultivo. Para estas explotaciones, los autores fijan en 80 hectáreas el umbral por debajo del cual los costes de realizar en las explotaciones las “labores de la condicionalidad” (costes directos más amortizaciones) superarían el coste de contratar esas tareas con empresas externas.

servicios. Burton y Walford (2005) así lo señalan para el Reino Unido y también es esa la conclusión de la revisión que hace Moreno (2004) sobre esa cuestión específica, si bien apunta que esas evidencias están fundamentalmente referidas al Reino Unido y otros países del norte de Europa¹¹.

En el debate debemos introducir también otro argumento que cuestiona en parte las tesis liberales. Un proceso de concentración de explotaciones supone la reducción del número de explotaciones capaces de ofertar esos servicios ambientales en un territorio determinado, evolucionando por tanto esa oferta de servicios hacia una estructura oligopólica. Como frecuentemente los bienes ambientales rurales a proteger tienen un carácter local (sea un determinado hábitat de aves afectado por las tareas de cultivo, o un paisaje agrícola tradicional concreto), el grado de concentración de la oferta de servicios puede ser muy elevado en determinadas situaciones. En consecuencia, las grandes explotaciones ejercerán un control del territorio que les permitirá exigir a la Administración un mayor precio (pagos agroambientales) por los bienes públicos que proporcionan. Lo que introduce, desde la óptica ambiental, importantes matices en la deseabilidad social del proceso de concentración de explotaciones.

Los argumentos que acabamos de enumerar son los que, a nuestro juicio, van a determinar cómo son provistos los servicios ambientales en el medio rural, es decir, cuál va a ser la configuración del ‘sector ambiental’ que produce esos bienes públicos. Pero la irrupción de la cuestión ambiental en las zonas rurales suscita también otras reflexiones de interés.

En la considerable porción de las superficies agrícolas en las que se está reduciendo su función productiva asistimos a un proceso de transición de ‘tierra agrícola’ a ‘propiedad ambiental’. En esas tierras se está modificando la forma en que son ejercidos los derechos de propiedad. Resulta ilustrativa a este respecto la comparación entre dos regiones portuguesas que están experimentando, ambas, un retroceso de la producción agrícola. Por un lado en la “terra fria trasmontana”, una región deprimida del noreste de Portugal, con despoblamiento y abandono de superficies agrícolas y una escasa incidencia de las ayudas directas, está teniendo lugar una flexibilización e informalización de los regímenes de tenencia y del acceso a la tierra, conduciendo a una cierta relajación del estatuto de propiedad (Rodrigues, 2000).

Por el contrario en los campos cerealistas del sur, en el Alentejo, la importancia y persistencia de los subsidios públicos a las explotaciones agrícolas (independientes de las cantidades producidas, éstas en retroceso) han consolidado la propiedad de la tierra y reforzado la posición de los propietarios. Además, la aparición de formas de “consumo de espacio” (actividades de ocio, turísticas, caza) está provocando alteraciones en la forma de ejercer aquellos derechos, proliferando los cerramientos y cercamientos de fincas para delimitar mejor esos espacios, ahora objeto de consumo.

Así pues, en este segundo tipo de regiones (abundantemente representadas también en España) la vieja estructura de propiedad y de tenencia de la tierra heredada de cuando tenía una función de producción agraria sigue siendo determinante. Por una parte constituye la base legal necesaria para seguir percibiendo subvenciones públicas bajo la forma de ayudas directas o ‘pago único’, hasta ahora pagadas sin apenas contrapartida de servicios ambientales realmente prestados, únicamente justificadas por la ‘automática’ prestación de esos servicios que invoca la teoría de la multifuncionalidad de la agricultura. Pero ese dominio y control del espacio que ejercen los “agricultores” (así se siguen autodenominando los propietarios de la

¹¹ Para España, los datos de la Encuesta de Estructuras de 2003 mostraban cómo las explotaciones acogidas a programas agroambientales (distintos de la agricultura ecológica) representaban un 2,3% del total, pero ese porcentaje se incrementaba al aumentar el tamaño de las explotaciones, alcanzando un 7,1% en las de más de 100 hectáreas de SAU.

tierra) les puede permitir también vender el consumo de ese espacio en un mercado privado de bienes y servicios rurales.

3. La transición rural.

La población que habita en los núcleos rurales había mantenido tradicionalmente una estrecha relación con el aprovechamiento de los espacios circundantes. Lógicamente la pérdida de función de producción agraria de una parte de esos espacios y su progresiva conversión de ‘tierras agrarias’ en ‘propiedad ambiental’ que hemos descrito, está afectando a esas relaciones de los territorios con la población y la sociedad rurales. Por otro lado, la tesis que aquí defendemos es que los elementos de dinamismo económico que están apareciendo, en algunos casos, en estas sociedades están ahondando precisamente la separación entre el rural (la población y la sociedad rurales) y su territorio.

En la literatura rural portuguesa estos temas ya han sido planteados, considerando la evolución de las relaciones entre la sociedad rural y su territorio, o las perspectivas que se plantean en las zonas rurales “después de la agricultura” (Baptista, 2003 y 2006). En España esta tesis está menos asentada, pero nos permitimos reproducir este párrafo de un trabajo de Camarero y Oliva sobre los territorios rurales que apunta claramente en esa dirección: “Menos visible pero igualmente relevante en este proceso de especialización difusa del territorio es la fractura que comienza a percibirse entre usos espaciales y asentamientos humanos, de forma que los usos territoriales progresivamente guardan cada vez menos relación con las actividades a que están dedicados sus pobladores” (Camarero y Oliva, 2004: 426).

Resumimos en este apartado algunos argumentos y evidencias empíricas que sustentan esta tesis. Diferenciamos el análisis para Portugal y para España, sobre todo porque las evidencias proceden de fuentes de distinta naturaleza. En Portugal su origen es una investigación, el Proyecto AGRO 62 “Las dinámicas socioeconómicas del espacio rural del continente portugués”, desarrollado entre 2002 y abril de 2006, que ha permitido realizar una radiografía del rural portugués a partir de información secundaria y primaria, obtenida ésta del estudio de *freguesias* representativas de los distintos tipos de rural diferenciables en el Portugal continental¹². Por el contrario en España, la información, más fragmentada, sólo nos permite apuntar algunos elementos de la transformación rural que está teniendo lugar.

La incipiente transición del rural portugués.

El punto de partida de la transformación que se apunta en buena parte del rural portugués es la progresiva disociación entre la población rural y la agricultura como actividad productiva. El peso de la ocupación agrícola entre la población activa residente en los núcleos rurales alcanza su máximo nivel (21%) en el “rural de baja densidad” (que cubre un 60% del territorio del Portugal continental) y porcentajes muy inferiores en los otros ‘rurales’. Pero las estimaciones de la renta generada en el territorio (valores añadidos brutos) por la agricultura y el sector forestal no superan en ningún caso el 15% del valor añadido total. Y para los

¹² Pendiente de publicarse el conjunto de los resultados del proyecto, algunas de sus conclusiones, principales resultados cuantitativos y elementos básicos de la metodología y definiciones utilizadas puede verse en ISA-INIAP-ANIMAR (2006). Los trabajos de Baptista (2006) y de Rolo (2006) sintetizan la información obtenida y desarrollan las principales líneas argumentales que derivan de los resultados del proyecto.

residentes en los núcleos rurales las rentas de origen agrario no superan el 20% del total en ninguna de las ocho *freguesias* analizadas exhaustivamente (Rolo, 2006).

Paralelamente, el rural portugués sigue perdiendo población. En el “rural de baja densidad”, tras el fuerte éxodo de las décadas anteriores, entre 1991 y 2001 la población se ha reducido un 17%. La cuantía de las pérdidas es mayor allí donde la actividad agrícola mantiene un mayor peso relativo¹³.

Esos indicadores cuantitativos del distanciamiento económico entre la agricultura y la población rural y del retroceso demográfico, se complementan con un claro indicador visual de la separación entre la población y su entorno agrario: Los incendios forestales que han asolado muchas zonas rurales portuguesas durante los últimos veranos dibujan un ‘paisaje del fuego’ que se corresponde con los campos que han dejado de ser aprovechados para la agricultura, la ganadería o las otras ocupaciones tradicionales de la población rural.

El rural portugués continúa mostrando rasgos de la sociedad rural tradicional. Todavía es familiar (la mayor parte de los residentes tienen familia en la localidad), de interconocimiento y de nacimiento (más de la mitad de la población reside en la *freguesia* donde nació, 70/80% cuando nos referimos al ‘rural de baja densidad’).

Pero también aparecen elementos de cambio. Residir en el rural es ahora atractivo para una gran parte de la población que allí vive. Los movimientos de la población se intensifican, los residentes en esos núcleos viajan con más frecuencia. Los que emigraron y trabajan en las ciudades renuevan sus casas y regresan en el verano, para Navidad y en muchos casos también los fines de semana.

También aparecen nuevos residentes. En ocasiones es población que mantiene ocupaciones urbanas y viaja diariamente al lugar de trabajo. Pero en otros casos son esos nuevos residentes los que promueven iniciativas empresariales en los núcleos rurales. Algunas de esas iniciativas están ligadas a pequeñas industrias o comercios orientados a mercados regionales o nacionales. En otros casos se trata de actividades relacionadas con las nuevas demandas urbanas, como el contacto con la naturaleza, la caza, actividades deportivas o formas diversas de turismo. Normalmente son agentes externos los que promueven estas actividades, aunque su desarrollo tiene cierta repercusión en los pequeños negocios locales.

Las observaciones recogidas a lo largo del rural portugués apuntan a que, en gran parte, las nuevas actividades territoriales ligadas al ‘consumo’ de espacio están funcionando al margen de los núcleos de población rurales y beneficiando, sobre todo, a los propietarios del espacio y de los patrimonios o edificios dispersos en su interior. Esto es válido para el aprovechamiento de la caza en el Alentejo o para iniciativas de turismo que están apareciendo en la región del Douro. Son en definitiva desarrollos que evidencian otros aspectos de la separación económica entre la sociedad rural y su territorio.

La percepción por la propia población rural de las dinámicas y cambios económicos que afectan a estas sociedades no es, sin embargo, nítida. El peso social de la agricultura sigue siendo elevado. Un alto porcentaje de residentes mantienen (ellos o sus familias) lazos con explotaciones agrarias (en torno a la mitad en el ‘rural de baja densidad’, algo menos en los otros ‘rurales’) lo que favorece una perspectiva agrícola de lo rural, sobrevalorando el peso real de la agricultura en estas economías. También las organizaciones agrícolas rechazan la idea del distanciamiento entre agricultura y rural, defendiendo así la tesis de que las subvenciones agrícolas contribuyen al fortalecimiento del medio rural.

¹³ Un análisis de correlación, a nivel de *concelho* para el conjunto del Portugal continental, entre las variaciones decenales de la población rural y el porcentaje de población activa agraria al final de cada decenio, confirma la significación estadística de esa relación para toda la segunda mitad del siglo XX

Algunos elementos de la transformación rural en España.

Los indicadores económicos también subrayan el avance de la desagrarización del rural español. En la última década del siglo XX el peso relativo de la ocupación en agricultura de la población que habita en núcleos rurales (municipios de menos de 10.000 habitantes) se ha reducido casi a la mitad, cayendo desde el 27% en el Censo de Población de 1991 hasta el 15% en el Censo de 2001. Ese porcentaje es algo más elevado en los núcleos más pequeños (pero alcanzando en todo caso niveles modestos, 20,8% en los municipios de menos de 2.000 habitantes) y en el interior español alejado de las áreas metropolitanas y de las vías de comunicación.

La caída de la ocupación agraria ha ido acompañada de un cierto retroceso, también en términos de peso relativo, de la ocupación industrial (de 23 a 21 por ciento), un ligero aumento del peso de la construcción (de 14 a 15 por ciento) y, sobre todo, de una considerable terciarización, pasando el peso de la población rural ocupada en los servicios del 36 al 49 por ciento a lo largo de la década.

Dentro del terciario un sector ‘estrella’, considerado en muchos ámbitos como esencial para un posible ‘renacimiento’ rural, es el turismo rural. Sus cifras permiten hablar de un sector consolidado. En 2003 el número de alojamientos alcanzó casi los 7.000 y el número de plazas 60.000, multiplicando por tres y por cuatro, respectivamente, las cifras correspondientes a 1994. El sector registra un índice de ocupación inferior al 20% y se estima que genera un total de aproximadamente 11.000 empleos, muchos de ellos familiares y estacionales (Alario, 2004).

Estas dinámicas económicas se corresponden con la dinámica demográfica. Tanto en la década de los 90 como en los primeros años de este siglo los saldos vegetativos del conjunto del rural español, que siguen siendo negativos, están siendo compensados con unos saldos migratorios positivos, lo que produce una estabilización de la población rural (Camarero, 2002; Camarero y Oliva, 2004). Los municipios de menos de 10.000 habitantes han mantenido prácticamente constante su población total entre 1991 y 2001 y la han incrementado ligeramente (1% en 4 años) entre esa fecha y 2005 (MAPA, 2006).

Ese aparente equilibrio de la población rural sigue ocultando, lógicamente, apreciables desequilibrios territoriales. Los mapas de municipios que ganan y pierden población elaborados por Molinero (2004) muestran claramente la progresiva extensión a lo largo de las vías de comunicación de las áreas ‘rurales metropolitanas’, no sólo en el entorno de las grandes ciudades, sino también en otras muchas de tamaño medio. Junto a ellas el litoral mediterráneo y suratlántico sigue registrando un crecimiento demográfico justificado por el atractivo residencial, que progresivamente alcanza a núcleos más alejados de la línea de costa. Por el contrario, los municipios que pierden población siguen ocupando buena parte de las llanuras y de las sierras interiores, con un nivel de pérdidas particularmente acusado en las áreas interiores del Cantábrico.

Interesa en particular analizar quiénes integran los flujos de llegada a los núcleos rurales. No son todavía muchos¹⁴, pero su dispersión en el territorio es apreciable, aunque en las zonas más deprimidas su entrada no llega a compensar las pérdidas vegetativas. Sobre todo cabe destacar la heterogeneidad de esa ‘nueva población rural’. Incluye empleados urbanos (ya no sólo jubilados) que buscan residencia en un rural periurbano cada vez más alejado, pero alcanzable diariamente gracias al desarrollo de las vías de comunicación. Trabajadores

¹⁴ Camarero y Oliva (2004) estiman que esos nuevos residentes están renovando la población rural (municipios menores de 10.000 habitantes) a un ritmo medio anual de 2%.

inmigrantes que llegan sobre todo a las áreas de agricultura intensiva, pero también a zonas interiores para trabajar en granjas de ganadería intensiva o integrando mayoritariamente las cuadrillas de trabajadores de la construcción. Y también neo-rurales que protagonizan buena parte de las iniciativas de empresas alternativas que responden a las nuevas demandas urbanas sobre el medio y el espacio rural.

Ese conjunto de dinámicas está provocando un cambio radical en la configuración de los mercados de trabajo rurales. Camarero (2006) señala que esos mercados ya no son locales y que los habitantes rurales “progresivamente y mayoritariamente son commuters”. Es la fuerte movilidad laboral (trabajo-residencia) de la población rural, muy superior a la que registra la población urbana y particularmente elevada en los estratos jóvenes y en las mujeres, uno de los rasgos que mejor definen los nuevos ‘paisajes sociales’ que se van construyendo en el medio rural español (Camarero y Oliva, 2004).

El resultado dibuja una imagen del rural muy distinto de aquel otro en que la población de los núcleos rurales desarrollaba su actividad productiva fundamentalmente en el espacio agrario circundante. La agricultura (o, más bien, el sistema agroalimentario) únicamente alcanza cierto peso en la economía y el empleo de las zonas rurales allí donde se ha llegado a consolidar un sector agroindustrial potente (Tió, 2005). Ese sector inició su desarrollo ligado a la agricultura local, pero sus relaciones actuales (de aprovisionamiento de materias primas o de mercado) superan ya frecuentemente el entorno espacial de las localizaciones agroindustriales y en muchos casos no suponen una verdadera articulación entre la población rural y su territorio.

4. Algunas conclusiones políticas del análisis.

Tras este recorrido por esos tres aspectos de la ‘cuestión rural’ en los dos países ibéricos, queremos concluir apuntando brevemente algunas conclusiones políticas que se deducen de forma inmediata del análisis.

La primera es una consecuencia de constatar la progresiva disociación entre la actividad agrícola y la economía y la sociedad rurales. Hay síntomas de cambio, de dinamismo económico en bastantes zonas rurales que no proceden ya de la agricultura. A la inversa, una agricultura dinámica puede convivir con el deterioro demográfico y físico de los núcleos rurales localizados en ese territorio¹⁵. Las consecuencias políticas son inmediatas. Por un lado, la política de desarrollo rural no puede estar basada en la política agraria y, por otro, la protección a la agricultura por razones ‘rurales’ pierde buena parte de su justificación.

Esta conclusión general, que admite desde luego lecturas más matizadas en algunas áreas concretas de los dos países¹⁶, choca frontalmente con la orientación de la política ‘agro-rural’ practicada en Europa durante los últimos tiempos y también con algunas posiciones académicas.

Un buen ejemplo de esas posiciones es la que mantiene la denominada Escuela de Wageningen. Estos autores rechazan explícitamente “la asunción de que el sector agrícola es incapaz de generar una renovación rural” (Van der Ploeg et al., 2000). Proponen un “modelo de desarrollo rural basado en la multifuncionalidad de la agricultura”, apoyado en las

¹⁵ Ver el análisis para la Tierra de Campos de Palencia en Ortiz y Moreno (2006) y Moreno y Muñoz (2006).

¹⁶ No se pueden negar los efectos ‘rurales’ a corto plazo que pueden tener algunas ‘desprotecciones’ agrarias. Un ejemplo puede ser los efectos de la reforma de la OCM del azúcar sobre algunas zonas castellano-leonesas productoras de remolacha (ver Moreno y Muñoz, 2006). Pero las estrategias de desarrollo futuro de esas zonas no pueden estar basadas en el mantenimiento de una protección difícilmente defendible.

conductas de explotaciones agrícolas (relativamente numerosas en algunos países del norte de Europa) que extienden (*broadening*) su actividad hacia aspectos medioambientales o rurales, o bien la profundizan (*deepening*), absorbiendo fases de la cadena agroalimentaria, con orientación hacia la calidad y el estrechamiento de vínculos con los consumidores. Por esa vía las explotaciones pueden hacer, según estos autores, “una importante contribución al empleo regional” (Van der Ploeg y Roep, 2003).

Aparte del carácter ‘voluntarista’ de estas propuestas que otros autores han puesto de manifiesto¹⁷, existen serias dudas sobre la potencialidad de ese modelo para alcanzar a una parte sustancial de la agricultura y del rural en países como España y Portugal. En España, los resultados cuantitativos que están empezando a ofrecer las Encuestas sobre la Estructura de las Explotaciones Agrarias señalan la escasa incidencia de las actividades de diversificación. Las explotaciones que realizan “actividades lucrativas no agrícolas” (denominación que incluye diversos ítems: turismo, artesanía, transformación de productos de la explotación, producción de energía renovable,.....) solamente representaban en 2005 un 3,3% del total de las explotaciones. Otro 1,5% de las explotaciones hacen, según esa misma fuente, agricultura ecológica. En Portugal, la incidencia de ese conjunto de actividades es aparentemente bastante más elevada, alcanzando a un 10,6% de las explotaciones en 2005, también según la Encuesta de Estructuras. Pero el análisis más detallado de los diversos tipos de actividades incluido en ese conjunto muestra que una gran mayoría de esas explotaciones portuguesas ‘diversificadas’ (un 86%) solamente transforman sus productos, actividad que posiblemente supone la continuación de prácticas tradicionales orientadas al autoconsumo y no una articulación con nuevos mercados¹⁸. Otra tipo de iniciativas no recogidas en esos datos, la orientación de las explotaciones hacia la calidad en diversos productos, puede estar implicando a un porcentaje de explotaciones algo más elevado en ambos países. En conjunto, aunque valoremos positivamente las políticas de estímulo de esa ‘vía’ de desarrollo de las explotaciones agrícolas, debemos reconocer que en estos países no puede constituir el elemento central de una política para el medio rural.

Una segunda línea de consecuencias políticas que se deriva del análisis planteado tiene que ver con el debatido tema de la equidad en la distribución de los apoyos y ayudas que proporciona la política agraria. Está difundida la idea de que una política agraria ‘más multifuncional’, orientada a primar y remunerar las funciones ambiental y rural de la agricultura, podría corregir la fuerte¹⁹ concentración de las ayudas y ‘pagos únicos’ que actualmente proporciona la PAC, modificándola a favor de pequeños agricultores y explotaciones familiares.

Sin embargo, las evidencias empíricas están cuestionando esa hipótesis. Observamos más arriba cómo se está configurando un sector ‘ambiental rural’, que va a realizar la gestión ambiental de los espacios rurales y ser remunerado por ello, fundamentalmente compuesto por grandes explotaciones y/o por empresas externas. Por otra parte, la distribución por estratos de dimensión de las explotaciones que realizan actividades de diversificación a las que

¹⁷ Buttel (2005) señala el carácter “fuertemente voluntarista” de la neo-chayanoviana Escuela de Wageningen, así como la creciente utilización de sus análisis por los autores interesados en los sistemas alimentarios locales.

¹⁸ Todos los datos, tanto para España como para Portugal, están referidos a explotaciones de dimensión económica igual o superior a una UDE, es decir, explotaciones con margen bruto igual o superior a 1.200 euros.

¹⁹ Las sucesivas reformas de la PAC no han logrado modificar sustancialmente esa concentración, concentración que los documentos previos a la reforma de 1992 describían señalando que un 20% de los agricultores se beneficiaban del 80% del gasto en protección a la agricultura europea.

acabamos de referirnos, muestra una incidencia claramente creciente de esas actividades a medida que aumenta el tamaño de las explotaciones²⁰.

Por tanto, más ‘multifuncionalidad’ de las explotaciones y de la política potenciándola no equivale a mayor equidad. Una hipotética reconversión de los ‘pagos únicos’ hacia ayudas agroambientales supondría, probablemente, una mayor concentración de las ayudas en menos y más grandes agricultores.

Una última consideración hace referencia a las consecuencias que la progresiva separación entre la agricultura y lo rural puede tener sobre la estructura de la Administración. Wolfer (1998) comentaba hace ya algunos años las transformaciones que a este respecto estaba experimentando la Administración francesa. Señalaba cómo el Comisariado General del Plan había disuelto su sector “Agricultura”, habiendo incluido la producción agrícola en el “Sector productivo”, mientras que los aspectos rurales habían pasado a integrar el sector de medio ambiente y ordenación del territorio. También “*l’aménagement rural*” (traducible como la ordenación del territorio rural) había abandonado ya el Ministerio de Agricultura, pasando momentáneamente por una efímera Secretaría de Estado de Desarrollo Rural.

Aparentemente, un cambio de sentido contrario es el que ha introducido la Comisión Europea en la configuración de los presupuestos comunitarios para el actual periodo de programación. La política agrícola se ‘oculta’ ahora dentro del *Heading 2*, “Conservación y gestión de los recursos naturales”. Es pronto para saber si la reciente integración de los Ministerios de Agricultura y de Medio Ambiente en España puede ser interpretada en el mismo sentido. En definitiva son manifestaciones de las tendencias y contradicciones dentro de las que se siguen moviendo los análisis y las políticas agrarias y rurales en estos países.

Bibliografía

- Alario, M. (2004): “El turismo rural en España”. En MAPA: *Atlas de la España Rural*, págs. 356-359.
- Arnalte, E., Moreno, O. y Ortiz, D. (2003): “L’agriculture espagnole dans la PAC: entre marché et régulation ». En Ceña et al. (dir) : *Les défis de la terre. L’agriculture en Espagne et en Tunisie face aux défis de la libéralisation*. Cères ed.-IRESA , págs. 49-63.
- Arnalte, E. y Ortiz, D. (2006): “Lectura comparada de los procesos de ajuste: Factores determinantes e incidencia de las políticas”. En Arnalte, E. (coord): *Políticas agrarias y ajuste estructural en la agricultura española*, MAPA, págs. 353-381.
- Baptista, F. (2003): “Um rural sem território”. En Portela, J. and Castro Caldas, J. (Eds.) *Portugal Chão*. Celta Editora, Oeiras. págs. 47-66.
- Baptista, F. (2006): “O rural depois da agricultura”. En Fonseca, M. L. (coord.): *Desenvolvimento e Território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, págs. 85-105.
- Blandford, D. y Hill, B. (2005): *Facilitating farm-level adjustment to the reform of trade and agricultural policies*. Trade Policy Issues Paper nº 4. International Agricultural Trade Research Consortium.
- Burton, R.J.F. y Walford, N. (2005): “Multiple succession and land division on family farms in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration?” *Journal of Rural Studies* 21: 335-347.

²⁰ Esa incidencia creciente aparece en todos los tipos de actividades (turismo, artesanía, ...) incluidos en la diversificación, con la excepción (tanto en España como en Portugal) de la “transformación de productos en la explotación”, más frecuente en las más pequeñas explotaciones.

- Buttel, F.H. (2005): Algunas reflexiones sobre la economía política agraria de fines del siglo XX. En Barbosa, J.S. y Neiman, G. (Compiladores): *Acerca de la Globalización en la Agricultura. Territorios, Empresas y Desarrollo Local en América Latina*. Ediciones Ciccus, Buenos Aires, págs.15-36.
- Cahill, C. y Hill, B. (2005): Policies Affecting Resource Adjustment in Agriculture in the European Union. En Blandford, D. y Hill, B. (Eds.) *Policy Reform and Adjustment in the Agricultural Sectors of Developed Countries*. CABI, Cambridge, Massachusetts. págs. 219-236.
- Camarero, L.A. (2002): "Pautas y tendencias demográficas del medio rural: la población rural en la última década del siglo XX". En Gómez Benito, C, y González, J.J. (coords.): *Agricultura y Sociedad en el cambio de siglo*, McGraw Hill – UNED, págs. 63-77.
- Camarero, L.A. (2007): "Mercados de trabajo rurales: Notas y reflexiones", *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, 211: 11-18.
- Camarero, L. y Oliva, J. (2004): "Los paisajes sociales de la ruralidad tardomoderna" En *Atlas de la España Rural*, MAPA, págs. 426-435.
- Graziano da Silva, J. (2008): "¿Qué hay de nuevo en la crisis de los alimentos?", *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, 218 (en prensa)
- ISA-INIAP-ANIMAR (2006): Proyecto AGRO 62. *As dinâmicas socioeconómicas do Espaço Rural do Continente*, Esquema da Apresentação, Seminário Final do Projecto, Oeiras.
- López Iglesias, E. (2003) Las estructuras agrarias en España. Análisis de sus Transformaciones en la década de los noventa. *Papeles de Economía Española*, 96: 26-27.
- MAPA (2006): *Hechos y cifras de la agricultura española*.
- Molinero, F. (2004): "Balance de población 1991-2001: la disparidad de resultados según el tipo de núcleos", *Atlas de la España Rural*, MAPA, págs.106-107.
- Moreno, O. (2004) Las lecturas del enfoque de la multifuncionalidad y su concreción práctica en la agricultura española: Una visión crítica. *V Congreso de la Asociación Española de Economía Agraria*. Santiago de Compostela.
- Moreno, O. y Muñoz, C. (2006): "Aspectos territoriales del proceso de ajuste en las llanuras cerealistas castellano-leonesas". En Arnalte, E. (coord): *Políticas agrarias y ajuste estructural en la agricultura española*, MAPA, págs. 129-155.
- Moreno, O. y Ortiz, D. (2003): "Procesos diferenciales de ajuste estructural en la agricultura castellano-leonesa", *V Coloquio Ibérico de Estudios Rurales*, Bragança.
- OECD-FAO (2008): *Agricultural Outlook 2008-2017* (www.agri-outlook.org)
- Perraud, D. (2004) Réformes et transition : l'étape de la multifonctionnalité agricole. En Delorme, H. (Dir.) *La politique agricole commune. Anatomie d'une transformation*. Presses de Sciences de Po. París. págs. 365-398.
- Ortiz, D. y Moreno, O. (2006): "Ajuste estructural en la agricultura herbácea de Castilla y León". En Arnalte, E. (coord): *Políticas agrarias y ajuste estructural en la agricultura española*, MAPA, págs. 93-127.
- Reig, E. (2007): "Fundamentos económicos de la multifuncionalidad", en Gómez-Limón, J.A. y Barreiro, J. (coords): *La multifuncionalidad de la agricultura en España*, MAPA-Eumedia, págs. 19-39.
- Rodrigues, O. (2000) *Utilização do Território e Propriedade Fundiária*. Tesis Doctoral. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- Rolo, J.C. (2006): *Rendimentos: terra e valores acrescentados das actividades agro-rurais – quantificações e dinâmicas espaciais*, Oeiras, Estação Agronómica Nacional, 327 págs.
- Sineiro, F., López Iglesias, E., Lorenzana, R. y Valdés, B. (2006): "El proceso de ajuste en la ganadería bovina de la Cornisa Cantábrica". En Arnalte, E. (coord): *Políticas agrarias y ajuste estructural en la agricultura española*, MAPA, págs. 261-289.

- Tió, C. (2005): Situación actual y perspectivas de desarrollo del mundo rural en España, Fundación Alternativas, Documento de trabajo 74/2005.
- Van der Ploeg, J.D. y Roep, D. (2003) Multifunctionality and rural development: the actual situation in Europe. En Van Huylenbroeck, G. and Durand, G. (Ed.) *Multifunctional Agriculture. A New Paradigm for European Agriculture and Rural Development*. Ashgate, Aldershot, págs. 37-53.
- Van der Ploeg, J.D., Renting, H., Brunori, G., Knickel, K., Mannion, J., Marsden, T., de Roest, K., Sevilla-Guzmán, E. y Ventura, F. (2000) Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. *Sociologia Ruralis*, 40(4) : 391-408.
- Wolfer, B. (1997) L'agriculture "hors" du rural? *Économie Rurale*, 238 : 38-43.

A “agrocultura glocal”: os produtos “glocais” amigos do mundo rural

**António Covas
Maria das Mercês Covas**

Introdução: a agrocultura, o mundo “glocal” em formação e os mercados de futuro

No mundo global em plena formação a agricultura é apenas uma face do problema agro-rural. A outra face da moeda é a agrocultura, isto é, a cultura da paisagem global em redor da agricultura, dos territórios primários e dos seus atributos mais essenciais. Os produtos “glocais” carregam esta dupla responsabilidade, a responsabilidade global e a responsabilidade local. Para o efeito, é imprescindível guardar e construir uma base ou uma reserva estratégica de alimentos e recursos naturais. Foi, seguramente, com esse objectivo que delimitámos uma RAN e uma REN e outras tantas áreas de paisagem protegida. Os produtos glocais são a dimensão biofísica e agroecológica destas reservas e áreas de paisagem. Eles são a representação por excelência do novo mundo rural em formação, mais aberto e cosmopolita mas, também, mais nostálgico e tradicionalista. Tudo leva a crer que serão produtos paradoxais, uma mistura de passado, presente e futuro, nos limites da tecnologia da cultura agro-alimentar. A vocação turística do país e a turistificação do mundo rural português aguardam ansiosamente por esta pequena revolução agrocultural. Os mercados de futuro também.

1. O mundo “glocal” e a reterritorialização dos espaços

No mundo que se globaliza, o princípio geral parece ser “tudo é móvel, tudo é reticulável, tudo é transacionável”. Tudo se passa num campo de forças composto por quatro entidades ou componentes: os mercados, as empresas, os territórios e as instituições. Este quadrado analítico foi fortemente perturbado no último quartel do século XX por factores bem conhecidos: a liberalização do comércio internacional, as migrações internacionais de mão-de-obra, as tecnologias da informação e da comunicação, a desmaterialização dos fluxos de capital, a emergência dos valores securitários. A estratégia dos agentes económicos é, também, bem conhecida e pode ser expressa por duas palavras da moda “downsizing” e “outsourcing”. Quer dizer, reduzir, tanto quanto possível, os custos fixos, ajustar tanto quanto necessário os custos variáveis.

As instituições e os territórios, que eram, até há pouco tempo, as variáveis exógenas do sistema político-económico, na exacta medida em que podiam determinar livremente os respectivos custos de contexto e formalidade, como atributos de soberania, passam a ser, elas também, variáveis endógenas do sistema pós-nacional e internacional.

Esta endogeneização das variáveis exógenas (territórios e instituições) é um facto, em si mesmo, muito perturbador por que significa que a política democrática doméstica não tem condições para assegurar o regular funcionamento das instituições nacionais, na exacta medida em que as autoridades legitimamente constituídas não têm o poder de impedir que o “Deus mercado” funcione livremente e imponha as suas regras “não-democráticas”.

Este facto é, ainda, um dado perturbador na medida em que fragiliza seriamente a relação de confiança entre eleitos e eleitores e levanta uma questão fundamental para o próximo futuro, a saber, a presença/ausência de reguladores acreditados que garantam a coesão social mínima dos territórios locais e regionais. Devido a esta fragilidade das instituições e dos reguladores, o processo de “glocalização” é um campo muito tenso entre forças centrípetas e forças centrífugas e onde o conflito pode emergir a qualquer momento. Com efeito, sabemos que as empresas ajustam de várias formas, desde as mais solitárias até às mais cooperativas, desde as mais inovadoras às mais conservadoras, sem esquecer as estratégias de recurso como a economia informal e o encerramento fraudulento.

Quanto aos territórios e as instituições não se trata, propriamente, de “fechar as portas”. Sabemos da nova gestão pública que é imperioso reduzir custos de contexto, de formalidade e de operação. Sabemos, também, que esta redução não se comporta da mesma forma conforme se trate de jurisdições de geometria fixa (autarquias) ou de geometria variável (associações). Seja como for, doravante, a vitalidade do processo de glocalização e a reterritorialização dos espaços devolutos dependerá muito da forma como as organizações de geometria variável, de todo o tipo, oriundas da “sociedade civil”, serão capazes de acolher as funções e competências anteriormente sedeadas no “centro institucional” e, progressivamente, contratualizar e empresarializar essas funções e competências em estrito benefício dos seus parceiros locais e regionais. Está em curso um processo paradigmático de glocalização assimétrica, isto é, o global corre muito mais velozmente do que o local, a desterritorialização muito mais depressa do que a reterritorialização, a deslocalização muito mais célere do que a relocalização. O estado da arte nesta matéria é muito complexo. Vejamos alguns problemas pendentes.

Em primeiro lugar, a polarização do debate actual em redor dos mundialistas e dos alter-mundialistas, um binómio simplista que coloca de um lado a “Macdonaldização” da sociedade e, do outro, a pulverização identitária, é um debate que se revela, quase sempre, inconsequente. Em segundo lugar, o aparelho de Estado não pode ser um terreno de luta onde os grupos constituídos repartem entre si os despojos do Estado-providência em prejuízo dos cidadãos não-alinhados ou clientelizados. Dito de outro modo, não podemos continuar a “exportar a nossa costumeira irresponsabilidade individual para dentro do orçamento geral do Estado”. Ou mudamos o nosso comportamento ou entraremos num círculo vicioso de que não sairemos tão cedo. O problema é que o corporativismo anda de mãos dadas com uma cidadania mal comportada.

Em terceiro lugar, a construção do “Estado em rede” e da “sociedade em rede”, sucessores do Estado-Providência e da sociedade corporativa, com base na matéria-prima da informação e do conhecimento, é uma tarefa de longo alcance que, em primeira análise, cava o fosso entre os grupos locais e os grupos globais.

Em quarto lugar, na era da informação e na sociedade informacional, o poder da identidade é tão importante como o poder da rede e esta combinação pode ser tão inovadora como surpreendente. Ter consciência da importância transcendental destes dois poderes não está ao alcance de todos. Por esta mesma razão, o movimento de glocalização é, também, um processo bastante traumático que atinge, indistintamente, grandes, médias e pequenas empresas, em territórios muito diversos e diferentemente dotados, que não souberam prevenir e antecipar, a tempo, os sinais de mudança. A microgeopolítica é, por isso, o território do “homem resiliente”, um homem de sucessivos recomeços perante a adversidade que o atinge e que compõe a sua vida a partir dos fragmentos da sua própria experiência, muito para além dos bens contextuais e institucionais de que, porventura, possa vir a beneficiar.

Em quinto lugar, uma das questões centrais do processo de globalização e, também, da reterritorialização do espaço, é a arbitragem entre o tempo curto e o tempo longo. É a graduação do tempo e, correlativamente a graduação das políticas públicas respectivas. Deste ponto de vista, estamos confrontados com, pelo menos, três lapsos de tempo: o tempo de prevenção e monitorização, o tempo de reacção e urgência e os diversos tempos de enarização. A arbitragem é tanto mais difícil quanto, no mesmo território, se sobrepõem um problema agudo e um problema crónico e as doses aplicadas pela política pública não foram bem doseadas para o efeito. A arbitragem intertemporal e interespaçial é, ainda, mais evidente quando nos encontramos num sistema de governação multi-níveis como é o da União Europeia, em que há níveis sucessivos e sobrepostos de política de concorrência e política regional, desde o plano local e multi-local até ao plano europeu e mesmo internacional (quadro da OMC). Donde imediatamente se retira que a microgeopolítica tem imensas dificuldades em lidar bem com estas arbitragens institucionais e temporais, ao mesmo tempo que um potencial enorme de cooperação se perde ingloriamente.

Finalmente, a acção local e multi-local precisa de uma retaguarda mínima, isto é, de um regulador regional acreditado. Já para não falar do regulador nacional e comunitário. Se, todavia, estes reguladores não forem capazes de providenciar regularidade e previsibilidade a separação entre o problema crónico e o problema agudo não será respeitada e a região passará a maior do seu tempo no “banco de urgência e nos cuidados intensivos” da política regional.

Do que dissemos anteriormente, é óbvio que não é indiferente a relação do regulador com uma jurisdição fixa (autarquia local) ou uma jurisdição variável (associações para fins específicos), na exacta medida em que a primeira é menos móvel do que a segunda e contribui com mais dificuldade para a resolução do problema em apreço. Com efeito, quanto mais a percentagem dos custos variáveis cresce em relação à dos custos fixos, mais uma jurisdição territorial interage positivamente com “o seu regulador” ou fica sob a sua alçada protectora. Este facto pode justificar a contratualização com associações de desenvolvimento local, a assinatura de contratos-programa com a administração central, a formação de parcerias público- privadas, a formalização de contratos de “outsourcing”, todas segundo o princípio de que importa mais o processo e o procedimento do que a estrutura, e os custos variáveis mais do que os custos fixos. Os reguladores respectivos, se forem competentes, tratarão de cuidar da bondade e qualidade dos novos prestadores de serviços.

Um dado parece claro, a endogeneização dos territórios e instituições é inelutável e quanto mais tarde acontecer mais difícil e mais onerosa será a reconversão dos actores envolvidos. No caso dos territórios municipais, por exemplo, trata-se de escolher entre uma transição brusca, que pode arrastar consigo a falência de algumas associações de desenvolvimento local mais municipalizadas, e uma transição progressiva, que abre a liberdade de criar um leque maior de opções à disposição dos interessados, inclusive a possibilidade de relações contratuais inovadoras entre a autarquia e a sociedade local. Um mundo de relações novas a descobrir.

2. A “agrocultura glocal”: os produtos “glocais” amigos do mundo rural

A “agrocultura glocal”, uma nova cultura rural pós-agrícola ou pós-convencional, está a chegar por vias muito diversas:

- novos valores sócio-culturais desencadeiam novas procuras e nichos de mercado;
- a frequência, intensidade, gravidade e visibilidade dos problemas ambientais faz surgir novos movimentos sociais e uma nova consciência ambiental que obriga as autoridades a agir;

- as actividades de recreio e lazer promovem a redescoberta dos territórios e as suas potencialidades, mesmo os mais longínquos;
- a investigação biotecnológica e agroecológica abre um novo leque de possibilidades para as zonas rurais mais desfavorecidas;
- os mecanismos regulatórios e regulamentares acabam, também, à sua maneira, por segmentar os mercados e abrir novas possibilidades;
- a chegada de novos actores por via de uma crescente economia residencial é uma oportunidade para captar novos empreendedores agro-rurais;
- as alterações climáticas e os novos mercados do carbono, da biodiversidade, da água, são uma fonte de oportunidades para os territórios primários e as zonas rurais mais desfavorecidas.

Os grandes princípios da ruralidade pós-agrícola também já são nossos conhecidos, podendo afirmar-se que é necessário:

- pensar global e agir local, ser glocal;
- aumentar a diversidade para reduzir a desigualdade;
- baixar a intensidade para melhorar a qualidade;
- produzir mais e melhor com menos recursos;
- reduzir, reciclar e reutilizar matérias-primas e recursos naturais;
- regular o fluxo para não delapidar o stock de recursos;
- reticular as iniciativas para aumentar a capilaridade do território;
- valorizar a identidade sem cair na moda identitária;
- valorizar as externalidades positivas e sancionar as negativas.

Neste contexto geral, vejamos, agora, algumas características dos produtos “glocais” amigos do mundo rural.

2.1. Os produtos de proximidade ou a importância da formação de uma economia local.

Os produtos locais são produtos de proximidade. A proximidade é um valor que é necessário redescobrir em termos de economia local ou, mais rigorosamente, de formação de um sistema produtivo local. Não se trata aqui de levar a efeito a autarcia económica local, mas, antes, de não desistir prematuramente apenas porque o território local não tem a dotação de factores que lhe permita produzir nas condições de preço do mercado mundial. Infelizmente, a investigação económica relegou para plano secundário, ou abandonou mesmo, o estudo sobre a microgeoeconomia dos sistemas produtivos locais. Sabemos que a formação de uma economia local aumenta a identificação dos cidadãos com o seu território e esta motivação territorial ajuda a criar capital produtivo, social e simbólico, cuja fragilidade, porém, nem sempre é entendida pelo quadro institucional, legal e fiscal em vigor. Isto é, criam-se custos de contexto absolutamente desproporcionados que acabam por empurrar as micro-iniciativas para a economia clandestina. Os produtos de proximidade deixam as mais-valias na economia local que são, em princípio, reinvestidas no fortalecimento dessa mesma economia. Os produtos locais certificam os sistemas produtivos locais e os lugares onde ocorrem.

2.2. Os produtos limpos e justos ou a importância da segurança alimentar e do comércio justo.

Os produtos locais são produtos limpos e justos. Limpos, não apenas porque devem ter baixa intensidade agroquímica mas limpos, também, porque devem ser produtos justos e fazer parte do comércio justo. No primeiro caso, estamos a privilegiar e a preferir produtos em modos de produção agroecológicos nas suas várias modalidades. No segundo caso, estamos a privilegiar

e a preferir produtos que não pratiquem a discriminação, seja por práticas de concorrência desleal e métodos abusivos e obscuros de “dumping” social, ambiental e fiscal ou, ainda, de apropriação indevida de mais-valias formada em circuitos longos e especulativos. Sabemos que a cultura económica dominante se rege, desde sempre, pelo princípio básico de privatizar o benefício e socializar o prejuízo. A teoria é simples: condicionar e influenciar a maioria silenciosa dos contribuintes e consumidores, apostando na sua baixa capacidade de organização e procurando convencê-los de que a socialização dos problemas sociais e ambientais tem um impacto “low cost” na estrutura fiscal. Nesta estratégia de condicionamento omite-se o essencial, a saber, que há outras opções em termos de organização do sistema económico, mais limpas e mais justas e de menor intensidade fiscal. É preciso, pois, dizer claramente que há uma relação directa entre produtos sujos e injustos e carga fiscal, ou seja, que as consequências ambientais e de saúde pública têm uma tradução pesada em termos de carga fiscal. Por isso, teremos de decidir se queremos uma economia curativa de elevada carga fiscal, porque socializa os prejuízos e privatiza os benefícios, ou uma economia preventiva de baixa carga fiscal, assente em produtos limpos e justos, sendo certo que esta opção não é indiferente do ponto de vista dos ganhadores e perdedores em termos de sociologia política interna. Os produtos locais certificam e asseguram uma baixa intensidade fiscal porque reduzem e contrariam a socialização dos prejuízos.

2.3. Os produtos autóctones ou a importância da conservação e biodiversidade.

Os produtos locais são, em primeira instância, produtos autóctones ou produtos que integram recursos endógenos com elevado valor acrescentado e que, por esse facto, são socialmente e comercialmente conhecidos e valorizados. Neste sentido, e para formar o sistema produtivo local, é imprescindível que a investigação económica e ecológica diga de que forma e com que intensidade devem os recursos genéticos e biológicos ser utilizados pela produção. A biodiversidade é, de certa forma, o derradeiro recurso de um território, porém, a conservação e a biodiversidade não se realizam em santuários ecológicos ou naturais. Ao contrário, é o sistema produtivo local, pela criação de agroecossistemas, por exemplo, que melhor protege esses recursos, tanto mais quanto a conservação e a biodiversidade são atributos que, de forma crescente, criam valor comercial aos produtos que respeitam e preservam esses valores. Recuperar as sementes perdidas, as tecnologias tradicionais e os saberes ancestrais, é criar identidade e motivação territorial para novas iniciativas. Assim se constrói, por pequenos passos, o sistema produtivo local, assim se respeitam os direitos de propriedade de uma região e, assim, também, se podem reinvestir as mais-valias geradas por estes recursos. Os produtos locais certificam a importância das actividades de conservação e biodiversidade como actividades imprescindíveis à produção e aos agroecossistemas.

2.4. Os produtos de baixa intensidade energética ou a importância da economia energética local.

Os produtos locais são produtos de baixa intensidade energética. A energia com base nos combustíveis fósseis é uma forma muito centralizada de energia, produzida em quase monopólio e cada vez mais cara. Mais uma vez, a investigação eco-energética deve providenciar informação pertinente sobre os vários sistemas combinados e descentralizados de microgeração, a sua viabilidade económica e a sua conexão com os recursos endógenos locais renováveis. No mesmo sentido, devemos perguntarmo-nos qual o papel dos recursos agro-florestais no desenho da economia energética local em particular e no sistema produtivo local em geral, de modo a promover a complementaridade e a integração das utilizações e evitar

conflitos de usos dos solos e dos recursos. Os produtos locais são produtos certificados por adoptarem processos de transformação de baixa intensidade energética.

2.5. Os produtos de baixa intensidade hídrica ou a importância da economia da água.

Os produtos locais são produtos de baixa intensidade hídrica. A água é um recurso escasso com um custo de exploração crescente, por isso, é imprescindível reduzir o peso relativo deste factor na estrutura de custos da empresa agroflorestal e alimentar. Os objectivos a atingir são a poupança, a eficiência, a reciclagem e a recolha de águas pluviais. Os produtos locais requerem circuitos curtos de distribuição de água e são produtos certificados por adoptarem processos de transformação de baixa intensidade hídrica.

2.6. Os produtos de baixo índice de mobilização ou a importância de uma boa regeneração do solo agrícola.

Os produtos locais são produtos de baixo índice de mobilização do solo agrícola. Não se trata apenas de reduzir os índices e os custos de mecanização mas, também, de converter a agricultura convencional aos métodos agroecológicos de mobilização mínima e sementeira directa tendo em vista reduzir a exposição do solo aos factores agressivos de erosão de diversa natureza. Estamos perante um corolário lógico do princípio de sustentabilidade dos recursos naturais do solo, suporte da vida por onde circulam os materiais e nutrientes necessários ao crescimento dos agroecossistemas. Os produtos locais são produtos certificados por adoptarem processos produtivos de baixa intensidade de mobilização do solo.

2.7. Os produtos de ciclo fechado ou a importância de uma boa gestão de internalidades.

Os produtos locais são produtos de ciclo fechado, isto é, os seus resíduos são considerados “internalidades” do processo de transformação e incorporados no sistema produtivo corrente. Este sistema produtivo tem uma dimensão estratégica da maior importância, uma vez que o “ciclo fechado” obriga a reconsiderar as opções tecnológicas realizadas, no sentido de uma maior proximidade com o funcionamento dos sistemas naturais do ecossistema onde se localiza. Não obstante o paradoxo aparente, do “ciclo fechado” faz também parte a produção de externalidades positivas sobre a economia local e a qualidade de vida das comunidades respectivas. Os produtos locais são produtos certificados por adoptarem processos de transformação de ciclo fechado sem resíduos.

2.8. Os produtos amigos da paisagem ou a importância de uma boa gestão do mosaico paisagístico.

Os produtos locais são produtos que realizam uma gestão global da paisagem, isto é, são paisagens globais. Quanto maior a variedade dos elementos que constituem a paisagem maior o número de funcionalidades e ligações do mosaico paisagístico e maior o grau de auto-suficiência dos agroecossistemas respectivos. A paisagem é uma internalidade do processo produtivo mas deve ser devolvida à origem sob a forma de uma externalidade positiva, isto é, como paisagem de valor acrescentado. Os produtos locais são produtos certificados paisagisticamente por adoptarem processos de transformação que atestam as boas práticas de gestão do mosaico paisagístico.

2.9. Os produtos com intensidade de rede ou a importância da formação do capital social.

Os produtos locais são produtos com elevada intensidade de rede, isto é, são geradores de capital social. Quer dizer, os produtos locais não são independentes ou indiferentes às relações sociais que implicam. Falamos da criação de estruturas associativas, de relações institucionais, de medidas activas de criação de emprego, de relações comunitárias e formação de mercados locais, de mobilização de jovens para o empreendedorismo agro-rural, enfim, de criação de novos factores de atractividade para os territórios rurais. Os produtos locais são produtos certificados por adoptarem processos sociais com elevada intensidade de rede e contribuirão para renovar o capital social dos territórios onde ocorrem.

2.10. Os produtos com identidade ou a importância da formação do capital simbólico.

Os produtos locais são produtos com identidade, isto é, são portadores de atributos fundamentais do território e geram identificação e motivação pois são ou devem ser uma imagem genuína desse território. Podemos ver ou ler a história local através dos produtos locais, eles carregam passado, presente e futuro, desde as sementes e as espécies ameaçadas, os saberes e as tecnologias tradicionais até às imagens de marca e “marketing” do futuro. Por esta via, os produtos locais são veículos de comunicação simbólica com o exterior da região, promovem os seus produtos, são os embaixadores singulares de um território. Os produtos locais são produtos certificados culturalmente por incorporarem elementos simbolicamente relevantes e contribuirão decisivamente para a afirmação exterior de uma região.

3. Os produtos locais e os mercados de futuro

A agricultura e os produtos locais são uma promessa de futuro. Eles estarão, certamente, na confluência de quatro grandes vectores estruturantes: a agroecologia, a biodiversidade, os ecossistemas e as paisagens globais. Chegados aqui, estamos em condições de enunciar aqueles que serão, seguramente, os principais mercados de futuro do mundo agro-rural das próximas gerações. Eis os principais mercados de futuro do mundo rural pós-agrícola e pós-convencional:

- os mercados dos produtos agroecológicos: das tecnologias limpas às tecnologias agroecológicas e ecossistémicas;
- os mercados do carbono: as transacções entre quem limpa e quem suja e o papel dos fundos de investimento no “sequestro carbónico” do mundo rural;
- os mercados da água: da água da chuva até à água da rede, de novo as cisternas da nossa nostalgia, quem sabe?;
- os mercados da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos: os bens de mérito por excelência, socializados, com gosto, por todos nós, os contribuintes;
- os mercados das amenidades e da arquitectura paisagística: o ordenamento da paisagem global é um recurso precioso e uma externalidade de primeira linha para a produção de amenidades recreativas e turísticas;
- os mercados dos 3R: reduzir, reciclar e reutilizar, é uma questão fundamental de consumo responsável, simples, rápida e barata de pôr em execução, uma indústria em rápido crescimento;
- os mercados dos produtos com denominação de origem: estes são os nossos “produtos locais”, aqueles que importa valorizar a todo o custo porque põem no mapa os nossos territórios mais remotos;

- os mercados dos produtos não-convencionais: o futuro saudável está claramente ao nosso alcance, para quando a ligação entre a agricultura biológica e uma política de “institutional food”?;
- os mercados da mitigação, adaptação e compensação: as alterações climáticas não perdoam, mais uma linha fundamental de intervenção para a política pública;
- os mercados dos alimentos funcionais: os milagres da biotecnologia ao serviço da saúde pública;
- os mercados da microgeração energética: poupança, eficiência e diversificação das fontes, a democracia energética ao nosso alcance, de consumidores para produtores de energia;
- os mercados da prevenção, contingência e segurança: um mercado em crescimento rápido, da meteorologia, dos equipamentos de aviso e alerta até aos processos laboratoriais de rastreabilidade dos produtos;
- os mercados da regeneração e da renaturalização dos recursos e dos ecossistemas: da engenharia biofísica e da arquitectura paisagística até à cirurgia reconstrutiva das áreas ardidas.

Estes mercados de futuro serão o caldo de cultura de onde germinarão os novos produtos locais. Este enunciado, só por si, é revelador do caminho que falta percorrer em matéria de educação para o desenvolvimento em todas as suas dimensões, com especial incidência nas zonas rurais de baixa densidade, pedaços de soberania que não podemos abandonar mas antes reconquistar.

Conclusão

Como dissemos na introdução, os produtos locais são a dimensão biofísica e agroecológica das reservas estratégicas de um país, em especial, os produtos mais emblemáticos das suas áreas de paisagem protegida e zonas rurais mais desfavorecidas. Eles são a representação por excelência do novo mundo rural em formação, mais aberto e cosmopolita mas, também, mais nostálgico e tradicionalista. Mas eles serão, também, uma parte crescente dos mercados de futuro. Tudo leva a crer que serão produtos paradoxais, uma mistura de passado, presente e futuro, nos limites da tecnologia e da cultura agro-alimentar. A vocação turística do país e a turistificação do mundo rural português aguardam ansiosamente por esta pequena revolução agrocultural.

BIBLIOGRAFIA

- Covas, António (2008), *Ruralidades III: Temas e problemas da ruralidade pós-agrícola e pós-convencional*. Faro, Universidade do Algarve.
- Covas, António, (2007), *Ruralidades II: Agricultura Multifuncional e Desenvolvimento Rural*, Faro, Universidade do Algarve.
- Covas, António (2007), *Ruralidades I: temas e problemas do mundo rural*, Faro, Universidade do Algarve.
- Covas, António e Covas, Maria das Mercês (2009), *Ruralidades IV: Retratos portugueses de agricultura multifuncional*. Faro, Universidade do Algarve.
- Covas, António (2007), *Em defesa das “bioregiões” ou da economia biodiversa das zonas rurais desfavorecidas*, www.sier.org.
- Covas, António e Covas, Maria das Mercês (2007), “Da razão sustentável à gestão multifuncional dos espaços rurais”, *5º Congresso da Associação Portuguesa de Economia Agrária (APDEA)*, subordinado ao tema: Globalização, Agricultura e Áreas Rurais, Vila Real, 4, 5 e 6 do Outubro.

- Covas, António e Covas, Maria das Mercês (2007), “A ecosocioeconomia das áreas rurais de baixa densidade: um ensaio teórico-metodológico”, comunicação, apresentada no *XIII Congresso Anual da APDR* subordinado ao tema: Recriar e Valorizar o Território, Angra do Heroísmo, 5 e 7 de Julho de 2007.
- Covas, António e Covas, Maria das Mercês (2007), “Dos vestígios do passado aos desafios e oportunidades do futuro: uma parceria virtuosa entre escola, família e autarquia para ensaiar estratégias de sustentabilidade nas áreas rurais de baixa densidade”, *Actas das III Jornadas Internacionais Vestígios do Passado*, AGIR, Almeida, 30 e 31 de Março, versão em CD-ROM.
- Covas, António e Covas, Maria das Mercês (2006), “Saúde, cultura e sociedade – as eco-aldeias, um exemplo da nova ruralidade”, *Actas do II Congresso Internacional Sobre Saúde, Cultura e Sociedade*, organizado pela AGIR, Tavira, 29-30 de Setembro, versão em CD-ROM.
- Covas, António e Covas, Maria das Mercês (2006), “O espaço rural revisitado: da convencional monofuncionalidade aos desafios da moderna multifuncionalidade”, *Actas do Congresso Internacional sobre os Desafios Sócio culturais para o Século XXI*, AGIR, Póvoa de Varzim, 19 e 20 de Maio, versão em CD-ROM.
- Covas, António (2004), *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Edições Colibri.
- Covas, António (1999), *As amenidades rurais*, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR), Lisboa.
- Guerreiro, Manuel Gomes (1999), *O homem na perspectiva ecológica*, Faro, Universidade do Algarve.

“Comprar Fresco, Comprar Local”: será que temos algo a aprender com a experiência americana?

**Artur Cristóvão
Manuel Luís Tibério**

Introdução: Comida local no país da “fast food”? *

Os Estados Unidos da América (EUA) são, por excelência, o país da produção agrícola em grande escala, especializada, intensiva, dominada pelos interesses poderosos e concentrados do complexo agro-industrial e da grande distribuição, e plenamente integrada no sistema alimentar global. O chamado “Midwest” americano, em particular, é uma região em que predominam as grandes explorações agrícolas tecnologicamente sofisticadas, orientadas para culturas de rendimento (“commodities”), como o milho e a soja ou a produção intensiva de leite e de suínos, muito dependentes de factores de produção exógenos e dirigidas para os mercados nacional e de exportação. A América é, também, o país por excelência da chamada “fast food”, cujo principal símbolo é a gigantesca cadeia “MacDonalds”, acompanhada no mercado por dezenas ou centenas de outras, algumas de expressão mundial, outras apenas nacionais ou regionais, que oferecem comida rápida e relativamente acessível, para todos os gostos. Enshayan (2004, 2) apresenta uma perspectiva crítica e acutillante da situação geral da agricultura do país: “as forças que sistematicamente destroem a agricultura americana são quase que inteiramente domésticas: a poluição dos nossos rios pelo nitrogénio, atrazina nas nossas águas para consumo, políticas agrícolas que matam as explorações independentes e as pequenas cidades, manipulação genética aos serviço dos lucros e do poder e monopolização dos mercados agrícolas por um pequeno número de corporações globais”.

Neste país, porém, está em marcha um movimento de resistência, bem visível, que visa contrariar (ou “minar”) o poder do complexo agro-industrial e do sistema agro-alimentar global. Alguns autores, como Lyson (nd), afirmam mesmo que existe evidência acumulada que comprova que a realocização da agricultura e dos sistemas alimentares está a ocorrer em regiões que foram severamente afectadas pela competição global, e defendem que o equilíbrio entre a auto-suficiência local e a dependência global tem de restabelecer-se a favor do local, e não na sua presente trajectória globalizante.

É um movimento fragmentado, desigual de espaço para espaço e no envolvimento de distintos grupos étnicos e sociais, que tende a juntar uma constelação de preocupações, interesses e objectivos e inclui ambientalistas, defensores da agricultura familiar, promotores de alimentos de qualidade e activistas pela justiça social e contra a fome e a pobreza. É também um movimento que mobiliza milhares de organizações (sobretudo locais, mas não só), governos estaduais e locais, meios de comunicação, universidades, agências diversas e empresas. Um dos seus *slogans* mais representativos é “Buy Fresh, Buy Local”, traduzindo claramente o incentivo ao consumo de produtos locais e o apoio à reconstrução e sustentabilidade de sistemas alimentares locais.

* Este artigo foi inspirado pela estadia do primeiro autor na Universidade de Wisconsin-Madison, entre 25 de Março e 25 de Maio de 2008, como professor visitante da “School of Human Ecology”. Nessa altura teve oportunidade de realizar contactos, recolher abundante bibliografia e visitar várias das iniciativas citadas na comunicação.

Para além de “local food” também se aspira a produzir “sustainable food”, a partir do modo de produção biológico e de outras formas naturais que excluam o uso de químicos. As questões energéticas têm também peso neste processo e deseja-se reduzir drasticamente o número de km percorridos pelos alimentos. Na verdade, como referem Hultine *et al.* (2007, 61), citando Halwei (2002), os alimentos consumidos pelos habitantes rurais americanos viajam em média 2.400 a 3.200 km. Em síntese, como salienta Ostrom (2006, 66), este movimento vai contra o sistema organizado globalmente, em que os alimentos percorrem grandes distâncias, são controlados por gigantescas empresas transnacionais e estão “embrulhados” em problemas sociais, ambientais e nutricionais.

De forma mais sistemática, pode dizer-se que os seus objectivos centrais são: a dinamização do consumo de alimentos produzidos localmente (num raio variável); o estabelecimento de ligações directas entre produtores e consumidores; a revitalização de estruturas de produção, transformação e distribuição; a construção de redes de relações entre produtores e governos locais, empresários e outros líderes; e a promoção da economia local e do desenvolvimento rural (Hultine *et al.*, 2007: 62). Estes objectivos estão em linha com o novo paradigma do desenvolvimento rural, no qual têm destaque a construção de novas relações entre agricultura e sociedade e a reconfiguração dos recursos rurais, nomeadamente através da organização de novas cadeias de oferta alimentar e da criação de sinergias entre a agricultura e outras actividades, como o turismo rural e o ecoturismo (van der Ploeg *et al.*, 2000: 397-399).

Do ponto de vista conceptual, o movimento é inspirado por (e tem também inspirado) um vasto conjunto de autores. Destaque-se, por exemplo, Kloppenburg (1996), que tem trabalhado o termo “Foodshed”, entendido como uma metáfora unificadora e organizadora que parte da premissa da unidade entre local e pessoas, natureza e sociedade, ou Lyson (2000, 2004), que propôs o conceito de “Civic Agriculture”, entendida como um sistema de produção agrícola e alimentar enraizado num local, baseado em recursos locais, servindo mercados e consumidores locais e empenhado na justiça social, sustentabilidade ecológica e relações sociais de apoio mútuo. O conceito mais abrangente que o enquadra é o de sistema alimentar local, que Feenstra (2002) definiu como “um esforço colaborativo para construir economias alimentares auto-sustentadas e mais baseadas no local, em que a produção, transformação, distribuição e consumo são integrados de forma a melhorar a economia, o ambiente e a saúde social de um lugar específico”.

Estas ideias e conceitos, porém, levantam muitas questões complexas e desafiam os investigadores. Por exemplo: Como definir “local” e que mecanismos estabelecer para controlar a proveniência da oferta? Quais as limitações à oferta de produtos locais, nomeadamente em termos de acesso à terra, expansão das explorações envolvidas e capacidade de processamento e distribuição? Existe apoio suficiente dos consumidores para tornar os sistemas alimentares locais viáveis? Quais são as barreiras e oportunidades à aquisição de produtos locais pelos consumidores? Esta abordagem funciona em todos os tipos de comunidades? Ou será que as comunidades diferem entre si no potencial para desenvolver um sistema alimentar local, por exemplo com base nas suas características socio-económicas e/ou nas políticas dominantes? (J. Kloppenburg, comunicação pessoal, 20 de Maio de 2008; Stephenson e Lev, 2004: 211; L. Zepeda, comunicação pessoal, 23 de Maio de 2008).

São inúmeros os trabalhos publicados nos EUA sobre o assunto, debatendo o significado de “local food” (por exemplo, Ostrom, 2006), comparando experiências em comunidades diferentes (por exemplo, Stephenson e Lev, 2004), analisando projectos concretos (por exemplo, Hultine *et al.*, 2007), apresentando histórias de sucesso (por exemplo, Ross, 2006), discutindo as questões da segurança alimentar (por exemplo, Enshayan, 2004), abordando as dificuldades da venda local (por exemplo, Ostrom, 2006),

estudando os factores de adesão à “Community Supported Agriculture” (por exemplo, Kolodinsky e Pelsh, 1997) ou analisando o perfil dos consumidores de produtos locais e as suas visões sobre os mesmos (por exemplo, Zepeda e Leviten-Reid, 2004 ou Zepeda e Li, 2006).

Hultine *et al.* (2007), com base em trabalho realizado no estado de Illinois, apresentam alguns factores de sucesso dos sistemas alimentares locais, destacando-se: a existência de agricultores catalizadores e com forte vontade de contribuir com a sua criatividade e experiência; a comunicação entre todos os interessados, dos produtores aos consumidores e à comunidade, incluindo o governo local, líderes e instituições; uma visão de longo prazo, que permita que os projectos ganhem raízes e que se construam relações de confiança com a comunidade, se envolva os consumidores e outros actores; e uma liderança democrática e colaborativa, que dê um forte sentido de direcção e estabilidade.

Quais alguns dos elementos ou sinais mais evidentes deste movimento? Uma observação limitada, sobretudo a partir do “Midwest” americano e, em especial, do estado de Wisconsin, permite apresentar várias manifestações exemplificativas. Sublinhe-se, contudo, que este movimento percorre os EUA de costa a costa, certamente com dinâmicas diferenciadas de estado para estado, de região para região e de cidade para cidade. As evidências que nos parecem mais significativas são: os “Farmers’ Markets”; a chamada “Community Supported Agriculture”; o contributo de organizações nacionais e locais; o envolvimento de cooperativas, mercearias e restaurantes; a ligação com a educação e a alimentação escolar; a acção dos meios de comunicação; e o papel das universidades e comunidade científica em geral. Neste artigo, porém, apenas faremos referência aos três primeiros aspectos.

Por cá, em Portugal, a história é outra, mas estão também no terreno iniciativas semelhantes, nomeadamente as que visam reconstruir sistemas alimentares de proximidade, ligando produtores e consumidores. Será que há algo a aprender com o movimento americano e as suas diversas dimensões?

1. Evidências de um movimento em ascensão

1.1 “Farmers’ Markets”

Os chamados “Farmers’ Markets” são mercados de venda directa, com crescente popularidade nos EUA (e em muitos outros países), sobretudo dado o aumento do interesse dos consumidores por produtos frescos, produzidos local ou regionalmente. Segundo o Departamento de Agricultura do governo americano (www.usda.gov), existem cerca de 4.300 destes mercados espalhados por todo o país, constituindo uma importante fonte de rendimento para os cerca de 19.000 produtores que se estima estarem envolvidos (dados de 2006). Estes funcionam uma ou duas vezes por semana, em espaços públicos, como praças, parques e áreas de estacionamento. Nalguns casos possuem infra-estruturas permanentes e, em muitos outros, as bancas são montadas apenas no dia de realização do mercado.

No estado de Wisconsin estão recenseados 179 mercados, sendo o mais antigo e conhecido o que se realiza aos sábados na Praça do Capitólio, em Madison, entre Abril e Novembro de cada ano, o que corresponde à estação produtiva. Este mercado atrai milhares de visitantes, todas as semanas, sendo um espaço privilegiado de contacto entre produtores e consumidores e, também, um local de convívio e entretenimento. Na sua proximidade juntam-se artistas de rua, bancas de artesanato e outras de movimentos cívicos e políticos.

No mercado do Capitólio de Madison, conhecido como o “Dane County Farmers’ Market on the Square”, as regras são estritas, destacando-se uma: cada produtor só pode vender aquilo que produz, sendo totalmente interdita a venda de produtos de fora da sua

exploração (www.dcfm.org). Os produtores vêm sobretudo dos “counties” vizinhos, mas alguns deslocam-se de outros mais distantes, embora dentro do estado. A variedade de produtos é grande, crescendo ao longo da estação, à medida que o clima permite o desenvolvimento dos frutos e vegetais. Nas primeiras semanas, ainda com temperaturas relativamente baixas, dominam os queijos, enchidos, carnes, ovos, compotas, mel, pães e outros produtos de padaria e pastelaria. A pouco e pouco vão surgindo os vegetais, os frutos e as flores.

Este mercado é gerido por uma organização designada por “Dane County Farmers’ Market, Inc.”, que tem por objectivos centrais: criar oportunidades alternativas de mercado aos produtores do estado; promover a venda de produtos agrícolas do estado; aumentar a variedade, frescura, sabor e valor nutritivo dos produtos disponíveis na área de Madison; criar oportunidade para que produtores e consumidores urbanos tenham um contacto directo; estabelecer um fórum educacional para que os consumidores aprendam sobre o uso de produtos locais de qualidade; aumentar a qualidade de vida na área de Madison através de uma actividade comunitária que promove o encontro e interacção social; e preservar a herança agrícola única do estado de Wisconsin e o papel histórico dos mercados de venda directa (www.dcfm.org).

Uma coligação de organizações locais do Sul de Wisconsin edita anualmente o “Southern Wisconsin Farm Fresh Atlas”, que se apresenta como um convite para se visitar os 41 mercados da área e comer o que se produz na proximidade de casa. No Atlas 2008 descrevem-se as quintas que participam nos mercados e que se comprometeram a (1) proteger os solos e os recursos hídricos reduzindo a aplicação de pesticidas e fertilizantes sintéticos, a (2) criar condições de trabalho justas e seguras e a (3) tratar os animais com cuidado e respeito. Além disso, dá-se informação sobre as organizações e empresas envolvidas, os mercados da região e os programas e iniciativas que promovem os produtos locais, como o “Wisconsin Homegrown Lunch”, “Buy Fresh, Buy Local” e “Food for Thought Festival”.

Sublinhe-se que entre os mais de 4.0000 “Farmers’ Markets” existentes nos EUA a diversidade é enorme. Há mercados com regras mais restritas, como o antes citado, e com regras mais abertas, por exemplo permitindo que os vendedores apresentem produtos que não produziram. Há mercados relativamente pequenos, como o novo “West Side Community Market” (www.westsidecommunitymarket.org), e de grande dimensão, como o primeiro referido. Há mercados ao ar livre, que se realizam um ou dois dias por semana, e mercados cobertos, que poderão ou não funcionar permanentemente. A base organizativa e a propriedade da infra-estrutura pode também variar, havendo exemplos em que o mercado funciona dentro de outra área comercial (Hultine *et al.*, 2007) e situações em que companhias privadas criaram instalações específicas para o efeito, como em Chicago (B. Orton, comunicação pessoal, 18 de Abril de 2008).

1.2. “Community Supported Agriculture”

Este movimento de agricultura apoiada pela comunidade, mais conhecido por CSA, foi introduzido nos EUA por um cidadão suíço, no ano de 1984, datando as primeiras experiências europeias dos anos 60 (Adam, 2006). Trata-se de uma forma de ligação directa entre agricultores e consumidores que, além de preocupados com a proveniência e natureza dos alimentos, manifestam também um envolvimento comunitário e cívico muito activo, em defesa da agricultura local, familiar e de pequena dimensão. No seu início, estes esquemas foram instrumentais na promoção da agricultura biológica.

Existem várias modalidades de CSA, nomeadamente as dirigidas por agricultores que agregam um conjunto de consumidores (“farmer-driven”), que são a grande maioria, e as promovidas por um grupo de consumidores que “contratam” um agricultor (“consumer-

driven”) (Adam, 2006). De forma simplificada, um consumidor estabelece uma relação estreita com um produtor, do qual recebe, semanalmente, um cabaz de produtos (“share”, “box” ou “basket”). O pagamento é feito por inteiro no início da Primavera e cobre os cabazes que serão entregues até ao fim da estação, num total aproximado de 20 semanas, o que constitui um substancial benefício para o agricultor, que assim reúne um considerável fundo de maneio. Alguns produtores aceitam o pagamento mensal ou mesmo semanal. O cabaz pode ser levantado na exploração, no mercado em que o produtor eventualmente participe, na garagem de um vizinho que se disponha para o efeito ou recebido em casa.

O número de esquemas CSA tem vindo a crescer nos EUA, tendo passado de cerca de 50 nos anos 90, para mais de 1000 actualmente (www.localharvest.org/csa; Zepeda e Li, 2006), sendo o seu número significativamente maior na parte Este dos EUA. Adam (2006) estima um número de 50 a 500 aderentes por CSA, e sublinha que estes fornecem cerca de 270.000 famílias durante a estação produtiva.

No estado de Wisconsin estão identificados 116. Na área de Madison, capital do estado, o movimento iniciou-se há 15 anos e é hoje dinamizado pela “Madison Area CSA Coalition”, uma organização sem fins lucrativos. Recentemente, algumas companhias de seguros e cooperativas de saúde têm vindo a atribuir descontos consideráveis aos seus segurados ou membros envolvidos na CSA, certamente por razões de relações públicas e marketing, mas certamente não ignorando que “comer local e sustentável” pode ser saudável e conduzir a menos riscos para a saúde e, logo, a menos despesas médicas e encargos para as companhias (www.macsac.org/rebates).

1.3. Organizações nacionais e locais

A nível nacional tem destaque o “FoodRoutes Network” (FRN, www.foodroutes.org), organização sem fins lucrativos sediada na Pensilvânia, que fornece instrumentos de comunicação, apoio técnico e material informativo a outras organizações do país que se dediquem à reconstrução de sistemas alimentares de base local. As suas iniciativas incluem uma página Web, um centro de recursos sobre investigação, a criação de núcleos locais do programa “Buy Fresh, Buy Local”, a produção de instrumentos de comunicação, a implementação de estratégias de reconstrução de sistemas alimentares locais e estaduais, e acções de conservação das tradições culinárias e de revitalização de explorações agrícolas e pequenas indústrias agro-alimentares, no país e no estrangeiro.

O programa “Buy Fresh, Buy Local” é uma das suas iniciativas mais emblemáticas, com expressão em todo o país. Através de acções educativas e recreativas, festivais, mercados e outros apoios, visa dinamizar a compra e o consumo de produtos alimentares locais. Na sua página Web apresentam-se algumas evidências do seu impacto em vários estados. No Nordeste do Iowa, por exemplo, os núcleos do programa ajudaram a duplicar a compra de produtos alimentares locais por parte de 22 instituições e empresas, incluindo hospitais, residências de idosos, escolas, grossistas e restaurantes (www.foodroutes.org/bfbl-chapters.jsp).

A FRN trabalha em parceria com organizações locais de todos os estados, como o já citado “Research, Education, Action and Policy Food Group” (REAP), de Madison. Esta organização foi criada em 1997, tendo começado com um grupo de cidadãos interessados em conhecer as origens dos alimentos consumidos e em olhar para os alimentos de forma holística, em especial no que toca aos seus impactos na justiça social, saúde, ambiente e economia (Abler, 2008). Actualmente, o REAP assume-se como uma força proeminente no movimento por um sistema alimentar sustentável e promove programas e iniciativas como:

“Wisconsin Homegrown Lunch”; “Food for Thought Festival”; “Southern Wisconsin Farm Fresh Atlas”; e “Buy Fresh, Buy Local Southern Wisconsin”.

Ainda em Madison, pode ser referida a organização “Friends of the Dane County Farmers’ Market”, que congrega amigos do maior mercado local, organiza trabalho voluntário no próprio mercado e promove actividades educativas, provas de produtos e encontros com produtores (www.dcfm.org). No âmbito do modelo CSA, merece destaque a chamada “Madison Area CSA Coalition” (www.macsac.org), criada há cerca de dez anos, que reúne outras organizações (REAP, “Madison Environmental Group”, etc.) e indivíduos que trabalham para apoiar as explorações agrícolas CSA, coordenar acções de educação e formação para agricultores e a comunidade, e gerir actividades de recolha de fundos que permitem subsidiar aderentes CSA com rendimentos limitados. Publica o boletim “Just Eating”.

2. Conclusão: um olhar sobre o caso português

Falámos, até agora, de um movimento gerado no contexto americano, com as suas especificidades, nomeadamente o longo percurso de domínio do complexo agro-industrial, da grande distribuição e das cadeias de “fast food”, promotor de crescentes problemas nas agriculturas, nos espaços rurais e na sociedade em geral. No que se refere à sociedade, registre-se o intenso debate sobre os estilos de vida, os hábitos alimentares, o consumo de alimentos super-processados e os seus efeitos na saúde, nomeadamente na crescente e bem visível obesidade entre a população dos EUA (Loureiro e Nayga, 2004). Por outro lado, convém ter presente que se trata de uma sociedade fortemente urbanizada, com fácil acesso aos mais diversos meios de comunicação, na qual existe uma forte tradição de organização voluntária dos cidadãos e em que uma larga fatia populacional tem significativo poder de compra.

Por cá, a história é outra. Se é verdade que a grande distribuição tem vindo a assumir uma importância crescente, que as cadeias de “fast food” estão em quase todo o país (com mais peso nas áreas urbanas) e que os alimentos processados estão cada vez mais presentes na nossa dieta, também é verdade que muitos portugueses mantêm laços de relativa proximidade com as suas raízes rurais, que a culinária tradicional continua a ser influente e que a nossa dieta incorpora ainda muitos elementos das heranças atlântica e mediterrânica, como o consumo de pescado, de frutos e legumes frescos, de pão e de azeite. Porém, as iniciativas de resistência ao sistema alimentar global também existem, visando, nomeadamente, defender a pequena agricultura, manter ou reconstruir sistemas alimentares de proximidade e promover as ligações entre produtores e consumidores.

Um exemplo é o projecto “Relações de Cidadania entre Produtores e Consumidores” (ReCiProCo), dinamizado pela Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira (TAIPA), cujos objectivos são claros: integrar a agricultura nas estratégias de desenvolvimento local; gerar novas ligações entre rural e urbano; valorizar uma agricultura de proximidade e a manutenção de pequenas quintas agrícolas; criar parcerias entre produtores e consumidores, permitindo o acesso dos consumidores a produtos locais frescos; sensibilizar para o consumo dos produtos frescos locais de qualidade; e criar nos grupos LEADER competências para desenvolver acções inovadoras nestas áreas (Thirion, 2006: 8; www.taipa-desenvolvimento.pt).

Entre as acções do ReCiProCo estão a criação de grupos de consumidores e a distribuição de cabazes, numa lógica em tudo semelhante à “Community Supported Agriculture” (CSA). Projectos do mesmo tipo foram também lançados pela ADDLAP, em S. Pedro do Sul, e a ADREPES, na área de Palmela-Sesimbra. Em S. Pedro do Sul, a COOPRAÍZES disponibiliza cabazes de produtos hortícolas e frutas provenientes de pequenos agricultores do concelho, resultantes do modo de produção biológico, de protecção integrada

ou de sistemas de produção tradicionais (www.coop-terrasdespedrodoosul.com). Nas áreas da Península de Setúbal, Alentejo Central e Vale do Sousa, uma parceria EQUAL promove o projecto PROVE (www.prove.com.pt), que é responsável pela venda de mais de uma centena de cabazes por semana.

Os produtores de agricultura biológica tendem a estar ligados a estas iniciativas e projectos, que se articulam com os seus objectivos de produção sustentável e de contribuição para a saúde do ambiente e dos consumidores e para o desenvolvimento local. Os esquemas de CSA, por exemplo, aproximam-se muito da venda de “cabazes bio”, implementada por produtores um pouco por todo o país. A articulação entre produtores e mercearias, lojas da especialidade e restaurantes tem também vindo a aumentar, havendo um crescente interesse de Chefes de renome pelo uso de matéria primas de alta qualidade, com origem em contextos de proximidade (G. Soares, Comunicação pessoal, 22 de Abril de 2009).

O que parece faltar no nosso contexto é a trama de organizações, do nível nacional ao local, envolvendo cidadãos activos, técnicos, investigadores, educadores, produtores e consumidores, que constitui o motor do movimento que se observa na sociedade americana, aqui exemplificado com o caso do “Midwest” ou, mais precisamente, do estado de Wisconsin. Quem se tem mobilizado para esta causa em Portugal? E quem mais poderá ser mobilizado? Que papel têm assumido as “velhas” Cooperativas Agrícolas? E os Grupos LEADER e demais Associações de Desenvolvimento Local? O que dizem as Associações de Produtores Biológicos e as organizações de defesa do consumidor? E as organizações de nível nacional, como a Federação “Minha Terra” ou a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local? Que esforços tem feito neste campo a Confederação Nacional de Agricultura, organização que se afirma defensora da pequena agricultura? E as autarquias locais?

É sabido que existem projectos dispersos, com promotores de diferentes tipos, envolvendo acções muito distintas. Será que constituem um movimento? Será que apresentam motivações similares? Será que assentam num quadro conceptual reflectido e coerente? Falta, seguramente, fazer um mapeamento tão completo quanto possível destes projectos, muitos dos quais realizados no quadro de Iniciativas Comunitárias como o LEADER ou o EQUAL, ou integrados nos Programas Operacionais das diferentes regiões do país, na maior parte dos casos envolvendo parcerias locais ou regionais. É importante conhecer as suas abordagens e os seus resultados, ou seja, estudá-los. Falta, igualmente, pô-los em contacto, fomentando a troca de experiências e o conhecimento dos factores de sucesso e fracasso. Falta, muito claramente, dar-lhes mais visibilidade na sociedade e trabalhar no sentido de criar uma trama institucional que dê forma, coesão e sustentabilidade ao conjunto das experiências.

Voltando ao caso americano, mas não esquecendo o português, será o movimento “Buy Fresh, Buy Local”, com toda a sua diversidade, capaz de ameaçar as agro-indústrias, a grande distribuição e as cadeias de “fast food”? Ou irão estes, com todo o seu poder e influência na política e cultura americanas, fazer deste movimento um conjunto de “ilhas” dispersas num vasto território, uma moda passageira e um capricho de franjas mais educadas e ricas da sociedade, amantes de uma alimentação mais cuidada?

Trata-se, seguramente, de matéria que continuará a mobilizar a atenção e o esforço dos académicos ligados às várias disciplinas que integram os chamados Estudos Rurais, nos EUA, na Europa e na Península Ibérica. Prova disso é a criação recente do Grupo de Investigação Europeu de Sistemas Alimentares Localizados (ERG SYAL), envolvendo 21 Universidades Europeias (<http://gis-syal.agropolis.fr/>).

Referências Bibliográficas

- Abler, E. (2008). REAP: Harvesting Wisconsin's Agricultural Promise. *Madison Originals Magazine* 13: 10-13.
- Adam, K. L. (2006). *Community Supported Agriculture*. ATTRA, National Agriculture Information Service.
- Enshayan, K. (2004). Local food, local security. *Renewable Agriculture and Food Systems* 19 (1): 2-3.
- Feenstra, G. (2002). Creating Space for Sustainable Food Systems: Lessons from the Field. *Agriculture and Human Values* 19: 99-106.
- Hultine, S. A., L. Cooperband, M. Curry e S. Gasteyer (2007). Linking Small Farms to Rural Communities with Local Food: A Case Study of the Local Food Project in Fairbury, Illinois. *Community Development* 38 (3): 61-76.
- Kloppenburg, J. J. Hendrickson e W. Stenvenson (1996). Coming in to the Foodshed. *Agriculture and Human Values* 13 (3): 33-42.
- Kolodinsky, J. M. e L. L. Pelch (1997). Factors Influencing the Decision to Join a CSA. *Journal of Sustainable Agriculture* 10 (2-3): 129-141.
- Loureiro, M. e R. Nayga Jr. (2004). Economics, Policy and Obesity. *Choices* Fall 2004: 33-
- Lyson, T. (2004). *Civic Agriculture: Reconnecting Farm, Food, and Community*. Medford, MA: Tufts University Press.
- Lyson, T. (nd). *Local Solutions to Economic Globalization: Remaking the Agricultural and Food System in the Northeast*. Belchertown, MA: NESAWG.
- Lyson, T. (2000). Moving Toward Civic Agriculture. *Choices* 15 (3): 42-45.
- Ostrom, M. (2006). Everyday Meanings of "Local Food": Views from Home and Field. *Community Development* 37 (1): 65-78.
- Ross, N. J. (2006). How Civic is it? Success stories in locally focused agriculture in Maine. *Renewable Agriculture and Food Systems* 21 (2): 114-123.
- Stephenson, G e L. Lev (2004). Commom Support for Local Agriculture in Two Contrasting Oregon Communities. *Renewable Agriculture and Food Systems* 19 (4): 210-217.
- Thirion, S. (2006). RECIPROCO, Relações de Cidadania entre Produtores e Consumidores. *Pessoas e Lugares* 40: 8.
- Zepeda, L. e J. Li (2006). Who Buys Local Food? *Journal of Food Distribution Research* 37 (3): 1-11.
- Van der Ploeg, J. D., H. Renting, G. Brunori, K. Knickel, J. Mannion, T. Marsden, K. de Roest, E. Sevilla Guzmán, e F. Ventura (2000). Rural Development: From Practices and Policies Towards Theory. *Sociologia Ruralis* 40 (4): 391-408.
- Zepeda, L. e C. Leviten-Reid (2004). Consumers' Views on Local Food. *Journal of Food Distribution Research* 35 (3): 1-6.

Páginas da Internet Consultadas entre 5 de Maio e 9 de Setembro de 2008 (por ordem de referência no texto)

- | | |
|--|--|
| www.foodroutes.org | www.foodroutes.org/bfbl-chapters.jsp |
| www.usda.gov | www.foodroutes.org/faq11.jsp |
| www.dcfm.org | www.macsac.org |
| www.westsidecommunitymarket.org | www.taipa-desenvolvimento.pt |
| www.consumer1stgroup.com | www.coop-terrasdespedrodosul.com |
| www.macsac.org/rebates | www.prove.com.pt |
| www.localharvest.org | http://gis-syal.agropolis.fr/ |
| www.reapfoodgroup.org | |

Territorio y Universidad: simbiosis necesaria

Melchor Guzmán Guerrero

Encarnación Martínez

Rafael Echeverri

José Emilio Guerrero

Introducción

Nuestras Universidades se encuentran en una encrucijada dentro de las sociedades democráticas, son el centro del saber y de la creación del conocimiento y la sociedad las necesita; pero, al mismo tiempo, por su propia esencia, las estructuras universitarias son reacias al cambio. En este momento existe un contexto apropiado para el cambio: la necesidad de una mayor justificación social, el proceso de convergencia europea hacia una funcionalidad y flexibilidad de las enseñanzas, y la obligación de trabajar por objetivos. La Universidad no es patrimonio de los universitarios sino de la Sociedad. Es crucial abrir un debate riguroso sobre un tema “tabú” en nuestro país “el gobierno de las universidades”. Como dice Ignacio Sotelo “sin aventurar cual sería la solución óptima: lo que parece evidente es que la peor concebida es que gobiernen rectores elegidos por la propia comunidad universitaria, con lo que su tarea se limita a defender los intereses corporativos de los que lo eligieron”. Hay que recordar que la Universidad, como servicio público, tiene que estar supeditada a las fuerzas representativas de la Sociedad, que radican en las Cortes Generales y en los Parlamentos autonómicos. Y esto es compatible con la autonomía universitaria que recoge el artículo 27.10 de la Constitución “se reconoce la autonomía universitaria en los términos en los que la ley establezca”. La interpretación que ha hecho el Tribunal Constitucional, en diversas sentencias, de esa autonomía se centra en la libertad académica.

La Universidad es una institución central de la sociedad del conocimiento, como fuente fundamental del saber científico, técnico y cultural, y como sistema de formación de los que dirigen la sociedad. La Responsabilidad Social de la Universidad sin duda debe ser con el Territorio que la sustenta, partiendo de una visión territorial global que integre perspectivas y políticas sectoriales, espaciales, y sociales. Los territorios necesitan a la Universidad como instrumento fundamental para conseguir su desarrollo sostenible. Sin embargo, la brecha que sigue existiendo entre Universidad y Sociedad es muy profunda, a pesar de los buenos ejemplos que se pueden poner. El auténtico reto está en hacer efectivas las sinergias entre Universidad y Territorio. El sistema universitario público está ante un dilema que va a determinar su futuro a medio y largo plazo. Por un lado, la globalización del conocimiento hace que cada vez tengan menos sentido las posturas endogámicas, de ensimismamiento, localistas, de defensa de derechos adquiridos, de “status quo”. Por otra parte, la propia esencia de la Universidad pública española, basada en la figura del funcionario vitalicio, cuando es evidente que las universidades de prestigio mundial a las que aspiramos a parecernos, no se rigen por un sistema funcional aunque sean públicas. Cabe preguntarse si es posible concebir una institución creadora, activa y alerta permanentemente a las nuevas exigencias, manteniendo la seguridad absoluta en los puestos. Debemos interrogarnos si el poder autónomo universitario, que al fin y al cabo se debe a sus votantes dentro de cada Universidad, va a tener la capacidad y la valentía de aprovechar la responsabilidad que da la autonomía para afrontar los cambios, sabiendo que está en juego el futuro de la institución. Y, no se trata con estos interrogantes de pretender rupturas o ir en contra de los derechos

adquiridos, sino de ser conscientes de que todo lo que se ha conseguido no lo podremos mantener sin emprender un cambio gradual, pero sistemático, con objetivos estratégicos definidos y con elementos de control y evaluación predeterminados.

Los Consejos Sociales de las universidades públicas tienen que jugar, en este sentido, un papel fundamental en el futuro de la universidades, en cuanto órganos que deben garantizar la participación en la Universidad de los intereses y aspiraciones de la Sociedad. Le corresponden por Ley la supervisión de las actividades de carácter económico de las universidades y el rendimiento de sus servicios, y su composición recae en personalidades de la vida cultural, profesional, económica, laboral y social, que no son miembros de la comunidad universitaria, con la excepción de seis representantes de los intereses académicos y que suponen menos de un cuarto del total del Consejo Social. Los Consejos Sociales deben priorizar la transferencia y difusión de tecnologías e investigaciones al ámbito productivo, y promover aquellas actuaciones que permitan mayores flujos de conocimiento entre las empresas, la ciudadanía y los ámbitos universitarios. El compromiso de la Universidad con la Sociedad debe ir dirigida a la formación de “líderes” y “empreendedores” que posibiliten la competitividad económica y social de los territorios.

1. La responsabilidad social de las universidades

España no tiene ninguna Universidad entre las cien mejores en cualquiera de los ranking establecidos a nivel mundial, aunque la Universidad se ha universalizado en España llegando a amplias capas de la población como nunca había ocurrido en la historia, alcanzando índices de población con estudios superiores parecidos a los países de la OCDE. Ahora es el momento de la calidad y la especialización, apostando por la diversificación de las universidades, para competir en un mundo cada vez más interconectado. La gestión y organización universitaria están dominadas por criterios administrativos, no de eficiencia, ni de mercado, lo que hace que siga, en bastante medida, en su “torre de marfil”, y exista aún una brecha muy importante entre la Universidad y el entorno productivo y social. Según el último informe de la Fundación CYD de 2007, los principales problemas o debilidades de la relación de la Universidad española con la economía y la sociedad, siguen centrados en: las deficiencias de la formación universitaria como garantía de obtención de competencias y aptitudes tales como formación práctica, habilidades directivas, trabajo en equipo, idiomas o capacidad de análisis, lo que conlleva a una escasa incorporación de estudiantes y titulados en las empresas; y en el bajo compromiso de las empresas con las actividades de I+D y con el modelo de Universidad como motor de desarrollo económico.

La transición del sistema universitario español al Espacio Europeo de Educación Superior ofrece la oportunidad histórica de reformar la institución de la que depende en bastante medida el futuro de la sociedad del conocimiento y el cumplimiento de los objetivos marcados en la Agenda de Lisboa en el año 2000. La reforma que se planteó en Bolonia en 1999 y que tendrá que estar operativa en 2010 establece la necesidad de orientar de manera más directa las carreras universitarias hacia la actividad profesional y el mercado de trabajo, refiriéndolas en términos de desarrollo de competencias, posibilitando la validación de títulos en un espacio europeo amplio que potenciará la movilidad de los estudiantes y profesores.

El Concepto de Responsabilidad Social Corporativa (RSC) va adquiriendo cuerpo a partir del desarrollo que hacen de él los Organismos Internacionales y algunas grandes corporaciones empresariales. En el caso de los Sistemas de Educación Superior, distintas declaraciones de Organismos Internacionales han ido estableciendo los principios de los compromisos sociales exigibles. A nivel mundial distintas universidades de EE.UU. y Nueva Zelanda han desarrollado y aplicado el concepto de Responsabilidad Social. En Europa, Reino

Unido y Holanda, han elaborado una “colección de buenas prácticas en sostenibilidad”, y un programa intersectorial de “aprendizaje para la sostenibilidad”, respectivamente. En España las Universidades de Zaragoza y Santiago de Compostela están elaborando memorias de sostenibilidad.

En este momento está en marcha un proyecto para la elaboración de una Memoria de Responsabilidad Social de las Universidades Andaluzas, por iniciativa del Foro de Consejos Sociales de las Universidades Públicas de Andalucía, que integra a todos los Consejos Sociales de las nueve Universidades de la Comunidad Autónoma. La definición, de Responsabilidad Social Universitaria, que se está adoptando en este trabajo es: “una política de compromiso ético en el desempeño de sus responsabilidades por parte de la comunidad universitaria (estudiantes, PAS y PDI) a través de la gestión responsable de los impactos educativos, cognitivos, laborales y ambientales que la Universidad genera, en un diálogo participativo con la sociedad para promover el desarrollo sostenible”. Los objetivos de la Responsabilidad Social Universitaria se centran en atender y satisfacer las expectativas de los grupos de interés relacionados (stakeholders): Estudiantes, docentes, personal de administración y servicios, egresados, proveedores, empresas, administración, y otras asociaciones sociales. Para conseguir estos objetivos, los desafíos que debe salvar la Universidad se pueden organizar metodológicamente en una matriz, cuyas filas recojan los tres ámbitos: medioambiental, social y económico, y en las columnas las dimensiones consideradas: Gestión, Formación e Investigación y Proyección Social. Para cada ámbito y dimensión se establecen una serie de indicadores que deben ser medibles y tener identificadas las fuentes de información para contrastarlos.

Para conseguir los objetivos que plantea la Responsabilidad Social Universitaria es fundamental una Política de Comunicación eficaz que visualice todo el proceso, haciéndolo más transparente y consiguiendo la implicación real de todos los colectivos afectados.

Los conceptos de Responsabilidad Social y el Buen Gobierno de las organizaciones van ligados porque no se puede conseguir uno sin otro. En 2001 la Comisión Europea estableció, en el libro blanco de la Gobernanza Europea, los principios que constituyen la base de una buena gobernanza (los procesos de toma de decisiones dentro de una institución): apertura, participación, responsabilidad, eficacia y coherencia.

2. El gobierno de las universidades: papel de los Consejos Sociales

Los principios de buen gobierno, en los que se traduce el concepto de Responsabilidad Social, se pueden integrar en el caso de las universidades en la consecución de la excelencia. Si hay una organización que debe potenciar lo mejor de los mejores, esa es sin duda la Universidad. Para llevar a cabo el compromiso social de la Universidad Pública (Responsabilidad Social-Buen Gobierno) son necesarias una serie de etapas: Compromiso y definición estratégica; Diagnóstico interno y externo; Establecimiento de los objetivos de la Responsabilidad Social: Planificación de las medidas; Implantación de las operaciones a realizar; Medición, análisis y mejora; y Retroalimentación para modificar los elementos del sistema que hayan resultado deficientes.

Una de las evoluciones lógicas que puede tener el gobierno de las universidades es hacia la delimitación de las responsabilidades de gobierno y de gestión, de las académicas. En este sentido la Agenda de Modernización para las Universidades de la Comisión de la UE, establece cuatro recomendaciones en materia de gobernabilidad: a) Los Estados miembros deben conducir al sector Universidad en su conjunto (en sus actividades de educación, investigación e innovación), dentro de un marco de reglas generales, objetivos de política, mecanismos de financiación e incentivos que han disminuir la sobre-regulación y la micro-

gestión; b) A cambio de ser liberadas de estas sobre-regulación y micro-gestión, las universidades deberán aceptar ofrecer total transparencia sobre sus resultados a la Sociedad, lo que requiere nuevos sistemas de gobernanza interna, basados en prioridades estratégicas y en la gestión profesional de los recursos humanos, las inversiones y los procesos administrativos; c) También se requiere que las universidades superen su actual fragmentación en Facultades, Departamentos, laboratorios y unidades administrativas y que dirijan sus esfuerzos colectivamente hacia las prioridades institucionales de investigación, docencia y prestación de servicios; d) Los Estados miembros deberán ayudar a gestar y premiar la capacidad de gestión y liderazgo en la Universidad.

Uno de los problemas más graves de nuestra Universidad es su organización, que no comprende únicamente el sistema de gobierno, sino que tiene que ver con la forma de entender e interpretar el principio de autonomía universitaria. Siendo conscientes de que los cambios en la gobernabilidad de la Universidad son muy complicados y estarán sometidos a resistencias muy fuertes, parece lógico pensar que la forma de gobernar la institución tendrá “algo” que ver con la realidad de que no haya entre las cien primeras universidades en el mundo, en cualquiera de los ranking internacionales, ninguna cuya forma de gobierno sea parecida a la española. En palabras de Castells, “la autonomía universitaria, la libertad de cátedra y la autogestión científica son condiciones necesarias pero no suficientes para la existencia de la Universidad”.

El Dictamen de la Comisión de Educación aprobado por el Pleno del Parlamento de Andalucía en 2001, sobre la situación del Sistema Universitario Andaluz y sus necesidades, se refiere al efecto negativo de los poderes mediáticos dentro de la comunidad universitaria y al necesario control social de las universidades para lo que es obligado reforzar el papel de los Consejos Sociales, dotándolos de medios y dando precisión a sus funciones.

El propio Presidente de la CRUE, el Rector de la Universidad Autónoma de Madrid, Ángel Gabilondo Pujol, ha dicho recientemente lo siguiente: “En Europa se están acometiendo importantes cambios que afectan a la Universidad. Incluso en países como Portugal, se inician transformaciones profundas, poniendo a las universidades públicas bajo el control de fundaciones en las que tienen presencia distintos sectores sociales, con lo que se quieren aproximar a ciertas situaciones propias de los países anglosajones. En ese marco se plantean cuestiones tales como que los profesores dejen de ser funcionarios públicos y pasen a ser contratados por la fundación. Aquí lo que hace falta es adoptar un camino firme, serio y continuado que lleve hasta la transformación, que significará una implicación muy distinta de los Consejos Sociales que están llamados, si se hacen las cosas bien, a tener un protagonismo enorme en la forma de gobierno de la Universidad”.

En este contexto internacional y europeo, el papel de los Consejos Sociales se refuerza, como señala el President Emeritus Association of Governing Bodies of Universities and Colleges (USA) Richard T. Ingram (2006), en base a tendencias globales que tienen que ver con las dificultades de financiación, con las deficiencias internas para asignar eficientemente los recursos escasos, y con la creciente necesidad de dar una respuesta más adecuada a las demandas de sus comunidades.

Los Consejos Sociales de las Universidades son los órganos de participación de la Sociedad en la Universidad, y deben garantizar que los intereses y aspiraciones sociales tengan su reflejo en el ámbito universitario: impulsando la colaboración con la sociedad en general y con el tejido productivo, en particular, contribuyendo al desarrollo social, profesional, económico, tecnológico y cultural de la población; mejorando la calidad del servicio público de la educación superior; y obteniendo los recursos necesarios para asegurar su suficiencia económica y financiera. Por tanto, el pilar fundamental de la actividad de los Consejos Sociales es conseguir mejorar permanentemente la Responsabilidad Social de las universidades

públicas. El Consejo Social debe encontrar un equilibrio entre las prioridades académicas y las sociales, para lo que tiene que estar en permanente escucha de las peticiones que la sociedad plantea, y posibilitar la actualización continua de un diagnóstico adecuado de las demandas sociales que permita dirigir las líneas estratégicas de la Universidad hacia el equilibrio territorial.

3. Compromisos con el territorio. La transferencia de conocimiento.

En el siglo XXI pocos cuestionan la relación directa que existe entre el desarrollo científico y tecnológico de una región o país, y su nivel económico y de bienestar. En consecuencia, la investigación científica y, especialmente, el desarrollo tecnológico han pasado a ser los motores del funcionamiento económico de la sociedad. El final del siglo XX trajo consigo un cambio tecnológico radical que transformó la economía tradicional basada en la optimización del uso de los recursos: tierra, trabajo y capital, en una economía que tiene como base de la producción a la información y al conocimiento.

Los modelos de desarrollo territorial aplicados los últimos años han conseguido, sobretudo en Europa, unos niveles de progreso significativo en muchas zonas de los países europeos tradicionalmente marginadas, pero ese desarrollo no se podrá mantener y ampliar sino se dan pasos decididos hacia la globalización de estos procesos. Esta nueva situación lleva a las universidades a situarse como un actor fundamental, donde a las dos funciones clásicas de la universidad humboldtiana de finales del siglo XIX, docencia e investigación, se le añaden nuevas misiones, relacionadas con la atención al desarrollo socioeconómico de su entorno, que producen tensiones internas.

La realidad de las universidades en España es que, aunque con notables excepciones, carecen de la calidad que les permita cumplir su función de estímulo al desarrollo de los territorios en los que se ubican. Los territorios necesitan universidades excelentes, selectivas, que proyecten el principio de la igualdad de oportunidades, y que constituyan focos de atracción de talentos y difusión productiva hacia el tejido socioeconómico. Frente a este ideal, nos encontramos con una dispersión de puntos universitarios en el mapa del país cortados por el mismo patrón de gestión asamblearia, “café para todos” e indiferencia por el mundo real.

Los procesos de convergencia, como el impulsado en Europa desde Bolonia (o la creación hace unos años del Consejo Universitario Iberoamericano), debería de ser una gran oportunidad para reflexionar sobre lo que hacemos y como mejorarlo. Tendría que servir para abrir las universidades a la Sociedad, haciéndolas más permeables a las demandas que esta le hace, aumentando su compromiso con el territorio más cercano, y convergiendo hacia un auténtico Espacio Global de Oportunidades. Las universidades iberoamericanas, como las europeas, tienen que demostrar capacidad de respuesta frente a las demandas específicas que se generan en los procesos políticos y sociales. La estrategia para conseguir el fortalecimiento de las relaciones entre la Universidad, y los actores sociales y públicos de los territorios debe dirigirse a la constitución de una “red de conocimiento para la gestión territorial”, que promuevan los gobiernos y esté integrada por la red de consejos territoriales y las instituciones públicas, de las que las universidades son parte fundamental.

Las funciones básicas de la Universidad son la educación, la investigación y el propio servicio a la comunidad (cometido cívico); mientras que las claves del desarrollo territorial son la innovación, las aptitudes, y la cohesión cultural y comunitaria. Para que la Universidad sirva mejor a los territorios se necesita acercar esta tarea de forma consistente y sistemática, estableciendo mecanismos permanentes que reduzcan la distancia entre Universidad y Territorio. Esto no será posible sino se producen cambios institucionales en la Universidad, que deben pasar por la creación de un centro de dirección reforzado con sistemas de gestión

profesional plenamente operativos en transferencia del conocimiento, recursos humanos, y gestión de sistemas financieros e informáticos, que hagan compatible la excelencia académica e investigadora con las obligaciones para el territorio.

A partir del Control y Evaluación del sistema universitario, para lo que es imprescindible la planificación y un sistema de información adecuado, podremos responder a las preguntas: ¿qué es? y ¿qué quiere o debe ser?. La respuesta a esas preguntas será establecer los servicios que se deben prestar por la institución y los compromisos de calidad que se ofrecen. La unión de los servicios que se prestan, los compromisos ofrecidos, los indicadores de calidad establecidos y el sistema de seguimiento de esos compromisos, constituyen la “carta de servicios” de cualquier institución. La carta de servicios es un contrato que la institución establece con el ciudadano o con el territorio.

4. Conclusiones y reflexiones finales

Quizás estemos asistiendo al acontecimiento más importante en la historia de las universidades europeas desde principios del siglo XIX, en el que se produjo la adaptación de la vieja Universidad medieval a las necesidades de la sociedad industrial. Estamos presenciando actualmente el nacimiento de un tercer modelo de Universidad marcada por la universalización de sus usuarios (democratización de su acceso), de sus ámbitos de acción (respondiendo a las necesidades de la sociedad global), y de sus objetivos (al servicio de la sociedad del conocimiento). La sociedad pretende que la Universidad no sólo ofrezca a los estudiantes la posibilidad de adquirir competencias profesionales, sino que transmita valores sociales que los forme como ciudadanos. Debe ser una escuela de rigor, de compromiso social y de espíritu emprendedor e innovador. Para que ello sea posible es necesario que la tercera misión de las universidades sea asumida como eje central en la planificación de sus objetivos y promovida por la alta dirección.

El sistema universitario tiene que sentir como una oportunidad las exigencias que la sociedad, de la que depende y a la que se debe, le demanda, y saber que el cumplimiento de esas necesidades están en la base de su futuro. En este momento existe un contexto apropiado para el cambio debido al: nuevo paradigma hacia una mayor justificación social; proceso de convergencia europea donde la funcionalidad y flexibilidad de las enseñanzas será fundamental; y además, a la puesta en marcha de nuevos sistemas de financiación para las universidades públicas, que obligará a competir por los fondos públicos y exigirá una mayor aportación de fondos privados (un ejemplo es el programa de Andalucía 2007-2011).

El concepto de Responsabilidad Social Corporativa (RSC), tiene mucho que ver con el papel que deben jugar las universidades (mucho más las públicas) en la sociedad actual y en la del futuro. Para cumplir con la Responsabilidad Social es necesario un uso eficiente de los recursos, lo que no se puede conseguir sin aplicar prácticas de buen gobierno en las organizaciones.

Hay que propiciar el debate público sobre el modelo de gobierno de las universidades públicas españolas, y converger hacia uno basado en la calidad y la eficiencia que es el que está dando mejores resultados a nivel mundial. Los Consejos Sociales de las universidades son los órganos de participación de la Sociedad en la Universidad, y deben garantizar que los intereses y aspiraciones sociales tengan reflejo en el ámbito universitario. La Universidad no es patrimonio de los universitarios sino de la Sociedad. Por tanto, el pilar fundamental de los Consejos Sociales es conseguir mejorar permanentemente la Responsabilidad Social de las universidades públicas. El desarrollo, aunque todavía incompleto, de los Consejos Sociales, ha hecho crecer la necesidad de justificar las decisiones con criterios racionales (planificación, programación, dirección y control), de forma que fuesen entendidas por personas ajenas al

mundo académico. No obstante, existen problemas derivados de la incorporación de los miembros externos al mundo académico en los Consejos Sociales: escasa dedicación de tiempo; pueden no estar formados ni entrenados para afrontar los problemas complejos de las universidades; y dependen excesivamente de la información que les proporcionan los responsables de la gestión interna de la Universidad.

El proceso de convergencia europea, impulsado desde Bolonia, debería de ser una gran oportunidad para reflexionar sobre lo que hacemos y como mejorarlo. Tendría que servir para abrir las universidades a la sociedad, haciéndolas más permeables a las demandas que esta les hace, aumentando su compromiso con el territorio más cercano y convergiendo hacia un auténtico espacio global de oportunidades. Este proceso debe posibilitar el establecimiento de lazos más efectivos con Iberoamérica, convirtiendo los intercambios actuales entre universidades de uno y otro lado del Atlántico en una verdadera red de gestión del conocimiento de doble vía.

Para establecer y hacer efectivo el compromiso de las universidades con el territorio, es obligado el Control y Evaluación del sistema universitario, para lo que es imprescindible la planificación y un sistema de evaluación adecuado. Una vez que cada Universidad “sepa” que es y que quiere o debe ser, se podrán determinar los servicios que puede prestar la institución y los compromisos de calidad que se ofrecen. La unión de los servicios que se prestan, los compromisos ofrecidos, los indicadores de calidad establecidos y el sistema de seguimiento de esos compromisos, constituyen la “carta de servicios” de cualquier institución, que debe ser el contrato que se establece con el territorio.

En España se ha dado un salto de gigante en los últimos 30 años, democratizando el acceso a la Universidad y expandiendo el número de universidades a toda la geografía española, de tal modo que no hay una capital de provincia que no tenga su Universidad. Reconociendo los efectos positivos indudables de esta evolución, porque es obvio que es mejor tener universidades aunque sean deficientes que no tenerlas, el futuro se presenta complejo. Para que el sistema creado sea sostenible y aspire a alcanzar el nivel de calidad suficiente para competir en un mundo cada vez más globalizado, no debemos errar en el diagnóstico y mucho menos en las expectativas esperadas. Es imposible conseguir la excelencia, imprescindible para competir, si nuestras universidades no se especializan. En este sentido los Estados Autonómicos deben favorecer, con inteligencia política, la diferenciación de sus universidades, tanto en cuanto a la formación de profesionales, como a la hora de hacer ciencia.

Shuman y Monet, los padres de la Unión Europea actual, decían que es posible transformar las relaciones entre los Estados y mejorar la vida de millones de ciudadanos. Para seguir avanzando en este sueño, que se ha hecho realidad en bastante medida, y hacerlo sostenible, la creación y transmisión de conocimiento tiene que ser uno de sus pilares centrales. El conocimiento en su concepción más global que es sino cultura en los términos que la UNESCO, en su declaración de 1982 en México, la definía “la cultura da al hombre la capacidad de reflexionar sobre sí mismo. Es ella la que hace de nosotros seres específicamente humanos, racionales críticos y éticamente comprometidos.....”. Leyendo esta definición de cultura y las aspiraciones de Shuman y Monet parece claro que la Universidad tiene una alta responsabilidad en estos cometidos que deben seguir siendo fuente de inspiración.

Referencias bibliográficas

Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (ANECA). *La Universidad del siglo XXI*. IX Foro ANECA, noviembre de 2007.

- Echeverri, R. (2006). Nuevas instituciones territoriales en México. *Ponencia del Seminario Internacional sobre Desarrollo Agroalimentario y Rural. Perspectivas de Futuro*. México.
- Guerrero, J.E. (2003). Mecanismos para compensar los efectos de las asimetrías de la integración regional y la globalización: lecciones para América Latina y el Caribe. El caso de Andalucía y la Unión Europea. *Seminario "Global y Local: el desafío regional en América Latina y el Caribe"*. Banco Interamericano de Desarrollo. Milan (Italia).
- Fundación Conocimiento y Desarrollo. *Informes C y D 2004, 2005, 2006 y 2007. La contribución de las universidades españolas al desarrollo*. Barcelona.
- Guzmán, M. y Martínez, E. (2003). La cohesión territorial en Europa ante la ampliación de los Países de Europa Central y Oriental: oportunidades para el desarrollo del medio rural. *V Coloquio Hispano-Portugués de Estudios Rurales. SPER Y AEEA* (Bragança, 23 y 24 octubre).
- Guzmán, M. (2002). Políticas de Desarrollo Rural en la Unión Europea: El caso de Andalucía. *Ordenación Territorial: Desarrollo de Predios y Comunas Rurales*. Facultad de Agronomía e Ingeniería Forestal. Pontificia Universidad Católica de Chile. LOM Ediciones. Santiago de Chile.
- Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (2003). Desarrollo Rural Sostenible. Enfoque Territorial. *Boletín enero 2003*. Costa Rica.
- International Association of University Governing Bodies (IAUGB). *La Sociedad se encuentra con la Universidad*. 1ª Reunión de la IAUGB, celebrada en Granada (España) el 23 y 24 de octubre de 2006. Coordinadoras de la edición: Francisca García-Sicilia y Begoña Moreno Castaño. Editada por la Consejería de Educación de la Comunidad de Madrid.
- Larrán, M. (2008). *La Responsabilidad Social: algo más que una moda*. Ponencia elaborada en el marco del proyecto: "Elaboración de la Memoria de Responsabilidad Social de las universidades públicas andaluzas" puesto en marcha por el Foro de Consejos Sociales de las universidades andaluzas.
- Michavila, F. y Calvo, B. (1998). *La Universidad española hoy. Propuestas para una política universitaria*. Editorial Síntesis. Madrid.
- Moles, R. J. (2006). *¿Universidad S.A.?. Público y privado en la educación superior*. Editorial Ariel. Barcelona.
- Olcese, A. (2005). *Teoría y práctica del buen gobierno corporativo*. Ed. Marcial Pons. Madrid.
- Toledo, F.; Alcón E.; y Michavila F. (editores) (2006). *Universidad y Economía en Europa*. Ed. Tecnos. Madrid.
- Sotelo, I. (2007). *El cometido cívico y cultural de las universidades públicas*. Ponencia inaugural de las XXXI Jornadas de Consejos Sociales de las Universidades Públicas Españolas, celebradas en Córdoba (España) los días 22 y 23 de noviembre de 2007. La ponencia fue publicada después, con el título "La Universidad en la encrucijada" en el n° 181 de la revista *Claves de razón práctica*.
- Vilalta, J.M. (Dir.) y otros (2006). *La rendición de cuentas de las universidades a la sociedad*. Editado por la Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (ANECA).

Estrategias de formación y transferencia tecnológica para el sector agroalimentario y el mundo rural: la Red de Formadores Agrarios

José María García Álvarez-Coque
Joan Ramon Peris i Guanter
Teresa López-García Usach

Introducción

El objetivo de este artículo es presentar la Red de Formadores Agrarios creada por la Fundación IVIFA para la mejora del estado de la formación y la transferencia en el sector agroalimentario y el mundo rural.

El artículo se estructura en tres apartados además de esta breve introducción. El apartado 2 establece los antecedentes, destacando la importancia del factor humano y tecnológico para el desarrollo del sector agroalimentario. Así, la capacitación de los recursos humanos pasa por la formación del mismo modo que la mejora tecnológica requiere investigación y transferencia.

En el apartado 3 se realiza una aproximación a la situación de la formación agraria en España. En el apartado 4 se describe la Red, explicando su origen, los objetivos que persigue y las actividades que realiza. El artículo concluye con unos comentarios finales apuntando las líneas de acción que se propone desarrollar la Red.

1. Antecedentes

En la actual era del conocimiento, existe evidencia de que el desarrollo económico y social de una región determinada o de un sector en particular, está basado en la formación de capital humano, en la investigación que impulsa la generación de conocimiento, en el desarrollo y en la transferencia tecnológica.

La formación refuerza la capacidad de innovar, esto es, la habilidad de hacer algo “nuevo” utilizando información nueva o información ya existente de otro modo, obteniendo resultados novedosos (Spielman *et al*, 2008). Por ello, la formación contribuye a la creación y consolidación de economías más innovadoras y competitivas. Además, los beneficios que reporta a largo plazo la inversión en formación no son comparables con ningún otro tipo de inversión alternativa al no encontrarse sometidos a ciclos ni recesiones (Farinós, 1998).

Según Porter (1990), “la innovación incluye no sólo mejoras tecnológicas sino también mejoras en el modo de hacer las cosas”, para lo que se requiere formación. Uno de los factores determinantes de la competitividad según el diamante de Porter es la mano de obra cualificada. Y del mismo modo que se afirma que un cluster incrementa la competitividad, también lo hace una red puesto que puede definirse como un tipo de cluster que no necesita una localización geográfica común (Beckerman y Skjöldebrand, 2006).

El término red (*network* en inglés) puede definirse como “un grupo de gente, organizaciones, etc. que están conectadas o que trabajan juntas”. Del mismo modo, interconectar o poner en red (términos por los que podría traducirse *networking*) es “la práctica de reunir gente que trabaja en la misma área, para compartir información, apoyarse unos a otros, etc.” (Logman, 1995). Una estructura en red facilita la interlocución de sus miembros y dada la ausencia de relaciones jerárquicas permite que los integrantes de la misma cooperen y participen en igualdad (Koschatzky, 2002).

La acumulación de capital humano resulta, junto con la acumulación de capital físico, determinante para el crecimiento económico (Helpman, 2004). La generación de conocimiento (investigación) y su difusión (transferencia y extensión) son elementos necesarios para la formación de tal capital humano.

La agricultura no constituye en este caso una excepción por lo que la formación es un elemento estratégico dado que el factor humano repercute en el potencial desarrollo de las áreas rurales y en la capacidad de innovación del sector (Farinós, 1998).

Es más, la primera vez que aparece la palabra "innovación" en castellano, en 1899, hace referencia al sector agrario. La cita, que figura en un texto anónimo que conserva la Real Academia Española describe "el carácter refractario del agricultor español a toda innovación hija de los modernos estudios de agronomía" (Martínez Alonso, 2008).

Los inicios de la formación en agricultura en España se remontan a las cartillas técnicas que menciona Jovellanos en su Informe sobre la Ley Agraria (1795). Su confección fue encargada a las Reales Sociedades de Amigos del País, entidades que reunían nobleza, clero y burguesía para, entre otros fines, fomentar la agricultura, la industria, el comercio y la enseñanza. Las cartillas debían suplir la falta de conocimientos útiles de los propietarios y labradores, aspecto que contribuía a explicar la escasa producción agrícola y la situación de miseria en la que vivían los campesinos.

En 1818 se instaura la enseñanza oficial de Agronomía en España con la creación de seis cátedras de agricultura en Badajoz, Burgos, León, Sevilla, Toledo y Valencia. Más tarde, en 1855, se crea la "Escuela Central de Agricultura", precursora de las escuelas de peritos e ingenieros agrónomos. La enseñanza en la Escuela Central quedaba organizada en una sección científica, para los ingenieros agrónomos y otra tecnológica, para los peritos agrícolas. Posteriormente, en 1866, se añadió una tercera sección para la formación de capataces agrícolas. A partir de 1869 pasa a denominarse Escuela General de Agricultura y en 1875 se crea la Estación Agronómica, que sería el centro precursor de la investigación agraria.

Actualmente la formación agraria superior se imparte en las universidades, que también realizan labores de investigación. Por otro lado están los centros de investigación agraria cuyas competencias han sido transferidas a las Comunidades Autónomas, aunque están coordinados con el Instituto Nacional de Investigación y Tecnología Agraria y Alimentaria (INIA) a través de la Comisión Coordinadora de Investigación Agraria INIA-Comunidades Autónomas.

Como se ha indicado, el objetivo prioritario de formar a los agricultores era lograr incrementos en la producción. Posteriormente han ido apareciendo otros objetivos como son la mejora de las condiciones de vida de los agricultores, la calidad de los productos, la conservación del medio ambiente y los recursos naturales o la preocupación por el bienestar de los animales. De este modo, las necesidades formativas en agricultura se han ido incrementando y diversificando sin que el sistema de formación haya evolucionado del mismo modo para adaptarse a la nueva situación.

De hecho, la agricultura ha sido un sector descuidado en las agendas de formación y también de investigación y desarrollo de los gobiernos. Esto puede ser debido a que, en los países industrializados la agricultura ha ido representando cada vez un porcentaje menor del PIB y ha reducido considerablemente el número de empleados. Además, la disponibilidad de alimentos abundantes y "baratos" ha desviado las prioridades políticas a otros ámbitos y sectores. En cambio, en los países en desarrollo el principal motivo sería la falta de recursos para atender estas necesidades.

Este largo descuido de la formación y la transferencia en el sector agroalimentario y el mundo rural es una de las razones que se encuentran en la base de la actual situación de crisis alimentaria a nivel mundial. El sector agrario se ha mostrado incapaz de dar respuesta a los

factores que han modificado las condiciones de oferta y demanda en los mercados de alimentos que han presionado los precios al alza. La falta de formación y transferencia explicaría, en parte, que no se haya sido capaz de prever la aparición de dificultades ni, ante tal escenario, plantear soluciones de corto plazo.

Remediar esta situación pasa necesariamente por el refuerzo del sistema de formación y transferencia en el sector agroalimentario. Mejorar las áreas de investigación y prospectiva permitiría anticipar acontecimientos. De igual modo, incrementar la transferencia de los resultados de las investigaciones dotaría a los productores agrarios y al mundo rural de más medios para hacer frente a este tipo de situaciones.

En su informe sobre el incremento de precios de los cereales la OCDE y la FAO (2008) advierten que la inversión en agricultura -incluyendo investigación, extensión y formación- puede ser el mejor modo de acabar con la pobreza y estimular la actividad económica. Así, la inversión en I+D, la transferencia de tecnología y la extensión de servicios, especialmente en las economías menos desarrolladas, pueden tener un gran impacto en el incremento de la productividad y la obtención de resultados.

Además, dadas las evidencias de que la agricultura puede considerarse el motor de crecimiento económico tanto en los países en desarrollo como en los países desarrollados (Tiffin e Irz, 2006), la inversión en formación en el sector agrario tendría repercusiones positivas en el conjunto de la economía. Y esta formación debe adaptar de forma permanente la cualificación profesional de los agricultores a las necesidades competitivas del sector (Muños Roldan, 2003).

Del mismo modo, la Comisión Europea (2008) indica que la falta de inversión en investigación y desarrollo puede entorpecer la capacidad de hacer frente al crecimiento de la demanda de alimentos. Es destacable que el gasto público en agricultura se haya reducido a la mitad entre 1980 y 2004, y que la inversión privada, a pesar de su importancia, no haya sido capaz de compensar esta reducción, especialmente en los países pobres. Esta falta de inversión estaría directamente relacionada con el estancamiento de los rendimientos, el incremento de costes de producción y la reducción de los beneficios.

Ante esta situación, si los países no realizan un esfuerzo en investigación e innovación no serán capaces de responder adecuadamente a los retos sociales y económicos existentes ni podrán aprovechar las oportunidades que surjan en el futuro. España se sitúa en la cola de la UE en cuanto a inversión en I+D+i y formación, por lo que es especialmente urgente tomar medidas.

Además de incrementar la inversión global en formación es igualmente necesario diversificar las fuentes de financiación dado que casi el 90% del gasto en educación procede de fondos públicos (OCDE, 2008). Es conveniente analizar formas de financiación mixtas, partenariados público-privados puesto que un sistema de formación completo requiere la acción conjunta de instituciones públicas y privadas catalizadas por la acción del gobierno para promover mayores innovaciones (Spielman *et al*, 2008). También hay que maximizar la eficiencia de los fondos invertidos puesto que el citado informe de la OCDE indica que muchos países, especialmente los países pobres, tienen un considerable potencial de crecimiento mediante un uso más eficiente de los recursos disponibles, sin necesidad de incrementarlos.

Una iniciativa para paliar esta situación general de déficit y descoordinación del sistema en formación agraria es la Red de Formador/Es Agrarios promovida por la Fundación Instituto Valenciano de Investigación y Formación Agroambiental –IVIFA-. Su objetivo principal es fomentar la coordinación entre nodos de conocimiento con el propósito de superar las dificultades que para el sector agroalimentario y rural suponen las carencias en formación y transferencia. El ámbito inicial de actuación es la Comunidad Valenciana aunque

extiende su influencia al conjunto del estado sin descuidar el ámbito internacional, especialmente orientado a América Latina.

2. La Formación Agraria en España

En este apartado se describe la situación de la formación agraria en España. La primera dificultad que encontramos a la hora de abordarla es la definición del concepto. Entendemos que éste engloba, por una parte, cualquier tipo de formación (general y específica) que proporcione cualquier entidad a las personas vinculadas al sector agroalimentario y al mundo rural. Por otra parte, se podría considerar toda formación específicamente agraria (incluyendo industria agroalimentaria y desarrollo rural) que suministre cualquier entidad a cualquier persona.

Aquí nos centraremos en la formación que se proporciona a las personas vinculada al mundo agroalimentario y rural que comprende formación reglada y no reglada.

2.1. Formación reglada

La formación reglada es la que se imparte en el sistema educativo dependiente del Ministerio de Educación, Política Social y Deporte, aunque las competencias están en manos de la Comunidades Autónomas. En educación primaria no hay formación específicamente agraria por lo que nos centraremos en la educación secundaria (formación profesional) y terciaria (enseñanza universitaria).

La formación profesional comprende el conjunto de enseñanzas que capacitan para el desempeño cualificado de las distintas profesiones. Se compone de una formación profesional de base y de una formación profesional específica del módulo elegido que se adentra en las áreas de conocimiento teórico-prácticas de cada campo profesional.

En su funcionamiento coexisten diversos ámbitos de formación -continua y ocupacional- y su competencia la ejercen diversas administraciones. Para tratar de paliar esta situación se creó en 1998 el Consejo General de la Formación Profesional, órgano consultivo adscrito al ministerio de trabajo y asuntos sociales en el que participan las organizaciones empresariales, sindicales y las administraciones públicas. El Consejo está concebido como órgano especializado que asesora al gobierno en materia de formación profesional. En colaboración con el Instituto Nacional de las Cualificaciones define, elabora y mantiene actualizada el catálogo de títulos profesionales.

La formación profesional se estructura en ciclos de enseñanza media (a los que se accede con el graduado en Educación Secundaria Obligatoria-ESO- o equivalente) y ciclos de enseñanza superior (a los que se accede con el título de técnico medio o de bachiller). El sistema comprende 26 familias profesionales que ofrecen una gran diversidad de títulos de ciclo medio y superior. Tres de estas familias están relacionadas con el sector agroalimentario y los títulos que ofrecen se recogen en la tabla 1.

Esta oferta quedará ampliada en breve puesto que se acaba de publicar el Real Decreto 1375/2008, de 1 de agosto, por el que establecen doce nuevos certificados (Tabla 2).

La formación profesional ha sido tradicionalmente un sistema desprestigiado en relación con otras alternativas educativas, como también lo es la agricultura como profesión. Es incluso cuestionable que el modelo de profesión sea aplicable a la agricultura porque no suele ser una actividad a tiempo completo ni la fuente principal de renta de quien la desempeña, no está reconocida socialmente, no se exige una cualificación técnica formalmente acreditada y no está regulada la entrada a la actividad (Gómez Benito, 2003). Acabar con este desprestigio pasa, entre otros aspectos, por mejorar el funcionamiento del sistema educativo y adaptarlo a las condiciones cambiantes de la demanda.

Tabla 1: Ciclos de formación profesional relacionados con la agricultura

Actividades agrarias	Grado medio	Explotaciones agrarias extensivas
		Explotaciones agrarias intensivas
		Explotaciones ganaderas
		Jardinería
		Trabajos forestales y conservación del medio natural
	Grado superior	Gestión y organización de empresas agropecuarias
		Gestión y organización de recursos naturales y paisajísticos
Industrias alimentarias	Grado medio	Conservaría vegetal, cárnica y de pescados
		Elaboración de aceites y jugos
		Elaboración de productos lácteos
		Elaboración de vinos y otras bebidas
		Matadero y carnicería-charcutería
		Molinería e industrias cerealistas
		Panificación y repostería
	Grado superior	Industria alimentaria
Actividades marítimo-pesqueras	Grado medio	Operaciones de cultivo acuícola
	Grado superior	Producción acuícola

Fuente: Elaboración propia a partir del Ministerio de educación, política social y deporte, 2008.

Tabla 2: Nuevos certificados profesionales de la familia agraria (Real Decreto 1375/2008)

1-Actividades auxiliares en ganadería
2-Actividades auxiliares en agricultura
3-Actividades auxiliares en viveros jardines y centros de jardinería
4-Cultivos herbáceos
5-Fruticultura
6-Horticultura y floricultura
7-Producción cunícola intensiva
8-Producción avícola intensiva
9-Instalación y mantenimiento de jardines y zonas verdes
10-Producción porcina de recría y cebo
11-Producción porcina de reproducción y cría
12-Jardinería y restauración del paisaje

Fuente: Boletín Oficial del Estado nº 215, 5 septiembre 2008.

Respecto a la enseñanza universitaria en el área de la agricultura y la industria alimentaria, los títulos que se ofertan en las universidades españolas son los que se recogen en la tabla 3.

Tabla 3: Carreras universitarias vinculadas al sector agroalimentario en España

Título	Ciclo
Ingeniería Agrónoma	1º y 2º ciclo
Ingeniería de Montes	1º y 2º ciclo
Veterinaria	1º y 2º ciclo
Biología	1º y 2º ciclo
Biotecnología	1º y 2º ciclo
Ciencias ambientales	1º y 2º ciclo
Ingeniería Técnica Agrícola ²¹	1º ciclo
Ingeniería Técnica Forestal ²²	1º ciclo
Nutrición humana y dietética	1º ciclo
Tecnología de Alimentos	2º ciclo
Enología	2º ciclo

Fuente: Elaboración propia a partir del Catálogo de Títulos Universitarios.
Ministerio de Ciencia e Innovación, 2008.

Además, las universidades ofrecen un amplio catálogo de cursos de postgrado y master en estas áreas cuya temática, contenido y duración son variables. Generalmente los coordinan los centros de formación permanente y formación de postgrado de las universidades y pueden ir orientados a estudiantes de grado, de postgrado u otros destinatarios.

2.2. Formación no reglada

La situación de la formación no reglada es más difícil de delimitar debido a que el conglomerado de organismos, instituciones y empresas privadas que la ofrecen no está claramente identificado. Además, la proliferación de cursos no presenciales realizados a distancia a través de Internet hace que un inventario exhaustivo resulte inabordable. Paliar esta situación es un objetivo de la Red de Formadores.

3. Mejorar la Formación: la Red de Formadores Agrarios

La Red fue creada a finales de 2006 y busca articular a los actores que intervienen en la formación agraria con el propósito de coordinar sus actuaciones y detectar las carencias existentes. Su ámbito de actuación se centra en la Comunidad Valenciana, pero se extiende tanto a nivel nacional como internacional.

La idea surge a iniciativa de la Fundació Institut Valencià d'Investigació i Formació Agroambiental (IVIFA), una entidad de intermediación para conectar el mundo científico y académico con las bases del sector agrario: los agricultores y también los habitantes del medio rural. La fundación IVIFA fue creada en el año 2000 por la organización profesional agraria La Unió de Llauradors i Ramaders del País Valencià para dar respuesta a las necesidades, expectativas, carencias y problemas presentes en la agricultura. Uno de sus objetivos es establecer vínculos entre académicos y no-académicos para abordar conjuntamente las

²¹ Cuenta con cuatro especialidades distintas: explotaciones agropecuarias, hortofruticultura y jardinería, industrias agrarias y alimentarias; mecanización y construcción rural.

²² Cuenta con dos especialidades distintas: explotaciones forestales e industrias forestales.

problemáticas que afectan al sector agroalimentario y rural, puesto que la aportación de ambas partes ofrece más elementos para el análisis y enriquece el debate.

Así IVIFA posibilita la interlocución entre científicos y formadores por un lado y agricultores por otro. Y un instrumento para llevarlo a cabo es la Red de Formadores Agrarios, que permite de modo sencillo, accesible y de bajo coste ingresar en la sociedad del conocimiento en la que otros sectores han entrado de forma más decidida que el agrario. Así, puede resultar paradójico que un sector que se muestra proclive a adaptar las innovaciones técnicas en el ámbito productivo, se muestre más reticente en cuanto a la introducción de mejoras en la gestión y formación de recursos humanos.

La iniciativa Red de FormadorÆs surgió a raíz de una jornada IVIFA cuyo objetivo era analizar la situación de la formación agraria. La idea fuerza que se desprendió del análisis efectuado fue la necesidad de conocer en mayor profundidad la situación de la formación en el sector para determinar la adecuación entre oferta y demanda, detectar carencias y resolverlas.

En aquella jornada participaron representantes de las instituciones, del ámbito académico y científico y del medio agrario y rural. Para solucionar los problemas identificados surgió la idea de “poner en red” a los formadores a través de una plataforma informática a la que todos pudieran tener acceso y que sirviera de elemento de coordinación. Así surgió la Red de FormadorÆs y sus instrumentos son el directorio de formadores agrarios, el directorio de entidades de formación y el foro de formadores.

El directorio de formadores agrupa a los profesionales del ámbito de la formación que, una vez identificados, se han sumado a la iniciativa. Del mismo modo se ha creado el directorio de entidades de formación. En cuanto al foro, se pretende que los formadores comuniquen sus experiencias para difundir buenas prácticas y enriquecer el debate en torno a la formación. Otra actividad destacada es el Taller de Formadores Agrarios que, con temáticas específicas, se realiza anualmente.

La Red trabaja en estrecha colaboración con la Universidad puesto que, tal como afirma Clark (2006), la mejora del sistema de formación agraria en los países industrializados requiere el establecimiento de nuevas formas de relación con la Universidad que permita asignar los recursos y la experiencia que poseen de un modo más eficiente. Y una vez organizado y definido el sistema formativo hay que establecer vínculos con otros países para compartir experiencias que resulten mutuamente beneficiosas.

4. Comentarios finales

En agricultura, como en el resto de sectores de la economía, es necesaria la formación de capital humano y el sistema educativo debe responder a esta necesidad. Además, el actual contexto de crisis alimentaria ha puesto de manifiesto el descuido tanto en formación como en investigación que se ha producido en los últimos años en el sector. Por ello es conveniente incrementar la inversión en educación e investigación en agricultura, al igual que diversificar la procedencia de los fondos mejorando la contribución del sector privado.

Además de un déficit global en formación, se observa que existe poca coordinación entre las entidades que la imparten, especialmente en formación no reglada. Tampoco existen estructuras que puedan vertebrar a los actores implicados en la misma y ofrezcan una plataforma en la que sea posible compartir experiencias y abordar problemas. La Red de FormadorÆs Agrarios pretende suplir estas carencias identificando a las partes implicadas y facilitando el establecimiento de vínculos que sirvan para reforzar el sistema de formación.

Las líneas futuras de trabajo que se plantea la Red son, además de proseguir con la identificación de entidades vinculadas a la formación y la transferencia para el intercambio de

experiencias y buenas prácticas, evaluar los resultados de la inversión en formación y transferencia y estudiar las fórmulas de financiación del sistema educativo y de investigación.

Bibliografía

- Beckeman, M., Skjöldebrand, C. (2006). Clusters/networks promote food innovations. *Journal of Food Engineering* 79: 1418-1425.
- Clark, N. (2006) Application of the innovation system perspective in the African higher education sector: experiences and challenges. [Acceso el 26 de agosto de 2008] <http://www.ciat.cgiar.org/africa/pres.htm>
- Comisión Europea (2008). High prices on agricultural commodity markets: situation and prospects. Directorate-General for Agriculture and Rural Development. Directorate L. Economic analysis, perspectives and evaluations.
- Farinós Dasí, J. (1998). Cualificación de recursos humanos en el ámbito rural. La formación profesional agraria en el País Valenciano. *Agricultura y Sociedad* 86: 99-131.
- Generalitat Valenciana, Conselleria d'Educació.[Acceso el 20 de agosto de 2008] <http://www.gva.es/jsp/portalgv.jsp?br=1&re=1&co=es&chflash=true&force=si>
- Gómez Benito, C.(2003) La formación y profesión en la agricultura Española. *Libro blanco de la Agricultura y el Desarrollo Rural*. MAPA
- Helpman, E. (2004). El misterio del crecimiento económico. Antoni Bosch, editor. SA 12-13, 58-60.
- INCUAL. Instituto Nacional de la Cualificaciones.[Acceso el 02 de septiembre de 2008] <http://iceextranet.mec.es/iceextranet/accesoExtranetAction.do>
- Ingram, J. (2008). Agronomist-farmer knowledge encounters: an analysis of knowledge exchange in the context of best management practices in England. *Journal of the Agriculture, Food, and Human Values Societ.* 25: 405-418.
- Koschatzky, K. (2002). Fundamentos de la economía de redes. Especial enfoque a la innovación. *Economía Industrial* n°346
- Longman (1995). Dictionary of contemporary English. [Acceso el 11 de septiembre de 2008] 953 http://www.ldoceonline.com/dictionary/network_1
- Martínez Alonso, C. (2008). Innovar y envejecer. [Acceso el 9 de septiembre de 2008] http://www.elpais.com/articulo/opinion/Innovar/envejecer/elpepuopi/20080909elpepiopi_4/Tes
- Ministerio de Ciencia e Innovación. Catálogo oficial de títulos universitarios. [Acceso el 16 de septiembre de 2008] http://www.micinn.es/univ/jsp/plantilla.jsp?id=602&area=ccuniv&contenido=/ccuniv/html/direct_generales/direcgen.html
- Muñoz Roldán, J.(2003) Actividad formativas agrarias. *Libro Blanco de la Agricultura y el Desarrollo Rural*. MAPA
- OCDE (2008). Education at a glance: OECD indicators.
- Porter, M. E. (1990). The competitive advantage of nation. London: Mcmilan Press Ltd.
- Red de Formador/Es Agrarios. [Acceso el 01 de septiembre de 2008] <http://www.formadoresagrarios.net/es/>
- Spielman, D.J, Ekboir, J., Davis, K. and Ochieng, C.M.O (2008) An innovation systems perspective on strengthening agricultural education and training in sub-Saharan Africa. *Agricultural Systems* 98: 1-9.
- Tiffin, R., Irz, X. (2006). Is agriculture the engine of growth? *Agricultural Economics*, 35 79-89.

Los Programas de Desarrollo Rural (2007-2013) de la Unión Europea y sus enfoques alternativos

**Lourdes Viladomiu
Jordi Rosell**

Introducción

El desarrollo de las zonas rurales de la Unión Europea incluye un amplio abanico de objetivos y ámbitos de intervención. Un rápido repaso de la evolución de la política comunitaria de desarrollo rural, de la política de estructuras agrarias a los actuales Planes de Desarrollo Rural (PDR), nos muestra esta realidad (Arroyos, 2007). Tradicionalmente el desarrollo del mundo rural se identificó con desarrollo agrario, y desarrollo agrario era símil de modernización de las explotaciones agrarias. Formación, incorporación de tecnologías y creación de infraestructuras eran elementos claves para conseguir el desarrollo. Desde mitad de la década de los 80's y en un contexto de importantes excedentes agrarios y de disminución de los activos agrarios se opera un cambio en el planteamiento del desarrollo rural enfatizándose la diversificación como eje del desarrollo rural. Diversificación tanto de las explotaciones agrarias hacia otras actividades no necesariamente agrarias, como diversificación del espacio rural a través de la incorporación de actividades de diferentes sectores. También la calidad de vida en el medio rural recibe especial atención con el objetivo de retener y atraer población. Con el fin de favorecer la diversificación, la Comisión Europea experimenta nuevas metodologías cuyo representante más conocido es la Iniciativa Comunitaria Leader. En los 90's la intervención agraria incorpora el medio ambiente como un elemento nuevo en el desarrollo de los territorios rurales europeos encaminado a potenciar modelos agrarios que contribuyan a la conservación y mejora del entorno físico.

En consecuencia, el desarrollo rural se plasma hoy bajo tres ópticas: la tradicional de modernización agraria; una segunda basada en la diversificación tanto de las explotaciones agrarias como del tejido productivo local; y, por último, un enfoque que enfatiza la conservación del entorno y la mejora del medio ambiente. No debe extrañar, pues, que el marco reglamentario de la ayuda comunitaria al desarrollo rural para el período 2007-2013 proponga concentrar las actuaciones en tres “objetivos fundamentales”:

- la competitividad de la agricultura y la silvicultura,
- la gestión de las tierras y el medio ambiente,
- la calidad de vida y la diversificación de las actividades.

Al objeto de materializar estos tres objetivos, los Programas de Desarrollo Rural para el período de programación 2007-2013 contienen tres ejes donde se agrupan las actuaciones dedicadas a alcanzar los tres objetivos fundamentales:

- Eje 1: aumento de la competitividad del sector agrícola y forestal
- Eje 2: mejora del medio ambiente y del entorno natural
- Eje 3: calidad de vida en las zonas rurales y diversificación de la economía rural

Además, los PDR contienen un cuarto Eje (“Enfoque Leader”) de carácter metodológico, ya que incorpora las actuaciones – la puesta en marcha de estrategias de desarrollo local – que con metodología Leader van a desarrollarse en los tres Ejes citados.

El marco reglamentario de la ayuda comunitaria para desarrollo rural²³ a escala comunitaria contempla la promulgación de unas “directrices estratégicas comunitarias de desarrollo rural” para establecer las prioridades de actuación para cada uno de los ejes. Estas Directrices, que vieron la luz en Febrero del 2006 (Consejo de la Unión Europea, 2006), no contienen indicación alguna sobre el reparto de recursos entre ejes. La única indicación sobre este reparto se encuentra en el marco reglamentario, en lo que llama “equilibrio entre los distintos objetivos” (artículo 17 del Reglamento (CE) 1698/2005), que establece porcentajes de asignación mínimos de los recursos del FEADER para cada uno de los ejes:

- Eje 1 (aumento de la competitividad del sector agrícola y forestal): asignación mínima del 10 %.
- Eje 2 (mejora del medio ambiente y del entorno natural): mínimo del 25 %.
- Eje 3 (calidad de vida en las zonas rurales y diversificación de la economía rural): mínimo del 10 %.
- Eje 4 (Leader): mínimo del 5%.

Lo anterior significa que la asignación de recursos entre los distintos objetivos o ejes corresponde a los responsables de los Programas de Desarrollo Rural, siempre respetando los mínimos reglamentarios para cada eje.

La asignación de recursos entre los distintos ejes de los PDRs evidencia, pues, la relevancia que los distintos territorios conceden a cada uno de los objetivos fundamentales del desarrollo rural. En este trabajo nos ocuparemos de la distribución de los recursos entre estos objetivos en los PDRs al objeto de averiguar la relevancia dada a cada uno de estos tres objetivos en los distintos territorios europeos²⁴. En concreto, intentaremos indagar si el sesgo de las intervenciones hacia uno u otro objetivo responde a pautas geográficas u de otra índole, a la vez que construiremos una tipología de programas en función del peso de los objetivos en los Programas.

Para desarrollar este análisis tomaremos en consideración la totalidad de recursos públicos asignados en cada eje en los distintos PDRs. Es decir, consideramos los recursos procedentes del FEADER junto a los restantes recursos públicos (de los gobiernos centrales y de las regiones). Toda vez que los porcentajes de recursos mínimos a asignar reglamentariamente a cada Eje se refieren sólo a los procedentes del FEADER, algunos Programas dedican porcentajes de fondos públicos a algunos ejes por debajo de este mínimo dado que el porcentaje de co-financiación nacional no es fijo. Además, hemos procedido a agregar a los tres primeros ejes las medidas asignadas a la aplicación de estrategias de desarrollo local con enfoque Leader (Eje 4), que tienen como objetivo alcanzar algunos de los tres objetivos fundamentales. Es decir, los recursos de la medida 411 (actuaciones de mejora de la competitividad a través de estrategias de desarrollo local), 412 (medio ambiente y gestión de tierras) y 413 (calidad de vida y diversificación) se incluyen en los ejes 1,2 y 3, respectivamente.

1. Asignación de recursos y objetivos del desarrollo rural

La política comunitaria de desarrollo rural se despliega en el actual período de programación a través de ochenta y ocho Programas de Desarrollo Rural territoriales, sin contar los Marcos nacionales ni los Programas para las Redes de Desarrollo Rural. Diecinueve Estados miembros

²³ Nos referimos al Reglamento (CE) no 1698/2005 del Consejo de 20 de septiembre de 2005 relativo a la ayuda al desarrollo rural a través del Fondo Europeo Agrícola de Desarrollo Rural (FEADER)

²⁴ Un análisis más detallado de los diferentes PDRs para el período 2007-2013 se encuentra en Viladomiu y Rosell, 2008.

han presentado un solo PDR para la totalidad de su territorio. Tres Estados tienen un PDR para su territorio continental y otros para los territorios insulares o de ultramar. Finalmente, cinco países –entre los que se incluye a España- presentaron un PDR para cada región o territorio autónoma o federado. Italia (con 21 programas territoriales), España (con 17 programas territoriales) y Alemania (con 14 programas territoriales), son los Estados miembros con más Programas.

El análisis de la asignación de recursos por ejes en los PDR permite apreciar la relevancia de los recursos asignados al objetivo *Mejora del medio ambiente y el entorno rural* (Eje 2). Como muestra el cuadro 1, casi la mitad del gasto público para ayuda al desarrollo en el período 2007-2013 se destina al citado objetivo. El *aumento de la competitividad agraria y forestal* (Eje 1) recibe algo más de la tercera parte de los recursos, mientras que *Calidad de vida y diversificación rural* (Eje 3) recibe sólo el 16 %. El eje Leader (sin los recursos dedicados a las estrategias de desarrollo local) recibe un 1,2 %. Finalmente un 1,6 % de los recursos se dedican a asistencia técnica.

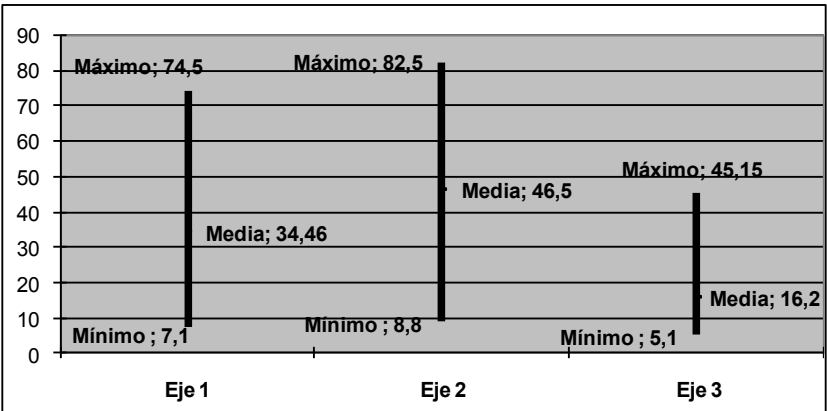
Cuadro 1: Distribución de los recursos públicos de los PDRs por Ejes.

	Mejora de la competitividad de la agricultura Eje 1	Mejora del medio ambiente y el entorno rural Eje 2	Calidad de vida y diversificación rural Eje 3	Eje 4 Leader
Unión Europea	34,7%	46,3%	16,1%	1,2%

FUENTE: Viladomiu y Rosell, 2008.

Los recursos, sin embargo, están distribuidos entre objetivos de forma muy dispar en los 88 Programas, como se aprecia en el Gráfico 1. El porcentaje de recursos públicos totales asignados al objetivo de mejorar la competitividad (Eje 1) se sitúa en un intervalo del 75% al 7%, con una media para el conjunto del 34,5%. Mientras que en el objetivo de mejora del medio ambiente y gestión de tierras (Eje 2) este intervalo se sitúa entre el 82,5% al 8,8%, siendo la media del 46,5%. Finalmente, el objetivo calidad de vida y diversificación (Eje 3), cuenta con recursos públicos asignados que representan entre el 45% y el 5% del total, con una media del 16,2%.

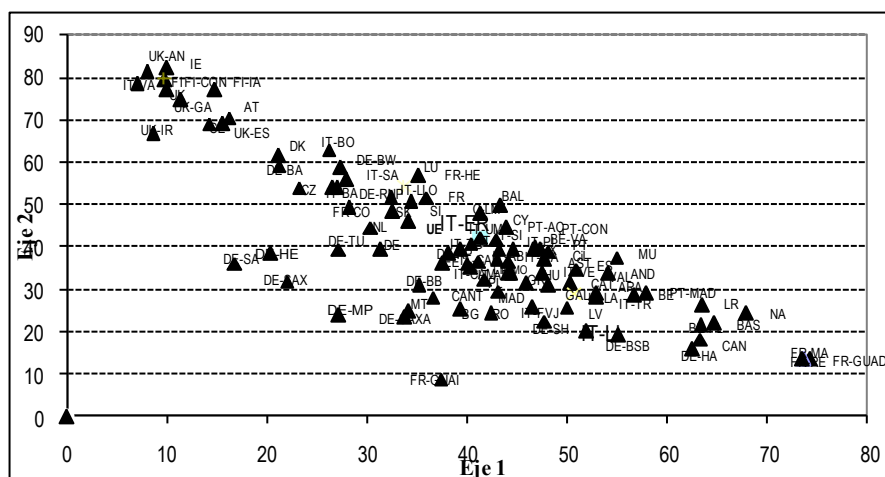
Gráfico 1: Distribución de los recursos públicos de los PDRs por Ejes



FUENTE: Viladomiu y Rosell, 2008.

Habida cuenta de la concentración de recursos en los dos primeros objetivos o ejes, nos ocuparemos de los porcentajes asignados en los PDRs a cada uno de estos Ejes. El Gráfico 2 muestra la dispar asignación de recursos entre los ejes 1 y 2 en los 88 PDRs en aplicación. En efecto, existe un amplio abanico de opciones que abarcan desde concentrar más del 70% de los fondos públicos en las actuaciones medioambientales y de gestión de tierras, como sucede en los tres PDRs de Gran Bretaña (Escocia, Gales y Inglaterra) y los de Austria, Finlandia y Suecia, hasta dedicar más de la mitad de los recursos al objetivo de mejora de la competitividad agraria en PDRs de Comunidades Autónomas españolas, algunas regiones italianas, portuguesas o belgas.

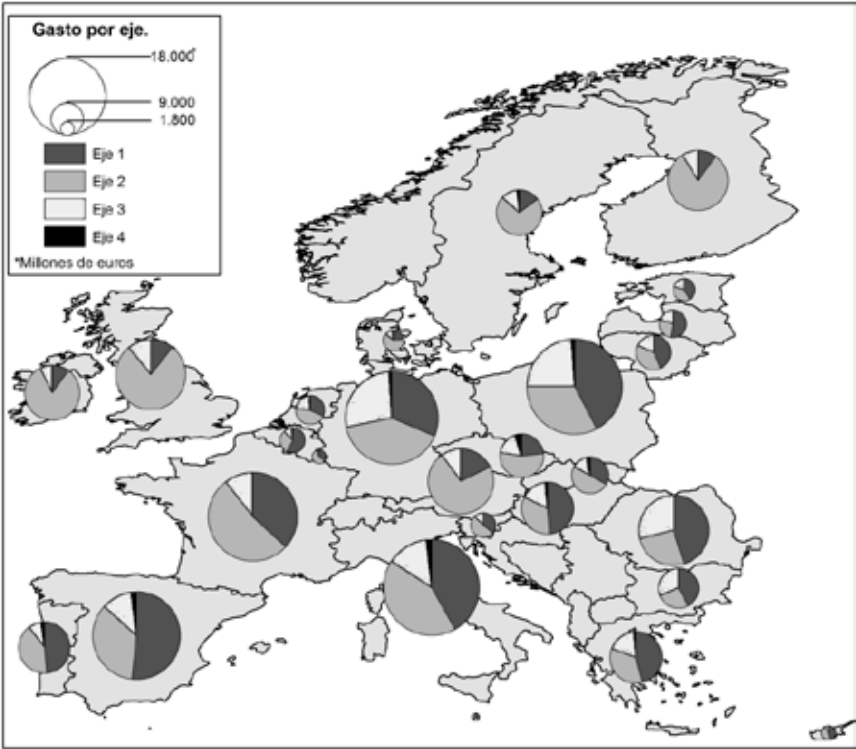
Gráfico 2: Distribución porcentual del gasto público en los Ejes 1 y 2 de los PDRs (Llave: Anejo 1)



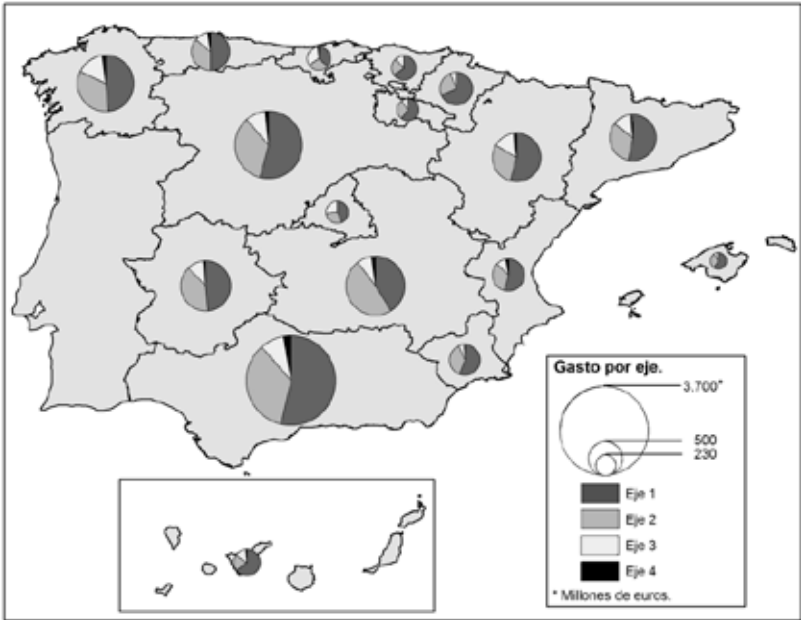
FUENTE: Elaboración propia

El gran número de PDRs existentes hace, empero, difícil visualizar las opciones en cuanto a objetivos. Por esta razón hemos procedido a un análisis de los 27 Estados Miembros, es decir, procediendo en algunos casos a agrupar sus diversos Programas territoriales. La disparidad de objetivos se hace patente en el mapa 1. La opción “medioambientalista”, expresada por una notable concentración de recursos de apoyo al desarrollo rural en el objetivo *medio ambiente y gestión de tierras*, es dominante en Reino Unido, Irlanda, países escandinavos, Austria y, en menor medida, en Francia. El sesgo hacia el objetivo *competitividad de la agricultura* se da en los cuatro países del Sur de la Unión Europea, así como en algunos países del Este (Bulgaria, Hungría y Rumania) y en Bélgica. Por último, la importancia del eje 3, *Calidad de vida y diversificación rural*, es mayor en algunos países del Este (Polonia, Bulgaria, Rumania), en Alemania y Holanda.

Cabe destacar que los países que más PRDs regionales tienen – Alemania, España e Italia – presentan diferencias en cuanto a la relevancia de los objetivos en cada uno de los Programas. En el caso de España, los Programas tienen un sesgo hacia el objetivo *competitividad*, con la excepción de Cantabria que presenta un fuerte equilibrio en la distribución de recursos entre los tres ejes, y de Castilla-La Mancha, en donde predomina el eje 2. La distribución puede apreciarse en el Mapa 2. Asimismo, se aprecia que Cantabria, Galicia, Aragón son las CC.AA. que relativamente destinan más recursos al eje 3.



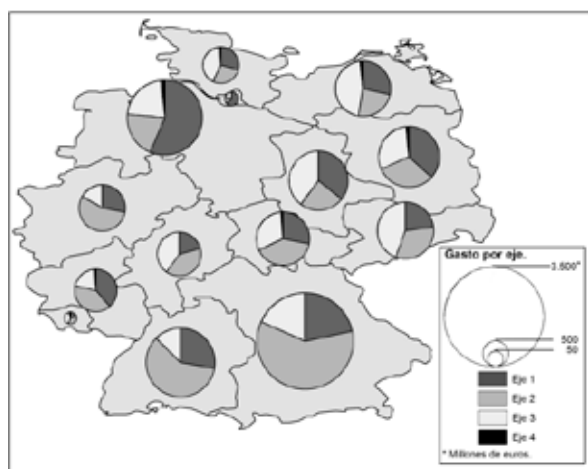
Mapa 1: Distribución de los recursos públicos por Estados miembros y Ejes. [Elaboración propia]



Mapa 2: Distribución de los recursos públicos de los PDRs de las Comunidades Autónomas por Ejes. [Elaboración propia]

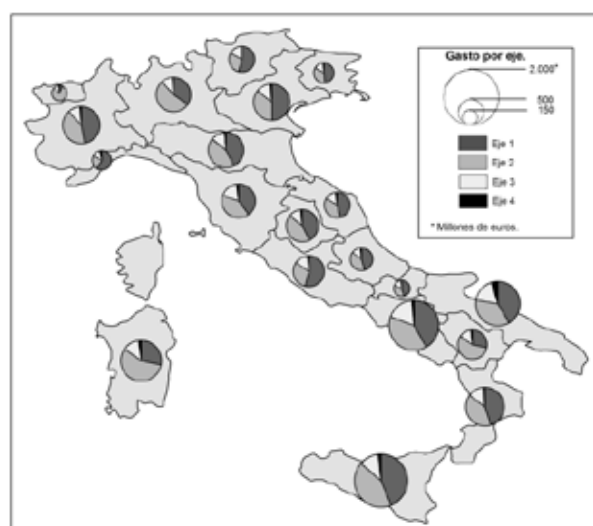
No sucede lo mismo con los Programas de Alemania e Italia. El Mapa 3 da cuenta de la dispersión de los PDRs alemanes en cuanto a asignación de fondos por objetivos. Debe destacarse, sin embargo, que los tres mayores *länder* de la ex Alemania Occidental – Baviera, Baden-Wurtemberg y Renania del Norte-Westfalia – tienen un sesgo claramente ambientalista, con más de la mitad de los recursos asignados en el Eje 2. En el otro extremo, con un sesgo hacia la competitividad, están dos *länder* – Bremen y Hamburgo – que son ciudades-estado. Mientras que los principales *länder* de la ex Alemania Oriental presentan una concentración de recursos especialmente elevada en el eje 3.

Por lo que se refiere a Italia (Mapa 4), la mayor parte de los PDRs se caracterizan por la concentración de recursos en el eje 1. Sin embargo, la región de Valle de Aosta se sitúa entre los programas con mayor sesgo ambientalista. Otras regiones con orientación ambientalista son Bolzano, Lombardía, Basilicata y Cerdeña.



Mapa 3: Distribución de los recursos en los Programas de Alemania

[Elaboración propia]



Mapa 4: Distribución de los recursos en los Programas de Italia

[Elaboración propia]

2. Una tipología de Programas

La distribución de los gastos según eje nos permite definir una tipología de los PDRs a nivel europeo. Para ello procederemos en primer lugar a analizar la distribución entre el eje 1 y el eje 2, que son los ejes que concentran más recursos. Estableceremos como línea divisoria los programas que tienen más de un 45% de sus recursos en alguno de los dos primeros ejes. El resultado se aprecia en el cuadro 2, donde se aprecia que 33 programas tienen este porcentaje en el eje 1 y 26 programas en el ámbito de medioambiente. Asimismo hemos incluido el resultado de los Estados miembros como suma de sus correspondientes PDR.

Cuadro 2: Programas con concentración de recursos en los Ejes 1 o 2.

Programas eje 1	
Reunión	74,5
Guadalupe	74,3
Martinica	73,7
Navarra	68,2
País Vasco	64,9
Islas Canarias	64,3
Flandes	63,4
Hamburgo	62,6
La Rioja	60,4
Islas Balears	59,9
Madeira	57,8
Liguria	57,0
<i>Bélgica</i>	<i>57,0</i>
Murcia	55,7
Baja Sajonia y Bremen	55,6
Castilla y León	54,2
Aragón	54,1
Trento	54,1
Andalucía	53,5
Valencia	53,5
Cataluña	52,4
Lacio	52,0
<i>España</i>	<i>51,8</i>
Letonia	50,3
Asturias	50,1
Extremadura	48,6
Véneto	48,4
Galicia	48,2
Valonia	47,4
<i>Portugal</i>	<i>47,3</i>
Friuli -Venecia Julia	47,1
Hungría	46,9
Portugal continental	46,8
Azores	46,8
Piemonte	45,6
Grecia	45,0

Programas eje 2	
República de Irlanda	82,5
Inglaterra	81,5
Finlandia continental	80,0
<i>Finlandia</i>	<i>80,0</i>
Valle de Aosta	78,7
Islas Aland	77,6
<i>Reino Unido</i>	<i>77,3</i>
País de Gales	73,6
Austria	70,4
Suecia	70,3
Escocia	70,2
Irlanda del Norte	66,9
Bolzano	62,8
Dinamarca	61,7
Baviera	59,1
Baden-Wurtemberg	58,9
Luxemburgo	57,2
Cerdeña	56,0
Francia Hexágono	54,7
Basilicata	54,4
Renania del Norte-Westfalia	54,4
República Checa	53,8
Lombardía	52,0
<i>Francia</i>	<i>51,8</i>
Eslovenia	50,9
Córcega	50,0
Eslovaquia	48,5
Castilla - la Mancha	48,3
<i>Unión Europea Total</i>	<i>46,3</i>
Países Bajos	45,1

Sin alcanzar el 45% de los recursos en ninguno de los dos primeros ejes, existe un total de 13 PDRs que distribuyen los gastos entre los dos primeros ejes pero con porcentajes muy similares, de forma que no alcanzan el nivel suficiente para determinar su especialización. Se trata en 10 casos de programas italianos, junto a Chipre, Estonia y Lituania.

Cuadro 3: Programas Eje 1 & Eje 2

	Eje 1	Eje 2	Eje 3
Chipre	44,5	44,9	8,6
Estonia	39,3	36,2	19,5
Abruzos	43,7	38,0	13,0
Calabria	44,0	39,7	13,2
Campania	40,0	37,4	17,5
Emilia-Romaña	42,2	42,5	13,1
Marcas	44,1	36,4	14,1
Molise	44,1	35,1	16,5
Apulia	40,4	35,1	17,1
Sicilia	42,9	41,7	11,8
Umbria	41,3	42,1	12,2
Lituania	41,2	36,5	17,8
Italia	40,9	41,3	13,7
Toscana	39,5	39,7	18,0

FUENTE: Elaboración propia

Un total de 15 PDRs tienen una distribución de recursos muy similar entre los tres ejes: se trata de 10 *länder* alemanes, dos CC.AA. españolas (Cantabria, Madrid), Malta, Polonia y Rumania.

Cuadro 4: Programas Eje 1 & Eje 2 & Eje 3

	Eje 1	Eje 2	Eje 3
Bulgaria	40,0	25,5	29,7
Brandemburgo y Berlín	35,7	31,1	29,2
Hesse	20,4	38,8	39,5
Mecklemburgo-Pomerania Occidental	28,2	24,1	45,5
Renania-Palatinado	38,2	38,8	20,2
Sarre	17,5	37,5	38,8
Sajonia	22,3	31,8	43,4
Sajonia-Anhalt	34,4	23,4	38,3
Sleschwig-Holstein	29,0	27,9	41,1
Turingia	27,6	39,5	30,5
Alemania	31,0	39,8	26,9
Cantabria	36,9	28,4	32,6
Madrid	43,1	29,4	26,5
Malta	35,0	25,5	34,2
Polonia	41,7	32,2	23,5
Rumanía	43,1	24,8	27,5

FUENTE: Elaboración propia

Finalmente, solamente el PDR de Guaiana concentra los recursos entre el eje 1 y el eje 3, es decir, concede al ámbito ambiental una importancia muy reducida.

Cuadro 5 : Programas Eje 1 & Eje 3

	Eje 1	Eje 2	Eje 3	
Guaiana	41.5	8.8	44.7	(Elaboración propia)

En el cuadro 6 hemos realizado una síntesis de la tipología según ejes.

Cuadro 6 : Síntesis de la tipología de Programas

Programas Eje 1	Programas Eje 1 & Eje 2
Programas de España (14 de 17) Todos los Programas de Bélgica (2 de 2) Todos los Programas de Portugal (3 de 3) Todos els Progr. de las islas francesas de ultramar (3) 2 Programas alemanes (2 de 14) 6 Programas italianos (6 de 21) Letonia Grecia Hungria	10 Programas de Italia (10 de 21) Chipre Estonia Lituania
Programas Eje 2	Programas Eje 1 & Eje 2 & Eje 3
República de Irlanda Todos los Programas del Reino Unido (4 de 4) Todos los Programas de Finlandia (2 de 2) Austria Suecia Dinamarca Luxemburgo República Checa Los Programas de Francia continental (2 de 2) Eslovenia Eslovaquia Países Bajos 1 Programa español (1 de 17) 5 Programas italianos (5 de 21) 3 Programas alemanes (3 de 14)	9 Programas de Alemania (9 de 14) Bulgaria 2 Programas españoles (2 de 17) Malta Polonia Rumania
	Programas Eje 1 & Eje 3
	1 Programa de la Francia de Ultramar (Guaiana)

FUENTE: Elaboración propia

Analizando la distribución de PDRs según la tipología establecida se aprecia que:

- Los Programas del Sur de la UE (España, Italia, Grecia y Portugal), Bélgica, Hungría y Letonia, tienen un sesgo hacia el eje 1, es decir hacia las actuaciones dirigidas a la competitividad de las explotaciones.
- Los Programas del Norte de la UE (países nórdicos e islas británicas), algunos del centro de Europa (Austria, los tres grandes *länder* alemanes,...), tienen un sesgo hacia el eje 2, es decir, hacia el medio ambiente y la gestión de tierras.
- La mayor parte de los Programas de Alemania y de los países grandes del Este (Bulgaria, Polonia y Rumanía), reparten bastante equitativamente los recursos entre los tres primeros Ejes, lo cual significa un peso importante de las actuaciones del Eje 3 o de Calidad de vida y diversificación rural.

- Por último, algunos programas italianos y algunos países de reducida dimensión física (Chipre, Estonia y Lituania), reparten los recursos de forma similar entre los dos primeros ejes.

3. Conclusiones

La asignación de los recursos públicos de los PDRs entre los tres “objetivos fundamentales” de la política comunitaria de desarrollo rural manifiesta las prioridades de los diferentes territorios europeos en términos de competitividad/ medio ambiente/ diversificación.

Se aprecia que los territorios del Norte de Europa, así como algunos del Centro, han hecho una clara apuesta por priorizar los aspectos ambientales; los del Sur, por aspectos de competitividad; y los nuevos Estados Miembros (incluyendo los *länder* de la Alemania Oriental) por aspectos más típicamente de desarrollo rural, es decir, de diversificación productiva y mejora de la calidad de vida. En consecuencia, podríamos concluir que en términos generales son los países más ricos de Europa los que han apostado por el eje 2 o de medioambiente, mientras que los países con una agricultura más diversificada apuestan por potenciar la competitividad de su sector agro-alimentario, y los nuevos Estados Miembros por diversificar su mundo rural. Con todo, la política de desarrollo de las zonas rurales europeas no se limita a los PDRs, sino que hay actuaciones que quedan al margen y que no es fácil conocer por la amplia dispersión de instituciones y actuaciones existentes. Existe evidencia de que las actuaciones nacionales no contenidas en los PDRs tienen mayor relevancia en los países más ricos de Europa, lo que les permite una mayor cobertura de los ámbitos del desarrollo rural. Por el contrario, en los países menos desarrollados de Europa los PDRs cubren una mayor parcela de la intervención en desarrollo rural. Igualmente, hemos de señalar que en general existe una importante inercia en el gasto por medida de los PDRs, es decir, las medidas y los montantes asignados se repiten de un programa a otro. Por esta razón, no es de extrañar que los países que optaron en el pasado por una mayor dotación presupuestaria en la medida de ayudas agroambientales o indemnizaciones compensatorias sean los que en el programa 2007-13 tengan mayores asignaciones en este concepto.

Las opciones alternativas que hemos apreciado en los PDRs tienen impactos diversos debido al contenido de las medidas incluidas en los ejes. En el eje 1, las medidas favorecen principalmente procesos de inversión, ya sea en las propias explotaciones, en las industrias alimentarias o en infraestructuras. Por el contrario, el eje 2 destina sus recursos a transferencias de renta a los agricultores sin que se exija inversión. Las Indemnizaciones compensatorias o las ayudas ambientales, que son las principales medidas de este eje, son pagos anuales a los agricultores o a los propietarios de las explotaciones. En el eje 3 las ayudas también generan mayormente un flujo inversor que favorece la diversificación de la actividad productiva del mundo rural y la calidad de vida del conjunto.

Por otro lado, hemos de destacar que en general las medidas del eje 3 benefician a un espectro más amplio de agentes sociales que las correspondientes a los dos primeros ejes, que están más orientados a los agricultores. Al eje 3 pueden acceder promotores de microempresas, artesanos, empresarios turísticos, así como ayuntamientos y otras entidades locales, es decir, muchos agentes que no son necesariamente agricultores. En el eje 2 las medidas afectan más directamente al sector agrario o a los propietarios de explotaciones. El eje 1 se orienta también al sector agrario, pero una de sus principales medidas incluye ayudas al procesamiento e industrialización de productos agrarios, que beneficia principalmente a cooperativas e industrias, es decir, que el impacto sobre los agricultores es más indirecto.

Finalmente, hemos de concluir que la flexibilidad que se establece en la confección de los PDRs es un gran acierto, ya que ha permitido una importante dispersión en la asignación de recursos según prioridades.

Referencias

Arroyos, C. (2007), Desarrollo rural sostenible en la Unión Europea, Mundi-Prensa-MAPA, Madrid

Consejo de la Unión Europea (2006), Decisión del Consejo de 20 de febrero de 2006 sobre las directrices estratégicas comunitarias de desarrollo rural (período de programación 2007-2013) (2006/144/CE)

Viladomiu, L. y Rosell, J. (2008), Anàlisi comparatiu dels Programes de Desenvolupament Rural 2007-2013 a nivell espanyol i europeu, Generalitat de Catalunya, Departament d'Agricultura, Alimentació i Acció Rural Document de Treball nº 7, Maig (disponible en:

http://www2.gencat.cat/docs/DAR/02%20DAR_Serveis%20i%20tramits/DAR_06%20Dades%20i%20estadistiques/13%20Publicacions%20del%20DAR/05_Documents%20de%20Treball/Documents/Arxius%20estatics/DT007.pdf)

Anejo 1

AT	Austria	AND	Andalucía	FR-RE	Reunión	IT-PI	Piemonte
BE-FL	Flandes	ARA	Aragón	FR-MA	Martinica	IT-AP	Apulia
BE-VA	Valonia	AST	Asturias	FR-HE	Francia Hexágono	IT-SA	Cerdeña
BE	Bélgica	BAL	Islas Baleares	FR	Francia	IT-SI	Sicilia
BG	Bulgaria	CAN	Islas Canarias	UK-AN	Inglaterra	IT-TO	Toscana
CY	Chipre	CANT	Cantabria	UK-IR	Irlanda del Norte	IT-TR	Trentino-Alto Adigio
CZ	República Checa	C-LM	Castilla - la Mancha	UK-ES	Escocia	IT-UM	Umbria
DE-BW	Baden-Wurtemberg	CIL	Castilla y León	UK-GA	País de Gales	IT-VA	Valle de Aosta
DE-BA	Baviera	CAT	Cataluña	UK	Reino Unido	IT-VE	Véneto
DE-BB	Brandeburgo y Berlín	EX	Extremadura	GR	Grecia	IT	Italia
DE-HA	Hamburgo	GAL	Galicia	HU	Hungría	LT	Lituania
DE-HE	Hesse	LR	La Rioja	IE	República de Irlanda	LU	Luxemburgo
DE-MP	Mecklenburgo-Pomerania Occ.	MAD	Madrid	IT-AB	Abruzzos	LV	Letonia
DE-BSB	Baja Sajonia y Bremen	MU	Murcia	IT-BA	Basilicata	MT	Malta
DE-RNP	Renania del Norte-Westfalia	NA	Navarra	IT-BO	Bolzano	NL	Países Bajos
DE-RP	Renania-Palatinado	BAS	País Vasco	IT-CAL	Calabria	PL	Polonia
DE-SA	Sarre	VAL	Valencia	IT-CAM	Campania	PT-AÇ	Azores
DE-SAX	Sajonia	ES	España	IT-ER	Emilia-Romaña	PT-MAD	Madeira
DE-SAXA	Sajonia-Anholt	FI-IA	Islas Aland	IT-FVJ	Friuli-Venecia Julia	PT-CON	Portugal continental
DE-SH	Schleswig-Holstein	FI-CON	Finlandia contiental	IT-LA	Lacio	PT	Portugal
DE-TU	Turingia	FI	Finlandia	IT-LI	Liguria	RO	Rumanía
DE	Alemania	FR-CO	Córcega	IT-LLO	Lombardía	SE	Suecia
DK	Dinamarca	FR-GUAD	Guadalupe	IT-MA	Marcas	SI	Eslovenia
EE	Estonia	FR-GUAI	Guaiana	IT-MO	Molise	SK	Eslovaquia
						UE	Unión Europea

Priorización de Objetivos y Estrategias de Programas de Desarrollo Rural 2007-13. El caso de Castilla-La Mancha

Juan Sebastián Castillo

Javier Castillo

Manuel Rodríguez

Introducción

El objetivo de este trabajo es definir los objetivos y prioridades de los Programas de Desarrollo Comarcales (PDR) de Castilla-La Mancha. Estos programas, diseñados para el periodo 2007-2013 tienen como función principal establecer instrumentos de planificación estratégica y gestión sostenible del medio rural comarcal que, a través de la participación y la asunción de compromisos por parte de todos los agentes implicados y mediante la definición de objetivos y estrategias, promueven el desarrollo integral de una comarca o zona rural considerada. En casi el 69% del territorio de Castilla-La Mancha se están desarrollando actuaciones de desarrollo rural y abarca casi el 80% de los municipios.

La metodología de este estudio se basará en el uso del ANP (Analytic Network Process) Esta técnica multicriterio discreta propuesta por Saaty (1996), trata de seleccionar y ordenar un conjunto de alternativas en base a la evaluación de su grado de satisfacción de una serie de objetivos. ANP propone la descomposición del problema en partes más pequeñas, es decir, su estructuración mediante la construcción de una red de decisión. En primer lugar, debe ser fijado el objetivo principal o meta que se pretende alcanzar en materia de desarrollo rural, y a continuación los objetivos cuya satisfacción contribuye a alcanzar la meta. A continuación, es evaluada la intensidad de las relaciones de los objetivos con la meta y de los objetivos entre sí. Para la construcción de la técnica ANP se realizará un trabajo de campo por medio de análisis de los Planes de Desarrollo Rural de las comarcas de Castilla-La Mancha que se han presentado a la Administración Regional los objetivos de los programas recogidos en cada una de las comarcas de manera que se analice si hay un cambio en priorización y establecimientos de objetivos para el próximo periodo de programación, o es una continuación no cualitativa de los ejecutados en la Iniciativa LEADER + y PRODER

Los PDRs analizados son los siguientes:

● Albacete

1. Campos de Hellín
2. Júcar-Centro
3. Manchuela
4. Sierra del Segura
5. Corredor de Almansa
6. Sierra de Alcaraz y Campo de Montiel

● Ciudad Real:

1. Alto Guadiana Mancha
2. Cabañeros
3. Campo de calatrava
4. Montes Norte
5. Promancha

6. Tierras de Libertad

7. Valle de Alcudia
8. MonteSur

● Cuenca:

1. Adesiman (La Mancha Alta y Sierra Media de Cuenca)
2. Alcarria Conquense
3. Manchuela Conquense-Adiman
4. Prodesa (Promoción y Desarrollo Serrano)
5. ADI Záncara

● Guadalajara:

1. ADEL Sierra Norte
2. Molina de Aragón-Alto Tajo

3. Alcarria y Campiña

4. Alcarria

● Toledo:

1. ADECOR (Asociación para el Desarrollo de la Campana de Oropesa)
2. Castillos Medio Tajo
3. Dulcinea
4. IPETA (Talavera, Sierra de San Vicente y La Jara)
5. Montes de Toledo
6. Comarca de Ocaña

1. Metodología

La metodología seguida en el presente estudio se puede diferenciar en dos partes:

I. En la primera parte se han seleccionado los objetivos de índole económica, social, ambiental y patrimonial (o turística) prioritarios en los Planes de Desarrollo Rural.

II. En la última parte se han ponderado los objetivos seleccionados con el fin de determinar cuáles son los objetivos prioritarios en materia de Desarrollo Rural.

Podemos distinguir una serie de criterios económicos, sociales, ambientales y turísticos en función de las necesidades de cada territorio. A cada criterio se le asigna un objetivo de tal forma que si nuestro criterio es “desempleo en áreas rurales”, nuestro objetivo tomará una determinada dirección que en este caso es “menor desempleo en áreas rurales”.

Tras la identificación de los objetivos de índole económica, social, ambiental y turística, se ha llevado a cabo una identificación de aquellos considerados como de mayor relevancia en Castilla- La Mancha. La herramienta utilizada ha sido la técnica de decisión multicriterio ANP -Analytic Network Process- (Saaty, 1996).

Uno de los mayores obstáculos que presentan estas técnicas consiste, precisamente, en la priorización o clasificación de una serie de alternativas en función de determinar el grado de satisfacción de los objetivos identificados. ANP propone un método de descomposición de la problemática en partes más reducidas mediante la construcción de una *red de decisión*. Primeramente, elegimos el *objetivo principal o meta* que pretende alcanzar, y seguidamente los objetivos cuyo cumplimiento o realización permitirán la consecución de esta meta. A continuación debe analizarse el grado de vinculación entre los objetivos planteados con la meta final y de los objetivos entre sí. Estas relaciones van a quedar registradas en la *supermatriz* donde cada celda informa de la relación o contribución del elemento de la *fila i* a la satisfacción o consecución del elemento de la *columna j*. Para expresar la magnitud de estas relaciones (w_{ij}), los elementos han de ser enjuiciados, cuestión que se aborda mediante los propios colectivos sociales que han participado en la elaboración y decisión de los objetivos y estrategias de los PDRs. De esta manera, los objetivos han sido ponderados en una escala de 0 a 10 en función del número de comarcas que lo han incluido en sus PDRs. Si un objetivo es prioridad en todos los programas, recibirá una puntuación de 10 ya que se considerará relevante para el objetivo principal o meta.

Tabla1. Matrices y vectores componentes de la supermatriz

	Meta: Sostenibilidad económica, Social, ambiental o turística	Objetivos económicos, sociales, ambientales o turística
Meta: Sostenibilidad económica, Social, ambiental o turística	0	0
Objetivos económicos, sociales, ambientales o turísticos	W_0	$W_{0,0}$

Tabla 2. Elementos componentes de la supermatriz

		Meta: Sostenibilidad económica, Social, ambiental o turística	Objetivos económicos, sociales, ambientales o turísticos
		M	O1 O2 ... On
Meta: Sostenibilidad económica, Social, ambiental o turística	M	0	0 0 ... 0
Objetivos económicos, sociales, ambientales o turísticos	O1	W_{01}	$W_{01,01}$ $W_{01,02}$... $W_{01,0n}$
	O2	W_{02}	$W_{02,01}$ $W_{02,02}$... $W_{02,0n}$

	On	W_{0n}	$W_{0n,01}$ $W_{0n,02}$... $W_{0n,03}$

Los programas de desarrollo local y rural fueron analizados para determinar las interrelaciones entre los objetivos (Tabla 1, matriz $W_{0,0}$ $W_{0,0}$) y las prioridades de los mismos sin interrelaciones (vector W_0 de la Tabla1). De los PDR se completaron 4 supermatrices (1 económica, 1 social, 1 ambiental y 1 patrimonial o turística). Es preciso mencionar que la matriz $W_{0,0}$, donde se tuvieron en cuenta como afecta la consecución de un objetivo a otro objetivo de la misma dimensión, se ha realizado mediante el criterio de los autores de este estudio con la siguiente puntuación:

- 0 si la consecución de un objetivo no afecta a la consecución de otro
- 3 si la consecución de un objetivo afecta en cierta medida a la consecución de otro
- 7 si la consecución de un objetivo afecta muy positivamente a la consecución de otro
- 10 en el caso de un objetivo consigo mismo.

Para calcular las prioridades teniendo en cuenta las interrelaciones de los distintos objetivos de cada supermatriz se llevó a cabo un procedimiento denominado manipulación de matrices (Saaty y Takizawa, 1986; Karsak et al., 2003; Kahraman et al., 2006). Según éste, el vector de prioridades de los objetivos considerando las interdependencias entre los mismos se expresaría de la siguiente forma:

$$w_0^{\text{int}} = W_{0,0} x w_0$$

De esta manera, para cada supermatriz, se obtuvo un vector w_0^{int} para objetivo.

La clasificación de los objetivos según su papel prioritario permite seleccionar aquéllos más relevantes y descartar aquellos secundarios para análisis posteriores. De esta manera, con la selección de los objetivos se ha pretendido:

I. Agilizar y facilitar el proceso de ponderación de objetivos en una etapa posterior, que queda descrita en la siguiente sección, en la que se pretendía ampliar a PDR de todas las regiones de España.

II. Reducir el número de mediciones que han de ser llevadas a cabo por medio de indicadores para cada objetivo. Esto facilitará la evaluación de programas alternativos de desarrollo rural en investigaciones futuras. El grado de satisfacción de los objetivos por parte de los diferentes programas servirá para seleccionar la mejor alternativa en la comarca y en región. Para ello se establecerá una serie de indicadores que midan el grado en que satisface cada alternativa a cada objetivo.

2. Resultados

Los distintos PDRs han sido analizados con el fin de seleccionar aquellos objetivos considerados más importantes en materia de desarrollo rural. Podemos distinguir 4 metas u objetivos finales:

1. Dinamizar la estructura económica de la comarca
2. Revalorizar los recursos turísticos y turísticos
3. Mejorar la calidad de vida de la población
4. Lograr una pautas sostenibles para el desarrollo

Dentro de estos cuatro objetivos finales, existe una gama de objetivos intermedios que garantizan su cumplimiento. Hemos seleccionado aquella gama de objetivos más comunes en los programas de desarrollo rural y que nombramos a continuación:

Tabla 3. Objetivos en materia de desarrollo rural

1.DINAMIZAR LA ESTRUCTURA ECONÓMICA COMARCAL
1.Promover y apoyar las nuevas iniciativas empresariales para diversificar el tejido productivo
2.Aumentar la capacidad competitiva de las empresas
3.Mejorar la estabilidad laboral y crear nuevos empleos
4.Traslado de microempresas hacia el medio rural
5.Reducir el impacto de las actividades productivas sobre el medio ambiente
6.Incentivar la innovación empresarial y el acceso a las TIC por parte de las microempresas
7.Revitalización del comercio
8.Acciones que promuevan la cooperación interempresarial
9.Infraestructuras y equipamientos en polígonos industriales
10.Instalación de infraestructuras para el aprovechamiento de energías renovables
11.Incentivar la formación y cualificación de la población para su integración en el mercado laboral

2. REVALORIZAR LOS RECURSOS PATRIMONIALES Y TURISTICOS
1.Aumento del conocimiento patrimonio comarcal y de los recursos endógenos de la zona para concienciar sobre la necesidad de su protección
2.Recuperar revalorizar y conservar el patrimonio cultural
3.Promover la especialización comarcal en base a recursos turísticos endógenos
4.Creación de nuevas infraestructuras de alojamiento, restauración y actividades complementarias
5.Ampliar y consolidar la oferta turística
6.Recuperar la memoria histórica y tradiciones
7.Consolidación de la identidad territorial

3. MEJORAR LA CALIDAD DE VIDA DE LA POBLACIÓN
1.Paliar los desequilibrios en cuanto a dotación de servicios en la comarca
2.Puesta en marcha de nuevos medios de comunicación locales
3.Atención a los colectivos necesitados
4.Facilitar y fomentar el acceso a las NTIC
5.Incentivar la fijación de la población en las áreas rurales
6.Creación de nuevas infraestructuras culturales y de ocio
7.Atraer población hacia zonas despobladas
8.Fomentar la conciliación de la vida familiar y laboral
9.Servicios de orientación laboral para fomentar nuevos yacimientos de empleo
10.Fomentar el asociacionismo
11.Promoción de las acciones y actividades educativas
12.Favorecer la inserción laboral de jóvenes, mujeres, inmigrantes y discapacitados
13.Fomentar igualdad entre hombres y mujeres

4. PAUTAS SOSTENIBLES PARA EL DESARROLLO
1.Incorporar pautas de comportamiento sostenible en la gestión de los municipios
2.Fomento de la producción ecológica
3.Mejora de la gestión de los recursos hídricos

4.Embellecer los núcleos rurales siguiendo las pautas urbanísticas de las mismas
5.Incorporar la participación ciudadana en la configuración del territorio
6.Impulsar experiencias innovadoras en la gestión de los recursos comarcales
7.Proteger los recursos naturales y medioambientales
8.Homogeneizar y dinamizar una red de senderos y rutas turísticas
9.Difundir y promocionar el medio natural
10.Aumentar la sensibilidad en temas medioambientales

Tabla 4. Ejemplo de ponderación de objetivos para la dimensión social

OBJETIVOS SOCIALES	IMPORTANCIA
Paliar los desequilibrios en cuanto a dotación de servicios en la comarca	9
Puesta en marcha de nuevos medios de comunicación locales	1
Atención a los colectivos necesitados	8
Facilitar y fomentar el acceso a las NTIC	10
Incentivar la fijación de la población en las áreas rurales	6
Creación de nuevas infraestructuras culturales y de ocio	4
Atraer población hacia zonas despobladas	1
Fomentar la conciliación de la vida familiar y laboral	2
Servicios de orientación laboral para fomentar nuevos yacimientos de empleo	6
Fomentar el asociacionismo	7
Promoción de las acciones y actividades educativas	6
Favorecer la inserción laboral de jóvenes, mujeres, inmigrantes y discapacitados	6
Fomentar igualdad entre hombres y mujeres	6

A través de la metodología ANP, se le asignaron un valor en la escala de asignación directa según la importancia de cada objetivo medida por el número de PDRs que incluían este objetivo en su gama de medidas, generándose un vector de prioridad (vector w_o de la Tabla 1) para la dimensión económica, otro para la dimensión turística, otro para la social y otro para la medioambiental. Como ejemplo se representa el vector de prioridades para la dimensión social:

Además se tuvieron en cuenta como afecta la consecución de un objetivo a otro objetivo de la misma dimensión (económica, turística, social y ambiental), generándose cuatro matrices de interrelaciones causa-efecto (matriz $W_{o,o}$ de la Tabla 1), una para los objetivos económicos, otra para los turísticos, otra para los sociales y otra para ambientales. Se representa a modo de ejemplo la matriz de interrelaciones de los objetivos sociales de los PDRs.

A partir de los cuatro vectores de prioridad w_o y de las cuatro matrices de interrelaciones $w_{o,o}$ se construyeron cuatro supermatrices. Una vez ordenados los objetivos según su prioridad se seleccionan aquellos siete de mayor prioridad para cada dimensión. Las puntuaciones recibidas se tipificaron en una escala de 0 a 1 siendo 1 la suma total de los 7 objetivos. Mediante este reescalado se consigue homogeneidad a la hora de comparar los distintos objetivos.

Tabla 5. Ejemplo de matriz de interrelaciones causa-efecto para la dimensión medioambiental

	Incorporar pautas de comportamiento sostenible en la gestión de los municipios	Fomento de la producción ecológica	Mejora de la gestión de los recursos hídricos	Embellecer los núcleos rurales	Incorporar la participación ciudadana en la configuración del territorio	Impulsar experiencias innovadoras en la gestión de los recursos comarcales	Proteger los recursos naturales y medio ambientales	Homogeneizar y dinamizar una red de senderos y rutas turísticas	Difundir y promocionar el medio natural	Aumentar la sensibilidad en temas medioambientales
Incorporar pautas de comportamiento sostenible en la gestión de los municipios	10	0	7	3	0	7	7	7	7	7
Fomento de la producción ecológica	7	10	0	0	0	7	7	0	0	3
Mejora de la gestión de los recursos hídricos	7	3	10	0	0	7	7	0	0	3
Embellecer los núcleos rurales	3	0	0	10	3	0	0	0	0	0
Incorporar la participación ciudadana en la configuración del territorio	3	0	0	0	10	7	3	0	3	3
Impulsar experiencias innovadoras en la gestión de los recursos	3	3	3	0	7	10	3	0	3	3
Proteger los recursos naturales y medio ambientales	7	0	3	0	3	0	10	7	7	7
Homogeneizar y dinamizar una red de senderos y rutas turísticas	7	0	0	3	3	3	7	10	7	7
Difundir y promocionar el medio natural	7	0	3	0	7	7	7	7	10	7
Aumentar la sensibilidad en temas medioambientales	7	7	7	0	7	7	7	7	7	10

A partir de los programas de desarrollo rural en esta fase se obtuvieron cuatro nuevos vectores de prioridad w_o (de tamaño 7×1), correspondientes a un vector de prioridad de los objetivos para cada dimensión. Se obtuvieron del mismo modo que en la fase anterior cuatro matrices de interrelaciones causa-efecto, pero en esta ocasión todas las matrices $W_{o,o}$ eran de tamaño 7×7 .

De esta manera, con estas supermatrices, se volvieron a calcular los vectores de prioridades relativos a cada una de las dimensiones (económica, turística, social y ambiental) mediante el método de manipulación de matrices.

Los resultados obtenidos muestran que en relación a la dimensión económica, el objetivo principal radica en promover y apoyar las nuevas iniciativas empresariales para

diversificar el tejido productivo. Los objetivos siguientes van en la misma dirección destacándose el papel primordial de la innovación y el acceso a TICs por parte de las empresas del medio rural.

En relación a la dimensión turística, el objetivo primordial es ampliar y consolidar la oferta turística. Todos los PDRs basan sus estrategias de desarrollo en este punto. El resto de objetivos siguen una línea muy similar: recuperar y revalorizar el patrimonio natural, aumento del conocimiento turístico y de los recursos de las comarca, etc

Respecto a la dimensión ambiental y de desarrollo sostenible, todos los programas basan su contenido en la protección de los recursos naturales y medioambientales, difundir el medio natural, aumentar la sensibilidad hacia los asuntos medioambientales, etc.

La dimensión social se centra en los aspectos relacionados con el empleo y la inserción laboral de los grupos sociales más sensibles: mujeres, jóvenes, discapacitados e inmigrantes. Otros aspectos prioritarios son las actividades educativas, fomento de las TICs y paliar el déficit de infraestructuras en la comarca.

Como ya se ha mencionado, para establecer los objetivos prioritarios se tuvieron en cuenta las interrelaciones entre los objetivos de la misma dimensión, para considerar como influye la consecución de un objetivo en el logro de los demás. En este sentido en la dimensión turística está íntimamente relacionado el objetivo de ampliar y consolidar la oferta turística con el resto de objetivos.

Así sucede en el resto de de criterios. Resulta lógico pensar que en los objetivos económicos, una promoción de las nuevas iniciativas empresariales va a incentivar otros objetivos como la innovación, acceso a TICs o el aumento de la capacidad competitiva de las empresas.

En el caso del vector de objetivos medioambientales y de desarrollo sostenible, la protección de los recursos naturales y medioambientales traerá aparejada la consecución de otros objetivos como difundir el medio natural o aumentar la sensibilidad hacia los recursos naturales.

En el caso de la dimensión social, los objetivos planteados tienen una importancia muy similar y son más diversos.

3. Conclusiones

Las técnicas multicriterio ANP han permitido priorizar y calificar los objetivos en materia de desarrollo rural. Los objetivos fueron seleccionados de los Programas de Desarrollo Rural de Castilla- La Mancha. Los resultados de la ponderación de objetivos de desarrollo rural son los siguientes donde destacamos los más importantes:

1. Dinamizar la estructura económica comarcal:

- Promover y apoyar las nuevas iniciativas empresariales para diversificar el tejido productivo
- Incentivar la innovación empresarial y el acceso a las TIC por parte de las microempresas
- Incentivar la formación y cualificación de la población para su integración en el mercado laboral

2. Revalorizar los recursos patrimoniales y turísticos:

- Ampliar y consolidar la oferta turística
- Recuperar revalorizar y conservar el patrimonio cultural
- Aumento del conocimiento patrimonio comarcal y de los recursos endógenos de la zona para concienciar sobre la necesidad de su protección

3. Mejorar la calidad de vida de la población:

- Favorecer la inserción laboral de jóvenes, mujeres, inmigrantes y discapacitados
- Servicios de orientación laboral para fomentar nuevos yacimientos de empleo
- Promoción de las acciones y actividades educativas

4. Pautas sostenibles para el desarrollo:

- Proteger los recursos naturales y medioambientales
- Difundir y promocionar el medio natural
- Aumentar la sensibilidad en temas medioambientales

Estos objetivos son relevantes porque permiten generalmente el cumplimiento de otros objetivos más específicos. Así, en la dimensión económica, la promoción y el apoyo de nuevas iniciativas empresariales que diversifiquen el tejido productivo ayudan en la consecución de otras acciones como el acceso a TICs, nuevas infraestructuras, aumento de la competitividad, etc. En la dimensión patrimonial y cultural ocurre algo similar, el objetivo de aumento y consolidación de la oferta turística lleva consigo la consecución de otros objetivos como recuperar y revalorizar el patrimonio o el establecimiento de nuevas infraestructuras. En la esfera social, los objetivos son enfocados a paliar deficiencias estructurales como son el acceso laboral por parte de los colectivos más sensibles, educación etc. La dimensión ambiental y de desarrollo sostenible está cobrando gran relevancia en los últimos años y así se plasma, como objetivos principales en los PDRs, la conservación y difusión del medio natural, aumento de la sensibilidad medioambiental, etc.

Bibliografía

- CEDERCAM (2008): Programas Territoriales de Desarrollo Rural de Castilla-La Mancha Marco 2007/2013
- Fernández Tirado, F., Parra-López, C. (2007). Objetivos de sostenibilidad para el modelo de producción y consumo de biodiésel en España. Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa. Junta de Andalucía.
- Kahraman, C., Ertay, T. y Buyukozkan, G., (2006). A fuzzy optimization model for QFD planning process using analytic network approach. *European Journal of Operational Research*, 171:390-411.
- Karsak, E.E., Sozer, S. y Alptekin, S.E. (2003). Product planning in quality function deployment using a combined analytic network process and goal programming approach. *Computers & Industrial Engineering*, 44:171-190
- Saaty, T.L. (ed.) (1980). *The Analytic Hierarchy Process*. McGraw Hill, New York. Reprinted in 1996 by RWS Publications, Pittsburgh.
- Saaty, T.L. (ed.) (1996). *Decision Making with Dependence and Feedback: The Analytic Network Process*. RWS Publications. 386 pp. Reprinted in 2001.
- Saaty, T.L. y Takizawa, M. (1986). Dependence and Independence - from Linear Hierarchies to Nonlinear Networks, *European Journal of Operational Research*, 26:229-237.

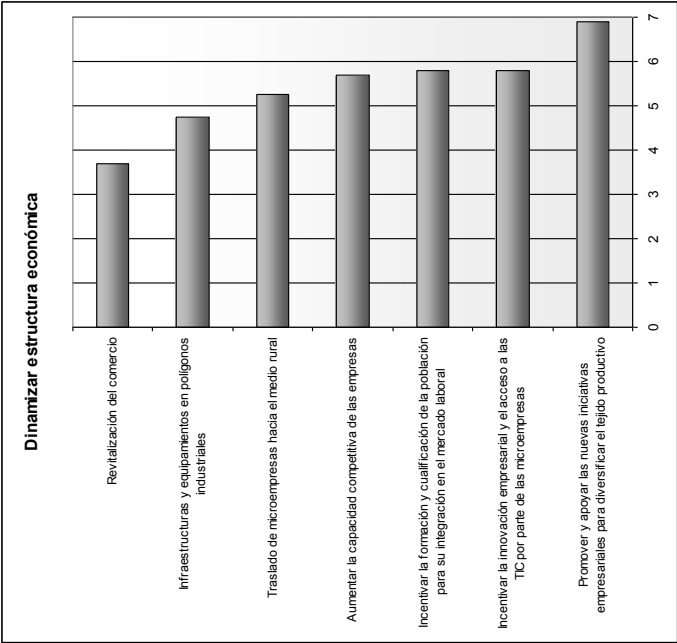


Imagen 2. Prioridades de los objetivos en materia de desarrollo rural:
Dinamizar estructura económica

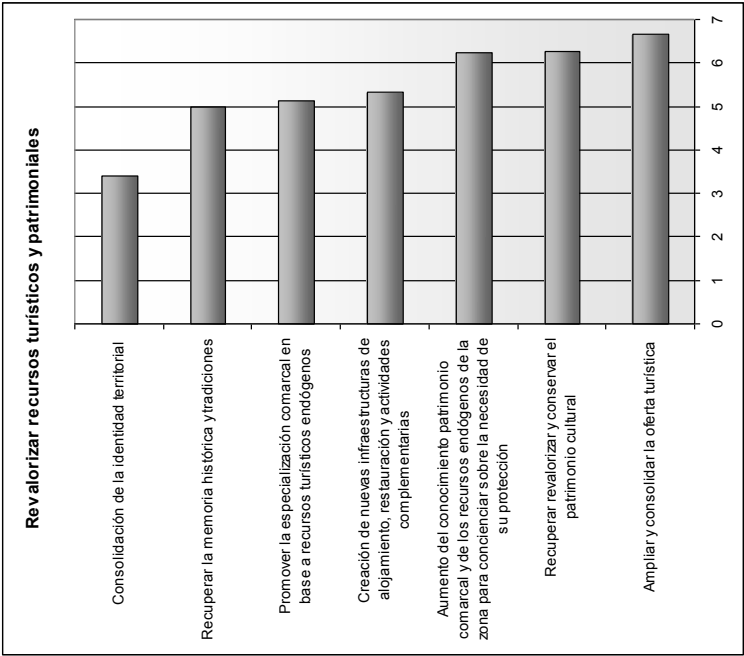


Imagen 1. Prioridades de los objetivos en materia de desarrollo rural:
Revalorizar recursos turísticos y patrimoniales

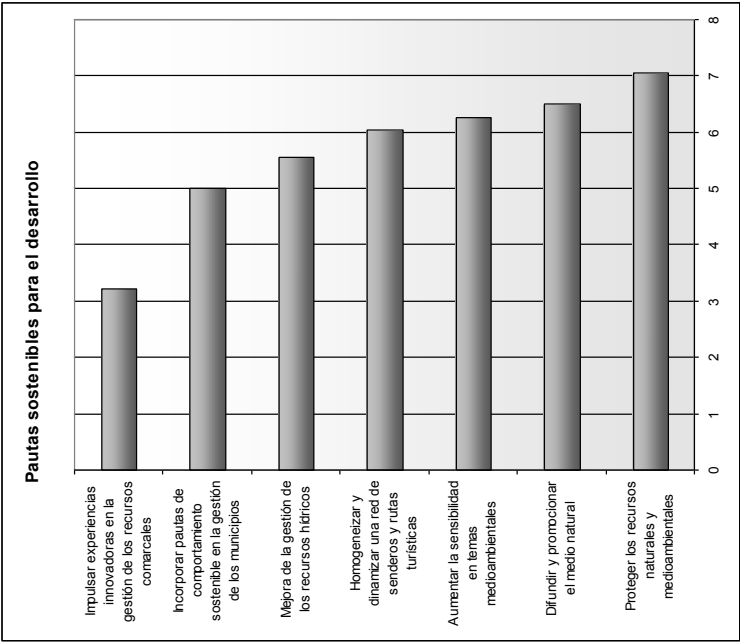


Imagen 3. Prioridades de los objetivos en materia de desarrollo rural: Pautas sostenibles para el desarrollo

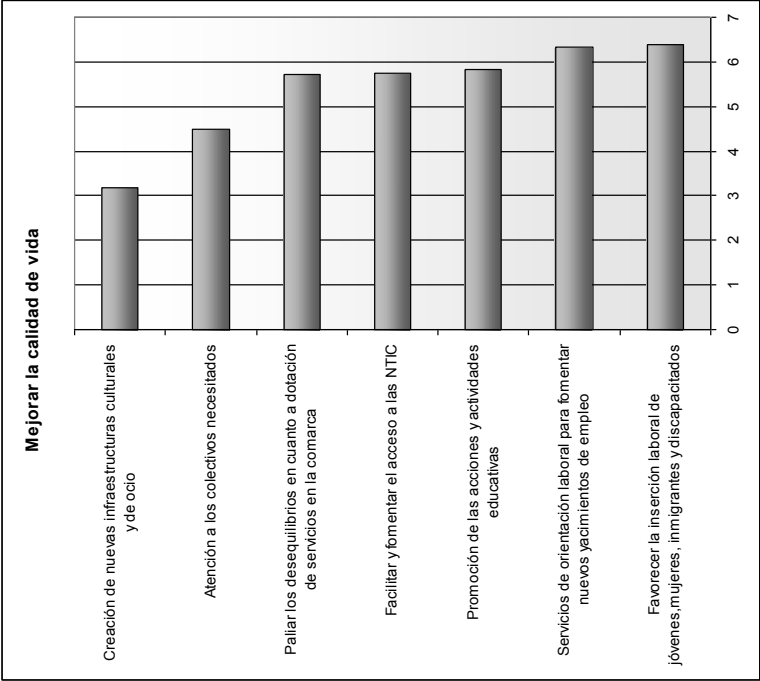


Imagen 4. Prioridades de los objetivos en materia de desarrollo rural: Mejorar la calidad de vida



2. O “RURAL-TERRITÓRIO”: ANÁLISE E GESTÃO; PROBLEMAS E MÉTODOS

Pautas de implantación de signos de calidad territorial en Andalucía

Pablo Pavón Domínguez
Ana Cristina Gómez Muñoz

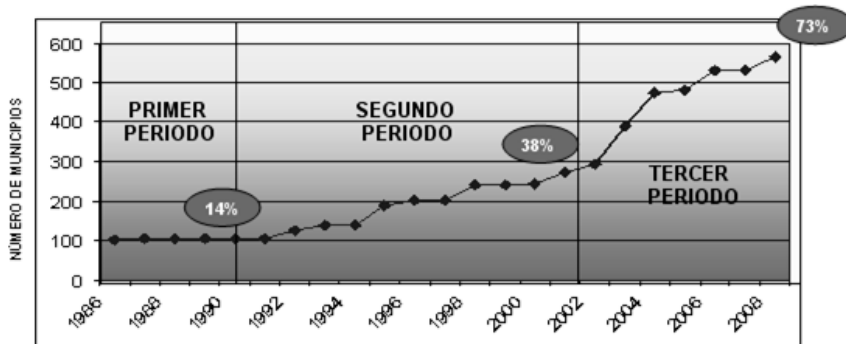
Introducción

A lo largo de los últimos años se ha asistido en Andalucía, como en otras regiones españolas, a un proceso imparable de certificación de productos agroalimentarios atendiendo a sus características peculiares y de notoriedad (o búsqueda de ella) en los mercados. Entre ellos se encuentran los signos de calidad territorial, es decir, aquellos que muestran una indicación de origen del producto.

Una de las causas de este crecimiento puede haber sido la evolución de la legislación sobre denominaciones, respecto a sus orígenes, en cuanto a los requisitos de notoriedad y tipicidad en los productos acogidos (Gómez y Caldentey, 2001), así como la creación de otros sellos de calidad con menores niveles de exigencia de ligazón al territorio y tradición, a fin de abrir deliberadamente una vía para la comercialización de determinados productos agroalimentarios en busca de la dinamización de las zonas rurales. También ha influido el creciente segmento de consumidores dispuestos a asumir precios más elevados en un mercado de mayor diversidad, siempre que se le aseguren modos de producción tradicionales, respetuosos, con materias primas locales, etc. (Espeitx, 1996).

En cualquier caso, parece haber calado bastante hondo en el sector agroalimentario andaluz que el reconocimiento de las menciones de origen son sinónimo de dinamismo rural y prestigio para la zona, que puede beneficiar a -y verse beneficiada por- otras actividades. En el gráfico 1 se recoge la evolución del número de municipios andaluces que han adoptado alguna de las figuras de calidad territorial, apreciándose claramente tres periodos con distinta tasa de crecimiento.

Gráfico 1 – Evolución del número de municipios andaluces con algún distintivo de calidad ligado al origen.



Fuente: Elab. propia a partir de MAPA, OEPM y
Consejería de Agricultura de la Junta de Andalucía.

Por otra parte, el *Inventario de Productos Tradicionales de la Tierra* (MAPA, 1996, dentro del Proyecto Europeo “Euroterriors”) recoge 60 productos agroalimentarios andaluces no vínicos de contrastada ligazón al territorio (productos *típicos*). Posteriormente, Gómez et al. (2006) catalogan 67 productos típicos agroalimentarios no vínicos en Andalucía. Pues bien, si se analiza esta tipicidad en los productos acogidos a signos de calidad territorial se observa que lo que teóricamente debería estar relacionado, no lo está o lo está parcialmente (Gómez y Caldentey, 2001; Gómez et al., 2006). De hecho, más de la mitad de los productos agroalimentarios (53%) catalogados como típicos en Andalucía no poseen el refrendo de un marchamo de calidad territorial; y lo que resulta aún más llamativo, el 26% de los signos de calidad territorial concedidos no lo están por el carácter de tipicidad del producto. Tan sólo en el 21% restante sí se encuentra esa interrelación simultánea *tipicidad-signo* (Pavón, 2008).

Podemos pensar que más que un refrendo a la tipicidad la actual implantación de signos de origen parecía obedecer a un intento de los agentes de desarrollo por buscar valor añadido a sus producciones locales, de modo que cabría esperar un alto grado de coincidencia entre comarcas con signo implantado y comarcas con GDR activo. Sin embargo, tampoco parece ser este un motor suficiente en la implantación de signos, pues, si establecemos una superposición de municipios bajo cada signo de calidad de algún producto y los acogidos al GDR más próximo, el grado de coincidencia, siquiera aproximada, es bastante escaso para lo que cabría esperar: un 60% de las zonas no alcanzan los 2/3 de coincidencia (Pavón, 2008).

Esta realidad observada lleva a plantear que las causas de que los productos posean este tipo de reconocimiento son algo más complejas. De su detección y estudio trata este trabajo.

1. Objetivos e hipótesis de investigación

Se establece como objetivo dilucidar el modo y el grado en el que ciertas variables de desarrollo y estructura local (productividad, cohesión, zonas con dificultades especiales, organización agroindustrial, etc.) pueden haber incidido en la implantación y proliferación de los signos de calidad territorial en las diferentes áreas de Andalucía.

Respecto a este objetivo general se establecen las siguientes hipótesis a contrastar:

Hipótesis 1. *Los niveles de productividad de los factores tierra y trabajo se encuentran relacionados de manera inversa con la implantación de signos de calidad territorial.*

Es presumible a priori que aquellas zonas rurales que presentan una agricultura de bajos rendimientos, menos tecnificada, procesos de elaboración más lentos y artesanales, a pequeña escala, anteponiendo lo autóctono a la obtención de alta productividad, etc., promuevan la implantación de signos de calidad en mayor medida que aquellas otras áreas con producciones estandarizadas y de grandes volúmenes.

Hipótesis 2. *Los municipios ubicados en el interior de zonas con limitaciones específicas son más propensos a la implantación de signos de calidad territorial.*

Se entiende que las áreas rurales que por cuestiones administrativas, legales o políticas -como pueden ser las medidas de especial protección ambiental- encuentren coartadas total o parcialmente sus prácticas de manejo agrario, o bien en las que dichas limitaciones incrementen artificialmente sus costes de producción, tratarán de añadir valor a su producto siguiendo *estrategias de diferenciación*, entre las que se encuadran las ligadas al territorio (Grant, 1991).

Hipótesis 3. *El grado de cohesión de las comarcas se encuentra relacionado directamente con los niveles de implantación de signos de calidad territorial.*

Cabría esperar que la mayoría de los signos de calidad territorial que se extiendan por diferentes municipios precisen de un entramado social común para la puesta en marcha de estas iniciativas conjuntas.

Hipótesis 4. *Existe una relación directa entre la articulación del tejido agroindustrial y los niveles de implantación de signos de calidad territorial.*

Factores como la susceptibilidad de transformación del producto, el grado de articulación de la agroindustria local, la integración como producto anexo a uno con signo de calidad preexistente e incluso el propio volumen de producción pueden influir positivamente en la implantación de signos de calidad.

2. Marco conceptual

La diferenciación como estrategia básica de marketing tiene como finalidad romper la percepción de homogeneidad del producto que ofertan todos los competidores. El objetivo es aproximarse a la situación de *competencia monopolística* dividiendo el mercado en segmentos (*‘mercados de clientelas’*, en la terminología clásica), cada uno de los cuales está dispuesto a pagar un sobreprecio por el producto diferenciado. Una forma de diferenciación es la que confieren las características edafoclimáticas de las diferentes zonas, las razas y variedades autóctonas e incluso las propias tradiciones y costumbres, que pueden incorporar en las fases de producción y elaboración características de exclusividad territorial (Gómez, 2005). Estas *características cualitativas particulares ligadas al territorio* se encuentran pues asociadas al concepto de calidad *horizontal* (peculiaridad), más que *vertical* (excelencia).

Cuando un producto agroalimentario con características peculiares accede al mercado puede encontrarse con que dichas características sean en gran parte invisibles al consumidor, ya que existe *información asimétrica* entre productor-experto y consumidor. En estos casos, el producto no es percibido como diferenciado y no podrá beneficiarse de las consecuencias derivadas de la competencia monopolística. La finalidad que persiguen los signos de calidad es la de hacer ostensibles estas características peculiares a los consumidores a través de un *sello, label, logotipo o marchamo* (Valcheschini, 1999). El signo de calidad puede entenderse como un “*contrato de confianza*” que se establece entre el productor y el consumidor (Sylvander, 1995), y que tiene validez siempre que el consumidor le reconozca un valor y sea creíble para él.

Actualmente se encuentran a disposición de los productores andaluces una amplia gama de signos de calidad diferencial, cuya naturaleza y gestión difieren sustancialmente. Esta tipología se resume en la tabla 1:

Tabla 1 – Clasificación de los signos de calidad existentes en Andalucía.

Ligados al territorio	Menciones de protección oficiales	DOP, IGP, VCPRD. Vino de la Tierra, Denominaciones geográficas
	Marcas	Colectivas y de garantía
	Certificaciones regionales	Difieren según CCAA: <i>Calidad Certificada</i>
Ligados al método de elaboración		<i>Especialidad tradicional garantizada</i>
Ligados al modo de producción		<i>Producción ecológica e integrada</i>
En sentido amplio		<i>Certificaciones ISO y APPCC</i>

Fuente: Adaptado y actualizado de Caldentey y Gómez, 1998.

El ámbito de este estudio se ciñe exclusivamente a los signos de calidad ligados al territorio (destacados en negrita en la tabla 1).

3. Metodología

En primer lugar, acotaremos qué signos de calidad han sido considerados en el estudio, que serán aquellos que cumplan: a) ser conceptualmente ligados al territorio y b) estar implantados en Andalucía. Así, se han considerado:

Menciones de protección oficial: *Denominaciones de origen protegidas* (DOP), *Indicaciones geográficas protegidas* (IGP), *Denominaciones de origen de vinos* (VCPRD) y *Vinos de la Tierra* (VT). (Las *Denominaciones geográficas* (DG) para bebidas espirituosas, otorgadas por el Reglamento CEE 1576/1989, no han sido utilizadas por los productores con derecho a ella en Andalucía).

Marcas Colectivas (MC) y **Marcas de Garantía** (MG), a las que la Ley de Marcas posibilita el registro de nombres de origen geográfico (algo prohibido a las marcas individuales), y es por ello que son utilizadas por colectivos territoriales y Administraciones Públicas como alternativa a las denominaciones.

En cuanto a las **Certificaciones Regionales** su carácter de signo de origen dependerá de la regulación de cada Comunidad Autónoma. En el caso andaluz la marca “*Calidad Certificada*” es una marca paraguas promocional sin menciones locales de origen, por lo que no ha sido incluida en este trabajo.

La variable **Implantación de signos** se ha medido de dos formas: a) número de signos existentes en la zona y b) variable dicótoma presencia-ausencia de algún signo en la zona, ya que en algunos casos el dato territorial clave ha sido la implantación de *algún* signo en la comarca, viniendo después otros por contagio o emulación.

Como fuentes de datos básicos para la determinación por municipios de esta variable se utilizaron el Ministerio de Agricultura para las DOP, IGP, DO de Vinos y Vinos de la Tierra y la Oficina Española de Patentes y Marcas para las Marcas Colectivas y Marcas de Garantía.

A continuación se especifican las formas de medición en este trabajo de las variables territoriales *Productividad*, *Cohesión*, *Limitaciones específicas* y *Organización sectorial* y el método de contraste de su relación con la implantación de signos de calidad territorial.

3.1 Índices de productividad del trabajo y la tierra

Se ha procedido a la división de Andalucía en 64 comarcas siguiendo como criterio la agrupación de municipios que hayan sufrido procesos de implantación de signos de calidad en un grado y periodos similares²⁵. Sólo en el caso particular de aquellos municipios que no han implantado signos de calidad en su territorio se procede a su agrupación en la demarcación agraria de la Junta de Andalucía.

A continuación se generan los indicadores de productividad²⁶, por un lado relativa al factor tierra:

$$IP = MB/SAU$$

donde *IP* = Índice de productividad de la tierra

MB = Margen Bruto

SAU = Superficie Agraria útil

²⁵ Esta caracterización del territorio se encuentra ampliamente detallada en Pavón (2008).

²⁶ Los indicadores de productividad agraria han sido obtenidos a partir de los datos que nos ofrecen los Censos Agrarios de 1989 y 1999, que son los dos últimos censos existentes, como parte del proyecto de investigación ‘*El papel de la agricultura en los procesos de desarrollo y diferenciación de los territorios rurales españoles*’ (RURAGRI), financiado por el MEC, en el que se inserta el presente trabajo.

Y relativa al factor trabajo:

$$IP = MB/UTA = (MB/SAU) \cdot (SAU/ST) \cdot (ST/UTA)$$

donde IP – Índice de productividad

MB – Margen Bruto

UTA – Unidad trabajo-año

SAU – Superficie Agraria útil

ST – Superficie Total

En ambos casos se procede a la deflactor los valores correspondientes al año 1999 con base en 1989, ya que también se considerarán como variables adicionales la tasa de variación absoluta y relativa (respecto de 1989) de sendas productividades en los diez años que hay entre censo y censo.

Los indicadores, inicialmente referidos a los municipios de Andalucía, se agregan mediante medias aritméticas por comarcas. Finalmente se tipifican las comarcas en función de sus niveles de productividad (y su variación) en 4 categorías: alta, media-alta, media-baja y baja, siguiendo para la estratificación los criterios de distribución triangular (% según criterio de Morrison et al., 1976). 8:17:25:50 y distribución intermedia triangular-rectangular (% según criterio de compromiso de Cancian, 1977) 20:20:30:30.

A partir de aquí se contrasta la asociación entre estas variables de productividad y la implantación de signos de calidad territorial mediante tablas de contingencia y test Chi-Cuadrado.

3.2 Ubicación en zonas con limitaciones específicas

Para determinar qué municipios ven coartadas sus estrategias productivas por motivos administrativos y legales, se consideran los incluidos total o parcialmente en Parques Nacionales, Parajes Nacionales y Parques Nacionales²⁷.

Para cada uno de los 772 municipios andaluces se genera una variable dicotómica de pertenencia o no pertenencia a un espacio protegido, y se enfrenta esta variable a la de presencia/ausencia de signos de calidad en 2006, contrastándose la existencia de asociación entre ambas a través de tablas de contingencia y test Chi-cuadrado.

3.3 Grado de cohesión

Dada la cantidad de variables que pueden intervenir en la medida de la cohesión de los municipios para conformar unidades territoriales establemente vinculadas, y que pueden atender a razones de identidad (históricas, culturales, sociológicas...), aunque también estrictamente políticas o administrativas; se decidió que el indicador de cohesión sería construido a partir de la superposición en el territorio de diferentes tipos de divisiones tanto **agrícolas** (*Comarcas Agrarias y Organizaciones Comarcales Agrarias*) como **administrativas** (*Distritos sanitarios, Comarcas de planificación turística y deportiva y Partidos Judiciales*) y de **índole ascendente** (*Grupos de Desarrollo Rural*), para determinar el grado de coincidencia.

Dicha metodología está basada, aunque con variaciones, en la empleada por Cañizares (2003). Consiste en construir, para cada una de las comarcas de nuestro estudio y para cada tipología de demarcación, indicadores intermedios mediante un cociente entre el número de municipios que difieren del conglomerado más numeroso y el número total de municipios de la comarca en cuestión (su valor estará comprendido, pues, entre 0 y 1), y agregando mediante una suma estos indicadores para obtener la variable de cohesión global (que tomará, para cada comarca, valores entre 0 y 6), siendo este valor inverso al nivel de cohesión.

²⁷ Las fuentes utilizadas han sido la Consejería de Medio Ambiente y la red Andanatura.

La asociación entre esta variable comarcal y la implantación de signos se contrasta mediante tablas de contingencia y test Chi-Cuadrado.

3.4 Organización sectorial de la industria alimentaria

Este último epígrafe metodológico difiere sustancialmente de los precedentes. En él se analiza el nivel de articulación²⁸ de la industria alimentaria andaluza ligada a signos y productos típicos de manera individualizada, estableciendo con ésta relaciones de implantación esperada de signos de calidad territorial. El indicador que se genera en este caso es cualitativo aunque en base a características objetivas y demostrables en cada uno de los casos²⁹.

Los niveles de articulación del tejido agroindustrial en la zona se han establecido en base a los criterios que indica la tabla 2.

Tabla 2 – Clasificación y gradación del nivel de articulación de la agroindustria.

ARTICULACIÓN BAJA	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistencia de industria • Producción doméstica o productos secundarios de una industria sin signo
ARTICULACIÓN MEDIA	<ul style="list-style-type: none"> • Tejido industrial incipiente con pequeños volúmenes de producción
ARTICULACIÓN ALTA	<ul style="list-style-type: none"> • Tejido industrial consistente conformado por medianas y pequeñas empresas • <u>Subsectores</u> relacionados con menciones geográficas preexistentes
ARTICULACIÓN MUY ALTA	<ul style="list-style-type: none"> • Tejido industrial concentrado, cercano al oligopolio • Tejido industrial muy concentrado con presencia de grandes grupos con marcas reconocidas

Fuente: Elaboración propia.

El análisis se realiza por sectores de la industria alimentaria, y dentro de éstos, confrontando los productos que poseen un sello de calidad y aquellos otros que, aún estando catalogados como productos típicos, no han accedido a ninguna mención.

4. Resultados

4.1. Los índices de productividad de la tierra y el trabajo y su relación con los procesos de implantación de signos de calidad territorial

A) Respecto al factor tierra

A-1) El gráfico 2 muestra como los procesos de no implantación (ausencia de signos de calidad) se sitúan fundamentalmente en las comarcas de los estratos extremos (alto o bajo índice de productividad), mientras que los procesos de implantación leve se dan con mayor

²⁸ Las fuentes consultadas han sido bastante amplias, ya que se requería de un análisis exhaustivo del nivel de articulación del tejido agroindustrial y de la propia estructura de éste en Andalucía para así establecer una gradación sectorial: Consejería de Agricultura y Pesca de la Junta de Andalucía, Gómez et al. (2006), revistas especializadas, fuentes sectoriales, información de los consejos reguladores, así como Libro Blanco de Agricultura y el Desarrollo Rural, en su capítulo de Andalucía.

²⁹ Ampliamente detallado en Pavón (2008).

frecuencia en las comarcas con índices de productividad medio-bajo. La abundancia de signos crece al movernos de menor a mayor productividad.

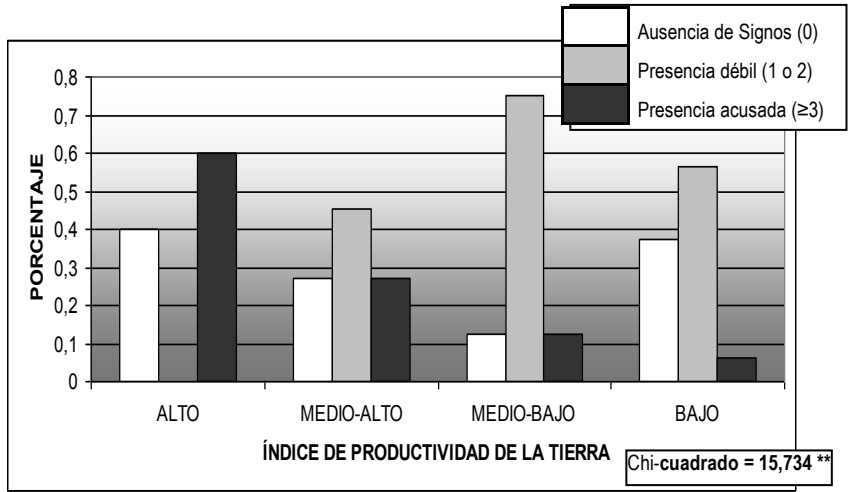


Gráfico 2 - Signos de calidad territorial por estratos de productividad de la tierra. Indicador de productividad de la tierra (1999) (estratificación según criterio de Morrison et al.). vs Número de signos de calidad territorial (2006). [Fuente: Elaboración propia.]

A-2) En el gráfico 3 puede observarse la clara relación directa entre incremento de la productividad e implantación de signos. La proporción de municipios que no poseen signos de calidad territorial aumenta conforme nos desplazamos hacia menores incrementos de la productividad de la tierra hasta alcanzar unos niveles similares (dualidad) entre presencia y ausencia de signos. El 100% las zonas que han experimentado altos incrementos de productividad poseen algún signo de calidad en sus productos. Similares resultados se obtuvieron considerando la tasa de variación absoluta de la productividad (**Chi-cuadrado = 11,012 ****).

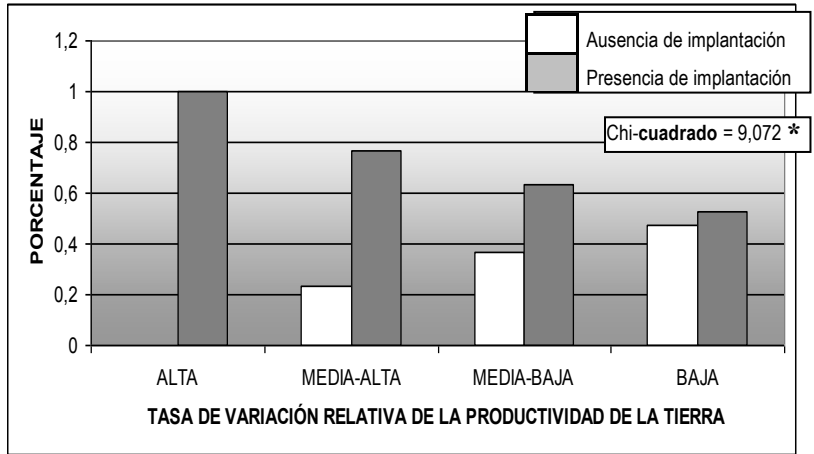


Gráfico 3 - Implantación de signos de calidad territorial por estratos de variación relativa de la productividad de la tierra. Tasa de variación relativa de la productividad de la tierra respecto a 1989 (estratificación según criterio de Cancian) vs Implantación de signos de calidad territorial (1991-2006). [Fuente: Elaboración propia.]

B) Respecto al factor trabajo

Aparentemente, las comarcas que han experimentado variaciones relativas de la productividad del trabajo más elevadas son las que lo han acompañado con procesos de implantación en todos sus casos, mientras que las de menor incremento de esta variable presentan un comportamiento dual, como puede observarse en el gráfico 4.

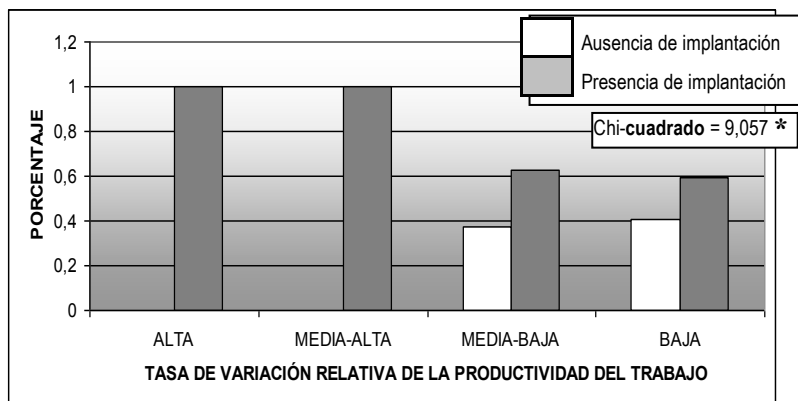


Gráfico 4 - Tasa de variación relativa de la productividad del trabajo por estratos de de implantación signos de calidad territorial. Tasa de variación relativa de la productividad del trabajo respecto a 1989 (estratificación de Morrison et al.) vs Implantación de signos de calidad territorial (1991-2006). [Fuente: Elaboración propia.]

4.2 La ubicación en el interior de zonas con limitaciones específicas y su influencia en los procesos de implantación de signos de calidad territorial

Comparando la diferencia porcentual entre municipios con y sin signo que se muestra el gráfico 5, se hace evidente el impulso que la implantación de signos de calidad territorial presenta en las áreas encuadradas en espacios naturales protegidos respecto a los ámbitos no protegidos.

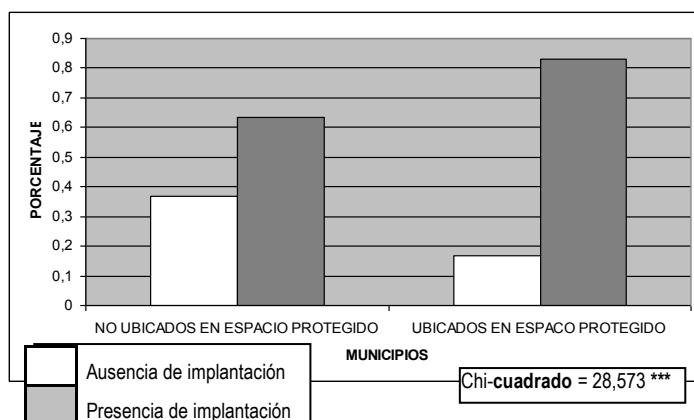


Gráfico 5 – Presencia-Ausencia de signos de origen en ámbitos protegidos y no protegidos. Municipios integrados/excluidos en un espacio protegido vs Presencia/ausencia de signos de calidad territorial (2006). [Fuente: Elaboración propia.]

4.3 El grado de cohesión de las comarcas y su influencia en los procesos de implantación de signos de calidad territorial

El análisis estadístico del indicador de cohesión global nos muestra niveles no significativos de interrelación, según el estadístico Chi-cuadrado, por lo que puede establecerse que no existe una ligazón real entre el nivel de cohesión de los municipios y los niveles de implantación de signos de calidad territorial.

4.4. La organización sectorial de la industria alimentaria y su influencia en los procesos de implantación de signos de calidad territorial

Los resultados parecen mostrar una interrelación interesante entre la propensión que muestran los productos agroalimentarios andaluces a la adquisición de un reconocimiento de calidad territorial en función del grado de articulación del tejido industrial, que suele ser, en último término, responsable de su puesta en marcha, y que se muestra en la tabla 7 (Anejo).

5. Conclusiones

Respecto a nuestra primera hipótesis, las conclusiones son significativamente más complejas de lo que esperábamos. Las comarcas con alta productividad de la tierra no presentan un comportamiento homogéneo, pues se debaten entre el desuso de los signos de calidad (optan por la vía de grandes volúmenes y altos rendimientos, que es lo que esperábamos a priori) y la proliferación de numerosos signos, muestra evidente de que los signos de calidad territorial también constituyen una vía adicional de competitividad en casos de dinamismo empresarial.

Los débiles resultados obtenidos en lo que respecta a la productividad del trabajo, lo podemos en parte atribuir al tipo de productos predominantes en Andalucía en cuanto a la implantación de signos de origen; en efecto, los sectores que requieren un tratamiento eminentemente artesanal en su transformación para no perder sus características protegibles (caso de las chacinas, embutidos y quesos) son precisamente los que menos signos de origen tienen en Andalucía. Es explicable, por ello, que la tecnificación, principal causa de los incrementos de productividad del trabajo, no solo no haya obstaculizado, sino que en determinados casos (vinos, aceites, ... donde la mejora técnica no afecta a las características organolépticas del producto) puede haber favorecido el mantenimiento de signos de calidad.

En cuanto a la ubicación en zonas de especial protección, circunstancia a la que hacía referencia nuestra segunda hipótesis, los resultados parecen corroborarla y son buena prueba de que estos municipios, conscientes de su situación, tienden a establecer mecanismos alternativos a las estrategias de productividad, siendo factible seguir estrategias de diferenciación para poner en valor en el mercado sus características peculiares.

Por el contrario, los resultados no son significativos al contrastar nuestra tercera hipótesis, lo que quiere decir que, a igualdad de todo lo demás, los signos de calidad territorial se implantan en cualquier tipo de comarca independientemente del grado de cohesión territorial que posea, lo cual apunta a motivaciones más de racionalidad económica que de tipo identitario en este tipo de iniciativas.

En cuanto a la cuarta hipótesis, podemos concluir que un tejido empresarial desestructurado en la comarca, la presencia de numerosas microempresas, productos no susceptibles de transformación o muy localistas, etc. desemboca en la incapacidad para la puesta en marcha de este tipo de iniciativas. Para la protección de un signo de calidad se precisa de una mínima estructura industrial en la zona, compuesta por una masa suficiente de medianas y pequeñas empresas capaces de iniciar una acción conjunta de promoción y protección de sus producciones bajo una marca común.

En el otro extremo, situaciones de agroindustrias cercanas al oligopolio y/o con presencia de marcas particulares de alta notoriedad en el mercado suponen un obstáculo a las iniciativas colectivas de implantación de signos.

De hecho, y como antes avanzamos, esta situación es la que permite justificar la inusual situación que se da en Andalucía en las agroindustrias de las chacinas, embutidos y quesos, productos habitualmente protegidos mediante sellos de calidad en otras zonas de España y Europa.

A modo de reflexión final, parece que Andalucía ha apostado fuertemente por la vía de creación de signos de calidad territorial con interesantes situaciones de dualidad derivadas de que su implantación no se ha debido predominantemente a situaciones de baja competitividad en producciones estándar –salvo en su caso extremo de mantenimiento de zonas desfavorecidas y a las que por decisión administrativa se les coarta otra vía-, sino a su uso como herramienta empresarial avanzada para la obtención de un valor añadido a los productos en el mercado cuando existe una red sectorial homogénea de pequeñas y medianas empresas elaboradoras.

Referencias Bibliográficas

- Caldentey, P. y Gómez A.C. (1998). Estudio sobre implantación de signos de calidad para productos agroalimentarios de la Sierra Norte de Sevilla. Doc. Mimeo.
- Caldentey, P. y Gómez A.C. (2001). Productos locales y desarrollo rural. *Actualidad Leader* 15: 8-9.
- Cancian, F. (1977). Stratification and Risk Taking Again. (1977). Annual Meeting of the Rural Sociological Society. Madison, Wisconsin.
- Cañizares E. (2003). Análisis del ámbito de actuación de los grupos de desarrollo rural y de otras demarcaciones funcionales para la consolidación del enfoque territorial del desarrollo rural en Andalucía. Trabajo profesional fin de Carrera. ETSIAM Córdoba. (Dir.: E. Ramos y M. M. Delgado).
- Consejería de Agricultura y Pesca de la Junta de Andalucía. (2006). *Anuario de Estadísticas agrarias y pesqueras*. Sevilla.
- Espeitx E. (1996). Los nuevos consumidores o las nuevas relaciones campo y ciudad a través de los productos de la tierra. *Agricultura y sociedad*, 80-81 (Julio-Diciembre 1996) 83-116.
- Gómez, A.C. y Caldentey, P. (2001). Productos típicos y denominaciones: de la tutela a la divergencia. IV Coloquio Hispano-Portugués de Estudios Rurales. Sec. calidad de los alimentos y productos típicos. 7-8 de Junio. Santiago de Compostela.
- Gómez, A.C., Santos M. y Caldentey P. (2006). *Catalogación y caracterización de los productos típicos agroalimentarios de Andalucía*. UNICAJA. Málaga.
- Grant, R. (1991). The resource-based theory of competitive advantage: implications for a strategy formulation, *California Management Review*, (vol. 33, 3, primavera, pp. 114-135).
- Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, (1996). Inventario Español de Productos Tradicionales. (Proyecto Euroterroirs de la Comisión Europea). Madrid.
- Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, (2004). Libro Blanco de la Agricultura y el Desarrollo Rural. Madrid.
- Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación (2007). Hechos y Cifras de la Agricultura, la Pesca y la Alimentación en España. Capítulo XVIII Calidad alimentaria. Área de Documentación e Información de la Secretaría General Técnica. Madrid.

- Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, (1996) Directorio de productos españoles con Denominaciones de Origen e Indicaciones Geográficas. [Acceso el 12 de febrero de 2008]. <http://www.mapa.es>
- Morrison, D.E., Kumar, K. Rogers, E. y Filegel, F.C. (1976). Stratification and Risk Taking: A Further Negative Replication of Cancian Theory. *American Sociological Review*, v. 41, 6.
- Pavón, P. (2008). Análisis de la implantación de signos de calidad territorial en Andalucía. Trabajo profesional fin de Carrera. ETSIAM Córdoba. (Dir.: A.C. Gómez).
- Reglamento (CEE) nº 1576/89 del Consejo, de 29 de mayo de 1989, por el que se establecen las normas generales relativas a la definición, designación y presentación de las bebidas espirituosas. Anexo II: Denominaciones geográficas contempladas.
- Sylvander, B. (1995). Conventions de qualité, marchés et institutions: le cas des produits de qualité spécifique. En Nicolas, F., Valceschini, E. (Eds). *Agro-alimentaire: une économie de la qualité*, INRA-Economica, Paris.
- Valceschini, (1999) Les signaux de qualité crédibles sur les marchés agroalimentaires: certifications officielles et marques, en Lagrange L. (coord), *Signes officiels de qualité et développement agricole*. Actes du colloque SFER, Clermont Ferand, 14 et 15 avril.

Tabla 7. – Relación entre el nivel de articulación del tejido agroindustrial de Andalucía y la implantación de signos de calidad territorial

[illegible]

Fuente: Elaboración propia

Caracterización socioeconómica de áreas rurales mediante métodos no paramétricos: el caso de la zona Leader en la región valenciana

Ernest Reig

Introducción: la diversidad de los espacios rurales europeos

Destacados especialistas (Léon, 2005) han puesto de relieve que Europa ya no tiene territorios que sean completamente independientes de las principales ciudades. Las relaciones entre lo urbano y lo rural se desenvuelven a través de flujos de circulación de personas y mercancías sometidos al doble juego de las fuerzas de aglomeración y dispersión, y la polarización generada por los centros urbanos contribuye a configurar y delimitar los espacios rurales. En esta nueva geografía económica, la agricultura ya no aparece necesariamente vinculada a los recursos específicos de un territorio concreto, y las perspectivas de desarrollo económico en las zonas rurales resultan de la interacción entre los elementos específicos de cada una de ellas y los factores móviles de producción, como el trabajo y el capital físico. Pero los elementos específicos no se limitan a los recursos naturales, sino que incluyen también el capital social acumulado. Este expresa la densidad de las relaciones establecidas entre los diversos agentes económicos y sociales, basadas en la confianza mutua y la capacidad de cooperación, y contribuye a establecer las ventajas comparativas de que goza un área rural para explotar sus activos naturales, tanto si se trata de producir mercancías como de ofrecer bienes públicos al resto de la sociedad. Roberto Camagni (2007) ha conceptualizado la idea de 'capital territorial' y ha establecido una taxonomía de sus elementos componentes. La función económica de este capital territorial es precisamente reforzar la eficiencia de las actividades locales, y hacerlo de un modo diferenciado en distintos espacios rurales.

Desgraciadamente las directrices comunitarias para la elaboración de los Programas de Desarrollo Rural aún no expresan plenamente el carácter profundamente heterogéneo del mundo rural sobre el que pretenden intervenir. Una muestra de ello es el empleo de la definición de ruralidad propuesta por la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) en la última generación de estos Programas.

El criterio de demarcación de la OCDE considera municipios rurales aquellos que registran una densidad demográfica inferior a los 150 habitantes por km². A continuación, las unidades administrativas de dimensión superior, tipo NUTS-3, - la provincia en España-, y NUTS-2, - la Comunidad Autónoma – son clasificadas en una escala de ruralidad de acuerdo con el porcentaje de su población que reside en municipios rurales.

El problema de la adopción de este enfoque es que si bien puede arrojar información útil a escala de cada Estado miembro de la Unión Europea, resulta poco relevante cuando se trabaja a nivel de una Comunidad Autónoma. En el caso concreto de la Comunidad Valenciana, que va servir como ilustración del enfoque metodológico que a continuación se propondrá, cada una de sus provincias es lo bastante heterogénea como para que carezca de sentido su calificación global como 'rural' o 'no rural'.

En definitiva, la ruptura de la distinción radical entre medio rural y urbano obliga a formas algo más sofisticadas que hasta el presente de caracterización socioeconómica de los espacios rurales. Es aquí donde entran en juego toda una serie de alternativas metodológicas que pueden servir para establecer una mejor *diferenciación* socioeconómica de cada espacio. Este trabajo presenta una de las alternativas posibles, la basada en el empleo de métodos no paramétricos de cálculo de la eficiencia, para construir un índice compuesto que refleje la

situación socioeconómica relativa de cada municipio rural. En concreto se sugiere la conveniencia del empleo del Análisis Envolvente de Datos, o *DEA*. Este enfoque metodológico se ilustra con una aplicación a los municipios de más de 1000 habitantes de la zona Leader de la Comunidad Valenciana.

1. El Análisis Envolvente de Datos y la construcción de un índice de potencial socioeconómico a escala municipal

Charnes, Cooper y Rhodes (1978) introdujeron el Análisis Envolvente de Datos (o *DEA*) para medir la eficiencia de *unidades de decisión* (UD) mediante técnicas de programación matemática. Con este método resulta posible determinar, para una muestra de observaciones de outputs e inputs correspondientes a distintas unidades, la frontera o envolvente formada por aquellas unidades que tienen un mejor comportamiento en relación a producción, costes, beneficios u otras variables. A continuación puede compararse la eficiencia de cada unidad, basada en la relación entre sus inputs y outputs, con la de otra unidad de referencia situada en la frontera. Esta última unidad, que le sirve de referencia y que representa una relación más favorable o ‘eficiente’ entre inputs y outputs, puede ser otra de las unidades observadas, o bien una unidad virtual formada por una mezcla ponderada de los perfiles en términos de inputs y outputs de varias unidades eficientes. Los pesos empleados en la composición de esta unidad virtual forman parte de la solución de un problema de optimización matemática.

DEA se ha utilizado para evaluar unidades de decisión que operan en el ámbito público o privado. Véase Thanassoulis (2001), y Cooper et al. (2007) para una profundización en los aspectos metodológicos. Los problemas que *DEA* resuelve pueden presentarse alternativamente en la forma del *modelo de los multiplicadores* y en la del *modelo de la envolvente*. Aquí emplearemos el primero de ambos enfoques, que se expone a continuación.

DEA define la eficiencia de una UD por medio del valor máximo de un ratio que transforma sus inputs en outputs:

$$\frac{\sum_{r=1}^s u_r y_{r0}}{\sum_{i=1}^m v_i x_{i0}} \quad (1)$$

sujeto a

$$\frac{\sum_{r=1}^s u_r y_{rj}}{\sum_{i=1}^m v_i x_{ij}} \leq 1 \quad j = 1, \dots, n$$

y

$$u_r \geq 0 \quad r = 1, \dots, s$$

$$v_i \geq 0 \quad i = 1, \dots, m$$

En la expresión anterior el ejercicio de optimización se está llevando a cabo para la UD₀ que forma parte de un conjunto de *j* unidades de decisión, para cada una de las cuales se ha observado un vector de *s* outputs y un vector de *m* inputs. Los pesos *u* y *v* que ponderan cada uno de los outputs e inputs, se escogen para cada UD de modo que esta aparezca bajo la luz más favorable posible cuando se la compara con las demás. Dicho de otra manera, se trata de obtener sendos vectores de ponderaciones para los outputs e inputs de la unidad analizada, UD₀, tales que el correspondiente ratio de eficiencia de esta unidad resulte maximizado. Esta maximización está sujeta a varias restricciones, entre ellas las que establecen que los ratios de

eficiencia de las j unidades, calculados con esos mismos vectores de ponderación, tengan un límite superior igual a la unidad.

De acuerdo con ello, el dominio de una UD_0 específica sobre otra UD_j requiere encontrar un conjunto de pesos tales que

$$\sum_{r=1}^s u_r y_{r0} - \sum_{i=1}^m v_i x_{i0} \geq \sum_{r=1}^s u_r y_{rj} - \sum_{i=1}^m v_i x_{ij} \quad (2)$$

El problema de optimización fraccional que se ha descrito puede expresarse en forma lineal (Charnes *et al.*, 1978) :

$$\max \theta = \sum_{r=1}^s \mu_r y_{r0} \quad (3)$$

sujeito a

$$\sum_{i=1}^m v_i x_{i0} = 1$$

$$\sum_{r=1}^s \mu_r y_{rj} \leq \sum_{i=1}^m v_i x_{ij} \quad \text{para } j = 1, \dots, n$$

$$\mu_r \geq 0$$

$$v_i \geq 0$$

La versión DEA de los *multiplicadores* se basa en una ratio entre una suma ponderada de outputs y una suma ponderada de inputs, por lo que puede contemplarse como una función que agrega outputs e inputs en una única medida de valor (Stewart, 1996). Aquí se va a hacer uso de este planteamiento para emplear una formulación similar a (3) con el objeto de construir un índice compuesto que revele la posición socioeconómica relativa de cada municipio. La literatura ha explorado ya la utilidad de DEA para construir índices compuestos en otro tipo de aplicaciones (Callens y Tyteca, 1999, Zhou *et al.*, 2007, Despotis, 2005). El modelo que se propone a continuación se inspira en dicha literatura:

$$\max h_0 = \sum_{r=1}^s \mu_{r0} I_{r0} \quad (4)$$

Sujeto a

$$\sum_{r=1}^s \mu_{r0} I_{rj} \leq 1 \quad \text{para toda } j = 1, \dots, n$$

$$\mu_r \geq 0$$

La particularidad de (4) respecto a (3) es que se trata de maximizar determinadas características o atributos que se juzgan económica o socialmente favorables, y no un vector de outputs comerciales. Por ello se ha preferido sustituir y por I , para recordar que se trabaja con la maximización de un conjunto de indicadores. En segundo lugar, en (4) se opera con un input agregado virtual que convencionalmente se ha hecho igual a la unidad para todas las unidades (municipios). En tercer lugar, aunque el enfoque metodológico sigue siendo del tipo

DEA, ahora desaparece la clásica connotación de ‘análisis de eficiencia’ en términos de transformación de inputs en outputs. En su lugar, lo que se pretende es construir un ranking que revele el potencial socioeconómico relativo de cada uno de los municipios de la zona Leader valenciana.

No todas las variables asociadas con las características de un municipio pueden constituir el objetivo de una decisión. Se trata de características del medio físico, - distancia a los grandes núcleos de población, microclima, orografía -, o demográficas, -estructura de edades de la población-, que condicionan la actividad económica y el nivel de bienestar social. En consecuencia resulta conveniente tener en cuenta las limitaciones especiales que ciertas entidades territoriales deben afrontar al establecer comparaciones entre ellas.

En el enfoque DEA el problema del entorno más o menos favorable en que deben actuar las distintas UD se ha tratado a través de la distinción entre *categorías* de UD. Si, por ejemplo, se considera que existen tres entornos, que pueden categorizarse como 1, 2 y 3 de mayor a menor grado de dificultad para el desenvolvimiento de las UD, entonces esto debe quedar reflejado en un proceso de evaluación diferenciado para las UD que se ubican en uno u otro. Una de las formas de abordar este problema es la sugerida por Cooper et al. (2007), consistente en valorar a las unidades del entorno 1 tomando exclusivamente como referencia potencial el conjunto de unidades localizadas en dicho entorno, mientras que las del entorno 2 tendrían como referencia potencial el conjunto de unidades de los entornos 1 y 2, y las del entorno 3, - el más favorable – deberían ser comparadas con la totalidad de las UD observadas.

2. Aplicación al caso de la zona Leader de la Comunidad Autónoma Valenciana

Se ha seleccionado el grupo formado por los 48 municipios de la zona Leader de la Comunidad Valenciana correspondiente al período de programación 2000-2006 que contaban en 2001 con una población igual o superior a 1000 habitantes, que es un umbral para disponer de información básica. A continuación se ha hecho uso de los datos disponibles en el Instituto Nacional de Estadística de España, los Anuarios Económico y Social de La Caixa y los Datos Económicos y Sociales de los Municipios de España ofrecidos por CajaEspaña, para preparar una base de datos municipal³⁰ referida a las siguientes variables:

- *Índice de Actividad Económica por 1000 habitantes (IAE)*. El Índice se basa en la recaudación fiscal a escala municipal por actividades económicas y profesionales con datos de 2005.
- *Índice de diversificación de la actividad económica (IDA)*. Se basa en el recíproco del índice de concentración de la actividad económica de Herfindhal-Hirschman para los cuatro grandes sectores económicos.
- *Tasa de empleo de la población en edad de trabajar (TE)*.
- *Gasto presupuestario por habitante (GP)*. Una disponibilidad elevada de recursos presupuestarios por habitante permite ofrecer una mayor calidad de vida a la población y/o emprender acciones de fomento de la actividad económica a escala local.
- *Índice de nivel educativo (EDU)*. Refleja el mayor o menor nivel educativo de la población, a través de la proporción de esta que cuenta con estudios medios y superiores, con datos de 2004.
- *Presencia de población de origen extranjero (PEX)*. Pretende recoger en qué medida el dinamismo económico o el atractivo residencial del municipio se refleja en su capacidad para atraer población inmigrada de origen extranjero.

³⁰ Agradezco la colaboración de Eva Benages y Angel Soler, técnicos del Instituto Valenciano de Investigaciones Económicas (IVIE) en la preparación de la base de datos.

- *Índice de envejecimiento de la población (EP)*. Se calcula a través del porcentaje sobre la población total que corresponde a la de 65 y más años, con datos de 2007.
- *Altitud (ALT)*. Recoge una parte de los condicionamientos que impone el medio físico sobre el desarrollo económico de las zonas rurales.
- *Distancia del municipio a la capital de la provincia respectiva (DIS)*. En la Comunidad Valenciana las tres capitales de provincia son municipios costeros, y el grado de ruralidad tiende a elevarse al desplazarse en dirección Oeste desde el litoral. Se trata de un indicador relativo a la accesibilidad.

Las variables IAE, IDA, TE, GP son de carácter predominantemente económico, mientras que las variables EDU y PEX son de tipo social. En cuanto a EP, ALT y DIS, se pueden considerar como *variables categóricas* y sirven para establecer categorías de entornos más o menos favorables a los procesos de desarrollo rural. Todas las variables económicas y sociales son del tipo *cuanto más mejor*, en el sentido que están definidas de tal modo que un aumento del valor numérico de la variable tiene una connotación positiva. Dado que el método DEA puede trabajar con variables expresadas en diferentes unidades de medida, no ha hecho falta proceder a ninguna transformación adicional. En cuanto a las tres variables categóricas, se ha procedido a condensarlas en una sola, - que se ha denominado *variable de entorno* (VE) -. Esta variable indica un entorno tanto más desfavorable cuanto más elevado resulta ser su valor, al aumentar el envejecimiento, la altitud y la distancia respecto al mayor núcleo urbano de la provincia. Para agregar las tres variables categóricas se ha otorgado una ponderación igual a cada una de las tres (1/3), estandarizándolas previamente de acuerdo con la siguiente fórmula (Voogd, 1983):

$$E_{ji} = \left(S_{ji} - \min_i S_{ji} \right) / \left(\max_i S_{ji} - \min_i S_{ji} \right)$$

donde E_{ji} es el valor estandarizado que corresponde a la variable i para el municipio j , siendo S_{ji} el valor correspondiente según los datos iniciales, no estandarizados, mientras que \min_i y \max_i corresponden respectivamente a los valores mínimo y máximo que se registran en la base de datos municipales manejada.

3. Resultados

El análisis se ha llevado a cabo dividiendo previamente los 48 municipios en dos grupos de 24 municipios, , haciendo uso para ello de la mediana de la distribución de VE. De este modo se ha obtenido un primer grupo (categoría 1), que se supone que se enfrenta a mayores dificultades, y un segundo (categoría 2) en que las circunstancias son más propicias para el pleno desenvolvimiento de su potencial socioeconómico. Tomando el conjunto de la muestra, la posición media en relación a la frontera que recoge el nivel de potencial socioeconómico más alto (‘frontera eficiente’ en términos del análisis DEA convencional) es del 95,93%. Cuando se consideran los dos grupos por separado, ofrecen respectivamente unos niveles medios de 96,31% (grupo 1) y 95,55% (grupo2).

El Cuadro 1 recoge el grupo de dieciocho municipios que presenta un índice más elevado, igual a la unidad, con indicación del Grupo de Acción Local Leader+ y la provincia a que pertenece, así como de la categoría (1 o 2) en que se ha incluido. Los resultados numéricos completos aparecen en el Anexo 1.

Cuadro 1 – Municipios con mayor potencial socioeconómico

Municipio	Grupo de Acción Local	Provincia	Categoría
Albocàsser	Els Ports/Maestrat	Castellón	1
Alcalalí	Aitana	Alicante	1
Atzeneta del Maestrat	Els Ports/Maestrat	Castellón	1
Benasal	Els Ports/Maestrat	Castellón	1
Beniarrés	Aitana	Alicante	1
Bolbaite	Macizo del Caroig	Valencia	2
Camporrobles	Tierras del Interior	Valencia	1
Cárcer	Macizo del Caroig	Valencia	2
Cocentaina	Aitana	Alicante	2
Lucena del Cid	Alto Palencia/Alto Mijares	Castellón	1
Morella	Els Ports/Maestrat	Castellón	1
Navarrés	Macizo del Caroig	Valencia	2
Orba	Aitana	Alicante	1
Pedralba	Serranía de Valencia	Valencia	2
Polop	Aitana	Alicante	2
Tuéjar	Serranía de Valencia	Valencia	1
Villafranca del Cid	Els Ports/Maestrat	Castellón	1
Xaló	Aitana	Alicante	2

Para afinar más en el análisis, y poder discriminar entre este grupo que presenta coeficientes de eficiencia iguales a la unidad, puede hacerse uso de uno de los rasgos más atractivos del método DEA, y es que ofrece la oportunidad de conocer que ‘unidades decisionales’ en concreto constituyen el *conjunto de referencia* (CR) respecto al cual se establece la posición relativa de cada una de las unidades ‘ineficientes’, es decir aquellas con índices de eficiencia inferiores a la unidad. A través del número de veces que una unidad ‘eficiente’ concreta, - un municipio en este caso -, aparece integrando el CR de las unidades no eficientes, puede discriminarse entre las unidades ‘eficientes’, estableciendo distintos niveles entre las mismas. Los resultados muestran que algunos municipios sirven repetidamente de referencia a los demás, como Benasal (17 veces), Tuéjar (17 veces), Morella (12 veces), Albocàsser (7 veces), Atzeneta del Maestrat (7 veces) y Cárcer (7 veces). Es interesante observar que cuatro de ellos pertenecen a una misma comarca Leader, la formada por Els Ports/Maestrat, en el Norte/Noroeste de la provincia de Castellón.

El conocimiento del conjunto de referencia específico de un municipio permite conocer los rasgos que caracterizan a los municipios que integran lo que podría denominarse ‘entidad territorial virtual de referencia’ para el mismo. Así por ejemplo, para Villar del Arzobispo, una localidad perteneciente a la Serranía de Valencia, el conjunto de referencia está constituido por Benasal, Cárcer, Morella y Xaló, con una ponderación mayoritaria del primero de ellos.

Al comparar cada municipio con su entidad virtual de referencia puede conocerse la distancia que el primero debe recorrer para alcanzar la situación ‘eficiente’ de dicha entidad en cada una de las variables económicas y sociales contempladas. Las distancias más acusadas se producen, por lo general, en el índice de actividad económica per cápita (IAE), el gasto público municipal per cápita (GP) y la proporción de población de origen extranjero residente en relación a la población total (PEX), aunque también hay municipios en que la brecha es más importante en otras variables. En el caso concreto del ejemplo anterior, Villar del Arzobispo, los aspectos a reforzar son principalmente la disponibilidad de recursos presupuestarios locales por habitante, - en un 21% -, y la capacidad de atracción de población de origen extranjero, en un 82% -.

Los municipios que presentan una situación más desfavorable, con una posición relativa respecto a la frontera eficiente inferior al 90% son Antella (Macizo del Caroig),

Jalance (Valle de Ayora/Cofrentes), Siete Aguas (Tierras del Interior), Sinarcas (Tierras del Interior), Sumacárcer (Macizo del Caroig) y Venta del Moro (Tierras del Interior). Todos pertenecen a comarcas del interior de la provincia de Valencia, sin beneficiarse, al contrario que la Serranía, del *efecto contagio* de desarrollo socioeconómico derivado de la combinación de atractivos paisajísticos y proximidad al Área Metropolitana de Valencia (turismo, construcción de segundas residencias, etc.). Los resultados revelan que las carencias específicas que cada uno de estos municipios presenta gravitan en torno a un nivel insuficiente de actividad económica (IAE) y de capacidad de atracción de población inmigrante de origen extranjero (PEX), siendo el primero de estos aspectos particularmente acusado en el caso de Antella. Sin embargo en Venta del Moro la brecha más importante a superar se corresponde con el nivel educativo de su población (EDU), y en Sinarcas con el gasto público municipal por habitante (GP).

Finalmente, se ha repetido el ejercicio eliminando la distinción en dos categorías. Los resultados obtenidos son muy semejantes en lo que se refiere a la lista de municipios con mayor índice socioeconómico. Dieciséis de los dieciocho municipios que figuraban anteriormente con un índice igual a la unidad lo siguen haciendo. Abandonan la lista, aunque con un índice muy próximo, de 0,99, Orba y Lucena del Cid. Dado que ambos municipios pertenecen a la categoría 1, debe entenderse que el cálculo de su posición relativa da un resultado inferior cuando el universo de comparación no es el resto de municipios de dicha categoría, sino la totalidad de los cuarenta y ocho que se han incluido en este estudio. Además, aunque Benasal y Tuéjar mantienen su lugar destacado como municipios de referencia para los demás, disminuye algo la importancia relativa de Morella, que cede el tercer puesto a Cárcer.

4. Conclusiones

El reconocimiento de la diversidad socioeconómica del mundo rural es una condición indispensable para diseñar políticas apropiadas de desarrollo rural que atiendan a las distintas condiciones imperantes en diferentes zonas. En este trabajo se ha pretendido poner de relieve la utilidad que ofrecen métodos como el Análisis Envolvente de Datos (DEA) para establecer una ordenación de entidades territoriales, - p.ej. comarcas o municipios – de acuerdo con un conjunto seleccionado de variables económicas y sociales.

Se ha aplicado un modelo del tipo DEA centrado en los outputs (variables económicas y sociales), y con un input virtual igual a la unidad para todas las observaciones, a los 48 municipios que estuvieron clasificados en el período 2000-2006 dentro de la zona Leader+ de la Comunidad Valenciana, y que cuentan con más de 1000 habitantes. Para recoger el principio de que la comparación debe establecerse entre entidades territoriales que afronten condiciones generales no excesivamente diferentes, se ha trabajado con un modelo DEA con dos categorías, que recogen el grado de envejecimiento de la población, la altura sobre el nivel del mar y la distancia a la capital de provincia para cada municipio. En cuanto a las variables socioeconómicas consideradas, son las siguientes: índice de actividad económica por habitante, índice de diversificación económica del municipio, gasto público municipal por habitante, tasa de empleo, nivel educativo de la población, y proporción de población extranjera sobre el total de población residente.

Los resultados han mostrado que dieciocho municipios ofrece un índice máximo, - igual a la unidad – de potencial socioeconómico, y que un grupo reducido de ellos, principalmente Benasal (Els Ports/Maestrat), Tuéjar (Serranía de Valencia) y Morella (Els Ports/Maestrat) forman parte habitualmente del conjunto de municipios que sirven de referencia para los demás.

En cuanto a las variables que de forma más regular muestran una mayor distancia entre los municipios con niveles de potencial inferiores a la unidad, y los situados en la frontera de referencia, suelen corresponderse con el volumen de actividad económica por habitante y la proporción de población extranjera sobre el total, que actúa como *proxy* de la capacidad de atracción demográfica del municipio. En algunos municipios pesa más en cambio la brecha en otras variables, como el nivel de gasto público municipal por habitante o la cualificación educativa de sus recursos humanos.

Referencias bibliográficas

- Callens, I., Tyteca, D. (1999) Towards indicators of sustainable development for firms. A productive efficiency perspective. *Ecological Economics*, 28: 41-53.
- Camagni, R. (2007) Towards a Concept of Territorial Capital. In *Joint Congress of the European Regional Science Association (47th Congress) and ASRDLF (Association de Science Régionale de Langue Française, 44th Congress)*, Paris, August 29th – September 2nd.
- Charnes, A., Cooper, W. W., Rhodes, E. (1978) Measuring the Efficiency of Decision Making Units. *European Journal of Operational Research*, 2: 429-444.
- Cooper, W. W., Seiford, L. M., Tone, K. (2007) *Data Envelopment Analysis. A Comprehensive Text with Models, Applications, References and DEA-Solver Software*. Second Edition. Springer.
- Despotis, D. K. (2005) A reassessment of the human development index via data envelopment analysis. *Journal of the Operational Research Society*, 56: 969-980.
- Léon, Y. (2005). Presidential address. Rural development in Europe. A research frontier for agricultural economists. *European Review of Agricultural Economics*, 32 (3): 301-317.
- Stewart, T. J. (1996) Relationships between Data Envelopment Analysis and Multicriteria Decision Analysis. *Journal of the Operational Research Society*, 47: 654-665.
- Thanassoulis, E. (2001) *Introduction to the Theory and Application of Data Envelopment Analysis. A foundation text with integrated software*. Springer.
- Voogd, H. (1983) *Multicriteria Evaluation for Urban and Regional Planning*. Pion Limited.
- Zhou, P., Ang, B. W., Poh, K. L. (2007) A mathematical programming approach to constructing composite indicators. *Ecological Economics* 62: 291-297.

Anexo 1

Ranking Socioeconómico y categoría (1 o 2) de cada municipio

Atzeneta del Maestrat	1	1	Enguera	0,9778	2
Benasal	1	1	Viver	0,9748	1
Beniarres	1	1	Altura	0,9644	2
Bolbaite	1	2	Font de la Figuera	0,9629	1
Camporrobles	1	1	Jénica	0,9602	1
Càrcer	1	2	Anna	0,9548	2
Cocentaina	1	2	Ademuz	0,9477	1
Lucena del Cid	1	1	Chella	0,9378	2
Morella	1	1	Ayora	0,9351	1
Navarres	1	2	Requena	0,9294	1
Osba	1	1	Vallada	0,9199	2
Pedrolba	1	2	Tous	0,9177	2
Polop	1	2	Alcàntera del Xúquer	0,9149	2
Tuñis	1	1	Villar del Arzobispo	0,9146	2
Villanueva del Cid	1	1	Gavarda	0,9134	2
Xaló	1	2	Cheha	0,9080	1
Siena Engarcerán	0,9972	1	Utiel	0,9066	1
Mocent	0,9963	2	Jalance	0,8959	1
Montesa	0,9918	2	Sumacàrcer	0,8887	2
Muro de Alcoy	0,9893	2	Siete Aguas	0,8854	2
Loriguilla	0,9875	2	Venta del Moro	0,8737	1
Rosell	0,9832	1	Sinarcas	0,8417	1
Callosa d'En Sarrià	0,9831	2	Antella	0,7965	2

La caracterización de la estructura parcelaria de Castilla y León a través del Análisis Factorial Múltiple

**Maria Botey Fullat
Pedro Arias Martín**

Introducción

A lo largo del tiempo la parcelación de las explotaciones ha supuesto un problema estructural que, sin duda, ha repercutido en su rentabilidad. Debido a la constante preocupación por la estructura de las explotaciones, diversos autores, entre ellos, Ruiz-Maya (1986 y 1994), Rapún (2002), Rodríguez y Peña (1997) o Júdez (1989) han tratado la evolución de las explotaciones agrícolas en España. También, agricultores, técnicos y políticos se han interesado por la problemática, ya que la viabilidad de las explotaciones, en muchos casos pasa, por reducir el número de parcelas.

En particular, Castilla y León es una región donde más se ha incidido sobre este aspecto, con actuaciones de concentración parcelaria que comienzan a realizarse en 1952 y tienen como objetivo mejorar la rentabilidad social y económica de las explotaciones agrarias, mediante acciones de ordenación y reorganización de la propiedad que van encaminadas a sustituir las numerosas parcelas por un menor número de fincas de reemplazo de mayor superficie, mejor configuradas y con más fácil acceso.

Por tanto, estas actuaciones estructurales junto con las constantes divisiones de la tierra, principalmente por herencias, justifican el interés de realizar un estudio de la parcelación para conocer su situación y evolución, así como para caracterizar las diferentes provincias que conforman Castilla y León.

1. Objetivos y metodología

Los objetivos que pretende abordar esta investigación son:

- Analizar el número de parcelas y su distribución en Castilla y León.
- Caracterizar por el número de parcelas y para diferentes estratos de superficie las provincias de Castilla y León.

Por lo que respecta a las fuentes de información, se basan en los censos agrarios 62, 72, 82, 89 y 99, publicados por el INE (Instituto Nacional de Estadística) y concretamente en el número de parcelas. En cuanto a las variables consideradas corresponden a la parcelación por tamaños de explotación, en total se han considerado ocho tamaños (estratos).

En cuanto a la metodología empleada se centra en el análisis multivariante. En particular, para estudiar el número de parcelas y su distribución en los diferentes estratos de superficie, se ha utilizado el Análisis Factorial Múltiple (AFM), técnica que permite el análisis de tablas de triple entrada (censos, provincias y estratos) y se ha empleado los programas estadísticos SPSS y SPAD.

2. Análisis factorial múltiple

El análisis factorial es un procedimiento que se caracteriza por poner de manifiesto, a través de un conjunto de factores comunes, la posible estructura entre los datos. Es habitual, que éstos métodos se apliquen a un conjunto de observaciones y variables, es decir a tablas

bidimensionales. Sin embargo, en ocasiones puede ocurrir que se pretenda realizar un análisis factorial o de componentes principales con tablas de tres entradas, donde éstas se caracterizan por un conjunto de observaciones, variables y situaciones que frecuentemente corresponden con diferentes períodos de tiempo (t).

Para abordar su estudio, cabe pensar en una serie de t análisis individuales de componentes principales, pero como indica Júdez (1989) o García y Abascal (2003), los ejes factoriales pueden ser diferentes en los distintos análisis y por consiguiente, no se podrán representar sobre un mismo plano factorial las observaciones y las variables en los diferentes períodos considerados para estudiar su evolución relativa.

Por ello, se han desarrollado procedimientos para el tratamiento de tablas tridimensionales, como el Análisis Factorial Múltiple (AFM) que pretende estudiar la estructura común de las distintas matrices o tablas de datos, para poder observar las diferencias y/o semejanzas que mantienen entre sí.

En particular, el AFM es un método factorial desarrollado por B. Escofier y J. Pagés (1990), para el tratamiento de tablas múltiples. Se busca un subespacio factorial de dimensiones reducidas en el cual representar de forma óptima las distancias que separan a los individuos y a las variables, lo que permite estudiar las diferencias o semejanzas entre los grupos, las interacciones de las variables y las relaciones entre los individuos de los distintos grupos.

El AFM consta de dos etapas³¹ (Gráfico 1):

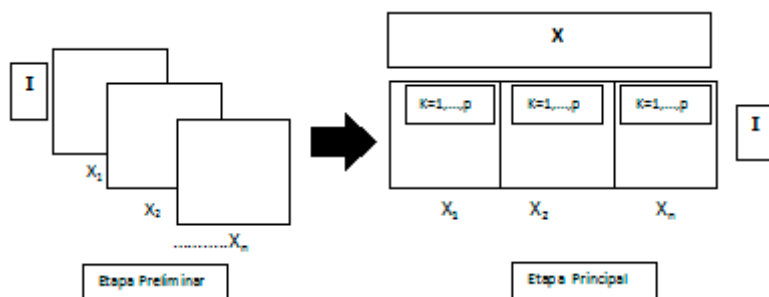


Gráfico 1

Etapla preliminar. Basada en la realización de un análisis de componentes principales (ACP) individual de cada tabla (X_t) para cada periodo, lo que se define como nube parcial, obteniendo en consecuencia, los factores parciales. Además, de cada uno de esos análisis se retiene el primer valor propio (λ_1^t).

Etapla principal. Consiste en realizar un ACP de la tabla global X obtenida como suma de cada tabla X_t en la que previamente, ha sido ponderada por el inverso de la raíz cuadrada de su

primer valor propio $\frac{1}{\sqrt{\lambda_1^t}}$, esto es, se realiza un ACP de la tabla global, resultado de

yuxtaponer las diversas tablas, equilibrando la influencia de los grupos. Esta etapa principal consta de dos estudios:

³¹ Siendo, X la matriz global; I número de individuos u observaciones $I=1,2,\dots, m$; K conjunto de variables $K=1,2,\dots,p$; t conjunto de subgrupos $t=1,2,\dots,n$.

- a) El estudio de la inter-estructura analiza la proximidad entre las diferentes tablas, lo que permite comparar los grupos entre sí. Para contrastar este aspecto, se emplea la matriz Lg (Liaison Groupes) o el coeficiente RV de Escoufier³².
- b) El estudio de la intra-estructura permite detectar el número de factores comunes a las diferentes tablas y obtener un marco de referencia global que hace posible el estudio de la evolución de las posiciones relativas. En la construcción de este espacio factorial intervienen todos los grupos de forma equilibrada gracias a la ponderación realizada.

3. Estudio del número de parcelas en Castilla y León

La política estructural desarrollada en España a partir de 1952, en lo que respecta a la reducción de la parcelación ha tenido sus efectos positivos, pues el número de parcelas ha descendido desde 38.908.593 parcelas contabilizadas en el censo de 1962 a las 18.012.760 del censo del 99, en total una variación porcentual del 53,7%. En Castilla y León, el comportamiento es muy similar al nacional, pasando de 13.787.543 parcelas en el censo del 62 a 3.659.343 del censo del 99 (73,4%), descenso que se produce con distinta intensidad a lo largo de los años, mayor en el periodo 62-82 (61,3 %), debido principalmente al gran número de actuaciones de concentración parcelaria realizadas en los años 60 y 70 y más tendida en el periodo 89-99 (12,1%) (Gráfico 2).

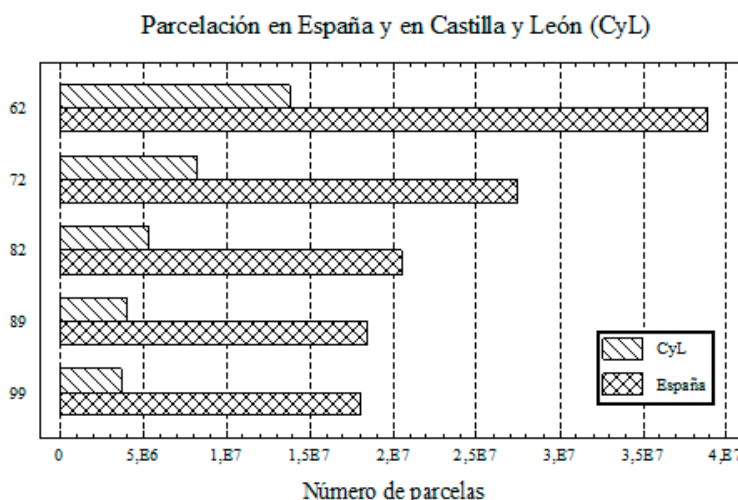


Gráfico 2

Por tamaños de explotación³³ la parcelación se concentra en estratos de superficie entre 1 y 50 ha (E_2 a E_5) con porcentajes que superan el 74% y por tanto, son los más afectados por esta reducción de la parcelación, principalmente el estrato E_4 (10 a 20 ha). Sin embargo, en el censo del 99 se aprecia un cierto cambio de tendencia, aumentando el número de parcelas en estratos superiores a 50 has (E_6 a E_8) y disminuyendo en explotaciones inferiores a dicho nivel (Cuadro 1).

³² Véase Júdez (1989).

³³ Los estratos se denotan por **E_número**; número: 1 (< 1 ha); 2 (1-5 ha); 3 (5-10 ha); 4 (10-20 ha); 5 (20-50 ha); 6 (50-100 ha); 7 (100-200 ha); 8 (>200 ha).

Cuadro 1 (Parcelas (%))

Censo	62	72	82	89	99
E_1	2	1	2	3	3
E_2	14	14	15	17	11
E_3	19	17	15	15	8
E_4	27	23	22	19	11
E_5	27	24	24	23	20
E_6	7	10	13	13	17
E_7	2	5	6	6	15
E_8	2	5	3	5	15
CyL	100	100	100	100	100

A pesar del esfuerzo en reducir el número de parcelas, no por ello la parcelación ha dejado de ser un problema y concretamente en las provincias de Castilla y León sigue provocando diferencias estructurales, pues la fragmentación o división de sus tierras es diferente. Así, si se analiza la parcelación provincial se observa que, León, Burgos y Zamora son las provincias que presentan mayor parcelación, mientras que, Valladolid y Palencia son las de menor (Anejo 1; Cuadro 2).

Cuadro 2 (Parcelas (%))

Censo	62	72	82	89	99
Ávila	5,3	6,0	7,3	8,6	7,1
Burgos	17,8	17,9	17,9	18,6	20,2
León	21,2	23,5	23,8	24,3	22,1
Palencia	6,8	6,3	5,0	5,1	5,9
Salamanca	8,2	8,0	8,6	8,4	9,1
Segovia	7,9	7,5	7,0	6,6	6,7
Soria	13,3	10,3	7,8	6,4	10,2
Valladolid	4,4	3,7	3,7	3,7	4,7
Zamora	15,0	16,9	18,8	18,3	14,1
CyL	100	100	100	100	100

4. Análisis factorial múltiple del número de parcelas

En este análisis se pretende estudiar la estructura parcelaria que presentan las provincias de Castilla y León. Para ello, en vez de considerar el número total de parcelas provincial, que dependería su magnitud del tamaño de la provincia, se determina para cada provincia su distribución por estratos, es decir, la relación entre el número de parcelas en un determinado estrato y el total provincial.

4.1. Etapa preliminar

El estudio individual de cada censo lleva a identificar posibles interrelaciones entre los estratos de superficie (variables). Un análisis de la matriz de correlaciones manifiesta que, la correlación entre estratos de superficie reducida (E_1 a E_4) es positiva, al igual que ocurre entre los estratos superiores (E_5 a E_8), mientras que, entre ambos grupos (E_1 a E_4) y (E_5 a E_8) su correlación es negativa (Cuadro 3).

Cuadro 3 (Correlaciones)

Censo 62	E62_1	E62_2	E62_3	E62_4	E62_5	E62_6	E62_7	E62_8
E62_1	1							
E62_2	0,8	1						
E62_3	0,34	0,76	1					
E62_4	-0,46	-0,14	0,4	1				
E62_5	-0,6	-0,91	-0,88	0,04	1			
E62_6	-0,14	-0,51	-0,83	-0,77	0,53	1		
E62_7	-0,01	-0,34	-0,69	-0,83	0,31	0,95	1	
E62_8	-0,29	-0,55	-0,75	-0,62	0,49	0,87	0,87	1
Censo 72	E72_1	E72_2	E72_3	E72_4	E72_5	E72_6	E72_7	E72_8
E72_1	1							
E72_2	0,83	1						
E72_3	0,44	0,79	1					
E72_4	-0,15	0,08	0,59	1				
E72_5	-0,55	-0,85	-0,89	-0,22	1			
E72_6	-0,42	-0,67	-0,91	-0,79	0,67	1		
E72_7	-0,35	-0,6	-0,85	-0,81	0,54	0,97	1	
E72_8	-0,62	-0,71	-0,71	-0,51	0,5	0,78	0,8	1
Censo 82	E82_1	E82_2	E82_3	E82_4	E82_5	E82_6	E82_7	E82_8
E82_1	1							
E82_2	0,95	1						
E82_3	0,72	0,88	1					
E82_4	0,07	0,2	0,6	1				
E82_5	-0,87	-0,91	-0,72	0,04	1			
E82_6	-0,61	-0,7	-0,9	-0,82	0,5	1		
E82_7	-0,51	-0,63	-0,87	-0,84	0,34	0,92	1	
E82_8	-0,52	-0,71	-0,89	-0,64	0,44	0,8	0,87	1
Censo 89	E89_1	E89_2	E89_3	E89_4	E89_5	E89_6	E89_7	E89_8
E89_1	1							
E89_2	0,95	1						
E89_3	0,65	0,83	1					
E89_4	0,12	0,32	0,75	1				
E89_5	-0,8	-0,75	-0,44	0,14	1			
E89_6	-0,66	-0,78	-0,91	-0,79	0,44	1		
E89_7	-0,51	-0,69	-0,91	-0,85	0,1	0,85	1	
E89_8	-0,4	-0,59	-0,81	-0,68	-0,01	0,6	0,89	1
Censo 99	E99_1	E99_2	E99_3	E99_4	E99_5	E99_6	E99_7	E99_8
E99_1	1							
E99_2	0,96	1						
E99_3	0,72	0,88	1					
E99_4	0,37	0,59	0,9	1				
E99_5	-0,2	-0,01	0,36	0,67	1			
E99_6	-0,7	-0,79	-0,8	-0,63	0,1	1		
E99_7	-0,68	-0,83	-0,95	-0,89	-0,5	0,74	1	
E99_8	-0,56	-0,7	-0,85	-0,82	-0,62	0,38	0,83	1

Por otro lado, la aplicación de la técnica de componentes principales permite obtener los autovalores, que representan la varianza explicada por el factor y definen la dimensionalidad para el tratamiento de la información. Así, según el censo, la varianza de los dos primeros factores explica entre 89,05 y el 93,84% de la variabilidad total (Cuadro 4).

Cuadro 4 (Autovalores y varianza explicada, análisis parcial)

Factor	Censo 62		Censo 72		Censo 82		Censo 89		Censo 99	
	Valor propio	Varianza Explicada (%)	Valor propio	Varianza Explicada (%)	Valor propio	Varianza Explicada (%)	Valor propio	Varianza Explicada (%)	Valor propio	Varianza Explicada (%)
1	4,8586	60,73	5,4665	68,33	5,7087	71,36	5,4066	67,58	5,5924	69,91
2	2,4286	30,36	1,6578	20,72	1,7982	22,48	1,9370	24,21	1,7610	22,01
3	0,4869	6,09	0,6319	7,90	0,2766	3,46	0,4687	5,86	0,5114	6,39
Varianza acumulada Factores 1 y 2		91,09	-	89,05	-	93,84	-	91,79	-	91,92

En consecuencia, se considera que los dos primeros factores con autovalores mayores que la unidad, justifican una parte significativa de la varianza y posibilitan este estudio con la reducción del número de variables originales, aunque la importancia del factor 1 es superior al factor 2.

Tras elegir los factores, el análisis de componentes principales proporciona las correlaciones de las variables con éstos, cuyo interés estriba en definir el significado de cada eje en función de su coeficiente de correlación.

Desde un punto de vista cualitativo, los factores se relacionan de forma muy similar en los diferentes censos, aunque existen pequeñas diferencias. Así, el Factor 1 presenta una alta correlación con todas las variables, salvo con el estrato E_1 (en los censos del 62 y 72), con el E_4 (en los censos del 62 al 82) y con el E_5 (en los censos del 89 y 99). Por su parte, el Factor 2 presenta la correlación más alta con las variables E_1 y E_4, aunque a partir del censo 82, la variable E_5 incrementa su importancia (Cuadro 5).

Cuadro 5 (Correlación Factor-variable)

Variables	Correlaciones (Factor-variable)									
	Censo 62		Censo 72		Censo 82		Censo 89		Censo 99	
	Factor 1	Factor 2	Factor 1	Factor 2	Factor 1	Factor 2	Factor 1	Factor 2	Factor 1	Factor 2
E_1	-0,40	-0,80	-0,61	-0,68	-0,79	-0,55	-0,76	-0,59	-0,76	-0,56
E_2	-0,75	-0,64	-0,85	-0,51	-0,90	-0,44	-0,90	-0,42	-0,90	-0,39
E_3	-0,94	-0,11	-0,95	0,06	-0,99	0,01	-0,98	0,08	-0,99	0,01
E_4	-0,53	0,84	-0,59	0,79	-0,61	0,77	-0,71	0,63	-0,87	0,40
E_5	0,76	0,54	0,81	0,32	0,71	0,66	0,48	0,84	-0,38	0,91
E_6	0,94	-0,31	0,95	-0,27	0,93	-0,27	0,93	-0,05	0,78	0,42
E_7	0,84	-0,48	0,91	-0,35	0,89	-0,40	0,92	-0,36	0,97	-0,12
E_8	0,90	-0,20	0,86	0,00	0,88	-0,23	0,79	-0,40	0,86	-0,33

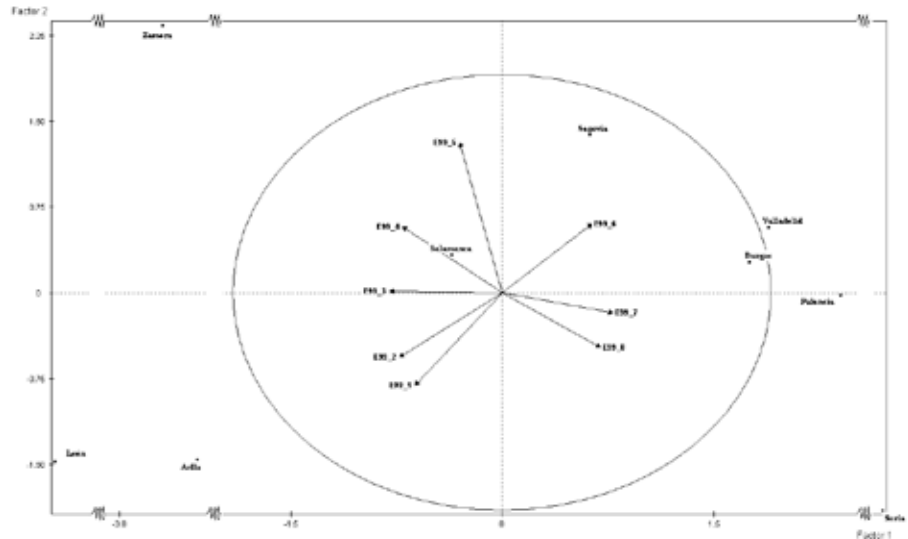
Por su parte, esta técnica permite proyectar las variables y las observaciones (provincias), pasando de un espacio de dimensión mayor a otro bidimensional (factores 1 y 2) con el objeto de facilitar su interpretación.

Por lo que respecta a las variables, globalmente los censos reflejan cierta similitud en su situación, el grupo constituido por E_1 a E_4 se opone al formado por E_5 a E_8 (a excepción del censo 99).

En cuanto a las posiciones relativas de las provincias, se producen modificaciones en su situación aunque, en general el factor 1 opone las provincias de León, Ávila y Zamora a

Valladolid, Soria y Palencia, mientras que, el factor 2 enfrenta Zamora y Segovia a León, Ávila, Valladolid y Soria. En concreto en el censo del 99, el Factor 1 contrapone las provincias de León, Ávila y Zamora a Soria, Palencia, Valladolid y Burgos y en el Factor 2, las de León, Ávila y Soria a Zamora y Segovia (Gráfico 3).

Gráfico 3 (Censo 99)



4.2. Etapa principal

Entre los elementos a definir están los factores globales o comunes sobre los que recoger toda la información. En su determinación influye la correlación (situación) de los factores parciales entre sí, es decir, a mayor correlación más similares serán con los factores globales. Por tanto, la elevada correlación entre factores parciales de los distintos grupos no solo posibilita la comparación entre censos sino que también contribuye a que los factores comunes sean más semejantes con aquellos (Cuadro 6).

Cuadro 6 (Correlación entre factores parciales)

Correlaciones entre factores parciales (GFF, con G=Grupo ³⁴ (censo) y F= Factor)											
GFF	101	102	201	202	301	302	401	402	501	502	
101	1										
102	0,00	1									
201	0,87	0,32	1								
202	0,04	-0,76	0,00	1							
301	0,87	0,37	0,99	-0,06	1						
302	0,05	0,50	-0,03	-0,9	0,00	1					
401	0,84	0,37	0,98	-0,02	0,99	-0,04	1				
402	0,24	0,30	0,09	-0,72	0,08	0,85	0,00	1			
501	0,78	0,44	0,97	-0,07	0,96	0,04	0,98	0,06	1		
502	0,28	0,08	0,12	-0,15	0,09	0,63	-0,02	0,9	0,00	1	

³⁴ Los grupos denotados por G1-G5 corresponden a los censos agrarios 62-99.

Igualmente, en esta etapa principal, se aplica la técnica de componentes principales al análisis global, lo que lleva a la selección de los dos primeros valores propios que representan el 83,86% de la varianza explicada (Cuadro 7).

Cuadro 7 (Autovalores y varianza explicada, análisis global)

Factor	Autovalor	Varianza Explicada (%)	Varianza Acumulada (%)
1	4,7485	63,9826	63,9826
2	1,4754	19,8798	83,8624
3	0,6477	8,7278	92,5902

4.2.1. Análisis de la inter-estructura

La proyección de los grupos sobre el plano factorial permite observar la semejanza entre grupos parciales. Una forma de medir esta relación, es a través de la matriz Lg que recoge la relación entre los grupos. Así, cuanto mayor sean los coeficientes de su diagonal principal más heterogéneo es el grupo, es el caso del censo del 62. Alternativamente se define la matriz RV (similar a la de correlación), cuyos altos coeficientes confirman la correlación entre censos e indican una estructura común entre ellos (excepción del censo 62) (Cuadro 8).

Cuadro 8 (Relación entre grupos)

Censo	Coeficiente Lg					Coeficiente RV				
	62	72	82	89	99	62	72	82	89	99
62	1,2607					1,0000				
72	0,9541	1,1063				0,8079	1,0000			
82	0,8790	1,0646	1,1025			0,7456	0,9640	1,0000		
89	0,8502	1,0578	1,0926	1,1367		0,7102	0,9433	0,9760	1,0000	
99	0,7787	1,0170	1,0066	1,0635	1,1080	0,6588	0,9186	0,9107	0,9476	1,0000

La existencia de factores comunes a todos los grupos (censos) se justifica por su correlación. La elevada correlación del factor 1 se interpreta como un eje común a los distintos grupos, mientras que el factor 2 reduce significativamente su correlación para el censo del 62 (Cuadro 9).

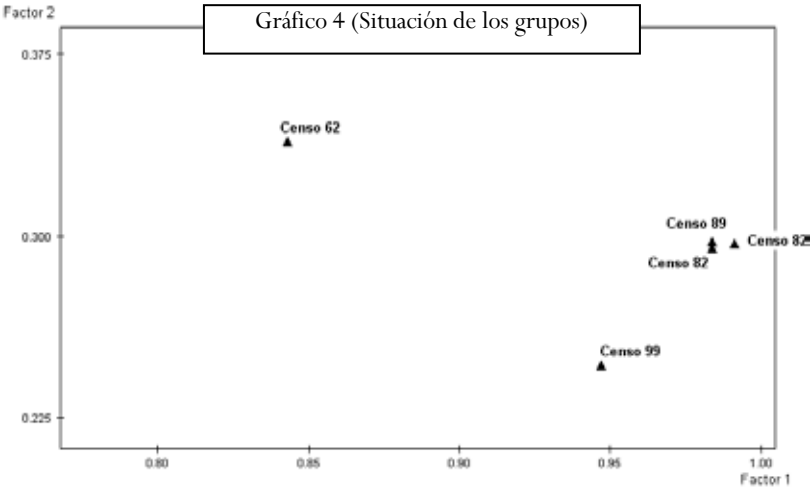
Cuadro 9 (Correlación Factor-grupo)

Censo	Correlaciones	
	Factor 1	Factor 2
62	0,9406	0,7881
72	0,9957	0,9896
82	0,9926	0,9435
89	0,9929	0,9259
99	0,9757	0,8944

Seguidamente, se recogen las coordenadas de los grupos sobre cada factor que refleja la dispersión de cada uno de los grupos. Además, en general, la contribución de los grupos al factor 1 está equilibrada (en torno al 20%, salvo el censo del 62), mientras que en el factor 2, está algo desequilibrada por el Censo 99 y 62, con una contribución del 16,7 y del 22,9% respectivamente (Cuadro 10, Gráfico 4).

Cuadro 10 (Coordenadas y contribuciones de los grupos a los ejes)

Censo	Distancia al origen	Coordenadas		Contribuciones (%)	
		Eje 1	Eje 2	Eje 1	Eje 2
62	1,26	0,8429	0,3390	17,7517	22,9768
72	1,11	0,9912	0,2968	20,8740	20,1169
82	1,10	0,9837	0,2950	20,7157	19,9976
89	1,14	0,9837	0,2979	20,7166	20,1925
99	1,11	0,9470	0,2466	19,9420	16,7162



4.2.2. Análisis de la intra-estructura

El AFM permite representar las variables o estratos (de todos los censos), las nubes parciales, su posición compromiso y observar la evolución conjunta de cada una de las provincias a lo largo del tiempo en el plano de los ejes globales.

En cuanto a las variables, su proyección en el plano factorial global 1-2 posibilita interpretar los ejes o factores. En general, el Factor 1 está fuertemente correlacionado con los estratos E_2 y E_3; con E_6 y E_7 (excepto en el del 62)

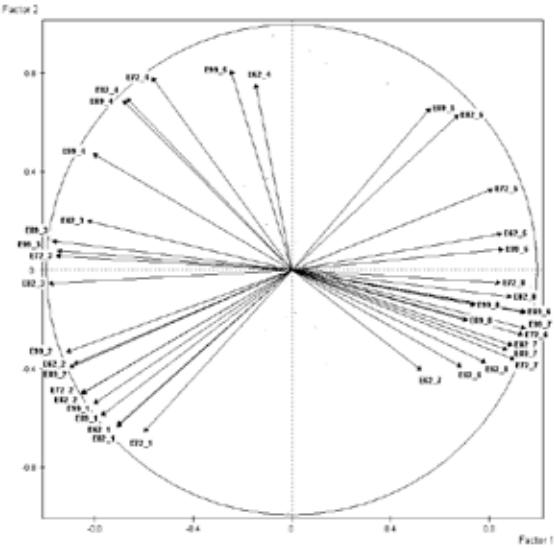


Gráfico 5 (Proyección de las variables)

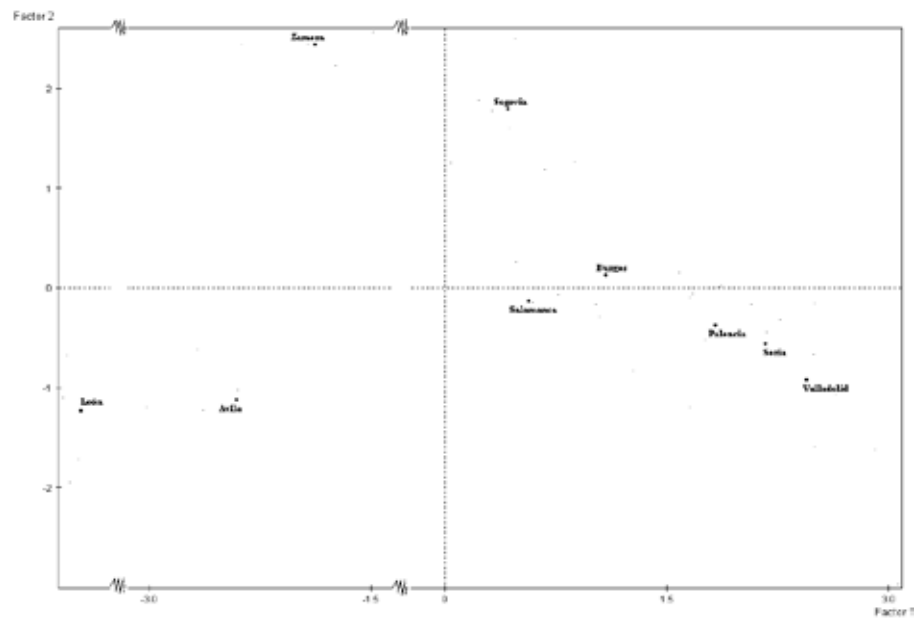
y con E_5 y E_8 según el censo. Por su parte, el Factor 2 se relaciona principalmente con los estratos E_1, E_4 y E_5 (Gráfico 5).

También, en esta etapa principal, se determinan las posiciones compromiso que reflejan la posición media relativa de las diferentes provincias, donde se observa que León y Zamora, según la distancia, son provincias que divergen o se diferencian de las restantes. Asimismo, las contribuciones mayores a los ejes globales 1-2 corresponden a León y Valladolid (Eje 1) y a Zamora y Segovia (Eje 2) (Cuadro 11, Grafico 6).

Cuadro 11 (Coordenadas y contribuciones de las provincias a los ejes)

Provincias	Distancia al origen	Coordenadas		Contribuciones (%)	
		Eje 1	Eje 2	Eje 1	Eje 2
Ávila	7,9978	-2,4068	-1,1280	13,5539	9,5814
Burgos	2,1887	1,0831	0,1280	2,7451	0,1234
León	19,7900	-4,2175	-1,2311	41,6213	11,4137
Palencia	3,9862	1,8234	-0,3739	7,7798	1,0530
Salamanca	1,6158	0,5607	-0,1363	0,7356	0,1399
Segovia	4,2577	0,4230	1,7877	0,4187	24,0670
Soria	8,3861	2,1664	-0,5587	10,9823	2,3503
Valladolid	8,5116	2,4414	-0,9268	13,9473	6,4690
Zamora	10,0604	-1,8738	2,4391	8,2161	44,8022

Grafico 6 (Representación de los puntos compromiso en el plano factorial)



Además, el estudio de la intra-estructura permite analizar las nubes parciales (cada censo) desde un punto de vista global, con la ventaja de poder comparar las variaciones que se han producido en cada provincia. Como síntesis, se puede indicar, que las contribuciones a las inercias intra-estructura mayores corresponden a Soria y Burgos (Eje 1) y a Valladolid y Soria (Eje 2). Por otra parte, las menores inercias de las provincias, es decir, aquellas que han

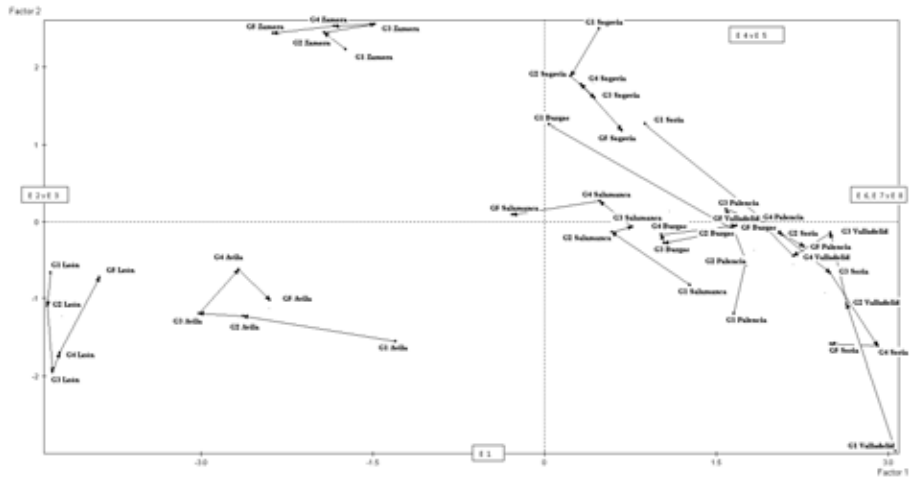
variado en menor cuantía en los diferentes censos, se deben a Segovia y León (Eje 1) y Zamora y Ávila (Eje 2) (Cuadro 12).

Cuadro 12

Inercias intra mayores a los ejes				Inercias intra menores a los ejes			
Eje 1		Eje 2		Eje 1		Eje 2	
Provincias	Inercia	Provincias	Inercia	Provincias	Inercia	Provincias	Inercia
Soria	27,0488	Valladolid	33,3548	Segovia	1,2977	Zamora	0,3743
Burgos	19,7049	Soria	31,9073	León	1,5657	Ávila	2,6133
Ávila	19,0561	Burgos	8,9772	Palencia	3,1831	Salamanca	3,8847
Salamanca	13,9885	León	7,4634	Zamora	4,7294	Segovia	5,0750
Valladolid	9,4259	Palencia	6,3501	Valladolid	9,4259	Palencia	6,3501

Si los puntos compromiso permiten obtener la situación global teniendo en cuenta todos los momentos de tiempo, también posibilitan analizar la proximidad con sus puntos parciales (de una provincia) con objeto de comprobar si su posición ha permanecido estable a lo largo del tiempo y observar la dirección en la que ha evolucionado una provincia (Gráfico 7) ³⁵.

Gráfico 7 (Situación de la parcelación provincial, según los censos)



Todas las provincias varían su posición, es decir, modifican la distribución de la parcelación según los diferentes estratos. En general, según las trayectorias seguidas por las provincias se puede indicar que Ávila, Salamanca, Valladolid y Zamora evolucionan con un desplazamiento de la parcelación de estratos grandes (E_5/E_6 a E_8) hacia pequeños y medios (E_1 a E_4/E_5). Por el contrario, en Palencia, Segovia, Burgos, León y Soria se produce un aumento de la parcelación hacia estratos grandes (E_5/E_6 a E_8) a costa de una reducción en pequeños y medios (E_1 a E_4/E_5).

³⁵ Los grupos denotados por G1 a G5 se corresponden con los diferentes censos agrarios (62-99).

5. Conclusiones

Las conclusiones que se pueden obtener son las siguientes:

- Reducción del número de parcelas en Castilla y León con diferente intensidad en el tiempo, más fuerte en el periodo 62-82 del 61,3% y menor en el 89-99 del 12,1%.
- La distribución del número de parcelas según el tamaño de la explotación, se concentra en estratos de superficie comprendidos entre 1 y 50 has, existiendo una tendencia creciente al aumento de parcelas en estratos superiores a 50 has (censo 99).
- Desde un punto de vista global e independientemente del censo, las provincias con mayor parcelación en Castilla y León son León y Burgos, mientras que Valladolid y Palencia son las de menor parcelación.
- El AFM permite reducir a dos factores principales el conjunto de variables que caracterizan la parcelación provincial, con una pequeña pérdida de información, pues recoge el 83,86% de la varianza total original.
- Las provincias que presentan menor/mayor dispersión entre censos, en cuanto a la distribución de su parcelación, son:

Menor dispersión		Mayor dispersión	
Eje 1	Eje 2	Eje 1	Eje 2
Segovia	Zamora	Soria	Valladolid
León	Ávila	Burgos	Soria
Palencia	Salamanca	Ávila	Burgos
Zamora	Segovia	Salamanca	León
Valladolid	Palencia	Valladolid	Palencia

- El AFM determina la posición de cada provincia en el plano de los ejes globales, lo que identifica en qué estrato/s concentra los niveles más representativos de parcelación y posibilita realizar la siguiente caracterización provincial (a):

Distribución de parcelas, según estratos. Nivel respecto a la media de Castilla y León				
Provincias	e_1	e_2 y e_3	e_4 y e_5	e_6 a e_8
Ávila	alto	alto	bajo	bajo
León	alto	alto	bajo	bajo
Zamora	bajo	alto	alto	bajo
Burgos	bajo	bajo	bajo	alto
Palencia	medio	bajo	bajo	alto
Salamanca	medio	bajo	bajo	alto
Segovia	bajo	bajo	alto	bajo
Soria	bajo	bajo	bajo	alto
Valladolid	bajo	bajo	bajo	alto

(a) La calificación relativa de bajo-medio-alto está referida a la media de los censos (62-99).

CyL	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8
Media 62-99	0,018	0,118	0,127	0,186	0,252	0,141	0,085	0,071

Bibliografia

- Abascal, E., Fernández, K., Landaluce, M., Modroño, J. (2001). Diferentes aplicaciones de las técnicas factoriales de análisis de tablas múltiples en las investigaciones mediante encuestas. *Metodología de Encuestas* 3 (2): 251-279.
- Escofier, B. y Pagés, J. (1990): Multiple factor analysis. *Computational Statistics & Data Analysis*, 18 : 121-140.
- García I., Abascal E. (2003). Una metodología para el estudio de las variables latentes. Análisis de las infraestructuras de carreteras de las comunidades autónomas (1975-2000). *Estadística Española* 45 (153): 193-210.
- INE. Censos agrarios de 1962, 72, 82, 89 y 99.
- Júdez L. (ed.) (1989). *Técnicas de análisis de datos multidimensionales*. MAPA, 301 p.
- Landaluce, M., Fernández, K., Modroño, J. (1999). Reflexiones sobre el Uso Comparativo del Análisis Factorial Múltiple (AFM) y de la Metodología Statis para el Análisis de Tablas Múltiples. *Methodologica* 7: 37-65.
- Landaluce, M., Aparicio S. (2000). La importancia de la estructuración en tablas de los datos: Una aplicación. *Estudios de Economía Aplicada* 15: 103-124.
- Ministerio de Agricultura (ed.) (1964). *Servicio Nacional de Concentración Parcelaria y Ordenación rural 1953-1963*. MAPA (Tomo I), 245 p.
- Ministerio de Agricultura (ed.) (1964). *Concentración Parcelaria y Ordenación rural*. MAPA, 74 p.
- Rapún, M. (2002). Evolución y perspectivas de futuro en la agricultura Navarra. *Jornada autonómica de Navarra*: 1-21.
- Ruiz Maya L. (1986). Evolución de las estructuras agrarias a través de los censos de 1962 y 1982. *Revista Estudios Agrosociales* 138: 45-74.
- Ruiz Maya L. (1994). La evolución de la parcelación de las explotaciones agrarias, según los censos agrarios de 1962 a 1989. *Catastro* 20: 49-58.
- Uriel E. (ed.) (1995). *Análisis de datos. Series temporales y análisis multivariante*. AC, 531 p.

Anejo 1: Número de parcelas

Censo 62	Total	E62_1	E62_2	E62_3	E62_4	E62_5	E62_6	E62_7	E62_8
Ávila	736.449	27.653	131.750	122.507	161.616	191.125	60.408	27.378	14.012
Burgos	2.450.996	29.310	232.379	413.734	713.645	822.324	161.745	27.626	50.233
León	2.920.686	95.206	905.257	863.716	677.593	310.629	45.474	9.264	13.547
Palencia	934.347	11.932	77.402	127.456	182.670	297.784	137.155	59.765	40.183
Salamanca	1.130.734	21.666	96.481	108.459	231.285	420.254	176.743	54.888	20.958
Segovia	1.094.797	6.826	68.945	146.338	391.767	403.104	50.260	9.623	17.934
Soria	1.834.659	16.796	122.348	252.889	562.942	637.793	161.938	27.214	52.739
Valladolid	610.676	8.323	45.349	43.532	84.960	194.908	131.348	69.783	32.473
Zamora	2.074.199	21.118	249.674	552.178	709.063	439.103	68.348	17.491	17.224
Censo 72	Total	E72_1	E72_2	E72_3	E72_4	E72_5	E72_6	E72_7	E72_8
Ávila	490.566	16.355	106.762	92.596	108.954	110.018	28.253	14.044	13.584
Burgos	1.471.881	8.731	132.019	166.535	249.797	452.040	233.980	108.777	120.002
León	1.928.698	44.755	571.152	535.216	442.974	228.693	45.947	20.350	39.611
Palencia	513.049	4.084	43.517	57.665	87.018	141.768	86.611	51.909	40.477
Salamanca	658.609	8.861	73.616	76.470	129.878	201.245	93.516	39.484	35.539
Segovia	616.315	3.585	40.232	68.320	177.381	223.692	55.476	22.910	24.719
Soria	841.397	6.153	60.832	82.737	158.252	238.358	128.472	81.349	85.244
Valladolid	299.944	2.865	21.444	21.739	40.593	92.517	63.405	37.256	20.125
Zamora	1.386.376	2.810	124.514	320.519	488.445	307.730	56.820	18.643	66.895
Censo 82	Total	E82_1	E82_2	E82_3	E82_4	E82_5	E82_6	E82_7	E82_8
Ávila	389.910	15.807	92.024	73.576	88.123	81.142	24.729	7.696	6.813
Burgos	954.400	8.090	106.289	115.502	132.533	245.950	211.594	88.108	46.334
León	1.269.365	53.332	367.988	300.268	288.679	189.207	48.617	13.148	8.126
Palencia	267.428	3.823	22.733	22.775	40.795	80.454	55.330	24.410	17.108
Salamanca	467.919	4.761	54.267	52.781	75.370	126.035	91.148	47.645	15.912
Segovia	371.496	3.011	26.650	39.951	100.286	114.162	47.368	17.426	22.642
Soria	414.547	3.815	29.911	31.770	53.893	101.621	86.933	65.047	41.557
Valladolid	195.017	1.748	13.503	13.898	23.000	57.772	43.447	27.554	14.095
Zamora	1.002.490	2.096	89.670	171.968	347.019	304.756	62.526	13.146	11.309
Censo 89	Total	E89_1	E89_2	E89_3	E89_4	E89_5	E89_6	E89_7	E89_8
Ávila	346.286	19.676	82.525	60.088	68.268	70.360	24.433	8.802	12.134
Burgos	748.160	10.257	83.677	77.374	88.286	197.552	163.635	74.700	52.679
León	976.133	69.992	319.533	209.878	189.289	119.675	40.557	13.021	14.188
Palencia	204.258	2.245	12.619	14.988	25.293	56.891	50.241	28.274	13.707
Salamanca	336.385	3.896	40.098	39.400	50.215	88.827	70.964	30.409	12.576
Segovia	264.243	2.706	20.555	26.153	60.731	87.253	35.606	13.358	17.881
Soria	255.198	2.555	13.403	11.867	21.776	48.911	54.710	54.959	47.017
Valladolid	150.082	2.089	10.601	9.336	14.031	41.827	35.481	23.765	12.952
Zamora	736.022	3.048	82.301	141.832	227.505	207.107	54.757	10.344	9.128
Censo 99	Total	E99_1	E99_2	E99_3	E99_4	E99_5	E99_6	E99_7	E99_8
Ávila	258.013	17.052	50.935	27.975	27.968	45.778	35.683	24.034	28.588
Burgos	740.376	9.437	36.118	24.461	44.727	145.307	169.108	154.936	156.282
León	807.158	51.494	191.449	121.633	123.824	140.630	74.060	52.633	51.435
Palencia	214.926	1.329	4.471	7.221	12.553	36.701	48.606	53.106	50.939
Salamanca	331.716	8.938	39.434	27.481	30.040	67.946	70.769	54.001	33.107
Segovia	243.772	1.362	11.215	13.212	24.471	59.605	49.461	35.781	48.665
Soria	374.832	3.376	13.150	9.534	14.694	42.907	60.297	98.303	132.571
Valladolid	173.097	2.289	6.524	6.180	11.243	33.680	43.497	41.855	27.829
Zamora	515.453	6.360	50.559	66.990	104.821	142.735	75.938	41.425	26.625

Aplicación del Analisis Multivariante para determinar el cambio del Modelo de Gestion Cinegética en España en el periodo 1975-2003

José L. Fernández-Cavada Labat
Sigfredo Ortuño Pérez
Angel Martín Fernández

Introduccion

La existencia de más de un millón de licencias de caza, indica una cantidad similar o superior de cazadores repartidos por toda España, y da una idea del enorme arraigo social de la caza, especialmente en el medio rural (Pinet, 1995). Además la caza ha permitido el desarrollo de una importante economía asociada (arrendamiento de cotos, puestos de caza, carne, taxidermia, hostelería...), que tiene su especial relevancia en comarcas socio económicamente desfavorecidas (Hoggart y Paniagua, 2001). Hay que tener en cuenta que más de 15.000 empleos dependen directamente de esta actividad económica, destacando los más de 8.000 guardas de fincas cinegéticas (Federación Española de Caza, 2004).

No existe una contabilidad adecuada de lo que supone en términos económicos la caza en España (Price Waterhouse, 1999), pero según los datos de la Federación Española de Caza la cifra asciende a más de 2.200 millones de euros anuales, si bien el Ministerio de Agricultura la reduce hasta los 150 millones (Cuadro 4), aunque no considera muchos subsectores (Zamora et al, 1978) que dependen de la misma como son la taxidermia, armería, rehalas, licencias, seguros,... que elevarían su valor hasta 600 millones de euros. Por otra parte, la inclusión del valor de las externalidades generadas por la caza, fundamentalmente la conservación de importantes espacios naturales, supondría un notable incremento de su valor económico (Bauer y Giles, 2002 y IAFWA, 2001).

La actividad cinegética en España ha experimentado un importante proceso de transformación en los últimos 28 años, ya que se ha pasado de un predominio de la caza menor hasta principios de los años 80 a un fuerte auge de la caza mayor desde entonces (Montoya, 1999). Este cambio ha tenido importantes consecuencias económicas como iremos analizando en los siguientes apartados, ya que la caza menor es una práctica muy extendida y que se encuentra al alcance de una parte significativa de la población (López Ontiveros, 1991), especialmente de los núcleos rurales donde era usual su aprovechamiento como uno más del medio natural, mientras que la caza mayor, debido a los costes más elevados y a las connotaciones históricas vinculadas a una distribución de la tierra de tipología latifundista, está al alcance de menos personas y por tanto el número de cazadores en España ha disminuido mucho en los últimos años (Ortuño y Martín, 2004).

1. Objetivos y metodología

Analizar el sector cinegético en España durante los últimos 28 años resulta muy complejo dada la gran heterogeneidad del medio natural y de la biodiversidad de la fauna y de las especies cinegéticas. Por ello se estructura el trabajo estableciendo como objetivos principales los siguientes:

- Caracterizar y analizar a través de los datos estadísticos la actividad cinegética en el periodo 1975 a 2003, en lo referente a superficie acotada, licencias de caza, evolución

de las capturas de las principales especies de caza, producción de carne y su precio, valor económico de los cotos de caza como indicadores básicos de referencia.

- Estudiar la evolución de la actividad cinegética y analizar la correlación temporal a través de indicadores de crecimiento, económicos y de rendimiento, que tengan un especial significado en la gestión.

- Inferir la dinámica de comportamiento de la actividad cinegética en España, desde la caracterización y evolución estudiadas. Determinar la efectividad del modelo de gestión de la actividad cinegética en estos 28 años.

Desde el punto de vista del análisis metodológico se han seguido los siguientes pasos en el proceso de determinación de los objetivos previstos: 1º Recopilación de datos significativos y caracterización de la actividad existente desde el año 1975 hasta el año 2003. 2º Evaluación de los indicadores para la caracterización de la actividad, elaborados desde la información estadística recopilada y cuantificar los cambios experimentados, a través del análisis factorial. 3º Análisis de los resultados y su evolución para el periodo de estudio, comprobando la rentabilidad en términos físicos y económicos de la caza mayor y menor.

La recopilación, proceso de los datos y los indicadores generados, han permitido realizar un estudio estadístico multivariante para el análisis de los comportamientos conjuntos entre las distintas variables analizadas (Bartholomew, 1995 y Fabrigar et al, 1999).

2. Caracterización y magnitudes descriptivas de la actividad

Los principales indicadores que caracterizan al sector cinegético en España son la superficie acotada, más de 35 millones de hectáreas, y los más de un millón de cazadores, estos elementos explican el arraigo social y la importancia económica de esta actividad.

Cuadro 1. Evolución de los principales indicadores de la caza en España (1975-2003)

Año	Licencias ¹ (x1000)	No. acotados	Area ² (x10000 ha)	x1000 .pcs ³		T.Carne ⁴		€ Carne ⁵		€Sector ⁶	
				MyH	MnH	MyH	MnH	MyH	MnH	MyH	MnH
1975	916	22774	2786	33	10005	1801	8138	9966	64212	15610	77720
1980	1152	24925	3090	56	11404	2962	9592	12730	77233	14220	56140
1985	1402	28611	3449	57	15206	2691	13060	10593	69151	14950	49910
1990	1443	32682	3483	82	10574	3711	9934	9542	45189	20960	51640
1995	1320	35037	3516	138	7809	6098	7164	15835	48576	37060	57537
2000	1152	31689	3555	225	8992	11148	7852	29954	48969	21550	49610
2001	1099	31689	3555	224	8654	11096	7984	29419	49981	21906	50233
2002	1036	31689	3555	216	8893	11098	8157	29587	52067	25150	54153
2003	1157	31689	3555	208	8365	10168	7586	23043	41228	26643	42795

Fuente: Anuarios de Estadística Agraria, Resumen por quinquenios: 1975-2005. MAPA.

Las licencias de caza en España experimentaron un fuerte crecimiento desde el año 1960, cuando había menos de 300.000. En cuanto al número de cotos, el crecimiento observado en los primeros años de la serie es debido al cambio en la gestión de la caza, desde un modelo de agrupación del territorio en cotos de gran tamaño y gestionados por clases sociales más restringidas, se ha pasado al uso común en cotos más comunitarios, que transfieren su titularidad a los habitantes del medio rural según han ido alcanzando poder adquisitivo en los últimos años. Respecto a la evolución de la superficie, después de un continuado crecimiento

de la superficie acotada en España, es previsible que en un futuro pueda aumentar por el progresivo abandono de la actividad agraria (la superficie agrícola ha descendido en más de dos millones de hectáreas desde el primer censo agrario de 1962 hasta el último de 1999). En referencia al número de piezas y volumen obtenido, podemos observar como, mientras que las especies de caza mayor crecen considerablemente, las de caza menor han caído de forma notable, pero mientras que la perdiz y la liebre se mantienen constantes, los conejos han disminuido en más de un 60%.

Año	Hectareas/licencia	Licencias/coto	Superficie/coto
1975	30	40,2	1223
1980	27	46,2	1240
1985	25	49,0	1206
1990	24	44,2	1066
1995	27	37,7	1004
2000	31	36,4	1120
2001	27	36,4	1120
2002	27	36,4	1120
2003	27	36,4	1120

Cuadro 2: Indicadores territoriales de la actividad cinegética (1975-2000)

Fuente: Anuarios de Estadística Agraria, Resumen quinquenios: 1975-2002. MAPA.

En el cuadro 3 se analizan los indicadores que miden el grado de satisfacción en la actividad, teniendo en cuenta que el número de capturas tiene un valor, en términos de satisfacción cinegética, superior al peso obtenido.

Cuadro 3: Indicadores de capturas en relación con la actividad (1975-2003)

Año	kgCMy /coto	kgCM n/coto	kgtotal/ coto	Piezas CMY/lic encia	Piezas CMn/lic encia	kgCMY/lic encia	kgCMn/lic encia	Kgtotal /licencia	Piezas CMY/coto	PiezasCMn/coto
2003	352	248	600	0,2	7,8	9,68	6,82	16,49	7,1	284
2002	352	248	600	0,2	7,8	9,68	6,82	16,49	7,1	284
2001	352	248	600	0,2	7,8	9,68	6,82	16,49	7,1	284
2000	352	248	600	0,2	7,8	9,68	6,82	16,49	7,1	284
1995	174	204	378	0,1	5,9	4,62	5,43	10,05	3,9	223
1990	114	304	418	0,06	7,3	2,57	6,88	9,46	2,5	324
1985	94	456	550	0,04	10,8	1,92	9,32	11,23	2	531
1980	119	385	504	0,05	9,9	2,57	8,33	10,9	2,2	458
1975	79	357	436	0,04	10,9	1,97	8,88	10,85	1,4	439

Fuente: Anuarios de Estadística Agraria, Resumen por quinquenios: 1975-2005. MAPA.

Los rendimientos expresados en términos físicos para los cotos de caza mantienen una evolución muy desigual, con un descenso del 50% en los de caza menor y un incremento del 300% de los de caza mayor. La proliferación de granjas cinegéticas y las repoblaciones

artificiales de perdices y conejos han permitido recuperar ligeramente las capturas en los últimos años.

Cuadro 4: Datos de la evolución económica de la actividad cinegética (1975 -2003)

Valor (miles €). Año	carne C.My	carne C.Mn	total carne CMn+CMy	sector CMy	sector CMn	sector total	sector + carne CMy	sector + carne CMn	sector + carne CMy+CMn
1975	9.966	64.212	74.178	15.610	77.720	93.330	25.576	141.932	167.508
1980	12.730	77.233	89.963	14.220	56.140	70.360	26.950	133.373	160.323
1985	10.593	69.151	79.744	14.950	49.910	64.860	25.543	119.061	144.604
1990	9.542	45.189	54.731	20.960	51.640	72.600	30.502	96.829	127.331
1995	15.835	48.576	64.411	37.060	57.537	94.597	52.895	106.113	159.008
2000	29.954	48.969	78.923	21.550	49.610	71.160	51.504	98.579	150.083
2001	29.419	49.981	64.271	21.906	50.233	72.139	51.325	100.214	136.410
2002	29.587	52.067	81.654	25.150	54.153	79.303	54.737	106.220	160.957
2003	23.043	41.228	79.400	26.643	42.795	69.438	49.686	84.023	148.838

Fuente: Anuarios de Estadística Agraria, Resumen por quinquenios: 1975-2005. MAPA.

Es significativo observar la evolución en precios constantes del valor de la caza en España, y como en ambos casos, valor económico de la carne y de la actividad cinegética, es descendente, aunque desde 1990 han experimentado un ligero incremento. La evolución de los ingresos generados por la caza se ha recuperado en los últimos años gracias al incremento de la caza mayor que ha compensado el descenso producido por la caza menor.

Cuadro 5. Rendimientos de la caza mayor y menor por unidad de gestión (1975-2003).

Por unidad gestión 100ha Año	Piezas CMy	Piezas CMn	ValorCarne CMy €	ValorCarne CMn €	Valor total Carne €	kg CMy	kg CMn	kg totales	Valor c sector CMy €	Valor sector CMn €	Valor total sector	Valor sector +Carne CMy €	Valor sector +Carne CMn €	Valor total sector +Carne €
1975	0,12	36	36	230	266	6	29	36	56	279	335	92	509	601
1980	0,18	37	41	250	291	10	31	41	46	182	228	87	432	519
1985	0,17	44	31	200	231	8	38	46	43	145	188	74	345	419
1990	0,24	30	27	130	157	11	29	39	60	148	208	88	278	366
1995	0,39	22	45	138	183	17	20	38	105	164	269	150	302	452
2000	0,63	25	84	138	222	31	22	54	61	140	200	145	277	422
2001	0,75	29	99	168	267	37	27	64	99	168	267	144	282	384
2002	0,77	32	105	185	291	40	29	69	105	185	291	154	299	453
2003	0,73	29	80	144	224	36	26	62	80	144	224	140	236	419

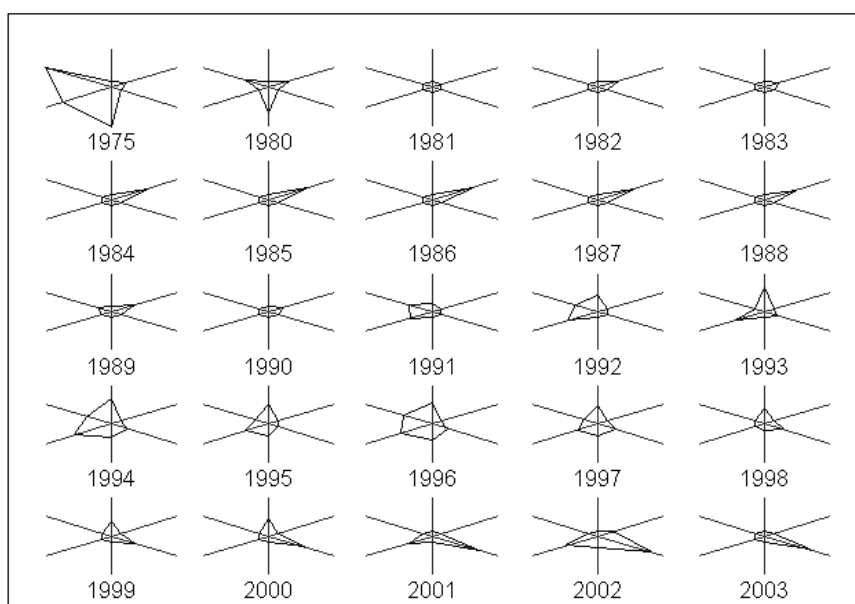
Fuente: Elaboración propia. Resumen quinquenios: 1975-2003

La productividad física de los cotos de caza en España ha crecido considerablemente en España, pero sin embargo, el rendimiento económico no puede superar la crisis que padece la caza menor desde mediados de los años 80, sobre todo del conejo y en menor medida la perdiz.

3. Resultados y discusión

En términos estadísticos y con las cifras globales a nivel nacional, los datos que caracterizaban la caza como sector en el año 1975 nada tienen que ver con la situación 28 años después. En la tabla y figura siguiente se muestra un gráfico de estrella para observar la evolución de las magnitudes más representativas del sector.

Radio (1º vertical- giro horario)	Grados circulares	Datos/Variables:
1	0	Kg Totales
2	60	Kg C. Mn.
3	120	Kg C. My.
4	180	Euros Sector +Carne
5	240	Euros Sect.+Carne C. Mn
6	300	Euros Sect.+Carne C. My.



Durante el periodo que ocupan los años 1975-2003 el sector se ha transformado, en el gráfico se aprecia como el primero destaca por las componentes tanto económicas como de capturas de caza menor, para pasar a la situación última del año 2003 con unas componentes marcadas en las variables de la caza mayor.

La recopilación de los datos y el estudio de los indicadores generados, ha permitido realizar un estudio estadístico multivariante para el análisis de los comportamientos conjuntos entre variables. Dada la magnitud de la matriz y la dependencia natural debida a la dependencia

funcional entre variables por su forma de creación, se incorpora en el cuadro 6 un resumen de los datos más significativos (seleccionados por su acusada dependencia y nivel de significación) para la descripción de las dependencias y sus consecuencias en el estudio de los procesos ocurridos.

Cuadro 6. Principales relaciones de dependencia entre las variables analizadas.

1º Grupo de Variables	2º Grupo de Variables	R de Spearman	p
Piezas de perdiz	Piezas de conejo	0,8137	0,0002
Kg C. Menor	Kg Totales Carne	0,5984	0,0061
Kg C. Mayor	Kg C Menor	-0,7295	0,0008
Kg C Mayor	Euros Totales Sector	-0,5407	0,0132
Kg C Mayor	Euros Sector Caza Mayor	0,7066	0,0012
Kg C. Menor	Euros Totales Sector	-0,7144	0,0011
Kg C. Menor	Euros Sector C. My.	-0,8401	0,0001
Euros Sector C. Mayor	Euros Sector C. Menor	0,5095	0,0196
Kg C Mayor	Kg Totales	0,0381	0,8616
Kg C. Menor	Euros Sector C. Mn.	-0,3829	0,0793
Nº licencias	Kg Totales	-0,2086	0,3392

Fuente: Elaboración propia.

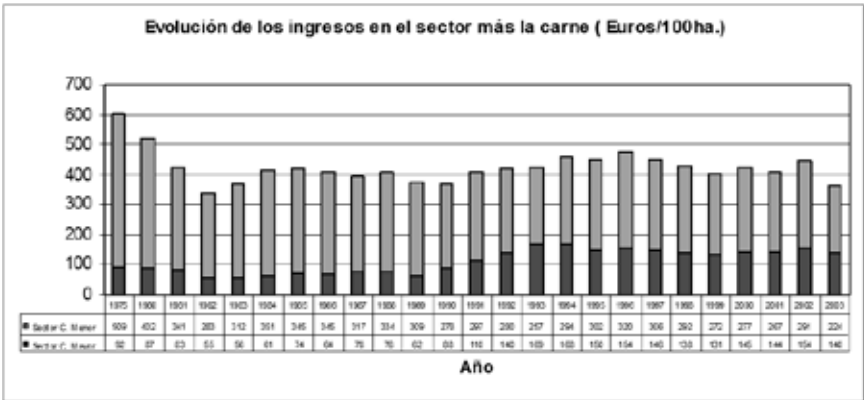
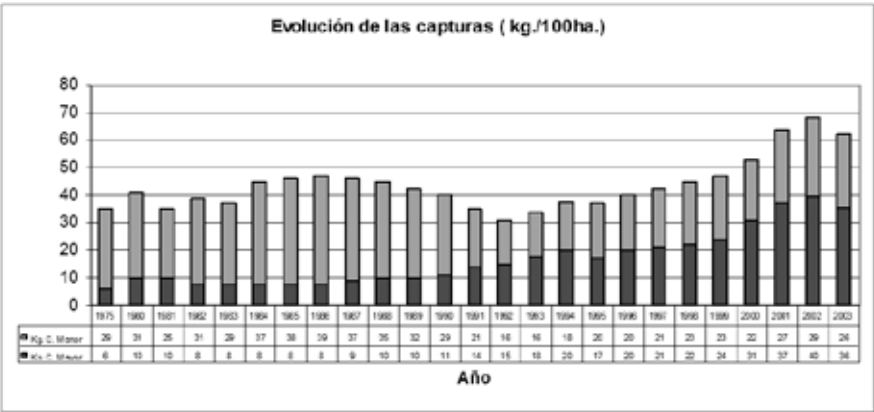
Teniendo en cuenta la evolución de cada una de las variables en los apartados anteriores y con los datos obtenidos en el cuadro 6, se pueden subrayar los siguientes resultados en la dependencia entre variables para el periodo estudiado:

- Fuerte dependencia positiva entre las capturas de caza menor y el volumen de capturas totales (en kg.).
- Fuerte dependencia negativa entre las capturas de caza menor y las capturas de caza mayor (en kg.).
- La débil relación entre la evolución de la caza mayor y el valor económico del sector total.
- La dependencia negativa entre la caza menor (capturas en kg.) con la evolución económica del sector en su totalidad.
- La fuerte dependencia negativa entre la caza menor (capturas en kg.) con la evolución económica del subsector de la caza mayor.
- Dependencia positiva entre las capturas de caza mayor con la evolución económica del subsector de la caza mayor.
- La débil relación entre la evolución económica entre los dos subsectores.
- Ausencia de dependencia entre las capturas de caza mayor y el volumen de capturas totales (en kg.).
- Ausencia de dependencia entre las capturas de caza menor y el volumen económico de este subsector.
- La inexistencia de dependencia entre el número de licencias con cualquier otra variable.

Como resumen, se puede decir que se presenta una fuerte dependencia entre los resultados de la caza mayor y menor de signo opuesto, lo que permite afirmar que la evolución global del sector se refleja en la mejoría observada para la caza mayor en detrimento de la caza menor. Sin embargo, las repercusiones económicas no son las esperadas, existiendo más dependencia en los resultados de la caza mayor, la caza menor sigue siendo muy importante en volumen y

en precios, lo que hace que el gran auge de la caza mayor no palie globalmente los efectos económicos de la caída de la menor.

De estos datos y su análisis, se puede observar la independencia del número de cazadores frente a las variaciones de los resultados, más llamativo en el caso de la caza menor, que ni siquiera a pesar de la bajada de las capturas afecta claramente en el flujo económico del sector. En las tablas siguientes se pueden observar la evolución de las magnitudes más representativas del sector.

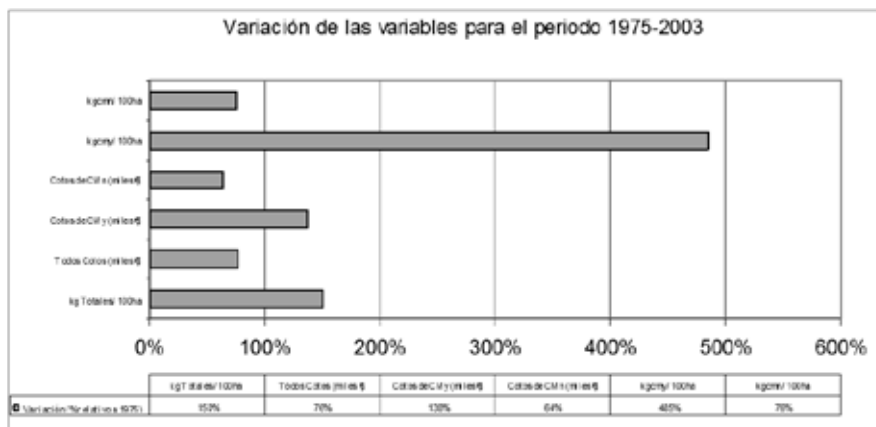


Esta secuencia pone de manifiesto el cambio producido, reflejado en los dos extremos de la serie 1975 y 2003 como claros exponentes de las dos situaciones opuestas. Sin embargo, y a pesar del incremento de las capturas, no se ha incrementado de igual forma el valor económico del sector, reflejándose en este estudio que si bien el incremento económico de la caza mayor es positivo, no alcanza la magnitud ni la demanda que al principio del periodo tuvo la caza menor, y nos plantea serias dudas sobre la planificación de los recursos cinegéticos en el futuro.

Claro está que la situación social ha variado mucho, las licencias no varían y la cultura del ocio aumenta, es decir la demanda es muy estable, el campo se abandona y se subvenciona la disminución de producción agrícola y aumentan los ecosistemas adecuados para la caza mayor, las poblaciones de conejo no se han recuperado de las enfermedades, lo que modifica

toda la estructura de la pirámide trófica y arrastra a otras especies como la perdiz y predadores en peligro de extinción.

Elaborando diversos estimadores para caracterizar el cambio, obtenemos los siguientes datos:



Mientras que la carga cinegética total ha aumentado el rendimiento económico en el sector ha bajado. Pero mientras que el subsector de la caza menor ha bajado un 80%, el subsector de la caza mayor ha subido más de un 150%.

Atendiendo a los datos y en términos de gestión cinegética, significa que el sector no percibe el aumento de la producción en la misma proporción en términos económicos que físicos, lo que ha llevado (en términos de valores medios) a multiplicar la presión cinegética sobre las fincas de forma considerable y no mejorar los ingresos, además de mantener el desequilibrio de la pirámide trófica y modificar la composición porcentual tradicional de los biotopos.

4. Conclusiones

La caza en España durante los últimos 28 años ha experimentado un notable cambio con un descenso de la caza menor, en parte a consecuencia de la desaparición del conejo por las sucesivas enfermedades que le han afectado, y un gran crecimiento de la caza mayor. A pesar del cambio y la disminución de las capturas la actividad se mantiene constante, no existiendo variación significativa en las cifras de licencias, superficies, ni cotos de caza dedicados a la actividad. La rentabilidad económica se ha incrementado ligeramente en términos absolutos pero ha descendido notablemente en términos relativos.

Se deriva de ésta evolución un cambio en los métodos de caza y dedicación de los terrenos cinegéticos, aumentando la caza mayor y la superficie de monte, sufriendo las poblaciones naturales de caza menor más presión cinegética y una artificialización, que en ausencia de recuperación de las poblaciones de conejo y con el abandono de los terrenos agrícolas, lleva a las sueltas de granja como método alternativo de caza de estas especies, además y por lo anterior, se puede resaltar el aumento de la caza de especies en otro tiempo menos valoradas. En contraposición la caza mayor ha aumentado su rendimiento, sobre todo por los cerramientos de las fincas por medio de los planes de gestión cinegética, que han hecho crecer las capturas notablemente, así como la calidad de los trofeos.

Respecto a las perspectivas del futuro del sector de la caza en España se puede concluir un posible crecimiento de la actividad gracias al abandono de terrenos cultivados por la transformación de la P.A.C. en los próximos años. Por otra parte, el abandono de las tierras

de cultivo, fundamentales para la conservación de la caza menor, puede provocar una mayor disminución de sus poblaciones. Además, el reconocimiento de la caza como una actividad de protección del medio natural, debería permitir la disminución de las trabas burocráticas, los costes de mantenimiento de los acotados y la valoración de la importancia socio-económica.

Por último, del análisis socio económico de los indicadores establecidos se pueden utilizar como principales conclusiones de este trabajo las siguientes:

1. La evolución de los datos para el sector reflejan un cambio desde el año 1975 que es resultado de los cambios sociales ocurridos en España con un aumento del poder adquisitivo de la población rural y una extensión de la cultura del ocio a las actividades en el medio natural. La evolución de los cotos y su relación con las licencias y la superficie ocupada mantiene una dinámica muy constante en estos años.
2. El indicador de las capturas por licencia, nos ofrece un índice del grado de satisfacción del cazador por la actividad, que ha mejorado. En relación con la ausencia de variación en el número de licencias, cotos y superficies acotadas, a pesar de la caída de las capturas de caza menor, una explicación sería el crecimiento de la caza mayor y el cambio de dedicación de los cazadores, otra el vínculo entre obtención de licencias y pertenencia de armas donde no está implícita la actividad de la caza, y la tercera que siga la misma dedicación, aun con descenso de las capturas, por un abaratamiento de los cotos de caza menor, que mantienen la demanda.
3. La importancia económica de la caza menor, a pesar de la favorable evolución de la caza mayor, es fundamental para determinar unos resultados positivos. Además, la demanda de la carne de caza mayor es menor por razones culturales de falta de consumo, a diferencia de la menor. Los rendimientos por unidad de gestión fija de 100 ha. manifiestan una clara polaridad, con un incremento en términos físicos, pero con una disminución en términos económicos.

Por tanto, nos encontramos ante un modelo de gestión ineficaz que produce menor satisfacción a los cazadores, que artificializando la caza no produce resultados económicos positivos, y que debería llevar a replantear el actual modelo de gestión.

Bibliografía

- Bartholomew, D. J., 1995. Spearman and the origin and development of factor analysis. *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, 48, 211-220.
- Bauer, J and Giles, J, 2002. Recreational hunting- An International Review for the Australian Tourism Industry, Wildlife Tourism Research Report Series No. 13. CRC, Sustainable Tourism, Goldcoast, Australia.
- Fabrigar, L. R., Wegener, D. T., MacCallum, R. C., & Strahan, E. J., 1999. Evaluating the use of exploratory factor analysis in psychological research. *Psychological Methods*, 4(3), 272-299.
- Federación Española de Caza, 2004. La caza. Sector económico. II Conferencia Nacional de Caza. Madrid.
- Hoggart, K, Paniagua, A, 2001, "The restructuring of rural Spain" *Journal of Rural Studies* Vol 17, Issue 1: 63-80. Elsevier.
- IAFWA, 2001. Economic importance of hunting in America. International Association of Fish and Wildlife Agencies, Washington, USA.
- INE, 1962-1999. Censos agrarios. Instituto Nacional de Estadística, Madrid.
- Lopez Ontiveros, A, 1991. Algunos aspectos de la evolución de la caza en España. *Revista Agricultura y Sociedad*, 58: 13-51.

- MAPA, 1975-2003. Anuarios de estadísticas agroalimentarias. Ministerio de Agricultura. Pesca y Alimentación, Madrid. In Spanish.
- Montoya Oliver J.M., 1999. El ciervo y el monte: manejo y conservación. Coedition Ed. Mundi Prensa-FUCOVASA, Madrid.
- Ortuño S., Martín A.J., 2004. La caza y la economía rural en los Montes de Toledo. Estudios Geográficos 65(255), 321-342
- Pinet, JM, 1995. Quel chasseur en Europe? In Manuel de la chasse en Europa, Vol VIII. L'importance socio économique de la chasse. FACE, 1-14.
- Price Waterhouse Coopers, 1999. Evaluación del sector forestal en el desarrollo rural. Coedition MAPA-FEPEX, Madrid.
- Zamora,M, Barasona,J Y Medina, M, 1978, "The elasticity of demand-resource input in hunting activity". Archivos de Zootecnia, 27: 161-170.

Percepção das regiões vinhateiras: o papel da paisagem

Ana Lavrador

Introdução

O facto da identidade das regiões vinhateiras, sobretudo as relativas às denominações de origem, estar ameaçada pela mecanização e pela globalização, torna importante efectuar um diagnóstico às suas paisagens e à sua gestão. Acredita-se que a identificação de valores territoriais simbólicos (marcas) possa contribuir para consolidar e/ou criar uma imagem para cada região, útil à promoção dos vinhos de qualidade DOC nos mercados internacionais e criar e/ou consolidar a construção de um destino turístico. Neste estudo, considerou-se a opinião de um público diversificado (produtores, entidades dos sectores vitivinícola e turístico, técnicos, agricultores, estudantes universitários, turistas, outros utilizadores), sobre as paisagens de cinco emblemáticas regiões demarcadas portuguesas: DOC Vinhos Verdes (Sub-região Monção); DOC Porto/Douro (Sub-região Cima Corgo) DOC Dão (Sub-região Silgueiros); DOC Bairrada e DOC Alentejo (Sub-região Reguengos).

Enquanto fundamentos teóricos, as paisagens são aqui assumidas como objectos culturais, resultantes de uma construção e de uma mediação (Cosgrove, 1989; Soja, 1996; Besse, 2004). São uma construção, pois resultam de um processo histórico contextualizado e de um conjunto de práticas culturais (implícitas ou explícitas, mais ou menos conscientes) inerentes às estruturas sócio-económicas que lhes deram origem e as foram modificando. Enquanto processos de mediação, representam elementos da esfera da identidade (âncora territorial, plataforma de evasão, código comportamental), indicativos de diferentes aceções do estar no mundo. No âmbito das teorias da percepção, esta abordagem enquadra-se numa perspectiva Cultural (Zube *et al.*, 1982; Zube (1984); Andersen (1992); Saraiva (1999); Saraiva e Lavrador, 2005), através da qual se pretende entender sensibilidades e interesses, nem sempre coincidentes, de diferentes públicos. Com efeito, o facto da paisagem rural ter hoje uma conotação holística, quer no sentido da sua funcionalidade, quer no das relações de poder, ajuda a que se analisem opiniões dos diferentes grupos de actores, incluindo urbanos. Por seu lado, a emergência de novas actividades rurais fora do âmbito da terra promove uma aproximação dos padrões de percepção entre rurais e urbanos (Ribeiro, 2003, *in* Simões, 2003; Gulinck, 2004; Batista, 1999). Na senda da Convenção Europeia da Paisagem (2000), acredita-se nas vantagens de uma gestão integrada e partilhada – participativa, democrática, inclusiva, realista e internacional – do universo rural. Admite-se também que uma gestão fundamentada em modelos *bottom-up*, pode contribuir para obter soluções mais ajustadas sob o ponto de vista ambiental e cultural, e mais viáveis social e economicamente (Roca, 2004; Oliveira e Dneboská, 2004; Potschin e Haines-Young, 2005).

Enquanto procedimentos metodológicos e técnicos, este artigo comporta duas partes que se complementam: a) o estabelecimento de uma escala de atitudes e de uma tipologia de comportamentos face às paisagens; b) a identificação de *marcas* territoriais, valores âncora da organização das paisagens que constituam referências de identidade para as cinco regiões em estudo. A identificação dos padrões de atitude e tipologia de comportamentos realizou-se em duas etapas: numa primeira etapa, a aplicação da Análise Factorial de Correspondências Múltiplas (AFCM) ao universo de variáveis do inquérito em análise permitiu individualizar 12 grupos de opinião, de acordo com semelhanças relativamente ao grau de sensibilidade às

paisagens e sua gestão. Num segundo momento, os grupos de opinião foram agrupados e hierarquizados segundo categorias, consoante valores, conhecimentos, atitudes e comportamentos. Por último, agregaram-se as variáveis por região, com vista ao reconhecimento da identidade das regiões e ao estabelecimento de uma hierarquia consoante: níveis de notoriedade das paisagens; número, diversidade e qualidade dos elementos vitivinícolas (sistemas de cultura, sistemas de armação do terreno, adegas, outros), avaliados à escala da Sub-região.

1. O Inquérito – vantagens, elaboração, recolha de dados e dificuldades

A escolha do inquérito por questionário resulta da sua eficácia em estudos comparativos e exaustivos (abrangência e heterogeneidade de questões), como é o caso. Dada a complexidade e a diversidade de atributos relativos às paisagens e práticas culturais de cada região, a construção do inquérito foi realizada por fases e pré testada nas diferentes Sub-regiões. Nesse propósito e na linha de outros autores (Jönsson e Gustavsson, 2002; Ramirez, 1995, *in* Jönsson e Gustavsson, 2002; Foster, 2000, *in* Jönsson e Gustavsson, 2002), num primeiro momento foram efectuadas entrevistas exploratórias a pessoas chave, do sector vitivinícola e turístico. Pelo primeiro, entrevistaram-se - produtores engarrafadores, engenheiros e técnicos agrícolas, presidentes e técnicos das Comissões Vitivinícolas Regionais (CVR). Pelo sector turístico recorreu-se a técnicos das Rotas do Vinho. Nessa entrevistas foi seguido um guião uniformizador das respostas, sendo deixado em aberto a possibilidade do entrevistado integrar contributos adicionais.

Uma vez definidas as questões, organizou-se o inquérito em três Partes (A, B e C)³⁶, sendo que o estudo de percepção da paisagem aqui apresentado resultou da análise à Parte A e de um Grupo da Parte B, relativo ao uso da paisagem na escolha do vinho. Procura-se a opinião dos respondentes, sobre dimensões válidas no ordenamento e na gestão territorial e sectorial, nomeadamente: 1) Identidade e notoriedade, valores promocionais e estéticos, inerentes às paisagens e ao sector vitivinícola; 2) Potencialidades vitícolas ligadas ao mosaico e à parcela; 3) Potencialidades e fragilidades ambientais inerentes ao ordenamento e gestão territorial e relevantes para o Enoturismo. A Parte A é totalmente constituída por questões de atribuição de valor, num total de 468 variáveis e modalidades de resposta. Formularam-se questões fechadas, na linha de outros autores (Zube 1982; Appleton, 1975, Kaplan e Kaplan, 1982, *in* Saraiva, 1999) e utilizou-se uma adaptação da escala semi-quantitativa de Likert, simplificada da seguinte forma: 1-Indefinido/Inexistente; 2-Reduzido; 3-Médio; 4 – Elevado. Em onze dos catorze grupos constituídos deixou-se em aberto a possibilidade dos inquiridos darem outras sugestões e/ou expressarem preocupações relativamente aos temas em avaliação. A cada grupo do inquérito associa-se sempre um tronco de questões comum às diferentes regiões vinhateiras e questões dirigidas à especificidade de cada região. Procurou-se também dar uma sequência lógica aos grupos do inquérito. Estes seguem uma ordem espacial, do geral para o particular (região/local/parcela) e uma ordem de definição, do abstracto para o concreto. Dentro de cada grupo, tenta-se obter alguma ordem interna e, na medida do possível, manter um número aproximado de questões. Dada a grande dimensão do inquérito, utilizam-se unicamente questões fechadas, a fim de evitar a dispersão das respostas. Outras regras, tais como questões curtas, encadeamento das perguntas, uso da afirmativa, padronização e uniformização da imagem do inquérito são igualmente acatadas, a fim de facilitar ao respondente a qualificação as respostas.

³⁶ A Parte B diz respeito a um estudo de mercado e a Parte C à análise do perfil demográfico e socioeconómico dos respondentes.

Enquanto constrangimentos, a recolha dos dados foi um processo moroso, que implicou múltiplas deslocações às regiões e envolveu entidades muito diversificadas: instituições oficiais (Instituto da Vinha e do Vinho, Comissões Vitivinícolas Regionais, Instituto do Vinho do Porto, Casa do Douro, Universidades e Escolas Agrárias, Museus do Vinho, Postos de Turismo, Municípios, outros); empresas privadas (produtores, donos e frequentadores de hotéis, restaurantes, supermercados, outros); técnicos agrários (engenheiros agrónomos, enólogos, técnicos de laboratório, técnicos de turismo, técnicos de planeamento); viticultores; turistas; estudantes universitários e população em geral. Por outro lado, devido à grande dimensão e especificidade do inquérito, houve dificuldade em mobilizar respondentes, sobretudo os desligados do sector, com menos habilitações literárias e/ou pouca vivência das paisagens. Este facto, aliado à dispersão espacial das regiões, teve reflexos na selecção da população a inquirir. Foi dada prioridade a produtores e a outros profissionais ligados ao sector vitivinícola, repartidos por entidades oficiais e empresas privadas, tendo sido obtida uma amostra final de 470 inquéritos.

2. A escolha e aplicação da Análise Factorial de Correspondências Múltiplas

Escolheu-se a técnica estatística multivariada - Análise Factorial de Correspondências Múltiplas (AFCM), pois permite condensar a informação de partida num sistema de associações que toma em conta a heterogeneidade presente na construção do questionário (variáveis semi-quantitativas e qualitativas). Este estudo integra 54 variáveis activas (seleccionadas da Parte C - perfil demográfico e socioprofissional dos inquiridos), responsáveis pela criação dos eixos. Sobre estas projectam-se as variáveis suplementares ou com o estatuto de ilustrativas (num total de 468, relativas à Parte A³⁷, um grupo da Parte B e as respostas às actividades de lazer, contidas na Parte C).

Para o Eixo 1 (Figura 1), o que contém maior representação do universo das respostas, a percentagem de explicação foi de 12,3%, valor percentual relativamente pequeno, mas que tem um importante significado neste tipo de análise estatística. Neste caso concreto, verificou-se que seis eixos seriam o número necessário e suficiente para estabelecer um sistema de relação interpretável (48% de explicação), pois abrangem a totalidade das variáveis de “activas” e “ilustrativas” constantes do inquérito e a totalidade das regiões vinhateiras. Para a selecção das variáveis, seguiu-se a regra $100/n$ (Jambu, 1989), em que n é a menor dimensão da matriz submetida à análise (no caso, $n=54$), seleccionando-se, em cada eixo, os indivíduos e as variáveis com contribuições absolutas³⁸ $\geq 1,85$. Uma vez seleccionadas, agruparam-se as variáveis segundo as seguintes temáticas — notoriedade; valores promocionais; valores estéticos; ordenamento e gestão da paisagem agrária; potencialidades turísticas e fragilidades da paisagem, destacando-se as variáveis de classificação e as de opinião que mais marcam cada conjunto de indivíduos, identificados (mais afastadas do zero). Por último, individualizaram-se *grupos de opinião* que se opõem, em cada eixo factorial, relativamente à percepção da paisagem, aos quais foram dadas designações, a fim de facilitar a

³⁷ Individualizam-se as seguintes questões: 52 relativas à notoriedade (Grupos 1 e 2); 68 relativas à promoção (24 do Grupo 3, Parte A e 44 sobre preferências em relação ao uso da paisagem na promoção vínica, Parte B); 48 de percepção estética (Grupos 4 e 5); 68 relativos à organização e gestão da paisagem vinhateira (Grupos 6 e 11); 48 ligados à avaliação dos sistemas de condução, armação do terreno e técnicas vitícolas (Grupos 7 e 8); 52 associadas ao desenvolvimento económico das regiões vinhateiras (Grupos 9 e 10); 80 ligadas a potencialidades turísticas (Grupos 12 e 14); 36 relativas a fragilidades da paisagem (Grupo 13).

³⁸ Contribuições absolutas são aquelas que ‘criam’ os eixos e que se referem à matriz das variáveis activas.

interpretação dos resultados e tornar a interpretação mais viva. Utilizando como exemplo o Eixo 1, individualizaram-se os “Localistas”, agricultores e reformados minhotos, opositores a “Críticos Urbanos, turistas na Sub-Região Reguengos, DOC Alentejo. Numa segunda etapa hierarquizaram-se os grupos de opinião de acordo com níveis de conhecimento, tipos de atitude e de comportamento (Quadro 1).

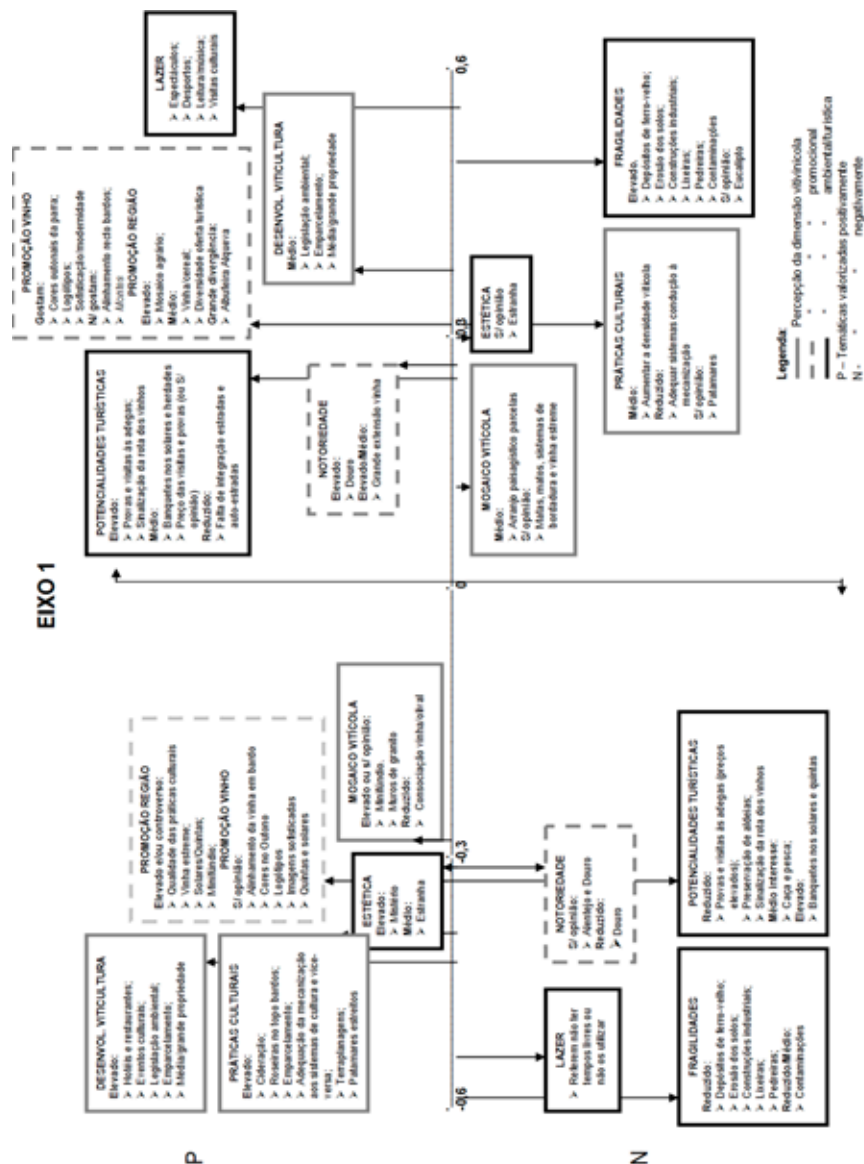


Figura 1 – Elxo 1 – Variáveis de opinião

A fim de aferir graus de consolidação do carácter vinhateiro e concluir da identidade das regiões, agregou-se toda a informação obtida na AFCM, por região (Quadro 2 - Anexo).

Atendeu-se ao número e qualidade de elementos da paisagem com ligação à vitivinicultura, ou seja, privilegiou-se a notoriedade e a especificidade morfo-funcional, verificável pela projecção das contribuições relativas nos eixos em que a região figura. Complementarmente, foram distinguidas: “marcas fortes”, as que detêm maiores contribuições relativas; “marcas fracas”, as que têm menores contribuições relativas ou não têm o consenso dos respondentes e “marcas negativas”, consideradas prejudiciais à imagem da região. Atendeu-se também ao grau de valorização de potencialidades vitivinícolas, turísticas e/ou notoriedade das regiões vinhateira e a dos seus vinhos. Valorizam-se as regiões que foram avaliadas simultaneamente por residentes e/ou naturais na região, “olhares por dentro” e por turistas ou profissionais a elas associados mas sem residência nas mesmas, “olhares de fora”, sobre aquelas que somente foram avaliadas por locais. Assume-se que as regiões que têm maior projecção externa devam possuir também um maior grau de desenvolvimento sócio-económico, nomeadamente em relação à vitivinicultura e ao enoturismo.

3. Resultados

No cômputo geral, e no que respeita aos respondentes, definiram-se quatro universos de opinião, que se ordenam e denominaram de acordo com a avaliação efectuada (Quadro 1):

1) Os *Integralistas* (*Grupos Construtivos e Profissionais*), técnicos da Sub-região Reguengos (DOC Alentejo, Grupo *Progressistas*) e visitantes Sub-Região Monção (DOC Vinhos Verdes, Grupo *Críticos Urbanos*) com elevados níveis de escolaridade, que conhecem o mundo do vinho e da vinha, ou têm opinião sobre o desenvolvimento do sector, apoiam a integração de actividades fora do âmbito produtivo e envolvem a paisagem na actual dinâmica económica das regiões vinhateiras. Comungam gostos e interesses pelas paisagens, as quais são assumidas numa perspectiva integrada e valorativa, a que acresce um perfil activo e participativo. Nota-se, contudo, alguma falta de consenso sobre identificação das marcas das paisagens alentejana e minhota e da valência da paisagem como elo de desenvolvimento regional;

2) Os *Economicistas* (*Grupos Cépticos e Pragmáticos*), produtores e gestores vitivinícolas das Beiras (Sub-região Silgueiros, DOC Dão e DOC Bairrada), indivíduos conhecedores mundo do vinho e da vinha, muito centrados na qualidade e no negócio do vinho, em desfavor da paisagem e as suas potencialidades promocionais, estéticas e ambientais, assim como reflectindo falta de consenso sobre o ordenamento territorial;

3) Os *Acomodados* (*Grupos Tradicionalistas e Localistas*), agricultores e reformados minhotos, pouco escolarizados, que defendem as estruturas agrárias tradicionais, em particular na promoção da DOC Vinhos Verdes, embora admitam a necessidade da sua modernização – emparcelamento, intensificação, qualidade práticas culturais, vias de comunicação – apoiam a multifuncionalidade rural, embora se excluam de participar activamente na mesma;

4) Os *Alheados*, (*Grupos Modernos, Alheados, Activos e Amadores*), pouco esclarecidos sobre a dimensão vitivinícola, sobre as potencialidades e fragilidades das paisagens e suas repercussões no turismo, mostram também alguma falta de capacidade de identificar os elementos simbólicos das paisagens, mas conseguem identificar elementos descontextualizados. Mostram ainda falta de reflexão sobre a utilização da paisagem na promoção do vinho e da região.

Quadro 1 – Tipologia de atitudes e actuações

CATEGORIAS DE ATITUDE	GRUPOS DE OPINIÃO	PERCEPÇÃO			PERCEPÇÃO GLOBAL	PADRÕES DE COMPORTAMENTO	QUALIDADE DA ACÇÃO
		DIMENSÃO VITIVINÍCOLA	DIMENSÃO TURÍSTICA	DIMENSÃO PROMOCIONAL			
INTEGRALISTA	CONSTRUTIVOS	Conhecem práticas vitícolas e o mosaico agrário; sugerem medidas p/ desenvolvimento viticultura.	Atribuem elevado valor estético à paisagem.	Identificam marcas da paisagem duriense e indicam outras sugestões úteis à promoção	Conhecem o mundo do vinho e da vinha, ou pelo menos têm opinião activa sobre o desenvolvimento do sector; apoiam a integração de actividades fora do âmbito produtivo; envolvem a paisagem na actual dinâmica económica das regiões vinhateiras. Denota-se alguma falta de consenso sobre identificação das marcas da paisagem alentejana e minhota e da sua valência como elo aglutinador do desenvolvimento regional.	ACTIVO E PARTICIPATIVO	AJUSTADA E BEM DIRECIONADA
	CRÍTICOS URBANOS	Conhecem práticas vitícolas e o mosaico agrário; sugerem medidas p/ desenvolvimento viticultura.	Atentos, hiper-valorizam fragilidades da paisagem; interessados no desenvolvimento Enoturismo.	Apreciam modernidade e sofisticação na promoção vinho e uso paisagem na promoção Reguengos.			
	PROFISSIONAIS	Conhecem práticas vitícolas e o mosaico agrário; sugerem medidas p/ desenvolvimento viticultura.	Encontram harmonia na paisagem.	Valorizam vinhedos na promoção do vinho; controversos no uso da paisagem para efeitos promocionais, caso do Alqueva.			
	PROGRESSISTAS	Desconhecem práticas vitícolas; apoiam modernização viticultura e defendem o mosaico tradicional.	Valorizam património monumental e agrário, preocupam-se com aspectos paisagísticos e abandono rural.	Valorizam quintas, solares e qualidade práticas vitícolas na promoção da Sub-Região Monção.			
ECONOMICISTA	CÉPTICOS	Conhecem práticas vitícolas; sugerem medidas para o desenvolvimento viticultura. Divergência de opinião sobre mosaico agrário.	Reconhecem impacto negativo das pedreiras.	Valorizam imagem da vinha associada à floresta na promoção do Dão e Bairrada.	Conhecem o mundo do vinho e da vinha, apoiam a modernização e a qualidade vitivinícola, mas desvalorizam a paisagem, não lhe reconhecendo potencialidades, nem encontrando consenso para o seu ordenamento e uso promocional.	ACTIVO	BLOQUEADORA
	PRAGMÁTICOS	Conhecem práticas vitícolas e o mosaico agrário; sugerem medidas p/ desenvolvimento viticultura.	Desvalorizam património monumental, natural e valores estéticos do Dão e Bairrada.	Grande divergência de opinião relativamente ao uso da vinha envolvida por floresta, no Dão e Bairrada.			
ACOMODADA	LOCALISTAS	Conhecem práticas vitícolas; sugerem medidas para o desenvolvimento viticultura. Divergência de opinião sobre mosaico agrário.	Fechados, desinteressados e pouco críticos às fragilidades ambientais.	Defendem conjugação da tradição com a modernidade na promoção da Sub-Região Monção.	Defendem as estruturas agrárias tradicionais, mas admitem a necessidade da sua modernização: emparcelamento, intensificação,	PASSIVO	

	TRADICIONALISTAS	Defendem sistemas de produção e de condução tradicionais.	Interessados na preservação de aldeias, integração e desenvolvimento de estradas.	Grande divergência de opinião relativamente ao minifúndio na Sub-Região Monção.	qualidade práticas culturais, vias de comunicação. Apoiam a multifuncionalidade rural, embora se excluam da mesma; consideram úteis as estruturas tradicionais da paisagem na promoção da Região.		
ALHEADA	MODERNOS	Desconhecem práticas vitícolas e estão pouco esclarecidos sobre desenvolvimento da viticultura.	Valorizam de médio o património monumental e vernacular; pouco esclarecidos sobre potencialidades e fragilidades paisagem.	Apoiam uso da paisagem e da moderna enologia na promoção da Região. Controversos com Alqueva.	Pouco esclarecidos sobre a dimensão vitivinícola, sobre as potencialidades e fragilidades da paisagem e suas repercussões no turismo; alguma falta de definição sobre marcas da paisagem e sua utilização na promoção.	DESAJUSTADO	INCONSEQUENTE
	ALHEADOS	Pouco esclarecidos práticas vitícolas e mosaico agrário.	Valor médio a atributos estéticos da Região.	Não reconhecem nos patamares uma imagem da Região.			
	ACTIVOS	Pouco esclarecidos práticas vitícolas e mosaico agrário.	Interessados no desenvolvimento de práticas desportivas.	Não reconhecem na floresta uma imagem promocional Douro.			
	AMADORES	Pouco esclarecidos práticas vitícolas e valor agronómico, ambiental e estético do mosaico agrário.	Pouco informados sobre potencialidades e fragilidades paisagem.	Reconhecem nos patamares uma imagem promocional do Douro.			

No plano da identidade, este estudo mostra que a Sub-região Cima Corgo (Região Demarcada do Douro - RDD) é a mais emblemática (notoriedade, funcionalidade dominante, número e qualidade dos elementos da paisagem reconhecidos pelos inquiridos) das cinco regiões demarcadas em avaliação (Quadro 2- Anexo). Pela paisagem, são ícones da sua identidade vinhateira ou “*marcas fortes*”: os socalcos; os patamares; as bordaduras de oliveira e o Rio Douro. Foram identificadas como “*marcas fracas*”: a vinha estreme, as matas e os mortórios (antigos socalcos abandonados após a praga filoxérica), a consociação vinha/pomar (cerejeira e amendoeira) e as bordaduras de outras árvores. A notoriedade do Vinho do Porto e a longa história da Demarcação (1756), assim como o reconhecimento das potencialidades estéticas e poéticas da RDD, a par de uma desvalorização de fragilidades ambientais, os depósitos de ferro-velho são indicados como os principais problemas da região, se bem que a RDD sofra outras ameaças, como: o risco de instabilidade das vertentes, agravada pela construção de patamares largos; a erosão dos solos; a poluição dos rios; a falta de ordenamento das vias de comunicação; o abandono e desmantelamento dos campos, a degradação das povoações, outros.

Num segundo plano, com uma imagem a consolidar, figura a Sub-região Reguengos (DOC Alentejo), na qual a identidade vinhateira se mistura com uma identidade turística. Os inquiridos reconhecem a planície e os “mares de vinha” como “*marcas fortes*”. São “*marcas fracas*”: o montado; os mosaicos vinha/floresta e vinha/cereal e a albufeira da barragem do Alqueva, considerados por alguns respondentes, válidos na promoção da região. O património monumental e o vernacular são tidos como potencialidades para o enoturismo, o qual se

admite funcionar bem, ainda que os *montes*, importantes estruturas de apoio a esta actividade, tenham somente sido avaliados de médio. Foram reconhecidas várias fragilidades ambientais (depósitos de ferro-velho, erosão dos solos, pedreiras, lixeiras e contaminações) e falhas de ordenamento (falta de integração de estradas e construções industriais), provando a atenção dos inquiridos a este tipo de problemas.

Num patamar abaixo figura a Sub-região Monção (DOC Vinhos Verdes), na qual os campos fechados (*bocage*) mantêm o papel de *ex-libris* da sua notoriedade e fonte de harmonia, segundo a opinião dos inquiridos que aí nasceram e/ou residem. Para quem visita a região, essa notoriedade advém sobretudo da antiguidade da demarcação (1908) e do valor turístico dos solares e das quintas. Existe, porém, uma significativa indefinição relativamente aos elementos do mosaico tradicional (bordaduras líticas, socalcos, vinha alta, adegas), assim como relativamente à ocupação vinha estreme, hoje em expansão na região. A descaracterização das paisagens tradicionais e a falta de afirmação de uma nova imagem para a região compromete seriamente a identidade rural minhota, hoje ameaçada e em transição. No plano das fragilidades salientam-se as pedreiras, os muros de betão e o abandono rural, ficando omissas muitas outras ameaças como os depósitos de ferro-velho, a erosão dos solos, as contaminações, a falta de ordenamento das povoações e da floresta, entre as mais importantes. Para o enoturismo, são reconhecidas potencialidades às acessibilidades e organização de banquetes em quintas e solares.

Da avaliação efectuada, e embora se admita ser importante recolher um maior número de opiniões³⁹, a Sub-região Silgueiros, DOC Dão e a DOC Bairrada, são as menos bem avaliadas no que toca à notoriedade vinhateira. O facto da AFCM as ter agregado nos mesmos eixos e através do mesmo tipo de variáveis, mostra bem a existência de uma identidade *Beiras*, em oposição às restantes regiões. Por seu lado, o mosaico característico destas regiões beirãs – vinha envolvida pela floresta – não é consensualmente reconhecido como imagem da região, logo, considerou-se uma “marca fraca”, ou é mesmo considerado uma “marca promocional negativa”, na opinião alguns técnicos e produtores com responsabilidades no sector vitivinícola. Outros elementos destas paisagens, como o património monumental e vernacular, são igualmente pouco considerados pelos respondentes, que lhe reconhecem falta de preservação. A AFCM permitiu identificar as pedreiras como a principal fragilidade destas regiões.

4. Conclusão

Através da avaliação dos inquiridos, este estudo prova que o grau de sensibilização às paisagens e desenvolvimento das regiões vinhateiras não depende tanto das raízes ou dos lugares onde ocorrem as vivências, os “olhares por dentro”, sendo sobretudo determinado pelos conhecimentos e pela experiência de vida. Com efeito, as avaliações mais úteis e comprometidas com as paisagens e a sua preservação e qualificação são emitidas por técnicos e produtores do Douro e do Alentejo, ou por turistas e visitantes com elevados níveis de escolaridade, igualmente interessados em contribuir para melhorar a qualidade estética, ambiental e produtiva das paisagens que gostam de visitar. Há contudo vozes dissonantes. É o caso de produtores beirões, que têm atitudes menos positivas, ou mesmo cépticas, face às paisagens dessas regiões e às suas potencialidades no desenvolvimento do sector vitivinícola e/ou na promoção. Esta postura pode atrasar, ou mesmo constituir uma força de bloqueio à necessária qualificação e valorização daquelas paisagens. Neste estudo, não surgiram de forma

³⁹ No conjunto das regiões, a Sub-região Silgueiros ficou menos bem representada (42 inquéritos), se bem que os respondentes sejam, maioritariamente responsáveis do sector vitivinícola e do sector turístico.

explícita diferenças de percepção inerentes ao género, mas elas são determinantes no que respeita às classes etárias. Com efeito, dos Grupos de opinião com perfis menos ajustados têm destaque idosos minhotos, pouco escolarizados, alguns deles agricultores, que demonstram uma atitude fechada e individualista, adversa à participação. Contudo, estes respondentes estão cientes da necessidade de modernizar as estruturas rurais tradicionais, nomeadamente através do emparcelamento. Esta postura é perigosa para as paisagens, pois a falta de sentido colectivo e de participação exclui os respondentes de uma atitude mais responsável e de um comportamento mais benéfico ao ordenamento e gestão das paisagens, abrindo o caminho à descaracterização por parte de terceiros, quando não dos próprios, por falta de crítica, de cultura e de gosto. Igualmente com falta de conhecimento e sem uma opinião fundamentada figuram jovens, com menos experiência e vivências. Seria importante promover acções de sensibilização para estes dois grupos de respondentes, bem como revitalizar a imagem das paisagens vinhateiras beirãs e minhotas, nomeadamente aumentando a sua visibilidade através do *marketing* turístico e vínico.

No plano da identidade, a Sub-região Cima Corgo, pela DOC Porto/Douro (RDD) e a Sub-Região Reguengos, pela DOC Alentejo sobressaem face às restantes. A primeira prevalece pela singularidade das paisagens, resultante: da longa tradição enquanto região demarcada; da (re)criação continuada e esforçada da cultura da vinha; da qualidade e prestígio dos seus vinhos e no valor único das paisagens reconhecidas como Património Mundial (UNESCO, 2001). Porém, há muitos elementos que ainda têm falta de reconhecimento como valores da região. Existe também falta de esclarecimento quanto a fragilidades ambientais, o que necessita mais investigação. Neste estudo, a Sub-região Reguengos, é merecidamente valorizada no âmbito do enoturismo e identificada por possuir uma identidade mista (vinhateira e turística), se bem que cada uma dessas dimensões tenham sido associados elementos territoriais distintos, o que é indicativo da necessidade de ser incrementar a coordenação entre estes dois sectores. São menos emblemáticas a Sub-região Monção (DOC Vinhos Verdes) e as Sub-regiões Silgueiros (DOC Dão) e DOC Bairrada, nas Beiras. Na primeira, e atendendo aos resultados da AFCM, existem sérias ameaças à sua descaracterização e desqualificação, por demissão e individualismo dos respondentes, projectados nos eixos factoriais seleccionados. Nas últimas, a ameaça advém do descrédito face ao valor e qualificação das paisagens e dos seus elementos mais significativos, a favor de interesses de âmbito enológico e gastronómico. Em ambas, seria importante realizar uma análise estatística descritiva aos resultados dos inquéritos (por ventura, alargar a amostra inicial), além de ser desejável fomentar a realização de acções de sensibilização ambiental e estética. É preciso procurar soluções que divulguem as regiões, que qualifiquem as paisagens e respeitem a tradição e o esforço dos antepassados que as foram modelando. Para o sucesso dessas iniciativas terá de existir uma maior consciencialização do valor da paisagem e uma participação mais efectiva e articulada dos diferentes actores e sectores de actividade, a bem das paisagens, da sua afirmação e do desenvolvimento das regiões.

Referências Bibliográficas

- Andersen, M.T. (1992). *Para a Crítica da Paisagem*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Appleton, J. (1975). *The Experience of Landscape*, Ed. John Wiley e Sons, London and New York.
- Batista, M. (1999). O Turismo na Economia, uma abordagem técnica, económica, social e cultural, Instituto Nacional de Formação Turística, Lisboa.

- Besse, J-M (2004) (coord.). *Débat: La Géographie Postmoderne, L' Espace Géographique*, 1:1-96.
- CE (2000). *Convenção Europeia da Paisagem*, Actas do Conselho da Europa, Estrasburgo.
- Cosgrove, D.E. (1989). *Power and Place in the Venetian Territories*, in Agnew, J. A. and Duncan, J. S. (coord.), *The Power of Place: Bringing Together Geographical and Sociological Imaginations*, Unwin Hyman, Boston.
- Gulinck, H. (2004). *Neo-rural and multifunctional landscapes*, in Brant e Vejre (coord), *Multifunctional Landscapes*, vol. I, Wit Press, Boston.
- Jambu, M. (1989). *Exploration informatique et statistique des donnés*, Dunod informatic, Paris.
- Jonssón, A. and Gustavssón, R. (2002). Management styles and knowledge cultures, past, present and future, related to multiple-use and urban woodlands, *Urban Green*, 1(2002):39-47.
- Kaplan, S. and Kaplan, R. (1978). *Humanscape: Environments for People*, Buxbury Press, Belmont, California.
- Lavrador da Silva, A.L. (2002). *Avaliação das Paisagens da Bacia Hidrográfica da Ribeira de Colares, Estudo Geográfico e de Percepção Ambiental*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Lavrador da Silva, A.L. (2008). Paisagens de Baco: Identidade, Mercado e Desenvolvimento, Estudo de Percepção e de Representação aplicado às Regiões Demarcadas: Vinhos Verdes, Douro, Dão, Bairrada e Alentejo, Universidade de Évora, Portugal.
- Oliveira, R. and Dneboská, M. (2004). *From landscape perception until public participation. How long is the way? Paper presented at international conference "From landscape knowledge to landscaping action"*, Bordeaux, France.
- Potschin, M and Haines-Young (2005). Rio+10, sustainability science and Landscape Ecology, *Landscape and Urban Planning*, Elsevier, www.sciencedirect.com.
- Roca, Z. (2004). Affirmation of Regional identity between rhetoric and reality: evidence from Portugal, in *Cultural Uniqueness and Regional Economy*, Boneschansker, E., Djek, J., Jansma, L, Verhaar, K. (Ed.). Fryske Akademy, pp.153-174, Neetherland.
- Saraiva, M. G. (1999). *O Rio como Paisagem*, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa.
- Saraiva, M. G., Ramos, I and Lavrador Silva, A.L. (2003). *Percepção da Paisagem, Observadores e Construtores*, Colóquio Ibérico, 2003, Universidade Complutense, Alcalá de Henares, Espanha.
- Simões, O. (2003). Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida, *Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, TERN, 15-24.
- Soja, E. W. (1996). *Thirdspace*, Ed. Blackwell, Cambridge, MA, EUA.
- Zube, E.H.; Sell, J.L. and Taylor, J.G., 1982. Landscape perception: research, application and theory, *Landscape and Urban Planning*, 9: 1-32.
- Zube, E.H. (1984). Themes in Landscape Assessment Theory, *Landscape Journal*, 3, 2: 104-110.

REGIÃO VINHATEIRA		REGIÃO PERANTE A REGIÃO		GRUPOS DE OPINIÃO		A PERCEÇÃO DA PAISAGEM				PERCEÇÃO GLOBAL	
VALOR GLOBAL						ELEVADO					

EM CONSOLIDAÇÃO						
ELEVADO						
"OLHARES DE FORA"	CRÍTICOS URBANOS	<p>Elevado/Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ "Mar de vinha", vinha em extensão na planície; <p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Média/grande propriedade <p>S/ opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Matos;➢ Sistemas de bordadura;➢ Vinha estreme	<p>Fragilidades ambientais:</p> <p>Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Depósitos de ferro-velho;➢ Erosão dos solos;➢ Construções industriais;➢ Lixeiras;➢ Pedreiras;➢ Contaminações <p>S/ opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Eucalipto <p>Potencialidades turísticas:</p> <p>Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Visitas e provas;➢ Sinalização da rota dos vinhos <p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Banquetes nas quintas e herdades➢ Preços das visitas e provas (S/ opinião) <p>Reduzido:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Falta de integração de estradas <p>Potencialidades estéticas:</p> <p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Harmonia	<p>Promoção do vinho:</p> <p>Valorizam:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Corres parra Oubono;➢ Logotipos;➢ Sofisticação/modernidade➢ Quintas / herdades <p>Não gostam:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Bardos recilneos <p>Promoção da Região:</p> <p>Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Mosalco agrário;➢ Vinha e cereal;➢ Diversificar oferta turística <p>Divergência opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Alqueva	<p>Elevado/Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ "Mar de vinha" ou grande extensão de vinha, na planície	<p>Notoriedade</p> <p>Pelos "olhares de dentro":</p> <p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Denarcação;➢ "Mar de vinha";➢ Planície <p>E pelos "olhares de fora":</p> <ul style="list-style-type: none">➢ S/ opinião, pelos Localistas <p>Marcas fortes da paisagem (valores vinícolas e promocionais):</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Mar de vinha";➢ Planície <p>Marcas fracas da paisagem ou s/ consenso:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Mosalco vinha e pasto;➢ Mosalco agrário (montado, outros);➢ Alqueva;➢ Vinha e cereal; <p>Potencialidades turísticas, culturais e estéticas:</p> <p>Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Património monumental e vernacular;➢ Sinalização rota;➢ Banquetes quintas➢ Enoturismo <p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Valores estéticos;➢ Média/grande propriedade <p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Falta de integração estradas;➢ Depósitos ferro-velho➢ Erosão dos solos;➢ Construções industriais;➢ Lixeiras;➢ Pedreiras;➢ Contaminações <p>Valores promocionais;</p> <p>S/ consenso:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Mosalco agrário;➢ Quintas;➢ Alqueva;➢ Vinha e pasto➢ Vinha e cereal
	PROFISSIONAIS	<p>Elevado/médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha e pasto	<p>Na promoção da Região:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Grande divergência opinião;➢ Albufeira do Alqueva;➢ Vinha e cereal;➢ Mosalco agrário	<p>Gostam na promoção vinho:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ "Mar vinha",	<p>Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Enoturismo <p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ RDD➢ Demarcação <p>Reduzido ou s/ opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Minho como região vinhateira	
	MODERNOS	<p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ "Mar de vinha";➢ Redução vinha a favor floresta ou montado;➢ Vinha e cereal; <p>S/ opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha e montado	<p>Dimensão turística:</p> <p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Património monumental;➢ Património vernacular; <p>Médio/Reduzido/S/ opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Integração de estradas e auto-estradas;	<p>Gostam na promoção vinho:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Quintas➢ Vinha e gado;➢ Cubas refrigeração; <p>Promoção da Região:</p> <p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Qualidade das práticas culturais;➢ Quintas e herdades; <p>Reduzido:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha cereal <p>Grande divergência opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Albufeira Alqueva;➢ Mosalco agrário;		
ALHEADOS	<p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Mosalco vinha e pasto	<p>Potencialidades estéticas:</p> <p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Unicidade;➢ Familiaridade;➢ Grandiosidade	<p>Reduzido na promoção vinho:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Patamares	<p>Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Planície;➢ Vinha estreme➢ DOC Reguengos		
SU-REGIÃO REGUENGOS – DOC ALENTEJO						

2. O “RURAL-TERRITÓRIO”: ANÁLISE E GESTÃO; PROBLEMAS E MÉTODOS

SUB-REGIÃO MONÇÃO – DOC VINHOS VERDES					AMEAÇADA E EM TRANSIÇÃO		POR DEFINIR	
		MÉDIO			REDUZIDO			
“OLHARES DE FORA”	PROGRESSISTAS	<p>Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha estreme;➢ Média/grande exploração;➢ Redução vinha a favor floresta;➢ Reposição sistemas de bordadura <p>Elevado/Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Bardos baixos;➢ Ajustamento das máquinas aos sistemas de condução	<p>Potencialidades Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Pat. monumental;➢ Arqt. novas adegas;➢ Adegas tradicionais;➢ Vias comunicação;➢ Arranjo paisagístico <p>Promoção Região Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Quintas e solares➢ Qualidade das práticas culturais;➢ Vinha estreme	<p>Promoção Região Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ DOC Vinhos Verdes	Notoriedade Pelos “olhares por dentro”: ➢ É da responsabilidade das Instituições; ➢ Sistemas bordadura; Pelos “olhares de fora”: ➢ Elevado: demarcação e sua antiguidade, (“Progressistas”) ➢ Médio: RDD (“Constructivos”) ➢ Reduzido ou s/ opinião DOC Altoego (“Tradicionistas”) Marcas fortes da paisagem (valores vitivinícolas e promocionais): ➢ Solares e quintas Marcas fracas da paisagem ou s/ consenso ➢ Vinha alta ➢ Minifúndio; ➢ Muros granito nas bordaduras campos; ➢ Vinha estreme ➢ Adegas Potencialidades turísticas, culturais e estéticas: ➢ Banquetes solares/quintas; ➢ Acessibilidades ➢ Harmonia Fragilidades: ➢ Pedreiras; ➢ Falta de sinalização Rota Abandonado rural; ➢ Muros belão			
	LOCALISTAS	<p>Elevado valor:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Cideração, outros;➢ Roseiras topo bardos;➢ Bardos altos;➢ Terraplanagens;➢ Palanques;Elevado ou s/ opinião:➢ Minifúndio➢ Muros granito	<p>Potencialidades Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Banquetes nos solares e quintas <p>Médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Caça e pesca;➢ Mistério <p>Reduzido:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Provas adegas/preços➢ Preservação aldeias;➢ Sinalização rota	<p>S/ opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ DOC Porto/Douro;➢ DOC Altoego <p>Reduzido:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ DOC Porto/Douro				
TRADICIONALISTAS	<p>Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Policultura <p>Reduzido:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha baixa <p>S/ opinião ou grande divergência:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Terraplanagens;➢ Minifúndio;➢ Muros granito	<p>Potencialidades Elevado e/ou médio:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Harmonia➢ Sublime <p>Preservação aldeias</p> <p>Fragilidades ambientais:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Impacto pedreiras	<p>S/ consenso na promoção da Região:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Minifúndio					
CÉPTICOS	<p>Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Média/grande propriedade➢ Cooperativas➢ Sistemas de rega;➢ Intensificação da ocupação vitícola <p>Grande divergência opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha envolvida por florestais	<p>Promoção da Região Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha envolvida por manchas florestais	<p>Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Qualidade do vinho <p>Reduzido:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha “escondida” na floresta					
“OLHARES POR DENTRO”	PRAGMÁTICOS	<p>Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha envolvida por floresta <p>Reduzido ou s/ opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha e pasto;➢ Vinha estreme;➢ Reposição de sistemas de bordadura➢ Bardos altos	<p>Promoção da Região Grande divergência de opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha envolvida por manchas florestais <p>Potencialidades turísticas Elevado:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Banquetes nas Quintas <p>Reduzido:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Ambiência e atributos da estética formal, simbólica➢ Património monumental;➢ Áreas Nat. Protegidas <p>S/ Opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Preservação aldeias	<p>Médio/Reduzido:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Vinha associada à imagem da Região <p>Reduzido:</p> <ul style="list-style-type: none">➢ Relevo;➢ Endurismo				
SUB-REGIÃO SILGUEIROS - DOC. DÃO								

Feridas abertas na terra⁴⁰: da degradação dos sítios mineiros à sua recriação patrimonial – o caso das Minas da Panasqueira

Sandra Valente
Elisabete Figueiredo

Introdução

A proliferação de sítios mineiros degradados e/ou abandonados em consequência do encerramento ou abrandamento da actividade, associada aos impactos decorrentes desta situação, tem conduzido à multiplicação de iniciativas de aproveitamento do património mineiro essencialmente para fins turísticos. Tais iniciativas inscrevem-se na tentativa de revitalizar social e economicamente áreas que no passado conheceram grande dinamismo e que, actualmente, fruto da ausência de alternativas, se podem considerar deprimidas.

Neste contexto, a recriação patrimonial das áreas mineiras abandonadas apresenta-se como uma das principais soluções, e o turismo como uma actividade geradora de novas dinâmicas socioeconómicas. As actividades turísticas podem contribuir para a recuperação de um vasto património, através da utilização activa de instalações e equipamentos associados à mineração, assim como através da mobilização das *memórias colectivas* e da identidade local, frequentemente muito marcadas pela existência das minas.

Com base na evidência empírica recolhida na área das Minas da Panasqueira, pretende-se analisar a problemática do abrandamento da exploração e sobretudo as perspectivas de futuro no que se refere ao aproveitamento do património mineiro para a actividade turística. Esta análise revela-se tanto mais pertinente no contexto da inexistência de um plano de encerramento da exploração e da desarticulação das iniciativas de recuperação e aproveitamento do património mineiro em curso.

No sentido de debater as questões mencionadas, este trabalho começa por discutir a relação entre as áreas mineiras, o seu património e a identidade local para seguidamente abordar as consequências do encerramento das explorações e a necessidade de planear o futuro dos sítios mineiros. Finalmente, serão debatidas as oportunidades e os constrangimentos associados à recuperação do património geomineiro para fins turísticos na área das Minas da Panasqueira.

1. Minas, Identidade e Património

O crescente desenvolvimento tecnológico, associado à melhoria da qualidade de vida das sociedades contemporâneas, tem-se reflectido num aumento da dependência face à exploração de recursos minerais (e.g. Valente, 2008). No entanto, nos últimos anos a indústria extractiva mundial sofreu uma alteração em termos da localização dos principais centros de exploração, associada ao esgotamento de algumas reservas, ao aparecimento de jazigos minerais em países menos desenvolvidos e ao baixo custo de exploração nesses países, assim como ao movimento *verde* iniciado nos anos 90, principalmente nos países mais industrializados, que desencadeou uma maior exigência ambiental nos espaços tradicionais de produção mineira (Magno, 2001; MMSD, 2002). Assim, «a recomposição do mapa-mundo da indústria extractiva (...) tem provocado o surgimento de inúmeras áreas industriais abandonadas, ou em vias de abandono» (Barroqueiro,

⁴⁰ Esta expressão foi utilizada por Pé-Curto *et al.* (2002).

2005:13), aspecto que tem sido negligenciado, quer pelas companhias mineiras, quer pelos órgãos de governação.

Muito embora as explorações mineiras tenham representado para áreas rurais menos favorecidas um importante factor de crescimento económico (e.g. Menezes, 1988), a paralisação ou abrandamento da actividade colocaram problemas acrescidos num cenário de não desenvolvimento do capital social, de não diversificação da base económica e de perda de importância da agricultura no mundo rural em termos gerais. Se nas áreas rurais sem actividade mineira os problemas mencionados, associados ao êxodo populacional e ao tecido económico e social representam graves problemas, nas áreas mineiras esses problemas assumem maior relevo, essencialmente devido aos grandes impactos ambientais provocados pela actividade e que permanecem muito para além do término da mesma. De facto, como referem Pé-Curto *et al.* (2002:211), «*as minas abandonadas são, na maior parte das vezes, deixadas no esquecimento e abandono, sendo vistas como “feridas” abertas na terra, originando um impacte visual negativo e constituindo em muitos casos, fonte de insegurança e poluição para as zonas envolventes*».

Neste sentido, se em termos globais as áreas rurais apresentam um conjunto de amenidades que, no quadro actual de valorização das tradições culturais e do ambiente, se constituem como oportunidades de desenvolvimento, as áreas mineiras abandonadas não podem ser incluídas neste cenário pelos impactos causados pela actividade. No entanto, existem algumas especificidades nestes territórios que poderão funcionar como elementos atractivos em termos de desenvolvimento de algumas actividades turísticas, designadamente as galerias, as infraestruturas e equipamentos da exploração, os bairros e outras construções associados às comunidades mineiras e, principalmente, todo o vasto património imaterial, constituído pelas *memórias* e *histórias* locais de comunidades marcadas por esta actividade. Contudo, as oportunidades de desenvolvimento de um produto turístico associado às remanescentes da actividade mineira serão maiores se os impactos do encerramento nas comunidades locais forem incorporados no próprio processo de gestão e exploração (e.g. MMSD, 2002), através da elaboração de um plano de transição para a economia pós-mina (e.g. Clark, 2000; Hoskin, 2000).

A proliferação de áreas mineiras degradadas e abandonadas a nível mundial tem desencadeado a necessidade de reflectir sobre as possíveis soluções para a sua reabilitação, atendendo ao importante património remanescente, que conjuga aspectos geológicos, mineiros e culturais, que é relevante manter no sentido da sua valorização e transmissão (e.g. Gómez *et al.*, 2002; Gómez e Martínez, 2006). A forma mais comum de perpetuar este património material e imaterial, ao mesmo tempo contribuindo para o desenvolvimento local, tem sido através do seu aproveitamento turístico (e.g. Ballesteros e Ramírez, 2007). Assim, pode afirmar-se que o turismo constitui uma das soluções mais evocadas para muitas das áreas mineiras, muito embora o conteúdo e o alcance das iniciativas a ser implementadas deva ser objecto de profunda reflexão, sobretudo no contexto do actual debate acerca da relação entre turismo e desenvolvimento local e atendendo às especificidades deste tipo de actividade que se sustenta fortemente na identidade colectiva podendo, em simultâneo, contribuir para a sua transformação.

A tendência frequente para a musealização do património geomineiro pode encerrar diversos tipos de efeitos perversos. Durand (2005:10) refere que no sentido de evitar alguns desses efeitos, se deve promover a dinamização do património, evitando deste modo «... *fossilizá-lo, vitrificá-lo para o entregar a gerações vindouras que não estarão necessariamente interessadas nele no seu estado actual por não terem nenhuma ligação memorial viva ao acontecimento traumático que foi para a região o fim definitivo da sua actividade principal ao longo de séculos*». Para que as memórias e identidades associadas à actividade mineira se mantenham vivas e dinâmicas importa partir de uma base em que o sentimento de pertença e comunhão das comunidades

locais e da identidade colectiva esteja marcado efectivamente por fortes símbolos da actividade. O turismo mineiro é, em grande medida, como o definem Ballesteros e Ramírez (2007) um turismo *de herança*. Os resultados do seu estudo em algumas minas do Sul de Espanha demonstram que a herança material mineira não é suficiente para promover e sustentar o desenvolvimento de actividades turísticas. Como referem os autores citados, “*para o desenvolvimento do turismo ‘de herança’ a herança existente deve ser capaz de ser convertida num recurso turístico. Por outro lado, o turismo, como actividade económica, está sujeito às leis da convergência entre o mercado e as políticas públicas. (...) Sem um sentido de comunidade não existe herança colectiva; sem uma identidade formada a partir da vivência nas minas, não existe herança mineira, apenas remanescências e ruínas que não são valorizadas ou utilizadas*” (Ballesteros e Ramírez, 2007: 685). É assim fundamental que a população local estabeleça também uma *relação de consumo* com a sua própria herança.

Efectivamente, o sucesso das iniciativas de criação de um produto turístico neste domínio depende do modo como é mobilizada a herança imaterial e do grau de maior ou menor envolvimento das comunidades e trabalhadores das minas. Isto porque, como refere Durand (2005: 12) «...*não é tão complicado como isso criar um museu local, mas é muito mais complicado fazer com que dure*». Como dizem Santos e Tinoco (1998: 120) estas iniciativas sustentadas nas tradições e práticas associadas aos modos de trabalho, às alterações ambientais, às formas de sociabilidade, às infraestruturas específicas desta actividade, aos movimentos operários, entre outros aspectos, podem desempenhar um papel duplamente relevante «...*para a população local, pela oportunidade de redinamização sócio-económica e pela reabilitação de um património sempre presente no quotidiano dos habitantes e nas suas representações mentais, nomeadamente afectivas; e para os visitantes que têm uma apetência pelo universo mineiro, já pelo conhecimento dessa realidade, já pela sedução por esse mundo desconhecido e obscuro feito de mistérios em que tudo se passa nos subterrâneos*». Mais ainda, como em qualquer produto turístico que se desenvolva em meio rural, o sucesso das iniciativas encontra-se extraordinariamente dependente das articulações entre esse mesmo produto e outros recursos locais e regionais, como a paisagem, as actividades tradicionais, entre outros.

Em Portugal, à semelhança do resto da Europa, o encerramento de muitas explorações levou à existência de um vasto legado de antigas explorações abandonadas de sulfuretos maciços polimetálicos, manganês, cobre, ouro, prata, volfrâmio, estanho, ferro, carvão e urânio. A exploração mineira foi de facto «...*a principal responsável pela depressão social e económica e pela degradação ambiental dessas mesmas regiões, página que se tenta hoje reescrever com a (re)descobertas desses lugares num perspectiva museológica de potenciação turística*» (Brandão, 2002:7). No entanto, e apesar de algumas iniciativas já em curso, ainda não existe um inventário do património geomineiro português do ponto de vista do seu potencial turístico, e este património encontra-se mesmo, na sua maioria, numa situação de abandono e degradação.

2. Minas da Panasqueira: entre a morte anunciada e a revitalização desejada

As Minas da Panasqueira constituem um bom exemplo do que foi referido na secção anterior, quer pela longa *marca* que a actividade mineira foi deixando nas comunidades, economia e paisagem locais, quer pelo manancial patrimonial em abandono, consequência do abrandamento da exploração. A exploração localiza-se na Beira Interior de Portugal, a sul da Serra da Estrela, e abrange parte dos concelhos da Covilhã e do Fundão (Figura 2). Estas minas encontram-se em exploração há mais de um século, tendo sido uma das mais importantes explorações mundiais de volfrâmio e representando o principal centro mineiro da Região Centro e o segundo do país, a seguir às Minas de Neves-Corvo em Castro-Verde. A área estudada corresponde às cinco freguesias envolventes das minas (Figura 2).

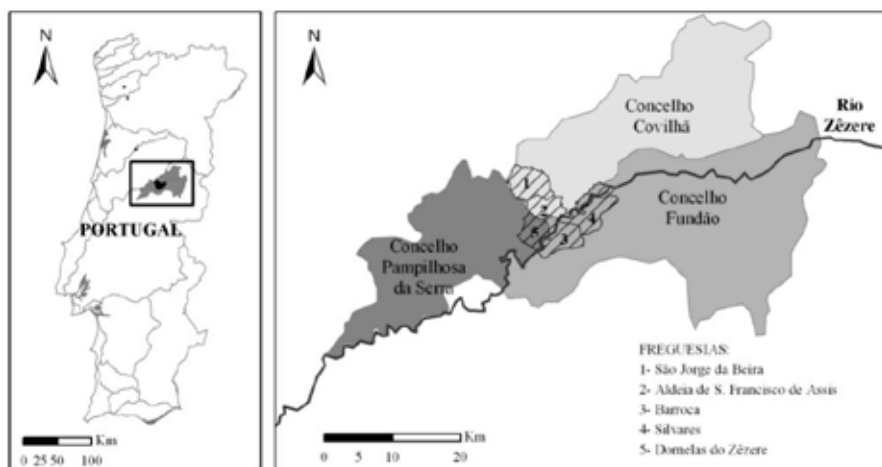


Figura 2. Localização das Minas da Panasqueira e da área de estudo

Segundo Valente (2008:84), a área de estudo «...corresponde a uma área rural em declínio, onde a actividade mineira ainda permite que se vão mantendo alguns habitantes, mas o encerramento das minas poderá determinar o abandono total, face à ausência de alternativas económicas e de um modelo de desenvolvimento». Esta descrição dá conta das características socio-demográficas da área, nomeadamente da baixa densidade populacional, do alto índice de envelhecimento, dos baixos níveis de escolaridade e de formação profissional, do elevado número de inactivos, da predominância de emprego no sector primário, de um sector agrícola pouco produtivo, da existência de habitações em estado de degradação avançado e de muitas residências secundárias, assim como da carência de infra-estruturas e serviços públicos.

No intuito de discutir a problemática dos impactos da actividade mineira nas comunidades locais e as consequências do encerramento da exploração, bem como de avaliar as estratégias existentes em termos de desenvolvimento local, foram realizados Inquéritos por Questionário (IQ) à população residente e Inquéritos por Entrevista (IE) às entidades políticas da área de estudo⁴¹. Inquiriram-se 84 residentes⁴², correspondendo a uma amostra de 2,5% da população total das freguesias seleccionadas. Na construção da amostra, utilizando a técnica da amostragem *por quotas*, foram tidos em conta critérios associados à residência, sexo, idade, nível de escolaridade e condição perante o trabalho. 44% dos inquiridos são homens e 56% são mulheres. Relativamente à estrutura etária dos inquiridos existe uma elevada percentagem de inquiridos com idade superior a 64 anos (31%). Os níveis de escolaridade dos inquiridos reflectem os baixos níveis de literacia da população residente na área das Minas da Panasqueira, sendo que cerca de 20% são analfabetos e 43% possuem o 1º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente. No que concerne à condição perante o trabalho, 42% dos inquiridos exercem uma actividade económica e 37% são reformados, distribuindo-se os restantes pelas situações de doméstica/o e estudante. Entre os inquiridos que exercem uma actividade económica, 34% estão empregados no sector secundário e 31% no sector terciário. De salientar que 10% dos respondentes são homens que ainda trabalham nas minas e 27% estão reformados desta actividade.

⁴¹ Foram realizados IE a todos os Presidentes de Junta de Freguesia da área de estudo, bem como ao Director-Geral da Beral Tin & Wolfram, companhia mineira da Panasqueira.

⁴² O trabalho de campo decorreu ao longo do mês de Julho de 2005.

Na Panasqueira, a exploração mineira esteve ligada aos grandes conflitos mundiais, tendo atingido o seu período áureo no decorrer da II Guerra Mundial. Desde então, a exploração tem registado períodos de grande instabilidade, tendo mesmo chegado a suspender a laboração por cerca de um ano. No entanto, é inegável o papel das minas no crescimento demográfico, económico e social das comunidades mais próximas. Como referia Leal (1945:165), «*sem as Minas, a maior parte destas povoações continuariam talvez ainda terras de pequena lavoura e de comércio pobre, escondidas no sopé das montanhas de muito difícil acesso, longe da vila e da cidade. Ao contrário, hoje, com transportes fáceis, carreiras rápidas, vestidas de novo, são freguesias alegres que progridem e se desenvolvem dia a dia num trabalho grande e constante*». Por outro lado, os danos ambientais e na saúde, assim como as repercursões noutras actividades económicas (como a agricultura) foram também relevantes, não terminando com o abrandamento da exploração.

Uma tão longa convivência com a actividade mineira deixou marcas culturais não negligenciáveis na identidade das comunidades locais, consubstanciadas num vasto património material e imaterial. A este respeito, Barroqueiro (2005:113) refere que «*para bem da memória mineira, quis o destino que grande parte desse património ainda perdue, algum dele em boas condições, até porque as Minas da Panasqueira continuam em actividade e, esperamos, assim prossigam, enquanto o volfrâmio durar e existir mercado que o absorva*». Apesar das minas ainda se encontrarem em laboração, estão já em curso algumas iniciativas locais no sentido da recuperação e recriação do seu património para fins turísticos. Estas incluem o Projecto Rio, do município do Fundão, com o objectivo de criar o *Parque Temático do Couto Mineiro da Panasqueira*. Como nos diz ainda Barroqueiro (2005: 149), este projecto «*...apresenta diversas vertentes, que vão desde a recuperação, conservação e dinamização do património (ainda) existente, à criação de maquetas e cenários que reproduzam o ambiente de trabalho quotidiano da mina, passando por outros aspectos, como sejam a reconversão de espaços com fins multiusos, culturais, alojamento e restauração, tudo integrado num conceito vivo e dinâmico, onde o visitante se sinta parte activa*». Concretamente na vertente do alojamento foram já efectuadas obras de recuperação de um dos bairros mineiros para turismo rural e criada uma Pousada da Juventude.

As minas marcaram as comunidades locais envolventes essencialmente através da oferta de emprego e da construção de infraestruturas e equipamentos que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida destas populações. Relativamente ao emprego, pode ser observado na figura 2 o ainda significativo peso desta actividade, sobretudo entre os residentes mais velhos. O peso passado e a ligação às minas pode ser confirmado pela circunstância de 88% dos inquiridos terem mencionado familiares (especialmente em primeiro grau) que trabalham ou já trabalharam nas Minas da Panasqueira.

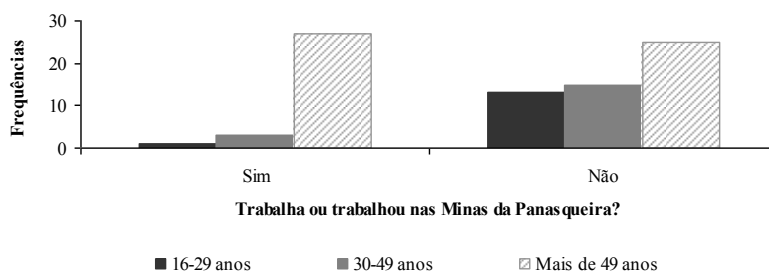


Figura 2 – Inquiridos que trabalham ou trabalharam nas Minas da Panasqueira por idade

Os dados demonstram a grande dependência da população local às minas, circunstância que é reforçada pelo facto de 91% dos inquiridos considerarem ainda hoje que as comunidades onde residem dependem economicamente da mina e de 88% reconhecerem a importância da mesma na área onde residem. A grande ênfase colocada nas questões económicas e de emprego é visível nas percepções dos habitantes inquiridos, relativamente aos impactos positivos das minas. A oferta de emprego, a fixação da população na área e o aumento do rendimento assumem-se como os aspectos mais apontados (figura 3). Saliente-se, no entanto, que aspectos relacionados com a *memória* ou *herança* local, como ‘não deixar esquecer a área’ ou a ‘atração de visitantes’, são também citados de forma significativa. Estes resultados são concordantes com a análise de Barroqueiro (2005) que destaca precisamente o facto da maioria dos inquiridos no seu estudo, ainda que desconhecendo os projectos turísticos que existem nesta área, manifestar vontade de não deixar esquecer a *memória* mineira, considerando que a mesma pode constituir uma mais-valia para a região.

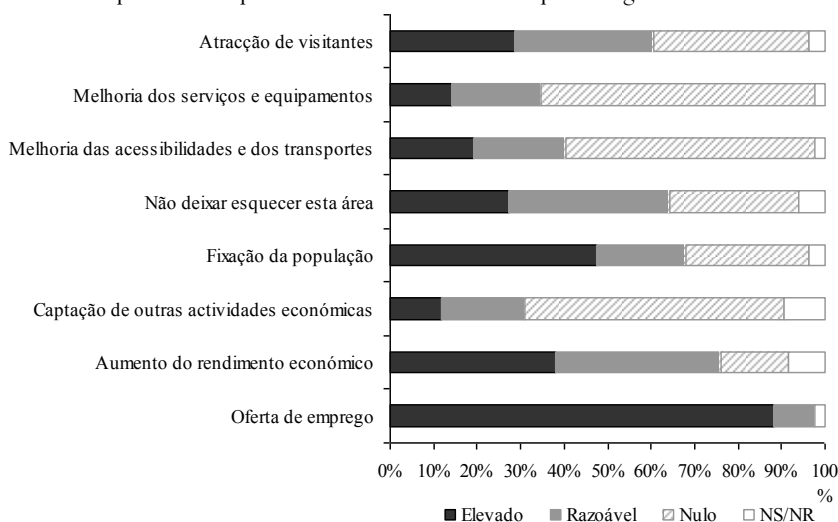


Figura 4 – Classificação dos impactos positivos decorrentes da actividade mineira sentidos pela população inquirida

Tendo em conta o exposto anteriormente, não é surpreendente que os resultados produzidos por Valente (2008) acerca da percepção social dos habitantes na área das Minas da Panasqueira, relativamente aos impactos da mineração, revelem uma percepção de carácter antropocêntrico por parte daqueles, com a correspondente subvalorização dos impactos ambientais e sociais face aos económicos. As preocupações da população inquirida acerca do futuro desta área reforçam esta conclusão, já que 81% refere o encerramento das minas como o aspecto mais preocupante. Na mesma linha, o discurso das entidades, demonstra uma visão que valoriza o emprego. Um dos inquiridos refere concretamente que:

«(...) nós ainda temos que louvar as Minas da Panasqueira, porque a juventude que aí há estão todos empregados... estão todos empregados lá. Só não está empregado quem não quer trabalhar lá». (JF5).

No entanto, outras perspectivas podem ser encontradas no discurso das entidades, que questionam o papel da companhia mineira no desenvolvimento local, como pode ser observado no extracto seguinte:

«Não posso considerar que foi fundamental para o desenvolvimento, porque a única coisa que a Beral deu foi um maior poder económico. Mas isso não é fundamental para o desenvolvimento. Fundamental para o desenvolvimento era explorarem aquilo que, ao fim e ao cabo, é nosso e deixarem aqui alguma coisa, não é, para nos podermos desenvolver. Agora eles nunca nos deram nada.» (JF2).

Apesar de se poder afirmar a visibilidade material das Minas da Panasqueira a nível económico, ambiental e do património construído, a medida dos impactos na identidade e memória colectiva reveste-se de alguma dificuldade. No entanto, alguns dados demonstram a importância cultural das minas e o desejo, por parte da população, de ver preservada esta herança, designadamente através de actividades relacionadas com o turismo. Também o discurso dos autarcas aponta neste sentido. Por outro lado, na linha do que foi discutido na primeira secção, em Portugal as questões da valorização do património geomineiro começam agora progressivamente a ganhar expressão.

Quando questionados acerca da possibilidade de encerramento das minas, e considerando a ausência de um plano para este efeito, uma percentagem significativa (36%) dos inquiridos referiu como alternativa económica para a área o desenvolvimento do turismo. As entidades entrevistadas depositam também alguma expectativa nas actividades de turismo associadas ao património mineiro. Esta circunstância é amplamente coincidente, quer com a evidência empírica produzida no âmbito de outras investigações nesta matéria (e.g. Ballesteros e Ramirez, 2007), quer com a crença generalizada, entre as autoridades locais em meio rural, no turismo como a panaceia para os constrangimentos desse mesmo meio (e.g. Ribeiro, 2003; Kastenholz e Figueiredo, 2007). Assim, todos os autarcas entrevistados mencionaram o aproveitamento turístico da sua área de intervenção.

Apesar das propostas apresentadas pelos autarcas entrevistados assentarem no aproveitamento dos recursos existentes no interior do seu território e de não existirem iniciativas pensadas de forma articulada para a área da Panasqueira, surge claramente no discurso das entidades a importância de um projecto turístico comum, no sentido de valorizar a área e aproveitar a marca das Minas da Panasqueira, antes do encerramento da exploração. Como refere um dos autarcas há que:

«(...) criar a marca Minas da Panasqueira de forma a que, quando aquilo fechar definitivamente, haja aqui uma alternativa económica para muitas das famílias que hoje aqui vivem. Essa é a nossa preocupação e acho que devia ser a preocupação de todas as freguesias de ambos os concelhos.» (JF3).

De facto, a análise das diferentes entrevistas e do projecto que já está em curso no concelho do Fundão, permite esboçar um projecto turístico comum, nomeadamente a criação de «... um percurso subterrâneo nas galerias existentes no lugar da Panasqueira, com passagem pela Barroca Grande, onde seriam visitadas as instalações actuais, e com um percurso de teleférico de cabo aéreo até ao Cabeço do Pião, onde se visitaria a lavaria do Rio». (Valente, 2008:122). As aldeias próximas não incluídas neste roteiro mineiro seriam integradas numa rota turística mais abrangente, de visita à região, com a valorização das margens do Zêzere e dos produtos locais e uma visita às Aldeias de Xisto, entre outras actividades que será possível desenvolver.

Apesar da enorme fé depositada no turismo como factor de fixação das populações e, assim, de inversão do processo de desertificação já em curso, há também por parte dos autarcas o reconhecimento das dificuldades:

«Enfim, agora será difícil interrompermos a desertificação, não terá retrocessos... será difícil, até porque, enfim, isto é uma zona pobre, relativamente pobre, tem alguns recursos naturais, estou a falar das minas, da floresta, do rio. Há um conjunto de factores que podem atrair o turismo, mas há aqui uma questão que tem a ver com a localização geográfica (...) portanto estamos numa zona

mais difícil... tirando enfim talvez o turismo pode haver aqui algumas potencialidades, vocês dirão que vêm de fora melhor do que eu, não é?». (JF3).

Assim, o discurso das entidades entrevistadas é exemplar destas expectativas, muito embora algumas salvaguardem a necessidade de criação de outras actividades que permitam o fortalecimento do tecido económico local:

«A minha perspectiva sobre o turismo é diferente de alguns, não sei. O virem pessoas de fora, visitar estas aldeias com alguma história, o seu enquadramento geográfico, o gostarem de estar assim em zonas sossegadas, de montanha, pode atrair muita gente ou o aproveitamento das galerias para visita e não sei quê... Mas acho que isso não será o suficiente para a sustentabilidade das pessoas que cá ficam. Eu penso que a aposta será, daí eu dizer se houvesse obrigatoriedade nas contrapartidas de quem tira, de dotar as freguesias com melhores meios económicos para se desenvolver...» (JF2).

A partir dos dados obtidos é possível verificar que os residentes locais depositam bastantes expectativas no turismo como actividade pós-mina, sendo evidente ainda que os projectos turísticos devem assentar primeiramente na revalorização do património mineiro, tanto material como imaterial. Por outro lado, observou-se, no discurso dos autarcas consultados, a ausência de uma articulação de ideias, vontades e projectos, quer no interior do *território mineiro*, quer com o exterior. Mais ainda, num contexto marcadamente rural que, simultaneamente, padece de problemas comuns a outras áreas interiores e não partilha com estas algumas vantagens ambientais, em consequência dos impactos da prolongada exploração mineira, é também reconhecida a necessidade de diversificação das actividades económicas. Importa ainda, sem negar que o turismo poderá constituir uma das vias para o desenvolvimento local, ter presente também os seus efeitos perversos, designadamente a alteração das identidades locais e a *musificação* estática do património e a sua consequente desvalorização.

3. Conclusões

Neste trabalho começou-se por debater a relação entre as áreas mineiras, o seu património e a identidade local, salientando a recente atenção que tem sido dada à recuperação do património geomineiro como factor de desenvolvimento local, designadamente através das actividades associadas ao turismo. Argumentou-se que essa recuperação deve ter em conta a identidade local e a *memória* colectiva das comunidades mineiras como factores determinantes do sucesso de qualquer iniciativa de revitalização patrimonial para fins turísticos. Estes aspectos são tanto mais relevantes num contexto rural marcado pela interioridade e pela existência de danos ambientais irreversíveis, como é o caso da área das Minas da Panasqueira.

As Minas da Panasqueira, que já tiveram cerca de 10 000 trabalhadores, empregam actualmente apenas 200, estando, ainda que sem data marcada, a sua morte anunciada. Neste contexto, é nítida a necessidade de repensar o futuro das comunidades locais. Apesar das severas e visíveis *feridas* deixadas na paisagem, no ambiente, na economia e sociedade locais, subsiste nesta área um rico património material, associado aos equipamentos e infraestruturas criadas pela actividade e uma vasta herança imaterial, constituída pelas histórias e memórias dos mineiros e demais população. Tal como a maior parte das comunidades mineiras, também aqui a identidade local se encontra profundamente marcada pela presença das minas. Todo este património se reveste de importância não apenas para a população local, como para a sociedade entendida no seu conjunto. Como se verificou, o turismo surge como factor de recuperação patrimonial e de revitalização socioeconómica no discurso dos entrevistados na área das Minas da Panasqueira.

As acções de recuperação patrimonial até agora realizadas na área da Panasqueira podem ser consideradas pontuais e desarticuladas quer interna, quer externamente, com

outras iniciativas associadas ao turismo e outras actividades. Por outro lado, a população inquirida, embora mencione o turismo como uma actividade importante no contexto de futuro encerramento das minas, parece desconhecer (ou não ter sido envolvida de forma activa) aquelas actividades. Todos estes aspectos chamam a atenção para a necessidade do estabelecimento de parcerias entre as várias entidades interessadas em desenvolver projectos turísticos, a várias escalas, e entre estas e as populações locais. Como foi argumentado, a recuperação do património geomineiro no quadro do desenvolvimento de um turismo de *herança* só terá sucesso se a população local, as suas *memórias*, vivências e identidade forem mobilizadas de modo activo. Como refere Valente (2008:144), um primeiro passo para a concretização de um projecto de recuperação patrimonial vivo e dinâmico, com impactos reais nas comunidades locais, será “a criação de consensos e a definição de um projecto turístico integrado, englobando as várias componentes da mineração” e integrando as três vertentes associadas a um projecto desta natureza: o alojamento, a restauração e a animação. Finalmente, sendo o turismo uma actividade que, embora possa ter impactos positivos nas economias e sociedades locais, não contribui por si só para o desenvolvimento, é importante garantir alguma diversificação no que se refere às actividades económicas que, só será possível, através da criação de um sistema de apoios e incentivos de nível municipal ou nacional.

Referências Bibliográficas

- Ballesteros, E. R. e Ramírez, M.H. (2007). Identity and community – reflections on the development of mining heritage tourism in Southern Spain. *Tourism Managment*. 28 (3), 677 – 687.
- Barroqueiro, M. (2005). O declínio de Centro Mineiros Tradicionais no contexto de uma Geografia Industrial em mudança: As Minas de Aljustrel e da Panasqueira. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Brandão, J.M. (2002). Recuperação e fruição de uma herança patrimonial comum. In Brandão, J.M. (coord.), *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*, Lisboa: Museu do Instituto Geológico e Mineiro, 5-12.
- Clark, I. (2000). Planning for Closure: The Case of Australia. In Warhurst, A. e Noronha, L. (eds.), *Environmental Policy in Mining: Corporate Strategy in Planning for Closure*. USA: Lewis Publishers, 441-453.
- Durand, J-Y. (2005). *Patrimónios/ Patrimônios* (<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5367/3/Patrim%C3%B3nios.pdf>)
- Gómez, D.J.C. e Martínez, A.G. (2006). Patrimonio Minero, en el ámbito inter e intranacional. 1ª Jornada sobre el Patrimonio Minero de Burguillos del Cerro. Badajoz.
- Gómez, D.J.C., Martínez, A.G. e Macias, E.R. (2002). El patrimonio geológico y minero, un importante factor a considerar en el cierre de minas. In Brandão, J.M. (coord.), *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*, Lisboa: Museu do Instituto Geológico e Mineiro, 239-245.
- Hoskin, A. (2000). Mine Closure – The 21st Century Approach. I Jornadas Iberoamericanas sobre Cierre de Minas. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía.
- Kastenholz, E. e Figueiredo, E. (2007). Existing and Potential connections between Rural Tourism and Rural Development – Empirical Approach, comunicação apresentada por convite no 3rd *European Congress on Rural Tourism – Challenges and Strategies for Rural Tourism*, Topic 1 – *Romanticism or ‘Rural Disney’ – Where are we Heading?*, Eger, Hungria, Setembro.

- Leal, M.V. (1945). *As Minas da Panasqueira: Vida e História*. Câmara Municipal da Covilhã e Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis.
- Magno, C. (2001). Indústria Extractiva – Do Paradigma do Controlo da Oferta para um Modelo de Regulamentação Orientado para os Desafios do Desenvolvimento Sustentável. *Boletim de Minas* 38(4): 225-259.
- Menezes, J. (1988). Perspectivas do Desenvolvimento da Actividade Mineira em Portugal. *Boletim de Minas* 25(2): 331-341.
- MMSD (2002). Breaking new ground: Mining, Minerals and Sustainable Development Project. IIED e WBCSD, UK: London. (<http://www.iied.org/mmsd/finalreport/index.html>).
- Pé-Curto, A., Matos, J.X., Vasconcelos, J., Cebola, P. e Felgueiras, S. (2002). Património Geológico da Mina do Bugalho – Valorização do seu Passado Histórico-Mineiro. In Brandão, J.M. (coord.), *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*, Lisboa: Museu do Instituto Geológico e Mineiro, 211-218.
- Ribeiro, M. (2003). Pelo turismo é que vamos/poderemos ir (?), Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento rural. Simões, O. e Cristóvão, A. (eds.) *TERN- Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra. IPC: 41-56.
- Ribeiro, M. and Marques, C. (2002). Rural tourism and the development of less favoured areas – between rhetoric and practice. *International Journal of Tourism Research*. 4: 211-220.
- Santos, M. e Tinoco, A. (1998). Um projecto de musealização para as Minas do Lousal. *Arqueologia & Indústria* 1: 117-125.
- Valente, S. (2008). «Sol nunca houve nem há-de haver...» As Minas da Panasqueira e seus impactos nas comunidades locais. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Políticas Locais e Descentralização do Poder: As Novas Áreas do Social. Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Geopatrimónio e Desenvolvimento Sustentável. Estratégias de valorização de áreas rurais

Maria Luísa Rodrigues
André Fonseca

Introdução

Um documento fundamental relacionado com o reconhecimento do importante papel desempenhado pela conservação do património geológico e geomorfológico na manutenção de muitas paisagens europeias é a Recomendação elaborada pelo Conselho da Europa em 2004 (Rec 2004, 3).

Neste documento reconhece-se que a Geologia e a Geomorfologia, enquanto Ciências da Terra, descrevem a história e as formas do nosso planeta. *“Geology helps us to understand this history in terms of how the face of the planet has changed over time, as traced via the evidence of rocks, sediments in all forms, fossils and minerals that reveal past climates, environments, mountain construction, and continent movement. Geomorphology interprets the landforms we see today – deserts, glaciers, coastlines and others – and the conditions under which they were formed, and also provides a record of the recent past and current processes operating on our planet”.*

Para a conservação dos valores geológicos e geomorfológicos, ou, de forma mais curta, para a Geoconservação, têm contribuído todos os programas, convenções ou projectos que procuram identificar áreas ou sítios (*sites*) de interesse geológico ou geomorfológico. Estas iniciativas pretendem esclarecer e educar a população relativamente ao valor destes sítios e desenvolver planos ou estratégias de ordenamento que contribuam não só para a sua conservação mas também para a sua promoção. Estes sítios, ou mais apropriadamente, estes geossítios (*geosites*) são objecto de um programa da IUGS (International Union of Geological Sciences) que, desde 1996, procura seleccionar e documentar os locais que, dos pontos de vista geológico e geomorfológico, possuem uma importância internacional e regional em termos europeus. O programa GEOSITES é promovido pela ProGEO (European Association for the Conservation of the Geological Heritage).

A nível europeu deve salientar-se também a Convenção Europeia sobre a Paisagem, cujos objectivos são promover a protecção, ordenamento e gestão da paisagem, organizando a cooperação europeia nestes domínios. Para atingir estes objectivos é considerado que *“geological and geomorphological features form the structural framework for all landscapes, and are essential characteristics of landscapes that need to be considered when applying the Landscape Convention”.*

A nível mundial deve reconhecer-se, contudo, o papel desempenhado pela UNESCO na conservação do património cultural e natural. De facto a *World Heritage Convention* (Convenção do Património Mundial), adoptada em 1972, tem como objectivo a Protecção do Património Cultural e Natural Mundial, tentando identificar todos os conjuntos culturais e naturais de *“outstanding universal value”* (valor universal excepcional), com a sua inclusão na *World Heritage List* (Lista do Património Mundial).

A Convenção do Património Mundial define património natural (*natural heritage*): características naturais compostas por formações ou grupos de formações físicas e biológicas de valor universal excepcional dos pontos de vista estético ou científico; formações geológicas e fisiográficas e áreas perfeitamente delimitadas que constituem o habitat de espécies ameaçadas de animais ou vegetais de valor universal excepcional dos pontos de vista da ciência ou conservação; sítios naturais ou áreas perfeitamente delimitadas de valor universal excepcional dos pontos de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

A Convenção do Património Mundial permite, assim, o reconhecimento de um vasto conjunto de fenómenos geológicos e geomorfológicos, incluindo as suas relações com os valores culturais e naturais ao nível da paisagem.

Com base na Recomendação 2004 (3) do Conselho da Europa foi elaborado um Manifesto Europeu sobre “*Earth Heritage and Geodiversity*”, assinado por diversas entidades tais como a EFG (*European Federation of Geologists*), a IAG (*International Association of Geomorphology*), a IGU (*International Geographical Union*) ou a IUSS (*International Union of Soil Sciences*), onde se afirma que a “*Geodiversity links the Earth, its people and their culture. It forms the basis of the European society. Earth heritage including landscapes, landforms, rocks, sediments, soils, minerals, fossils and waters, is an essential part of Europe’s natural heritage; a geological, geomorphological and soil heritage that needs to be safe-guarded for present and future generations*”. Para além disso, reconhece-se no Manifesto, que a “*Geodiversity offer potential for sustainable tourism, education and landscape appreciation*”, (...) e que “*landforms, patterns and earth heritage sites contribute to the character of rural areas and cities, and help create a living space and environment of high quality*”.

1. Alguns conceitos

Com base no contexto incluído na breve introdução acima apresentada pretende-se neste ponto definir alguns conceitos relacionados com o Património Natural (formado conjuntamente pelo Património Natural Abiótico e pelo Património Natural Biológico), a Geodiversidade e o Geopatrimónio.

A **Geodiversidade** pode ser encarada como “a variedade de ambientes geológicos e geomorfológicos considerados como a base para a diversidade biológica da Terra” (Panizza, 2007). Contudo, de forma mais exaustiva, pode entender-se a Geodiversidade como o conjunto dos elementos naturais (geológicos, geomorfológicos, pedológicos, hidrológicos, cénicos, etc.) existentes num determinado espaço. Assim, quanto maior for a variedade destes elementos presente numa dada área, maior será a geodiversidade aí patente.

De acordo com este conceito a Geodiversidade (tal como a Biodiversidade), pode ser avaliada de forma quantitativa (para além das análises qualitativas), uma vez que é possível analisar quer a variedade tipológica (número dos diferentes tipos de elementos naturais existentes num determinado espaço), quer a quantidade relativa de cada tipo de elementos naturais, identificando os elementos predominantes e determinando as características que atribuem originalidade e especificidade a cada paisagem.

Desta forma, o conceito de Geodiversidade está estreitamente relacionado com aquilo que se pode entender como o **Património Natural Abiótico**. Esta designação (*Natural Abiotic Heritage*) foi introduzida na bibliografia por comparação com a designação de Património Natural Biológico (*Natural Biologic Heritage*) ligado, por sua vez, ao conceito de Biodiversidade. O património abiótico foi definido pela negativa, isto é, foi considerado como o conjunto de todos os valores patrimoniais não biológicos.

Com o objectivo de designar estes valores pela positiva podem encontrar-se na literatura científica **dois tipos de posicionamentos**. Uma posição que se pode considerar restritiva, uma vez que designa aqueles valores abióticos exclusivamente como Património Geológico; uma posição que tenta incluir todos os valores patrimoniais abióticos, tais como os geológicos, geomorfológicos, pedológicos ou hidrológicos (discriminando mesmo alguns destes, como são o caso dos patrimónios paleontológico, sedimentológico, mineralógico ou outros), mas que por comodidade acaba normalmente por só rererir os mais importantes, isto é, os patrimónios geológico e geomorfológico.

Quanto à **primeira posição** referida, a que reduz o Património Natural Abiótico apenas ao **Património Geológico**, não nos parece uma opção acertada. Como já se afirmou no ponto introdutório, a Geomorfologia é uma Ciência da Terra independente da Geologia (embora os seus estudos tenham sofrido uma expansão mais recente), sendo praticada por investigadores com formações académicas de base muito diversas como é o caso dos geógrafos, dos geólogos, dos geotécnicos, dos hidrólogos, dos oceanógrafos e muitos outros.

Realmente os estudos de Geomorfologia e de Geologia, tal como os fundamentos das duas ciências, estão claramente definidos desde há muito. Sem nos pretendermos alongar nesta matéria, podemos acentuar que a linha de demarcação entre as duas pode ser colocada conceptualmente no facto da Geomorfologia se ocupar do conjunto de superfície terrestre relacionado com o relevo actualmente observável, enquanto a Geologia se relaciona com relevos antigos já completamente obliterados pelos processos erosivos, ou seja, apenas observáveis através da deformação dos materiais rochosos.

Segundo Mario Panizza (2007) a separação entre Geomorfologia e Geologia não é baseada sequer num critério cronológico, uma vez que depósitos da mesma idade podem caber em diferentes categorias: um depósito morénico entra na esfera da investigação geomorfológica ligada ao estudo de um glaciar que ocupa ou ocupava um vale glaciário bem marcado na paisagem actual; um sedimento marinho, igualmente quaternário, correlativo de um nível do mar mais elevado que o actual, será objecto de uma análise geológica que se debruce sobre o afloramento do ponto de vista sedimentológico e cronológico. Contudo, as paisagens do passado, objecto de reconstituições paleogeográficas, são frequentemente mais antigas que os relevos visíveis na superfície terrestre sujeitos a estudos geomorfológicos que tentam reconstituir os processos de evolução que sofreram, a sua dinâmica geomorfológica actual e, em função da informação recolhida, os processos que se vão desencadear no futuro, englobando a componente de previsão geomorfológica fundamental para um correcto ordenamento territorial.

Assim, a Geologia e a Geomorfologia, no contexto das Ciências da Terra, contribuem com conhecimentos complementares através de métodos de abordagem científica diferenciados; o método geomorfológico procura sempre uma relação lógica, uma explicação, uma relação de causa e efeito entre, por exemplo, um afloramento rochoso e a paisagem circundante; o método geológico analisa o afloramento rochoso nas suas relações com outros afloramentos circundantes, tentando uma síntese paleogeográfica a partir das características estratigráficas, sedimentológicas, paleontológicas, petrográficas, etc, e colocando esse afloramento no contexto da sua história geológica.

Tal como os conceitos, métodos e objecto da Geomorfologia e da Geologia são diversos, também o Património Geomorfológico e o Património Geológico são constituídos por elementos diferentes.

Fazem parte do **Património Geomorfológico** todas as formas de relevo actuais, enquanto elementos individuais, bem como as paisagens actuais que aquelas formas dão lugar. Fazem também parte do Património Geomorfológico os depósitos correlativos da evolução passada e presente do relevo actualmente existente na superfície terrestre. É de notar que a superfície terrestre actual se compõe de formas e depósitos emersos e submersos.

Fazem parte do **Património Geológico** todas as evidências de antigos relevos que compõem a história geológica passada da Terra. Estas evidências são compostas, por exemplo, por elementos estudados pela Paleontologia, com particular realce para os fósseis que auxiliam a datação dos materiais rochosos, pela sedimentologia, petrografia ou mineralogia, salientando-se a necessidade de preservar afloramentos com particular interesse científico e didáctico, ou pela tectónica que esclarece a importância de forças endógenas nas etapas de evolução da história da Terra.

A **segunda posição** referida reduz, frequentemente, o Património Natural Abiótico ao conjunto dos Patrimónios Geológico e Geomorfológico. Também não nos parece a atitude mais correcta. Como referimos existem outros ramos científicos que também contribuem para o estudo da superfície terrestre e, como tal, se dedicam à identificação e conservação de valores patrimoniais abióticos. Tal é o caso, por exemplo, da Pedologia, da Hidrologia ou da Oceanografia, que fornecem inestimáveis conhecimentos sobre o funcionamento dos mecanismos naturais do nosso planeta e, como tal, sobre os valores que devem ser preservados no conjunto do património natural abiótico.

Assim como foi adoptado o termo **Geoconservação** para designar todo o conjunto de valores patrimoniais abióticos que devem ser objecto de medidas de conservação e preservação, propõe-se que se utilize o **termo Geopatrimónio**, como sinónimo de Património Natural Abiótico.

O **conceito de Geopatrimónio**, como equivalente do termo inglês *Geoheritage*, tem de ser entendido como o conjunto de valores que representam a Geodiversidade do território. Será, assim, constituído por todo o conjunto de elementos naturais abióticos existentes à superfície da Terra (emersos ou submersos) que devem ser preservados devido ao seu valor patrimonial. Nesta definição pela positiva, o Geopatrimónio inclui o Património Geológico, o Património Geomorfológico, o Património Hidrológico, o Património Pedológico e outros já referidos (fig. 1).

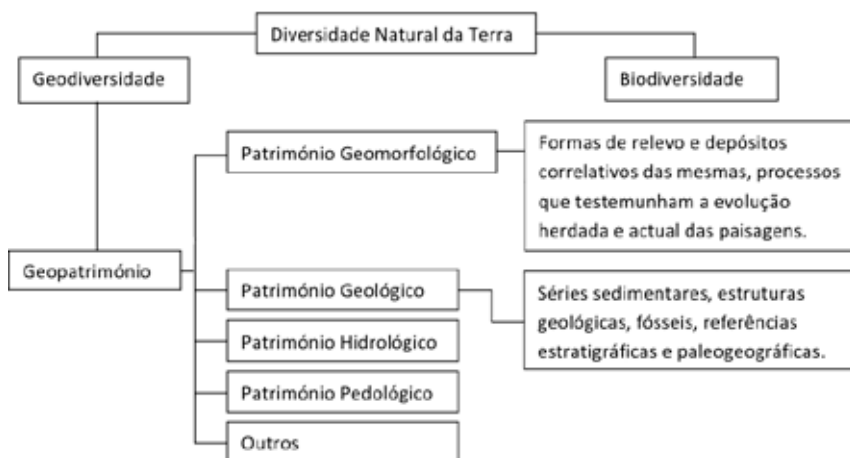


Fig. 1 – Esquema conceptual da Geodiversidade e do Geopatrimónio.

Neste sentido o Geopatrimónio terá de ser identificado, avaliado, classificado e integrado no conjunto patrimonial de uma região ou território. Contribui, assim, de forma decisiva para o estabelecimento do Património Natural (geopatrimónio e património biológico), Cultural e Misto que deverá ser objecto de sua valorização num modelo global de promoção de áreas que preservam um património natural particularmente rico, como é o caso de muitas áreas rurais portuguesas.

Nas áreas rurais a preservação do Geopatrimónio contribui, de forma inequívoca, para a sustentabilidade ambiental. De facto, os modelos de desenvolvimento sustentável a implementar nas áreas rurais devem incluir a preservação e promoção do Geopatrimónio, garantindo a qualidade cénica, científica e didáctica das paisagens e das formas de relevo e outros elementos patrimoniais que as compõem. Este objectivo é tanto mais importante quanto se deve ter em consideração não apenas o valor ambiental deste património, como

também o seu valor económico. A promoção e exploração sustentada deste recurso natural é, por exemplo, um dos objectivos do **Geoturismo**.

As regiões rurais ibéricas são, no conjunto da Europa Ocidental, das que possuem um conjunto de valores patrimoniais naturais mais vasto e melhor conservado. Mas esta mais-valia só será efectivamente capitalizada em termos de desenvolvimento quando for integrada de forma consciente e planificada nas estratégias de ordenamento dos espaços rurais.

Cabe à contribuição científica identificar e caracterizar o Geopatrimónio susceptível de ser integrado nos planos de ordenamento do território, sem deixar de apontar as suas vulnerabilidades e as situações de risco potencial que podem ocorrer quando o seu uso não for devidamente acautelado e regulamentado.

2. Aplicação

Nos últimos anos diversos investigadores têm vindo a contribuir com metodologias de avaliação do Geopatrimónio (Panizza & Piacente, 1993 e 2003; Grandgirard & Szepesi, 1997; Cendrero, 1996 e 2000; Reis, 2000; Reis & Henriques, 2005; Coratza & Reynard, 2005; Reynard, 2005a, 2005b; Brilha 2005, Reynard, 2007). No presente trabalho propõe-se a apresentação de alguns resultados obtidos no decorrer do levantamento prévio do Geopatrimónio, na sua vertente geomorfológica, da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.

De acordo com o Decreto-Lei nº 19/93 de 23 de Janeiro, as Paisagens Protegidas do território Português correspondem a áreas “com paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interacção harmoniosa do homem e da Natureza que eviden-

cia grande valor estético ou natural”. O maciço de Montejunto, inserido na rede de espaços protegidos, é um perfeito exemplo desta afirmação, na medida em que reflecte a relação de proximidade entre a ocupação rural e os espaços naturais ou semi-naturais envolventes.

No entanto, a exclusão do geopatrimónio das directivas de preservação, faz com que determinados sectores, que apresentam características geomorfológicas únicas no contexto do maciço, sofram da falta de estudos de ordem científica ou medidas de geoconservação. Um dos exemplos mais interessantes surge na fachada ocidental da Serra de Montejunto, associado a um afloramento de rocha cristalina, onde se observa todo um conjunto de micro e meso formas graníticas – o geomorfossítio do Penedo dos Ovos (fig. 2).

2.1. Geomorfossítio do Penedo dos Ovos: contextualização geomorfológica

O maciço de Montejunto, situada no bordo oriental da Orla Mesocenozoica Ocidental, destaca-se vigorosamente da paisagem circundante, atingindo uma altitude máxima de 658m

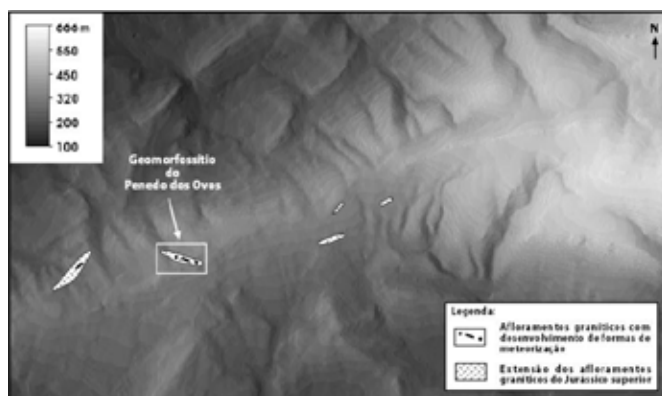


Figura 2 – Mapa hipsométrico e de enquadramento da área de estudo.

no topo da Serra. Talhado em formações calcárias e margosas do Jurássico médio e superior, corresponde ao prolongamento para sul do Maciço Calcário Estremenho.

O sector ocidental do maciço é caracterizado pela dobra anticlinal dissimétrica de Montejunto com imponente expressão na morfologia. O topo deste relevo é talhado nos materiais calco-margosos da formação de Montejunto, transitando a sul para o complexo margoso da Abadia, onde Memple (1952) distingue três formações sucessivas: a formação inferior, caracterizada por um grés granítico e conglomerático, com espessas intercalações argilosas e margosas, assente directamente sobre a formação de Montejunto; a formação intermédia, representada por argilas cinzentas muito arenosas, com intercalações calcárias e conglomeráticas muito desenvolvidas, passando a recifes calcários na base da assentada; a formação superior, composta por argilas margosas com intercalações arenosas e calco-gresosas, aflorante nas imediações de Vila Verde dos Francos.

De facto, a intercalação granítica da formação inferior, por apresentar uma estratificação bem definida (fig. 4 – 6), não poderá ser conotada como uma rocha granítica pura, mas antes como uma rocha sedimentar resultante da erosão de uma litologia granítica (o que não deixa de ter importantes implicações paleogeográficas). No entanto, por uma questão de comodidade, utilizaremos os termos “granito” e “granítico” no decorrer do presente artigo, para nos referirmos aos afloramentos granitoides da Serra de Montejunto.

Apesar da intercalação granítica se estender ao longo da fachada sudoeste de Montejunto, as formas de meteorização encontram-se apenas na portela a oeste do Penedo dos Ovos e Convento da Visitação (por se encontrarem pouco desenvolvidas apenas serão apresentadas as do primeiro exemplo) (fig. 2). No sector do Penedo dos Ovos observam-se cinco pequenos afloramentos graníticos (altura máxima de 3m), com orientação NW-SE, caracterizados por uma alternância de leitos finos e grosseiros, francamente conglomeráticos, com esparsas intercalações de núcleos ferruginosos (Fonseca *et al.*, em preparação). Estes afloramentos constituem um rebordo estrutural descontínuo, associado à degradação do nível erosivo existente à cota dos 340m de altitude, estabelecido no contacto com as bancadas argilosas e margosas da formação da Abadia (fig. 3).

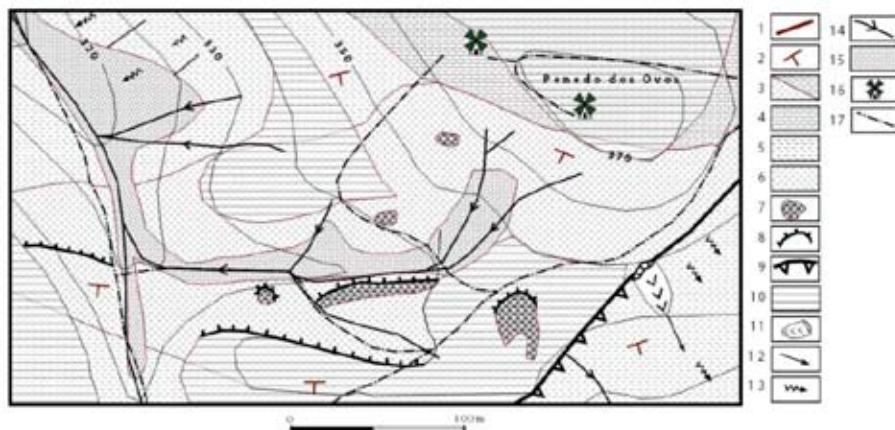


Figura 3 –Mapa Geomorfológico do Geomorfossítio do Penedo dos Ovos, Serra de Montejunto.

1 - Falha; 2 - Atitude da estratificação; 3 - Limite de formação ou depósito de cobertura; 4 - Calcários corálicos de Montejunto; 5 - Argilas e margas da Formação da Abadia; 6 - Intercalação granítica do horizonte superior da formação da Abadia; 7 - Afloramento granítico com desenvolvimento de micro e meso formas de meteorização; 8 - Rebordo estrutural; 9 - Escarpa de linha de falha; 10 - Nível erosivo; 11 - Deslizamento translacional superficial; 12 - Sulco (rill); 13 - Escoamento difuso elementar; 14 - Barranco; 15 - Coluvão (argila e areia grosseira de alteração); 16 - Moinho; 17 - Estrada de terra batida / Caminho de pé posto

2.2. Património Geológico, Geomorfológico e Cultural

Tendo em conta que a litologia dominante no Maciço de Montejunto é de natureza calcária, encontramos todo um conjunto de formas de dissolução de pequena e grande escala (lapíais, dolinas, uvalas), típicas das áreas cársicas da Orla Ocidental portuguesa. A presença de uma intercalação granítica no seio da formação da Abadia, quebrando a monotonia litológica, permite o desenvolvimento de micro e meso formas de meteorização, semelhantes àquelas apenas encontradas nas serras graníticas do Maciço Antigo.

Este afloramento granítico é um bom exemplo de Património Geológico e de Património Geomorfológico, tal como estes conceitos foram definidos atrás.

De facto, a intercalação granítica mais ou menos extensa, representada na fig. 3 (símbolo 6), pertence claramente à categoria de Património Geológico, uma vez que poderá contribuir para o conhecimento da evolução da história (paleogeográfica) do Maciço de Montejunto e áreas adjacentes. Isto é, para a compreensão de uma fase erosiva antiga de materiais graníticos, localizada temporalmente numa etapa inicial da sedimentação da formação da Abadia, há aproximadamente 150 milhões de anos.

No entanto, nos locais onde as bancadas granitoides afloram e mostram todo um conjunto de formas (de conjunto e de pormenor) que permitem o estudo geomorfológico das etapas de evolução recente e actual do relevo, isto é, nesses locais aflorantes (fig. 3, símbolo 7), estamos em presença de Património Geomorfológico. No conjunto, todas as intercalações graníticas existentes na Serra de Montejunto devem ser classificadas como Geopatrimónio.

O Geomorfossítio do Penedo dos Ovos constitui, sem sombra de dúvida, um elemento único no contexto geomorfológico do Maciço de Montejunto, e possivelmente da Orla Ocidental, encerrando um enorme potencial científico e didáctico pela possibilidade de observação de formas típicas de áreas graníticas, na proximidade de um conjunto litológico calcário e margoso.

No entanto, para além do valor científico e didáctico enquanto geopatrimónio, é possível atribuir-lhe um valor cultural adicional, que nos reporta para a ocupação humana da Serra no início do século XX, contribuindo para o conhecimento e valorização do património natural e cultural de Montejunto.

De facto, um dos elementos que caracteriza a paisagem de Montejunto é a elevada concentração de moinhos de vento, que nos remetem para um passado recente onde a profissão de moleiro ainda desempenhava um papel de relevo na sociedade rural. Com a mecanização da moagem de cereais e o abandono das terras no decorrer do século XX, esta peça de arquitectura rural ficou à mercê da erosão do tempo. Nos últimos 10 anos, iniciativas locais têm vindo a promover a sua reabilitação, por reconhecerem que estes desempenham um papel importantíssimo na divulgação e valoração do património cultural e histórico da região.

Numa área onde domina a litologia calcária, observa-se com naturalidade que as mós utilizadas nos moinhos, após a sua reabilitação, tenham sido extraídas das pedreiras calcárias existentes no sopé nordeste da Serra. No entanto, percorrendo os moinhos mais antigos, ainda abandonados, observamos que algumas das mós são de facto talhadas a partir das bancadas graníticas. Tal levou-nos a crer que, aproveitando um recurso mais próximo, os moleiros da Serra davam preferência à extracção das suas mós nos leitos graníticos mais resistentes. Este facto conduziu-nos a percorrer toda a extensão do afloramento ao longo da fachada sul da Serra, tendo-se encontrado evidências de extracção, bem como mós abandonadas (fig. 4 – 3).



Figura 4 - Afloramentos graníticos do Penedo dos Ovos. 1 - Tafoni; 2 - Tafoni, sulcos e *flared slope*; 3 - Mô granítica abandonada (indicada na fotografia) e entulho da extração; 4 - *Flared slope*; 5 - Pias embutidas; 6 - Pormenor da estratificação.

Assim, para além do valor científico intrínseco das formas e dos afloramentos graníticos, é de extrema importância estabelecer a sua relação aos usos, histórias ou lendas do passado, servindo de garantia adicional à sua preservação.

2.3. Ameaças e uso

Quando falamos de ameaças ao património biótico, raramente nos ocorre que por via da inter-relação dos elementos que compõem o património natural, estamos igualmente a falar de ameaças ao Geopatrimónio. No caso particular de Montejunto, um dos principais factores de ameaça resulta das práticas agro-florestais, das quais se destaca a plantação de eucalipto, responsáveis pela destruição de habitats por via do cultivo, uso de maquinaria pesada e aumento do risco de incêndio.

Toda a área envolvente do Geomorfofossítio se encontra actualmente coberta por plantações de eucalipto. Se não forem tomadas as devidas medidas de valorização e protecção deste sector, poderemos observar num futuro próximo a destruição parcial do património e da qualidade paisagística aqui existente.

No entanto, o Geomorfofossítio do Penedo dos Ovos apresenta igualmente um elevado potencial para a prática de *bouldering* (desporto derivado da escalada em rocha, que tal como o nome indica, é praticado em pequenos blocos ou escarpas de pequena dimensão, não necessitando do uso de corda ou material de segurança), tendo vindo a ser abertas, nos últimos meses, inúmeras vias de grau de dificuldade variado. Usufruindo da altura reduzida e variedade de afloramentos, da sua exposição a sul e beleza do local, estes poderão corresponder a uma boa alternativa para os escaladores de Montejunto, após um dia de “trabalho” nas escarpas calcárias do Maciço.

Sob o ponto de vista da geoconservação, a prática de *bouldering*, não constituindo qualquer ameaça para os afloramentos e formas graníticas de Montejunto, tem como mais-valia o desenvolvimento da fachada sudoeste da Serra, por via de uma prática desportiva sustentável.

3. Em conclusão

O Geopatrimónio, constituído por todo o conjunto de elementos da Geodiversidade que devem ser preservados devido ao seu valor patrimonial, terá de ser identificado, avaliado, classificado e integrado no conjunto patrimonial de uma região ou território (com o património natural – geopatrimónio e património biológico, bem como com os patrimónios cultural e misto). O objectivo é o da sua valorização num modelo global de promoção de áreas que preservam um património natural particularmente rico, como é o caso de muitas áreas rurais portuguesas.

O exemplo apresentado da Serra de Montejunto – o geomorfossítio do Penedo dos Ovos – serve não só para ilustrar a diferença entre os conceitos de Património Geológico e de Património Geomorfológico, como também para mostrar como o Geopatrimónio se pode relacionar com o Património Cultural. Esta relação, tão frequente nas áreas rurais, é importante para a preparação de modelos de desenvolvimento sustentável destas áreas e pode ser integrada no conceito emergente de Geoturismo.

Bibliografia

- Alves, A.; Rodrigues, M.L. (2008). Geosites in Arrábida Natural Park. A preliminary approach. *Workshop Abstracts “Mapping Geoheritage”*, Lausanne, 28.
- Brilha, J. (2005). *Património Geológico e Geoconservação. A Conservação da Natureza na sua vertente Geológica*. Palimage Editores, Viseu.
- Cendrero, A. (1996). Propuesta sobre criterios para la clasificación y catalogación del patrimonio geológico. *El patrimonio geológico. Bases para su valoración, protección, conservación y utilización*, Centro de Publicaciones, Min. de Obras Publicas, Transportes y Medio Ambiente, Madrid, 29-38.
- Cendrero, A. (2000). Patrimonio Geológico; diagnóstico, clasificación y valoración. *Jornadas sobre Patrimonio Geológico y Desarrollo Sostenible*, Min. de Medio Ambiente, Serie Monografías, 23-37.
- Conselho da Europa (2004). Recommendation Rec (2004) 3 on conservation of the geological heritage and areas of special geological interest, *883rd meeting of the Ministers’ Deputies*.
- Coratza, P.; Reynard, E. (2005). Assessing, mapping and protecting geomorphosites: a Working Group of the International Association of Geomorphologists (IAG). *IV International Symposium ProGEO Abstracts on the Conservation of the Geological Heritage*, University of Minho, Braga, 9.
- Fernandes, A.; Rodrigues, M.L. (2008). Geoheritage in th Sintra municipality. *Workshop Abstracts “Mapping Geoheritage”*, Lausanne, 9.
- Fonseca, A.; Faria, L.; Vidal Romani, J.R.; Rodrigues, M.L. (em preparação). Controlo estrutural no desenvolvimento de formas graníticas – Caso de Estudo do Penedo dos Ovos, Montejunto.
- Fonseca, A.; Rodrigues, M.L. (2008). Geotouristic map of the Montejunto Protected Landscape. An example of a limestone massif- Portugal. *Workshop Abstracts “Mapping Geoheritage”*, Lausanne, 16.
- Grandgirard, V.; Szepesi, A. (1997). Geomorphology and Management of Natural Heritage (the Protection of the Geotopes, a New Task in Geomorphology). *Noosfera*, 3: 59-65.
- Panizza M.; Piacente, S. (1993). Geomorphological Assets Evaluation. *Zeitschrift für Geomorphologie*. Suppl. Bd. 87: 13-18.
- Panizza, M.; Piacente, S. (2003). *Geomorfologia Culturale*. Bologna, Pitagora Editrice.

- Panizza, M.; Piacente, S. (2005). Geomorphosites: a bridge between scientific research, cultural integration and artistic suggestion. *II Quaternario - Italian Journal of Quaternary Sciences*, 18 (1), Vol. Speciale, AIQUA, 3-10.
- Panizza (2007). Geodiversity, Geological Heritage and Geotourism. *Workshop Abstracts "Geomorphosites, Geoparks and Geotourism"*, Lesvos, 30.
- Piacente, S. (2005). Geomorphological sites and geodiversity for a cultural approach to geology. *II Quaternario - Italian Journal of Quaternary Sciences*, 18 (1), Vol. Speciale, AIQUA, 11-14.
- Reis, R.P.; Henriques, M.H. (2005). Approaching an integrated qualification and evaluation of the geological heritage. *IV International Symposium ProGEO Abstracts on the Conservation of the Geological Heritage*, University of Minho, Braga, 8.
- Reynard, E. (2005a). Geomorphological sites, public policies and property rights. Conceptualization and examples from Switzerland. *Geomorphological Sites and Geodiversity* (S. Piacente e P. Coratza, Eds.), *II Quaternario - Italian Journal of Quaternary Sciences*, 18 (1), Vol. Speciale, AIQUA, 323-332.
- Reynard, E. (2005b). Geomorphosites et paysages. *Géomorphologie: relief, processus, environment*, 3: 181-188.
- Reynard, E.; Fontana, G.; Lenka Kozlik, L.; Scapozza, C. (2007). A method for assessing «scientific» and «additional values» of Geomorphosites. *Geographica Helvetica*, 62: 148 - 158.
- Reynard, E.; Panizza, M. (2005). Geomorphosites: definition, assessment and mapping. An introduction. *Géomorphologie: relief, processus, environment*, 3: 177-180.
- Rodrigues, M.L. (2008). Geosites in Portugal. Some examples. *Abstract CD-ROM of the 33rd International Geological Congress*, Oslo.
- Rodrigues, M.L. (2008). The geomorphologic heritage contributes for the values to preserve definition. The Portuguese limestone massifs example. *Proceedings of the 3rd International UNESCO Conference on Geoparks*, Osnabruck, 98.
- Rodrigues, M.L. (2008). Mapping geoheritage and geotourism. A contribute based on the Portuguese limestone massifs example. *Workshop Abstracts "Mapping Geoheritage"*, Lausanne, 15.
- Rodrigues, M.L.; Fonseca, A. (2008). A Valorização do Geopatrimónio no Desenvolvimento Sustentável de Áreas Rurais. VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Coimbra, 15 p., comunicação publicada em CD-ROM e em <http://www.sper.pt>.
- Rodrigues, M.L.; Vidal Romaní, J.R. (2007). Geomorphic heritage and protected areas. The Portuguese case. *Workshop Abstracts "Geomorphosites, Geoparks and Geotourism"*, Lesvos, 37.



3. VALORIZAÇÃO DO MEIO RURAL: PROCESSOS IBÉRICOS E SUL-AMERICANOS

Valoración de formas de vida y de obtención de rentas en el medio rural de Extremadura (España)

Yolanda García García
Rocio Blanco Gregory
José Antonio Pérez Rubio

Consideraciones previas

Este trabajo se basa en los resultados obtenidos del Proyecto: Redes Sociales e “Intangibles” en el desarrollo rural. Iniciativa empresarial, formación y desarrollo sostenible en Extremadura. (Referencia BSO 2002-00811). Se pretende obtener aproximación al medio rural extremeño estudiando aspectos relacionados con las transformaciones del medio rural: revalorización, multifuncionalidad, pluriactividad. Consideramos cuatro categorías¹: Rural, Semi-rural, Intermedia y Urbana. El análisis se fundamenta en datos oficiales y en dos encuestas: una a jóvenes estudiantes rurales extremeños (3343) y otra a la población en general de la región mayor de 18 años (1406).

1. Valoración de formas de vida y preferencias residenciales

El fenómeno del declive demográfico está dando paso a ciertos procesos de reactivación demográfica. El progreso habido en telecomunicaciones, el desarrollo de nuevas actividades y la mejora de la calidad de vida, están revitalizando los pueblos. Al tiempo que se produce la desagrarización y la diversificación productiva, se registra un proceso renacimiento rural que conlleva una valoración más positiva del medio rural, tanto por los residentes rurales como sobre todo por los residentes del medio urbano (González y Gómez Benito, 2002). Se intenta ver si estas transformaciones han desembocado en procesos de renacimiento y de revalorización rural.

1.1 La revalorización del medio rural

El éxodo masivo hacia las ciudades, en el caso de la región extremeña, no se produjo hasta que el desarrollo industrial no alcanzó su fuerza máxima en los años sesenta. Siguiendo a Pérez Rubio (1995: 526) el “coste social” del proceso emigratorio afectó a hombres activos, jóvenes y adultos, el grueso del contingente migratorio estaba compuesto por población activa agraria, lo que supuso la base de la desarticulación de la economía agraria tradicional. Fue el medio rural el principal protagonista de las pérdidas de población en aquel periodo.

¹ Utilizamos la delimitación oficial que realiza el Instituto Nacional de Estadística (INE) en la aplicación de los umbrales de ruralidad, pero empleamos como unidad poblacional el municipio debido a que se dispone de más información estadística a nivel municipal que a nivel de entidad singular de población. Al mismo tiempo, recordemos que a las tres categorías que establece el INE, añadimos el intervalo de zona intermedia para realizar un análisis diferenciado, dado que, en éste se incluyen municipios que integran entidades singulares de menor número de habitantes y que además pertenecen a comarcas agrícolas o comarcas mixtas agrícolas-ganaderas en los que destaca la existencia de industrias y servicios surgidos a partir de la transformación y comercialización de productos agrarios.

Este movimiento desde las zonas rurales fue como consecuencia de las múltiples ventajas que los centros urbanos proporcionaban a la población rural, donde no sólo los salarios eran mayores, sino también las oportunidades: la escolaridad, servicios médicos, el ocio, etc.

Durante los ochenta se produjo un leve aumento de entradas de población, debido al estancamiento de la emigración y al peso que tiene la migración de retorno. En Extremadura, y según datos elaborados por García Sanz (1999) a partir del Censo de 1991, se observan tasas de migración positivas. No hay prácticamente trasvase de población desde los núcleos rurales hacia los urbanos, manteniendo unos y otros tasas de inmigración muy similares.

El comportamiento demográfico actual de los pueblos extremeños es muy diferente. No se producen las elevadas tasas de despoblamiento que se daban en el pasado. Se sigue abandonando el medio rural extremeño aunque con tasas no muy altas. La tasa de variación² de la población de residencia habitual en los municipios extremeños de menos de 2.000 habitantes pasó de 1,7 % en el 2001 a un -0,65% en el 2004, según el INE.

Como enfatiza García Sanz (1999: 98), el presente y el futuro demográfico de los pueblos rurales no hay que entenderlo sólo en términos de crecimiento o de disminución de la población, sino a partir de la nueva funcionalidad que tiene la sociedad rural actual para la sociedad urbana. Los espacios rurales se han revalorizado: la ciudad demandaba del campo alimentos y mano de obra y ahora demanda un medio rural como espacio de consumo por sus nuevas funciones: ambientales, culturales, paisajísticas, residenciales, de esparcimiento y ocio, etc.

1.2 Valoración del hábitat rural y preferencias residenciales de la juventud rural

A pesar de este cambio, los jóvenes se marchan en busca de una formación que el medio rural no les procura, y, cuando ven mejorar su formación y su cualificación profesional, no suelen optar por la vuelta. En definitiva, los jóvenes del medio rural siguen buscando en el medio urbano principalmente trabajo y formación y secundariamente un estilo de vida diferente.

Los jóvenes rurales extremeños valoran positivamente vivir en los pueblos. 6 de cada 10 jóvenes consideraron que se vive mejor en los pueblos. Pero los jóvenes que residen en núcleos pequeños o medianos manifestaron que se vive mejor en los pueblos a diferencia de los estudiantes que residen en municipios con más de 10.000 habitantes que piensan que se vive mejor en las ciudades.

Los jóvenes universitarios residen la mayoría de su tiempo en los grandes núcleos urbanos de la región donde estudian, a diferencia de los estudiantes de secundaria que todavía se encuentran viviendo en el medio rural. Es decir, la cuestión es: si el referente urbano del estudiante universitario influye a la hora de valorar su propio entorno rural. Efectivamente, la consideración de que es mejor la vida urbana registra su nivel más alto en el estudiante universitario, siendo el estudiante de secundaria el que presenta un porcentaje más alto en la preferencia por lo rural. No obstante, la juventud rural en su gran mayoría se pronuncia a favor de vivir en los pueblos (un 51,1% de los estudiantes universitarios y un 54,59% de los estudiantes de instituto).

La estrategia típica que han encontrado los jóvenes rurales para superar su específica dificultad a la hora de entrar en el mercado de trabajo ha sido mejorar su nivel educativo. En este sentido, creemos que esta estrategia induce también a los estudiantes rurales a pensar que

² A la hora del cálculo de las tasas de variación se ha tenido en cuenta el crecimiento vegetativo de cada municipio, por ello no aparece el dato correspondiente al año 2005 pues en el momento de la realización del trabajo todavía el I.N.E. no había publicado las cifras del fenómeno demográfico, al que hacemos referencia, correspondientes a dicho año.

para acceder, en un futuro, a un puesto de trabajo, para el cual les capacita el título universitario, deberán aceptar emigrar y abandonar el espacio rural donde residen. Es interesante conocer lo que contestaron los estudiantes rurales ante la pregunta que se les planteó con relación a este tema y cuyos resultados fueron que, aproximadamente 6 de cada 10 estudiantes universitarios relacionan más la palabra trabajo con el medio urbano que con el entorno rural donde han residido, y en el mismo sentido, pero más atenuado, 5 de cada 10, se muestran los estudiantes de secundaria.

Hemos recurrido a la elaboración de indicadores que sintetizan en un solo valor numérico la preferencia o no por la vida rural. El indicador de preferencia por la vida rural (I_{pr})⁴ resultante para los estudiantes universitarios es igual a 0,73 y de 0,78 para los estudiantes de enseñanzas medias. De esta forma y como hemos visto anteriormente, los jóvenes extremeños rurales aunque prefieren, en términos generales, vivir en pueblos grandes y en ciudades pequeñas, sin embargo, consideran que la vida en los pueblos es más agradable que en las ciudades como así lo muestra el valor del índice de preferencia por la vida rural que es bastante alto (0,77).

1.3 Valoración del hábitat rural y preferencias residenciales de la población extremeña en general

La población de la región está bastante satisfecha con su lugar de residencia, especialmente los habitantes del medio urbano. Sin embargo, si analizamos separadamente a la población que desearía residir en el campo y en función de su origen urbano o no, se observa que son los habitantes de los centros urbanos a los que más les atrae lo rural y no les importaría vivir en el campo, aunque la imagen puede resultar un poco distorsionada por las formas de residencia secundaria que proliferan en la región que según las cifras del Censo del año 2001, éstas representan un 29 % sobre el total de viviendas rurales.

Estos resultados pueden ampliarse con la percepción que tienen los habitantes extremeños sobre dónde se vive mejor. En este sentido las respuestas son verdaderamente relevantes, el pueblo triunfa sobre la ciudad no sólo por los habitantes rurales sino también por los no tan rurales, pero fracasa para los habitantes de las ciudades más grandes, éstos en un casi 68 % consideran que se vive mejor en las ciudades que en los pueblos, sin duda alguna por la mayor disponibilidad y acceso a los servicios.

Se puede concluir que los jóvenes rurales, aun cuando valoran positivamente la vida en los pueblos sus preferencias de residencia y trabajo se dirigen hacia los núcleos urbanos debido a que las características concretas del hábitat rural donde residen, los estudios y las perspectivas futuras de trabajo influyen en sus preferencias residenciales; a mayor nivel de estudios mayor desarraigo por las mayores expectativas profesionales y personales que el medio rural no puede satisfacer.

Los resultados de la encuesta a la población extremeña avalan la teoría de una cierta revalorización o valoración positiva de lo rural por parte de la población urbana, aun cuando este proceso es mucho más intenso en el medio rural y semi-rural que el que se da por parte de los habitantes de las grandes ciudades. Quizás, esto sucede porque Extremadura es una región en la que no existen grandes urbes (de las dos que más habitantes tienen no superan ninguna los 145.000 habitantes).

⁴Construcción del Indicador $I_{pr} = (\%Muy*4) + (\%Bastante*3) + (\%Algo*2) + (\%Poco*1) + (\%Nada*0) / 400$. El indicador varía de 0 a 1, de tal manera que cuanto más cercano a 1 se encuentre mayor será la preferencia por la vida rural y cuanto más cercano a 0 mayor será la preferencia hacia la vida urbana.

2. Una aproximación a la obtención de rentas en las unidades familiares del medio rural

Siguiendo las recientes tendencias ya no cabe identificar lo rural con lo agrario; el trabajo de la agricultura es un sector cada vez más marginal y su lugar está ocupado, en unas zonas por la industria rural, en otras, por el sector terciario y en todas por una importancia creciente de la construcción (García Sanz: 1997, 649).

Hoy en día surgen opciones diferentes a la actividad agraria como: la industria transformadora de productos agrarios, la construcción, el sector servicios y dentro de éste cobran especial importancia los ligados a la actividad turística. Estas nuevas ocupaciones hacen que los hogares rurales no dependan únicamente de los ingresos generados por una única actividad. En las unidades familiares además del cabeza de familia, los demás miembros y también las mujeres rurales, participan en la configuración de la renta, siendo cada vez mayor el número de fuentes de donde proceden los ingresos, que incluso en ocasiones se complementan con ingresos que no proceden del trabajo o de actividades productivas.

Presentamos una aproximación a lo que ocurre en el medio rural extremeño, tomando como referencia el trabajo de campo realizado mediante la aplicación de las dos encuestas y, adicionalmente, los datos obtenidos de las diferentes fuentes estadísticas oficiales.

2.1 Rentas que contribuyen al sostenimiento de los hogares rurales y situación profesional de los sujetos que las generan

A partir del análisis de la información se puede afirmar que la diversificación de las rentas en los hogares rurales extremeños se acerca a la de los hogares urbanos, aun cuando estos últimos siguen mostrando mayor pluriactividad. El hecho de que aproximadamente el 36 % de los hogares rurales sean pluriactivos nos indica que la diversificación ocupacional tiende a crecer en el medio rural.

Por otra parte, el análisis de la situación profesional de los sujetos que generan rentas en las unidades familiares nos permite seguir profundizando en la diversificación y en la pluriactividad rural. Son puntos a tratar que consideran, por ejemplo, si ha habido un gran desarrollo de la actividad empresarial o predomina el trabajo de los autónomos; si todavía perduran formas de trabajo como las ayudas familiares o si éstas han tendido hacia la asalarización; si el trabajo asalariado reviste la forma de trabajo fijo o es eventual, etc.

Según los resultados obtenidos consideramos que en los pueblos la base fundamental de fuente de riqueza no la conforman las pensiones y las subvenciones, sino que existen nuevas fuentes de ingresos en los espacios rurales y son aquellas que se encuentran relacionadas con el desarrollo de industrias endógenas (que explotan los recursos propios de cada zona), con la construcción y con el sector servicios.

En Extremadura predominan las rentas generadas por asalariados: trabajadores por cuenta ajena, frente a las que generan los autónomos. Es considerable el número de funcionarios frente a otras formas de relación con el trabajo, los cuales representan más de un 12 % del total de individuos que generan rentas en las unidades familiares del medio rural. El porcentaje de trabajadores eventuales alcanza su mayor valor en el grupo de municipios de menos de 2.000 habitantes, le sigue el grupo de municipios de más de 10.000 habitantes con un porcentaje superior al correspondiente en el grupo intermedio, pensamos que puede ser el grado de eventualidad de las tareas agrícolas con necesidad de mano de obra abundante (tales como las que se desarrollan en las Vegas del Guadiana y Tierra de Barros principalmente) y a la existencia de empresas transformadoras que dependen de la producción agraria y se ven afectadas de igual modo por la estacionalidad.

La comparación de estas formas de trabajo según los tamaños del hábitat muestra diferencias de inmediato; cuanto menor es el tamaño del hábitat menor es el número de empresarios, funcionarios y de profesionales liberales que ejercen su actividad en el medio rural. Por el contrario, cuanto más rural es el hábitat mayor ese el número de obreros, autónomos, jubilados y emigrantes retornados.

La encuesta aplicada a la población general de Extremadura contempla información tanto de la población rural como la urbana, por este motivo de ella podemos obtener, como valor añadido a la encuesta de los jóvenes, conclusiones relevantes en cuanto a la existencia o no de rasgos distintivos entre el medio rural y el urbano. Los resultados corroboran que las tendencias en las distintas formas de trabajo cambian dependiendo de si el entorno es rural o urbano. Cuanto más rural menos empresarios, funcionarios y profesionales liberales, así como asalariados fijos. Por el contrario, mayor ese el número de obreros eventuales, autónomos, jubilados y emigrantes retornados.

Los indicadores de actividad, de ocupación y de paro nos pueden ofrecer una aproximación más completa sobre las diferencias entre el mundo rural y el urbano, diferencias que pudieran derivarse de la distinta estructura de su población según su relación con la actividad. Según los datos oficiales del Censo, el medio rural proporciona tasas más altas que el medio urbano en personas inactivas por jubilación, por invalidez o viudedad. Además, estas tasas son mucho más altas que las ofrecidas en nuestra investigación de campo, debido quizás a argumentos como el que la actividad o inactividad en el medio rural es más formal que real, dado que este grupo de personas inactivas en el medio rural de alguna manera continúan ligadas a algún tipo de trabajo; ocurre en el caso de las mujeres rurales, catalogadas como amas de casa o inactivas, las cuales realizan muchas veces una importante actividad laboral bajo la denominación de ayuda familiar (García Sanz, 1999). También es el caso de los jubilados que todavía ejercen una actividad en el sector agrícola.

En los límites de ruralidad extrema, hemos observado que la población rural tiene tasa de actividad más baja que la urbana, aproximadamente en 7 puntos. La población rural está mucho más envejecida y por tanto tiene una población potencialmente activa menor. El hecho quizás más relevante en el estudio que marca un claro contraste de lo urbano con lo rural, es la amplia proporción de pensionistas que existen en el medio rural, bien por jubilación o por otro tipo de prestaciones sociales (viudedad, orfandad, invalidez, etc.). De esta manera, podemos concluir como señala García Sanz (1998; 172) que el envejecimiento del mundo rural ha provocado una fuerte distorsión de la actividad que se ha traducido en una menor tasa de actividad y en un incremento considerable de personas dependientes e inactivas.

2.2. Ramas de actividad predominantes en la generación de rentas de las familias rurales

Las ramas de actividad de donde proceden las rentas familiares de los jóvenes rurales encuestados son por este orden: el sector servicios, seguido de la agricultura y de la construcción. No obstante, si analizamos los resultados del cuestionario que presentamos a los jóvenes rurales, en función del tamaño del hábitat, es interesante destacar lo siguiente: la agricultura va perdiendo peso conforme va aumentando el tamaño del hábitat, de cada 100 personas, que trabajan en municipios de menos de 2.000 habitantes, aproximadamente 42 lo hace en el sector agrícola, frente a las 16 personas que lo hacen en los grandes municipios. Conforme disminuye la ruralidad la agricultura pierde trabajadores que se trasladan hacia el sector servicios (el 74 % de los individuos que dejan de trabajar en el sector agrícola en los grandes municipios lo hacen en el sector servicios, el resto a partes iguales se traslada al sector de la construcción y al de la industria).

Tanto la actividad como la fuente de ingresos en el medio rural están adscritos a procesos de diversificación, puesto que como se sabe la agricultura va dejando paso a nuevas actividades en la obtención de rentas. Aun cuando, puede ser un rasgo identificativo del medio urbano el que la población se dedique mayoritariamente al sector servicios, éste cobra en la actualidad especial importancia en la población rural extremeña, de tal manera que sobrepasa en protagonismo al sector agrario como suministrador de rentas.

Los datos del INE también confirman que la actividad agraria decrece con la pérdida de ruralidad de los municipios. Aunque es evidente que el mundo rural extremeño se identifica y diferencia, todavía, del medio urbano por la importancia que alcanza la agricultura. Aproximadamente el 35 % de los hogares rurales extremeños son hogares en los que el cabeza de familia se dedica a la actividad agraria frente al 4,42 % de los hogares urbanos. No obstante, en poco tiempo la caída de la representatividad de la agricultura en el mundo rural extremeño ha sido espectacular: en el Censo del año 1991 aproximadamente el 48 % de la población ocupada en el medio rural lo estaba en el sector de la agricultura reduciéndose este porcentaje en casi 20 puntos en el Censo del 2001.

En la economía rural de Extremadura el sector terciario es el que proporcionalmente más ha crecido en los últimos diez años. Tanto en los hogares estrictamente rurales como en aquellos intermedios, el sector terciario ha sobrepasado a las actividades agrarias.

Un sector en expansión en el medio rural es la construcción; mientras que en los municipios de más de 10.000 habitantes y en los municipios urbanos de la región, el porcentaje de hogares en los que el cabeza de familia se dedica a la construcción no supera el 15 y el 11 % respectivamente, en los municipios rurales este porcentaje alcanza el 17 %. El crecimiento de este sector puede vincularse a la movilidad laboral (traslados diarios para trabajar en núcleos urbanos), a la mejora de las viviendas rurales y a la rehabilitación y construcción de viviendas que en algunas ocasiones pueden ser las segundas viviendas de los residentes urbanos que se trasladan al medio rural en busca de esa nueva funcionalidad del medio rural como lugar y espacio de ocio y tiempo libre.

3. Conclusiones

El medio rural extremeño está experimentando modificaciones, como consecuencia de las transformaciones demográficas y funcionales habidas en los últimos tiempos, que han desembocado en un proceso de renacimiento y de revalorización rural por parte de sus habitantes y de los habitantes de los núcleos urbanos de la región. Así lo demuestran los jóvenes rurales y la población general de Extremadura, los cuales no son ajenos a este nuevo contexto de creciente atracción que el medio rural ejerce y muestran en general una valoración positiva hacia los espacios rurales. No obstante, estos procesos no han logrado que siga existiendo la tendencia de una emigración rural juvenil demostrada por las manifestaciones de los propios jóvenes sobre sus preferencias en cuanto a abandonar el entorno de donde son originarios en busca, en una primera etapa, de una mejora en su formación educativa que el medio rural no les proporciona y posteriormente, en busca de ofertas de empleo ajustadas a su nivel de cualificación, ofertas que el mercado de trabajo rural tampoco les proporciona.

La diversificación ocupacional tiende a crecer y los hogares rurales no dependen únicamente de los ingresos generados por una sola actividad. La pluriactividad empieza a ser característica de los hogares rurales. Además, tanto la actividad como la fuente de ingresos están adscritas a procesos de diversificación. No obstante, el mundo rural extremeño se identifica y diferencia, todavía, del medio urbano por la importancia que alcanza la agricultura. El sector servicios cobra importancia y sobrepasa al sector agrario como suministrador de rentas en las familias rurales.

Existe un predominio de autónomos y es importante el papel de la agricultura en la estructura productiva. Cuanto más ruralidad presenta el municipio de procedencia menor es el número de empresarios, funcionarios y de profesionales liberales y mayor ese el número de obreros, autónomos ligados a la agricultura, así como de jubilados y emigrantes retornados.

Los indicadores de actividad y de ocupación nos ofrecen diferencias en la estructura de su población según su relación con la actividad, así hemos observado cómo el medio rural extremeño proporciona tasas más altas que el medio urbano en personas inactivas por jubilación, por invalidez o viudedad. La población estrictamente rural tiene una tasa de actividad más baja que la de la población urbana.

Bibliografía

- Camarero Rioja, L. A. (1991): Tendencias recientes y evolución de la población rural en España, en *Política y Sociedad*, 8, Madrid, pp. 13-24.
- Camarero Rioja, L. A. (1996): Del éxodo rural y del éxodo urbano. Ocaso y renacimiento de los asentamientos rurales en España en García de León, M. A. (coord.): *El campo y la ciudad*. Madrid. Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación.
- Camarero Rioja, L. A. (1997): Pautas demográficas y espaciales de las transformaciones del medio rural: Ruralidad y agricultura, en Gómez Benito, C. y González Rodríguez, J.J. (eds): *Agricultura y Sociedad en la España Contemporánea*, Madrid. Ed. CIS y Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación, pp. 225-246.
- Camarero Rioja, L. A. (2000): "Jóvenes sobre la tierra y el asfalto. Los ocios de los jóvenes rurales y urbanos" *Revista de juventud*, nº 50.
- Cánoves, G., Villarino, M. Y Herrera, L. (2006): "Políticas públicas, turismo rural y sostenibilidad: difícil equilibrio", *Boletín de la A.G.E.* nº 41, pp. 199-217.
- Etxezarreta Zubizarreta, M. (1997): Trabajo y Agricultura: los cambios del sistema de trabajo en una agricultura de transformación en Gómez Benito, C. y González Rodríguez, J.J. (eds): *Agricultura Y Sociedad en la España Contemporánea*, Madrid. Ed. CIS y Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación: 533-564.
- García Bartolomé, J. M.(1991): "Sobre el concepto de ruralidad: crisis y renacimiento rural", *Política y Sociedad*, 8, Madrid: 87-94.
- García Bartolomé, J. M.(1993): "¿El final del campesinado?", *El Boletín*, nº5, Madrid. Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación.
- García García, Y. (2007): Consideraciones metodológicas en torno a "lo rural": la complejidad de su definición en Perez Rubio, J.A. (coord.): *Los intangibles en el desarrollo rural*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, Cáceres:35-54
- García García, Y. (2007): Aproximación a las formas de vida, a las formas de obtención de rentas y a los nuevos procesos de movilidad en el mundo rural en Perez Rubio, J.A. (coord.): *Los intangibles en el desarrollo rural*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, Cáceres:241-287
- García Sanz, B. (1997): "Del agrarismo a la terciarización: modelos de actividad en la sociedad rural" en Gómez Benito, C. y González Rodríguez, J.J. (eds): *Agricultura Y Sociedad en la España Contemporánea*, Madrid. Ed. CIS y Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación, pp. 635-652.
- García Sanz, B. (1999): *La sociedad rural ante el siglo XXI*, Madrid, Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación.
- González, J.J. Y Gomez Benito, C. (2002): *La juventud rural*. CIS. Madrid.
- Gómez Mendoza, J. (2001): "Las nuevas funciones socioeconómicas y medio-ambientales de los espacios rurales" en García Pascual, F.(Coord.): *El mundo rural en la era de la*

- globalización: incertidumbres y potencialidades*, MAPA, Serie Estudios, Universitat de Lleida, pp. 111-148
- López Casero, F. (1997): "Identidad, estructura social y desarrollo local" en Cristóbal Gómez Benito y Juan Jesús González Rodríguez (eds): *Agricultura Y Sociedad en la España Contemporánea*, Ed. CIS y Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación, pp. 673-704
- Libro Blanco de la Agricultura y el desarrollo Rural (2003): Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaría General Técnica, Centro de Publicaciones, D.L.
- Oliva Serrano, J. (1995): *Mercados de trabajo y reestructuración rural. Una aproximación al caso castellano-manchego*. Madrid. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- Pérez Rubio, José Antonio (1995): *Yunteros, braceros y colonos. La política agraria en Extremadura (1940-1975)*. Madrid. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- Pérez Rubio, J.A.; García García, Y. y Sánchez-Oro M. (2007): Introducción y estrategia de la Investigación en Perez Rubio, J.A. (coord.): *Los intangibles en el desarrollo rural*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, Cáceres:25-34
- Regidor, J. G. (2000): *El futuro del medio rural en España*, Madrid, Consejo Económico y Social.
- Romá Pujadas, et al., (1998): *Ordenación y Planificación Territorial*, Madrid, Ed. Síntesis.
- Sancho Azak, R. (1997): "Estructura Demográfica y tipificación de los asentamientos y áreas rurales españolas" en Cristóbal Gómez Benito y Juan Jesús González Rodríguez (eds): *Agricultura Y Sociedad en la España Contemporánea*, Ed. CIS y Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación, pp. 173-223.
- Segrelles Serrano, J. (2001): "La industrialización de las producciones ganaderas" en García Pascual, F.(Coord.): *El mundo rural en la era de la globalización: incertidumbres y potencialidades*, MAPA, Serie Estudios, Universitat de Lleida, pp. 79-91

Residência Secundária em Áreas de Baixa Densidade do Algarve: entre os velhos paradigmas residenciais e os novos fluxos de mudança

Dora Sampaio

Nota Introdutória

A residência secundária² tem sido frequentemente analisada na cidade, sob uma perspectiva eminentemente turística. Este fenómeno apresenta, contudo, diversos padrões territoriais, traduzindo a complexidade da realidade em que se insere e as vivências que reproduz.

Na região algarvia, os estudos realizados sobre o fenómeno da segunda habitação restringem-se, especialmente, aos principais pólos turísticos do Algarve meridional, excluindo da análise as áreas de baixa densidade.

Tendo por base um estudo do INE (2004) que revela que, 6 das 10 freguesias algarvias onde se verificaram maiores acréscimos de segundas habitações, entre 1991 e 2001, são freguesias rurais de baixa densidade, o estudo apresentado procura explorar esta temática de importância crescente.

Este trabalho possui assim um duplo objectivo: em primeiro lugar, e uma vez que a maioria dos estudos realizados sobre o tema da segunda habitação, compreende o fenómeno sob uma perspectiva turística, propõe-se uma análise abrangente, que examine a diversidade de tipologias existentes, incluindo também as segundas habitações resultantes de (e)migrações e heranças; em segundo lugar, e face a um enfoque maioritário nas periferias das grandes urbes e áreas costeiras, pretende-se estudar esta temática e a sua expansão em áreas rurais de baixa densidade.

A análise da residência secundária focar-se-á em dois aspectos centrais: o primeiro prende-se com a residência-casa, que corresponde à sua análise física; e o segundo tem que ver com a análise da condição do residente com segunda habitação, incidindo na sua caracterização psico-social.

Neste texto defende-se a existência de padrões espaciais na distribuição das tipologias da residência secundária e a diversidade das causas e impactes deste fenómeno, nas Áreas de Baixa Densidade do Algarve (ABDA). Neste contexto, foram seleccionados três casos de estudo – Alferce (Serra), Bordeira (Costa Vicentina) e Odeleite (Baixo Guadiana) –, que procuram validar estas premissas.

O estudo apresentado, partindo de uma breve referência teórica ao tema da residência secundária, procura realizar uma caracterização geral das ABDA, incidindo, com especial atenção, nos três lugares de estudo. Exploram-se questões relacionadas com a sua

² Estudos portugueses mais recentes (Barbosa, 2007) distinguem residências secundárias, conotadas com um uso inferior face à residência permanente, de segundas residências (do termo anglo-saxónico *second homes*), caracterizadas por um uso semelhante ao da residência principal. Neste estudo, considerando os casos de estudo, os conceitos de residência secundária e segunda residência serão tomados como sinónimos, sem haver, todavia, qualquer prejuízo para o rigor conceptual do estudo.

Neste estudo, a residência secundária será abordada como um alojamento fixo que não constitui residência permanente de ninguém. Esta inclui os alojamentos familiares de uso sazonal e alojamentos familiares com ocupante ausente, isto é, poderá resultar de (e)migrações, herança, aquisição ou arrendamento (por um período superior a um ano) para efeito de lazer.

caracterização sócio-demográfica e económica, bem como com as novas funções e representações dos espaços rurais.

Por fim, a título conclusivo, é concedido particular destaque à distribuição dos tipos da residência secundária, ao carácter embrionário dos impactes da segunda habitação e à inexistência de uma tendência de fixação permanente dos residentes sazonais.

1. O fenómeno da Residência Secundária e a sua expansão em áreas rurais de baixa densidade: as principais causas e impactes

1.1 Enquadramento espaço-temporal do fenómeno

O fenómeno da residência secundária difunde-se nos anos 30 do século XX. Países como a Suécia e EUA foram percussores na análise da residência secundária; na França, o número de segundas habitações cresce apreciavelmente no pós-segunda guerra mundial (1963-1966), assim como em alguns países da Europa de Leste (Coppock, 1977).

Em Portugal, o número de segundas habitações foi pouco expressivo até aos anos 60, localizando-se principalmente em áreas rurais (Cravidão, 1989a). Paralelamente, difunde-se a prática de turismo balnear, surgindo aglomerados de segundas habitações em áreas costeiras, de que são exemplo a praia de S. Pedro de Moel e praia da Vieira (Santos cit. por Caldeira, 1995). Estudos mais recentes focam igualmente a expansão deste fenómeno nas áreas metropolitanas (Caldeira, 1995; Sampaio, 1999; Cavaco, 2006; Barbosa, 2007).

De um modo geral, os estudos realizados abordam o tema da residência secundária sob uma perspectiva turística (Coppock, 1973; Perrot e La Soudière, 1998; Ferreira, 1999; King, 2000; Urbain, 2002; Assis, 2003; Sena e Queiroz, 2006), todavia, são de referir também alguns trabalhos que fazem breves referências às segundas habitações resultantes de movimentos (e)migratórios (Caldeira, 1995; INE, 2004; Cavaco, 2006).

1.2 Tipologia da residência secundária: factores explicativos e impactes

A residência secundária é um fenómeno complexo, caracterizado por uma considerável diversidade de tipologias, sendo de destacar as baseadas no cariz turístico das habitações: adquiridas ou arrendadas para o efeito e as residências que possuíam outra frequência de utilização e que, depois, se transformaram em residências secundárias, correspondendo a casas antigas de família (herdadas ou adquiridas), situadas dentro dos núcleos urbanos (Wilde, cit. por Caldeira, 1995: 40). Outras tipologias frequentemente utilizadas consideram o grau de proximidade à residência principal (Jung, cit. por Caldeira, 1995:40) e a localização da segunda habitação (Coppock, 1977; Grijalba, 1984; Cravidão, 1989ab; Caldeira, 1995; Cribier cit. por Caldeira, 1995; Perrot e La Soudière, 1998; Ferreira, 1999; Sampaio, 1999/2000; Carvalho, 2006; Barbosa, 2007).

No que concerne a factores explicativos e impactes da segunda habitação, enumeram-se frequentemente algumas motivações, tais como o conjunto de amenidades que os territórios rurais possuem, de carácter dificilmente alterável (Gaspar, s/d: 59); a nível demográfico, a emigração e as migrações internas, bem como o investimento de emigrantes que adquirem segundas habitações nos seus locais de origem (Gallent et. al., 2005; Colás, 2003); por fim, é de referir o sentimento de pertença e a terrafilia (Roca et al., 2006). Ao nível dos impactes, destaca-se a dinamização da economia local, através da criação de empregos, e revitalização pontual.

2. Breves considerações metodológicas

Neste estudo privilegiou-se a análise de lugares em sectores descontínuos – Bordeira (Costa Vicentina), Alferce (Serra) e Odeleite (Baixo Guadiana) – em detrimento de uma análise centrada numa só freguesia e em habitações secundárias dispersas.

A selecção destes lugares teve por base múltiplos critérios, tendo sido seleccionadas aldeias onde se verificou um acréscimo apreciável do número de segundas habitações, no último período inter-censitário, e que possuem, comparativamente aos alojamentos habituais, um peso significativo de residências secundárias (no caso de Bordeira e Odeleite, o número de segundas habitações, em 2001, ultrapassava o de residências habituais).

Uma vez que os dados mais recentes, relativos à segunda residência, remontam aos censos de 2001, optou-se pela aplicação de um inquérito de elaboração própria e levantamento exaustivo do número de segundas habitações existentes.

3. Áreas de Baixa Densidade do Algarve: do atraso cíclico ao novo ciclo de mudança

As ABDA incluem três sectores distintos – Costa Vicentina, Barrocal/Serra e Baixo Guadiana. Estas áreas, geograficamente distintas, têm em comum o seu carácter eminentemente rural, que se traduz em densidades populacionais abaixo da média da região e do país, uma perda populacional contínua, elevados índices de envelhecimento, emprego agrícola acima das médias nacional e comunitária e fraca capacidade de atracção de investimento (CCDR Algarve, 2002; Covas, 2003).

É de salientar que as ABDA não constituem um conjunto homogéneo. A análise de alguns indicadores como a variação do número de residências de uso sazonal, taxa de função residencial e variação populacional, permitem identificar comportamentos distintos. Deste modo, verifica-se que as freguesias consideradas de baixa densidade, localizadas no litoral, possuem maior capacidade de atracção populacional e o fenómeno da residência secundária assume valores mais expressivos. São os casos das freguesias de Budens, Vila Nova de Cacela e Monte Gordo. Por outro lado, as freguesias serranas e algumas localizadas no barrocal algarvio evidenciam importantes perdas populacionais, paralelamente ao acréscimo do número de segundas habitações.

Dado o carácter recente das alterações na dinâmica residencial, estes territórios são marcados por uma fase de transição, em que se mesclam segundas habitações resultantes de (e)migrações e heranças e residências secundárias arrendadas, compradas ou construídas para efeito de lazer, por população exógena, não raras vezes de origem estrangeira.

3.1 Bordeira, Alferce e Odeleite: entre os velhos paradigmas residenciais e os novos fluxos de mudança

A Bordeira (fig. 1-A) localiza-se na costa ocidental portuguesa, município de Aljezur, totalmente integrada na Reserva Ecológica Nacional (REN) e no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV).

O lugar do Alferce (fig. 1-B) localiza-se na vila de Monchique, distando cerca de 30 km da cidade litoral mais próxima – Portimão. O município de Monchique encontra-se integrado nos Sítios de Importância Comunitária, que integraram a Rede Natura 2000.

Odeleite (fig. 1-C) localiza-se na margem direita do rio Guadiana e margem esquerda da ribeira de Odeleite. A envolvente paisagística desta aldeia, pertencente ao município de Castro Marim, é marcada pela albufeira da barragem de Odeleite.



Fig. 1 (A, B e C) – Aldeias de Bordeira (A), Alferce (B) e Odeleite (C), e respectivas envolventes

A análise do quadro 1 permite concluir que, em termos populacionais, se verifica uma tendência para o decréscimo da população residente. Esta tendência que, nos lugares estudados, apenas não se verifica no caso do Alferce, traduz os movimentos migratórios para o litoral algarvio e os elevados índices de envelhecimento da população local.

Quadro 1 - Dinâmica populacional da área de estudo no período 1991-2001

Concelhos	Pop. Res (n°)		Tx. Var.(%)	Freguesias	Pop. Res(n°)		Tx. Var.(%)	Lugares	Pop. Res(n°)		Tx. Var.(%)
	1991	2001			1991	2001			1991	2001	
Aljezur	5006	5288	5,63	Bordeira	542	492	-9,23	Bordeira	79	56	-29,11
Monchique	7309	6974	-4,58	Alferce	769	512	-33,42	Alferce	150	151	0,67
Castro Marim	6803	6593	-3,09	Odeleite	1260	934	-25,87	Odeleite	204	183	-10,29

Fonte: INE, (1991, 2001)

A manutenção do contingente populacional do lugar de Alferce, em contraste com a perda populacional verificada no concelho e freguesia, poderá estar relacionado com a construção de um bairro de habitação a custo controlado, o que fomentou a fixação de população que residia dispersa pela freguesia.

As migrações intra e inter-regionais, associadas aos fluxos emigratórios, tiveram como consequência o acréscimo do número de habitações permanentes, que passaram a ter uma ocupação sazonal. Paralelamente ao decréscimo populacional, que se repercutiu no aumento de segundas habitações, verificou-se também um aumento da procura citadina por residências de férias.

Tendo em consideração os dados relativos aos anos de 1991 e 2001 (Quadro 2), é possível aferir que o número de habitações com ocupante ausente é pouco expressivo. Esta situação está relacionada com o facto da maioria das segundas habitações resultar de heranças da geração de (e)migrantes.

Quadro 2 - Residências das áreas de estudo por tipo de ocupação no período 1991-2001

Concelhos	1991				2001				1991 - 2001
	Res. Hab	Res. Sec ^(a)	Vagos	Total	Res. Hab	Res. Sec ^(b)	Vagos	Total	
Aljezur ⁴³	3971	1255	764	7245	2210	1850	529	4589	47,41
Monchique	3843	387	770	5387	2740	776	845	4361	100,52
Castro Marim ⁴⁴	4398	1612	386	8008	2444	2964	1143	6551	83,87
Freguesias	Res. Hab	Res. Sec ^(b)	Vagos	Total	Res. Hab	Res. Sec ^(b)	Vagos	Total	Tx. Var Res. Sec
Bordeira	226	116	128	470	210	262	20	492	125,86
Alferce	300	26	29	355	227	106	102	435	307,69
Odeleite	532	187	124	843	464	530	17	1011	183,42
Lugares	Res. Hab	Res. Sec ^(c)	Vagos	Total	Res. Hab	Res. Sec	Vagos	Total	Tx. Var Res. Sec
Bordeira	35	25	18	78	25	76	0	104	204,00
Alferce	63	12	2	77	71	28	4	103	133,33
Odeleite	86	41	17	144	83	106	3	192	158,54

⁴³ É de notar que, na análise dos valores de segundas habitações dos concelhos de Aljezur e Castro Marim, deve ser considerado que são concelhos com área litoral, o que se traduz num acréscimo apreciável do número de segundas habitações (note-se o caso da urbanização de Vale da Telha, em Aljezur e a freguesia de Altura, no concelho de Castro Marim). De igual modo, na análise dos valores da freguesia de Bordeira, deve considerar-se que esta integra o pólo turístico da Carrapateira.

⁴⁴ A recolha dos dados presentes no Quadro III fez-se através de um levantamento exaustivo do tipo de ocupação das residências. Uma vez que as Câmaras Municipais dos lugares de estudo não possuem qualquer levantamento já elaborado sobre este fenómeno, foi necessário questionar os residentes sobre o nível de utilização da sua residência. Nos casos em que subsistiram dúvidas, e tratando-se de pequenos meios rurais, foi questionada a Junta de Freguesia. De modo a garantir a comparabilidade dos dados recolhidos, foram utilizados os mesmos critérios que o INE utilizou em 2001, assim como a mesma delimitação do lugar.

(a) O valor da residência secundária, em 1991, resulta do somatório das residências com ocupante ausente (88, 30 e 80 habitações respectivamente para cada concelho), residências com ocupante emigrado (sem registo) e residências de uso sazonal (1167, 357 e 1532 respectivamente).

(b) Desagregação não disponível.

(c) O valor da residência secundária, em 1991, resulta do somatório das residências com ocupante ausente (não foi registada nenhuma ocorrência deste tipo, nos três lugares), residências com ocupante emigrado (apenas registados dois casos no lugar de Odeleite) e residências de uso sazonal (25, 12 e 39 respectivamente).

Fonte: INE, (1991, 2001)

No conjunto dos lugares analisados verificou-se, no último período censitário, um acréscimo apreciável do número de residências secundárias, que se situou sempre acima dos 100%, ou seja, mais que duplicou o valor de residências de uso sazonal.

Esta dinâmica residencial determinou que, em 2001, o número de segundas habitações passasse a ser superior ao número de residências permanentes, nas aldeias de Bordeira e Odeleite (INE, 2004).

Considerando que os dados mais recentes, referentes a este fenómeno, datam de 2001, procedeu-se a uma recolha directa do tipo de ocupação das residências dos lugares de estudo. Os resultados são apresentados no quadro 3.

Quadro 3 - Residências da área de estudo por tipo de ocupação em 2008

Lugares	2008				2001-2008
	Res. Hab	Res. Sec	Vagos	Total	Tx. Var Res. Sec.
Bordeira	22	74	9	105	-2,63
Alferce	81	34	27	142	21,43
Odeleite	87	96	14	197	-9,43

Fonte: Levantamento próprio

O quadro 3 revela importantes alterações no uso residencial, entre 2001 e 2008. Pela análise dos dados, verifica-se um ligeiro decréscimo do número de segundas habitações, nos lugares de Bordeira e Odeleite e um acréscimo de 21%, no caso de Alferce.

São de salientar três tendências principais: o número de habitações permanentes mantém-se ou aumenta ligeiramente, assim como o número de vagos, e o total de residências apenas sofre um acréscimo significativo, no caso do Alferce. Pode-se assim concluir que, nos casos de Bordeira e Odeleite, algumas residências sazonais, identificadas em 2001, ter-se-ão transformado em habitações vagas ou permanentes, no período decorrido entre o último recenseamento e 2008. No caso do Alferce, o aumento do número total de habitações demonstra algum dinamismo construtivo.

O aumento do número de vagos, em Odeleite, traduz as ligações ténues das gerações mais jovens à aldeia onde os pais e avós nasceram. Neste lugar, inúmeras habitações apresentam sinais exteriores de degradação, como telhados caídos, mas ainda possuem, no seu interior, indícios de uma utilização cada vez menos frequente.

No caso da Bordeira, considerando o seu maior dinamismo na oferta de segunda habitação, os vagos registados correspondem a habitações disponíveis no mercado.

4. Tipologia da residência secundária: da diversidade de situações à síntese do problema

Nas áreas em análise, verifica-se uma correspondência entre a origem funcional e tipo de habitação secundária predominante. Deste modo, na Bordeira, onde a maioria das habitações foi construída ou adquirida para fins de lazer, regista-se o maior número de moradias; por outro lado, nas aldeias de Alferce e Odeleite, onde se concentram algumas residências que resultam de movimentos migratórios e heranças, a maioria das habitações corresponde a casas antigas familiares.

Odeleite é, no conjunto dos lugares estudados, onde se verifica maior harmonia entre as habitações de matriz tradicional e as novas habitações sazonais. Este facto poderá estar relacionado com a tentativa de manutenção das características da habitação por parte dos herdeiros, ou uma forma de integração e aceitação local, por parte da população exógena.

A distância entre a residência principal e secundária parece não condicionar significativamente a frequência de utilização da segunda residência.

O quadro 4 mostra a relação entre as duas variáveis, podendo-se inferir que apesar de cerca de 75% dos inquiridos residir a mais de 100 quilómetros da segunda habitação, utiliza-a durante os fins-de-semana e férias⁴⁵.

Quadro 4 - Proximidade e frequência de utilização da residência secundária

	Prox. à Residência Secundária (%)			Total	Freq. de utilização da Residência Secundária (%)				Total
Lugares	< 50 km	50-100 km	> 100 km		Dias de Semana	Fim-de- semana	Férias	Misto	
Bordeira	3,33	0,00	96,67	100,00	0,00	10,00	23,33	66,67	100,00
Alferce	23,81	0,00	76,19	100,00	19,05	14,29	23,81	42,86	100,00
Odeleite	17,39	4,35	78,26	100,00	4,35	21,74	26,09	47,83	100,00

Fonte: Inquérito às residências secundárias (2008)

O fenómeno da “dupla residência” verifica-se sobretudo na aldeia do Alferce, onde quase ¼ dos residentes sazonais reside a menos de 50 km da residência secundária, designadamente em Portimão.

Nos casos de estudo, observou-se uma fraca tendência para a posse de várias habitações de uso sazonal. Do total de 74 inquiridos, somente 9 revelaram possuir outra residência secundária, e destes, apenas em dois casos foi assinalada a existência de diversas residências de uso sazonal.

Em Alferce e Odeleite verifica-se uma concentração dos inquiridos na faixa etária dos 50 aos 65 anos, sendo que mais de metade dos residentes sazonais inquiridos, (52 e 60%, respectivamente), são naturais destas aldeias. No caso de Bordeira, predominam famílias com crianças, concentrando-se a idade dos inquiridos entre os 30 e os 50 anos. Nesta aldeia, apenas 6% referiu ser natural deste lugar. Este facto está relacionado com o carácter turístico da aldeia da Bordeira, sendo que uma parte significativa das habitações foi adquirida por população exógena, com a finalidade de lazer.

De facto, é na Bordeira, onde os residentes com segunda habitação são maioritariamente provenientes dos grandes centros urbanos e estrangeiro, que se registam os

⁴⁵ É de salientar que, nesta questão, a amostra poderá não ser representativa, pois, especialmente no caso de Odeleite, a maioria dos residentes sazonais só se desloca à aldeia nas férias estivais, pelo que os residentes inquiridos são aqueles que mais frequentemente utilizam a segunda habitação.

níveis mais elevados de escolaridade, sendo que mais de metade dos residentes sazonais inquiridos possui um nível de escolaridade superior (quadro 5).

Quadro 5 - Níveis de escolaridade dos residentes sazonais inquiridos

Grau de ensino	Bordeira		Alferce		Odeleite	
	nº	%	nº	%	nº	%
Não frequenta qualquer grau de ensino	2,00	4,00	0,00	0,00	1,00	2,08
EB 1º Ciclo (até à quarta-classe)	7,00	14,00	10,00	34,48	13,00	27,08
EB 2º Ciclo (5º e 6º ano)	0,00	0,00	2,00	6,90	6,00	12,50
EB 3º Ciclo (7º ao 9º ano)	4,00	8,00	3,00	10,34	9,00	18,75
E. Secundário (10-12º ano)	9,00	18,00	6,00	20,69	1,00	2,08
Bacharelato	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,08
Licenciatura	28,00	54,00	8,00	27,59	16,00	33,33
Mestrado	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,08
Doutoramento	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	50,00	100,00	29,00	100,00	48,00	100,00

Fonte: Inquérito às residências secundárias (2008)

A figura 2 representa a distribuição dos residentes sazonais inquiridos, pelo concelho de residência permanente, sendo perceptível a sua concentração nos concelhos da área metropolitana de Lisboa.

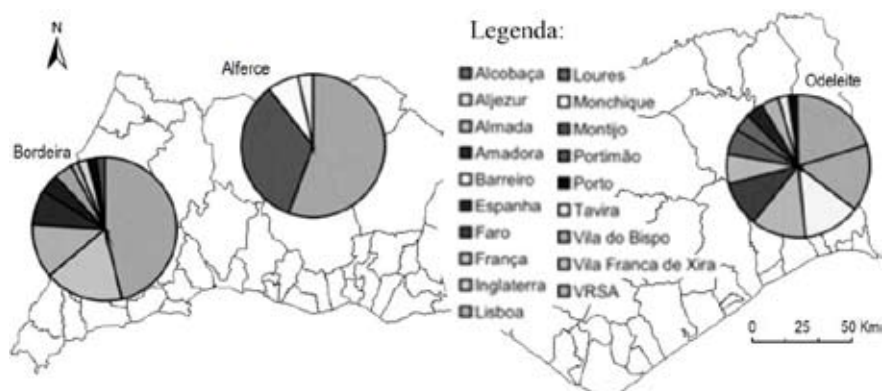


Fig. 2 – Residentes sazonais por concelho de residência permanente

Fonte: Inquérito às residências secundárias (2008)

Deve notar-se a representatividade da população estrangeira no caso da Bordeira e, em menor número, no caso de Odeleite. É precisamente nesta última aldeia que existe maior diversidade de concelhos de residência permanente, destacando-se o Algarve, área metropolitana de Lisboa e estrangeiro.

Contrariamente, no caso do Alferce, onde o número de segundas habitações é menor, existe uma concentração dos concelhos de residência principal, resumindo-se a quatro – Monchique, Portimão, Barreiro e Lisboa.

5. Residência Secundária: da diversidade dos factores explicativos à complexidade dos impactes

5.1. Tipo I – Bordeira: Forte implantação da residência secundária de uso sazonal, elevada função residencial secundária, consolidação do fenómeno.

Quase metade dos inquiridos referiu como principal motivação para a aquisição da segunda habitação na aldeia da Bordeira, a qualidade paisagística e ambiental, seguindo-se a oportunidade de investimento (fig.3).



Fig. 3 – Residência secundária na aldeia de Bordeira. *Destaque-se o facto da habitação estar totalmente recuperada e possuir um jardim cuidado.* [Fonte Própria]

De facto, à semelhança do fenómeno verificado nos espaços rurais franceses (Cribier, cit. por Caldeira, 1995; Perrot e La Soudière, 1998; Urbain, 2002) e na Serra da Lousã (Cravidão, 1989ab; Carvalho, 2006), também nesta aldeia da Costa Vicentina, se tem verificado um crescimento da procura de residências de uso sazonal por parte da população citadina, que encontra nos espaços rurais a qualidade de vida e tranquilidade que a cidade não proporciona.

O crescimento do poder de compra e o aumento das acessibilidades são os principais factores evocados pelos residentes sazonais portugueses, para a aquisição de segunda habitação, na Bordeira. Os residentes sazonais estrangeiros identificam-se com a área, sobretudo devido à qualidade paisagística e fraca implantação turística, e não raras vezes adquirem habitações a preços mais elevados do que em áreas turísticas do Algarve meridional.

Cerca de metade dos inquiridos salienta a importância desta habitação como um espaço de descanso e evasão, e apenas 11% afirma tratar-se de um investimento patrimonial para os filhos.

Apesar de um número significativo de residentes sazonais optar por adquirir segundas habitações afastadas das povoações, neste caso de estudo, evidenciou-se a tendência contrária, salientando-se a importância dos contactos sociais e da relação de vicinato, raros nas grandes cidades. Uma das inquiridas, residente na Inglaterra, referiu ter possuído uma habitação afastada dos aglomerados mais próximos, mas que, após alguns anos de alheamento, sentiu necessidade de se integrar no quotidiano da população local, garantindo que foi recebida com naturalidade pelos residentes permanentes.

Ao nível do Ordenamento do Território, o facto da aldeia da Bordeira estar totalmente contida no PNSACV implica fortes constrangimentos construtivos, o que tem despoletado maior pressão sobre a habitação disponível no perímetro do lugar. A maioria das habitações vagas foram, ou estão em processo de reconstrução, para venda a população exógena à aldeia, que pretende adquirir uma segunda habitação.⁴⁶

Ao nível da economia local, e apesar de algumas idosas se dedicarem à limpeza e jardinagem das habitações sazonais, a residência secundária não apresenta impactes económicos significativos, pois a maioria dos residentes sazonais adquire os produtos que necessita na Carrapateira, Lagos ou na cidade onde reside permanentemente.

5.2. Tipo II – Alferce: Fraca implantação da residência secundária, fraca função residencial secundária e elevado acréscimo do fenómeno

O fenómeno da residência secundária, na aldeia do Alferce, está maioritariamente relacionado com heranças (fig. 4) e alguns casos de população que migrou para a área metropolitana de Lisboa, pela escassez de trabalho e tentativa de obter melhores condições de vida.



Fig. 4 – Aglomerado de residências secundárias resultantes de herança, pertencentes ao mesmo proprietário (Alferce). [Fonte Própria]

De um modo geral, os herdeiros e migrantes mantiveram as suas residências e regressam pontualmente. Parte considerável dos residentes sazonais habita permanentemente em Portimão, o que, pela proximidade, permite um uso mais frequente da residência sazonal.

Quando questionados sobre os factores que poderão justificar o acréscimo da residência secundária, mais de ¼ assinalou a repulsividade do local como factor determinante, seguindo-se o envelhecimento populacional.

Tratando-se de um fenómeno em recente expansão, não são de assinalar, para já, impactes significativos, contudo, quase metade dos inquiridos (42%) salientam a maior animação do local aos fins-de-semana e no período estival, seguindo-se a dinamização do comércio local (19%).

⁴⁶ É de salientar que o primeiro *website* europeu destinado exclusivamente à transacção de segundas habitações, <http://pt.mysecondhome.eu/index.html> [Acedido em 20 de Março de 2008], possui um número considerável de residências secundárias localizadas na aldeia da Bordeira.

5.3. Tipo III – Odeleite: Forte implantação da residência secundária mista, elevada função residencial secundária e variação do fenómeno

A maioria dos inquiridos referiu como motivações principais para possuir uma segunda residência em Odeleite, o facto de ter herdado a casa ou terreno ou ser natural da aldeia e possuir uma ligação afectiva ao lugar.

Neste caso de estudo, o fenómeno da terrafília (Roca et al., 2006) é determinante na manutenção ou construção de segunda habitação (fig. 5). Os (e)migrantes inquiridos referiram, como principais causas da sua partida, a escassez de oportunidades de trabalho e a inexistência de estabelecimentos de ensino, para prosseguir os estudos.



Fig. 5 – Residência secundária recuperada, com jardim e pequena horta (Odeleite). [Fonte Própria]

Um quarto dos residentes sazonais assinalou como principais factores explicativos do aumento deste fenómeno, a repulsividade do local e migrações; contudo, salientaram também a importância do sossego e tranquilidade.

O facto de uma parte significativa dos residentes com segunda habitação residir no estrangeiro ou na área metropolitana de Lisboa, implica que um elevado número de habitações apresente sinais de fraca utilização e um aspecto degradado.

É de destacar o recente aumento do número de segundas habitações para venda, mas uma vez que os preços praticados se encontram amplamente inflacionados, pois a oferta de habitação na aldeia é reduzida, apenas população exógena, especialmente estrangeira, possui rendimentos para as adquirir.

Verifica-se assim um crescente desprendimento da população mais jovem, face à aldeia, paralelamente às novas procuras por parte de população espanhola, que tem adquirido segunda habitação neste lugar.

O facto de Odeleite possuir uma localização fronteiriça, preservar alguma tipicidade e apresentar preços de habitações e imposto sobre imóveis acessíveis (tendo em conta o poder de compra na Espanha), foram alguns dos factores indicados como justificativos da aquisição de segunda habitação.

6. Considerações finais e algumas projecções

O estudo realizado evidencia a relação entre os tipos da residência secundária e a sua localização geográfica, concentrando-se as residências adquiridas para efeito de lazer na

Bordeira, as residências secundárias resultantes de heranças, no Alferce e um misto de ambas, em Odeleite.

O perfil da residência-casa e do residente com segunda habitação apresenta variações importantes nos lugares de estudo. Na Bordeira, o fenómeno da residência secundária encontra-se consolidado, sendo a procura fomentada por população citadina, maioritariamente residente na área metropolitana de Lisboa e no estrangeiro; no Alferce verifica-se uma tendência de acréscimo do fenómeno, relacionada sobretudo com a repulsividade do lugar; no caso de Odeleite, paralelamente a um desprendimento das gerações mais jovens face à habitação da aldeia, emerge uma nova procura protagonizada por população residente em Espanha.

O inquérito aplicado revelou não existir uma tendência de retorno ou fixação dos residentes sazonais, situação igualmente expressa pela população local. À questão "Pensa transformar a sua residência sazonal em permanente?", 22% dos inquiridos respondeu afirmativamente. Neste ponto, importa referir que foi na Bordeira e Odeleite que se concentraram as respostas afirmativas, sendo de salientar também o facto da maioria dos inquiridos que afirmou ter intenção de transformar a segunda em primeira habitação, tê-la adquirido para o efeito, ou seja, os (e)migrantes e herdeiros destes, não pensam regressar às raízes, fundamentalmente devido à falta de cuidados de saúde e outras comodidades, de que dispõem na cidade onde residem permanentemente.

Apesar de menos de ¼ dos inquiridos tencionar transformar a residência secundária em principal, todos revelaram não ter intenção de vender a sua segunda habitação. Destes, apenas 13%, concentrados na aldeia da Bordeira, referem a intenção de arrendá-la por períodos superiores a um ano.

De acordo com estes dados, é possível afirmar que, prospectivamente, não são de esperar alterações significativas nos padrões de ocupação residencial das áreas de estudo, facto que poderá ser aferido pelo próximo recenseamento. O número de segundas habitações terá tendência a aumentar devido ao envelhecimento populacional e procura citadina, especialmente evidente na Bordeira. Contudo, pode verificar-se a tendência contrária, como ficou demonstrado no levantamento realizado, pois alguns herdeiros procuram vender a sua residência sazonal. Esta situação é especialmente visível na aldeia de Odeleite.

É na Bordeira que será de esperar maior especulação em torno do mercado de segunda habitação, mas ainda sem impactes significativos no ordenamento do território.

Os fracos impactes positivos da segunda residência, associados à fraca implantação comercial nos locais de análise, evidenciam que as aldeias de estudo não beneficiam apreciavelmente deste fenómeno, não sendo correcto analisá-lo, para já, numa perspectiva de desenvolvimento local.

Referências bibliográficas

- Assis, L. (2003), Turismo de segunda residência: expressão espacial do fenómeno e as possibilidades de análise geográfica. *Revista território*, ano VII, nº 11, 12 e 13 – Set./Out., Rio de Janeiro: 107-112 [Acedido em 12 de Janeiro de 2008].
http://www.laget.igeo.ufri.br/territorio/pdf/N_11_12_13/turismo.pdf
- Barbosa, C. (2007), Segunda residência: Diversidade, Multifuncionalidade e Ordenamento do Território. Caso de Estudo: Freguesia do Castelo – Sesimbra. Dissertação de mestrado, especialização em Urbanização e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Caldeira, M. (1995), Residência Secundária na área metropolitana de Lisboa: Outros espaços, outras vivências. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

- Carvalho, P. (2006), *Residência Secundária, Patrimonialização e Construção de Novas Ruralidades. CIER – VI Colóquio Ibérico de Estudios Rurales*, Universidad Internacional de Andalucía, Palos de La Frontera (Huelva), España.
- Cavaco, C. (2006), *Diferenciação Regional da Oferta Turística. Volume 3 – Geografia de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa: 394-399.
- CCDR Algarve (ed.) (2002), *Plano Estratégico para as áreas de baixa densidade do Algarve. Volumes I, II, III e IV*, [Acedido em 16 de Setembro de 2007]
<http://www.ccdralg.pt/ccr/modules.php?op=modload&name=Downloads&file=index&req=MostPopular&ratenum=50&ratetype=num>
- Colás, J. (2003), *La residencia secundaria en España: Estudio territorial de su uso e tenencia*. Dissertação de doutoramento, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona.
- Covas, A. (2003), *Avaliação do Impacto dos Investimentos Públicos – Região do Algarve – Áreas de Baixa Densidade 1994-1999*. CCDR – ALG, Faro.
- Cravidão, F. (1989a), *Residência Secundária e Espaço Rural – Duas aldeias na Serra da Lousã – Casal Novo e Talasnal*. Col. Estudos 10, Faculdade Letras, Coimbra.
- Cravidão, F. (1989b), *Residência Secundária e Revalorização do Espaço rural. V Colóquio Ibérico de Geografia*, Actas, Ponências e Comunicações, León: 359-365.
- Ferreira, C. (1999), *Reencontros com o mundo rural: dos lazeres turísticos à fixação de “novos e velhos” residentes. Desenvolvimento rural. Desafio e Utopia* (Coord. Carminda Cavaco), CEG, Lisboa: 313-318.
- Gallent, N. et al. (2005), *Second homes: European perspectives and UK policies*. Ashgate Publishing Ltd. [Acedido em 25 de Março de 2008]
<http://books.google.com/books?id=ncgYmEKNiG8C&hl=pt-PT>
- Gaspar, J. (s/d), *Geografia e Ordenamento do Território – dos paradigmas aos novos mapas*. Colóquio Ciência, *Revista da Cultura Científica*, nº13, Lisboa: 51-65.
- Grijalba, M. (1984), *Distribucion de las residencias secundarias en la Rioja. I Colóquio de Geografia de la Rioja*, Logroño. [Acedido em 31 de Outubro de 2007]
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=61700>
- INE (1991/2001), *Recenseamento da População e da Habitação*, Inst. Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2004), *Sócio-demografia das áreas de baixa densidade do Algarve*. Lisboa.
- King, R. et al. (2000), *Sunset lives. British Retirement Migration to the Mediterranean*. UK: Berg Publisher.
- Perrot, M. e La Soudière, M. (1998), *La residence secondaire: un nouveau mode d’ habiter la campagne?*, *Ruralia*. [Acedido em 20 de Dezembro de 2007].
<http://ruralia.revues.org/document34.html>
- Roca, Z. et al. (2006), *Da topofilia à Terrafilia: Paisagens, Modos de Vida e Desenvolvimento territorial. XX Encontro Nacional de Professores de geografia*, CEGED, ULHT.
- Sampaio, J. (1999-2000), *Considerações sobre a residência secundária em Esposende. Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série*, vol. XV/XVI, Porto: 131-143.
- Sena, M. e Queiroz, O. (2006), *Impactes ambientais e sócio-culturais do turismo de segunda residência: o caso de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA. Caderno Virtual de Turismo*, Vol. 6, nº 4, Brasil. [Acedido em 8 de Novembro de 2007].
<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=488&article=162&mode=pdf>
- Urbain, J. (2002a), *Le résident secondaire, un touriste à part?*, *Ethnologie française, tome XXXVII*: 515-520. [Acedido em 15 de Janeiro de 2008].
http://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ETHN_023_0515
- Endereços electrónicos:
<http://pt.mysecondhome.eu/index.html> [Acedido em 20 de Março de 2008].

Atractividade dos territórios rurais – contributos de uma orientação estratégica de marketing

Paula Lúcia Ruivo

Introdução

Os espaços rurais em Portugal, à semelhança do que se passa no resto do mundo ocidental, deixaram de ser encarados apenas sob a óptica das suas potencialidades produtivas, como refere Carvalho (2001), citando Carvalho e Fernandes (2000). Esta óptica determina que as opções estratégicas a implementar pelos agentes dinamizadores dos espaços rurais já não se rejam por uma agricultura que tem vindo a perder peso e hegemonia sobre o espaço e a sociedade, como se infere das reflexões de Baptista (2000). Desvanecida a “imagem romântica da agricultura” (Facchini, 2002), as expectativas da revitalização da atractividade dos espaços rurais têm vindo a centrar-se na valorização de produtos endógenos, em resposta às crescentes exigências dos consumidores e à promoção do quadro de vida da população dos territórios rurais. Existe, no entanto, toda uma diversidade de processos de apropriação da ruralidade que podem ser encarados como uma oportunidade de melhorar a atractividade dos territórios rurais. Na base desta oferta de valores territoriais, que podem potenciar a inovação e a diversificação de actividades económicas, nomeadamente o turismo e a residência em espaço rural está a presença de amenidades nestes territórios.

Na elaboração desta comunicação verificou-se que, na sua maioria, os processos de gestão territorial não incluem o *marketing* territorial como instrumento de promoção do desenvolvimento, pelo que se propõe a discussão do possível contributo da presença de amenidades rurais, como base para a aplicabilidade de estratégias de *marketing* de forma a incrementar a atractividade dos territórios rurais. A oferta territorial deve definir uma orientação estratégica que leve em conta as características das amenidades rurais presentes, assumidas como conferentes de especificidades a um território, mas também as expectativas que dela fazem os seus actuais e potenciais utilizadores. Para a boa prossecução deste objectivo sentiu-se a necessidade de identificar eventuais grupos de utilizadores dos territórios procurando, nomeadamente, conhecer comportamentos de escolha e de utilização das amenidades rurais presentes e o grau de satisfação percebido na sua utilização.

1. Amenidades rurais e atractividade do território

Cada território pode ser visto numa óptica integrada dos diversos elementos dos quais depende o seu nível de atractividade e a imagem que normalmente veicula, e que, numa perspectiva de *marketing*, poderá fortalecer um sentimento favorável à utilização de um território rural. A oferta territorial deve disponibilizar as condições para reforçar ou acrescer valor ao território de forma a que os utilizadores, actuais e potenciais, vejam as suas expectativas satisfeitas, pelo que, neste processo, há que conhecer quais as características do território que são procuradas e que podem ser destacadas de forma a tornar o território em estudo um bom território para viver, visitar, trabalhar ou para investir. A OCDE⁴⁷ (1999)

⁴⁷ OCDE Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico;

designou-as por amenidades rurais, definindo-as como: “características naturais e produzidas pelo Homem, incluindo terrenos incultos e cultivados, monumentos históricos e mesmo tradições culturais” (...) que se distinguem das “características mais vulgares do campo, porque se lhes reconhece valor hedónico, social e económico.” Alguns grupos sociais, que diferem de região para região, reconhecem-nas como preciosas e de grande utilidade (Cairol e Terrasson, 2002) e, dada a sua profunda ligação a atributos do território, terão interesse enquanto base para o seu desenvolvimento (OCDE, 2002; Marcepoil e Perret, 2002). Lacroix *et al.* (2000) referiram-se-lhes como externalidades que, para além de se revelarem como um produto de actividades agrícolas diversas, podem constituir o somatório de acções “artesanais, de ordenamento colectivo e de cultura local, de arquitectura, das tradições de acolhimento, de modos de vida”. Também Veiga (2000) salientou a “possibilidade de geração de emprego, captando vantagens das amenidades rurais – atractivos que importam renda de sectores urbanos”. Estas últimas afirmações sugerem que se possa entender as amenidades rurais como “um conjunto de objectos materiais e imateriais que contribuem para que o território seja objecto de uma apreciação positiva para certos indivíduos” como refere Terrasson (2002). A mesma opinião é reforçada por Beuret e Kovacsazy (2002) e Cairol e Terrasson (2002) que acrescentam: falar de amenidades é privilegiar o homem e a satisfação das suas aspirações”.

A OCDE tem vindo a apresentar várias propostas de tipologias de amenidades susceptíveis de servir de base a diferentes instrumentos, políticas e recomendações aplicáveis aos territórios rurais (OCDE, 1999 e OCDE, 2002). Outras instituições como o CEMAGREF/INRA⁴⁸ abordam, igualmente as dinâmicas territoriais que se relacionam com os múltiplos usos das amenidades rurais num quadro de vida rural. A nível da ERS (USDA)⁴⁹ investiga-se a importância da preservação das amenidades rurais a conferir pelos adequados *Farmland Protection Programs*, programas destinados a minimizar a conversão de terra agrícola para outros usos, como o desenvolvimento urbano. Veiga (2004) assinalou igualmente a existência de estudos da ERS (USDA) que “identificaram que as amenidades naturais passaram a ser, nas últimas décadas, a principal vantagem comparativa das áreas rurais”. Estas abordagens, ainda que em diferentes perspectivas, coincidem quanto ao objectivo final de contribuírem para o desenvolvimento do território rural, incentivando a melhor utilização dos recursos locais, envolvendo o maior número de actores locais e a intervenção pública na preservação e valorização do património rural.

2. Atractividade do território e marketing territorial

Utilizar uma filosofia de *marketing* territorial significa alargar os princípios da gestão de *marketing* à concepção de orientações a desenvolver pela oferta territorial, para que esta satisfaça as necessidades dos seus públicos-alvo, reforçando a ligação efectiva ao desenvolvimento local e rural, nomeadamente, como refere Barros (1998), com uma “valorização dos territórios rurais, que integre a sua diversidade, com os princípios da subsidiariedade, da descentralização e da participação”. Trata-se, portanto, segundo Nifle (2001), de qualificar a oferta de valores do território, qualificação que deve ser uma tarefa a desempenhar pela comunidade, numa perspectiva de *marketing* de oferta. Este processo beneficia necessariamente das boas relações entre os actores locais, que determinam eventuais sinergias territoriais em favor da valorização do território. Entre as várias noções adoptou-se, por parecer mais completa, a apresentada por Laxe e Cristal (2003): “o marketing territorial contempla a análise, o planeamento, a execução e o controlo dos processos concebidos pelos

⁴⁸ CEMAGREF/INRA Centre National du Machinisme Agricole et du Génie Rural, des Eaux et Forêts/Institut National de la Recherche Agronomique;

⁴⁹ ERS (USDA) Economic Research Service/ United States Department of Agriculture.

actores de um território, de forma mais ou menos concertada e institucionalizada, com a finalidade de responder às necessidades e expectativas dos indivíduos e das organizações presentes no território contribuindo igualmente para melhorar, a curto, médio e a longo prazo, a competitividade, a posição no mercado e a qualidade global do território no seio de uma sociedade competitiva.”

As aplicações mais frequentes do marketing territorial enquadram-se no âmbito da localização empresarial e do marketing urbano (em particular nos centros históricos das cidades). Em Portugal, incursões no marketing territorial são ainda incipientes e praticamente limitadas às cidades, à excepção dos estudos de Dinis (2004) e Kastenholz (2002). A adequação do marketing a territórios fragilizados e carentes de ícones, como são, na sua maioria caracterizados os territórios rurais torna-se difícil de empreender. Enquanto ferramenta metodológica pretende-se que ajude à melhor gestão das oportunidades que eventualmente se ofereçam a um dado território rural encarando-o como um produto ampliado caracterizado por uma oferta em que coexistem recursos tangíveis e intangíveis, de natureza pública e privada, que se conjugam para o bom acolhimento de investidores, residentes e não residentes.

Numa primeira etapa do processo de análise em *marketing* territorial procede-se ao formular de uma visão estratégica que resulta da definição e diagnóstico da situação actual do território, do estudo das dinâmicas dos territórios concorrentes e da análise da procura, actual e potencial. De entre os vários critérios de segmentação defende-se, no âmbito do *marketing* territorial estratégico, a utilização de critérios relacionados com o comportamento dos seus utilizadores face ao território rural, para que os segmentos a definir incorporem as percepções das necessidades, preferências e expectativas dos seus utilizadores. Esta etapa termina com a definição e escolha do(s) mercado(s)-alvo e a definição de objectivos e de estratégias a operacionalizar subsequentemente de acordo com o posicionamento escolhido.

Nesta segunda etapa, de *marketing* operacional, são tomadas decisões de intervenção sobre as amenidades rurais e definidas acções facilitadoras da identificação e do acesso à utilização do território rural, conducentes à construção ou à manutenção de uma relação de troca que deve ser vantajosa, entre os agentes da oferta territorial e os públicos-alvo. A compreensão das características diferenciadoras do território face aos seus concorrentes permite encontrar elementos a integrar na política de comunicação territorial reforçando a identidade, favorecendo a notoriedade e a divulgação de uma imagem. A conjugação destas actuações deve estar convenientemente articulada com o posicionamento estratégico antes definido para o território rural para que seja correctamente interpretada pelo(s) segmento(s)-alvo.

Martini (2003) sugere que o *marketing* do território se deve expressar nas estratégias, acções e instrumentos através dos quais uma entidade, com capacidade para gerir o território, age, facilitando o processo de decisão de escolha de um sujeito externo. O mesmo autor considera como questões críticas para o *marketing* territorial, as que se relacionam com a correcta definição do território em estudo e da procura que nele pode ser registada, bem como a forma como as actores territoriais coordenam e se envolvem nos diferentes processos territoriais. Sistematizando, de acordo com Tamma (2003), Martini (2003) e Farral (2003), são funções de *marketing* territorial, a atracção de públicos, a valorização da identidade e das especificidades locais, a promoção de desenvolvimento socioeconómico, identificando, pela diferenciação, uma vantagem competitiva chave para a sustentabilidade económica a longo prazo. Tamma (2003) enumera, contudo, eventuais problemas que podem surgir neste processo estratégico, causadas, nomeadamente, pelo envolvimento de um número elevado e heterogéneo dos actores, recursos e actividades.

3. Relevância dos resultados preliminares do estudo⁵⁰

A complexidade e a diversidade das dimensões que intervêm a nível de um território rural, os objectivos propostos e o contexto da investigação motivaram a opção de realização de um estudo de caso – território da albufeira da Barragem de Castelo do Bode. O facto da Albufeira constituir actualmente a maior captação de água para consumo humano, e por isso estar classificada como albufeira de águas públicas protegidas, limita particularmente as suas possíveis utilizações. Associando ainda a insuficiência de população que anime o território afigura-se difícil a sobrevivência das unidades de alojamento turístico que marginam a albufeira e a sustentabilidade da aplicação de estratégias de *marketing* territorial. Não existindo outras características simbólicas relevantes, nem podendo beneficiar com a procura afectada à cidade de Tomar, algumas unidades procuram complementar a actividade turística com a oferta de programas para reuniões empresariais. Esta solução apresenta-se como muito limitada para as unidades de alojamento que mais se afastam dos centros urbanos. Ainda assim, um factor favorável à instalação de pessoas e de organizações relaciona-se com a localização da albufeira da Barragem de Castelo do Bode, relativamente próxima do centro geodésico de Portugal, na Milríça e, simultaneamente, próxima de Lisboa e da fronteira com Espanha.

Em resultado de uma primeira análise interna elaboraram-se fichas que descrevem as amenidades rurais dos concelhos de Tomar e de Ferreira de Zêzere, e que permitiram a escolha dos locais com maior potencial atractivo, na margem direita da albufeira da Barragem de Castelo do Bode. Na abordagem metodológica recorreu-se à recolha de informação através da aplicação de questionários aos utilizadores do território e de entrevistas a agentes dinamizadores da oferta territorial. Foram realizados cerca de 200 inquéritos, dos quais se validaram 175, distribuídos pelos três locais em estudo: 46,6% em Dornes, 36,6% na Castanheira/Lago Azul e 16,6% na Barreiras/Ilha do Lombo, nos concelhos de Ferreira do Zêzere e Tomar. Os resultados foram obtidos através do *software Statistical Package for the Social Sciences* (versão 15).

O perfil sociodemográfico dos respondentes mostrou incluir indivíduos portugueses, de ambos os sexos, na sua maioria residentes na Região de Lisboa (mais frequentemente nos concelhos de Lisboa, Odivelas, Sintra e Amadora). Por outro lado, no que se refere aos residentes, em Portugal, mas fora da Região de Lisboa (27,4%), os concelhos de origem referenciados são, na sua maioria limítrofes dos concelhos estudados, indiciando possíveis viagens curtas de passeio pela região. A amostra apresentou inquiridos predominantemente do escalão etário entre os 35 e os 44 anos (cerca de 31%), sendo interessante notar que cerca de 63% dos inquiridos detém habilitação ao nível do ensino secundário e do ensino superior. Verificou-se ainda que 68% da população inquirida exerce uma profissão, englobando maioritariamente trabalhadores por conta de outrem e abrangendo diversos ramos de actividade, na indústria, na construção e primordialmente nos serviços.

Cerca de um quarto dos inquiridos afirmou nunca ter estado antes, no local em que estava a ser entrevistado, mas manifestaram, na sua maioria, a vontade em voltar, invocando diferentes razões para este retorno – “calma”, “paz”, “tranquilidade”, “beleza”, “paisagem”, entre outras. Os inquiridos, em revisita, revelaram como principal factor motivacional para empreender a viagem ao território o gozo de férias, e reportaram a sugestão dos familiares e amigos como principal fonte de informação sobre os benefícios/atracções do território. Foi

⁵⁰ Este trabalho de campo inseriu-se na dissertação de doutoramento que veio a ser apresentada no Instituto Superior de Agronomia (UTL - Lisboa).

também expressa, com alguma frequência, a existência de ligações afectivas ao território, que parecem constituir um factor determinante da escolha do território a utilizar.

Indagados para que apontassem o que poderia tornar o território mais atractivo, as necessidades mais invocadas foram a “melhor sinalização” e a “melhor informação sobre as amenidades existentes no território”. Foram igualmente apontadas a melhoria das acessibilidades e dos transportes, mostrando também a sua preocupação por uma melhor preservação da paisagem natural. Menos assinalados foram os itens “melhor preservação da paisagem agrícola” e a “oportunidade para participar na actividade agrícola”, o que se considera pertinente do que representa a actividade agrícola para a maioria destes utilizadores.

Verificaram-se, face aos resultados obtidos pela aplicação da análise factorial, diferenças que podem ser justificadas pela procura de diferentes grupos de amenidades rurais, determinadas pelas preferências pela natureza e o sossego, o património rural e o desporto e a recreação. A posterior aplicação do *k-means*, sobre quatro das dimensões obtidas na análise factorial de componentes principais, permitiu a definição de clusters com base nas respostas obtidas quanto ao nível de satisfação percebido nas amenidades rurais usufruídas. A informação obtida nos cruzamentos subsequentes permitiu identificar e caracterizar os diferentes segmentos de utilizadores do território rural em estudo e deverão ser apreciadas pela oferta territorial na definição e na escolha das opções estratégicas e operacionais numa óptica de marketing orientada para o(s) segmento(s)-alvo que se pretendem atingir.

Numa óptica de marketing entende-se que devem ser considerados três segmentos de utilizadores do território, para os quais devem dirigir diferentes eixos de actuação, de acordo com as características manifestadas. Assim a oferta territorial deverá ter em conta algumas orientações de que aqui se sugerem algumas a título exemplificativo. Relativamente ao segmento A, o esforço de marketing deve concentrar-se no facilitar do acesso à utilização de amenidades rurais, especialmente aquelas em que se verificou uma grande expectativa de atracção sem que se vissem associados elevados graus de satisfação e/ou recomendação de uso. Relativamente a este segmento as orientações devem contemplar acções que potenciem o momento da refeição e de incentivo à pernoita. Ainda que transversal a todos os outros segmentos, é premente que a oferta territorial aposte na melhoria da sinalética (nos itinerários principais e localmente de interpretação das amenidades rurais).

No que se refere ao Segmento B, as orientações a privilegiar terão outro carácter face ao menor risco percebido na utilização do território. Este segmento pode ser encarado como potencial veículo de informação sobre o território, quer como segmento em que será maior a probabilidade dos indivíduos se virem a fixar no território, especialmente em situações de desemprego ou de reforma. Se a oferta pretender criar orientações estratégicas dirigidas ao segmento C, deverá contemplar acções que reforcem a implicação dos utilizadores com o território rural, e considerando que se trata do segmento que incorpora mais jovens deveriam ser dinamizadas algumas actividades para eles dirigida. O conjunto de resultados obtidos conduziu à síntese indicada no Quadro 1.

Estas informações constituem também indicações a conciliar com o posicionamento desejado para o território rural. Neste estudo, o artesanato, os produtos tradicionais, os saber-fazer e outras amenidades que detêm um bom poder evocativo para a maioria dos indivíduos, não apresentam no território dimensões relevantes, pelo que não se consideram suficientes para a construção de um posicionamento. Por outro lado, no tratamento da informação surgiu como componente não discriminativa, a que se relacionou com as amenidades “Natureza”, “Tranquilidade” e “Paisagens naturais” o que, numa perspectiva mais geral, parece reforçar estes elementos como eixo central de posicionamento do território.

Quadro 1. Componentes resultantes da análise factorial, *clusters* obtidos utilizando o *k-means* e caracterização dos segmentos identificados

Componentes	Cluster/Caracterização do segmento						Sig.
	A		B		C		
1 Produtos tradicionais Gastronomia Artesanato Paisagens agrícolas tradicionais Pequenos mercados locais Romarias Antigas instalações industriais Feiras Hospitalidade Cantares e danças tradicionais	-0,28757	É o <i>cluster</i> com maior expressão de indivíduos que utilizam o território pela primeira vez; Estão dispostos a voltar, mas sugerem algumas melhorias: melhor e mais informação e sinalética, existência de infra-estruturas básicas de apoio; Sentem-se ligeiramente atraídos pelo património histórico construído mas não o recomendam;	2,05338	Portugueses, que apreciam especialmente as amenidades rurais relacionadas com o dia-a-dia do rural Revelam uma forte ligação afectiva ao território; Revisitam o território com frequência e sem mostras de sazonalidade, permanecendo em casas secundárias; Sentem-se atraídos, satisfeitos e recomendam todas as amenidades presentes;	-0,34264	Pretendem usufruir da ruralidade valorizando as actividades de lazer e recreio, Privilegiam a permanência durante as férias, optando pelo alojamento em casa de familiares; Desejam ver preservada a paisagem natural e o património construído. Esperam mais e melhores acessibilidades e gostariam de ver construída uma marina/piscina fluvial.	0,000
2 Igrejas e capelas Outros monumentos Aldeias e vilas preservadas	0,03517		0,71466		-0,37801		0,000
3 Praia/piscina fluvial Festas Percursos para passeios Ambiente despoluído Ruralidade	-0,66615		0,39637		1,10205		0,000
4 Navegação recreativa Desportos aquáticos Outras actividades desportivas	0,08901		0,57443		-0,42003		0,000
Dimensão do cluster	88 indivíduos (57,1%)		20 indivíduos (13%)		46 indivíduos (29,9%)		

4. Conclusões

As amenidades rurais parecem oferecer novas perspectivas de aplicabilidade da teoria de marketing a territórios rurais contribuindo com uma base para a identificação e caracterização do perfil dos segmentos de utilizadores do território. A orientação de marketing que se preconiza para o território rural passa pela aplicação das opções estratégicas que propiciem condições que reforcem o valor, a dinâmica e a atractividade do território face às expectativas dos seus utilizadores actuais e potenciais. Numa orientação de marketing, poder-se-á dizer que se procura maximizar a satisfação da procura territorial. Nesse âmbito, considerou-se a aplicação de *marketing* a um território rural como possível, mas a adequação, por parte da

oferta territorial às exigências da procura não é fácil nem rápida, como se gostaria e à imagem do que pode acontecer no designado marketing empresarial.

Este ramo do *marketing*, ou este novo *marketing*, tem vindo a adquirir personalidade, como refere Burguete *et al.* (2003), e compreende o conjunto de práticas que têm por objecto difundir o conhecimento de um local, de uma região ou de um determinado território e das características distintivas que podem favorecer o seu desenvolvimento. Reconhece-se que a utilização estratégica do *marketing* aplicado a um território rural enquadra a possibilidade de uma melhor participação num processo sustentável de gestão do território contribuindo para uma oferta mais competitiva, com um papel determinante na revitalização do espaço rural, no sentido em que pode favorecer a exploração das amenidades. Não obstante, o desenvolvimento local só será efectivo com a participação de todos os actores de forma a criar e a viabilizar um produto aumentado, que sistematize e integre as potencialidades e debilidades diagnosticadas, que torne exequível a definição de um posicionamento que maximize a satisfação das expectativas dos utilizadores e que seja objectivamente desejado pelos dinamizadores do território rural.

Referências Bibliográficas

- Baptista, F. O. (2000). O espaço e o rural. Actas do 3º Congresso Nacional de Economistas Agrícolas: A Agricultura Portuguesa numa Economia Globalizada. Vol. II. Lisboa: APDEA.
- Barros, V. (1998). Desenvolvimento rural na última década. In *A rede para o desenvolvimento local Edição Especial – 10 anos de desenvolvimento local*. http://www.in-loco.pt/inloco/Public/red_ed03.htm.
- Burguete, J., Esteban, R. e Rodríguez, P. (2003). Benefícios reales de los establecimientos de turismo rural de Castilla y León. Desarrollo Local y Marketing territorial. XIII Jornadas hispano-lusas de gestión científica. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- Cairol D., Terrasson D. (2002). Les aménités des espaces ruraux ; un enjeu pour les politiques publiques, un enjeu pour la recherche. *Ingénieries n Spécial Aménités rurales : une nouvelle lecture des enjeux territoriaux*, CEMAGREF ANTONY DTDG, FRE, 5-14.
- Carvalho, P. (2001). Património, território, actores e desenvolvimento rural sustentável. O Ecomuseu da Serra da Lousã. Desafio ou Utopia? 1º Congresso de Estudos Rurais - Mundo Rural e Património. Vila Real: SPER/UTAD.
- Dinis, A. (2004). Marketing territorial: Um instrumento necessário para a competitividade das regiões rurais e periféricas. Texto para discussão N° M – 02/2004. Covilhã: DGE/UBI. <http://www.dge.ubi.pt/investigar/TDiscussao/2004/m022004.pdf>.
- ERS/USDA (2002). *Land use, value, and management: urbanization and agricultural land*. ERS/USDA. <http://www.ers.usda.gov/Briefing/LandUse/urbanchapter.htm>.
- Facchini, F. (2002). La valorisation des aménités rurales pour les agriculteurs: rémunération par les consommateurs versus rémunération par les contribuables. Colloque SFER – La Multifonctionnalité de l'activité agricole et sa reconnaissance par les politiques publiques. Paris: INA. <http://www.univ-reims.fr/Labos/ESSAI/multifonctionnalite/resum/facchini.pdf>.
- Farral, A. (2003). Local distinctiveness as an economic driver. Bangor: Planning Summer School <http://www.planningsummerschool.org/papers/year2003/>.
- Kastenholz, E. (2002). *The role and marketing implications of destination images on tourist behaviour: The case of Northern Portugal*. Dissertação de doutoramento em Turismo. Aveiro: DEGEI, UA.

- Lacroix, A, Mollard A. e Pecqueur, B. (2000). Origine et produits de qualité territoriale: du signal à l'attribut? *RERU* 2000, IV, 683-706.
- Laxe, F. e CRISTAL, J. (2003). Los factores de competitividad y marketing territorial. In *Boletín Económico de ICE (Información Comercial Española)*, nº 2789; 35-46.
- Marcelpoil, E. e Perret J.(2002). La richesse des pratiques de tourisme à la ferme. *Ingénieries n Spécial Aménités rurales : une nouvelle lecture des enjeux territoriaux*, CEMAGREF ANTONY DTDG, FRE 43-52.
- Martini, U. (2003). Marketing del territorio e integrazione de l'offerta: obiettivi e prospettive. Conferenza Marketing del territorio e sistemi locali di offerta. Trento: UNIT. <http://www.economia.unitn.it/etourism/eventi/martini.pdf>.
- Nifle, R. (2001). L'attractivité territoriale - Quels en sont les critères et les en jeux? <http://journal.coherences.com/article45.html>.
- OCDE (1999). *Cultivating rural amenities. An Economic Development Perspective*. Paris: OECD.
- OCDE (2002). *Des politiques de développement basées sur les aménités rurales: Guide pour l'action publique*. Paris: OECD.
- Tamma, M.(2003). Alcuni obiettivi-funzioni di ordine generale assegnati al marketing del territorio. Conferenza Marketing del territorio e sistemi locali di offerta. Trento: UNIT. <http://www.economia.unitn.it/etourism/eventi/tamma.pdf>.
- Terrasson, D. (2002) Aménités, fonctions non marchandes et aménagement forestier. *Ingénieries n Spécial Aménités rurales : une nouvelle lecture des enjeux territoriaux*, CEMAGREF ANTONY DTDG, FRE, 57-62.
- Veiga, J. (2000). A Face Rural do Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS. <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n2/14-resenha.htm>
- Veiga, J. E. (2004). Destinos da ruralidade no processo de globalização. In *Seminário nº 16 / 2004*; S. Paulo: FE-IPE/Universidade de S. Paulo. <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos%202/zeeli.pdf>.

Turismo, património(s) e desenvolvimento rural: a percepção local da mudança

**Paulo Carvalho
Juliana Correia**

1. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural: as trajectórias das políticas europeias para o mundo rural

A promoção pública do desenvolvimento do mundo rural europeu, desde a génese das Comunidades Europeias, reflecte mudanças significativas na óptica da concepção e operacionalização das políticas e na perspectiva dos resultados das intervenções. A principal tendência de fundo, a partir da análise da sua trajectória evolutiva, remete para a crescente valorização dos novos usos/funções rurais, o decréscimo acentuado das actividades tradicionais (agro-silvo-pastorícia) e o abandono progressivo da paisagem agrícola e florestal (Cavaco, 1999-a; Arroyo, 2006; Baptista, 2006). De forma paralela, a territorialização assume relevância no quadro de estruturação das políticas europeias e nacionais (Gutiérrez, 2006). A amplitude das mudanças, envolvendo actores, valores e interesses de geometria variável, em sentido global (sem olvidar a heterogeneidade e a complexidade do mundo rural), pode resumir-se a uma ideia: “do agrícola... ao rural”. Contudo, importa explicitar de modo mais detalhado a transição funcional do mosaico rural europeu e a vinculação aos novos usos do território.

Como referem Carvalho e Silva (2008), a Europa Comunitária, reconhecendo a especificidade e as dificuldades (estruturais) do mundo rural, incluiu no seu Tratado fundador (Roma, 1957), as regiões rurais como preocupações prioritárias de promoção do desenvolvimento económico e social. A elevação dos rendimentos e do nível de vida da população rural (designadamente os activos vinculados ao sector agrícola) e a resolução do problema decorrente do défice de produção de leite, carne e cereais por parte da Comunidade Económica Europeia (CEE), configuram objectivos da maior relevância que emergem na génese da Política Agrícola Comum (PAC).

A política da União Europeia para o mundo rural reflecte a transição de uma concepção agrícola, centrada no apoio e estímulo directo às produções e aos agricultores, que coincide com um período de acentuado enfraquecimento e desvitalização económica, social e demográfica do espaço rural, para uma concepção pós-agrícola alicerçada na valorização de novas actividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural, que por sua vez acompanha o maior interesse dos territórios e das paisagens rurais por parte da população urbana (Lane, 1994; Donadieu, 1999; Cavaco, 2005).

O mundo rural europeu, depois de um período em que dominaram as preocupações produtivistas (do início dos anos 60 ao final dos anos 80 do século XX), começa a evidenciar os efeitos das perspectivas territorialistas ambientalistas e patrimonialistas. Estas enfatizam a dimensão multifuncional da agricultura e do mundo rural, reconhecem a especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e assumem como prioritários os conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria (Carvalho, 2006). O objectivo principal é conciliar a prática agrícola com as preocupações ambientais e paisagísticas, preservar e valorizar a paisagem e a diversidade do património cultural, e ao mesmo tempo encontrar novas funções/usos para os territórios rurais compatíveis com esses princípios orientadores.

Porém, o desenvolvimento rural, tendo a Agenda 2000 como referência incontornável, apenas se afirma como dimensão política autónoma no âmbito do novo período de programação das políticas públicas para 2007-2013, mediante a criação do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Este, uma vez que integra todas as medidas de desenvolvimento rural no âmbito de um instrumento único, pretende aumentar a competitividade da agricultura e silvicultura, melhorar o ambiente e da paisagem rural, promover a qualidade de vida nas áreas rurais e a diversificação da actividade económica no conjunto dos espaços rurais.

Em síntese, as políticas para o mundo rural europeu evidenciam duas tendências principais que, por sua vez, configuram outras tantas concepções de desenvolvimento: uma, de cariz agrícola, centrada no papel da agricultura e direccionada para os agricultores e suas organizações; outra, de cariz territorial, norteada para o território e para o conjunto da população rural. No primeiro caso, o apoio da União Europeia é orientado exclusivamente para os agricultores (através de acções como, por exemplo, a modernização das explorações agrícolas, a renovação de gerações, a instalação de jovens agricultores, a introdução de novos sistemas de produção agrícola e as medidas agro-ambientais) e a multifuncionalidade da agricultura é o seu principal contributo para o desenvolvimento rural, incorporando as novas noções de sustentabilidade, eficiência e competitividade. A segunda perspectiva, ao contrário de enfatizar a importância da agricultura para o desenvolvimento rural, considera que a agricultura já não é o motor do desenvolvimento das áreas rurais uma vez que existem outras actividades de maior relevância na criação de emprego e na dinamização social e económica. De acordo com esta última concepção, a política agrícola deve ser integrada no quadro de uma política de desenvolvimento rural que impulse a diversificação de actividades e dote os territórios rurais de infra-estruturas e equipamentos suficientes para que a população se mantenha nos espaços rurais (Estrada, 2005; Cheshire, 2006; Covas, 2006).

2. Turismo e património no contexto da multifuncionalidade do mundo rural

Como se depreende das ideias expostas, os espaços rurais europeus aparecem cada vez mais comprometidos com novas funções/utilizações e mais (inter)dependentes da sociedade urbana (Figueiredo, 2003; Fernandes, 2004; Cavaco e Moreno, 2006). Nesta atmosfera de mudança, o turismo e os recursos eco-culturais assumem grande expressão como alavancas no desenho de vias alternativas ou complementares de desenvolvimento (Butler *et al.*, 1998; Kneafsey, 2001; Hall *et al.*, 2003; Carvalho *et al.*, 2007).

No caso de Portugal, esta tendência é-nos revelada pelas alterações nos hábitos de férias dos Portugueses, entre outros indicadores. O aumento do nível de vida e do rendimento, a democratização das viagens, a melhoria das vias de comunicação, a crescente urbanização do país e o aumento da taxa de motorização dos portugueses, foram factores decisivos para que, do lado da procura, se gerassem condições para o crescimento da actividade turística fora dos destinos tradicionais, localizados no litoral (Cavaco, 1999-b; Cravidão, 2006; Novais, 2006).

Em trabalho recente, a respeito das férias dos Portugueses por tipo de ambiente, reconhecemos o potencial do turismo na arquitectura de destinos alternativos. Embora com valores reduzidos, começa a evidenciar-se um crescimento da procura de novos tipos de ambientes, como é o exemplo das Montanhas (5.3%), das Termas (2.5%) e das Cidades (12.1%) (Carvalho e Correia, 2008). O Campo, apesar de um ligeiro decréscimo entre 2005 e 2006 (de 13.6% para 12.2%), permanece como a primeira opção no âmbito dos ambientes de férias alternativos (DGT, 2006). Contudo, a Praia continua a ser o destino preferencial dos

turistas para gozo das suas férias, mantendo inalteráveis os valores comparativamente ao ano de 2005, de quase 67% (DGT, 2007).

Em relação ao ambiente preferido para os residentes no Continente, com 15 ou mais anos, que não gozaram férias no referido ano, a Praia continua a ser o alvo preferencial da sua escolha (51.7%), seguido do ambiente do Campo (22.9%) e das Termas (12.7%) – (DGT, *op. cit.*).

Segundo dados oficiais da Direcção Geral do Turismo (2007), esta desigualdade nos diferentes tipos de ambiente, reflecte verdadeiramente, os principais destinos de férias dos Portugueses no seu próprio país. Deste modo, no ano de 2006, destacam-se como áreas preferenciais de férias pelos Portugueses, em primeiro lugar, a região do Algarve (28.7%), seguindo-se a região Norte (17.2%) e, por fim, a região Centro com 8.6%. Os arquipélagos da Madeira e dos Açores também se encontram no quadro de destinos preferidos pelos Portugueses, de cerca de 7.8% e 8.3%, respectivamente (Carvalho e Correia, *op. cit.*).

Por outro lado, a oferta turística designadamente o número de estabelecimentos e a capacidade de alojamento no âmbito do turismo em espaço rural, conheceu nas últimas duas décadas um crescimento muito significativo por todo o país e muito em especial na região Norte. De acordo com os últimos elementos estatísticos disponíveis (Duarte, 2007), em 2007 estavam em funcionamento em Portugal 1023 unidades de turismo no espaço rural, com um total de 11327 camas (as modalidades de turismo rural e turismo de habitação concentravam quase 60% das camas disponíveis). A relevância do TER nas políticas públicas, designadamente através de um conjunto diversificado (mas desarticulado) de programas (envolvendo diferentes entidades sectoriais), é outro factor decisivo a considerar na análise explicativa da dinâmica deste sector da actividade turística. As tendências mais recentes na óptica do comportamento dos turistas, explicam, também, a maior ambição do TER no sentido de responder às exigências de qualidade e diversificação das actividades relacionadas com o TER.

De modo semelhante, o património (natural e cultural) emerge no centro de diversos programas de promoção do desenvolvimento, envolvendo uma tipologia ampla de iniciativas e actores (turismo cultural e ecológico, parques temáticos, museus, entre os mais relevantes). É reconhecida a desarticulação funcional da maioria desses programas e a fragilidade dos mecanismos de participação pública dos cidadãos nas diversas fases do processo de planeamento em particular a fase de avaliação das iniciativas, pelo menos a partir dos elementos disponibilizados e/ou publicados pelas instituições com responsabilidade nesta matéria.

Uma vez que a concepção (e a operacionalização) de novas políticas carece de uma avaliação objectiva e imparcial dos programas implementados, resulta evidente a relevância estratégica da investigação em torno desta problemática. Pela nossa parte, apresentamos os resultados preliminares de um inquérito realizado à população residente, a partir de um caso de estudo, no âmbito de um projecto de investigação centrado nas Aldeias Históricas e nas Aldeias do Xisto (Centro de Portugal).

3. Piódão: um caso de estudo na montanha do Centro de Portugal

3.1. Aldeia(s) Histórica(s): novas oportunidades e mudanças

A aldeia do Piódão (figura 1), sede da freguesia homónima (do concelho de Arganil), na Serra do Açor (Cordilheira Central), foi um dos dez lugares (Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto e Sortelha) seleccionados no âmbito do Programa das Aldeias Históricas de Portugal (1994-1999). Este tipo de apoio público, com continuidade em 2000-2006, através do Programa Operacional da

Região Centro, designadamente a Acção Integrada de Base Territorial “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias” (com a integração de mais dois lugares: Belmonte e Trancoso), constituiu uma oportunidade estratégica de promoção do desenvolvimento e projecção do Piódão, e um eixo incontornável em matéria de análise explicativa das mudanças que, desde então, marcam esta aldeia (Moreno, 1999). Importa referir que as dinâmicas recentes, por via de projectos e realizações decorrem, ainda, de outros programas em especial no âmbito do desenvolvimento agrícola/rural (em que destacamos o papel da Associação de Compartes da Freguesia do Piódão).



Figura 1. Mapas simplificados de localização do município de Arganil e da aldeia do Piódão (freguesia em destaque, no extremo leste) [elaboração própria]

Os principais indicadores estatísticos (e o conhecimento da realidade em estudo) demonstram, de forma inequívoca, os efeitos locais dos processos de despovoamento (entre 1960 e 2001, a freguesia do Piódão perdeu quase 80% da população residente), envelhecimento (em 2001, 44% dos residentes apresentavam 65 ou mais anos e apenas 10% eram jovens) e abandono (nomeadamente a paisagem rural, por via do declínio acentuado das actividades tradicionais).

Como referimos, a sedimentação das mutações funcionais do Piódão e a sua integração progressiva no mercado do excursionismo e do turismo, como acontece em muitos outros micro-territórios de montanha (Cunha, 2003; Fernandes e Vieira, 2004; Carvalho, 2005; Pascual, 2006; Fernandes, 2007; Price, 2007), tem como referência incontornável os programas em torno das Aldeias Históricas de Portugal. As suas principais linhas de acção estão relacionadas com as infra-estruturas básicas, a salvaguarda e valorização do património (através de intervenções ao nível das fachadas e coberturas das estruturas edificadas), a promoção e divulgação do território e a animação das economias locais (CCRC, 2002), perfazendo cerca de 40 milhões de euros de investimento total até 2004 (com grande destaque para as Câmaras Municipais).

Todavia, o investimento por aldeia é desigual repartindo-se no intervalo de variação de 1,4 milhões de euros (Castelo Mendo) a 8 milhões de euros (Linhares da Beira). No caso do Piódão, o investimento total, segundo dados oficiais de 2002, foi de 5,5 milhões de euros, distribuído por 71 intervenções, com destaque para os equipamentos turísticos (o exemplo mais relevante é a Estalagem do INATEL, com 3,8 milhões de euros), as infra-estruturas básicas (1,4 milhões de euros) e a recuperação de fachadas e coberturas (174 mil euros). Ao mesmo tempo, são visíveis os efeitos locais deste programa (e de outros complementares), principalmente no âmbito das novas actividades (comércio de artesanato; serviços de cafetaria,

restauração e alojamento) e equipamentos (posto de turismo e museu), e a sua projecção na capacidade de atrair e satisfazer os visitantes (Carvalho e Correia, 2008).

Reconhecendo o papel central da população nas tarefas e desafios do desenvolvimento, importa questionar a integração da população residente neste novo modelo funcional do Piódão, o seu grau de participação/envolvimento nas diferentes fases do processo de planeamento e execução das intervenções, e as suas ideias sobre os rumos e os caminhos que se pretendem para o Piódão.

Nesta fase da investigação é possível apresentar os resultados preliminares de um inquérito por questionário realizado nos meses de Junho e Julho de 2008, a partir do universo da população residente e da população que residindo em outros lugares mantém uma casa de férias no Piódão. Os 33 inquéritos realizados (25 aos residentes e 8 aos proprietários de imóveis ocupados de forma sazonal) representam cerca de 55% do referido universo estatístico (que não inclui, para os efeitos do presente estudo, os jovens e os adolescentes).

3.2. Percepção local da mudança

No que diz respeito às características da amostra, podemos referir que a totalidade da população que respondeu ao inquérito é de nacionalidade portuguesa e a maioria dos proprietários (75.7%) residiam no Piódão. Os restantes inquiridos tinham o seu domicílio principal em Lisboa, Almada, Sintra, Seixal e Porto.

Trata-se de uma população bastante envelhecida: 51,5% dos inquiridos apresentam idades superiores a 65 anos, e os restantes indivíduos têm idades compreendidas maioritariamente entre os 28-64 anos. Como já se referiu, a população com idade inferior a 18 anos não foi inquirida no âmbito da nossa investigação.

No âmbito da composição social (através da análise de dois indicadores: habilitações literárias e profissão), a distribuição dos inquiridos revela a preponderância do ensino básico, completo (43.8%) e incompleto (18.8%), sendo que apenas 4 indivíduos (12,5%) obtiveram o ensino secundário. A estrutura sócio-profissional dos inquiridos reflecte o peso esmagador dos reformados (54.5%) no conjunto da população em estudo, designadamente do sector agrícola. A agricultura, a construção civil, a animação turística, o comércio, a restauração e a prestação de serviços relacionados com a administração local completam a lista de respostas dos inquiridos que exerciam uma actividade profissional.

Por outro lado, foi nosso objectivo analisar o conhecimento dos habitantes do Piódão em relação às Aldeias Históricas. Os resultados evidenciam que 36.3% dos inquiridos desconhecem as Aldeias Históricas. Não obstante, as aldeias mais referidas pelos residentes são as seguintes: Monsanto (32.1%), Linhares da Beira (14.3%), Almeida (14.3%), Sortelha (12.5%), Castelo Rodrigo (10.7%), Marialva (7.1%), Idanha-a-Velha (5.4%), Castelo Mendo e Castelo Novo (com 1.8% de respostas, para cada uma).

Os inquiridos que referiram como exemplo apenas uma Aldeia representam 27.2% da amostra (com predominância para a aldeia de Monsanto). Quanto aos exemplos de duas ou mais aldeias, as respostas apresentam maior diversidade (36.3% dos inquiridos).

Seguidamente apresentamos os principais resultados a respeito das questões relacionadas de forma directa com o Programa das Aldeias Históricas, designadamente a participação da população no âmbito do Plano de Aldeia e as suas opiniões/sugestões sobre a implementação do mesmo.

Na aldeia do Piódão é evidente o afastamento (a não participação) dos habitantes no contexto de elaboração do referido Plano: 84.8% dos inquiridos afirmam não ter conhecimento do Plano da Aldeia, e que a sua opinião não foi solicitada nas fases de elaboração

e execução do Plano. Quanto às intervenções realizadas na aldeia, 63.6% dos inquiridos revelam que o acompanhamento técnico foi reduzido (figura 2).

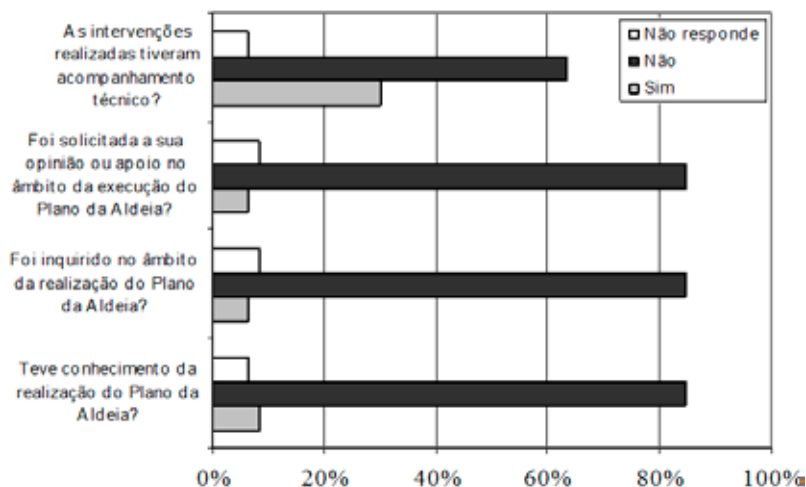


Figura 2. Participação e opinião da população no âmbito do Plano da Aldeia

Fonte: Inquéritos (2008)

No que concerne à avaliação do grau de satisfação dos residentes acerca das intervenções realizadas nos espaços públicos e nas estruturas edificadas, 42.4% dos inquiridos referem um resultado “Bom”. Em relação às infra-estruturas básicas a maioria dos habitantes (57.5%) afirmam tratar-se de uma boa intervenção, contrapondo-se aos 27.2% que consideram as intervenções apenas como satisfatórias. Em síntese, a maioria dos inquiridos consideram o conjunto de todas as intervenções realizadas no Piódão como boas (36.3%) ou satisfatórias (45.4%).

Quanto ao apoio concedido aos proprietários particulares, os habitantes que apresentaram projecto(s) ao Programa das Aldeias Históricas, nomeadamente para a recuperação de coberturas e apoio às actividades económicas, constituem uma minoria (18.1%). Embora sem apoio financeiro, a maioria dos inquiridos admitiu a realização de obras interiores para melhorar a sua casa (84.8%).

Por último, importa sublinhar os principais aspectos positivos e negativos relacionados com o Programa, e as expectativas dos inquiridos sobre o desenvolvimento do Piódão.

Como já se referiu, os eixos vertebradores das intervenções no âmbito das Aldeias Históricas configuram objectivos económicos, sociais e patrimoniais, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos residentes (designadamente através da renovação e ampliação da rede de infra-estruturas básicas), criar novas actividades económicas, em particular as relacionadas com o turismo, fomentar a oferta local de emprego e fixar população.

Na perspectiva dos residentes, as principais vantagens decorrentes das intervenções estão relacionadas com as redes de infra-estruturas básicas (água, energia eléctrica e saneamento), o turismo (número de turistas, nova imagem da aldeia e sua divulgação), a recuperação do património construído, a construção da piscina fluvial e o arranjo urbanístico do Largo da Aldeia, por ordem decrescente de importância, respectivamente.

As maiores preocupações manifestadas pelos inquiridos, no âmbito do Programa, enfatizam o turismo e algumas atitudes e comportamentos dos turistas (nomeadamente os seus efeitos negativos em termos de estacionamento na Aldeia, e de privacidade, tranquilidade e

segurança dos residentes), o funcionamento da ETAR (estação de tratamento de águas residuais domésticas) e o desinteresse em recuperar a piscina e o seu espaço envolvente (destruídos pela acção tempestuosa das águas, após o incêndio florestal de 2005). As respostas permitiram, ainda, perceber algumas críticas e incompreensão em relação às alterações arquitectónicas de alguns imóveis e no que diz respeito ao acesso (dos privados) aos apoios financeiros para intervenção nas estruturas edificadas. Prevalece, em geral, a ideia de que o esforço de investimento do Programa foi orientado no sentido de privilegiar os visitantes, em desfavor de quem vive diariamente na aldeia.

Sobre o que os inquiridos gostariam de ver realizado no Piódão, as respostas sublinham a melhoria da assistência médica e do acesso aos cuidados de saúde, a reconstrução da piscina fluvial e sua envolvente, a melhoria dos acessos à aldeia e o aumento dos lugares de estacionamento. A construção de uma casa de convívio, a criação de mais postos de trabalho e a recuperação de imóveis configuram outras opiniões neste domínio.

4. Conclusão

A evolução das políticas europeias para o mundo rural reflecte a transição de um paradigma orientado para o sector agrícola em direcção a um modelo centrado na sociedade rural. O desenho de diferentes vias e a afirmação de uma política integrada para o desenvolvimento rural estão relacionados com a abertura e a diversificação funcional dos espaços rurais, a valorização de novos recursos e a maior (inter)dependência da sociedade urbana.

Nesta atmosfera de mudança, o lazer e o turismo emergem como vias alternativas ou complementares de desenvolvimento rural, desde que integrados em estratégias territoriais sustentadas. A sua vinculação ao património natural e cultural (recurso diferenciador e indutor de vantagens competitivas para os territórios) destaca-se como um dos eixos de maior visibilidade em diversas políticas e iniciativas públicas, no alinhamento de objectivos relacionados, ao mesmo tempo, com a requalificação territorial e a revitalização económica e social.

A investigação realizada em Portugal em torno desta problemática tem sido direccionada para a análise da aplicação de instrumentos de financiamento específicos (Alves, 2003; Gonçalves, 2006; Carvalho *et al.*, 2007; Moreira *et al.*, 2008), as representações/construção da imagem do mundo rural (Figueiredo, 1999; Rodrigo, 2003; Valente e Figueiredo, 2003), a transformação das identidades culturais (Pérez, 2003), os efeitos e a oportunidade do turismo para o desenvolvimento rural (Cavaco, 1999-b; Joaquim, 1999; Ribeiro, 2003; Ferreira, 2007; Rodrigues, 2007; Fonseca e Ramos, 2008), o contributo das amenidades rurais para o incremento da atractividade do território (Ruivo, 2008), e enfatiza as metodologias de inquirição da população (residentes e visitantes) e dos actores locais e regionais (autarquias, associações económicas e culturais, empresários e organismos da administração pública), através de inquéritos por questionário e entrevistas, como contributos enriquecedores para os processos de tomada de decisão sobre o território.

Os resultados preliminares da nossa investigação (centrada na percepção dos efeitos locais induzidos por programas públicos de base turística e patrimonial), a partir de um caso de estudo (a aldeia do Piódão), permitem evidenciar o afastamento da população residente em relação ao planeamento e execução das intervenções, o sentimento generalizado da falta de acompanhamento técnico das obras realizadas, as preocupações face aos problemas da vida quotidiana (que acompanham uma população profundamente envelhecida) e as expectativas face aos melhoramentos ainda não concretizados designadamente ao nível das condições de vida na aldeia para responder às necessidades existenciais de um universo com as

características referidas. Na perspectiva dos residentes no Piódão, o turismo é um fenómeno de efeitos bipolares (positivos e negativos).

Não obstante as dificuldades e as limitações que acompanham a realização de inquéritos por questionário, fica claro, para nós, a relevância da participação pública dos cidadãos no quadro de estruturação, acompanhamento e avaliação de instrumentos de gestão territorial. Nesta teia complexa, a percepção da mudança, com a participação activa das comunidades locais, configura uma dimensão incontornável no aprofundamento da legitimidade de saber/aprender a interpretar as linguagens de estruturação dos lugares e, assim, contribuir para planear e gerir de forma mais eficaz um desenvolvimento local em meio rural que se pretende cada vez mais integrado e integrador.

Referências Bibliográficas

- Alves, J. E. (2003). O lugar do património rural nas políticas e nos processos de desenvolvimento regional: o caso das “aldeias e vilas históricas” na região do Alentejo. Resultados de um estudo de avaliação”. *Actas do 10º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*. Coimbra: APDR, 20 pp.
- Arroyo, F. M. (2006). El desarrollo rural en el contexto de la Unión Europea. *Norba. Revista de Geografía* (Universidad de Extremadura) *XI*, 11-20.
- Baptista, F. O. (2006). O rural depois da agricultura. In FONSECA, M. L. (coord.), *Desenvolvimento e território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 85-105.
- Butler, R. et al. (1998). *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Carvalho, P. (2005). *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra, 657 pp. (policopiado). Reeditado em 2009, com o título *Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*, pela Câmara Municipal da Lousã, Lousã, 657 pp.
- Carvalho, P. (2006). Residência secundária, patrimonialização e construção de novas ruralidades. *Comunicações do VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*. Huelva: UIA, AEEA e SPER, 467-499.
- Carvalho, P. e Correia, J. (2008). Turistificação, patrimonialização e dinâmicas territoriais em contexto rural de montanha: o exemplo do Piódão. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*. Lisboa: SPER, 15 pp.
- Carvalho, P. et al. (2007). Património construído e políticas de desenvolvimento local em áreas de montanha: das intervenções às novas orientações. In CRUZ, F. (org.), *Actas das II Jornadas Internacionais sobre Vestígios do Passado*. Póvoa de Varzim: AGIR, 327-354.
- Carvalho, P. e Correia, J. (2008). Recursos eco-culturais e turismo: notas de uma reflexão geográfica. In CRUZ, F. (ed.), *Actas do Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sócio-Cultural*. Póvoa de Varzim: AGIR, 10 pp.
- Carvalho, P. e Silva, S. (2008). Os programas LEADER e o desenvolvimento rural em ambientes de montanha. *Actas do 14º Congresso da APDR* (e 2º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza). Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 30 pp.
- Cavaco, C. (1999-a). O mundo rural português: desafios e futuros. In CAVACO, C. (ed.), *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia* (Estudos para o Planeamento Rural e Urbano, nº 50). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 135-148.

- Cavaco, C. (1999-b). O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal. In CAVACO, C. (ed.), *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia* (Estudos para o Planeamento Rural e Urbano, nº 50). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 281-292.
- Cavaco, C. (2005). Novas formas de habitar os espaços rurais. In MEDEIROS, C. A. (coord.), *Geografia de Portugal. Actividades Económicas e Espaço Geográfico* (vol. 3). Lisboa: Círculo de Leitores, 78-91.
- Cavaco, C. (2006). Práticas e lugares de turismo. In FONSECA, M. L. (coord.), *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 299-362.
- Cavaco, C. e Moreno, L. (2006): As ligações rural-urbano. *Pessoas e Lugares* 41. Lisboa: IDRHa: 4-6.
- Cheshire, L. (2006). *Governing Rural Development*. Aldershot: Ashgate, 184 pp.
- Covas, A. (2006). “A ruralidade do nosso tempo: decálogo para uma 2ª modernidade”. In FONSECA, M. L. (coord), *Desenvolvimento e território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 107-126.
- Comissão de Coordenação da Região Centro (2002). *Aldeias Históricas de Portugal. Um Património com Futuro*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Cravidão, F. (2006). Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares. In FONSECA, M. L. (coord.), *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 269-278.
- Cunha, L. (2003). A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local. In CAETANO, L. (coord.), *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, pp. 175-192.
- Direcção Geral de Turismo (2006). *Férias dos Portugueses: 2005*. Lisboa.
- Direcção Geral de Turismo (2007). *Férias dos Portugueses: Março 2006*. Lisboa.
- Donadieu, P. (1999). Campagnes urbaines: de la réalité aux symboles. In GONIDEC-POULLAOUËX, Ph. et al. (dir.), *Le paysage: territoire d'intentions*. Paris: L'Harmattan, 79-92.
- Duarte, T. (coord.) (2007). *O Turismo no Espaço Rural 2006*. Lisboa: Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos/Divisão de Recolha e Análise Estatística, 21 pp.
- Estrada, E. M. (2005). Nuevas orientaciones de la política europea de desarrollo rural. *Revista de Fomento Social* 238: 219-242.
- Fernandes, G. P. e Vieira, A. (2003). Problemáticas do turismo em áreas naturais e o seu significado nos concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela. In SIMÕES, O. e CRISTÓVÃO, A. (orgs.), *TERN. Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Edições Instituto Politécnico de Coimbra, 135-152.
- Fernandes, G. P. (2007). Percepções e significados dos espaços de montanha: da desarticulação produtiva à revalorização eco-cultural. In DENTINHO, T. e RODRIGUES, O. (orgs.), *Periferias e Espaços Rurais. Comunicações do II Congresso de Estudos Rurais*. Estoril: Príncipia Editora, 209-220.
- Fernandes, J. L. (2004). *Modernidade e fronteiras de desenvolvimento em Portugal. Tipologias e actores de desenvolvimento local. O caso da rede nacional de áreas protegidas*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Ferreira, L. (2007). Contributos do turismo para o desenvolvimento local: a Geira da Serra do Gerês. *Actas do 13º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*. Coimbra: APDR, 22 pp.

- Figueiredo, E. (1999). Ambiente rural – a utopia dos urbanos?. In CAVACO, C. (coord.), *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa: CEG, 263-279.
- Figueiredo, E. (2003). *Um rural para viver, outro para visitar: o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente apresentada à Universidade de Aveiro. Aveiro, 613 pp.
- Fonseca, F. e Ramos, R. (2008). O turismo como panaceia para inverter o declínio dos espaços rurais? O caso de Almeida. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*. Lisboa: SPER, 16 pp.
- Gonçalves, A. C. (2006). Inovação e tradição no turismo rural – o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas. *Actas do Congresso Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. Leiria: Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Leiria, 10 pp.
- Gutiérrez, J. I. P. (2006). Territorio, geografía rural y políticas públicas. Desarrollo y sustentabilidad en las áreas rurales. *Boletín de la A.G.E.* 41: 69-95.
- Hall, D., et al. (2003). *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot: Ashgate, 237 pp.
- Joaquim, G. (1999): Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?. In CAVACO, C. (coord.), *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa: CEG, 305-312.
- Kneafsey, M. (2001). Rural cultural economy: tourism and social relations. *Annals of Tourism Research* 17, 449-465.
- Lane, B. (1994). What is rural tourism? *The Journal of Sustainable Tourism* 2 (182), 7-21.
- Moreira, J. et al. (2008). A activação do património como recurso para o desenvolvimento local. O caso de uma aldeia em Terras de basto. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*. Lisboa: SPER, 13 pp.
- Moreno, L. (1999). A serra do Açor e o Piódão: refúgios de uma ruralidade recriada. In CAVACO, C. (coord.), *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa: CEG, 395-413.
- Novais, C. (2006). Diversificação e diferenciação dos produtos turísticos portugueses: uma forma de combater as assimetrias regionais. *Actas das Comunicações do 12º Congresso da APDR*. Coimbra: APDR, 28 pp.
- Pascual, F. G. (2006). Políticas públicas y sustentabilidad en las zonas desfavorecidas y de montaña en España. *Boletín de la A.G.E.* 41: 151-182.
- Pérez, X. P. (2003). Patrimonialização e transformação das identidades culturais. In PORTELA, J. e CASTRO CALDAS, J. (orgs.), *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, 231-247.
- Price, M. (2007). *Mountain Area Research and Management. Integrated Approaches*. London: Earthscan, 302 pp.
- Ribeiro, M. (2003). Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal. In PORTELA, J. e CASTRO CALDAS, J. (orgs.), *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, 189-198.
- Rodrigo, I. (2003). A questão ambiental nos territórios rurais e nas agriculturas da União Europeia. In PORTELA, J. e CASTRO CALDAS, J. (orgs.), *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, 167-187.
- Rodrigues, J. (2007). *Turismo e espaço rural: convivências, conflitos e harmonia: o parque natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra, 221 pp.
- Ruivo, P. (2008). Amenidades rurais – Que contributo? Estudo de caso em territórios rurais. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*. Lisboa: SPER, 13 pp.
- Valente, S. e Figueiredo, E. (2003). “O turismo que existe não é aquele que se quer...”. In SIMÕES, O. e CRISTÓVÃO, A. (orgs.), *TERN. Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Edições Instituto Politécnico de Coimbra, 95-106.

A Introdução de uma Inovação Social entre Agricultores Familiares: o Turismo Rural em dois roteiros do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

**Marcelino de Souza
Ivo Elesbão**

Introdução

As transformações que se verificam nos últimos anos representam uma nova fase do progresso tecnológico e de acumulação financeira do capital. O desenvolvimento tecnológico introduz mudanças qualitativas no processo de trabalho, na divisão técnica e na organização, bem como a própria distribuição setorial do emprego, dada a rápida expansão e declínio de atividades econômicas.

A nova divisão de trabalho se realiza basicamente, pela globalização dos mercados financeiros, mas também pelo ajuste estrutural das economias centrais que cria desemprego, êxodo, envelhecimento e despovoamento nas diversas regiões e não se mostra sustentável. Segundo Cristóvão e Miranda (2005), a globalização neoliberal da economia mundial e da vida social em geral, e a pressão que ela exerce sobre os estados, os territórios e as pessoas é um forte ingrediente nas crises setoriais que se observam em muitos países nos mais diversos cantos do globo. Para estes autores, o valor central desta globalização é o crescimento da “massa monetária” e da economia, não o bem-estar social e o desenvolvimento.

A chamada “mundialização” se “processa, todavia com grandes diferenças, de toda a natureza, e com exclusões, a exclusão dos inúteis, dos que não podem ou não querem vender as suas aptidões e a sua força de trabalho, que não têm suficiente poder de compra que interesse ao mercado” (Dolfus (1994), citado por Cavaco (2005:94).

Estas transformações atingiram todos os setores da economia e os três estados do Sul do Brasil não permaneceram imunes a elas. Assim, assistiu-se a uma tendência da concentração da produção primária que conformou uma estrutura produtiva menos diversificada, tornando o setor muito mais vulnerável considerando as tendências futuras de produção de *commodities*. A intensificação deste processo levou a uma redução das rendas dos agricultores devido ao crescimento da oferta de produtos agrícolas e a estagnação da demanda, exigindo ampliação crescente das economias de escala.

O fato é que a conjugação destes aspectos afetou principalmente os agricultores menos capitalizados envolvidos com produção de artigos não-transacionáveis nos mercados internacionais, ou seja, a pequena produção de base familiar.

Esta questão é muito preocupante na medida em que esta população é o principal grupo social com elevada proporção no conjunto populacional, em especial no meio rural, mas também porque atualmente pode contribuir para a solução do desemprego. Por isso, existe a necessidade de repensar este processo que atinge principalmente esse segmento e suas implicações para a questão do desenvolvimento local e regional.

Este último tem sido objeto de preocupações e de formulações de políticas públicas nos países desenvolvidos (EUA e Europa) traçando objetivos explícitos de reversão de tais tendências (Camarano e Abramovay, 1998).

A reformulação das políticas de desenvolvimento atualmente contempla a questão da dissolução de fronteiras entre o rural e o urbano. Ou seja, as fronteiras estão se tornando cada

vez mais nebulosas permitindo o surgimento de uma nova racionalidade, em especial, a questão das múltiplas funcionalidades do rural onde a sua imagem tem sido, com frequência, associada a um novo mercado de bens simbólicos e estéticos, evidenciando-se a re-inserção de segmentos da população rural em novas atividades.

É por isso, que Bryden *apud* Cristóvão e Miranda (2005) afirma que as mutações globais que afetam a sociedade são também portadoras de novas perspectivas de desenvolvimento para os territórios rurais. Neste contexto, o autor assinala o ganho de importância das noções de território e de identidade local e o conjunto de novas oportunidades, como acesso a novos mercados e atividades.

Entre essas perspectivas encontra-se a diversificação das atividades internas e externas à propriedade agrícola. No rol de novas atividades, surge o turismo rural, que hoje já vem sendo reconhecido como uma importante alternativa para a manutenção das famílias no campo.

Segundo Simões (2003), esta tem sido uma atividade em franco progresso, prevendo-se que continue a crescer consideravelmente nos próximos anos. O turismo rural também tem sido objeto de interesse na academia, onde se busca uma melhor compreensão dos aspectos ligados a esta atividade, como seus impactos nas famílias que a adotam e nas regiões onde ela é desenvolvida.

Também vêm sendo realizados estudos sobre em quais realidades o turismo rural se adapta e passa a ser definitivamente um vetor de desenvolvimento rural. No decorrer dos anos, desde o relato da primeira experiência que ocorreu no Brasil, em Lages-SC, no ano de 1986 (Zimmermann, 1996), estes estudos foram se intensificando, aprofundando e se especificando.

O turismo rural pode ser um elemento importante no sentido de provocar algumas melhorias em termos de bem-estar e qualidade de vida para as famílias e comunidades que o adotam. Existem alguns estudos realizados sobre benefícios que o turismo rural oferece às famílias, por exemplo, o resgate e a valorização cultural e do patrimônio construído (Fucks, 2005), a preservação do meio ambiente, etc.

Desse modo, este artigo tem o objetivo de descrever e analisar como a atividade turística foi introduzida e promovida entre dois pequenos grupos de agricultores familiares em dois municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil⁵¹.

1. Metodologia da Pesquisa

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se de uma amostra não-probabilística intencional que, segundo Almeida (1989), consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas. A amostra foi composta por um grupo de 7 agricultores familiares participantes do Roteiro Caminhos Rurais da Zona Sul do município de Porto Alegre e outros 6 participantes do roteiro turístico “Caminhos de Pedra”, localizado no município de Bento Gonçalves, Região Serrana do Estado do Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil.

Para a consecução do objetivo proposto por esta pesquisa, foram seguidos os seguintes passos. Primeiramente, foi realizada uma coleta de dados secundários, através de documentos que continham informações sobre os municípios, objetos diretos do presente estudo. Foram assim, sistematizadas as informações sobre os roteiros turísticos e sobre os dois

⁵¹ Este trabalho é parte dos resultados do projeto de pesquisa que conta com apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) do Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil (Edital MCT/CNPq 15/2007).

municípios. As informações coletadas neste momento foram obtidas através de pesquisas na internet e através de folhetos.

Em uma segunda etapa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os agricultores do roteiro Caminhos Rurais, localizado na Zona Sul do Município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Especificamente no caso do Roteiro Caminhos de Pedra, não foram realizadas entrevistas, mas foi feita a sistematização de informações já existentes, especialmente os resultados de uma pesquisa de dissertação de mestrado (Fronza da Silva, 2005).

As entrevistas, no caso do roteiro “Caminhos Rurais” ocorreram no mês de julho e agosto de 2008. Para tal, foram entrevistadas, as 7 famílias que compõem o roteiro onde se levantaram as principais informações que são apresentadas na sequência deste trabalho. Além disso, outras informações disponíveis sobre este roteiro também foram sistematizadas, especialmente uma dissertação de mestrado (Rechemberg, 2007) e um diagnóstico realizado no ano de 1994.

2. A Introdução do Turismo Rural, como uma Inovação Social, nos dois Roteiros

2.1 A Experiência da Introdução do Turismo Rural no município de Bento Gonçalves

O roteiro teve origem no encontro entre o engenheiro Tarcísio Vasco Michelon e o arquiteto Júlio Posenato. O Sr. Tarcísio é natural do próprio município de Bento Gonçalves e descende de agricultores que migraram para a cidade, onde exerceram a hotelaria entre 1944 e 1959. Graduou-se em engenharia e trabalhou até 1980, quando voltou à sua terra natal. A partir daí, passou a administrar o Hotel Dall'Onder, de seu sogro Elias Dall'Onder.

Por sua vez, o arquiteto Júlio Posenato era um interessado na arquitetura da imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul e defensor da preservação desse patrimônio. Entretanto, seus esforços para preservá-lo esbarraram no desinteresse do poder público e na dificuldade de encontrar uma justificativa financeira para os agricultores manterem as construções antigas.

O encontro entre ambos ocorreu em 1987. Juntos, resolveram trilhar o caminho inverso dos processos de tombamentos oficiais, vistos como a perda de autonomia dos proprietários sobre suas posses. Imaginaram o turismo rural como um meio de tornar o patrimônio arquitetônico e cultural uma fonte de renda para as famílias ou uma forma de agregar valor aos produtos que já faziam.

O primeiro passo foi o levantamento do patrimônio arquitetônico das adjacências do Município de Bento Gonçalves em busca do local mais apropriado para colocar a idéia em prática. O Distrito de São Pedro foi selecionado devido à presença dos seguintes aspectos: acervo arquitetônico de alta qualidade, numeroso, concentrado em pequena área; de acesso fácil e proximidade da cidade de Bento Gonçalves (apenas 12 quilômetros); abundante em água e uma paisagem natural de exuberante beleza.

Além disso, o Sr. Elias Dall'Onder era natural de São Pedro, o que facilitou a aproximação dos dois “estranhos” com a comunidade. A escolha do local também inspiraria o nome *Caminhos de Pedra*, justificado pela quantidade de casas do tempo da imigração e pelo solo pedregoso.

A idéia do turismo inicialmente foi recebida com descrédito. A proposta causava tamanho espanto que um dos agricultores lembra ter evitado contar aos vizinhos sobre seus planos para fugir das ironias. Era difícil convencer os outros moradores, quando os próprios empreendedores desconfiavam da atividade e não dispunham de recursos financeiros nem mesmo para as providências mais imediatas.

Após meses de trabalho de persuasão dos empreendedores a proposta começou ganhar adeptos. Os primeiros gastos eram bancados pessoalmente pelo senhor Tarcísio Michelin. A procura pelas famílias mais receptivas foi um momento de encontro com os pobres da comunidade. Exatamente as pessoas com mais problemas detinham o patrimônio histórico mais importante e aceitaram as modestas propostas iniciais do projeto.

Após o estranhamento inicial, as famílias foram, pouco a pouco, ingressando na atividade porque existia um crescimento vertiginoso do interesse dos visitantes de diversas partes sendo este recebido com orgulho e estimulando o resgate da memória local. Os interesses dos turistas pela forma como os imigrantes faziam suas atividades no passado fez com que os empreendedores resgatassem costumes quase totalmente esquecidos.

Dentre as razões para a adesão ao turismo a importância do aspecto financeiro na implantação é inegável. Nada mais natural para uma comunidade que atravessava um período de depressão econômica após a pujança vivida até os anos de 1970. Na verdade, essa tendência já era sentida, pois os mentores do projeto revelam ter empregado esse como o principal argumento para convencer os pioneiros. A preocupação foi respaldada pela intensa campanha de conscientização patrimonial, que encontrou um terreno fértil nos agricultores cuja propriedade representava um de seus maiores valores.

O ideal da vida sem patrão e a presença da esposa em casa foram outras motivações importantes no desenvolvimento da atividade turística. A continuidade da atividade turística dilui o aspecto financeiro em outras razões que foram percebidas no exercício da atividade, como a preservação do patrimônio cultural que apareceu na conotação mais ampla de valorização cultural.

Atualmente a principal atividade econômica do projeto é o turismo, que viabiliza agroindústrias e estabelecimentos comerciais. As famílias podem optar por receber os visitantes ou permanecer como fornecedoras de produtos nos pontos de visitação. Para não descaracterizar a vida do distrito, os moradores são incentivados a manter a agricultura.

Quanto às agroindústrias, estas são acompanhadas pelos assessores. Decidido o segmento, segue-se a organização. Os fornecedores são procurados preferencialmente nas imediações, mas a qualidade é quem os determina. A comercialização conta com o apoio do Hotel Dall'Onder, que garante a compra do produto nos primeiros tempos. O próximo passo é a obtenção de recursos para os investimentos necessários. Atualmente, o investimento direto do senhor Tarcísio Michelin foi substituído pelo apoio da Associação Caminhos de Pedra.

O planejamento também inclui a articulação do discurso, o percurso dos turistas na propriedade e a decoração. O interior dos prédios mostra os instrumentos necessários para a fabricação do produto principal e outros objetos que contam a história da família e do contexto da imigração italiana.

O treinamento dos empreendedores conta com os assessores do projeto, o SEBRAE (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa) e convênios com a Itália para troca de experiências. Entretanto, o aprendizado é obtido na própria realização das atividades. Cada estabelecimento envolve uma série de transações com outras famílias, criando uma intrincada rede de relacionamentos.

Em relação ao perfil do turista, constatou-se que mais da metade dos turistas que visitam o roteiro Caminhos de Pedra são do próprio Estado do Rio Grande do Sul, sendo que a região metropolitana de Porto Alegre é o principal pólo emissor. Esse contingente é seguido pelos turistas do Estado de São Paulo e pelos turistas oriundos do Estado de Santa Catarina e Paraná, ambos pertencentes à Região Sul do Brasil. A média dos grupos gira em torno de 30 pessoas e nesses casos as agências são responsáveis pela organização da viagem. Também a maioria das pessoas está na faixa etária de 26 a 50 anos, e possui alto grau de escolaridade.

O turismo rural não atua isoladamente, mas se encontra numa confluência de forças que conduz a comunidade entre tradição e a modernidade, passado e futuro, permanência e transformação.

O primeiro exemplo dessa simbiose está no aspecto geográfico. A localização, a topografia, a forma de apropriação da terra e o tipo de agricultura são determinantes para o atrativo. A agricultura teve de adaptar-se às condições geográficas. As videiras foram adotadas como cultivo comercial para garantir a reprodução da família e manutenção econômica do patrimônio. Todavia, a crise na agricultura e o êxodo rural somaram-se à perseguição da lucratividade no contexto de busca por inovações tecnológicas para assegurar a sobrevivência das famílias.

A união desses fatores formou um ambiente profícuo para a arrojada proposta do turismo rural. A comunidade passava por dificuldades financeiras. Na chegada de visitantes, visualizou a perspectiva de escoamento da produção agrícola, a possibilidade de agregação de valor à agricultura e a sobrevivência nas pequenas áreas disponíveis.

O patrimônio arquitetônico prestou-se perfeitamente como chamariz tanto para convencer a comunidade de seu próprio valor, quanto para atrair turistas. Entretanto, dá sinais de não ser funcional quando algumas famílias têm intenção de se transferir para casas mais novas e confortáveis. Hoje a arquitetura da imigração italiana divide seu espaço com outras manifestações culturais como a dança, a música, a gastronomia e os jogos. Todas demonstram capacidade de evolução e adaptação à atualidade, tornando-se cada vez mais exercidas, sobretudo durante os eventos.

2.2. A Experiência da Introdução do Turismo Rural na Zona Sul de Porto Alegre, RS

O município de Porto Alegre possui aproximadamente 30% de sua área definida como espaço rural. Esta área rural é caracterizada pela criação de ovelhas, equínos, peixes, suínos, bovinos, búfalos, avestruzes; além de produzir frutas, hortaliças, flores e mel. Dentre os moradores deste espaço, existe um grupo de agricultores familiares que produzem alimentos de modo agro ecológico e os comercializam todos os sábados em uma feira de produtos ecológicos próxima ao centro da cidade.

Um diagnóstico do meio rural do município de Porto Alegre realizado no ano de 1994 já apontava a existência de um potencial a ser explorado com serviços e atividades voltadas para o lazer e o turismo. O diagnóstico também indicava que haveria necessidade de políticas públicas que pudessem contribuir para a ordenação do uso de forma a preservar o aspecto paisagístico e ambiental, garantindo o caráter de patrimônio social, valorizando, assim, as múltiplas dimensões culturais e simbólicas do convívio da população citadina com o seu meio rural (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1994).

O turismo rural começou a ser implementado envolvendo um grupo de propriedades nas visitas no ano de 2000. Antes deste período havia turistas que visitavam estas propriedades sendo que eram visitas “particulares” a uma propriedade. Na propriedade do “Tio Juca” as visitas provinham principalmente dos colégios da própria cidade de Porto Alegre trazidos por uma empresa de ônibus. Os estudantes pagavam um determinado valor a esta empresa e, em troca, conheciam a propriedade de Juca e sua família levando daí algum produto agrícola que o agricultor dispunha no momento da visita.

As primeiras visitas envolvendo um grupo de propriedades foram organizadas por estudantes. Uma das estudantes que mais se empenhou na realização do turismo rural em várias propriedades, estava concluindo a faculdade de turismo e fazia sua pesquisa para a

conclusão do curso com estes moradores da Zona Sul de Porto Alegre. Neste período esta estudante trabalhava no Escritório de Turismo desta cidade.

Este grupo de estudantes organizou visitas inicialmente em três propriedades atualmente denominadas de “Sítio dos Herdeiros”, “Tio Juca” e “Capororoca”. Após estas visitas, o turismo rural passou a receber mais importância deixando de ser amador para se tornar mais profissional.

Nestes primeiros passos da introdução do turismo rural entidades como a EMATER – RS⁵² e Escritório de Turismo de Porto Alegre passaram a auxiliar os agricultores familiares através da indicação dos melhores locais de suas propriedades que poderiam ser mostrados aos turistas devido a importância cultural ou beleza natural. Além disso, estas entidades fizeram uma pesquisa e selecionaram os empreendimentos que se caracterizavam por apresentar alguma prática rural e/ou pelo interesse em desenvolver atividades turísticas. Ao final desta pesquisa, já no ano de 2005, foi identificado um total de 29 propriedades. A partir deste ano o envolvimento destas entidades também se estendeu para a capacitação dos agricultores familiares principalmente, na recepção dos turistas.

Com a identificação destas propriedades interessadas na realização da atividade do turismo rural, foi criado o roteiro turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre que atualmente é composto por 41 propriedades.

Anteriormente à implantação do turismo rural nesta região a interação entre os agricultores familiares e alguns moradores desta região, se constituía basicamente com a intenção de compartilhar informações referentes a experiências na produção agrícola, mas também havia o intuito de conversação para descontração e busca de informações.

Quando da implantação do turismo rural envolvendo um grupo de propriedades com o intuito da visita turística, agricultoras e agricultores familiares passam a se comunicar também com a finalidade de compartilhar informações acerca das potencialidades e possibilidades da nova atividade. Esta comunicação propiciava aumento de certezas e incentivos na viabilização do turismo rural para o desenvolvimento daquela região.

Desde o início das atividades de turismo rural os agricultores familiares não buscaram uma padronização dos serviços e produtos oferecidos, pois, o interesse dos turistas era conhecer a diversidade das várias propriedades que já constituíam o roteiro.

No ano de 2006, os agricultores familiares e alguns moradores da Zona Sul de Porto Alegre membros do roteiro turístico Caminhos Rurais resolveram fundar uma associação. A *Associação Porto Alegre Rural* foi fundada com o intuito de concretizar algumas das reivindicações de seus sócios. A organização destes moradores para atingir objetivos em comum poderia proporcionar vantagens devido à formalidade das solicitações que no entendimento de seus membros os auxiliará para o desenvolvimento. Esta associação já obteve resultados como, por exemplo, a destinação de recursos para a confecção e distribuição de placas indicativas do roteiro Caminho Rurais.

3. Conclusões

Analisando-se a implantação do turismo rural em Bento Gonçalves, percebe-se que a união de um conjunto de fatores formou um ambiente propício para a arrojada proposta de turismo rural. A comunidade onde a inovação social foi inserida passava por dificuldades financeiras, lembrava um próspero passado e estava propensa à introdução de atividades não-agrícolas. Consequentemente foi capaz de arriscar-se por novos caminhos para resgatar a prosperidade da qual o patrimônio arquitetônico era testemunha.

⁵² Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A presença de empreendedores externos, os quais podem ser denominados de neorurais foram fundamentais neste processo. Outro aspecto marcante é a ausência relativa do poder público em relação à introdução da inovação social, o qual, em certa medida, foi compensado pela tutela empresarial. Esse fato aponta para a necessidade de apoio externo na implantação de uma atividade inovadora para afiançar e nortear as ações da comunidade, especialmente quando imersa em um período de depressão econômica e social que ameaçava a auto-segurança. Antes mesmo de receber visitantes, cada membro do grupo precisa preparar-se para desempenhar o novo papel de empresários, prestadores de serviços. E, o principal recurso na qual se apoiaram foi através destes agentes externos citados e o desenvolvimento de suas próprias capacidades a partir do momento que decidiram ingressar na nova atividade.

No segundo caso analisado, a introdução do turismo rural não se deu de forma descontextualizada de esferas que estão localizadas externamente às propriedades e que interferem sobre as possibilidades presentes aos agricultores familiares. Estas esferas constituem em período histórico característico e estão presentes neste caso desde a revalorização dos talentos culturais e estéticos que anteriormente eram vistos com “vergonha”, até as adequações impostas a estes moradores devido a alterações institucionais. Neste sentido, o turismo rural realizado nesta região pode ser entendido como uma resposta contrária à especulação imobiliária que vê a região sul da capital como promissora para habitações. Trata-se de uma tentativa de manter o caráter rural desta região (Rechenberg, 2007).

Além disso, a busca de uma atividade complementar pode ser resultado também da necessidade de novas rendas devido às dificuldades a que atualmente a agricultura familiar encontra para sobreviver gerando renda através da atividade agrícola nos espaços rurais. Com a implementação de outras atividades que não somente as agrícolas, o meio rural passa a não mais ser visto somente como fornecedor de produtos primários, mas passa a fazer parte do imaginário de populações moradoras de grandes centros urbanos como um local de lazer, de qualidade de vida onde se está próximo à natureza.

O interesse na introdução de um roteiro de turismo rural provém inicialmente de agentes externos. Estes perceberam a particularidade que se constitui a presença de espaços rurais em uma das principais capitais do Brasil que contrasta com a intensa urbanização de alguns bairros da cidade.

A disposição dos empreendedores que consolidaram o roteiro inicialmente é marcada pelo interesse conjunto em uma nova possibilidade de desenvolvimento. Bem como, a posterior fundação da associação é legitimada pela identificação de alguns moradores da Zona Sul da necessidade de ir além do aprofundamento do conhecimento da atividade de turismo rural ali implementado, impondo mais formalidade e para que sua interação com os mediadores de entidades tenha maior probabilidade de ser aproveitada em benefício dos empreendedores.

O que se percebe então é que a “capacitação” obtida pelos empreendedores neste processo lhes possibilita não somente a percepção dos nichos de mercado, mas também lhes proporciona interação com os mediadores e permite aos mesmos desenvolver organização para ter uma representação mais bem qualificada.

Conclui-se então que a atividade de turismo rural pôde promover um incentivo à organização das famílias, proporcionando melhores resultados em termos de obtenção de recursos e apoios para a atividade. Além disso, a organização das famílias permite um melhor relacionamento dos indivíduos entre si e uma melhoria no comportamento comunitário. A aprendizagem do trabalho em equipe e da organização entre indivíduos de uma comunidade é algo que será utilizado por toda a vida de cada indivíduo, para qualquer trabalho que seja realizado em comunidade, bem como para enfrentar as dificuldades, por exemplo, de tomada de decisões entre várias pessoas.

Referências Bibliográficas

- Almeida, J. A. (1989). *Pesquisa em Extensão Rural: Um Manual de Metodologia*. Brasília, MEC/ABEAS.
- Camarano, A. A.; Abramovay, R. (1999). *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para discussão, n. 621).
- Cavaco, C. (2005). As paisagens rurais: do ‘Determinismo Natural’ ao ‘Determinismo Político’? *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. Vol. XL-79, Lisboa.
- Cristóvão, A.; Miranda, R. (2005). Organizações Locais e Desenvolvimento Rural. In: Cristóvão, A., Diéguez, V. C.; Baptista (coord.) *Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Fronza da Silva, M. (2005). *Turismo Rural, Agricultura Familiar e Comunidade: Bento Gonçalves (RS)*. Série Dissertações em Turismo Rural, n. 03. Santa Maria-RS: FACOS/UFSM.
- Fucks, P. M. (2005) *Turismo, Agricultura e Patrimônio: São Lourenço do Sul (RS)*. Série Dissertações em Turismo Rural, n. 05. Santa Maria-RS: FACOS/UFSM.
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1994). *Diagnóstico do Meio Rural do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.
- Rechenberg, F. (2007). “*Vamo fala do nosso Lami*”: um estudo antropológico sobre memória coletiva, cotidiano e meio ambiente no bairro Lami, Porto Alegre. Porto Alegre, RS, 2007. 223f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.
- Simões, O. (2003). Turismo em espaços rurais: um ponto de partida. In: Simões, O.; Cristóvão, A. (org.). *Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- Zimmermann, A. (1996). *Turismo Rural: um modelo brasileiro*. Florianópolis.

Café do Cerrado. Certificação de Origem e Desenvolvimento Territorial Rural

Antonio César Ortega

Introdução

No Cerrado Mineiro⁵³, oeste do estado de Minas Gerais, encontra-se uma das experiências mais bem sucedidas de arranjo produtivo territorial rural do Brasil. Organizado pelos cafeicultores, o Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro (CACCER) obteve, em 1995, o reconhecimento da denominação de origem do produto e emite a Certificação de Origem Café do Cerrado.

Desde o início da década dos noventa do século passado, a cafeicultura nacional passou a conviver com o processo de desregulamentação do setor e o fim dos acordos internacionais, o que levaria o setor a uma profunda crise, inclusive com a redução dos preços do produto. Para enfrentar essa nova realidade, é que se deve ressaltar a importância da experiência dos cafeicultores do Cerrado Mineiro.

Neste artigo, apresentaremos alguns dos resultados de um de nossos últimos estudos: o do surgimento de um arranjo produtivo de base territorial, constituído de maneira autônoma e privada, com vista a reocupar espaços de intervenção que, antes, eram ocupados pelo Estado, para uma melhor inserção nos mercados nacional e internacional de café. Este é o caso do CACCER, que conquistou o reconhecimento de sua delimitação geográfica e a denominação de origem Café do Cerrado.

1. O enfoque territorial e estruturas de governança

A última década do século XX esteve marcada pelo entusiasmo com que os defensores do *mainstream* econômico anunciavam o “fim da história” e das fronteiras. Entretanto, neste início de milênio, o que se observa, na verdade, contrariando aqueles prognósticos, é a emergência de novos espaços de construção de projetos de desenvolvimento de base territorial.

Dessa maneira, vimos constituir, nos últimos anos, no Brasil, tanto arranjos sócio-produtivos territoriais induzidos por políticas públicas, como a consolidação de estruturas de governança privadas, também de base territorial, e que vêm coordenando cadeias produtivas para ampliação da escala, com vista a uma maior capacidade de competitividade nos mais dinâmicos mercados nacionais e internacionais.

Portanto, ao contrário do que prognosticavam os arautos do *mainstream*, temos o fortalecimento dos territórios no mundo globalizado, e não o fim das fronteiras e dos territórios. De acordo com Haesbaert (2006), o fenômeno da desterritorialização, como consequência do processo de globalização, na verdade, é um mito, e o que assistimos é uma “des(re)territorialização” do mundo. Dessa maneira, em nossas pesquisas, o que temos feito é perscrutar quais são as condições e perspectivas concretas para o desenvolvimento territorial no processo de transformação econômica de globalização. Nesse sentido, a questão a ser respondida é: como um território pode e deve mover-se dentro de um avassalador processo de mudanças globais, que penetra e influencia todos os espaços, e como as políticas de desenvolvimento territorial podem contribuir com esse desafio?

⁵³ O Cerrado é um bioma típico do Brasil central, semelhante à vegetal de savana, com mais de 2 milhões de Km² de área contínua, incluindo o oeste de Minas Gerais.

O uso do enfoque territorial, em tempos de globalização, vem sendo utilizado por cientistas e recomendado por governos e agências multilaterais. O conceito de **território**⁵⁴, entretanto, é um desses conceitos que adquiriu um caráter polissêmico. Apesar do modismo levar à banalização, nossa intenção é verificar a pertinência do uso do enfoque territorial em processo de des(re)territorialização em virtude do avanço da globalização.

Portanto, concordando com Haesbaert (2006:32),

“defendemos a idéia de que muito do que os autores denominam desterritorialização é, na verdade, a intensificação da territorialização no sentido de uma ‘multiterritorialidade’, um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais (como os ‘territórios-zona’ e os ‘territórios-rede’), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial.”

Nessa perspectiva, questionamos a homogeneização esperada por muitos em decorrência do processo de globalização, ressaltando, portanto, sua não linearidade e seu não monolitismo. Pois, como enfatiza Reis (2002), ainda que aceitemos a tese da convergência provocada pela globalização, precisamos reconhecer, entretanto, a capacidade de iniciativas territoriais em se tornarem globais.

Evidentemente que, assim como fazem os autores citados, não negamos a amplitude das relações hierárquicas que estruturam a economia mundial, mas o que questionamos são as potencialidades dos territórios, por meio de ações coletivas, para promoverem o desenvolvimento (locais/territoriais). Em outras palavras, o que estamos buscando compreender são as possibilidades para o desenvolvimento endógeno de economias de dinâmicas territorializadas, assentadas na cooperação, em aprendizagem, conhecimentos tácitos e culturas técnicas específicas e em inter-relações sinérgicas. (Reis, 2002:116)

2. A cafeicultura no Cerrado Mineiro

A região do Cerrado Mineiro possui uma temperatura média de 18°C a 23°C, uma altitude de produção cafeeira de 800 a 1.300 metros acima do nível do mar e um índice pluviométrico de 1600 milímetros anuais, com baixa umidade relativa do ar no período da colheita. Somadas às características do relevo, essas são condições bastante favoráveis ao cultivo do café. Não é à toa que os 155 mil hectares de café plantados naquela área (CONAB, 2004) e, aproximadamente, 440 milhões de pés de café, distribuídos por 55 municípios do Cerrado Mineiro, oferecem uma produção média de 3.500.000 sacas de 60 Kg cada por ano.

O café foi introduzido de maneira intensa na região com a política de modernização da cafeicultura brasileira iniciada em 1969, depois de forte geadas no norte do Paraná e oeste de São Paulo. Com o objetivo de erradicar os cafeeiros com baixa produtividade e cultivados em regiões sujeitas a geadas, foi implementado o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), conhecido pelo lema “Renovar para Salvar”. Com o PRRC, o Cerrado Mineiro tornou-se a região prioritária de incentivo à cafeicultura nacional.

Até os anos 1970, a produção de café no Cerrado Mineiro destinava-se, basicamente, ao consumo próprio. Mas, com a implantação dos planos de incentivo à ocupação de novas fronteiras agrícolas, o financiamento para a compra de terras por novos colonos sulistas e a políticas de crédito agrícolas farto e barato do Sistema Nacional de Crédito Rural, os

⁵⁴ Apreendemos por **territórios** espaços delimitados, onde se praticam diferentes tipos de intercâmbio em seu interior (inclusive de poder) e com o exterior (outros territórios, localidades, espaços regionais ou nacionais e a economia internacional), numa perspectiva de competitividade territorial, que combina dimensões econômica, social, ambiental e política. (Sepúlveda e outros, 2003) Como consequência, utiliza-se a noção de território como uma “*construção territorial, e pressupõe um projeto (de escala regional/territorial) concertado socialmente e detonador do desenvolvimento*” (Mohar, 2008:25)

resultados foram de ampliação da área plantada, uso de tecnologias modernas, elevada produção e produtividade.

Com relação à estruturação produtiva, para sua introdução, foi preciso que as terras de cerrado fossem “adaptadas”. Seus solos ácidos e pobres em nutrientes foram transformados para se adequarem ao cultivo do café. Assim, é preciso reconhecer que as inovações químicas foram fundamentais para o desenvolvimento da cafeicultura no Cerrado Mineiro. Por meio delas, foram realizadas correções no solo, com aração e gradagem da terra, aplicação de calcário, adubação orgânica, com nutrientes (fosfato, nitrogênio e potássio) e micronutrientes (sulfato de zinco e ácido bórico).

Além disso, merecem destaque, também, as inovações biológicas, particularmente novas variedades de plantas que possam ser bem exploradas pelas máquinas. Por exemplo, são introduzidas plantas com facilidade de desprendimento dos grãos da rama, com porte baixo, galhos distribuídos de forma mais uniforme e presença de maturação precoce, semi-precoce e tardia. Logo, estas características facilitam o deslocamento na máquina na lavoura.

Desde o início da década dos noventa do século passado, a cafeicultura nacional passou a conviver com o processo de desregulamentação do setor, com a extinção do IBC e a retirada do Brasil dos acordos internacionais, que possibilitou a entrada de novos concorrentes e a redução dos preços do produto. O enfrentamento dessa nova situação por parte dos exportadores nacionais se viu dificultado em face da inexistência da ação governamental, por exemplo, certificando a qualidade do produto nacional, ou ainda realizando o marketing internacional. (Ortega, 2000 e 2005)

Uma das respostas do setor produtor a essa realidade foi organizada no Cerrado Mineiro. Constituído pelos cafeicultores, por meio de suas associações de produtores municipais, o CACCER obteve, em 1995, o reconhecimento da denominação de origem do produto e emite a Certificação de Origem Café do Cerrado. Desde então, cabe ao CACCER atestar a qualidade da produção de seus filiados que atendem às especificações exigidas por aquela certificação. O Café do Cerrado foi a primeira região de origem produtora de café demarcada no Brasil, segundo decreto do governo de Minas Gerais, sendo esta a primeira indicação de procedência reconhecida pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).

A experiência de organização da representação de interesses da cafeicultura do Cerrado Mineiro foi fundamental para viabilizar a constituição de uma estrutura de governança que tem possibilitado estabelecer uma regulação privada de grande êxito para a inserção nos mercados internacionais mais exigentes. Essa experiência pode ser interpretada como uma nova etapa do associativismo rural no Brasil, em que os agricultores se organizam em função do produto em que se especializaram, dando às entidades representativas, de caráter especializado, o protagonismo da representação de interesses rurais (Ortega, 2005:157-182).

Assim, ao analisar o caso do Café do Cerrado, reconhecemos que o sucesso daquela atividade está ligado à constituição de um arranjo produtivo territorial rural, bastante institucionalizado⁵⁵, cuja inserção nos mercados nacional e global é cada vez mais expressiva. É certo que a certificação de origem favoreceu a maior competitividade da cafeicultura do cerrado mineiro nos mercados globais mais exigentes, por outro lado, também há que se

⁵⁵ “Por ‘instituição’ designamos as regras partilhadas, sob a forma de leis ou de entendimentos coletivos, mantidos por hábito, acordo explícito ou acordo tácito. Estas instituições – que assumem a forma de direitos de propriedade, estruturas de governação, concepções de controlo ou normas de transação – permitem que os actores envolvidos nos mercados se organizem e desenvolvam entre si relações de competição, cooperação e transação” (Fligstein, 2003:198).

reconhecer que esse processo tem causado diferenciação entre os produtores e desemprego rural em virtude da intensificação da colheita mecanizada (Ortega e Mouro, 2007).

3. Território do Café do Cerrado

A experiência de organização representativa, por meio das associações dos cafeicultores do Cerrado Mineiro, pode ser interpretada como uma nova etapa do associativismo. Suas entidades representativas, além de defenderem os interesses dos associados, proporcionam assistência técnica, política de marketing, comercialização e uma ação que podemos chamar de autofiscalização, a fim de melhorar a qualidade do produto — um claro exemplo de regulação privada.

Fazem parte da região demarcada do Cerrado Mineiro 55 municípios, 3.516 cafeicultores e 4.546 propriedades, que ocupam 155.000 hectares de café, com uma produção anual média de atividade média de 3.500.000 sacas de 60 kg (CACCER, 2006).

A origem da experiência inovadora promovida pelos cafeicultores do Cerrado Mineiro, que levou à criação do CACCER, seria buscada em 1986, quando foi fundada a primeira associação de cafeicultores do cerrado, no município de Araguari: a Associação dos Cafeicultores de Araguari (ACA). Antes que terminasse a década de 80, mais uma associação foi criada na região: a Associação de Apoio aos Produtores Rurais da Região de São Gotardo (Assogotardo). Nesse município e municípios próximos foi implementado nos anos 1970, pelo governo do estado de Minas Gerais, o Plano de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário (PADAP), para atrair agricultores com experiência na cafeicultura que fugiam das tradicionais zonas produtoras - São Paulo e Paraná, submetidas constantemente a geadas -, para promover uma nova ocupação do cerrado⁵⁶.

No início da década de 90, proliferaram as associações por toda a região. Em 1990, foi criada, no município de Patrocínio, a Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (Acarpa); em 1991, foram instituídas a Associação dos Cafeicultores de Carmo do Paranaíba (Assocafé), Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo (Amoca), a Associação dos Cafeicultores de Coromandel (Assocoró). As últimas associações criadas na região foram a Associação dos Cafeicultores de Campos Altos e Região (Accar), em 1993; a Associação dos Cafeicultores do Nordeste Mineiro (Acanor), em 1997; e a Associação dos Cafeicultores de Sacramento (Acasa), em 1998.

Fosse pelas questões de conquista de espaço político, fosse pelas demandas específicas que tinham em virtude de sua atividade agrícola, o certo é que os cafeicultores da região criaram o CACCER, cujos objetivos incluem representar os interesses dos cafeicultores da região nos níveis políticos, comerciais, sociais, de marketing e pesquisa.

O grau de representatividade para as associações que compõem o CACCER está na casa dos 60% — considerado pelos seus dirigentes um bom índice —, mas se considerarmos que o pagamento da contribuição sindical obrigatória atua como desestimuladora da dupla afiliação, esse resultado é ainda mais positivo. Há que se reconhecer, entretanto, que o financiamento tem restringido algumas associações, pois a contribuição não é obrigatória — como a dos sindicatos formais-legais.

3.1. O CACCER e a conquista da denominação de origem

O CACCER surgiu somente após intensa proliferação de associações de cafeicultores no cerrado, caracterizadas, como vimos, por uma dificuldade em canalizar os interesses específicos dos cafeicultores. Atividade relativamente recente na região, a cafeicultura

⁵⁶Para o tema, pode-se consultar Salim (1986), Ribeiro (1985) e Pessoa (1996).

incorporou agricultores de outras regiões, com experiências distintas daquelas dos tradicionais produtores do cerrado, e encontrou dificuldades para uma perfeita integração com a representação de interesses local. Isso os incentivou a constituir as próprias organizações: primeiro, as organizações nos municípios-pólo; posteriormente, o conselho das associações (CAC CER).

Como filosofia, o CAC CER — para não se constituir como cooperativa — buscou preservar a diferenciação de seus associados, à medida que, na comercialização encaminhada pelo conselho, separa-se o café de cada produtor para a garantia de preços distintos de acordo com a diferença de cada produto; logo, agricultores que investem na qualidade — fator de diferenciação — lucra mais; tal atitude ajuda a preservar a unidade do conselho, uma base social heterogênea. Essa ação, somada aos serviços oferecidos aos seus afiliados, proporciona às associações altos índices de afiliação e reduzido fenômeno do *free-rider*.

O conselho tem suas origens no 1º Seminário Sobre a Cafeicultura na Região dos Cerrados, em julho de 1991, realizado no município de Patrocínio. Das atividades desenvolvidas atualmente pelo CAC CER, merecem destaque: a criação e o registro da marca Café do Cerrado, cuja garantia de qualidade é o “Certificado de Origem”; convênios com entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de pesquisa, assistência técnica e assessoria para a concessão do certificado de qualidade; criação de uma infra-estrutura comercial, com armazéns próprios e a busca de condições especiais para a utilização de armazéns públicos; a promoção do produto mediante campanhas de incentivo ao consumo de café de qualidade; terminais de acompanhamento *on-line* das bolsas das mercadorias; a especialização de seus técnicos quanto às regras dos mercados de alta qualidade, participação na Specialty Coffee Association e de outros eventos anuais; bem como a organização de seminário anual para os cafeicultores e a formação de dirigentes e cafeicultores.

Muito importante para a comercialização da produção foi a compra, em 1993, de armazéns, com maquinário de benefício e padronização eletrônica. A compra foi feita em sistema de condomínio, em que os agricultores adquiriram quotas-partes, garantidas aos pequenos e médios por meio de um limite máximo de dez a cada um deles. A constituição desses condomínios levou à necessidade da criação de uma Central de Cooperativas dos Cafeicultores do Cerrado (Expocacer), para operacionalizar a comercialização da produção. Em seguida, foi criado um consórcio de exportação para adiantar o processo de intercâmbio de informação sobre preços com clientes internacionais por intermédio de um grupo de agricultores; a troca resultaria em um maior giro dos estoques.

Isso posto, concluímos: o surgimento de formas associativas entre os agricultores de café do Cerrado Mineiro confirma teses defendidas por Moyano (1988) e, utilizada por nós (Ortega, 2005), de que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura levou a um processo de especialização e, assim, contribuiu para a criação de entidades representativas especializadas — as chamadas organizações por produto —, a fim de canalizar reivindicações de grupos específicos de agricultores, no caso dos cafeicultores. Nesse processo, as antigas entidades de caráter unitário perderam a hegemonia para as entidades de caráter específico; por outro lado, diante da insuficiente representatividade política dessas entidades para encaminhar toda a demanda de grupos específicos; ganham força, e incentivadas pelas próprias organizações reivindicativas, formas associativas de caráter econômico, a exemplo da cooperativa e do consórcio. A isso, acrescentamos a mudança de perspectiva na representação — vale dizer, a especialização — e a intensificação dos vínculos com setores industriais específicos, que favorecem o surgimento de espaços de concertação entre agricultura e indústria; numa fase de desregulamentação como a atual, esses espaços facilitam a elaboração, gestão e fiscalização de toda a cadeia produtiva. Numa palavra, surgem organizações interprofissionais.

3.2. Transformações produtivas e diferenciação social

O processo de intensificação da cafeicultura do Cerrado Mineiro, dentre outras transformações, provocou profundas modificações nas relações sociais de produção, com fortes impactos sobre o emprego rural. No primeiro momento, ainda uma cultura altamente demandante de força de trabalho, observou-se, por exemplo, uma elevação do emprego assalariado em detrimento de outras formas de ocupação (Garlipp, 1999). Entretanto, mais recentemente, intensifica-se a mecanização do processo produtivo, com destaque para a colheita, bastante ampliada em virtude da disseminação da prática de terceirização dessas atividades no meio rural do Cerrado Mineiro.

De outro lado, todo esse processo vem ampliando as exigências sobre os produtores, o que tem levado a uma grande diferenciação entre eles. Aspectos que têm levado à melhoria da qualidade dos frutos são a irrigação e a mecanização da colheita. Porém, tanto em um caso como no outro, exige-se reorganização produtiva para sua adoção.

Os métodos tradicionais de mecanização da colheita do café só são possíveis de ser aplicados em terrenos com declividade de até 20 %. Portanto, limitações, operacionais e econômicas, mostram que a mecanização depende sempre da complementação do serviço braçal. Além disso, as máquinas necessitam de operadores, pessoal de manutenção, comercialização e assistência técnica, ou seja, mão-de-obra especializada, o que denota que, de um lado, reduz-se o número de trabalhadores pouco qualificados, de outro, introduzem-se novos trabalhadores, mais qualificados.

A colheita do café é mais difícil de ser executada do que a de outros produtos, em razão da estrutura da planta, sua não uniformidade de maturação e do teor de umidade. Nessa etapa, as colhedeiras, em determinadas condições de trabalho, chegam a fazer, em um dia de serviço, o equivalente a 250 homens, de acordo com dados da UFV (<http://www.ufv.br/poscolheita/cafe/indice.htm>, acesso em 15/5/2006), embora alguns engenheiros agrônomos entrevistados digam que elas substituem de 180 a 200 trabalhadores.

Apesar da redução no número de trabalhadores necessários na colheita mecanizada, esta atividade, entretanto, não dispensa totalmente o uso de serviço manual. As máquinas não conseguem colher todos os frutos da planta, e os que permanecem após a derriça mecânica são retirados por meio de uma operação manual denominada de “repassse”.

Quanto ao custo, o da colheita mecanizada de café é menor que o da colheita manual. Além disso, é importante salientar que a colheita mecânica melhora a qualidade do café colhido. Assim, reforça-se, cada vez mais, uma tendência à mecanização da colheita do café, particularmente, nas propriedades mais capitalizadas.

A mecanização, entretanto, vem se intensificando, em função da prática da terceirização do uso de máquinas colhedeiras. Conforme Ortega, Garlipp e Jesus (2003, p.98), a terceirização da colheita encontrada na região, já em 1995/96, representava mais de um terço do total de estabelecimentos agropecuários da cafeicultura do cerrado mineiro utilizava força mecânica de terceiros na condução dos trabalhos agrários. Atualmente, apesar da não disponibilização dos dados oficiais, especialistas avaliam que tenha ocorrido uma ampliação nesse índice, que pode significar algo em torno de 40% do total dos estabelecimentos.

As restrições ao uso da mecanização por parte dos produtores menos capitalizados não se encontra, porém, apenas nas condições financeiras para contratar esse serviço ou adquirir uma máquina colhedeira. Para seu uso, é necessária uma completa renovação dos cafezais, com introdução de variedades mais aptas ao uso da colheita mecânica (plantas mais baixas) e plantio adensado (mais pés por rua e maior distância entre as ruas). É preciso registrar, ainda, que os produtores que não vêm conseguindo incorporar as inovações produtivas estão, na

maioria das vezes, em terras de declividade superior ao máximo exigido para o uso dessas máquinas.

4. Denominação de origem: competitividade e exclusão

Para garantir a origem, a qualidade e idoneidade do modelo de produção e de rastreabilidade, o CACCER possui um sistema de geo-referenciamento, com banco de dados das propriedades certificadas, que permite a localização da propriedade e a precisão de seus limites, a demarcação da área, bem como de reservas legais, altitude, declividade e cursos d'água, além do mapeamento completo das áreas de café.

O Cerrado Mineiro é a única região do mundo que certifica o café desde o local onde é plantado até o consumo. Os cafeicultores certificados têm de seguir rígidas regras de modo de produção, que proíbem, por exemplo, o uso de mão-de-obra infantil, prevêm o registro de funcionários e o uso de equipamentos de proteção pelos trabalhadores durante as pulverizações. Com isso, as fazendas certificadas recebem a chancela de uma até quatro estrelas, dependendo do número de itens que cumprem.

De acordo com a Portaria 38.559, de 17 de dezembro de 1996, do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais), temos a primeira indicação de procedência reconhecida pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Em 1998, de acordo com o Registro N. 481.05.478, o CACCER foi credenciado pelo governo de Minas Gerais, por intermédio do IMA, como certificador de origem e qualidade de café, tornando-se a primeira entidade certificadora oficial de café do país.

O CACCER constitui-se, dessa maneira, no Certificador da Origem reconhecido pela OIC (Organização Internacional do Café), para a região demarcada do Cerrado Mineiro, devidamente credenciado segundo convênio com o Centro de Comércio de Café de Minas Gerais, representante legal do CECAFÉ (Conselho dos Exportadores de Café Verde do Brasil).

O Cerrado Mineiro constitui-se numa das raras regiões do mundo a produzir cafés naturais, ou seja, aqueles que são secos com casca. Isso se deve, em grande parte, ao clima - inverno, extremamente, seco com temperaturas amenas - que coincide com o período de colheita do café. As características básicas da bebida do Café do Cerrado são: aroma intenso, com notas, variando entre caramelo e nozes, acidez delicada, predominantemente cítrica, corpo variando de mediano a encorpado, sabor adocicado e achocolatado intenso e finalização de longa duração (CACCER, 2006).

Por tudo isso, pode-se afirmar que o principal foco do CACCER tem sido o desenvolvimento de um sistema de certificação que se fundamenta nos seguintes princípios: garantia de origem, de qualidade, de idoneidade do modelo da produção e de rastreabilidade. Essa produção certificada é quase toda exportada para o Japão, Europa e Estados Unidos.

Tudo isso requer, portanto, qualificação, organização logística, tecnologia, e, portanto, dificilmente pode ser uma conquista individual, pois a inserção no mercado global exige escala superior e atendimento de exigências muito maiores quanto a qualidade. Portanto, o sucesso dessas experiências requer projetos coletivos, participação, superação dos entraves políticos que dificultam a construção de um projeto coletivo. Ou seja, requer uma concertação que vise à busca de um somatório diferente de zero. O que não significa dizer que todos ganham o mesmo em participar, mas que todos ganham. Nem mesmo que os conflitos sociais intra e inter-classes sejam superados, mas que os conflitos mantenham-se fechados, numa ação estratégica concertada com vistas ao desenvolvimento territorial/local.

Atualmente, apenas 124 propriedades possuem a certificação de origem Café do Cerrado, em função das elevadas exigências. Assim, verifica-se uma grande exclusão dos

associados das entidades filiadas ao CACCER, que, entretanto, não vem gerando maiores reclamações por parte desses produtores em função dos benefícios indiretos que a certificação proporciona. Ou seja, alegam esses produtores que não possuem o certificado de origem que a simples existência do certificado vem trazendo benefícios para os demais produtores, à medida que os preços pagos pelo café certificado sofreram aumentos que, indiretamente provoca melhoria nos preços pagos a todos as demais produções do território do café do cerrado.

Assim, mais do que a certificação, a não inclusão de toda a base associativa da cafeicultura do cerrado mineiro ocorre em função da elevada exigência quanto à qualidade do produto, obtido em grande medida em função da introdução de inovações produtivas de alto custo, como são os casos da irrigação e da colheita mecânica, que exige completa renovação dos cafezais e boa localização, o que é dificultado para os produtores menos capitalizados, quase sempre localizado nas piores terras, em função da inclinação do solo. Assim, possuem produtividade menor, custos de mão de obra maiores e preços menores por não possuírem a certificação de origem.

5. Conclusão

Ao analisar o caso do Café do Cerrado em Minas Gerais, reconhecemos que o sucesso daquela atividade está ligado à constituição de um arranjo produtivo territorial rural bastante institucionalizado, cuja inserção nos mercados nacional e global é cada vez mais expressiva. O êxito dessa experiência pode ser atribuído, em grande medida, pela maior competitividade conferida pela certificação de origem do café. Entretanto, há que se reconhecer que esse processo tem causado profunda diferenciação entre os produtores e desemprego rural, em decorrência da intensificação da disseminação da colheita mecanizada.

Identificamos, portanto, que a constituição de uma estrutura de governança bastante institucionalizada contribuiu com o sucesso da cafeicultura regional, consolidando um verdadeiro **território do café**. A capacidade organizativa dos cafeicultores em torno de suas associações de produtores e pelo CACCER, não se pode deixar de reconhecer, levou ao coroamento dessa participação e cooperação com a obtenção da **Denominação de Origem**. Não obstante, não se pode deixar de reconhecer, também, que esse processo estabeleceu enormes exigências sobre os cafeicultores, que nem sempre conseguem acompanhar as inovações necessárias para se alcançar os níveis de produtividade e qualidade requeridas e acabam excluídos.

Bibliografia

- Fligstein, N. (2003) “O mercado enquanto política. Uma abordagem político-cultural às instituições de mercado.” In: PEIXOTO, J. & MARQUES, R. *A nova sociologia económica*. Oeiras-Portugal, Celta Editora.
- Garlipp, Ana A. B. P. (1999) *Mecanização e emprego rural: os casos do café e da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG)*. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.
- Haesbaert, R. (2008) *O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 2006. (2ª Edição Revisada)
- Mohar, A. *Políticas de desarrollo y ordenamiento territorial*. Bogotá, Seminário de Expertos sobre Biocombustíveis: oportunidades, desafios y políticas.
- Moyano Estrada, E. (1999) “El concepto de capital social e su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo.” In: *Revista Economia Ensaio*. Vol. 13, n.2 e vol. 14, n. 1, jul-dez.

- Ortega, A. C.; Garlipp, A. A. D. ; Jesus, C. M. (2003) “Terceirização e emprego rural na agricultura do cerrado mineiro: os casos da mecanização no café e na cana-de-açúcar”. *Anais do XLI Congresso da Sober*, Juiz de Fora.
- Ortega, A. C.; Mouro, M. C. (2007) “Mecanização e emprego na cafeicultura do cerrado mineiro”. In: *Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Conhecimento para a Agricultura do Futuro*. Brasília-Londrina. v. 1. p. 1-20.
- Ortega, Antônio C. (2005) *Agronegócios e representação de interesses no Brasil*. Uberlândia-MG, EDUFU.
- Pessoa, V.L.S. (1989) *Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba*. Rio Claro, UNESP. (tese de doutorado)
- Reis, J. (2002) “A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geoeconômicos e o ‘simples’ funcionamento dos sistemas complexos.” In: Santos, B.S. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo, Editora Cortez.
- Ribeiro, A.E. (1985) *A modernização dos cerrados*. Belo Horizonte, CPT-MG. (mimeo)
- Salim, C.A. (1986) “As políticas econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrado no Brasil: avaliação e perspectivas.” In: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília, 3(2), mai-ago.
- Sepúlveda, S.; Rodriguez, A.; Echeverri, R.; Y Portilla, M. (2003) *El Enfoque Territorial del Desarrollo Rural*. San José, IICA.

Mediadores sociais e desenvolvimento rural: uma abordagem focada nas organizações não governamentais no Brasil

Ana Paula Abou Lteif

Marcelo Miná Dias

Nora Beatriz Presno Amodeo

Introdução

Este texto traz para o centro da discussão os mediadores sociais atuantes no meio rural brasileiro, especificamente as organizações da sociedade civil que atuam na condução de processos políticos vinculados ao desenvolvimento rural. Serão abordadas com destacada atenção as Organizações Não-Governamentais (ONG) que se dedicam à temática do desenvolvimento rural, buscando compreender basicamente as motivações para a emergência e a identidade que estas organizações constroem no Brasil, narrando um pouco da trajetória que percorrem. Assim, será realizada uma breve revisão do surgimento das ONG especialmente no Brasil e de seus significados, no que tange a construção social de alternativas de promoção do desenvolvimento. Pressupõe-se que a atuação dos mediadores sociais tem o potencial de desencadear um processo de ação reflexiva por parte dos atores envolvidos criando oportunidades políticas para realizar mudanças sociais desejadas.

1. Do assistencialismo cristão à ação política da sociedade civil organizada: a emergência das ONG

Originalmente o termo “organização não-governamental” (ONG) foi utilizado na Carta das Nações Unidas, em meados dos anos 1940, em referência a diversas organizações da sociedade dispostas a colaborar com ações e projetos de ajuda a populações em situações emergenciais. Assim também eram denominadas organizações que contavam com a cooperação financeira de instituições públicas para executar projetos de interesse social nos países de “terceiro mundo”, a partir de uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade” (GOHN, 1997).

Com o passar do tempo, ONG passou a ser um tipo de organização formal, compreendida como entidade privada, autogovernada e que não tem como objetivo principal o lucro, distinguindo-se das empresas. Embora tenham geralmente fins públicos, não são organizações estatais. Entre o Estado e o mercado, as ONG costumam ser identificadas como organizações do “terceiro setor”. De acordo com Scherer-Warren (1995, p.165), estas organizações também podem ser definidas a partir de seus objetivos, que envolvem:

(...) realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (cotidiano e, ou, local) ou ao nível macro (sistêmico e, ou, global).

Na América Latina, a emergência das ONG está historicamente ligada às organizações que se identificavam por prestar “assessoria e apoio” ou estar “a serviço dos movimentos populares”. Muitas surgiram, ao longo das décadas de 1960 e 70, dos “centros populares” de educação, promoção, assistência, assessoria, e outros serviços. Outras têm sua origem relacionada às

Comunidades Eclesiais de Base, organizações da Igreja Católica progressista (LANDIM, 1993).

No continente estas organizações foram associadas ao tema da promoção do desenvolvimento. Geralmente atuavam como mediadoras entre agências financiadoras do Norte e grupos populares em situação de pobreza. Além dos recursos, as agências e ONG dos países desenvolvidos tinham o papel de influenciar e, em alguns casos, determinar a agenda e influir na escolha dos “beneficiários” das ações, já que os recursos eram transferidos para a execução de projetos que, para serem aprovados, deveriam atender a expectativas, demandas e projetos políticos daquelas agências. É neste sentido que as propostas e ações das ONG locais estabelecem relações de autonomia relativa com seus financiadores (DIAS & DIESEL, 2000).

No Brasil, a atuação destas entidades esteve historicamente ligada à ação de setores progressistas da Igreja Católica. Inicialmente com forte inspiração assistencialista, estas organizações transitaram para perspectivas mais críticas, influenciadas pelas mudanças na orientação vocacional da Igreja, que naquele momento, após as Conferências do Episcopado Latino-Americano em Medellín em 1968 e Puebla em 1979, abria espaço para a afirmação da opção pelos pobres sob os fundamentos da Teologia da Libertação. Os pobres passam a ser vistos como “sujeitos de sua própria história” e as entidades de apoio e assessoria foram gradativamente incorporando idéias relativas à emancipação social, reflexão da realidade imediata e formação da consciência crítica dos oprimidos como meios necessários para a mudança social (FERNANDES, 1998; DIAS, 2004).

É importante ressaltar que o Brasil vivia, desde 1964, sob ditadura militar. Neste ambiente político desfavorável, a mediação da Igreja progressista com as “bases populares” possibilitava o espaço político para mobilização política de resistência ao regime autoritário. Este espaço tinha duas institucionalidades principais: as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). As CEB, apoiadas na Teologia da Libertação, constituíam espaços de reflexão e socialização política, e a CPT atuava diretamente nos conflitos fundiários e na organização dos trabalhadores na luta pela terra. Por meio de ações quase invisíveis, porém disseminadas por todo território nacional, foram construindo uma forte oposição à repressão, ao cerceamento de liberdades, e ao projeto de desenvolvimento que remetiam diretamente à figura do Estado. Ambos os atores, articulados aos centros populares de educação existentes no país – em que a pedagogia de Paulo Freire era referência, e aos movimentos populares – compunham forças sociais atuantes na transformação da realidade social do país (FERNANDES, 1998; DIAS, 2004).

As primeiras ONG no Brasil serão resultantes da atuação, ainda durante o período militar, de entidades pioneiras cuja categoria “popular” estava presente enquanto identidade, formadas basicamente por pessoas ligadas à Igreja e, ideologicamente, à corrente de oposição à ditadura militar, que genericamente podem ser identificadas à esquerda do espectro político. Os centros populares vão gradativamente superando o assistencialismo cristão e fazendo a opção pelo ativismo político. Isso ocorre já na segunda metade da década de 1970, quando passam a fazer parte de seus quadros, profissionais cujas trajetórias não estavam exclusivamente coladas à instituição Igreja. Desse modo, vão ganhando progressivamente espaço nessas organizações, ativistas de esquerda, marxistas, acadêmicos e ex-exilados políticos que após ter contatos e experiências com agências financiadoras na época do exílio, garantem maior legitimidade, conhecimento e facilidade para fazer as intermediações com as financiadoras. A partir de então se iniciam os primeiros passos na direção da construção da nomeação ONG. No entanto, nesse momento ainda não havia o reconhecimento deste termo para identificar um conjunto de entidades com características próprias, já que não existia a representação de pertencimento a esse universo institucional particular.

Dessa forma, as ONG aparecem inicialmente como entidades militantes de caráter não-partidário, surgindo em função dos limites de atuação do Estado, constituindo uma identidade opositora a este, aliadas aos movimentos sociais e às organizações de setores progressistas da Igreja, com os quais partilhavam idéias e objetivos e construíam propostas de atuação. Esses atores em conjunto, devido à leitura crítica que faziam dos processos de desenvolvimento promovidos pelo Estado e tendo em vista a conjuntura política do período militar, entendiam que a organização, o fortalecimento político e a conscientização dos excluídos e marginalizados eram condições primordiais para modificar a realidade social desfavorável destes (LANDIM, 1993; DIAS, 2004).

A partir de meados da década de 1980, com a crescente implementação de políticas de descentralização do poder público e a reorientação das políticas internas de financiamento, as ONG ampliam sua atuação na condução de processos de desenvolvimento para áreas que eram originalmente de responsabilidade quase exclusiva do Estado. Contudo, somente a partir da década de 1990 é que as ONG irão conquistar maior visibilidade pública. A categoria ganha reconhecimento com a fundação da Associação Brasileira de ONG (ABONG), em 1991, e certa popularidade com o Fórum Brasileiro preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre o Ambiente e Desenvolvimento, congregando no ano de 1992 mais de mil entidades de todo o Brasil.

Um dos marcos para a institucionalização das ONG foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, com ampla divulgação da mídia, o que foi favorável para que conquistassem o reconhecimento público. Os eventos associados à conferência citada propiciaram espaços de intensa participação de diversas entidades e organizações de movimentos sociais, que na oportunidade verbalizaram sua oposição quanto aos rumos do desenvolvimento e demais demandas da sociedade civil organizada. Tendo em vista a diversidade de organizações participantes do Fórum, houve grande aceitação do termo ONG em referência ao conjunto das entidades participantes, mesmo em se tratando de um termo flexível e polissêmico, era condizente e expressava bem a realidade que então se apresentava (LANDIM, 1993).

No final dos anos 1980 e durante os anos 1990, as mudanças manifestadas no cenário político do país, algumas já mencionadas, fizeram com que as ONG buscassem outras parcerias e estabelecessem outras redes de relacionamentos. É dessa forma que, de acordo com Gohn (1997, p.57), “as ONG deixam de ser meros apoios e passam a ter centralidade, pois a nova era irá exigir novas relações com o Estado e a sociedade civil”. Devido à conjuntura política desfavorável aos financiamentos externos, as ONG buscaram sua sobrevivência institucional, aproximando-se do Estado a partir dos anos 1990, estabelecendo parcerias, convênios, participando de projetos por ele financiados e adquirindo relativo afastamento os movimentos sociais.

Estas organizações, segundo Novaes (1994), têm na mediação a sua razão de ser. Elas são espaços por excelência de formação de profissionais da mediação, recebendo quadros de profissionais da Igreja e freqüentemente fornecendo profissionais para assessorias a movimentos, sindicatos de representação de trabalhadores urbanos e rurais. Estas organizações desempenham freqüentemente o papel de mediadores sociais, formando opiniões, legitimando reivindicações e atuando na condução de ações sociais coletivas.

A mediação é entendida como um processo de intervenção numa dada realidade social com fins a promover mudanças ou reforçar símbolos e reafirmar valores na estrutura social existente. Ressalta-se que o processo de mediação traz uma proposição de ação social cuja implicação dependerá do grupo de interesse que o mediador representa ou interage e do objetivo pelo qual media, já que, como nos lembra Brandão (1984), quem conduz a mediação é um agente externo às relações sociais e simbólicas do grupo representado.

2. Das organizações de base às ONG de desenvolvimento rural

As ONG que fazem a mediação no espaço rural brasileiro se originaram, em grande parte, das organizações de assessoria aos trabalhadores rurais e aos movimentos sociais no campo, advindas de grupos nascidos dentro das pastorais da Igreja Católica e Protestante, muitas influenciadas pelas CEB e pela CPT. Para Gohn (1997, p.143) “a pedagogia da igreja teve grande sucesso no meio popular porque, a princípio, soube respeitar o modo de raciocinar do camponês, sua visão de mundo e forma de se expressar, valorizando sua fala, suas canções, poesias, sua cultura em síntese”. Tais organizações, que mais tarde surgirão sob a denominação de ONG de desenvolvimento rural, dedicar-se-iam à temática do desenvolvimento, colocando-se a serviço de setores da sociedade que estiveram historicamente à margem da modernização no meio rural e ao mesmo tempo sofrendo os efeitos da parcialidade desta (GOHN, 1997; ALMEIDA e PETERSEN, 2004).

O termo “ONG de desenvolvimento” (ONG-DR) se afirma em função da realização da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, que trazia como eixo principal de discussão os temas do ambientalismo e do desenvolvimento. Naquela ocasião, as entidades pioneiras de “assessoria e apoio aos movimentos populares” se redefiniram e auto-afirmaram como ONG de desenvolvimento. As que trabalham a questão do desenvolvimento no meio rural possuem uma proposta de intervenção que foi adjetivada de “alternativa”, por propor um modelo de desenvolvimento alternativo ao que é engendrado pelo Estado e que é por elas denominado de “hegemônico”. Este modelo de desenvolvimento hegemônico sedimentou-se na agricultura, por meio da difusão de inovações e transferência de tecnologias que foi a forma basilar de intervenção do modelo agrícola químico-mecanizado, também nomeado de moderno ou convencional, impulsionado pela Revolução Verde a partir da década de 1950.

Inicialmente, as ONG-DR traziam como proposta para seu público preferencial as “tecnologias alternativas” em contraposição àquelas difundidas pelo pacote tecnológico da Revolução Verde (ALMEIDA, 1997). As tecnologias alternativas pesquisadas, experimentadas e difundidas pelas ONG-DR eram também denominadas de tecnologias apropriadas ou tecnologias socialmente apropriadas, pois acreditava-se que propiciavam maior autonomia aos “pequenos produtores”. Só mais tarde as ONG-DR irão ampliar o entendimento da possibilidade de construir outro modelo de agricultura para além das técnicas e tecnologias, iniciando uma abordagem e entendimento mais sistêmico das realidades. Posteriormente, com o amadurecimento de suas propostas e demandas diversas, algumas irão optar pela agroecologia como base epistemológica norteadora de suas ações.

No plano discursivo, as ONG-DR tinham como premissa básica de ação a idéia de que a pesquisa e o desenvolvimento na agricultura deveriam operar a partir da base, “de baixo para cima”, partindo da realidade existente, isto é, das necessidades, aspirações, conhecimentos e recursos da população local (ALTIERI e MASERA, 1997). Muitas das ONG-DR nascem a partir das críticas às conseqüências sociais negativas do modelo de agricultura convencional e de reflexões sobre a possibilidade de reverter esse processo de desenvolvimento que forma que atendesse as necessidades dos então denominados “pequenos agricultores”.

No início da década de 1990, quando os impactos ambientais associados a esse modelo entram na pauta de reivindicações de determinados setores da sociedade, as ONG-DR incorporam o discurso de cunho ambientalista e passam a reivindicar também um desenvolvimento que respeitasse os limites da natureza, adotando um tipo de desenvolvimento que fosse sustentável do ponto de vista ecológico, sócio-econômico e

político. É justamente nesse cenário que vão se constituindo e se fortalecendo propostas alternativas ao modelo “produtivista” que orienta a concepção hegemônica de desenvolvimento para o meio rural.

No Brasil, segundo Almeida (1997), as ONG-DR foram precursoras da utilização dos conceitos de agricultura sustentável e desenvolvimento rural sustentável. O discurso do desenvolvimento rural sustentável é um dos mais recentes incorporados pelas ONG, demonstrando que, ao menos a nível discursivo, a incorporação de idéias de cunho ambientalista norteia ações e reflexões sobre “outro desenvolvimento”, fortalecendo propostas de um “modelo alternativo de desenvolvimento rural”.

A análise da trajetória das ONG mostra que na medida em que as condições estruturais e conjunturais do momento histórico vivido mudam, as ONG também mudam suas orientações metodológicas, teóricas e concepções que embasam suas práticas, o que pode ser visualizado por meio de seus discursos e propostas. Nesse sentido, Dias e Diesel (1999, p. 2) afirmam que ONG “não detêm ampla autonomia, [pois] apresentam-se como dependentes de outros agentes sociais” responsáveis por garantir capital monetário e capital simbólico. Isto é, o trabalho das ONG necessita de reconhecimento das instituições financiadoras e do público beneficiário.

Isso pode ser notado atualmente a partir do redirecionamento dos repertórios das ONG-DR, que gradativamente vão inserindo “dimensão ecológica” em seu repertório. Isso significa, para as ONG, incentivar e assessorar práticas na agricultura que atendam a dimensão ecológica, confirmando que são dependentes das forças que estão em jogo, conformadas por disputas e demandas que partem tanto do público-alvo e quanto das agências financiadoras.

Esse redirecionamento da proposta das ONG também sofre influência de mudanças de orientações teóricas que dão embasamento ao trabalho das ONG. Segundo Dias e Diesel (1999), até o final da década de 1980, as ONG simpatizavam-se pelas construções teóricas neomarxistas. O aporte teórico marxista desempenhou um papel significativo para a formação intelectual dos profissionais das ONG, chamando atenção para a centralidade dos processos de “conscientização” ou “sensibilização” dos atores e na construção de propostas coletivas de ação quando se almeja mudanças sociais.

A partir da década de 1990, a leitura de do desenvolvimento possibilitada por referências neomarxistas, predominante nessas entidades, entra em crise. Diante disso, tem-se a tentativa de construção de um modelo analítico alternativo ao paradigma clássico marxista (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004). A emergência de um novo referencial nos fóruns de discussão sobre o desenvolvimento esteve embasado por três reflexões genéricas distintas: a reflexão das “necessidades básicas”, a reflexão dos “estilos de desenvolvimento” advinda dos estudos da CEPAL e a reflexão crítica do movimento ecológico ao desenvolvimento. Assim “o encontro entre estas tendências tem como pauta comum o projeto de um ‘modelo alternativo de desenvolvimento’” (DIAS e DIESEL, 1999, p.5). Este processo está, ainda hoje, em construção.

Quanto aos processos de mediação, as intervenções das ONG estão imbricadas por um ideal de postura diferenciada por parte dos técnicos que as compõem, geralmente caracterizados por um perfil profissional crítico ao “modelo de desenvolvimento”, por trajetórias atravessadas pela militância e boa capacidade de articulação e mobilização dos grupos envolvidos pelas ações. Esse técnico disciplinou seu olhar e sua leitura da realidade a partir das teorias neomarxistas, principalmente em sua abordagem sobre campesinato, bem como por abordagens realizadas por pesquisadores das ciências agrárias críticos da Revolução Verde.

Em termos de práticas, as ONG-DR tendem a privilegiar as intervenções do tipo participativas, sendo estas intervenções entendidas, segundo a concepção de Alencar (1990),

como aquelas que têm como protagonista a população-alvo, chamando-a à interação, buscando envolvê-la durante todo o processo de intervenção. O objetivo é que o envolvimento crie ambientes favoráveis ao aprendizado e à organização coletiva, possibilitando uma cultura protagonista quanto às decisões a serem tomadas acerca de seu próprio desenvolvimento. As ONG-DR geralmente priorizam o uso de diagnósticos participativos e utilizam métodos como a pesquisa-ação ou pesquisa participante para melhor conhecimento da população e de seus ambientes produtivos. Por isso, e por outros motivos, as ONG são aludidas como fontes interlocutoras capazes de “dar voz” àqueles que não têm voz.

Nesse processo de mediação, em que os saberes, as necessidades e os desejos da população são considerados, o conhecimento científico passa a desempenhar um papel auxiliar (e complementar) na apreensão e explicação da realidade, visto que o conhecimento do técnico passa a ser considerado uma das ferramentas para mudança almejada, porém não a única condição necessária.

3. Considerações Finais

As ONG-DR possuíam como propósito intervir na realidade dos “pequenos agricultores”. Representavam um movimento contrário aos paradigmas da agricultura convencional e à lógica operante na política macroeconômica do Estado brasileiro. Política esta que era interpretada por seus críticos como responsável pelo processo de expropriação, degeneração da cultura camponesa, êxodo rural e degradação ambiental. Essas organizações, sobretudo no período da ditadura militar, buscavam idealmente uma intervenção que ocorresse de modo completamente diferenciado do tipo de intervenção que o Estado propunha e praticava. Nesse primeiro momento a afirmação político-ideológica das ONG, posicionando-se “ao lado dos movimentos sociais” e “de costas para o Estado” era latente, uma vez que construía seu projeto a partir da elaboração crítica ao modelo de desenvolvimento apoiado pelo Estado, estabelecendo uma identidade opositora a este, em diálogo com os movimentos sociais.

Contudo, essa postura será transformada na década de 1990, mudando paulatinamente a forma de relacionamento destas organizações com o Estado. Esta década traz consigo a afirmação do projeto de redemocratização do país, criando oportunidades para o “surgimento” de uma multiplicidade de atores coletivos e identidades que superam as categorias analíticas da leitura marxista, o que demandou um alargamento da base analítica para além da categoria “classe social” (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004). Assim, as influências neomarxistas, até então predominantes como base teórico-analítica das ONG, perdem espaço para novas abordagens, que serão determinadas por “novas” demandas sociais.

Essas “novas” demandas ganham destaque com a mobilização em torno das Conferências Mundiais da ONU, que estimula a criação de fóruns de discussão relacionados especialmente à problemática sócio-ambiental, contando com intensa participação da sociedade civil organizada e movimentos sociais. Sherer-Warren e Lüchmann (2004) salientam ainda a oportunidade que os eventos preparatórios para a Eco-92 e outros, como o Fórum das ONG e Movimentos Sociais, criaram no que diz respeito ao estímulo para parcerias entre sociedade civil e poder público.

Além disso, outro fator essencial para o fortalecimento das “parcerias público-privadas” será o contexto ensejado pela globalização neoliberal. Nesse processo, as ONG cumprem papel primordial, (re)significando a forma de intervenção social do Estado, baseando-se nos princípios de participação e cidadania. Desta forma, as ONG-DR, que até então percebiam o Estado como adversário, passam progressivamente a percebê-lo como parceiro das ações e dos programas sociais que visavam o desenvolvimento de comunidades. Em função da importância do apelo às questões ambientais e da visibilidade que os movimentos ambientalistas conquistam no cenário mundial, a demanda pela promoção do

desenvolvimento aliado à conservação dos recursos naturais irá, daqui para frente, constituir-se em pré-requisito das agências financiadoras, o que influenciará mudanças na retórica das ONG localizadas nos países em desenvolvimento.

No campo da orientação teórica e metodológica, vimos também que no primeiro momento, as teorias neomarxistas foram predominantes na influência das ações das ONG-DR, que foram conferindo, com o passar do tempo e das experiências, significados práticos às noções de desenvolvimento local e sustentabilidade, incorporando recentemente noções de agroecologia. A orientação pedagógica e metodológica que ancorou desde o princípio a relação entre o técnico das ONG e o agricultor esteve permeada pela concepção de educação popular de Paulo Freire. Inovações metodológicas foram sendo incorporadas ao longo de suas trajetórias, privilegiando a participação dos envolvidos.

Uma das primeiras frentes de atuação das ONG-DR baseava-se na assessoria ao movimento sindical e no apoio aos movimentos populares, na luta pela terra e acesso ao crédito rural, fortalecendo as articulações políticas, apoiando os sindicatos e as organizações dos trabalhadores rurais. Mais tarde, as articulações e parcerias das ONG-DR vão diversificando e se intensificando, por meio da ação em redes e da ampliação dos agentes financiadores, principalmente com a presença do Estado por meio de suas políticas públicas.

Como pode ser observado, as ONG-DR, de modo geral, têm se pautado por estratégias de ação que objetivam intervir no contexto da produção de modo a assessorar e fortalecer os sistemas produtivos e a organização política dos agricultores. Ao mesmo tempo, estrategicamente, não se restringem apenas ao local, por meio de ações pontuais, mas visam estabelecer relações para além do local, inserindo-se em redes de discussão e relacionamento com outras organizações da sociedade civil e atores sociais diversos, constituindo meios necessários para que a produção familiar chegue a mercados consumidores, visando ainda criar uma rede de assistência, pressão e defesa dos interesses dos agricultores de base familiar.

Contudo, é arriscado generalizar sobre como as ONG-DR se relacionam com seu público, dada a diversidade atual de suas propostas, projetos e influências também diversas. Portanto, pode-se compreender melhor essa questão, analisando suas propostas, fundamentos teóricos, métodos e articulações que estabelecem ao longo de sua trajetória. Observa-se que as mudanças nas orientações teóricas, metodológicas, as mudanças estruturais nas políticas públicas e no próprio cenário conjuntural internacional influenciam discursiva e concretamente as propostas das ONG. Essas inovações discursivas, que em grande medida influenciam na forma de intervenção da organização, podem ser notadas através de uma profunda e rigorosa análise documental da trajetória de uma organização e das narrativas dos atores envolvidos. Assim, será possível perceber como determinada organização vai transformando sua retórica, suas estratégias de ações, incluindo novos conceitos e abordagens.

Referências Bibliográficas

- Alencar, E. (1990) Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. *Caderno de Administração Rural*, Lavras, v.2 n.1, p.23-43.
- Almeida, J. (1997). Da ideia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: Almeida, J., Navarro, Z (org). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: UFRGS.
- Almeida, S. G, Petersen, P. (2004). *Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da rede PTA*. Projeto Olhar crítico. Rio de Janeiro: Action Aid.

- Altieri, M. e Masera. (1997). Desenvolvimento rural na América Latina: construindo de baixo para cima. In: Almeida, J e Navarro, Z (org). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: UFRGS.
- Brandão, C. R. (1984) *Pensar a prática: escritos de viagem e estudos sobre a educação*. São Paulo: Edições Loyola.
- Dias, M. M.; Diesel, V. (1999) A proposta das ONGs brasileiras para o desenvolvimento rural: uma avaliação crítica. *Extensão Rural*, Santa Maria, v.5, n.1, p.31-45.
- Dias, M. M. (2004). *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*. Tese de Doutorado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- Fernandes, B. M. (1998) *Gênese e desenvolvimento do MST*. Caderno de Formação MST. São Paulo.
- Gohn, M. G. (1997) *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez.
- Landim, L. (1993). *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da UFRJ. Rio de Janeiro: MN/UFRJ.
- Novaes, R. (1994) A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: Medeiros *et al*, *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp.
- Sherer-Warren, I. (1995). ONG na América Latina: trajetória e perfil. In: Viola, E.d. *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- Sherer-Warren, I; Lüchmann, L. H. H. (2004). Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. *Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política*. Florianópolis: Cidade Fortuna.



4. ECONOMIA PLURAL E O AGROALIMENTAR

Adaptación de los alimentos con etiquetado de calidad regional al entorno globalizado

**Ramo Barrena
Mercedes Sánchez**

1. Introducción. Modelos de decisión de compra en productos de calidad regional

La saturación de los mercados obliga a las empresas a diferenciarse en un entorno más competitivo y alejado. Una alternativa de diferenciación utilizada por empresas agroalimentarias es aquella que agrupa su oferta bajo una marca de calidad diferenciada por una determinada región de origen o alternativa de producción.

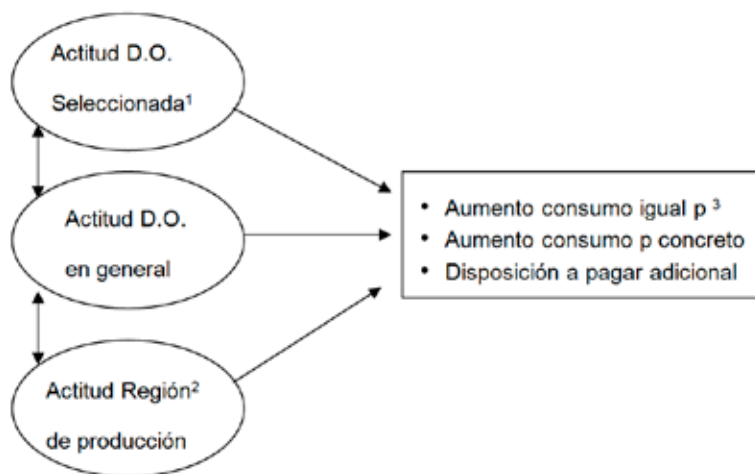
Tres han sido los efectos que permiten a esta estrategia ser más exitosa: 1) ser un elemento de diferenciación en mercados maduros (Van der Lans et al., 2001), 2) generar mayor valor añadido (Bonetti, 2004, Freitas y Ribeiro, entre otros) y 3) la más ligada al territorio rural, ser un instrumento de desarrollo rural y de sustento de las estructuras de producción requeridas (Comisión Europea, 2006, Ilbery et al., 2005). En este trabajo el enfoque es fundamentalmente subjetivo, de análisis de la calidad por la demanda incluyendo conocimiento, actitudes y preferencias y comportamiento final de compra.

El estudio va a testar la viabilidad de un modelo que considera fundamentalmente aspectos actitudinales en marcas de calidad regionales. Las propuestas relacionan la calidad con valores simbólicos, emocionales y situacionales, incluyendo además el efecto percibido por los consumidores de estas estrategias en el desarrollo de la región o rural (Van der Lans et al., (2001), Lunardo y Guerinet (2007), Fandos y Flavián (2006), Calvo y Blázquez (2007) y Sánchez (2006). Más concretamente la propuesta de la Van Ittersum et al. (2007) pretende diferenciar el comportamiento actitudinal en dos partes, la región y el producto en si mismo. La relevancia de estudiar los aspectos actitudinales o afectivos en este tipo de producciones ha quedado demostrada por diversos autores (Giraud, 2005, Rodríguez et al., 2004). El principal elemento de diferenciación con respecto a otros trabajos se ha centrado en medir el comportamiento de los consumidores tanto fuera como dentro de las propias regiones de producción de dos alimentos regionales. De esta forma se podrá determinar, al menos en parte, el comportamiento etnocentrista de este tipo de mercados. Han sido seleccionados dos productos con marcas de calidad de origen en dos regiones españolas, Aceite de Oliva Les Garrigues en Cataluña y Espárrago de Navarra en dicha región.

2. Metodología

La mayoría de las aproximaciones del comportamiento del consumidor se basan en la Teoría de la Calidad y de la Satisfacción. En esta ocasión se ha seleccionado la Teoría de la Calidad analizando el efecto parcial de distintas actitudes del comprador en elecciones finales de alimentos regionales de calidad protegidos. El modelo seleccionado se basa parcialmente en las nuevas propuestas de Van Ittersum, et al., 2007 y Van der Lans et al., 2001, junto a la inclusión de la valoración de los aspectos diferenciales del propio producto seleccionado. El modelo base propuesto se incluye en la Figura 1.

Figura 1. Modelo conceptual de influencia de la actitud hacia el producto diferenciado, la diferenciación con DO y la región sobre la disposición a comprar y pagar por estos productos



¹Aceite Les Garrigues y Espárrago de Navarra. ² Cataluña en el caso del aceite y Navarra en el del espárrago. ³

Se proponen tres mediciones del comportamiento del consumidor: 1) la disposición a comprar el producto si tuviese el mismo precio que otro de su categoría, 2) el consumo total del producto a un precio determinado (6 euros por litro de aceite y 4,5 euros por lata de espárragos en conserva de 250 gramos) y 3) el máximo sobreprecio dispuesto a pagar por el producto con Denominación de Origen.

El modelo incluye tres variables actitudinales que pueden interactuar: a) la valoración de la marca seleccionada, b) la imagen de la marca DO, en general y c) valoración de la región de producción de cada producto. Se estimaron diferentes modelos para cada producto, para cada región en las tres situaciones de decisión elegidas para el consumidor.

El objetivo del trabajo es doble: a) calibrar la interrelación existente entre los distintos aspectos actitudinales que inciden sobre la valoración de los productos regionales de calidad (valoración del producto en sí, de la DO y de la región) y b) estudiar las diferencias de valoración de los consumidores cuando pertenecen o no a las regiones de producción analizadas. Los componentes se han medido utilizando los constructos propuestos por Van Ittersum et al., (2007) junto a la selección de aspectos delimitados como relevantes en la literatura.

La principal fuente de datos ha sido una entrevista personal diseñada para el estudio, dirigida a una muestra representativa de compradores de alimentos para el hogar. La muestra fue aleatoria y estratificada por edad y zona de residencia con 200 entrevistas en la región 1

(Cataluña) y 280 en la región 2 (Navarra)⁵⁷. La estructura de las muestras en cuanto a edad, sexo, ingresos, tamaño del hogar y nivel de educación fueron similares en ambas regiones. El cuestionario estaba dividido en cuatro bloques, el primero recogía las actitudes generales hacia los productos con Denominación de Origen y la valoración de la calidad percibida hacia productos con y sin Denominación de Origen. Los bloques segundo y tercero analizaban el comportamiento particular hacia los dos alimentos seleccionados, diferenciando entre protegidos y no protegidos. La cuarta sección de la encuesta se centra en medir las características sociodemográficas, estilos de vida y actitudes hacia la alimentación. Los modelos son estimados utilizando la metodología de las ecuaciones estructurales. Los indicadores de fiabilidad fueron los habituales en esta alternativa metodológica χ^2 , p, RMSEA, GFI, CFI, TLI.

3. Resultados

3.1. Actitudes, conocimiento y comportamiento en alimentos regionales de calidad, diferencias interregionales

En cuanto a las primeras valoraciones de los encuestados diferenciadas por regiones de obtención de la información la Tabla 1 describe los principales valores, empleando como metodología el análisis de la varianza para testar estadísticamente las diferencias de medias existentes entre los grupos. En cuanto a las actitudes se pueden distinguir la valoración de la política de diferenciación por origen, de la valoración más particular de cada marca regional seleccionada en el estudio y su región correspondiente. Los resultados en este sentido indican en cuanto a la imagen de las Denominaciones de Origen diferencias significativas en todos los aspectos que evalúa este concepto (calidad, confianza, exclusividad, empleo en la región e ingresos de los agricultores). Así, los residentes en Cataluña aprecian en general más cualquier elemento relacionado con la Denominación de Origen. Los valores son altos en la mayoría de los conceptos.

Por el lado de la opinión hacia los productos concretos analizados cada región valora más su propio territorio, mostrando cierto grado de etnocentrismo entre los consumidores. Sin embargo, existen diferencias entre las marcas de calidad, el aceite de Les Garrigues es más valorado en su entorno de producción, pero en el espárrago los resultados no son tan diferentes entre residentes o no en su ámbito de producción. Estos resultados obtenidos para la imagen concuerdan con los comportamientos finales de los encuestados ya que el conocimiento es lógicamente mayor entre los residentes de cada territorio. Por el lado del consumo de cada producto regional es superior en la zona de producción, corroborando la idea inicial del ámbito comercial más cercano que suele estar unido a este tipo de oferta alimentaria. Partiendo de la base de que el consumo de ambos productos genéricos, sin marcas de calidad, es similar en ambas zonas y elevado para ambos productos y regiones. Finalmente, en cuanto a la disposición a pagar en Cataluña se opta por superiores sobreprecios que en Navarra, mientras que en el caso de los espárragos el valor medio no ofrece diferencias significativas entre regiones, ofreciendo niveles superiores al 20%.

⁵⁷ Partiendo de valores de p de 0.15 como compradores de productos con calidad regional en ambas regiones, el máximo error admitido sería del 5% en Cataluña y el 4.3% en Navarra. El valor de la proporción de consumidores de esta categoría de productos se ha obtenido de trabajos anteriores de los autores.

Tabla 1. Actitudes del consumidor hacia las Marcas de Calidad de Origen y hacia las regiones, conocimiento de las regiones, consumo de marcas de calidad y disposición adicional a pagar por marcas de calidad por zonas de estudio.

Variables dependientes	Regiones ¹		Test Estadístico	
	Región 1 (Cataluña)	Región 2 (Navarra)	Valor	Significatividad
<i><u>Variables actitudinales²</u></i>				
<i>Imagen de las marcas de calidad regionales</i>			9.97 ^a	0.002
Alta calidad	3.98	3.74	2806 ^a	0.000
Calidad constante	4.10	3.62	6.39 ^a	0.012
No son un fraude	3.54	3.26	25.83 ^a	0.000
Exclusividad	4.16	3.63	5.31 ^a	0.022
Mayor empleo para la región	3.27	3.02	34.19 ^a	0.000
Mayores ingresos para los agricultores	3.38	3.97		
<i>Opinión del Aceite de Oliva Les Garrigues</i>				
Aroma y acidez	3.81	3.27	39.57	0.000
Confianza Denominación	3.74	3.21	35.58	0.000
Calidad de la Denominación	3.85	3.41	21.92	0.000
No relevancia de origen	3.88	3.47	20.37	0.000
Promoción	3.64	2.92	61.74	0.000
Imagen	3.89	3.37	32.32	0.000
<i>Opinión de la región Les Garrigues</i>				
Atractivo	3.98	2.35	308.6 ^a	0.000
Sensaciones	3.87	2.32	290.4 ^a	0.000
Opinión general	3.95	2.42	293.3	0.000
<i>Opinión del Espárrago de Navarra</i>				
Terneza	3.48	2.26	105.62	0.000
Confianza Denominación	3.87	3.99	1.38	0.240
Calidad de la Denominación	4.04	4.38	1.98	0.159
No relevancia de origen	3.85	4.25	18.86	0.000
Promoción	3.73	3.81	0.556	0.456
Imagen	4.02	4.20	3.85	0.050
<i>Opinión de la región Navarra</i>				
Atractivo				0.000
Sensaciones	4.12	4.61	46.33 ^a	0.000
Opinión general	3.91	4.63	93.33 ^a	0.000
	3.85	4.57	93.56	
<i><u>Variables de conocimiento</u></i>				
<i>Conocimiento de la región de la marca de calidad</i>				
Región 1 (Cataluña, Aceite oliva Les Garrigues)	3.49	1.50	542.84 ^a	0.000
Región 2 (Navarra, Espárragos de Navarra)	2.90	4.32	286.80 ^a	0.000
<i><u>Variables de consumo</u></i>				
<i>Consumo de las marcas de calidad</i>				
Aceite de Oliva	85.41%	83.58%	0.68	0.408
Aceite de Oliva (Les Garrigues, región 1)	50.65%	20.83%	7.52 ^a	0.007
Espárragos conserva	2.28	2.15	1.303	0.254
Espárragos (Navarra, región 2)	46%	70%	26.71 ^b	0.000
<i>Disposición a pagar por marcas de calidad</i>				
Aceite de Oliva (Les Garrigues, región 1)	24.26	16.72	16.33 ^a	0.000
Espárragos (Navarra, región 2)	23.48	22.63	0.185 ^a	0.667

(^a) F de Snedecor; (^b) χ^2 de Pearson

¹ La marca de calidad seleccionada para Cataluña fue *Aceite de Oliva de Les Garrigues*, y la marca de calidad seleccionada para Navarra fue *Espárrago de Navarra*.

² Como escala de medida se ha utilizado para todas las actitudes una escala jerarquizada con cinco niveles, indicando el 5 la mayor intensidad del aspecto.

3.2. Modelos de influencia de la actitud hacia los productos regionales certificados en la disposición a consumir y a pagar por esos productos

En la Tabla 2 se recogen los parámetros estandarizados estimados para el primer producto, aceite, en ambas regiones. En primer lugar, en cuanto a las relaciones entre las distintas actitudes hacia esta categoría de producto, en el caso del aceite, no es significativo para la región catalana, y sí lo es para la navarra. Esto es, según la región las interrelaciones no son tan evidentes en este producto. Por otro lado, los aspectos que definen los constructos de actitud son significativos en todos los modelos y en los dos productos. Finalmente, en cuanto a la influencia de cada variable actitudinal en las tres mediciones de comportamiento se observa que la valoración de la región, en general, siempre influye en el comportamiento final del consumidor, en términos positivos, esto es, a mayor valoración de la región mayor disposición a consumir o pagar por productos certificados.

Luego, las actuaciones relacionadas con la mejora de esta valoración subjetiva debieran incidir positivamente en política comercial de estos productores. Sin embargo, las valoraciones de la DO, en general, o de la marca de calidad 'Les Garrigues', no afectan apenas en el comportamiento final del comprador, luego los esfuerzos sobre la región no se deben olvidar en cualquier campaña diseñada para mejorar la posición de los empresarios que producen alimentos de calidad regional. Parcialmente también se ha observado un efecto de la valoración de la Denominación de Origen, pero no de forma tan concreta como la región, se observa únicamente con la disposición a pagar en Cataluña y con la disposición a aumentar el consumo al mismo precio en Navarra. Los indicadores de bondad del ajuste han sido correctos en todos los modelos.

La Tabla 3 recoge los resultados obtenidos en las estimaciones de los distintos modelos de ecuaciones estructurales en el caso del espárrago. Los modelos para este producto son más concluyentes en el establecimiento de interrelaciones entre los distintos conceptos que evalúan la actitud hacia los productos regionales destacados mediante certificados de calidad. Al igual que en el aceite los constructos están adecuadamente medidos por las variables propuestas. Finalmente, en cuanto a la influencia de las actitudes en el comportamiento final del comprador, se observa al igual que en el aceite la influencia de la valoración de la región. Por lo tanto, se confirma la importancia de posicionar de forma adecuada la valoración de la región para situar a los productos regionales de calidad en los mejores niveles. Aisladamente en ambas zonas también la valoración de la actitud hacia la DO, en general, también afecta al comportamiento global, con influencia positiva de la actitud en la disposición a comprar en Cataluña y en Navarra si existe un precio determinado. Los indicadores de bondad del ajuste también han sido correctos en todos los modelos estimados.

Tabla 3. Coeficientes estandarizados de la influencia de la actitud hacia las marcas de calidad y las regiones sobre el consumo y disposición a pagar por regiones (Espárrago de Navarra)

Variables	Cataluña				Navarra			
	Aumento consumo igualdad precio		Máxima disposición a pagar		Aumento consumo igualdad precio		Consumo a precio determinado	
	P.R.E.	V.C.	P.R.E.	V.C.	P.R.E.	V.C.	P.R.E.	V.C.
Actitud Espárrago de Navarra	0.320	3.22	0.287	2.89	0.289	2.90	0.213	2.80
Actitud DO	0.156	1.73	0.150	1.65	0.149	1.64	0.300	3.88
Actitud Navarra	0.153	1.99	0.153	1.93	0.154	2.00	-0.460	-7.36
Termeza	0.783	10.18	0.783	10.12	0.784	10.15	0.660	11.23
Confianza Denominación	0.822	10.61	0.823	10.55	0.823	10.57	0.871	15.77
Calidad Denominación	0.534	6.98	0.533	6.95	0.531	6.93	0.591	9.81
No relevancia origen	0.764	9.96	0.765	9.91	0.765	9.92	0.713	12.37
Promoción	0.728	**	0.725	**	0.725	**	0.833	**
Imagen	0.589	**	0.572	**	0.566	**	0.578	**
Alta calidad	0.567	5.25	0.548	5.01	0.545	4.97	0.793	8.22
Calidad constante	0.498	4.86	0.516	4.84	0.531	4.89	0.614	7.27
No son un fraude	0.550	5.16	0.554	5.04	0.548	4.98	0.677	7.72
Exclusividad	0.406	4.19	0.426	4.26	0.430	4.27	0.415	5.42
Mayor empleo región	0.316	3.41	0.353	3.68	0.353	3.68	0.186	2.63
Mayores ingresos agricultores	0.781	13.75	0.782	13.81	0.781	13.77	0.871	17.04
Atractivo Navarra	0.966	17.47	0.962	17.44	0.964	17.45	0.866	16.59
Sensaciones Navarra	0.868	**	0.871	**	0.869	**	0.859	**
Opinión general Navarra	0.023	**	0.027	**	0.039	**	0.024	**
Actitud Navarra	0.268	3.00	0.067	0.77	0.100	1.14	0.030	0.41
Actitud DO	0.215	3.02	0.120	1.61	0.183	2.50	-0.136	-1.86
Actitud Región							0.258	3.76
Indices de bondad del modelo								
χ^2	165.48		176.71				245.93	
RMSEA	0.057		0.062				0.074	
GFI	0.906		0.902				0.891	
CFI	0.936		0.924				0.905	
TLI	0.924		0.910				0.888	
							300.3	
							0.087	
							0.865	
							0.875	
							0.852	
							274.22	
							0.081	
							0.877	
							0.889	
							0.868	

P.R.E.: Parámetro de la regresión estandarizado. V.C.: Valor critico. En negrita los valores significativos para un nivel máximo de error del 10%.

4. Conclusiones

La alternativa de diferenciar mediante marcas de calidad regionales es una estrategia adecuada para determinado tipo de empresas. Este método añade valor a los productos y esto debe ser valorado así por los compradores para que tenga un efecto positivo en la decisión de compra final. Esto es, la actitud hacia esta categoría de productos debiera influir a priori en la decisión final del elector. En este trabajo se ha analizado la influencia de las tres componentes de la actitud para estos alimentos (el propio producto, la DO y la región) para dos productos distintos en dos regiones, que representan tanto su zona de producción como otra alternativa. Los resultados han mostrado para ambos productos y regiones una relevancia especial de la valoración de la región sobre el comportamiento final del consumidor. Esto es, independientemente de ser o no zona de producción y de si el producto era producido o no en una región, la valoración del territorio dónde se produce el producto es muy relevante en la elección de compra del adquirente. Por lo tanto, las estrategias comerciales deben prestar especial relevancia a este aspecto del territorio.

Además, estas actuaciones comerciales que también desde la nueva Política Agrícola Común, encajan con el objetivo de mantenimiento de mercados sostenibles con valor añadido, son factibles y deben considerarse elementos subjetivos o actitudes del consumidor porque influyen en el éxito final en el mercado. Esta situación se puede complicar si pretenden acceder a mercados más alejados, ya que difuminan más el efecto de la región y es importante consolidar su imagen para comercializar el producto, siempre bajo la base de la existencia de un producto con características de calidad objetivas contrastadas.

Por lo tanto, las apuestas que enfocan estas actividades ligadas al turismo, el desarrollo regional y la tradición pueden estar acertando en el enfoque de acuerdo con los resultados obtenidos en este trabajo. Por otra parte, dado el reducido tamaño que caracteriza generalmente a las empresas oferentes de estas categorías de productos, necesitamos de una actuación colectiva también para las labores de promoción, ya que no es sencillo establecer campañas regionales de las zonas. De igual forma, también será interesante ir adaptando a las posibles fuentes de innovación en esta categoría de productos que no tiene porque estar enfrente de los aspectos de tradición.

Otros trabajos futuros pueden hacer hincapié en establecer las posibles diferencias de estos comportamientos en función del grado de consumo del producto, de la experiencia con la región, de otras fases del comportamiento del comprador y de las características sociodemográficas de los compradores interesados.

Bibliografía

- Bonetti, E. (2004). The effectiveness of meta-brands in the typical product industry: mozzarella cheese. *British Food Journal*, 106 (10/11), 746-766.
- Calvo, D.; Blázquez, F. (2007). Análisis del valor de la marca en el mercado vitivinícola. VI Congreso de Economía Agraria. Albacete (Spain), Septiembre.
- Espejel, J.; Fandos, C.; Flavián, C. (2007). La importancia de las Denominaciones de Origen Protegidas como indicadores de calidad para el comportamiento del consumidor. El caso del aceite de oliva del Bajo Aragón. *Economía Agraria y Recursos Naturales*, (14), 3-19.
- European Communities, (2006). Food quality assurance and certification schemes. Stakeholder Hearing 11/12 May 2006. Background Paper.
- Fandos, C.; Flavián, C. (2006). Intrinsic and extrinsic quality attributes, loyalty and buying intention: an analysis for a PDO product. *British Food Journal*, 108 (8), 646-662.

- Freitas, J.; Ribeiro, J.C. (2005). Product attribute saliency and region of origin: some empirical evidence from Portugal. XI Congress of the European Association of Agricultural Economists, The future of rural Europe in the Global Agri-Food System, Copenhagen, Denmark, August.
- Giraud, G. (2005). The role of typicality judgement in consumer choice process with respect to food: a theoretical framework. International Food and Agribusiness Management Association 'World Food and Agribusiness Symposium', Chicago, Illinois, US, June 25-26.
- Grunert, K. (2005). Food quality and safety: consumer perception and demand. *European Review of Agricultural Economics*, 32 (3), 369-391.
- Illbery, B.; Morris, C.; Buller, H.; Maye, D.; Kneafsey, M. (2005). Product, process and place. An examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. *European Urban and Regional Studies*, 12 (2), 116-132.
- Lunardo, R.; Guerinet, R. (2007). The influence of label on wine consumption: its effects on young consumers' perception of authenticity and purchasing behaviour. 105th EAAE Seminar 'International Marketing and International Trade of Quality Food Products', Bologna (Italy), March.
- Rodríguez, M.C.; Cervantes, M.; González, A. (2004). Análisis de la implicación con la Denominación de Origen desde una perspectiva cognitiva. La implicación como criterio de segmentación del mercado. XVI Encuentro de Profesores Universitarios de Marketing. Alicante, septiembre.
- Sánchez, M. (2006). Nuevos valores en marcas de origen de calidad, arquetipos y estereotipos para el consumidor. *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, 210 (2), 39-56.
- Van der Lans, I.; Van Ittersum, K.; De Cicco, A.; Loseby, M. (2001). The role of the region of origin and EU certificates of origin in consumer evaluation of food products. *European Review of Agricultural Economics*, 28 (4), 451-477.
- Van Ittersum, K.; Meulenbergh, T.G.; Van Trijp, H.C.M.; Candel, M.J.J.M. (2007). Consumers' appreciation of regional certification labels: a Pan-European study. *Journal of Agricultural Economics*, 58 (1), 1-23.

Quanto estão os consumidores dispostos a pagar pela conservação das variedades tradicionais de macieiras?

Isabel Dinis

Jorge Moreira

Orlando Simões

Introdução

Como referem Magnusson *et al.* (2003), a investigação empírica tem produzido evidências no sentido de que, para além das características organolépticas, os consumidores valorizam cada vez mais outro tipo de aspectos, tais como a segurança alimentar, o valor nutritivo ou o modo de produção dos alimentos. Existem diversos estudos que demonstram uma preferência por parte de consumidores de diversas partes do mundo pelo consumo de produtos biológicos. Essa preferência está habitualmente relacionada com a percepção de que este tipo de alimentos oferece maiores garantias de segurança alimentar, tem melhor sabor e valor nutritivo e contribui para a preservação do ambiente. São exemplos de estudos nesta linha Hammit (1990), Schifferstein e Ophus (1997), Miles e Frewer (2001), Hursti e Magnusson (2003) e Grankvist e Biel (2007).

A maioria destes estudos estabelece uma correlação entre as atitudes e características sócio-económicas e demográficas dos consumidores e a sua propensão para escolher produtos biológicos. Não mostram, no entanto, quanto é que o consumidor comum estará disposto a pagar a mais por um produto com estas características. Mais recentemente, no entanto, têm surgido alguns estudos que procuram determinar qual o acréscimo de preço que os consumidores estão dispostos a pagar por produtos biológicos e de que forma os factores socioeconómicos e demográficos afectam a sua disposição a pagar (Estes e Smith, 1996; Boland e Schroeder, 2002; Loureiro e Hine, 2002; Maguire et al., 2004).

Ao contrário daquilo que se passa com os produtos com etiqueta ecológica, na área da conservação da biodiversidade agrícola e, em particular, das variedades regionais, pouco tem sido feito no sentido de se perceber o comportamento dos consumidores. É de esperar que, sendo as características organolépticas dos produtos, o seu valor nutritivo e as preocupações ambientais alguns dos factores de decisão dos consumidores na compra de produtos biológicos, tais preocupações condicionem também outro tipo de escolhas, tal como a das variedades de produtos frescos que consomem.

A percepção desta tendência tem levado a que a recuperação de variedades regionais seja actualmente apontada como uma estratégia para o desenvolvimento de diversas fileiras agro-alimentares, em particular da fileira horto-frutícola. É disso exemplo o Programa Operacional das Organizações de Produtores de Frutas e Produtos Hortícolas, recentemente enviado à Comissão Europeia, no qual a maior exigência do consumidor para produtos de qualidade diferenciada aparece como uma oportunidade na análise SWOT da fileira Hortofrutícola e a existência em Portugal de produtos de qualidade e diferenciados surge como um ponto forte dessa mesma análise. Diz-se ainda que “a produção diferenciada de frutos e hortícolas com qualidade regulamentada ou com características particulares, designadamente variedades regionais ou com atributos específicos, nomeadamente organolépticos, que têm em Portugal um potencial assinalável, deve procurar as soluções mais adequadas para a sua valorização, de onde não deve ser excluída igualmente a aposta nas grandes cadeias de distribuição” (MADRP, 2008, p.23). As opiniões técnicas e científicas neste domínio vão no mesmo sentido (Fonseca, 2008). No entanto, para que essa produção seja viável, é necessário

que os consumidores estejam dispostos a pagar um preço acrescido que compense a menor produtividade e o maior risco normalmente associados a este tipo de produção.

Neste trabalho procurou-se avaliar a disposição dos consumidores a pagar pela conservação do património genético cultivado, utilizando como caso de estudo variedades regionais de maçã, algumas delas praticamente desaparecidas do universo da produção e completamente ausentes dos circuitos comerciais. Para além do efeito do factor variedade, tentar-se-á ainda estabelecer o efeito que tem na disposição a pagar pelas maçãs, a avaliação que os consumidores fazem das suas características organolépticas, o modo de produção (biológico ou convencional), bem como um conjunto de factores sócio-económicos e demográficos que os caracterizam.

1. Modelo

Este trabalho foi desenvolvido com base na teoria do consumidor proposta por Lancaster (1966), a qual assenta no pressuposto de que a disposição a pagar por um bem depende da utilidade que os consumidores dele retiram e que essa utilidade é função de um vector de atributos que existem em diferentes combinações nos bens disponíveis. A teoria da procura de Lancaster constitui a base conceptual da metodologia dos preços hedónicos, a qual tem sido aplicada em diversos trabalhos, particularmente na área da economia agro-alimentar (Estes e Smith, 1996; Kozłowska et al., 2003; Steiner, 2004; Panzone e Simões, 2007; Huang e Lin, 2007; Troncoso e Aguirre, 2007; Wang et al., 2008; Drescher et al., 2008) e da economia do ambiente e dos recursos naturais (Palmquist, 1984; Anstine, 2000; Srinivasan e Blomquist, 2007).

O pressuposto subjacente a este tipo de modelos é que os produtos se distinguem entre si unicamente pelas suas características e que a procura por cada uma delas pode ser obtida a partir da análise da disposição a pagar por produtos com diferentes características ou diferentes níveis dessas características. Na sua essência, traduz-se na desagregação do preço de um bem, nos valores atribuídos às características que o definem.

Na sua forma mais simples, o modelo hedónico procura explicar o preço pelo qual um bem diferenciado é vendido em função da quantidade dos atributos que contém.

Seja P_i o preço de um bem i com um conjunto de atributos Z_i . Então, a função de preços hedónicos pode ser escrita como:

$$P_i = P(Z_1, \dots, Z_j, \dots, Z_n).$$

A partir desta equação é possível estimar o valor marginal atribuído pelos consumidores a cada uma das características Z_j na formação do preço do bem.

Como referem Haab e McConnell (2003), os preços hedónicos aplicam-se quando bens com características diferenciadas são vendidos no mercado e, portanto, o preço de venda reflecte as condições de equilíbrio desse mercado. No caso presente, não existe mercado para algumas das variedades de maçã estudadas, pelo que não foi possível usar preferências observadas em mercados reais para estimar o prémio que os consumidores estão dispostos a pagar pelas variedades tradicionais e, em particular, por aquelas que estão em vias de extinção. Assim, em lugar de um preço de mercado efectivamente observado, será usada a disposição a pagar, declarada pelos consumidores.

O modelo teórico nada diz acerca da forma funcional da equação dos preços hedónicos, excepto que é monótona crescente nas características desejáveis. A definição da forma funcional é, por isso, uma questão estritamente empírica. As opções mais habituais são a função linear (Boland e Schroeder, 2002; Maguire et al., 2004), a função semi-logarítmica

(Estes e Smith, 1996; Steiner, 2004) e a forma funcional Box-Cox (Jordan et al., 1985; Loureiro e Mc Cluskey, 2002). Neste trabalho optou-se pela forma log-linear pela facilidade de interpretação dos coeficientes do modelo.

Assim, a disposição do indivíduo j a pagar por cada quilo de maçãs da variedade i (DP_{ij}) é especificada, na sua forma logarítmica, da seguinte forma:

$$\ln DP_{ij} = \alpha_0 + \sum_{n=1}^4 \beta_n ORG_{nij} + \sum_{r=1}^3 \gamma_r PROD_{ri} + \sum_{s=1}^{12} \lambda_s SOC_{sj} + e_{ij}$$

As variáveis incluídas em ORG_{nij} , referem-se à classificação atribuída por cada um dos indivíduos entrevistados a um conjunto de quatro características organolépticas (aspecto, textura, sabor e aroma), para cada uma das nove variedades que foram alvo de prova. $PROD_{ri}$ representa atributos das maçãs independentes da avaliação dos inquiridos, nomeadamente a origem da variedade (portuguesa ou importada), a sua situação face à extinção e o modo de produção. Finalmente, SOC_{sj} diz respeito à caracterização dos indivíduos inquiridos e dos seus agregados familiares, tendo-se considerado como aspectos essenciais o local de residência, a vivência rural, o género, a idade, a escolaridade e o rendimento. No Quadro 1, apresenta-se de forma mais desagregada a definição de todas as variáveis usadas no modelo.

2. Dados

Para avaliar a disposição a pagar dos consumidores portugueses por variedades regionais de maçãs, em particular por aquelas que já não se encontram no mercado e que, em termos comerciais, se podem considerar em extinção, organizou-se uma prova de maçãs, na qual foram provadas e classificadas nove variedades diferentes, algumas importadas, outras nacionais, produzidas em modo de produção biológico ou convencional, algumas presentes nos mercados, outras desconhecidas da grande maioria dos consumidores (Quadro 2). Junto a cada tipo de maçã foi colocado um painel identificativo da variedade, da sua origem (nacional ou estrangeira), referindo se estava em extinção e qual o seu modo de produção (biológico ou convencional). A ordem pela qual as maçãs foram apresentadas aos participantes foi sendo alterada no decurso das provas e definida de forma aleatória por sorteio.

A cada participante foi pedido que lesse as placas identificativas antes de cada prova e que, após a sua realização, classificasse a maçã provada relativamente aos seguintes atributos: aspecto, aroma, cor, textura e sabor, numa escala de 1 a 5. De seguida, deveria declarar o preço relativo que estaria dispostos a pagar por um Kg dessas maçãs, admitindo como valor de referência para as maçãs por ele habitualmente consumidas o preço de 1,00 €. Após a prova os participantes eram convidados a preencher um pequeno inquérito, do qual constavam questões simples de caracterização sócio-económica e demográfica. A prova realizou-se em simultâneo com uma actividade de divulgação do Projecto AGRO 740, de cuja equipa faziam parte os autores, nas 3as Jornadas de Inovação, levadas a cabo na Feira Internacional de Lisboa entre 7 e 10 de Novembro de 2007. A escolha deste evento teve como objectivo facilitar a logística associada a uma prova de maçãs em larga escala e recolher maioritariamente dados de residentes em Lisboa, o maior centro de consumo nacional e principal pólo do mercado da saudade.

Na experiência participaram 231 indivíduos com mais de 16 anos, 52% do sexo feminino e 48% do sexo masculino, residindo cerca de metade na área da Grande Lisboa. A clara maioria dos participantes (71,5%) frequentou o ensino superior e 50% deles auferia rendimentos líquidos mensais entre 1000 e 2000 euros. Cerca de 60% afirmaram viver ou terem vivido em meios rurais. Quando comparada com valores médios nacionais, esta amostra

apresenta um claro enviesamento no que diz respeito ao rendimento e à escolaridade, pelo que a generalização dos resultados obtidos para a população nacional terá que ser cautelosa. Permitirá, ainda assim, obter importantes pistas sobre o comportamento de consumo dos segmentos mais altos, aqueles a quem é frequentemente atribuída uma maior apetência pelo consumo de produtos diferenciados. Esta amostra teria permitido obter 2079 valores de disposição a pagar (231 indivíduos x 9 variedades) mas, dado que nem todos os indivíduos declararam esse valor para todas as variedades, obtiveram-se apenas 2050 observações da variável dependente.

Quadro 1 – Definição das variáveis

Variável	Descrição
Variável dependente	
dp	Disposição a pagar, medida em euros por quilograma de maçã.
Características organolépticas	
asp	Classificação atribuída pelos inquiridos à característica aspecto, medida numa escala de 1 a 5.
text	Classificação atribuída pelos inquiridos à característica textura, medida numa escala de 1 a 5.
sabor	Classificação atribuída pelos inquiridos à característica sabor, medida numa escala de 1 a 5.
aroma	Classificação atribuída pelos inquiridos à característica aroma, medida numa escala de 1 a 5.
Origem e modo de produção	
port	Origem da variedade. Toma o valor 1 quando a variedade é tradicional portuguesa e o valor 0 no caso contrário.
ext	Perigo de extinção. Toma o valor 1 quando a variedade ainda é transaccionada no mercado e o valor 0 no caso contrário.
biol	Modo de produção. Toma o valor 1 quando as maçãs apresentadas foram produzidas em modo de produção biológico e o valor 0 no caso contrário.
Características dos inquiridos e dos seus agregados familiares	
res	Residência. Toma o valor 1 quando os inquiridos residem na área da Grande Lisboa e o valor 0 no caso contrário.
rural	Vivência rural. Toma o valor 1 quando os inquiridos residiram em meio rural nalguma fase das suas vidas e o valor 0 no caso contrário.
sexo	Género. Toma o valor 1 para sexo feminino e o valor 0 caso contrário
idade	Idade do inquirido, medida em anos
escbas	Nível básico de escolaridade. Toma o valor 1 quando o nível de escolaridade máximo frequentado pelos inquiridos foi o básico e o valor 0 no caso contrário.
escsec	Nível secundário de escolaridade. Toma o valor 1 quando o nível de escolaridade máximo frequentado pelos inquiridos foi o secundário e o valor 0 no caso contrário.
escsup	Nível superior de escolaridade. Toma o valor 1 quando o nível de escolaridade máximo frequentado pelos inquiridos foi o superior e o valor 0 no caso contrário.
nagreg	Número de pessoas que habitam no agregado doméstico do inquirido.
rend0	Nível de rendimento. Toma o valor 1 quando o rendimento líquido mensal do inquirido, medido em euros, é inferior a 500 e o valor 0 no caso contrário.
rend1	Nível de rendimento. Toma o valor 1 quando o rendimento líquido mensal do inquirido, medido em euros, se situa no intervalo [500; 1000[e o valor 0 no caso contrário.
rend2	Nível de rendimento. Toma o valor 1 quando o rendimento líquido mensal do inquirido, medido em euros, se situa no intervalo [1000; 2000[e o valor 0 no caso contrário.
rend3	Nível de rendimento. Toma o valor 1 quando o rendimento líquido mensal do inquirido, medido em euros, é igual ou superior a 2000 e o valor 0 no caso contrário.

Quadro 2 – Caracterização das maçãs avaliadas na prova organoléptica

Variedade	Características		
	VRP ⁽¹⁾	MPB ⁽²⁾	Extinção
A) Malápíio da Serra	Sim	Sim	Não
B) Maçã Pedra	Sim	Não	Sim
C) Golden Delicious	Não	Não	Não
D) Tromba de Boi	Sim	Sim	Sim
E) Starking	Não	Não	Não
F) Bravo	Sim	Não	Não
G) Querina	Não	Sim	Não
H) Pêro Pipó	Sim	Não	Sim
I) Malápíio pequeno (Jadão)	Sim	Não	Não

(1) Variedade Regional Portuguesa

(2) Modo de Produção Biológico

3. Estimação e Resultados

Tendo em conta que para cada indivíduo se dispunham de 9 observações, optou-se, na análise empírica, por uma metodologia de dados em painel de efeitos aleatórios, isto é assumiu-se que o termo de perturbação inclui uma componente aleatória (α_{ij}) e o efeito do indivíduo (u_i) e que este não está correlacionado com os regressores, ou seja $e_{ij} = u_i + \alpha_{ij}$. O teste de Hausman não levou ao abandono da hipótese de ausência de correlação.

Quanto aos resultados obtidos, é de ressaltar que, em média, as maçãs mais valorizadas foram as da variedade *Bravo*, seguida de perto pela *Tromba de Boi*, ambas variedades regionais. As menos valorizadas foram maçãs das variedades *Golden Delicious* e *Starking*, ambas estrangeiras (Quadro 3). Conforme consta das estatísticas descritivas (Quadro 4), a média geral da disposição a pagar foi de 1,07 € por cada Kg de maçã, variando entre 0 e 4,00 euros.

Quadro 3 – Disposição a pagar pelas maçãs apresentadas na prova (média e mediana)

Variedade	Disposição a Pagar (€)	
	Média	Mediana
A) Malápio da Serra	1,17	1,10
B) Maçã Pedra	1,03	1,00
C) Golden Delicious	0,85	0,80
D) Tromba de Boi	1,22	1,10
E) Starking	0,93	0,95
F) Bravo	1,23	1,10
G) Querina	1,05	1,00
H) Pêro Pipo	1,18	1,02
I) Malápio pequeno	1,09	1,00

Quadro 4 – Estatísticas descritivas

Variáveis	Obs.	Média (a)	Desvio Padrão (a)	Min.	Max.
dp	2050	1,0725	0,4471	0	4
asp	2065	3,6024	0,9345	1	5
text	2063	3,6524	0,9522	1	5
sabor	2062	3,5708	1,0690	1	5
aroma	2058	3,2182	0,9932	1	5
port	2079	0,6667	-	0	1
ext	2079	0,3333	-	0	1
biol	2079	0,3333	-	0	1
res	2078	0,5500	-	0	1
rural	1997	0,6014	-	0	1
sexo	2015	0,4774	-	0	1
idade	2006	37,7782	14,0587	16	73
escbas	2006	0,0698	-	0	1
escsec	2006	0,2154	-	0	1
escsup	2006	0,7148	-	0	1
nagreg	1961	3,0724	1,4697	1	11
rend0	1718	0,1129	-	0	1
rend1	1718	0,2800	-	0	1
rend2	1718	0,4971	-	0	1
rend3	1718	0,1100	-	0	1

(a) Nas variáveis binárias a média corresponde à frequência relativa da amostra; os desvios-padrão são omitidos.

No Quadro 5 apresentam-se os resultados da estimação do modelo⁵⁸. Das variáveis incorporadas neste modelo, observa-se que todas aquelas que estão associadas às características organolépticas das maçãs experimentadas pelos inquiridos apresentam forte significância estatística. Para um nível de significância de 1% também se prova uma relação entre a

⁵⁸ Na estimação foi usado o programa STATA, versão 8.0.

disposição a pagar e o facto de a variedade ser tradicional portuguesa. Embora com um nível de significância mais baixo ($\alpha=10\%$), o modo de produção parece condicionar também a disposição a pagar dos consumidores.

Quadro 5 – Resultados da estimação do modelo hedónico, incluindo variáveis sócio-económicas

Variáveis	Coefficiente	P > z	Variáveis	Coefficiente	P > z
asp	0,0711113	0,000	sexo	0,0228460	0,556
text	0,0593134	0,000	idade	0,0006749	0,694
sabor	0,1225867	0,000	escsec	0,0860553	0,290
aroma	0,0366221	0,000	escsup	0,0862827	0,245
port	0,0605492	0,001	nagreg	0,0132505	0,315
biol	0,0259128	0,083	rend1	-0,0724540	0,322
ext	0,0074062	0,662	rend2	-0,0754051	0,323
res	-0,0107745	0,786	rend3	-0,0872861	0,371
rural	-0,0020837	0,958	constante	-1,159565	0,000
Wald $\chi^2=999,74$		P > $\chi^2=0,0000$			

Ao contrário, a variável *ext*, relacionada com o facto de uma variedade estar em vias de extinção, não tem significância estatística na explicação da disposição a pagar. Também as variáveis relacionadas com as características sócio-económicas dos inquiridos e dos seus agregados domésticos, não apresentam significância estatística, o que sugere que a disposição a pagar dos consumidores depende sobretudo dos atributos do produto e pouco das características pessoais de quem os consome. Sobretudo no que diz respeito ao rendimento, este resultado é algo inesperado mas poderá explicar-se por três ordens de razões. A primeira, de natureza metodológica, prende-se com o facto de o inquérito ter sido realizado num contexto de prova e, portanto, sobrevalorizar os aspectos relacionados com as características organolépticas. Por outro lado, numa perspectiva mais teórica, as maçãs são produtos com baixo peso na despesa das famílias e, portanto, o nível de rendimento poderá não ter efectivamente grande poder explicativo da disposição a pagar por este tipo de bens. Acresce ainda que, sendo a amostra de consumidores caracterizada por níveis de rendimento e escolaridade acima da média nacional, poderá aquele factor ser menos relevante nas suas escolhas.

De todas as variáveis com significância estatística, aquela que maior impacto apresenta na disposição a pagar é, sem dúvida, o sabor, seguido do aspecto. Numa escala de 1 a 5, o aumento de uma unidade na avaliação que os consumidores fazem do sabor de uma maçã leva a um aumento de mais de 12% na sua disposição a pagar. Segue-se o aspecto (com 7,1%), a textura (com 5,7%) e, finalmente, o aroma (com 3,7%). Estes resultados estão em consonância com os que foram obtidos por Pinto et al. (2008), que demonstram, para o caso da Pêra Rocha, que “o consumidor não está disposto a comprometer o sabor em função da segurança alimentar” (p.164) e por Simões et al. (2008) que verificaram, através de inquéritos de rua, que o aspecto e o sabor surgem como os factores mais importantes na escolha de maçãs e peras por parte dos consumidores portugueses. Também Magnusson et al. (2001) concluíram que o critério mais importante na escolha de bens alimentares por parte dos consumidores noruegueses era o “bom sabor”.

Quanto à origem das variedades, conclui-se que, *ceteris paribus*, os consumidores estão dispostos a pagar mais 6% por maçãs de variedades tradicionais portuguesas do que por maçãs de variedades estrangeiras, ainda que produzidas em Portugal. A disposição a pagar a mais por maçãs produzidas em modo de produção biológico não é elevada. Relativamente às que são

produzidas convencionalmente, os consumidores apenas se dispõem a pagar um preço 2,6% superior.

Tendo em conta a falta de poder explicativo das variáveis sócio-económicas, o modelo foi seguidamente estimado sem a sua presença, tendo-se obtido os resultados que se apresentam no Quadro 6. As diferenças observadas, quer na significância estatística das variáveis, quer nos valores dos coeficientes a elas associados, são mínimas, o que traduz uma boa estabilidade do modelo.

Quadro 6 – Resultados da estimação do modelo hedónico
sem variáveis sócio-económicas

Variáveis	Coefficiente	P > z	Variáveis	Coefficiente	P > z
Asp	0,0646741	0,000	port	0,0680211	0,000
text	0,0555656	0,000	biol	0,0282451	0,042
sabor	0,1387536	0,000	ext	0,0093039	0,559
aroma	0,0308398	0,000	constante	-1,0907010	0,000
Wald $\chi^2=1220,34$		P > $\chi^2=0,0000$			

4. Conclusões

O conhecimento da propensão dos consumidores por variedades regionais e de quanto estão dispostos a pagar por elas reveste-se de grande importância. De facto, é frequente ouvir-se afirmar no discurso técnico e político que a reintrodução das variedades regionais no leque das variedades produzidas pelos agricultores pode ser uma das vias para enfrentar a concorrência a que os fruticultores portugueses, em especial os das regiões mais desfavorecidas, estão crescentemente sujeitos. Nesta óptica, a recuperação deste tipo de variedades permitiria satisfazer os novos gostos e preferências dos consumidores, cada vez mais preocupados com o ambiente, com o património natural e cultural e, sobretudo, com a diversificação dos sabores e das experiências. No entanto, escasseiam os estudos que fundamentem esta “impressão”, particularmente no caso português. Com o presente trabalho procurou-se reduzir esta lacuna, contribuindo para a compreensão dos factores que condicionam o preço que os consumidores estão dispostos a pagar por diferentes tipos de maçãs.

Convém, contudo, referir que a generalização das conclusões a seguir apresentadas para o universo dos consumidores portugueses é discutível porque a amostra usada neste trabalho sofre de algum enviesamento, no sentido em que estão sub-representadas as classes de rendimento e de escolaridade mais baixas. Permite, apesar de tudo, compreender melhor as decisões dos consumidores com maior poder de compra e maior nível de escolaridade, normalmente associados a uma maior propensão para o consumo de produtos com qualidades específicas. É preciso ainda salientar que os resultados do estudo foram obtidos em condições controladas e após uma prova, não havendo garantias que numa situação concreta de compra as decisões fossem equivalentes, uma vez que, como já foi amplamente demonstrado, a correlação entre atitudes auto-avaliadas, através de métodos que usam preferências declaradas, e o comportamento real de consumo pode ser bastante baixa.

Os resultados deste trabalho mostram que, *ceteris paribus*, os consumidores estão efectivamente dispostos a pagar mais por maçãs de variedades regionais portuguesas do que por variedades importadas. O facto de essas variedades estarem ou não em extinção não afecta essa decisão. No entanto, a principal conclusão a retirar, e que vem na sequência de resultados obtidos noutros estudos sobre a matéria, é que os factores que condicionam de forma mais marcada a disposição a pagar são as características intrínsecas dos produtos, com destaque para o sabor e o aspecto. Neste sentido, as acções de divulgação e marketing das variedades

tradicionais que o Estado ou as organizações de produtores vierem a realizar deverão ter como principal enfoque o sabor agradável e característico destes frutos. Só desta forma será possível ultrapassar a resistência à mudança que caracteriza o comportamento alimentar. Como mostram diversos autores citados por Grankvist e Biel (2007), a compra de alimentos é uma tarefa quase quotidiana, frequentemente executada sem recurso a uma avaliação cognitiva e traduz-se frequentemente num comportamento guiado por hábitos. No entanto, a presença de fruta com características diferentes, pouco familiares, poderá levar os consumidores a quebrar este ciclo e a tornarem a escolha num processo mais reflectido, desde que as diferenças sejam claras e o consumidor tome consciência delas.

Para finalizar, é ainda pertinente referir que a diferença de cerca de 6% que os consumidores estão dispostos a pagar a mais por variedades regionais portuguesas pode não ser suficiente para compensar os fruticultores pela menor produtividade e maior variabilidade, normalmente associadas a este tipo de fruta, o que significa que, se a sua preservação for considerada importante para a sociedade, algum esforço público terá que ser feito nesse sentido.

Referências Bibliográficas

- Anstine, J. (2000). Consumer's willingness to pay for recycled content in plastic kitchen garbage bags: a hedonic price approach. *Applied Economic Letters* 74: 35-39.
- Boland, M. and Schroeder, T. (2002). Marginal value of quality attributes for natural and organic beef. *Journal of Agricultural Applied Economics* 34: 39-49
- Drescher, L.; Thiele, S. and Weiss, C. (2008). The taste for variety: a hedonic analysis. *Economic Letters*. Para publicação. Disponível em www.elsevier.com/locate/econbase.
- Estes, A. and Smith, V. (1996). Price, quality and pesticides related health risk consideration in fruit and vegetable purchase: an hedonic analysis of Tucson, Arizona supermarkets. *Journal of Food Distribution* 27: 59-76.
- Fonseca, C. (2008). Variedades tradicionais de macieiras em Trás-os- Montes e Alto Douro. In Simões, O.; Lopes, A. e Ferreira, J. (coord.), *Variedades Regionais e Agricultura Biológica: Desafios para Peras e Maçãs Portuguesas*. Coimbra: ESAC/DRAPC, 20-30.
- Grankvist, G. and Biel, A. (2007). Predictors of purchase of eco-labelled food products: a panel study. *Food Quality and Preference* 18: 701-708.
- Haab, T. and McConnell, K. (2003). *Valuing Environmental and Natural Resources: The Econometrics of Non-market Valuation*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Hammitt, J. (1990). Risk perceptions and food choice: an exploratory analysis of organic - versus conventional - produce buyers. *Risk Analysis* 10(3): 367-374.
- Huang, C. and Lin, B-H. (2003). Consumer perceptions of genetically modified and organic foods. What kind of knowledge matters. *Appetite* 41: 207-209.
- Hurst, U. and Magnusson, M. (2007). A hedonic analysis of fresh tomato prices among regional markets. *Review of Agricultural Economics* 29(4): 783-800.
- Jordan, J.; Shewfelt, S.; Prusia, S. and Hurst, W. (1985). Estimating implicit marginal process of quality characteristics of tomatoes. *Southern Journal of Agricultural Economics* 17: 139-146.
- Kozłowska, K.; Jeruska, M.; Matuszewska, I.; Roszkowski, W.; Barylko-Pikielna, N. and Brzozowska, A. (2003). Hedonic tests in different locations as predictor of apple juice consumption at home in elderly and young subjects. *Food Quality and Preference* 14: 653-661.
- Lancaster, K. (1966). A new approach to consumer demand theory. *Journal of Political Economics* 74: 132-157.

- Loureiro, M. and Hine, S. (2002). Discovering niche markets: a comparison of consumers willingness to pay for local (Colorado grown), organic and GMO-free products. *Journal of Agricultural Applied Economics* 34: 477-487.
- Loureiro, M. and Mc Cluskey, J. (2002). Assessing consumers response to protected Geographical Identification Labeling. *Agribusiness* 16:309-320.
- MADRP (2008). *Estratégia Nacional: Programas Operacionais. Organizações de Produtores de Frutas e Produtos Hortícolas*. Versão enviada à Comissão Europeia. Lisboa: Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural.
- Magnusson, M., Arvola, A., Hursti, U-K., Alberg, L. and Sjöden, P-O. (2001). Attitudes towards organic foods among Swedish consumers. *British Food Journal* 103: 209-227.
- Magnusson, M., Arvola, A., Hursti, U-K., Alberg, L. and Sjöden, P-O. (2003). Choice of organic food is related to perceived consequences for human health and to environmentally friendly behaviour. *Appetite* 40: 109-117.
- Maguire, K.; Owens, N. and Simon, N. (2004). The price premium for organic babyfood: a hedonic analysis. *Journal of Agricultural and Resource Economics* 29: 132-149.
- Miles, S. and Frewer, L. (2001). Investigating specific concerns about different food hazards. *Food Quality & Preference* 12 (1): 47-61.
- Palmquist, R. (1984). Estimating the demand of characteristics of housing. *Review of Economics and Statistics* 64: 394-404.
- Panzone, L. and Simões, O. (2007). Regional importance of wine purchases in a historical wine producer country: a hedonic model for Portuguese wine in Portuguese market. Actas do 5º Congresso da APDEA, CDROM. Vila Real: UTAD e APDEA,.
- Pinto, A.; Fragata, A.; Combris, P. and Giraud-Héraud, E. (2008). Consentimento a pagar dos consumidores pelos atributos de qualidade da Pêra Rocha: metodologia dos mercados experimentais. In Simões, O.; Lopes, A. e Ferreira, J. (coord.), *Variedades Regionais e Agricultura Biológica: Desafios para Peras e Maças Portuguesas*. Coimbra: ESAC/DRAPC, 155-165.
- Schifferstein, H. and Ophus, P. (1997) Health determinants of organic food consumption in the Netherlands. *Food Quality & Preference* 9 (3): 119-133.
- Simões, O.; Moreira, J. and Dinis, I. (2008). Variedades regionais de peras e maçãs. Estarão os consumidores interessados?. In Simões, O.; Lopes, A. e Ferreira, J. (coord.), *Variedades Regionais e Agricultura Biológica: Desafios para Peras e Maças Portuguesas*. Coimbra: ESAC/DRAPC, 166-177.
- Srinivasan, A. and Blomquist, G. (2007). Ecolabeled paper towels: consumer valuation and expenditure analysis. *Journal of Environmental Management* XX: 1-7, Para publicação. Disponível em www.elsevier.com/locate/jenvman.
- Steiner, B. (2004). Australian wines in the British wine market: a hedonic price analysis. *Agribusiness* 20:287-307.
- Troncoso, J. e Aguirre, M. (2007). Short communication. The influence of size, variety, destination port and month of sale in the export price of Chilean apples: a hedonic approach. *Spanish Journal of Agricultural Research* 5 (1):25-30.
- Wang, Z.; Mao, Y. and Gale, F. (2008). Chinese consumer demand for food safety attributes in milk products. *Food Policy* 33: 27-36.

El azafrán del Jiloca: ¿hacia la recuperación productiva y comercial de un cultivo tradicional?

**Dena Maria Camarena
Ana Isabel Sanjuán**

Introducción

A lo largo del siglo XX el cultivo del azafrán se ha ido abandonando en buena parte de la geografía española, de manera que en la actualidad, tan sólo se sigue cultivando en Castilla La Mancha, Aragón y Canarias (MAPA, 2007). Actualmente la producción de azafrán ronda los 1.330 kilos (MAPA, 2007), un escaso volumen que no impide sin embargo que el azafrán español siga disfrutando de una buena reputación en los mercados mundiales gracias a su elevada calidad (El Libro Blanco del Azafrán, 2007).

En las zonas productivas donde subsiste el cultivo, se han empezado a implementar medidas para evitar su abandono. El ejemplo más avanzado se encuentra en Castilla La Mancha, donde a partir de la década de los noventa se generaron diversos programas de investigación y de incentivos a la producción, siendo la obtención de la Denominación de Origen uno de los resultados más claros de estas medidas. Los azafraneros de otras regiones, tales como los del Valle del Jiloca en Aragón, ven en La Mancha un ejemplo de estrategia de cara a la reactivación del cultivo. Esta comarca turolense ha sido testigo de una caída drástica en la producción de azafrán, que ha pasado de 378 kgs en 1997 a 12 kgs en 2006 (MAPA, 2007), lo que evidencia un serio riesgo de desaparición, con el consiguiente empobrecimiento del paisaje y la pérdida del bagaje cultural y de tradición aparejados al cultivo.

En este capítulo, se analizan las tendencias productivas y comerciales del azafrán español, haciendo énfasis en el caso del azafrán de la Mancha y del Jiloca. De manera complementaria, se examinan las características de la oferta actual de azafrán en Zaragoza, mercado urbano más próximo geográficamente y culturalmente a la zona productiva del Jiloca, así como el grado de aceptación y penetración que tiene el azafrán de esta comarca en los canales de distribución. Por último, se indaga sobre la percepción y actitud del consumidor especializado hacia el distintivo de calidad Denominación de Origen Protegida (D.O.P.).

1. Producción y comercio exterior de azafrán en España

En los primeros años del siglo pasado, la producción de azafrán se situaba en torno a las 124 t con más de 12.000 ha cultivadas. La producción de azafrán se extendía prácticamente por todo el territorio nacional. Coincidiendo con la Guerra Civil, tanto la superficie sembrada como la producción total de azafrán sufrieron una significativa reducción (Ávila, 1999). En 1940 la superficie destinada al cultivo era de 6.881 ha, es decir un 44,8% menos que la de 1914, y la producción se redujo un 67,2%, pasando a 40 t en 1940 (Figura 1).

Esta tendencia decreciente se mantuvo en los años siguientes con algunos altibajos pronunciados como los de 1950 y 1971. En 1950, la producción descendió hasta las 15 t, mientras que en 1971 repuntó hasta las 60 t. Los motivos que han llevado a estas fluctuaciones no son muy claros. No obstante, el factor climatológico y las reservas almacenadas por las familias, pueden ser elementos a tener en cuenta.

Con el paso de los años, el histórico productivo del azafrán no logró mejorarse. En la mitad de la década de los 90, tanto la superficie como la producción comenzaron a sufrir su caída más vertiginosa. Ya para el 2000 la superficie cultivada era de 233 ha y la producción de

2.822 kg. Sin embargo, el mínimo productivo llegó en 2005, cuando la producción fue inferior a una tonelada y la superficie cultivada, 83 ha. Los últimos datos publicados por el MAPA, correspondientes al año 2006 muestran cierta recuperación frente a estos mínimos, habiéndose cultivado 116 ha, que han dado lugar a 1.330 kg de producto (Figura 1).

El abandono del cultivo en España es por tanto un hecho. La producción de azafrán en España se enfrenta a una población agraria escasa y envejecida, que junto con unas fuertes exigencias de mano de obra, muy concentrada en el tiempo, unos 3 ó 4 días en los que debe realizarse la recolección, el mondado y el tostado, dificultan la disponibilidad de mano de obra cualificada para unas tareas muy demandantes en tiempo y en habilidad.

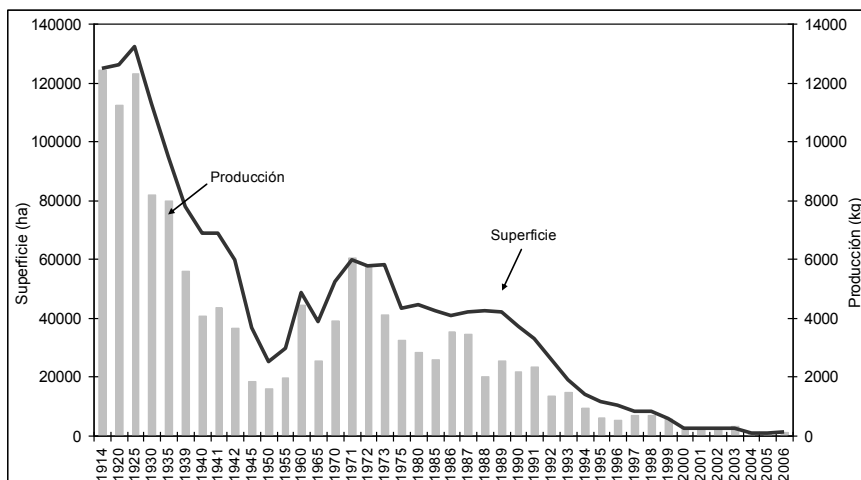


Figura 1. Tendencia de la producción de azafrán (tostado)⁵⁹ y superficie cultivada: 1914-2006
Fuente: Elaboración propia a partir de Ávila (1999) y MAPA (2007).

Durante siglos, el cultivo de azafrán se extendió prácticamente por toda España. A lo largo de la última década, la producción ha sido irregular en la Comunidad de Murcia, mientras que en Castilla y León, y la Comunidad Valenciana, las cifras del MAPA reflejan un abandono del cultivo desde finales de los años 90. En la actualidad, el cultivo de esta especia ha quedado circunscrito a las Comunidades Autónomas de Aragón, Castilla La Mancha y Canarias.

El detrimento en la capacidad productiva de azafrán en nuestro país no ha impedido sin embargo que España siga ocupando un lugar destacado en el comercio mundial, situándose como el principal importador y como el segundo mayor exportador.

La balanza comercial ha mantenido un superávit significativo, en torno a los 5 millones de euros, con un máximo de 8,7 millones en 2005 (DataComex, 2008). En 2006, se importaron cerca de 58 t por un valor de 15 millones de euros y se exportaron 55 t, con un valor de 22,6 millones de euros (DataComex, 2008). Por tanto, a pesar de un saldo deficitario en cantidad existe un saldo excedentario en valor, lo que puede estar reflejando el coste de servicios añadidos al producto importado, tales como empaquetado, clasificación y etiquetado, que revalorizan el producto en los mercados internacionales, a los que el azafrán es re-exportado.

⁵⁹ En el procedimiento de tostado o deshidratación, se pierde en torno a tres cuartos del peso del azafrán en fresco.

En la última década, el comercio exterior de azafrán ha experimentado una notable expansión, aunque no de forma continuada y regular (DataComex, 2008). Comparando las cifras de 2006 con 1996, tanto el valor de las exportaciones como importaciones, han aumentado en torno a un 50%.

En la actualidad, más del 95% de las importaciones españolas provienen de Irán, país que ha ido arrebatando cuota de mercado a Grecia, que ha pasado de representar un 13% a menos de un 2%, en tanto que otros países como La India han comenzado a exportar su producto a España (COMTRADE, 2008).

A diferencia de la procedencia de las importaciones, extremadamente concentradas en un único país, las exportaciones de España se distribuyen entre un amplio abanico de países situados en los cinco continentes. Estados Unidos es el principal destino, y representa en torno la cuarta parte de las exportaciones totales. España es además, el principal abastecedor del mercado estadounidense (COMTRADE, 2008). En 2006, el segundo destino más relevante fue Italia, con una cuota cercana al 13%. El Reino Unido y los Emiratos Árabes Unidos, representan en torno a un 7% de la cuota de mercado. A diferencia de Italia, sin embargo, la presencia de estos países como clientes, ha sido bastante continua en el tiempo, y su peso se ha mantenido, mientras que el peso de Italia más que se ha duplicado entre 1997 y 2006. Otros países, por el contrario, han ido perdiendo peso, como por ejemplo, Arabia Saudí, que ha pasado de representar un 12% en 1997 a un 2% en 2006, o Suecia, que ha pasado de un 9 a un 3% en el mismo periodo (COMTRADE, 2008).

El fuerte protagonismo que España tiene en los mercados mundiales de azafrán se basa en una estructura empresarial, consolidada y con vocación hacia el exterior, que ha sabido utilizar el producto español probablemente como plataforma de lanzamiento hacia los mercados exteriores, pero que ante el continuado descenso en la producción nacional, ha sabido re-orientar sus activos hacia la importación y consiguiente exportación (no obstante, hay empresas que desde sus orígenes, se especializaron en la comercialización de especias importadas).

Las cifras de comercio exterior por Comunidades Autónomas son un indicador de dónde están ubicadas las principales empresas envasadoras, algunas de ellas en regiones productoras, como Castilla La Mancha, pero la mayoría, en la zona levantina.

En 2006, las importaciones realizadas por la Comunidad Valenciana representaron un 45% de las importaciones españolas y un 56% de las exportaciones. El segundo lugar lo ocupa Castilla la Mancha, cuyas importaciones y exportaciones representan en torno a la cuarta parte del valor total comercializado por España. Es de destacar que las exportaciones desde esta Comunidad han experimentado un fuerte repunte al alza en los dos últimos años, y un importante aunque de menor intensidad incremento en 2002, coincidiendo con el reconocimiento de la Denominación de Origen. Castilla la Mancha, por tanto, ha ganado protagonismo en la última década en los mercados internacionales, mientras que otras regiones, como Murcia, han ido perdiendo peso, y otras como Cataluña, han mantenido una posición relativamente estable a lo largo de los años (DataComex, 2008).

2. Estudio comparado entre Castilla La Mancha y el Valle del Jiloca

Como ya se ha comentado, actualmente la producción de azafrán se limita a tres Comunidades, siendo Castilla La Mancha la que mayor aportación realiza al total nacional. En

el caso de Aragón, la producción se circunscribe al Valle del Jiloca, en la provincia de Teruel⁶⁰.

Para hacer frente al descenso productivo, con el consiguiente peligro de abandono definitivo de una actividad que forma parte del acervo histórico, cultural y paisajístico del Valle del Jiloca, se han iniciado estrategias de actuación que, en buena medida, siguen el patrón de Castilla La Mancha: incentivos a la producción; búsqueda y desarrollo de nuevas tecnologías productivas, de mejora genética, y mecanización de la cosecha; trámites de cara a la obtención de una certificación de calidad, tipo Denominación de Origen, entre otros. Un análisis comparado entre ambas regiones, puede aportar alguna idea que oriente futuros planes de actuación.

La superficie cultivada de azafrán en Castilla La Mancha se sitúa en torno a las 100 has mientras que la de Aragón cuenta tan sólo con 3 has. Ambas regiones han experimentado una caída especialmente drásticamente en la última década, y en años adyacentes, 2000 en Castilla La Mancha y 1999 en Aragón. A diferencia de Castilla La Mancha, donde se logró una relativa estabilidad entre 2000 y 2003, la superficie destinada al cultivo de azafrán no dejó de disminuir en Aragón en este período. A partir de 2004, sin embargo, ambas regiones experimentaron una tímida recuperación (Figura 3).

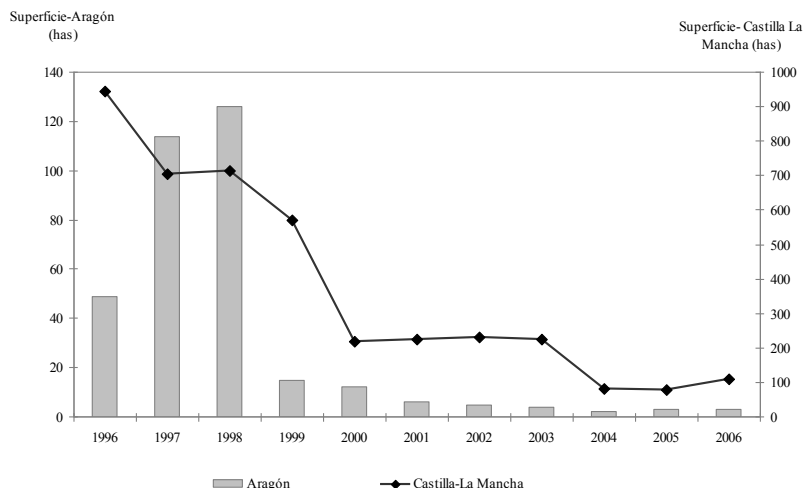


Figura 3. Evolución de la superficie dedicada al cultivo del azafrán en Castilla La Mancha y Aragón
Fuente: elaboración propia a partir de MAPA(varios años a)

En ambas Comunidades, el descenso en producción ha sido contundente. El punto de inflexión en Castilla La Mancha se dio en el año 2000, cuando la producción se redujo a la mitad, pasando de 5.000 kgs en 1999 a 2.700 kgs (MAPA, varios años a). En Aragón, el punto crítico sucedió un año antes, cuando se pasó de 269 a 57 kgs (MAPA, varios años a). Actualmente, en Castilla La Mancha se está logrando una ligera recuperación productiva, la

⁶⁰ Durante muchos años el azafrán se cultivó en las tres provincias aragonesas. En 1914 su producción representaba el 30% del total nacional. Sin embargo, diversos factores como la reconversión productiva llevaron a la retracción del azafrán en Huesca y Zaragoza. En 1975 la producción de Teruel, básicamente la del Valle del Jiloca, era de 12.700 kilos y representaba el 40% del total nacional (Rubio, 1997).

cual coincide con la obtención del distintivo de Denominación de Origen, así como de la puesta en marcha de otras medidas de incentivo del cultivo concedidas en 2002 (p.ej. subvención por hectárea). En Aragón, la tendencia sigue siendo a la baja, pero será necesario esperar unos años para conocer el impacto y efecto de los programas de recuperación del cultivo que se han empezado a aplicar en 2007 (p.ej. financiación para proyectos de investigación, subvención provincial para la adquisición de bulbos) así como de otros elementos favorecedores de la comercialización (p.ej. el reconocimiento como 'Baluarte' por el movimiento 'Slow Food'). En cualquier caso, resulta interesante ver como en Castilla La Mancha el proceso de recuperación no ha sido inmediato, sino más bien gradual y moderado.

Desde el reconocimiento de la D.O.P. Azafrán de La Mancha en 1999 la superficie inscrita ha aumentado notablemente, pasando de 32 ha en 2001 a 83 ha en 2006 (MAPA, varios años *b*). Aunque el número de industrias envasadoras registradas ha permanecido estable en el período, el número de instalaciones, secaderos o molinos, prácticamente se ha duplicado. El volumen de producción de azafrán protegido mediante la Denominación de Origen, sin embargo, ha fluctuado en los últimos años. El azafrán de la Mancha con D.O.P. se comercializa fundamentalmente en el mercado español. Así, en 2006, el mercado interno representó un 68% del total comercializado, porcentaje intermedio entre las cuotas de mercado registradas en años anteriores. Tras el mercado doméstico, la Unión Europea constituye el segundo destino de las ventas del azafrán D.O.P. La Mancha, con porcentajes que fluctúan entre nada en 2005), y un 7,5% alcanzado en 2006.

Es interesante señalar sin embargo, que tanto la superficie inscrita en la D.O.P. como el volumen de producción certificado constituye todavía una parte minoritaria del total. Así, la superficie inscrita en 2006 representa un 29,3% de la superficie total, y la cantidad producida amparada con la D.O.P., un 21,6% de la producción total (MAPA, varios años *b*).

En general, la certificación a través de una Denominación de Origen es una estrategia de comercialización que garantiza la procedencia del cultivo y el cumplimiento con unos estándares de calidad. En Aragón, esta alternativa se consolida como una opción viable para diferenciar el azafrán del Jiloca de otros que se comercializan en el mercado. Las cifras productivas del azafrán del Jiloca distan mucho de las alcanzadas por el azafrán de La Mancha, sin embargo los estándares de calidad y el posicionamiento como un producto diferenciado constituyen características comunes. A diferencia de La Mancha, sin embargo, la menor producción y menor dispersión geográfica, así como un menor número de actores (en el Jiloca la Asociación de productores aglutina a 20 productores, mientras que en La Mancha, existen 414 productores/instalaciones) puede favorecer un mayor grado de implicación con la certificación de calidad, tanto en su tramitación, como posteriormente en su uso.

3. La distribución de azafrán en el mercado de Zaragoza

Una vez perfiladas las principales características productivas y de comercio exterior, en España y las dos Comunidades productoras principales, se procedió a realizar una investigación de mercado, con un doble objetivo: primero, explorar qué productos se comercializan actualmente, con el fin último de comprobar el grado de penetración de los azafranes nacionales, y en particular, del Jiloca; y segundo, investigar el grado de conocimiento, percepción y uso de azafrán regional y de la Denominación de Origen, por parte de los distribuidores más especializados, restaurantes y tiendas Gourmet. El estudio se llevó a cabo en Zaragoza, por tratarse del mercado urbano más próximo, geográfica y culturalmente, a la zona de producción del Jiloca. Para cumplir con el primer objetivo, se realizaron recorridos de lineal en las cadenas de la Gran Distribución, y para alcanzar el segundo, se realizaron encuestas a restaurantes y tiendas gourmet.

3.1 Gran distribución

Se visitaron 16 cadenas de distribución instaladas en el perímetro urbano de Zaragoza, entre hipermercados, supermercados y tiendas de descuento. El 80% de la cuota de superficie se concentra en 4 cadenas de supermercados: Galerías Primero, Simply-Sabeco, Mercadona y Alcampo, además de una tienda de descuento, Día (Alimarket, 2008). En todas ellas se recogió información.

Todas las cadenas visitadas, salvo Aldi, venden azafrán, tanto en hebras como molido. Se han encontrado 16 marcas, entre las cuales, la que goza de mayor cuota de penetración es 'Carmencita', presente en 11 cadenas. Le siguen las marcas 'Pote', vendida por 5 cadenas y 'La Rosera', por 3 supermercados. Las dos marcas con mayor índice de penetración pertenecen a empresas de mayor dimensión en el sector, comercializadoras de una amplia gama de especias, e instaladas en Alicante (Proaliment y Verdu Canto). (Alimarket, 2007). La empresa comercializadora de 'La Rosera', por el contrario, se sitúa en el corazón de Castilla la Mancha y cuenta con el azafrán como única línea de negocio. Además, esta marca, es una de las dos encontradas con Denominación de Origen. La mayoría de las marcas restantes se distribuyen únicamente a través de una cadena. El azafrán del Jiloca se comercializa en dos supermercados, Sabeco (de origen local) y Simply (éste último ha adquirido el primero, y ambos pertenecen al grupo Auchan), mediante la marca 'Jiloca', perteneciente a una empresa radicada en la comarca del mismo nombre y que actualmente canaliza buena parte de la producción comarcal.

Es interesante destacar que aunque se han encontrado cuatro marcas con origen en Castilla la Mancha (dos del distribuidor y dos del envasador), tan sólo dos de ellas incorporan la certificación D.O.P.: 'La Rosera' ya mencionada y la marca del distribuidor 'De Nuestra Tierra'. Por tanto la comercialización de azafrán con D.O.P. se encuentra todavía en unos estadios muy incipientes.

La mayoría de las marcas comercializadas actualmente en el mercado urbano analizado proceden de envasadoras situadas fuera de las zonas productoras; dada su radicación en las zonas españolas más fuertemente activas en intercambios comerciales, así como la ausencia de una mención explícita al origen del cultivo en la etiqueta, es probable que dicho azafrán sea importado.

3.2. Tiendas Gourmet

A través de guías telefónicas por actividades se encontraron cuatro tiendas gourmet que distribuyen especias y condimentos. Asimismo, se encontraron aleatoriamente cuatro tiendas especializadas (charcuterías, carnicerías, ultramarinos) que también venden esta especia. Todas estas tiendas minoristas comercializan el azafrán tanto en hebras como molido, y el surtido de marcas ofrecidas se reduce a una única marca (salvo en una tienda, donde se venden dos). De las 16 marcas presentes en los lineales de la gran distribución, solo dos de ellas, 'Carmencita' y 'Jiloca', están presentes en las tiendas gourmet y especializadas, y además, son las marcas más difundidas en este canal. Además, se venden las marcas 'La Barraca' en tiendas Gourmet y 'Granja San Francisco' en especializadas. La primera de estas marcas es propiedad de una empresa localizada en Alicante, especializada en el envasado de azafrán, y que se destaca entre las de mayor dimensión del sector, mientras que la segunda, pertenece a una empresa muy diversificada en sus líneas de negocio. Relativamente hablando, la marca local 'Jiloca' tiene un mayor peso en este canal de distribución, y se vende en la actualidad en la mitad de las tiendas encuestadas, dos tiendas Gourmet y dos especializadas, mientras que 'Carmencita' se distribuye solo a través de una tienda Gourmet y dos tradicionales.

El azafrán del Jiloca es reconocido por la mitad de las tiendas Gourmet y las tres cuartas partes de las especializadas. Además, la mayoría de ambos tipos de establecimientos (75%) creen que existe una demanda potencial para este producto local, si bien son las tiendas especializadas, las que perciben de forma más optimista el potencial de mercado para el azafrán con Denominación de Origen.

3.3 Restauración

La selección de la muestra de restaurantes se realizó a partir de los listados disponibles en el Ayuntamiento de Zaragoza, contemplando a todos los restaurantes de comida española y mediterránea de 2 tenedores (Decreto 81/1999). Se aplicó un muestreo aleatorio, entrevistando a 26 restaurantes, que dada la fórmula de proporciones intermedias para poblaciones finitas, representa un error muestral del 11%.

El 77% de los restaurantes utiliza azafrán. Los que no lo utilizan, aducen fundamentalmente que es innecesario en sus platos, el elevado precio, así como la utilización de productos sustitutivos. Entre los que sí utilizan esta especia, la mayoría (un 79%) lo aplican en hebras, por su mayor rendimiento y poder colorante, mientras que aquellos que prefieren el azafrán molido, lo hacen por su facilidad de uso, especialmente en platos como sopas.

Las marcas más ampliamente disponibles en las cadenas de distribución, como Carmencita y Pote, cuentan también con clientes entre el colectivo restaurador, un 25% y 10% de los restaurantes, respectivamente. Además, los consumidores de estas marcas son relativamente fieles, y cambian sólo esporádicamente. Las marcas Ducros y Safrina, también halladas en la distribución pero con menor índice de penetración, son adquiridas por el 5% de los restaurantes. Es interesante señalar que existe un 5% de restaurantes que tan sólo se abastecen de azafrán a granel, sin identificador de marca. No obstante, el hecho más destacable es que una amplia mayoría de restaurantes encuestados (un 70%) adquieren marcas distintas a las cuatro mencionadas y además muestran un grado de lealtad muy elevado. Esto último se debe, según las respuestas de los encuestados, a que existen pequeñas empresas que llevan sus productos directamente a los restaurantes, o bien a través de algún contacto personal con la zona productora, en particular de la comarca del Jiloca. El azafrán español es utilizado en la actualidad por un importante porcentaje de restaurantes. Un 35% de los restaurantes que usan esta especia, siempre adquieren azafrán del Valle del Jiloca, y un 18%, siempre adquiere azafrán de Castilla La Mancha. No obstante, la marca con D.O.P. 'La Rosera' no es reconocida ni utilizada. Estas cifras indican una presencia importante del producto de Aragón en los restaurantes (consumidores especializados), identificado mediante marca sin embargo en un porcentaje mínimo, pero que en cualquier caso apunta hacia un elevado grado de aceptación del producto regional y su posible potencial de desarrollo.

De existir el azafrán del Jiloca con una D.O.P., una minoría de restaurantes (17%) no cambiaría el producto que actualmente consume; otra proporción equivalente estaría dispuesto a adquirirlo en buenas condiciones de disponibilidad; un 11%, estaría dispuesto a adquirirlos si se ofreciese al mismo precio; mientras que la mitad de los restaurantes apostaría por probarlo antes de decidir si adquirirlo de forma regular; y un 5% estaría dispuesto a pagar un precio superior. Cabe señalar, que la predisposición a pagar un precio superior se circunscribe a agentes que ya están utilizando el producto de la zona.

4. Conclusiones

Históricamente, el azafrán español ha sido reconocido por su elevada calidad. Poco se ha avanzado en el terreno de la mecanización y las labores de recolección y mondado que siguen siendo manuales. Se trata de un cultivo, por tanto, altamente intensivo en mano de obra, un

factor productivo cada vez menos disponible, especialmente, cuando se requiere en un período muy corto de tiempo, además de precisarse de cierto grado de especialización para poder extraer la flor sin dañar la planta así como los estigmas en sus condiciones óptimas. Por ello, no es sorprendente que la superficie destinada al cultivo de azafrán y la producción no haya dejado de disminuir en España significativamente desde los años 70 circunscribiéndose en la actualidad, fundamentalmente, a Castilla la Mancha y Aragón. A estos condicionantes internos, hay que añadir la irrupción en los mercados internacionales de países como Irán, altamente competitivos en costes.

Ahora bien, España es un actor fundamental en el mercado mundial del azafrán, al ser el principal importador de la especia, junto con EE.UU., y el segundo mayor exportador, después de Irán. Las empresas españolas, aunque de escasa dimensión en la mayoría de los casos, en particular las que incluyen como única línea de negocio el azafrán, están lo suficientemente consolidadas y tienen las redes comerciales adecuadas, como para canalizar un porcentaje muy significativo del valor mundial comercializado. Los intensos flujos de comercio exterior de España, al tiempo que posiciona la industria española a la vanguardia del comercio mundial, cuestiona la identidad del azafrán español. En ausencia de una regulación estricta sobre la identificación del origen y su aplicación, puede existir un elevado grado de confusión entre la procedencia del *commodity* o el cultivo, y el producto final, ya envasado. En este sentido, es posible que el azafrán español esté perdiendo identidad e imagen, al ser confundido con el azafrán comercializado desde España, pero cuyo origen, es fundamentalmente iraní.

La certificación a través de una Denominación de Origen, al garantizar la procedencia del cultivo, permitiría identificar y consolidar al azafrán español como un producto diferenciado, con unos estándares de calidad y pureza superiores, de acuerdo a la reputación adquirida, al tiempo que puede actuar de instrumento para erradicar la tendencia al abandono de esta actividad productiva en algunos de los núcleos rurales donde históricamente ha tenido mayor presencia. Castilla la Mancha ha iniciado esta andadura, con el reconocimiento de la Denominación de Origen Protegida (D.O.P.) Azafrán de La Mancha en 1999 por parte de la Unión Europea. Posteriormente le han seguido los pasos dos azafranes italianos y uno griego, y es de esperar, que en la segunda zona productora de España, El Jiloca en Aragón, sigan este ejemplo. La D.O.P. Azafrán de La Mancha ha experimentado un aumento tímido en la superficie inscrita así como de la producción, lo que parece apuntar, por tanto, hacia una tenue recuperación del cultivo. Es destacable sin embargo, que la superficie registrada y la cantidad producida al amparo de la D.O.P. constituye todavía una parte minoritaria. A diferencia de Castilla La Mancha, la menor dimensión del sector en el Valle del Jiloca, en términos de agentes implicados, superficie, volumen producido y dispersión geográfica, puede favorecer un mayor grado de implicación tanto con la consecución de la certificación de calidad como su uso posterior.

La investigación de mercado revela la presencia del azafrán de La Mancha, con y sin certificación, así como el azafrán del Jiloca en los canales de distribución. El azafrán D.O.P. La Mancha se comercializa en el mercado de Zaragoza con dos marcas, del envasador y del distribuidor, y a través de cadenas que operan en el ámbito nacional. El alcance del azafrán del Valle del Jiloca, por el contrario, cuenta de momento con una única marca distribuida a través de una cadena de distribución que opera (de momento) en el ámbito local así como de tiendas especializadas y Gourmet, por lo que su alcance se limita al ámbito local/regional. Pero estos productos con identidad territorial propia compiten en el mercado con marcas líderes, con una fuerte presencia en varios canales de distribución, así como con marcas del distribuidor, y con otras marcas de pequeñas empresas y con un grado de penetración limitado.

Por tanto, se trata de un mercado segmentado y muy atomizado, donde los distintivos de calidad están poco presentes. Estos hechos pueden favorecer la introducción y consolidación del azafrán del Jiloca, ya que dispone de una calidad y un origen, claramente identificables y diferenciadores. En este sentido, la adopción de una estrategia conducente a la obtención de una certificación de calidad, tal como la D.O.P., puede ayudar a posicionar el producto en el mercado local, especialmente en aquellos canales más proclives a este tipo de distintivos de calidad y en los que, bien el propio canal, la estrategia de marca Premium, o la política de precios, contribuyen a transmitir una señal de calidad superior. Asimismo, resulta favorable la percepción que la restauración tiene de la D.O.P., certificación que de incorporarse al azafrán del Jiloca, contribuiría a mejorar su valoración y aceptación por parte de este canal. No obstante, el azafrán del Jiloca se enfrenta todavía a cierto grado de desconocimiento por parte de la restauración, y a una escasa presencia en los lineales de la gran distribución. Para paliar este desconocimiento, sería preciso acometer una campaña de promoción para darlo a conocer en el mercado local. Esta promoción podría hacerse conjuntamente con otros alimentos de Aragón, con lo que a través de un esfuerzo de promoción compartido, sería más fácil y menos costoso dar a conocer el producto entre los posibles usuarios.

El azafrán se sigue consumiendo, aunque probablemente en menor medida que en décadas anteriores, épocas en las que también la producción nacional era superior. El producto está presente en los principales canales de distribución alimentaria y se sigue empleando por una mayoría de restaurantes de comida española y mediterránea. Existen dos tendencias que pueden favorecer su consumo final. Por un lado, la tendencia a consumir alimentos cada vez en mayor medida fuera del hogar, de ahí el interés por canalizar la producción a través de la restauración. Y, por otro lado, el resurgimiento de un interés por la cocina, manifestado en numerosos medios de comunicación a través de programas especializados. El azafrán se enfrenta al problema de los precios elevados, lo que en una primera fase, puede actuar como un freno a la adopción de esta especia en la dieta cotidiana. Sin embargo, una vez que se conoce su rendimiento, y dadas las cantidades mínimas necesarias en cualquier plato, no parece que este factor fuese un limitante en el largo plazo.

Agradecimientos:

Este trabajo ha sido realizado gracias al apoyo financiero recibido del INIA “Plan de actuación específico para Teruel” (PET2007-14-C05-04).

Bibliografía

- Alimarket (2007). *Informe anual alimentación no perecedera*. Publicaciones Alimarket S.A.
- Alimarket (2008). *Monográfico sobre la distribución en España*. Publicaciones Alimarket S.A.
- Ávila G.J. (1999). *Historia del azafrán*. Ediciones Zendrera Zariquiey.
- COMTRADE (2008). United Nations Commodity Trade Statistics Database. Statistics Division. [Acceso Agosto de 2008] <http://comtrade.un.org/>
- Datacomex (2008). Estadísticas del Comercio Exterior. Secretaría de Estado de Turismo y Comercio. [Acceso Agosto de 2008] <http://datacomex.comercio.es>
- Libro Blanco del Azafrán (2007). *Azafrán en Europa. Problemas y estrategias para valorizar la calidad y mejorar la competitividad*. ISBN: 978-960-8092-54-9.
- MAPA (2007). *Anuario de Estadística Agroalimentaria y Pesquera*. Secretaría General Técnica. Subdirección General de Estadísticas Agroalimentarias. Madrid.

MAPA (varios años a). *Anuario de Estadística Agroalimentaria y Pesquera*. Secretaría General Técnica. Subdirección General de Estadísticas Agroalimentarias. Madrid.

MAPA (varios años b). *Datos de las Denominaciones de Origen Protegidas (D.O.P.) e Indicaciones Geográficas Protegidas (I.G.P.) de Productos Agroalimentarios. Años 2001, 2002, 2003 y 2004, 2005, 2006*. Subdirección General de Calidad y Promoción Agroalimentaria. Dirección General de Industria Agroalimentaria y Alimentación.

Rubio, P. (1997). *El azafrán y la Comarca del Jiloca*. Centro de Estudios del Jiloca.

Análisis del potencial de los bio-combustibles desarrollados a escala local como oportunidad para el desarrollo rural sostenible en Castilla y León

Almudena Gómez-Ramos

Introducción

El medio rural de Castilla y León se encuentra sumido en la actualidad en un proceso de clara regresión motivado fundamentalmente por la amenaza del despoblamiento a causa de la escasa diversificación y dinamismo de su economía. Por tanto precisa de nuevos estímulos y alternativas que permitan situarlo en el concierto de la economía nacional y europea. Tras la aprobación de la directiva europea de bio-combustibles y la puesta en marcha de la reforma intermedia de la PAC, el desarrollo del sector agro-energético se planteó como una alternativa posible y viable para estimular el medio rural de la región (Rodríguez-López y Sánchez Macías, 2007). Sin embargo, la situación mundial del mercado de materias primas desde octubre de 2007 y el cuestionamiento de la sostenibilidad ambiental de los cultivos agroenergéticos han puesto en duda estas expectativas (Garrido et al. 2009). Así, es posible certificar que el sector ha sufrido un importante retroceso en el último año cuyo reflejo ha sido la paralización de varias plantas transformadoras en Castilla y León que se pusieron en marcha con un importante apoyo público.

No obstante, los retos energéticos, ambientales y de impulso al medio rural que estimularon el avance del sector en la región siguen estando vigentes. Así, la UE continúa apostando por el desarrollo de los bio-combustibles a través del apoyo a los cultivos de segunda y tercera generación (cultivos productores de residuos de bio-masa para la obtención de energía) que no compiten con los productos destinados a la alimentación humana (Comisión de las Comunidades Europeas, 2007). Este apoyo muestra claras sinergias con los objetivos del recientemente puesto en marcha Reglamento de Desarrollo Rural (FEADER) a través de los Programas Regionales de Desarrollo Rural, mediante la financiación de iniciativas en el medio rural para la producción de bio-masa con el objetivo de generar energía o combustibles.

El presente estudio va a tratar de reflexionar sobre cuál es la manera más viable y sostenible para desarrollar la producción de bio-combustibles en Castilla y León, teniendo presente la actual coyuntura política y económica en el sector y los condicionantes propios del medio rural de una región con serios problemas de abandono de la actividad agraria y despoblamiento del medio rural (Gómez-Limón et al, 2007). Para ello se realiza un análisis del sector y de su evolución en los últimos años. La parte central de este estudio tratará de cuantificar este análisis a través de la simulación de diferentes escenarios dibujados tras la presentación de los principales vectores de cambio que definen el futuro del sector en distintos sistemas agrarios representativos en Castilla y León. Estos resultados permitirán valorar el potencial productivo de la región que deberá ser contrastado con el sector transformador, pues el objetivo final será el lanzamiento de esta actividad bajo un modelo productivo coordinado con la industria transformadora de carácter endógeno y autosuficiente, desarrollado a escala local. Finalmente, este trabajo propondrá una serie de líneas estratégicas,

valorando su implementación a través de los actuales instrumentos de la política de desarrollo rural.

1. El contexto político y económico de los cultivos agroenergéticos

Tras la llamada reforma intermedia de la PAC de 2003, el apoyo a los cultivos ha sido considerado como un instrumento válido para potenciar una agricultura sostenible tanto social como ambientalmente. Esta situación es consecuencia de la confluencia de tres tendencias que han alcanzado su punto más álgido en los últimos años: La crisis energética a nivel mundial que tiene su respuesta en la Directiva 2003/30/CE, el cuestionamiento social del modelo de ayudas directas al agricultor (Gómez-Limón y Atance, 2004 y por último la mayor concienciación y preocupación de las instituciones tanto europeas como nacionales por los efectos del cambio climático. La conjunción de estos tres condicionantes generó una nueva concepción de la PAC, que debía responder a estos nuevos retos económicos, sociales y ambientales y que por tanto, debía orientarse a la consecución de la llamada sostenibilidad de los sistemas agrarios (Garrido et al, 2009).

La nueva reforma de la PAC que se puso en marcha a partir de 2004 incluyó la introducción del llamado crédito carbono, una ayuda de 45 € por hectárea cultivada para aquellos cultivos destinados a uso energéticos. La ayuda está limitada a una superficie para el total de la UE de 2.000.000 has. La única condición que se impone al productor para percibir este pago es que éste haya firmado previamente un contrato de suministro con la industria por unas cantidades y un precio preestablecido de antemano. Esta ayuda entró en vigor en el año 2004. La superficie acogida creció de forma exponencial en las tres primeras campañas a nivel nacional, pasando de las 6.800 ha en el año 2004 a los más de 200.000 has en 2006. El grado de acogida ha sido tal en este período que en la última campaña la Comisión Europea penalizó a los productores con una disminución de la ayuda en un 33% pues se había superado la superficie máxima garantizada a pesar de que esta había sido incrementada hasta los dos millones de hectáreas para toda la UE debido a la ampliación de la UE a 25 EEMM.

Hasta la campaña 2007/2008 esta opción ha sido ciertamente interesante para los secanos del interior de la península, pues con este complemento a la ayuda desacoplada resultaba interesante el cultivo de las superficies más marginales que serían destinadas a los cultivos energéticos. En este sentido, cultivos prácticamente inexistentes hasta la fecha en nuestro agro empezaron a ser considerados en las rotaciones. Tal es el caso del cultivo de la colza donde la superficie cultivada a nivel nacional ha pasado de las 4800 has en la campaña 2004/05 a las 13830 has en la campaña 2006/07 (MAPA, 2007). Este inicio de expansión de los cultivos energéticos se vio acompañado de un notable incremento del número de plantas transformadoras en todo el territorio muchas de ellas financiadas con ayudas públicas.

A finales de 2008 la Comisión aprobó una reforma de la PAC (el llamado “chequeo médico”) en un momento de incertidumbre que afecta a la actividad agraria de forma especial y que en buena medida está motivada por una mayor volatilidad de los precios de los principales *commodities* a nivel mundial como consecuencia del crecimiento de la demanda en un contexto de crisis. En este contexto la política de impulso a los biocarburantes ha sido objeto de fuertes críticas – acusada de elevar la demanda actual y las expectativas de demanda futura de materias primas agrícolas para la producción energética (Tió, 2007)- lo que ha ocasionado una reorientación del apoyo a los cultivos energéticos hacia la política de desarrollo rural. A través del reglamento FEADER se trata de dar respuesta a los nuevos retos de la agricultura, entre ellos la aceptación y lucha contra el cambio climático mediante el apoyo a las energías renovables. De este modo la última modificación de reglamento FEADER (reglamento CE 74/2009) exige a los Estados Miembros la inclusión de medidas explícitas en

los Programas Regionales de Desarrollo Rural que incluyan el uso de la biomasa o la introducción de cultivos energéticos perennes como mecanismo para el fomento de las energías renovables a escala local.

2. El sector de los agroenergético en Castilla y León. La relación con la industria

El análisis del sector agroenergético en Castilla y León cabría hacerlo analizando cada una de las fases de las que consta el proceso. En lo que se refiere a la fase de consumo cabría afirmar en base a los datos existentes en relación al uso de bio-combustibles en la región, que son poco los esfuerzos realizados en este campo pues el número de estaciones de servicio que suministra bio-combustible es aún muy limitado lo que no permite una mayor difusión y conocimiento del producto. De hecho, la mayor parte del consumo, al igual que ocurre en el resto del país, se está realizando de forma inadvertida a través de los aditivos en los carburantes convencionales. En lo que se refiere al uso de la bio-masa procedente de residuos forestales para la producción de energía, existen a pequeña escala proyectos, algunos ya en funcionamiento desde hace años (por ejemplo en Cuellar, Segovia), en los que se ha obtenidos resultados ciertamente alentadores.

Respecto del desarrollo industrial, la capacidad de producción de biocarburantes en las plantas en operación así como las que ya se encuentran en construcción puede ser considerada satisfactoria, y superior al de la media nacional, especialmente en bioetanol. Sin embargo en los últimos años el abastecimiento de materia prima para estas plantas procede en su mayor parte del exterior. Con relación al tercer punto de la cadena, el sector agrario, el desarrollo de los cultivos energéticos en la Comunidad puede considerarse más bien modesto, si bien tuvo un notable crecimiento en las campañas 2005-2006 en las que el crecimiento fue notable, pasando de unas 4.000 hectáreas en la campaña 2005-2006 a más de 86.000 en la campaña 2006-2007. Actualmente la producción de cultivos energéticos es muy inferior a la de estos años. Así la superficie destinada a colza en la campaña 2007/2008 fue de 4.944 has frente a las 6.282 has de la campaña anterior (MAPA, 2008). La explicación de este retroceso como se ha visto esta muy influida por la coyuntura actual del precios de las materias primas de uso alimentario y las expectativas de desaparición de ayudas directas al sector.

Las implicaciones de esta reorientación de la PAC hacia la *política de desarrollo rural* presentado en el apartado anterior exige un esfuerzo de cambio de mentalidad por parte del productor de Castilla y León pues hasta la fecha, ha basado sus decisiones de elección de cultivos en criterios no estrictamente mercantiles sino mas bien en la oportunidad de adquirir unos ingresos estables por la percepción de ayudas directas. La actual coyuntura de precios altos favorece este cambio de mentalidad, más aún en aquellas explotaciones más competitivas con mayores y más estables rendimientos. La opción de introducir cultivos energéticos de primera generación como colza o girasol que son los que actualmente están implantados en estas zonas, deberá basarse en criterios de rentabilidad económica, en la medida de que estos sean vendidos a precios competitivos. Sin embargo, esta cuestión es ajena a los propios productores que hasta la fecha venden su producción a un precio preestablecido a través de un contrato firmado con la planta transformadora en el inicio de la campaña, tal y como establece el reglamento 1782/2003 como condición para percibir la ayuda directa por superficie. Esta situación provoca una distribución asimétrica del poder de negociación entre la industria transformadora y los productores agrarios con lo que este último soporta un importante coste de oportunidad por la imposibilidad de adaptar el precio contratado *a priori* con los vigentes a finales de la campaña, con lo que el nivel de riesgo que asume no se ve compensado por la existencia de una posible prima de riesgo (Sánchez-Macías et al, 2006).

En el próximo apartado se va a discutir con mayor profundidad este aspecto a través de la simulación del proceso de decisión de introducir o no cultivos energéticos en la explotación agraria. Ello permitirá tener una orientación de por donde debe ir la relación contractual industria-agricultor de modo que el modelo sea rentable en la medida que se consigue un abastecimiento estable de la materia prima a la industria. Este modelo se ha desarrollado basándose en la presencia de la ayuda directa a la producción de cultivos energéticos. Este ejercicio de simulación sin embargo puede ser válido para otro escenario productivo basado en cultivos de segunda y tercera generación, pues en cualquier caso la relación agricultor-industria será un elemento clave en el desarrollo del modelo productivo.

3. Viabilidad de los cultivos energéticos en las explotaciones de Castilla y León

La coordinación entre la fase agraria e industrial en la producción de bio-combustibles está condicionada por una serie de factores externos muchos de ellos ajenos al sector. Los efectos en los mercados globales de competencia entre productos *non-food* con los productos destinados a la alimentación humana, los precios de los combustibles fósiles y el posible escenario de ayudas a la producción, son determinantes en las condiciones del contrato que la industria establece con los productores y, en consecuencia, en las decisiones productivas del agricultor. Pero la posición frente a estos escenarios de incertidumbre no es igual en todas las explotaciones agrarias de la región ya que existen una serie de elementos que condicionan su respuesta ante la incertidumbre. Es por tanto, fundamental caracterizar las explotaciones agrarias de Castilla y León en función de su respuesta a estos escenarios de riesgo, pues ello condiciona la relación contractual con la industria.

Para abordar este análisis se ha desarrollado un modelo de decisión a nivel de explotación que permite simular distintos escenarios de riesgo considerando las fuentes de incertidumbre mencionadas, y que son las siguientes:

- a) La incertidumbre proveniente de las variaciones anuales de los precios de los productos agrarios (*food* y *non-food*) como consecuencia de las fluctuaciones en los mercados.
- b) La incertidumbre proveniente de la aleatoriedad de los rendimientos de los cultivos como consecuencia de la variabilidad climática.
- c) La incertidumbre proveniente de las posibles variaciones en la ayuda percibida para apoyar el cultivo de bio-carburantes y que depende de la superficie cultivada cada año a nivel europeo, ya que existe un límite máximo de superficie garantizada.

Este estudio ha desarrollado una metodología para tratar de caracterizar y analizar las respuestas al riesgo de las distintas explotaciones tipo seleccionadas dentro del ámbito de Castilla y León. La metodología seleccionada para abordar este análisis se ha basado en la *programación matemática estocástica* por ser la más adecuada para analizar las respuesta del agricultor a través de un modelo de decisión que trata de optimizar los resultados económicos de la explotación y que incluye como condicionante de la respuesta distintos escenarios contruidos a partir de la inclusión de variables aleatorias en el modelo de decisión.

La aplicación empírica de este estudio se ha desarrollado a partir de la selección de explotaciones tipo en una comarca emblemática en la región como es Tierra de Campos. Se convenido en elegir la comarca de Tierra de Campos para esta aplicación empírica por su extensión y por sus características agronómicas aptas para la introducción de cultivos energéticos. La comarca está considerada como zona desfavorecida y cubre cerca de 1 millón de hectáreas constituyendo el primer ejemplo español de estepa cerealista. En el cuadro 1 se presentan las características de las subcomarcas y de las explotaciones tipo consideradas en cada una de ellas.

Tabla1. Características de las explotaciones tipo

Ubicación (subcomarca y provincia)	Código	Orientación	Tamaño (ha)	Barbecho (%) Rendimiento comarcal cereal y maíz (kg/ha)	Cultivos en la rotación
Tierra de campos (Valladolid)	A	Secano	150	(10 - 2,5)	CE, CB, VE, COL, GIB, RE
Campos (Palencia)	B	Secano	50	(40-2,2)	CE, CB, VE, COL, GIB, RE
Campos-Pan (Zamora)	C	Secano	100	(0-2,5)	CE, CB, VE, COL, GIB, RE
Esla de la Campos (León)	D	Regadío	30	(30-2,2-8,5)	CE, CB, MZ, COL, GIB, RE
Sahún (León)	E	Regadío	100	(30-2,2-7,5)	CE, MZ, COL, GIB

Fuente: elaboración propia

Mediante la simulación de los escenarios anteriores en el modelo de programación matemática estocástica en las explotaciones tipo representativas de la comarca castellano y leonesa de Tierra de Campos se ha comprobado la respuesta de cada una de ellas en un contexto de incertidumbre. Para cuantificar esta respuesta se han seleccionado una serie de indicadores económico que permiten realizar una comparativa entre ellas. En el cuadro 2 se presentan estos resultados que a continuación se procede a comentar.

Tabla 2. Resultados económicos y indicadores de riesgo de las explotaciones tipo

Explotación tipo	Margen Bruto esperado (€/ha)	% de superficie destinada a bio- energéticos	Coefficiente de variación	Ayuda desacoplada (€/ha)
A	232	22	0,45	120
B	143	16	0,36	120
C	253	25	0,47	120
D	930	15	0,40	150
E	743	15	0,44	60

Fuente: elaboración propia

Los resultados anteriores muestran como las explotaciones más pequeñas, tanto en secano como en regadío (B y D), presentan un coeficiente de variación inferior es decir una menor dispersión de sus resultados económicos o margen bruto en cada una de la combinación de escenarios posibles sobre los que se ha simulado el modelo. Ello indica que la probabilidad de alcanzar unos resultados más estables es mayor. Por el contrario son la explotaciones más grandes (A, C y E) las que muestran una mayor dispersión en sus resultados económicos en los distintos escenarios considerados. La explotación B que presenta un margen esperado inferior es, en concreto, la que mejor responde a los escenarios de riesgo considerados. Si atendemos al porcentaje de superficie destinada a cultivos energéticos se observa que es la explotación C, que se caracteriza por tener un tamaño medio y una superficie nula destinada a barbecho es la

que destina más superficie a cultivos energéticos. Sin embargo se observa que esta es la que presenta unos niveles de riesgo superiores (coeficiente de variación de 0,47). La explotación B que es la más pequeña y más marginal, por tener unos rendimientos inferiores y un porcentaje destinada a barbecho superior (40 %) es la que destina menor porcentaje a cultivos o energéticos (16%). Si comparamos los resultados de las explotaciones de secano respecto a las de regadío, se observa que éstas últimas muestran una disposición inferior a introducir los cultivos energéticos. Ello es debido a la competencia que realizan estos cultivos con el maíz, que se trata de un cultivo emblemático del regadío y que en los escenarios simulados se muestra como un cultivo de difícil sustitución. De este primer análisis se deduce que existe una clara vinculación entre el riesgo y el cultivo de energéticos, dada la incertidumbre que existe respecto al precio y las ayudas percibidas por parte de los agricultores. Así, son las explotaciones más dispuestas a asumir este riesgo las que se muestran más dispuestas a introducir los cultivos energéticos en la alternativa.

Sin embargo a esta reflexión habría que añadir una variable más, y esta es el papel de la ayuda desacoplada que funciona como un colchón que facilita la estabilidad de las rentas de los productores. Es en esta situación donde los cultivos energéticos tendrán mayor interés para las explotaciones en el que la ayuda desacoplada representa buena parte de los ingresos. De este modo unas condiciones contractuales favorables permitirá al agricultor soportar un riesgo inferior dado que los cultivos *non-food* tienen una variación de precios inferior a los cultivos destinados a la alimentación humana y animal.

Como consecuencia de este análisis se deduce la importancia que tiene en el futuro el desarrollo de contratos con la industria transformadora que sean capaces de cubrir estos riesgos en la percepción de los precios. De este modo, sería adecuado el desarrollo de algún mecanismo basado en contrato a largo plazo y capaces de garantizar unos ingresos ciertos mediante una opción de compra que aminore los riesgos asociados a la volatilidad de los precios.

4. Conclusiones

La principal conclusión que surge de este trabajo es que es necesaria una clara sinergia entre las decisiones de la industria y las políticas llevadas a cabo por las distintas administraciones para la implantación de los cultivos energéticos a nivel de explotación. Existen varios elementos que justifican esta coordinación, pero en lo que se refiere a los que esta investigación aporta, hay que destacar el mayor riesgo que conlleva para el productor el cultivo de estas especies, lo cual tiene que ser muy tenido en cuenta por la industria. Es por tanto condición necesaria para la viabilidad de este sistema de abastecimiento a la industria, que éstas ideen mecanismos más flexibles de contratación con el sector primario de manera que los precios contratados se adapten a la fluctuación de los precios de los cultivos con los que compiten. En segundo lugar sería muy importante fidelizar al agricultor en el proceso mediante el establecimiento de contratos a medio y largo plazo, especialmente interesantes para aquellas explotaciones menos competitivas y más adversas al riesgo que prefieren una estabilidad en sus ingresos a integrarse de forma plena en la liberalización de la economía que dominará al sector en un futuro no muy lejano. Para ello sería muy importante una especialización de la explotaciones en la producción o bien de bio-masa o de cultivos de primera generación. Los contratos a desarrollar deben incorporar en su diseño la componente del riesgo, de forma que la prima de compensación que reciba el agricultor por la materia prima producida deba tener presente el riesgo asumido por éste. Se trataría de un contrato basado en la percepción de una prima de compensación acordada por las partes que no sólo sea capaz de cubrir sus costes de producción y proporcionar unos beneficios mínimos al

productor, sino que además deberá internalizar los diferentes factores del riesgo soportado por el agricultor ligado a la incertidumbre del mercado. Para ello sería fundamental lograr la participación del agricultor dentro de la industria transformadora, bien desarrollándose en el seno de una cooperativa o bien como empresa participada.

Las estrategias seguidas para alcanzar los objetivos anteriores deberían pasar primero por promocionar las instalaciones de tamaño medio ligadas al autoconsumo como prototipo de industria productora de biodiesel. Esto estaría en línea con las tendencias de la PAC que definen un claro trasvase del presupuesto de las ayudas destinadas al primer pilar o ayudas directas a través del pago único hacia el segundo pilar o Desarrollo Rural. Son estas políticas las más adecuadas para financiar la puesta en marcha de pequeñas instalaciones, ya que podrían claramente enmarcarse dentro de las iniciativas LEADER por su contribución a la diversificación del medio rural y a la sostenibilidad de éste. Esta apuesta está en clara sintonía con la idea de la Comisión Europea de relanzar las energías renovables de forma sostenible. Así, sería de interés que las comarcas con mayor potencial en el desarrollo de agroenergéticos sean las que incluyan en sus propios programas comarcales este tipo de iniciativas como instrumentos para alcanzar los objetivos de desarrollo y diversificación económica.

Por último, una reflexión. Es claro que el sector está sufriendo un momento de ajuste y de posicionamiento en un nuevo escenario que cuestiona su viabilidad y sostenibilidad. Sin embargo, no sería adecuado un abandono de la apuesta por la producción de agro-energéticos y bio-combustibles pues ello supondría perder el tren de los grandes avances que en este sector se realizan cada día en el ámbito del I+D+I, en espera de que las producciones de segunda y tercera generación resulten rentables y eficientes energéticamente. Quizá plantearse objetivos menos ambiciosos basado en un desarrollo a escala local y con un modelo de autoconsumo pueda aportar un espacio para el ensayo de nuevas alternativas pero para ello es necesario que el medio rural este dispuesto a ceder ese espacio.

Bibliografía

- Comisión de las Comunidades Europeas. (2007). *Preparándose para el chequeo de la reforma de la PAC*. Comunicado de la Comisión al Parlamento europeo y al consejo. COM (2007). Bruselas.
- Directiva 2003/30/CE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 8 de mayo de 2003, *relativa al fomento del uso de biocarburantes u otros combustibles renovables en el transporte*. Bruselas, 2003.
- Garrido A., Atance, I. y Gómez-Ramos, A. (2009). Agricultura, alimentación, biocarburantes y medioambiente. *Información Comercial Española*. 287: 41- 59.
- Gómez-Limón, J.A., Atance, I y Rico, M. (2007). Percepción pública del problema de la despoblación del medio rural en Castilla y León. *AGER: Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*. 6: 9-60.
- Gómez-Limón, J.A. y Atance, I. (2004). Identification of Public Objectives Related to Agricultural Sector Support. *Journal of Policy Modeling*. 26(8-9):1045-1071.
- MAPA. (2007). *Avance su superficie y producciones de cultivos*. Estadísticas del Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación. Madrid.
- Reglamento (CE) n. 74/2009 del Consejo de 19 de enero de 2009 por el que se modifica el Reglamento (CE) no 1698/2005, relativo a la ayuda al desarrollo rural a través del Fondo Europeo Agrícola de Desarrollo Rural (Feader).
- Rodríguez-López A. y Sánchez Macías J.I. (2007). Los cultivos energéticos en Castilla y León en J.A. Gómez-Limón (eds). *El futuro de la agricultura en Castilla y León*. Itagra CT, Palencia: 73-89.

- Sánchez Macías, J. I., Rodríguez López F., Calero Pérez, P. y Díaz Rincón, J. (2006). *Desarrollo Agroindustrial de Biocombustibles en Castilla y León*. Consejo Económico y Social de Castilla y León. Valladolid.
- Tió, C. (2008). El reto energético y su impacto sobre el sector agrario. *Papeles de Economía Española* 117: 258-269.

Enlaces territoriales y diversificación en explotaciones ganaderas gallegas

Francisco Sineiro García
Ibán Vázquez González
Roberto Lorenzana Fernández

Introducción

La agricultura gallega ha tenido un intenso proceso de ajuste en las últimas tres décadas, superior al registrado en el conjunto de España, que en parte se ha debido al retraso con que se desarrolló la modernización de su agricultura. La consecuencia ha sido un incremento en la concentración y en la especialización productiva, con un abandono de parte de las explotaciones de menor tamaño y un aumento de las que permanecían en actividad para hacer frente al descenso en los márgenes unitarios.

La baja movilidad territorial aparece como una característica destacada de este proceso, que ha impedido incorporar parte de las tierras de las explotaciones cesantes y ha llevado también al abandono de superficies tradicionalmente utilizadas en pastoreo por el ganado y en cultivos ocasionales (Sineiro García et al, 2007).

El impacto del ajuste ha sido muy diferente según la actividad y el territorio, tanto por factores ligados a su potencial agrario, como también por su relación y localización con respecto a las áreas urbanas y la importancia de las actividades no agrarias (Pérez Frá et al, 2007).

El contenido de esta comunicación procede de un proyecto en curso⁶¹, cuyo objetivo es el estudio de los enlaces existentes entre las dinámicas de los sistemas agrarios y los procesos de desarrollo y diferenciación de los territorios rurales. En una primera fase se han tipificado los municipios rurales en función de su nivel de relación con las zonas urbanas y de la situación de su agricultura (Vázquez González et al, 2008). En la segunda, se han realizado encuestas a titulares de explotación localizadas en municipios representativos de la tipología anterior, presentándose en esta comunicación un avance de sus resultados en municipios representativos de los grupos rurales agrarios de productividad alta y baja.

1. Material y métodos

Se han realizado encuestas en tres zonas. La primera, que es representativa de las zonas rurales agrarias de productividad alta, comprende los municipios de Frades, Mesía y Melide, siendo referida en adelante como “interior Coruña”. Las otras dos pertenecen a la tipología de zonas rurales agrarias de productividad baja, estando compuesta la primera de ellas por los municipios de A Veiga y A Mezquita, denominada en adelante como “montaña oriental Ourense”, y la segunda por los de Entrimo y Lobios (“montaña sudoccidental Ourense”). Su localización y los municipios próximos con los que más se relacionan pueden observarse en el gráfico 1.

Se han encuestado 287 explotaciones, obtenidas mediante muestreo aleatorio estratificado por el tamaño del rebaño de la población incluida en los censos de las campañas de saneamiento del año 2006.

⁶¹ El papel de la agricultura en los procesos de desarrollo y diferenciación de los territorios rurales españoles. Ministerio de Educación y Ciencia. Referencia: AGL2005-07827-C03-02/AGR

El cuestionario trataba de caracterizar productivamente las explotaciones, indagar en las relaciones entre la explotación y su entorno territorial y socioeconómico, identificar las estrategias en la gestión de las mismas y conocer la opinión del titular de la explotación sobre las características de su zona y los procesos de cambio que está experimentando.

Sobre las 284 encuestas válidas obtenidas se ha realizado un análisis de conglomerados jerárquicos (método de Ward) en base a las 11 variables cuantitativas que figuran en la tabla 1. Se ha comprobado la correlación entre las variables utilizadas en el análisis, dos a dos por medio de la correlación bivariada de Pearson, no observando valores de correlación entre variables superiores a 0,61 y la significación estadística del cluster resultante por medio un análisis de varianza y de sus pruebas post-hoc (Scheffe).

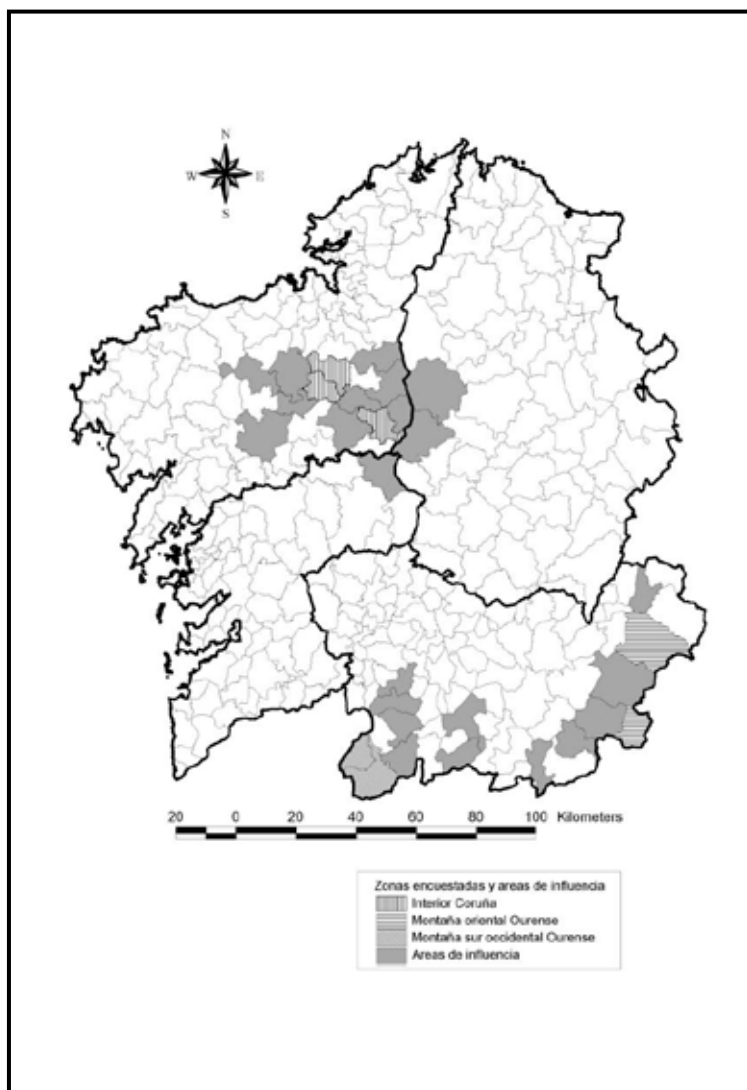


Gráfico 1. Municipios encuestados y áreas de relación

2. Tipología de las explotaciones según el análisis de conglomerados y su situación territorial

El análisis de conglomerados permite clasificar las explotaciones de la encuesta en ocho grupos, que quedan determinados por las variables productivas de la superficie y el ganado, las sociales del titular y familia y las económicas de los ingresos percibidos. Las variables incluidas en el análisis tienen un nivel bajo de dependencia entre sí, como se deduce de los valores de sus correlaciones y son todas significativas al 1% en el análisis de varianza (tabla 1).

Tabla 1. Variables incluidas en el análisis de conglomerados

Variables del análisis	F	Nivel significación
Superficie total (ha)	115,1	0,01
Superficie en propiedad (% s. total)	6,2	0,01
Unidades de ganado mayor (número)	70,1	0,01
Vacas leche (% UGM v.leche s. total)	496,5	0,01
Ovino y caprino (% UGM ovino+caprino s. total)	594,6	0,01
Carga ganadera (UGM/ha.)	219,5	0,01
Edad del titular (años)	27,7	0,01
Familia del titular (nº de personas)	29,4	0,01
Nivel de ingresos (estratos de ingresos) ⁶²	63,6	0,01
Peso relativo ingresos agrarios (% s. total ingresos)	45,9	0,01
Peso relativo pensiones percibidas (% s. total ingresos)	118,9	0,01

Los ocho grupos resultantes pueden ser identificados por su orientación productiva y dimensión económica. Los más numerosos son los ligados a la producción de carne, que comprenden al 45% de las explotaciones, siendo en sus tres cuartas partes de vacuno y en el resto de ovino⁶³. Les siguen los de producción de leche con un 34%, teniendo algo más de la mitad niveles altos de producción. Otro 19% son explotaciones marginales por su baja dimensión y actividad productiva, estando orientadas a partes iguales entre el vacuno y el ovino. Por último las 7 explotaciones restantes son casos singulares, todas ellas de dimensión elevada, pero con unas características diferentes que las coloca en grupos aparte, dedicándose unas a la ganadería sin tierra con cebaderos de porcino o terneros, y otras por el contrario, que gestionan superficies elevadas de modo muy extensivo. En la exposición de los resultados se van a dejar al margen estos casos singulares por el escaso número de explotaciones que comprenden (tabla 2).

Las explotaciones de leche tienen una mayor dimensión económica y dependencia en los ingresos agrarios, en especial las de producción más elevada, con los titulares más jóvenes (39 años) y las familias más numerosas (5,2 miembros). Las de vacuno de carne tienen un tamaño intermedio con 23 UGM, muy superiores a las de ovino, que sólo cuentan con un pequeño rebaño de unas 66 cabezas (6,6 UGM). Las explotaciones marginales, independientemente de su orientación productiva, tienen una actividad agraria muy escasa, estando compuestas por familias pequeñas y con personas de edad avanzada, siendo las pensiones su principal fuente de ingresos.

⁶² Los niveles de ingresos son: 1, menos de 6 mil euros anuales; 2, de 6 a 12; 3, de 12 a 24; 4, de 24 a 36; 5, de 36 a 48; 6, de 48 a 60; 7, de 60 a 120; 8, con más de 120 mil.

⁶³ En parte de estas explotaciones los rebaños son mixtos de ovino y caprino

Tabla 2. Valores medios en los grupos del análisis de conglomerados

	Leche		Carne		Marginales		Casos singulares	
	Media	Elevada	Vacuno	Ovino	Vacuno	Ovino	Intensivo	Extensivo
Nº casos	43	53	100	28	27	26	3	4
Sup. Total (ha.)	20,5	26,0	34,0	25,9	11,3	7,4	8,1	428,8
Sup. prop. (% s.total)	63,6	83,9	55,6	56,5	68,7	72,6	68,3	8,4
UGM	31,8	79,9	23,0	6,6	3,4	1,3	249,5	116,5
UGM v.leche (% s.total)	76,4	73,9	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
UGM ovino (% s.total)	0,1	0,0	3,7	100,0	3,5	98,7	0,2	17,9
UGM/ha,	1,9	3,4	1,1	0,5	0,5	0,5	33,2	0,3
Edad titular	50,8	39,1	48,3	48,5	65,8	66,3	46,3	44,0
Nº personas	3,5	5,2	3,2	2,5	2,4	2,2	4,0	3,5
Nivel ingresos ⁶⁴	4,7	7,2	3,4	2,5	2,1	2,0	5,7	6,8
Ing.Agrarios (% s.total)	66,1	80,5	38,1	36,2	11,7	1,2	89,0	38,0
Ing.Pensiones (% s.total)	17,6	8,6	14,2	17,9	79,7	95,8	1,7	1,3

La orientación productiva está muy condicionada por la situación territorial. Las explotaciones de la comarca “interior Coruña” se dedican casi en su totalidad al vacuno y en especial al de leche. Las de ambas comarcas de la montaña de Ourense dependen del vacuno de carne y del ovino/caprino, con casi total ausencia de la leche. Estas diferencias son debidas a unas condiciones más duras del medio así como a otras del entorno, como es la falta de empresas de recogida de la leche, que han ido forzando a un cambio a la orientación cárnica en la comarca de montaña oriental de Ourense, en la que había una cierta producción láctea hasta la mitad de la década de los noventa (tabla 3).

Tabla 3. Explotaciones por zonas y grandes grupos (en % s. total y en número)

	Interior Coruña	Montaña Ourense	
		oriental	sudoccidental
Leche	32,4	1,4	0,0
Carne	8,5	20,1	16,5
Marginales	1,8	3,2	13,7
Casos singulares	0,4	1,4	0,7
Total	43,0	26,1	31,0
Total (en número)	122	74	88

⁶⁴ El nivel de ingresos es estimado por medio de la siguiente escala: 1 menos de 6 mil euros; 2 de 6 a 12 mil; 3 de 12 a 24 mil; 4 de 24 a 36; 5 de 36 a 48; 6 de 48 a 60; 7 de 60 a 120; 8 más de 120 mil euros.

Tabla 4. Valores medios por zonas

	Interior Coruña	Montaña Ourense	
		oriental	sudoccidental
Nº casos	122	74	88
Sup. Total (ha.)	20,8	53,8	23,9
Sup. prop. (% s.total)	77,3	47,9	60,5
UGM	52,1	25,1	13,8
UGM v.leche (% s.total)	56,6	7,8	0,0
UGM ovino (% s.total)	0,1	28,5	43,1
UGM/ha,	2,6	1,1	1,3
Edad titular	45,8	51,1	55,5
Nº personas	4,2	3,1	2,6
Nivel ingresos	5,5	3,1	2,7
Ing.Agrarios (% s.total)	66,7	44,7	14,1
Ing.Pensiones (% s.total)	16,3	21,7	47,6

Las explotaciones del interior de Coruña tienen una mayor dimensión que superan en dos y cuatro veces, respectivamente a los rebaños de las otras dos. Obtienen un mayor nivel de ingresos, ligados su actividad agraria y tienen además una familia más numerosa y titulares más jóvenes (tabla 4).

La actividad agraria es especialmente débil en la montaña sud-occidental de Ourense, con explotaciones muy pequeñas (unas 14 UGM), que resultan en un bajo nivel de ingresos, dependiendo su economía familiar de la pensiones percibidas, ya que los ingresos agrarios equivalen a sólo un 14% del total.

3. Los enlaces con el territorio

3.1. Las tierras

La escasa dotación de superficie es el principal factor limitante en la mayor parte de las explotaciones gallegas. Las posibilidades de aumentarla mediante la compra de tierras es en general escasa y su adquisición está limitada por su elevado valor. Por eso la primera relación analizada se refiere a las posibilidades ofertadas por el territorio para su ampliación por medio del arrendamiento o por la utilización de las tierras vecinales⁶⁵, cuando existen.

Tabla 5. Propiedad y tenencia de las tierras por grupos de conglomerados (en % s. total)

	Leche		Carne		Marginales	
	Media	Elevada	Vacuno	Ovino	Vacuno	Ovino
<i>Sup. (% s.total)</i>						
propiedad	63,6	83,9	55,6	56,5	68,7	72,6
arrendada	32,5	12,7	24,0	22,9	12,1	22,3
vecinal	3,7	3,3	19,6	22,6	18,3	5,0
<i>Arrendatarios residentes (%)</i>	62,4	72,7	46,6	51,5	35,7	48,8

⁶⁵ Son tierras de propiedad en común de los vecinos, los denominados montes vecinales en mano común de Galicia. Tienen una extensión elevada en las dos zonas de Ourense y no existen en dos de los municipios de la zona "Interior de Coruña".

Casi la mitad de la superficie de las explotaciones de carne está en arrendamiento o es de propiedad vecinal. Por el contrario, en las explotaciones de leche más de dos tercios de la superficie está en propiedad, debido a la escasa propiedad vecinal en la zona interior de Coruña, donde se asientan la gran mayoría de ellas, así como al menor grado de abandono de la agricultura, que se refleja también en el mayor porcentaje de arrendatarios aún residentes en la zona. De modo que las explotaciones de leche de mayor tamaño dependen relativamente más de sus propias tierras, que equivalen al 84% del total, forzándolas además a un mayor nivel de intensificación, que es de 3,4 UGM/ha de superficie total (tablas 2 y 5).

La escasa actividad de las explotaciones marginales se refleja en la menor proporción de tierras arrendadas o vecinales utilizadas, sobre todo en el caso de las dedicadas al ovino, que son las de menor tamaño.

Las diferencias entre zonas, sobre todo del interior de Coruña con respecto a las de montaña de Ourense se manifiestan en la disponibilidad de las tierras vecinales y en el menor porcentaje de arrendatarios residentes, sobre todo en el caso de la zona oriental, que es donde hay una mayor presión por las tierras arrendadas, que con el 35% duplican a las de la zona sudoccidental (tabla 6).

Tabla 6. Propiedad y tenencia de las tierras por zonas (en % s. total)

	Interior Coruña	Montaña Ourense	
		oriental	sudoccidental
<i>Sup. (% s. total)</i>			
propiedad	77,3	47,9	60,5
arrendada	17,7	35,0	17,5
vecinal	4,6	17,1	21,6
<i>Arrendatarios residentes (%)</i>	67,0	37,1	54,3

3.2. Las contrataciones de personal y servicios

Una segunda relación de las explotaciones con el territorio de su entorno también contemplada en la encuesta es la contratación de personal y de servicios de maquinaria, que está principalmente relacionada con la dimensión de las explotaciones. Las de leche tienen una mayor proporción de asalariados, que alcanza la quinta parte de ellas en especial las de mayor tamaño, y la gran mayoría contratan servicios de maquinaria sobre todo para la cosecha de forrajes. En el vacuno de carne la proporción es muy inferior y las de ovino no recurren a ellos por su menor tamaño y menor dependencia en los forrajes conservados (tabla 7).

Tabla 7. Contratación de personal y servicios de maquinaria por grupos de conglomerados (en % s. total)

	Leche		Carne		Marginales	
	Media	Elevada	Vacuno	Ovino	Vacuno	Ovino
Mano obra	14,0	18,9	9,0	0,0	0,0	0,0
Servicios	67,4	90,6	28,0	0,0	0,0	0,0

Estas diferencias quedan reflejadas a nivel territorial por la orientación predominante a la leche en las explotaciones de Coruña, pero también se muestran en las diferencias existentes entre las dos zonas de montaña, por el menor tamaño de las que componen la zona sudoccidental (tabla 8).

Tabla 8. Contratación de personal y servicios de maquinaria por zonas (en % s. total)

	Interior Coruña	Montaña Ourense	
		oriental	sudoccidental
Mano obra	14,8	10,8	2,3
Servicios	74,6	28,4	0,0

3.3. Las compras de insumos

La compra de piensos, el principal insumo corriente en las explotaciones ganaderas, se realiza a nivel local o próximo a la zona de influencia. Del 70 al 80% de las explotaciones realizan sus compras entre esos dos ámbitos, siendo más frecuentes en el propio municipio para las de leche, tal como se refleja también a nivel territorial para la zona del interior de Coruña, donde son mayoría estas explotaciones (tablas 9 y 10).

Tabla 9. Lugar de compra de piensos por grupos de conglomerados (en % s. total)

	Leche		Carne		Marginales	
	Media	Elevada	Vacuno	Ovino	Vacuno	Ovino
Municipio	53,5	62,3	31,8	36,4	50,0	50,0
Zona	18,6	15,1	36,4	36,4	25,0	31,3

Tabla 10. Lugar de compra de piensos por zonas (en % s. total)

	Interior Coruña	Montaña Ourense	
		oriental	sudoccidental
Municipio	61,7	31,0	28,2
Zona	19,2	32,8	35,2

3.4. Las ventas de productos

Más de las tres cuartas partes de las explotaciones venden la leche a operadores no situados en la zona más próxima. Incluso la mayor parte de las ventas locales se realizan a cooperativas de comercialización, que a su vez las venden a otras transformadoras de leche. De ahí la menor importancia de la venta a nivel local en las explotaciones de mayor tamaño, que venden directamente a las industrias en una mayor proporción (tabla 11).

Tabla 11. Lugar de venta de leche

	Leche	
	Media	Elevada
Municipio	19,5	5,8
Zona	14,6	11,5

La situación es notablemente diferente en las ventas de ganado. En las explotaciones de carne la mayoría de las operaciones de venta son a nivel local, debido en parte al mayor peso relativo de las ventas a carniceros, que alcanzan las tres cuartas partes de los casos (sobre todo en las dos zonas de Ourense). Por el contrario, son muy escasas en las de leche, que venden el ganado fuera del entorno más próximo a las explotaciones (tabla 12 y 13).

Tabla 12. Lugar de venta de ganado vacuno por orientación productiva y zona (en % s. total)

	Orientación		Zona	
	Leche	Vacuno	Coruña	Ourense
Municipio	7,0	32,1	12,7	31,6
Zona	9,3	43,6	10,9	46,8

Por su parte casi un 70% de las ventas de ovino se realizan a nivel local, tanto por el menor tamaño de la mayoría de las explotaciones como por el bajo volumen de producción, que es absorbido fundamentalmente por el consumo local, realizando los carniceros más de un 90% de las compras (tabla 13).

Tabla 13. Lugar de venta de ganado ovino

	Ovino
Municipio	37,5
Zona	31,3

4. La diversificación de las explotaciones

El territorio condiciona también la capacidad de las explotaciones para diversificar su actividad con el objeto de generar una fuente adicional de ingresos.

4.1. Diversificación agraria.

Comprende la realización de actividades ligadas a la producción agraria.

Salvo en el caso de las explotaciones de vacuno de carne, el grado de diversificación es muy bajo, tanto para las de leche como para las de ovino. En las de vacuno un 10% de ellas tienen producción ecológica o un certificado de denominación de calidad (ternera gallega). La relativa a la recuperación de razas autóctonas, que comprende un 30% de las explotaciones, debe tomarse con cautela por ser una actividad promovida por subvenciones, a diferencia de las anteriores que están más ligadas a revalorizar la producción hacia el mercado de productos de calidad.

La diversificación es baja en las explotaciones de leche, siendo la actividad más importante la introducción de nuevos cultivos, que en todo caso sólo afecta a un 7-11% de ellas. La práctica ausencia de iniciativas de diversificación en las explotaciones de ovino puede deberse a su menor tamaño, que sitúa a la mayor parte próximas a la marginalidad (tabla 14).

Tabla 14. Diversificación de la producción por grupos de conglomerados (en % s.total)

	Leche		Carne	
	Media	Elevada	Vacuno	Ovino
Recuperación cultivos o razas autóctonas	4,7	3,8	30,0	0,0
Nuevos cultivos	7,0	11,3	5,0	0,0
Prod.ecológica	0,0	0,0	4,0	0,0
Prod. integrada o con certificado calidad	0,0	0,0	6,0	0,0
Otras	0,0	0,0	2,0	3,6

A nivel territorial el mayor grado de diversificación se registra en las explotaciones de la zona oriental de montaña de Ourense, que es más dinámica en varios de los aspectos expuestos que la zona sudoccidental. Por su parte, el menor nivel de las de Coruña es una consecuencia de su orientación lechera (tabla 15).

Tabla 15. Diversificación de la producción por zonas (en % s.total)

	Interior Coruña	Montaña	
		oriental	sudoccidental
Recuperación cultivos o razas autóctonas	9,0	23,0	15,9
Nuevos cultivos	8,2	4,1	3,4
Prod.ecológica	0,0	5,4	2,3
Prod. integrada o con certificado calidad	0,0	10,8	0,0
Otras	0,8	1,4	2,3

4.2. Diversificación no agraria.

Son las actividades que no dependen de la producción agraria. Algunas de ellas utilizan parte de sus recursos como la maquinaria o las instalaciones de la explotación; mientras que en otras, como es el trabajo fuera de ella, el único vínculo es el de pertenencia a la familia del titular.

El trabajo fuera de la explotación da ocupación a un 17% de sus miembros en las de leche, a alrededor de una cuarta parte en las de carne y a menos del 5% en las marginales, debido a la elevada edad de la mayor parte de las personas que componen la familia (tabla 16).

Tabla 16. Trabajo fuera de la explotación por grupos de conglomerados (en % s.total)

	Leche		Carne		Marginales	
	Media	Elevada	Vacuno	Ovino	Vacuno	Ovino
% personas	16,4	18,2	27,4	25,7	4,5	1,8
% explotaciones	46,5	50,9	61,0	50,0	11,1	3,8

Sin embargo, las diferencias entre las de leche y carne en el porcentaje de explotaciones con algún ocupado fuera de la explotación tienden a reducirse, excepto con las de vacuno de carne, por el mayor tamaño familiar de las primeras, que lleva a que casi la mitad de ellas tengan al menos una persona trabajando fuera de la explotación. De modo similar no hay diferencias a nivel territorial en el porcentaje de personas con un trabajo fuera de la explotación, mientras que existen con respecto a las unidades productivas, debido al menor tamaño familiar de la zona de montaña sudoccidental de Ourense con 2,6 personas por familia con respecto a 4,2 miembros en el interior de Coruña (tablas 4 y 17).

Tabla 17. Trabajo fuera de la explotación por zonas (en % s. total)

	Interior Coruña	Montaña Ourense	
		oriental	sudoccidental
% con otra actividad			
personas	19,7	19,5	19,2
explotaciones	52,5	40,5	38,6
Lugar trabajo			
Municipio	48,5	60,5	75,0
Zona	36,6	25,6	22,7

El trabajo es realizado en el mismo municipio o en su zona de influencia en un 85% de los casos, tanto en el interior de Coruña como en la zona de montaña oriental de Ourense. Llega a ser la práctica totalidad de ellos en la zona de montaña sudoccidental de esta misma provincia, por su mayor grado de aislamiento y de dificultades en el desplazamiento diario fuera de esa zona.

Las otras alternativas de diversificación no agraria son practicadas por un bajo porcentaje de explotaciones. El conjunto de las actividades más comúnmente citadas para la diversificación de las zonas rurales como son la transformación de los productos agrarios, el turismo y la artesanía sólo son realizadas en un 5% de las explotaciones de leche, elevándose algo más hasta un 11% en las de vacuno. Tiene una importancia relativa algo mayor la prestación de servicios agrarios, forestales o medioambientales, todos ellos basados en trabajos de maquinaria para otras explotaciones o bien para la Administración, que son practicados por un 7% de las explotaciones de leche y un 15% de las de vacuno (tabla 18).

Tabla 18. Diversificación no agraria por grupos de conglomerados (en % s.total)

	Leche		Carne		Marginales	
	Media	Elevada	Vacuno	Ovino	Vacuno	Ovino
Transform.productos explotación	2,3	1,9	5,0	7,1	0,0	0,0
Turismo	2,3	3,8	5,0	0,0	0,0	0,0
Artesanía	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Serv agrarios	2,3	7,5	3,0	0,0	0,0	0,0
Activ forestal o medio ambiental	4,7	0,0	12,0	0,0	0,0	0,0
Otros	2,3	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0

A nivel territorial hay un mayor grado de diversificación en la zona de montaña oriental de Ourense, sobre todo en la prestación de servicios forestales, que está basado en su amplia superficie de montes, que contrasta con la de la zona sudoccidental, que a pesar de contar también con amplias masas forestales no tiene este tipo de iniciativas (tabla 19).

Tabla 19. Diversificación no agraria por zonas (en % s.total)

	Interior Coruña	Montaña Ourense	
		oriental	sudoccidental
Transform.productos explotación	3,3	2,7	4,5
Serv agrarios	5,7	2,7	0,0
Activ forestal o medio ambiental	1,6	17,6	0,0
Turismo	4,1	4,1	0,0
Artesanía	0,8	0,0	0,0
Otros	3,3	1,4	0,0

5. Conclusiones

Las relaciones territoriales y la diversificación de las explotaciones son considerablemente diferentes según su orientación productiva y su localización territorial, que en el caso de las zonas estudiadas están ligadas a la producción de leche en el interior de Coruña y a las de carne en las de montaña.

Las explotaciones de leche, en razón de su mayor dinamismo y dimensión, tienen una relación más intensa con su entorno en la contratación de servicios y de personal y en la compra de insumos corrientes que se realiza a nivel local o en zonas próximas, mientras que es menor en la venta de sus productos, tanto para la leche como para la venta de ganado de vida o de sacrificio.

Las explotaciones de carne, radicadas sobre todo en las dos zonas de montaña, tienen una relación más débil con su entorno más próximo en la contratación de servicios por su menor volumen de actividad, pero en cambio centralizan en ella la mayor parte de sus actividades de compra de insumos y de venta de sus productos, debido al mantenimiento de canales de comercialización más tradicionales y locales, tal como muestra la elevada importancia relativa de los carniceros en la adquisición del ganado.

El grado de diversificación, tanto de sus actividades agrarias como no agrarias, es escaso y muy inferior a la importancia que le conceden la mayor parte de los esquemas teóricos de desarrollo rural, en especial con relación a las actividades más citadas en la diversificación económica de estos territorios en la transformación de sus productos, del turismo y de la artesanía, que podrían ayudar a complementar las rentas de las explotaciones.

Sin embargo, dentro de esta baja diversificación se aprecian diferencias relacionadas con su menor incidencia en las explotaciones de leche, que puede ser debida a su mayor dimensión productiva y grado de sujeción al trabajo en esta actividad, así como en las de ovino, que se puede relacionar con su menor tamaño familiar y dimensión de la explotación, con respecto a las de vacuno que tienen un mayor grado de diversificación. También a nivel territorial las explotaciones de la montaña oriental de Ourense son más diversificadas que las de las otras dos zonas, hecho que también se puede relacionar con su mayor orientación al vacuno de carne, presentando un marcado contraste con las de la montaña sudoccidental, que tienen una actividad muy escasa y limitada por su menor dimensión económica, tamaño familiar y mayor edad de sus miembros, así como por unas infraestructuras y accesos más deficientes.

Referencias Bibliográficas

- Pérez Fra M., García Arias I., Docío Rodríguez F. (2007). Efectos territoriales de la reestructuración de la ganadería bovina en la Cornisa Cantábrica. En cap. 9 de *“Políticas agrarias y ajuste estructural en la agricultura española”*, coordinador E. Arnalte Alegre. Serie Estudios. MAPA. Madrid.
- Sineiro García F., López Iglesias E., Lorenzana Fernández R., Valdés Paços B. (2007). El proceso de ajuste en la ganadería bovina de la cornisa cantábrica. En cap. 8 de *“Políticas agrarias y ajuste estructural en la agricultura española”*, coordinador E. Arnalte Alegre. Serie Estudios. MAPA. Madrid
- Vázquez González I., Sineiro García F., Lorenzana Fernandez R. (2008). Tipología de municipios rurales de galicia por indicadores socioeconómicos. Comunicación XII Congreso Internacional de Ingeniería de Proyectos. Zaragoza, julio 2008.

Caracterización económico-financiera de las empresas agroalimentarias. Un análisis comparado entre España y Portugal

**Silverio Alarcón
Ramón Alonso**

Introducción

El análisis comparado de la información contable de las empresas es de vital importancia para diagnosticar la situación de un sector y para identificar problemas y definir estrategias. A pesar de que actualmente existen algunas bases de datos de fácil acceso, no son frecuentes este tipo de estudios. El objetivo de este trabajo es precisamente realizar una sencilla caracterización contable de las empresas agroalimentarias de España y Portugal, y estudiar su evolución en el periodo 1991-2006. No se realiza un análisis exhaustivo de todas las empresas que operan en este sector. Únicamente se trabaja de forma agregada con aquellas que voluntariamente presentan sus cuentas en el Banco de España y en el Banco de Portugal.

En concreto, la información utilizada se ha tomado de la base de datos BACH (Bank for the Accounts of Companies Harmonised) que contiene información contable armonizada de las empresas no financieras de 11 países europeos, Japón y Estados Unidos. La armonización contable, sin embargo, no es total, y la guía de uso de la base de datos (Comisión Europea, 2006) manifiesta en repetidas ocasiones que las comparaciones entre países se deben realizar comentando tendencias pues la comparación de niveles podría llevar a errores. Este es el enfoque principal en este trabajo. Es decir, se presenta la información del balance y de la cuenta de pérdidas y ganancias del año 2006 (para las empresas agroalimentarias de España y Portugal) pero la herramienta de análisis básica son los gráficos que muestran las tendencias de las partidas contables en el periodo 1991-2006.

Para estudiar las empresas agroalimentarias, se ha tomado información de las empresas incluidas en la clase DA, manufacturas de alimentos, bebidas y tabacos. BACH cubre gran parte de la actividad económica de la industria agroalimentaria. En concreto, en España la cobertura (número de empleados de la muestra entre número de empleados totales del Directorio de Empresas del INE) supera hasta el año 2000 el 20% y en 2006 es del 14%. En Portugal la cobertura (ingresos de explotación de las empresas de la muestra sobre el total del sector) es más amplia y supera todos los años el 50%, alcanzándose el máximo en 2006 con un 86,4%. Aunque el grado de cobertura de las muestras no es comparable entre ambos países porque se definen a partir de variables distintas, las diferencias son tan grandes que sí puede afirmarse que la representatividad de la industria agroalimentaria portuguesa en BACH es superior a la española. La información contable para cada sector de actividad también se proporciona por estratos de tamaño: empresas pequeñas (hasta 10 millones de euros de volumen de negocio), medianas (entre 10 y 50 millones) y grandes (por encima de 50 millones).

Los aspectos que se abordan en este estudio son los siguientes: primero se comentan los tamaños medios de las empresas y las productividades del trabajo. A continuación se trata la estructura del activo, del pasivo y de la cuenta de pérdidas y ganancias. En el último apartado de conclusiones se sintetizan los principales resultados.

1. Tamaño y productividad del trabajo

El tamaño medio de las empresas en la muestra es superior en España, tanto en número de empleados como en activos o en ingresos de explotación. Las empresas de alimentación y bebidas españolas en la muestra de la Central de Balances presentan de media un número de empleados superior a 150 y una facturación superior a 50 millones de euros por empresa en los últimos 2 años (2005 y 2006). Las portuguesas rondan valores en torno a 60 empleados y 10 millones de facturación (2001 a 2005). Claramente la composición de las muestras de ambos países es muy diferente.

Por este motivo, las productividades parciales del trabajo (valor añadido/empleado) son también muy distintas. En ambos países, sin embargo, se aprecia una constante tendencia creciente en el periodo de estudio considerado (Gráfico 1.a). La productividad es superior en las empresas españolas pero la tasa de crecimiento media anual del valor añadido por trabajador (a precios constantes del año 2000) es superior en las portuguesas, 3,44% frente a 2,50% en las españolas.

A continuación se comparan las empresas de alimentación y bebidas en España y Portugal por submuestras de tamaños, y de esta forma se gana en homogeneidad. Las empresas grandes (más de 50 millones de euros de facturación) en la muestra son unas 60 en España a partir del año 2000 aunque en 2006 disminuye hasta 46. En este último año tienen de media más de 300 millones de euros anuales de ingresos de explotación y una plantilla superior a los 800 trabajadores. Los datos para Portugal en este estrato indican que hay menos empresas y de menor tamaño (por debajo de 140 millones de euros anuales de ingreso y con plantillas medias por debajo de los 500 trabajadores a partir del 2000. La tasa de crecimiento media anual del valor añadido por empleado es de 2,71% en las empresas agroalimentarias españolas y de 3,31% en las portuguesas (Gráfico 1.b).

El número de empresas medianas (entre 10 y 50 millones de euros de facturación) españolas en la muestra oscila entre un máximo de 157 en 1996 y un mínimo de 85 en 2006. La facturación media en los últimos años está en el entorno de 25 millones de euros. El número medio de empleados se sitúa por debajo de los 100 trabajadores en los últimos años. En Portugal el número de empresas medianas en la muestra de la Central de Balances ha aumentado de forma continuada desde 76 en 1991 hasta 153 en 2006. La facturación es algo inferior a la de las empresas españolas, en torno a 20 millones de euros anuales pero la mano de obra media empleada es superior, por encima de los 100 trabajadores. La tasa de crecimiento anual de la productividad del trabajo es menor en las empresas medianas que en las grandes. Si se comparan las pendientes de Gráfico 1.b con 1.c, se puede ver que estas últimas son próximas a cero. En concreto la variación media anual es de 0,18% en las empresas españolas y 0,88% en las portuguesas.

En la muestra española, el número de empresas pequeñas (menos de 10 millones de euros de facturación) es el más elevado de los tres estratos: hasta el año 2000 había en la muestra española más de 300 empresas, de 2001 a 2005 entre 200 y 300, y en 2006 hay 179. La facturación media es algo inferior a los 4 millones de euros y el número de empleados se sitúa entre 25 y 30 en los últimos años. En Portugal el número de empresas en este estrato está muy por encima de las existentes en la muestra española. Entre 2000 y 2005 el número estaba entre 500 y 600 empresas pero el año 2006 se incrementó hasta casi 5.000 empresas. Esto ha hecho que el tamaño medio disminuyera considerablemente, pasando de unos 2 millones de euros de facturación y casi 27 trabajadores por empresa en 2005 a 640.000 euros y 11 trabajadores en 2006. Las tasas de crecimiento de la productividad del trabajo en las pequeñas empresas agroalimentarias son similares a las de las empresas medianas y están por

debajo de las que presentan las grandes, como se aprecia al observar las pendientes del Gráfico 1.d. La variación media anual es de 0,19% en las españolas y 1,51% en las portuguesas.

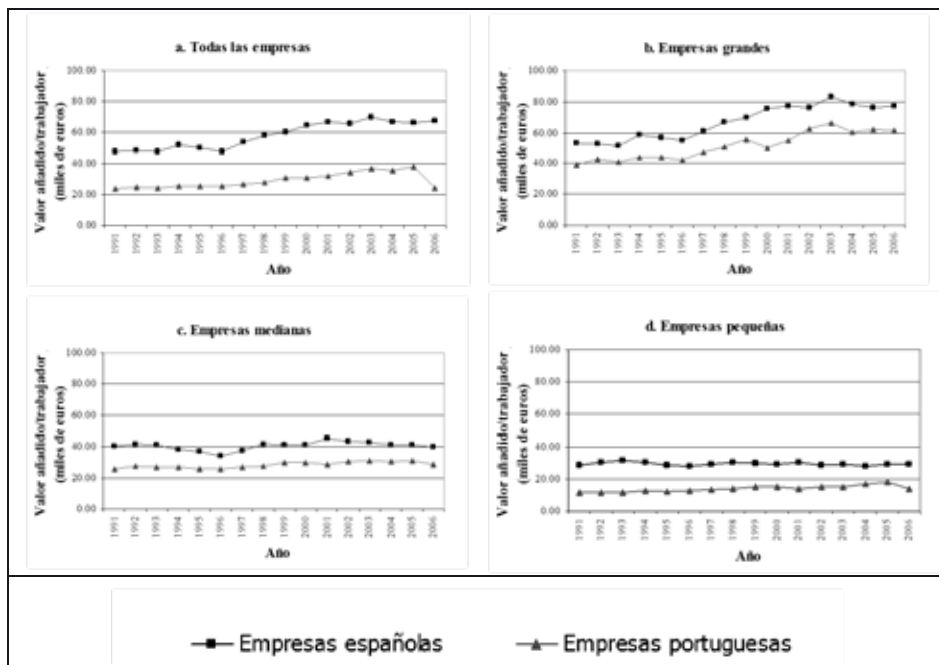


Gráfico 1. Evolución de la productividad del trabajo en las empresas agroalimentarias (Precios constantes de 2000)

(Fuente: Base de datos BACH, Comisión Europea.)

La conclusión de este apartado sería que las empresas españolas de alimentación y bebidas son de mayor tamaño que las portuguesas, están más capitalizadas y presentan mayores productividades parciales del trabajo. Además, tanto en España como en Portugal, la tasa de crecimiento de la productividad parcial del trabajo es mayor en las empresas grandes que en las medianas y pequeñas.

2. Estructura del activo

En este apartado y en el siguiente se señalan las características principales de los balances medios de 2006 de las empresas agroalimentarias españolas y portuguesas, que se exponen en el Cuadro 1, y además se comentan las evoluciones de sus principales partidas en el periodo 1991-2006 a partir de los Gráficos 2 y 3.

Empezando por los activos fijos intangibles, la representación del Gráfico 2.a muestra una tendencia creciente. En las empresas agroalimentarias españolas se pasa de un porcentaje del 1,1% del activo total en 1991 a un 3,99% en 2006 (Cuadro 1), siendo el máximo 7,07% en 2000. En las portuguesas esta tendencia creciente del peso de los activos fijos intangibles es incluso más acusada y continuada que en España. Si a principios de los 90 suponían menos del 1% del activo total, a partir del 2001 su peso es siempre superior al 6% y en 2005 se alcanza un 10,48%. Esto es algo positivo porque las empresas dedican cada vez más recursos a

elementos generadores de valor. Actividades como investigar e innovar cobran más importancia y de esta forma aumentan la productividad y competitividad de la empresa.

Cuadro 1. Balance medio de las empresas agroalimentarias, año 2006
(% sobre activo total)

	España	Portugal		España	Portugal
A. CAPITAL PENDIENTE DE PAGO	0,01	0	F. ACREEDORES A CORTO PLAZO	32,84	36,25
C. ACTIVO FIJO	57,51	46,25	F.2 Deudas con entidades de crédito	7,09	10,08
C.1 ACTIVO FIJO INTANGIBLES	3,99	7,6	F.3 Anticipos por pedidos	0,07	0,03
C.1.1 Gastos de formación	1,04	0,09	F.4 Acreedores comerciales	13,73	13,21
C.1.5 Otros activos intangibles	2,95	7,5	F.10 Otras deudas no comerciales	11,95	12,93
C.2 ACTIVO FIJO TANGIBLE	21,65	29,99	F.101 Otros acreedores financieros	7,06	4,66
C.2.1 Terrenos y construcciones	8,39	15,55	F.102 Otros acreedores no financieros	4,89	8,27
C.2.2 Instalaciones y maquinaria	7,02	9,94	I. ACREEDORES A LARGO PLAZO	25,17	19,42
C.2.3 Otras instalaciones	3,32	2,54	I.1 Obligaciones	0	1,16
C.2.4 Anticipos y activos en curso	2,93	1,97	I.2 Deudas con entidades de crédito	6,72	7,41
C.3 ACTIVO FIJO FINANCIERO	31,88	8,67	I.4 Acreedores comerciales a largo plazo	0,03	0,17
C.3.1/3 Participaciones en empresas del grupo y asociadas	31,52	6,23	I.10 Otras deudas no comerciales	18,42	10,68
C.3.8 Otros activos fijos financieros	0,35	2,44	I.101 Otros acreedores financieros	17,79	9,19
D. ACTIVO CIRCULANTE	42,08	52,22	I.102 Otros acreedores no financieros	0,63	1,48
D.1 EXISTENCIAS	11,04	15,56	J. PROVISIONES PARA RIESGOS Y GASTOS	3,33	0,54
D.1.1 Materias primas y aprovisionamientos	5,46	5,99	J.1 Provisiones para pensiones y similares	0,11	0,17
D.1.4 Anticipos	0,25	0,03	J.4 Otras provisiones	3,22	0,37
D.1.5 Otras existencias (semiterminados, terminados, etc.)	5,34	9,55	K. AJUSTES POR PERIODIFICACIÓN	0,11	5,85
D.2 DEUDORES	25,65	31,02	L. CAPITAL Y RESERVAS	38,55	37,95
D.2.1 Deudores comerciales	15,35	18,81	L.1 Capital suscrito	8,33	22,63
D.2.7 Otros deudores	10,3	12,21	L.2 Prima de emisión	5,26	0,67
D.3 INVERSIONES FINANCIERAS TEMPORALES	2,84	1,49	L.3 Reserva de revalorización	1,09	6
D.4 TESORERÍA	2,55	4,15	L.4 Reservas	17,88	9,18
E. AJUSTES POR PERIODIFICACIÓN	0,4	1,52	L.5 Resultados de ejercicios anteriores	-0,17	-2,99
AE. ACTIVO TOTAL	100	100	L.6 Pérdidas y ganancias	6,16	2,46
			FL. PASIVO TOTAL	100	100

Fuente: Base de datos BACH, Comisión Europea.

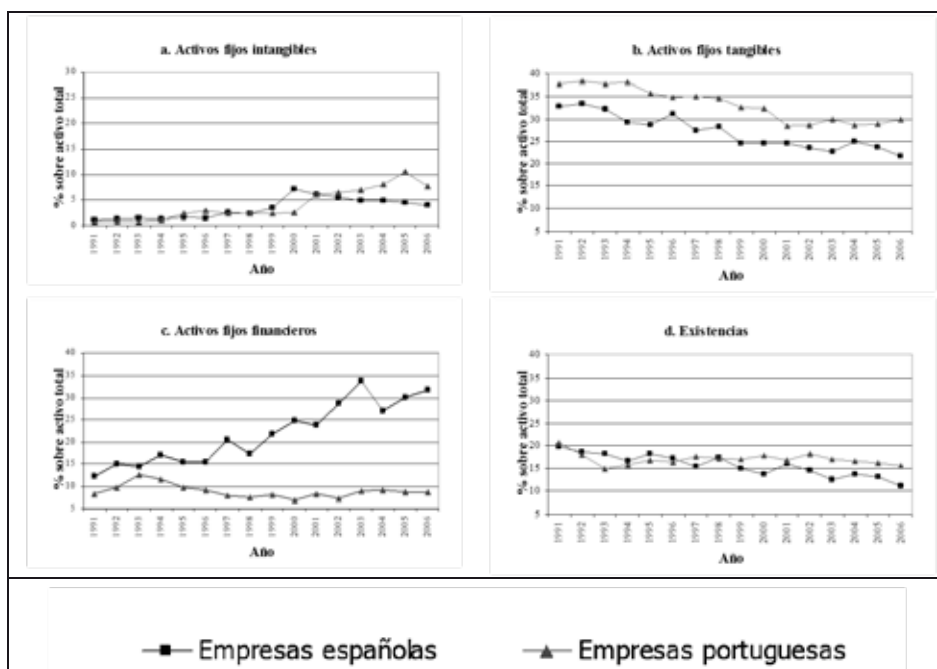


Gráfico 2. Evolución de algunas partidas de activo en las empresas agroalimentarias
(Fuente: Base de datos BACH, Comisión Europea)

Si se compara con otros sectores de actividad, se ve que las agroalimentarias presentan niveles superiores a los de otros tipos de empresas. Así, en el conjunto de las empresas manufactureras la proporción de activos fijos intangibles es del 2,7% (España) y 3,3% (Portugal) en 2006, por debajo del nivel de las empresas manufactureras agroalimentarias. Si se compara por estratos de tamaño, son claramente las empresas grandes las que en mayor medida aumentan el peso de sus intangibles en la estructura de su activo, alcanzando hasta un 8,39% en España. De forma más acusada en Portugal las grandes empresas mantienen desde 2001 una proporción superior al 10% con un máximo en 2005 del 16,66%. Las empresas medianas, sin embargo, se sitúan entre el 5 y el 6% en sus mejores años, mostrando las portuguesas una proporción algo más elevada que las españolas. A gran distancia, las pequeñas empresas apenas si llegan al 2%. Algunos autores (Vázquez et al., 1996, entre otros) señalan que los activos intangibles son factores fundamentales de competitividad pero que las pequeñas y medianas empresas no suelen tener el tamaño suficiente para rentabilizar este tipo de inversiones. Una posible solución sería la cooperación entre empresas y las redes locales que permitirían alcanzar una dimensión adecuada.

Los activos fijos tangibles siguen la tendencia contraria (Gráfico 2.b) y disminuyen su peso en el activo total tanto en las empresas españolas (32,77% en 1991 frente 21,65% en 2006) como en las portuguesas (37,75% en 1991 frente 29,99% en 2006), aunque en estas últimas la tasa de decrecimiento es menor. Por tamaños, se constata que la pérdida de peso de los activos fijos tangibles es clara en las grandes (alrededor del 20% en 2006) y medianas empresas (algo por debajo del 30%). Sin embargo, tanto en España como en Portugal, las pequeñas empresas agroalimentarias presentan proporciones de activos fijos tangibles en el entorno del 40%, por encima de los valores de 1991.

Los activos fijos financieros presentan un crecimiento significativo en las empresas españolas (12,2% del activo total en 1991, 31,88% en 2006, Gráfico 2.c). Son las empresas grandes las que registran esta expansión de los activos financieros a largo plazo (35,41% en 2006). Las pequeñas reducen incluso su importancia en los últimos años, y presentan proporciones inferiores al 5%. En las portuguesas se mantiene la proporción en el periodo de estudio y en la mayoría de los años es inferior al 10% (Gráfico 2.c).

Las existencias pierden peso con el paso de los años (Gráfico 2.d) y bajan casi 10 puntos porcentuales en el periodo de estudio en las empresas agroalimentarias españolas (19,95% en 1991 y 11,04% en 2006) y 5 en las portuguesas (20,74% en 1991 y 15,56% en 2006). La proporción de existencias es mayor en las empresas de menor tamaño y la tendencia decreciente es más acusada en Portugal (31,95% en 1991 y 16,58% en 2006) que en España (26,47% en 1991 y 21,97% en 2006).

El crédito comercial concedido a clientes también disminuye claramente en España y muy ligeramente en Portugal. En el primer país, en los 90 estaba entre el 20 y el 25% del activo total y en los últimos años del periodo está entorno al 15%. En Portugal las facturas pendientes de cobro suponen entre un 18 y un 20% del activo de las empresas agroalimentarias de la muestra. En un nivel mayor de desagregación de los datos se comprueba como la venta a crédito es más importante en las empresas pequeñas (21,49% en España y 17,69% en Portugal en 2006) y medianas (20,86% y 20,93%) que en las grandes (14,33% y 18,32%).

La tesorería no presenta ninguna tendencia y se mantiene entre el 2 y el 3% del activo total en España y alrededor del 4% en Portugal. La proporción de tesorería de las pequeñas es algo mayor, alcanzando un 5,19% en las españolas y un 6,04% en las portuguesas.

3. Estructura del pasivo

El endeudamiento de las empresas españolas ha aumentado en el periodo considerado. En 1991 las deudas de las empresas no llegaban al 50% de las fuentes de financiación totales frente a más del 55% en 2005 y 2006. En las empresas portuguesas el endeudamiento total se mantiene entre el 50 y el 55% en el periodo 1991-2006.

Sin embargo la calidad de la deuda de las empresas agroalimentarias ha mejorado en ambos países. En el Gráfico 3.a se aprecia claramente como en España disminuyen considerablemente las deudas a corto plazo (+1,51% sobre activo total en 1996 y 32,84% en 2006), mientras que en el Gráfico 3.b se ve un aumento progresivo de las deudas a largo plazo (7,25% en 1991 y 25,17% en 2006). En Portugal la tendencia es la misma pero las variaciones son menores. A corto plazo se pasa del 41,48% en 1991 al 36,25% en 2006, y a largo de 13,88% en 1991 y 19,42% en 2006. En el conjunto de las empresas manufactureras no se percibe esta tendencia y el endeudamiento a corto se mantiene durante todo el periodo en niveles próximos al 40%.

Si se analiza el endeudamiento por tamaños se detecta, sobretudo en España, que las grandes tienen una deuda a largo (27,05% en 2006) mayor que las pequeñas (14,54% en 2006). Las deudas a corto plazo suponían el 38,75% en las pequeñas empresas españolas y 41,96% en las portuguesas en 2006, frente a 34,48% y 32,84% en las medianas y 32,85% 33,33% en las grandes. Se constata una vez más que el tamaño empresarial permite un mayor acceso a la financiación bancaria, y que las pequeñas tienen que recurrir a otros tipos de fuentes a corto plazo que son más caras.

Las deudas comerciales a corto plazo también presentan una ligera tendencia a la baja en España y se mantiene en Portugal. En ambos países, las deudas comerciales suponen

alrededor del 13% del activo total 2006 (Cuadro 1). Por tamaños no existen grandes diferencias.

La proporción de capital y reservas sobre activo total es similar en las empresas agroalimentarias de España (38,55% en 2006, Cuadro 1) y Portugal (37,95%, Cuadro 1). Sin embargo, si se analiza cada una de estas partidas por separado se comprueba que la financiación vía capital aportado por socios es más importante en Portugal mientras que la financiación vía ganancias no repartidas es una práctica más frecuente en España. Así, en las empresas españolas el capital social suscrito es 8,33 % en 2006, muy por debajo del 22,63% de las portuguesas. Este porcentaje ha disminuido en las primeras y se ha mantenido en las segundas con el paso de los años. Por su parte, la proporción de reservas en las españolas (17,88%) es mucho más importante que en las portuguesas (9,18%). En general en las empresas españolas, independientemente del sector y del tamaño, es habitual que las reservas sean superiores al capital aportado por los socios.

Para estudiar este fenómeno más en profundidad se ha construido y representado (Gráfico 3.c) el ratio de estructura del propio (REP) que es el cociente de fondos propios entre capital suscrito y es un indicador de la cantidad de ahorro y otros fondos no exigibles que posee la empresa por unidad de capital aportado por los socios. Con el paso del tiempo es de esperar que este ratio aumente. Esto es lo que ocurre con las empresas agroalimentarias españolas que presentan una tendencia creciente en Gráfico 3.c y pasan de un REP de 2,93 en 1991 a 4,63 en 2006. En las empresas portuguesas, sin embargo, no hay crecimiento y REP presenta valores inferiores a 2. Si se analiza el ratio en los distintos estratos de tamaños, se concluye que en España REP toma valores más altos en las grandes, 5,30 en 2006, que en las medianas, 3,05, y que en las pequeñas, 2,88. En Portugal, los datos de 2006 son 1,98, 1,96 y 1,24, respectivamente.

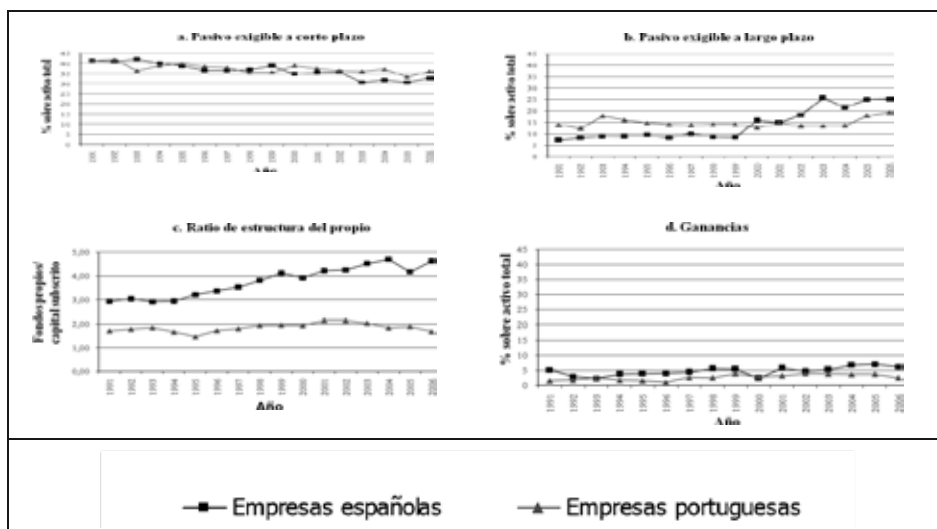


Gráfico 3. Evolución de algunas partidas de pasivo en las empresas agroalimentaria.

(Fuente: Base de datos BACH, Comisión Europea)

La rentabilidad media (ganancias/activo total) en las empresas españolas se mantiene en los últimos años por encima del 5%, y el máximo lo marca 2005 con 7,08%. En el Gráfico 3.d se puede ver como ha aumentado la rentabilidad desde principios de los noventa, aunque con

claros altibajos. En la muestra portuguesa la rentabilidad anual media de las empresas agroalimentarias es algo inferior: a principios de los noventa estaba por debajo del 2% y al final del periodo de estudio alcanza casi el 4%. Las diferencias de rentabilidad por tamaños son considerables, siendo las grandes mucho más rentables (6,68% las españolas y 6,22% las portuguesas en 2006) que las medianas (3,64% y 1,1%) y que las pequeñas (2,22% y -0,48%).

4. La cuenta de pérdidas y ganancias

En este epígrafe se comenta la evolución de las principales partidas de la cuenta de pérdidas y ganancias, a partir de los datos de 2006 de la Cuadro 2 y del Gráfico 4.

El coste de materias primas sobre ingresos por ventas varía entre el 75 y el 80%. En 2006, esta proporción es del 76,25 % en España y del 79,10 % en Portugal (Cuadro 2). El Gráfico 4.a muestra que estas proporciones se mantienen más o menos estables en los últimos años. Se constata, por tanto, que las empresas agroalimentarias son altamente dependientes de las materias primas que procesan. Sin embargo, esto es lo normal en el conjunto de la industria manufacturera y no algo exclusivo de las empresas que procesan alimentos. Así, según la misma fuente de datos, se pueden señalar en España otros sectores manufactureros con proporciones de materias primas sobre ingresos, en 2006, superiores al de la industria agroalimentaria: textil (85,5%), madera (82,0%), carbón y petróleo (94,1%), productos químicos (83,0%), metales básicos y productos metálicos (77,4%), equipamiento eléctrico y químico (82,4%), medios de transporte (85,8%). El coste de materias primas sobre ingresos es superior en las empresas agroalimentarias medianas (81,3% en las españolas y 82,3% en las portuguesas en 2006) en comparación con las grandes (75,5% y 79,7%, respectivamente) y pequeñas (78,2% y 75,2%).

La proporción de gastos de personal son similares en las empresas agroalimentarias de ambos países en 2006 (Cuadro 2), algo por debajo del 12%, al igual que amortizaciones, provisiones y ajustes de valor con proporciones próximas al 5%. En los Gráficos 4.b y 4.c se aprecia que estas proporciones se mantienen estables en el periodo 1991-2006. Por tamaños las empresas pequeñas presentan mayores proporciones de gastos de personal, por encima del 14% en España y del 16% en Portugal. También son más elevados los gastos de amortización y provisiones en las pequeñas empresas portuguesas que llegan al 7%.

Los resultados financieros presentan situaciones diferentes. En las empresas agroalimentarias españolas son positivos y en las portuguesas negativos. Si se observan más años se comprueba que los resultados financieros son siempre más favorables para las empresas españolas (Gráfico 4.d). En las portuguesas son siempre negativos mientras que en las españolas hay algunos años positivos o negativos pero próximos a cero. La pendiente positiva de las dos representaciones en el Gráfico 4.d indicaría que con el paso del tiempo mejoran los resultados financieros. Sin embargo, en el caso de las empresas portuguesas, éstos no alcanzan valores positivos en el periodo estudiado. Este mayor peso de las cargas financieras en las empresas portuguesas es quizá uno de los factores que deteriora su situación de forma persistente.

Sin embargo, si se analizan los resultados financieros por tamaños se ve que las pequeñas y medianas empresas agroalimentarias españolas también tienen que afrontar unos gastos financieros superiores a sus ingresos financieros. En otras palabras, sus resultados financieros son negativos y estos es así en todos los años del periodo 1991-2006. Este problema es más grave en las pequeñas (-1,2% en 2006) que en las medianas (-0,6% en 2006). Por su parte, en Portugal también ocurre que aumentan los resultados financieros negativos a medida que disminuye el tamaño. Así la proporción de resultados financieros sobre

ingresos netos en 2006 es -1,0% para las grandes, -1,6% para las medianas y -2,2% para las pequeñas empresas.

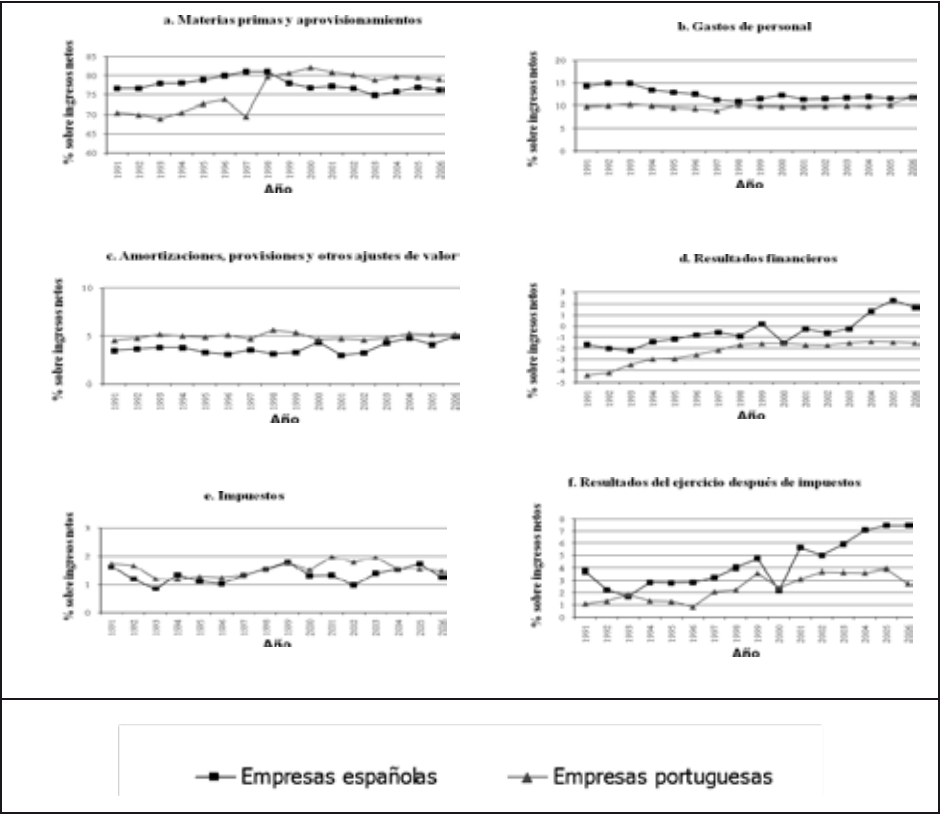


Gráfico 4. Evolución de algunas partidas de la cuenta de pérdidas y ganancias en las empresas agroalimentarias
(Fuente: Base de datos BACH, Comisión Europea)

Cuadro 2. Principales de la Cuenta de Pérdidas y Ganancias
(% sobre ingresos netos) en las empresas agroalimentarias, año 2006

	España	Portugal
Materias primas y aprovisionamientos	76,25	79,10
Otros gastos de explotación	2,61	1,16
Gastos de personal	11,78	11,95
Amortizaciones, provisiones y otros ajustes de valor	4,94	5,19
Resultados financieros	1,69	-1,51
Impuestos	1,25	1,47
Resultado del ejercicio después de impuestos	7,45	2,75

Fuente: Base de datos BACH, Comisión Europea.

En cuanto a los impuestos, estos se sitúan entre el 1 y el 2% de los ingresos netos (Gráfico 4.e). Aunque en ambos países toman valores similares, se aprecia una ligera menor

carga fiscal de las empresas españolas. Por otra parte, en España, no se perciben grandes diferencias de presión fiscal por tamaños, pero sí en Portugal donde las grandes empresas agroalimentarias presentan porcentajes superiores al 2% mientras que las medianas y pequeñas no llegan al 1% en 2006.

Los resultados del ejercicio después de impuestos son mayores en las empresas agroalimentarias españolas (7,45% en 2006 frente a 2,75 para las portuguesas, Cuadro 2). En el Gráfico 4.f se puede ver que esto es lo normal en casi todos los años del periodo 1991-2006. Es más, entre 2000 y 2006 hay una tendencia al alza en las empresas agroalimentarias españolas y en los últimos 3 años se supera el 7%. En el mismo periodo, las portuguesas también muestran un crecimiento en su rentabilidad (hasta 2005) pero más moderado y por debajo del 4%.

En relación con otras actividades, las empresas agroalimentarias han tenido una rentabilidad superior a la de otros sectores. Por ejemplo, en 2006, las empresas manufactureras tuvieron una rentabilidad media del 4,4% y 2,9% (España y Portugal, respectivamente), mayoristas y minoristas 2,8% y 1,7%, y hoteles y restaurantes 5,9% y -0,9%. Sin embargo, estos datos son engañosos porque existen grandes diferencias de rentabilidad según sea el tamaño de la empresa.

5. Conclusiones

La información contable de la base de datos BACH ha permitido realizar una primera aproximación a las características económico-financieras de las empresas de manufacturas de alimentos, bebidas y tabacos de Portugal y España, y a su evolución en el periodo 1991-2005.

En la muestra analizada, las empresas españolas de alimentación y bebidas son de mayor tamaño que las portuguesas y presentan productividades parciales del trabajo (valor añadido/empleado) mayores. Sin embargo, la tasa de crecimiento de la productividad del trabajo es superior en Portugal. En ambos países, las empresas grandes presentan crecimientos de productividad (por encima del 2,5%) superiores a las empresas medianas y pequeñas (con tasas prácticamente cero). La misma conclusión se obtiene cuando se comparan rentabilidades. Ésta es superior en las grandes empresas. Por tanto, parece existir una relación clara entre tamaño y logro empresarial, y la estrategia de aumentar el tamaño de las empresas se configura como decisiva para ganar en productividad y rentabilidad.

De manera similar y relacionado con lo anterior, hay una tendencia creciente de la proporción de activos fijos intangibles en las empresas agroalimentarias de la muestra. En este caso, son también las pequeñas empresas las que tienen menos capacidad para acometer este tipo de inversiones que a medio y largo plazo son las que permiten disfrutar de una posición de competitividad. De nuevo surge la idea de ganar en tamaño o de fomentar la cooperación entre pequeñas y medianas empresas para afrontar gastos e inversiones en investigación y desarrollo.

En cuanto a las fuentes de financiación, se comprueba que el endeudamiento a corto plazo es mucho más importante que el de a largo plazo. Sobre el activo total, el primero supone entre el 30 y el 40% y el segundo se sitúa por debajo del 20%. No obstante, el paso de los años muestra una ligera tendencia a la baja de las deudas a corto y a un crecimiento de las correspondientes a largo plazo. Por otra parte, son las empresas grandes las que presentan un mejor acceso a la financiación bancaria a largo plazo, mientras que las pequeñas y medianas tienen que recurrir a fuentes de financiación más caras y tienen que hacer frente a mayores gastos financieros.

El comportamiento de las empresas en cuanto a la acumulación de ahorro es diferente en los dos países. En las empresas españolas es habitual que las reservas sean superiores al

capital social, pero no así en las portuguesas. El ratio de estructura del propio, como indicador de ahorro por unidad de capital aportado por los socios, es más elevado en las agroalimentarias españolas y crece paulatinamente con el paso de los años. En el análisis por tamaños, una vez más se comprueba que las grandes empresas tienen más capacidad de ahorro que las medianas y pequeñas.

Bibliografía

- Comisión Europea (2006). *BACH. Guide for database users*. Dirección General de Asuntos Económicos y Financieros.
- Vázquez C.J., Fernández E., Montes J.M. (1996). Factores de competitividad en la pequeña y mediana empresa: inversión en activos intangibles, tamaño y límites al crecimiento. *Economía Industrial*, 310, 141-148.

Estudio de la influencia que tienen los factores socio-económicos en el gasto en alimentos de las personas mayores en España

Teresa García

Introducción

Los estilos de vida de los consumidores europeos han sufrido una importante transformación en las últimas décadas manifestando una mayor preocupación por la salud, por un estilo de vida saludable, por la conservación del medio ambiente, por un consumo responsable, etc. A esta evolución no son ajenos los cada vez más numerosos consumidores pertenecientes al segmento de mayor edad. En concreto en España viven casi 8 millones de personas con más de 65 años. A principios del siglo pasado, los ancianos suponían un 5% de la población total, y hoy representan cerca del 18%. Los bebés que nazcan hoy tendrán una esperanza de vida media de más de 80 años. Según el Instituto Nacional de Estadística de España, la esperanza de vida no dejará de aumentar en los próximos 25 años, hasta alcanzar una media aproximada de 84 años.

Este proceso de envejecimiento de la población, unido al desarrollo económico, conlleva para las personas mayores cada vez mejores condiciones de vida: mejor estado de salud, mayores tasas de actividad y, lo que parece mas interesante desde el punto de vista de la gestión empresarial, mejor situación económica (Bódalo, 2003). El desarrollo socio-económico de España en las últimas décadas del siglo pasado, ha sido similar al de otras sociedades, lo que ha supuesto que la calidad de vida y el nivel de renta, en general, se hayan incrementado notablemente también aquí.

Según Gil (2004), los integrantes de la Tercera Edad tal y como los conocemos actualmente, serán sustituidos en el futuro por nuevas generaciones de ciudadanos con mayores niveles de escolarización, de interés por el entorno productivos y competentes. Indica el autor que para que se produzca esa revolución cultural de la vejez es preciso que, las generaciones de mayores sean más numerosas; y que, cualitativamente, su nivel de estudios no sea significativamente inferior al de los más jóvenes que les siguen. Y esto sucederá en el momento en que envejezca la superpoblada generación del *baby boomer generation* (Harris y Blisard, 2002). En España, esta generación se corresponde con la nacida entre el Plan de Estabilización de 1959 y la Constitución de 1978.

A pesar de la importancia de la renta como determinante del consumo, parece excesivo atribuirle la explicación de toda la variabilidad de la alimentación de los mayores. Por ello se han buscado otros factores intentando explicar su influencia. Quandt et al. (1998) y Bódalo (2003) señalan como factores a tener en cuenta: la edad, el género, el status, el hábitat rural o urbano, acceso a redes de apoyo, etc... En sentido parecido se expresan las conclusiones a las que llega Poortinga (2007).

Según señala Entrena (1999) la tendencia a largo plazo es que el gasto en alimentos descienda en términos relativos. Por tanto, se puede pensar que esa variabilidad depende además del nivel de ingresos, de otros factores. McKie (1999) considera que la dieta, y por tanto el gasto derivado es consecuencia de aspectos físicos, económicos y de otras restricciones personales como la facilidad de acceso derivadas del estado de salud, ingresos,

capacidad de transporte, la habilidad para hacerse la comida, o incluso si los mayores realizan las compras solos o en compañía.

A continuación se analizan las principales características socioeconómicas así como la influencia, que según la literatura, tienen en el gasto de alimentos por parte de los consumidores mayores.

1.1. Sexo

Según distintos autores, parece que el sexo realmente marca diferencias en el gasto en alimentos. En concreto, Rousset et al. (2006) hacen hincapié en las diferencias entre hombres y mujeres mayores a la hora de consumir sobre todo alimentos. Esto se debe, según el estudio de estos autores en Francia, a que las mujeres tienen una mayor preocupación por la salud, la estética, etc.

1.2. Estado civil

En el trabajo de Donkin et al. (1998), los autores llegan a la conclusión de que tanto vivir solo como el sexo, y el nivel de estudios, influyen en el consumo de alimentos. Debido a que los hombres que viven solos no se toman el trabajo de cocinar y que las mujeres solteras se preocupan más por su aspecto físico.

La importancia del factor vivir solo o en pareja, en la calidad de la alimentación también es recogida por Wyne (1999) y aspectos tangenciales son tratados por Larsson y Silverstein, (2004).

Además no se pueden equiparar las necesidades de aquellos que tienen pensiones o retiros elevados con los que perciben las pensiones mínimas, entre los que destacan el grupo formado por las viudas que perciben la pensión mínima de viudedad.

1.3. Tipo y tamaño del hábitat

Como señalan Marcellini et al. (2007), el concepto de hábitat rural o urbano en Europa varía de unos países a otros. Los autores apuestan por considerar como rural aquel entorno en el que la agricultura es la principal fuente de ingresos de la familia. Esto además impone unas determinadas pautas de consumo, ligadas al autoconsumo y por lo tanto a la producción propia de la zona, lo afecta a toda la unidad familiar, mayores incluidos.

El tamaño de hábitat también afecta a la disponibilidad de alimentos, porque la oferta suele depender de dónde se viva, y todavía existen carencias en el equipamiento comercial de muchas zonas rurales (Donkin et al., 1999 y Marcellini et al., 2007).

1.4. Estado físico y psíquico

El paso del tiempo provoca deterioros físicos y psíquicos en las personas, que pueden ser simultáneamente causa y consecuencia los unos de los otros. Las primeras investigaciones sobre el estado físico de las personas y su previsible influencia sobre la compra de alimentos datan de la primera mitad de los años 60. La situación económica de las personas mayores, las deficiencias físicas y psíquicas de los seres humanos, consecuencia del inexorable proceso de envejecimiento condicionan el consumo de alimentos (Grande, 2002).

1.5. Valores y actitudes personales

Bódalo (2003) señala que el consumo de los mayores está condicionado por variables de tipo objetivo como la edad, el género, el hábitat, etc. (en lo que coincide con otros muchos autores) pero también condicionantes de tipo subjetivo como los valores y las actitudes personales. En la medida en que estas últimas sean más favorables y positivas, el mayor interactúa más con el entorno y sus hábitos de consumo serán más parecidos a los otros estratos sociales.

Así pues, el objetivo que persigue el presente trabajo es contrastar si, en España, los factores que condicionan el gasto en alimentos por parte de los consumidores mayores son los mismos que señala la bibliografía para otros países. Y también si aparecen nuevas condicionantes que marquen el consumo de un segmento de consumidores cada vez mas interesante para las empresas agroalimentarias.

2. Metodología

Para realizar el trabajo empírico se ha utilizado la Encuesta Continua de Presupuestos Familiares (ECPF) que publica anualmente el Instituto Nacional de Estadística de España. En concreto se ha trabajado con la última publicada, esto es la ECPF-2004. Los datos de la ECPF se obtienen a partir de una muestra de 8.000 hogares cada trimestre. Cada hogar seleccionado colabora durante cuatro trimestres, durante los cuales recoge todos los bienes y servicios adquiridos.

Los gastos de consumo se refieren al flujo monetario que destina al hogar a la adquisición de determinados bienes y servicios considerados de consumo final. El criterio principal utilizado para valorar los gastos en la ECPF, es el de adquisición, es decir que se recogen en el momento de la disposición del bien por el hogar, independientemente de que se haya pagado o no al contado.

2.1. Variables consideradas

2.1.1. Variable dependiente

Como variable dependiente se ha tomado el gasto agregado correspondiente a todas las categorías de alimentos que componen el *Grupo 01-Alimentos y bebidas no alcohólicas* de la clasificación europea de bienes y servicios, COICOP/HBS.

2.1.2. Variables explicativas

Las variables que definen el gasto realizado por los hogares de la Tercera Edad se basan en algunos de los criterios de segmentación objetivos. Siguiendo los objetivos planteados y de acuerdo con la bibliografía revisada, los que se han considerado en este estudio son los siguientes:

- Criterios demográficos: edad, sexo, estado civil, tipo de hogar, nivel de estudios
- Criterios geográficos: región geográfica de España en la que se habita, tipo de municipio, hábitat rural o urbano, zona de residencia, y densidad poblacional de la zona de donde radica el hogar
- Criterios socioeconómicos: ingresos netos totales monetarios, régimen de tenencia de la vivienda, tipo de casa, equipamiento del hogar, situación laboral de los integrantes del hogar

2.2. Características de la muestra

Puesto que la Encuesta Continua de Presupuestos Familiares (ECPF) recoge información sobre la evolución y la estructura de los gastos de consumo de las familias y no de los individuos, para realizar el presente estudio se ha tomado una submuestra de hogares en los cuales el sustentador principal tiene 65 o más años y está jubilado. De este modo se han obtenido 2.056 hogares representativos de los consumidores mayores españoles.

Al analizar las características principales de los hogares que componen la muestra seleccionada, resumidas en la Tabla 1, hay que comenzar señalando que el 47,9% de dichos hogares están compuestos solamente por una pareja mayor y que más del 20% son parejas con

las que vive un hijo mayor de edad. Lo que deja en la mayor parte de los hogares restantes solo una persona mayor de 65 años.

El sustentador principal de estos hogares es mayoritariamente hombre, en concreto el 83%. Y de estos 1.707 hombres, el 84,1% están casados o viven en pareja, mientras que los restantes son solteros, viudos o divorciados.

Pero cuando el sustentador principal es una mujer (tan solo el 17% del total de los casos), se trata en un elevado número de casos de viudas, en concreto el 63,9%. Y es interesante señalar que, puesto que se trata de personas mayores de 65 años, es frecuente que estas viudas vivan de pensiones asistenciales de viudedad, que son de las más bajas del sistema español de Seguridad Social.

Tabla 1. Principales características de los hogares que componen la muestra, % (n).

Género del sustentador principal:	% (n)
Hombres	83,0 (1707)
Mujeres	17,0 (349)
Edad del sustentador principal	
De 65 a 75 años	63,2 (1300)
De 75 a 85 años	32,1 (660)
Más de 86 años	4,7 (96)
Estado civil	
Soltero	9,0 (185)
Casado/Pareja	70,1 (1446)
Viudo/Divorciado	20,7 (425)
Estudios del sustentador principal	
Primarios	86,0 (1769)
Secundarios	5,2 (106)
Universitarios	8,8 (181)
Tipo de municipio	
Capital de provincia	37,4 (769)
No capital >100.000 hab.	5,8 (120)
No capital entre 100.000-50.000 hab.	6,7 (137)
No capital entre 50.000-20.000 hab.	9,2 (189)
Municipio entre 20.000-10.000 hab.	9,9 (204)
Municipio < 10.000 hab.	31,0 (637)
Densidad de la zona	
Zona densamente poblada	44,7 (920)
Zona intermedia	15,6 (320)
Zona diseminada	39,7 (816)
Región	
Noroeste	16,9 (348)
Noreste	14,5 (299)
Comunidad de Madrid	6,1 (126)
Central	19,7 (405)
Este	23,0 (472)
Sur	15,5 (318)
Canarias	4,3 (88)
Hábitat donde radica el hogar	
Urbano	69,0 (1391)
Rural	31,0 (624)

En más del 80% de los hogares analizados no vive ninguna persona en situación laboral activa, y en los restantes hogares, solo se encuentra una persona en situación laboral ocupada, y no es ni el sustentador principal, ni su cónyuge.

Siguiendo las características poblacionales de España, cuya población se concentra, o bien en ciudades de tamaño medio o grande, o bien en pequeños municipios rurales, en los 2.056 hogares seleccionados se observa que el 37,4% radica en una capital de provincia y que el 31% lo hace en un municipio de menos de 10.000 habitantes. O expresado de otro modo, el 44,7% se ubica en zonas densamente pobladas mientras que el 39,7% habita en parajes de población diseminada.

Otro aspecto que caracteriza la vida, y el consumo de estos hogares es su ubicación en el medio urbano o rural, por lo que esto supone de facilidad de acceso a establecimientos comerciales, ofertas de nuevos productos, etc. Por ello es interesante señalar que casi el 70% de los hogares se ubica en zonas urbanas.

Respecto al nivel de estudios alcanzado por el sustentador principal, hay que reseñar que en el 86% de los casos, el nivel de estudios de este sustentador principal solo alcanza la educación primaria. Esto en muchos casos ha condicionado su vida laboral y por tanto, ahora condiciona el nivel de sus ingresos de jubilación.

La ECPF ofrece también información sobre la percepción subjetiva de los hogares ante algunas situaciones, como el grado de dificultad para llegar a fin de mes con los ingresos percibidos, la capacidad o no de ahorro y la consideración de si el momento actual es el adecuado para realizar una compra importante, excluyendo la de vivienda. Y los resultados indican que los mayores españoles hacen frente con cierta facilidad a los gastos mensuales del hogar, recogido con un 30,2%, aunque hay que señalar que un 10,9% expresa sus enormes dificultades para llegar a final de mes.

Respecto a su capacidad de ahorro, la opinión mayoritaria, que supone un 73,6% de los hogares encuestados, es que no tienen capacidad de ahorro o esta es muy escasa. Quizá esto pueda explicar porque más del 55% cree que no es un momento adecuado para realizar grandes compras.

3. Resultados y discusión

En primer lugar se han determinado las correlaciones entre el ingreso neto, el gasto total y el gasto en alimentos de cada uno de los hogares que componen la muestra. Y, según muestra la Tabla 2, la correlación es estadísticamente significativa entre las tres variables. Lo que lleva a una primera idea, y es que el gasto en alimentos, así como el gasto total de un hogar de la Tercera Edad es función de los ingresos.

Tabla 2. Coeficientes de Pearson y significación.

	Ingresos netos
Gasto total	0,617**
Gasto en alimentos	0,321**

**La correlación es significativa al 0,01%.

Sin embargo, y puesto que el objetivo es determinar otras posibles influencias sobre el gasto en alimentos, se plantean distintos modelos de tipo lineal en los que las variables explicativas son consideradas como Efectos Fijos y Covariables, según sea su carácter.

Después de plantear sucesivos modelos, en la Tabla 3 se muestran aquellos que presentan mayor significación de las variables, así como un elevado valor de Coeficiente de Determinación.

De acuerdo con los resultados recogidos en la Tabla 3, el modelo que presenta un mayor Coeficiente de Determinación, y por tanto con el que se continúa trabajando es:

$$GASTALIMEN_{ijklmnpq} = \mu + SEXO_i + ECIVIL_j + NIVESTUD_k + ZONARES_l + \\ + ESTRATO_m + TIPOCASA_n + NUTS1_p + EDAD + e_{ijklmnpq}$$

Tabla 3. Resultado del Análisis de Varianza realizado para Gasto en alimentos (GASTALIMEN).

	M1		M2		M3	
	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.
...	225,478	,000	186,864	,000	252,154	,000
Sexo (SEXO)	0,953	,329	1,042	,308	0,727	,394
Estado civil (ECIVIL)	24,724	,000	23,758	,000	23,370	,000
Nivel de estudios (NIVESTUD)	5,178	,006	5,000	,000	16,117	,000
Zona de residencia (ZONARES)	5,026	,000	4,962	,000	1,455	,201
Tipo de municipio (ESTRATO)	2,203	,052	2,007	,075		
Tipo de casa (TIPOCASA)	8,691	,000	7,871	,000		
Región (NUTS1)	8,177	,000	7,758	,000	8,021	,000
Propiedad de la vivienda (TENEVIV)			1,939	,101		
Densidad poblacional (DENSI)			0,593	,553		
Habitat rural/urbano					0,234	,628
Edad (EDAD)	20,132	,000	18,841	,000	19,292	,000
R2		0,77		0,76		0,75

Donde GASTALIMEN_{ijklmnpq} es el gasto en alimentos del hogar q, caracterizado por el sexo i, por el estado civil j, por el nivel de estudios k, por la zona de residencia l, por el tipo de municipio m, por el tipo de casa n, por la región p y por la edad. Y por último e_{ijklmnpq} es el residuo.

El resultado del Análisis de Varianza (Tabla 3) para el modelo elegido nos señala que todas las variables son significativas excepto el sexo y el tipo de municipio donde se localiza el hogar. Pero el elevado valor del coeficiente de determinación, unido a que es el modelo en el que intervienen un menor número de variables, lo que lo hace más operativo, hace que este sea el modelo elegido.

En la Tabla 4 aparecen los valores de los coeficientes Beta para cada una de las modalidades de las variables consideradas en el modelo, así como su significación.

Tabla 4. Valores de los parámetros del modelo elegido y su significación.

	Parámetro B	Std. Error	t	Sig.
Sexo (SEXO)				
Hombre	3580,394	1114,533	3,212	,001
Mujer	3740,757	1114,101	3,358	,001
Estado civil (ECIVIL)				
Soltero	388,337	408,174	,951	,342
Casado	1905,840	390,171	4,885	,000
Unión en pareja	1214,504	812,253	1,495	,135
Viudo	786,686	393,738	1,998	,046
Divorciado/separado	0	.	.	.
Nivel de estudios (NIVESTUD)				
E. Primarios	-520,826	175,259	-2,972	,003
E. Secundarios	-192,980	258,770	-,746	,456
E. Superior	0	.	.	.
Zona de residencia (ZONARES)				
Urbana de lujo	3218,635	684,182	4,704	,000
Urbana alta	150,715	276,447	,545	,586
Urbana media	-177,994	158,188	-1,125	,261

	Parámetro B	Std. Error	t	Sig.
Urbana inferior	-151,906	263,674	-,576	,565
Rural industrial	-411,888	289,296	-1,424	,155
Rural pesquera	-526,807	522,899	-1,007	,314
Rural agraria	0	.	.	.
Tipo de municipio (ESTRATO)				
Capital de provincia	77,546	160,422	,483	,629
No capital >100.000 hab.	28,801	235,312	,122	,903
No capital 100.000-50.000 hab.	-,488	224,199	-,002	,998
No capital entre 50.000-20.000 hab.	570,851	196,625	2,903	,004
Municipio entre 20.000-10.000 hab.	92,118	178,864	,515	,607
Municipio < 10.000 hab.	0	.	.	.
Tipo de casa (TIPOCASA)				
Casa grande	1643,247	862,794	1,905	,057
Casa media	1123,362	843,623	1,332	,183
Casa económica	626,191	843,393	,742	,458
Alojamiento	0	.	.	.
Región (NUTS1)				
Noroeste	900,091	244,529	3,681	,000
Noreste	646,425	248,717	2,599	,009
Comunidad de Madrid	103,367	289,117	,358	,721
Central	46,004	242,884	,189	,850
Este	103,279	238,702	,433	,665
Sur	268,148	246,881	1,086	,278
Canarias	0	.	.	.
Edad	-34,098	7,599	-4,487	,000

4. Conclusiones

La primera conclusión es que el consumo de alimentos de los mayores en España es función de los ingresos totales del hogar.

Respecto a los factores socioeconómicos con los que, siguiendo la bibliografía consultada, se ha trabajado, hay destacar que el sexo, el estado civil, el nivel de estudios, la zona de residencia, el tipo de municipio, la edad, el tipo de casa y la edad son claramente significativos como variables explicativas del gasto en alimentos de los mayores españoles.

Respecto al sexo, los resultados confirman la idea expuesta en la bibliografía de que las mujeres, al cuidar más su salud y estética, incurren en un mayor gasto en alimentos.

También es más elevado el gasto alimenticio cuando se trata de matrimonios, lo que es evidente pues se trabaja con datos de hogares, no de individuos. La unión en pareja resulta poco significativa pues son un número muy reducido de casos dadas las peculiaridades de este segmento de población.

Los hogares con los niveles más bajos de educación se corresponden con los gastos más reducidos. Tiene total sentido, porque las personas con mayor nivel cultural han desarrollado trabajos mejor remunerados en su vida laboral y en el presente tienen las pensiones más elevadas, y como se ha visto el gasto en alimentos está influido directamente por el nivel de ingresos.

De acuerdo con la zona de residencia, y puesto que las pensiones agrarias son más reducidas que las de zonas industriales, el gasto es más elevado en las zonas urbanas e industriales. Además, en las zonas rurales es frecuente el consumo de productos cultivados por los propios hogares, aspecto que reduce el gasto en establecimientos comerciales, sin que signifique que la dieta sea más pobre o deficitaria en determinados alimentos.

Según el tipo de municipio, el gasto en alimentos es sensiblemente mayor en municipios que tienen entre 20.000 y 50.000 habitantes. Esto puede ser debido a que el

tamaño de hábitat afecta al equipamiento comercial y en este tipo de ciudades son menos frecuentes las grandes superficies y las grandes competencias en precios.

Es evidente que el tipo de casa va relacionado con el nivel de ingresos, y de ahí su relación con el gasto de ese hogar.

No parece probable que existan diferencias importantes de infraestructura comercial en España que puedan explicar diferencias de comportamiento entre regiones. Desde un punto de vista geográfico se puede proponer que las diferencias de gasto, se deben principalmente a hábitos de alimentación regionales, marcados por diversidad cultural de España.

La edad afecta claramente al consumo. Se observa que a medida que aumenta la edad, gasto en alimentos se reduce. Este resultado debe interpretarse con cuidado. Los hogares de personas de más edad suelen corresponder a personas viudas, no parejas, cuyo gasto es teóricamente menor que el de un matrimonio. Por otra parte, las necesidades calóricas decrecen con el paso de los años y es posible que un estado de salud delicado se traduzca en un menor consumo de alimentos.

Referencias Bibliográficas

- Bódalo, E. (2003). Aproximación sociológica a las necesidades y al consumo de los mayores. *Revista española de investigaciones sociológicas* 103: 83-111.
- Donkin, A., Dowler, E.A., Stevenson, S.J. & Turner, S.A. (1999). Mapping access to food at local level. *British Food Journal*, 101 (7), 554-564.
- Donkin, A.; Johnson, A.; Lilley, J.; Morgan, K.; Neale, R.J.; Page, R.M. and Silburn, R. (1998). Gender and living alone as determinants of fruits and vegetables consumption among the elderly living at home in urban Nottingham. *Appetite* 30: 39-51.
- Entrena, F. (1999). De la alimentación de subsistencia al consumo preferencial: el caso español. *Estudios sobre consumo* 50: 27-36.
- Gil, E. (2004). El “poder gris”. Consecuencias culturales y políticas del envejecimiento de la población. *Información Comercial Española* 815: 219-230.
- Grande, I. (2002). *El consumo de la Tercera Edad*. Esic. Madrid.
- Harris, J.M. and Blisard, N. (2002). Food-consumption patterns among elderly age groups. *Journal of food distribution research* 33(01): 85-91.
- Larsson, K. and Silverstein, M. (2004). The effect of marital and parental status on informal support and service utilization: A study of older Swedes living alone. *Journal of Aging Studies* 18: 231-244.
- Marcellini, F.; Giuli, C.; Gagliardi, C. and Papa, R. (2007). Aging in Italy: urban–rural differences. *Archives of Gerontology and Geriatrics* 44: 243-260.
- McKie, L. (1999). Older people and food: independence, locality and diet. *British Food Journal*, 101 (7), 528-536.
- Poortinga, W. (2007). The prevalence and clustering of four major lifestyle risk factors in a English adult population. *Preventive Medicine* 44: 124-128.
- Quandt, S.A., Arcudy, T.A. and Bell, R.A. (1998). Self-management of nutritional risk among older adults: A conceptual model and case studies from rural communities. *Journal of Aging Studies* 12 (4): 351-368.
- Rousset, S.; Droit-Volet, S. and Boirie, Y. (2006). Change in protein intake in elderly french people living at home after a nutritional information program targeting protein consumption. *Journal of the American Dietetic Association* 106(2): 253-261.
- Wyne, A. (1999). Nutrition in older people. *Nutrition & Food Science* 5: 219-233.



LISTA DOS AUTORES

Lista dos autores (referência institucional básica)

- Almudena Gómez-Ramos – Universidad de Valladolid. Escuela Técnica Superior de Ingenierías Agrarias (Campus de Palencia).
- Ana Cristina Gómez Muñoz – Universidad de Córdoba. Departamento de Economía, Sociología y Políticas Agrarias.
- Ana Isabel Sanjuán – Centro de Investigación y Tecnología Agroalimentaria de Aragón (CITA). Gobierno de Aragón.
- Ana Lavrador – Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e-GEO
- Ana Paula Abou Lteif – Universidade Federal de Viçosa, Brasil
- André Fonseca – Universidade de Lisboa. Centro de Estudos Geográficos.
- Angel Martín Fernández – Universidad Politécnica de Madrid. Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Montes.
- Antonio César Ortega – Universidade Federal de Uberlândia (MG-Brasil). Instituto de Economía.
- António Covas – Universidade do Algarve. Faculdade de Economía.
- Artur Cristóvão – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento.
- Dena Maria Camarena – Centro de Investigación y Tecnología Agroalimentaria de Aragón (CITA). Gobierno de Aragón.
- Dora Sampaio – Universidade de Lisboa. Centro de Estudos Geográficos.
- Eladio Arnalte Alegre – Universidad Politécnica de Valencia. Departamento de Economía y Ciencias Sociales.
- Elisabete Figueiredo – Universidade de Aveiro. Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas.
- Encarnación Martínez – Empresa Pública Desarrollo Agrario y Pesquero.
- Ernest Reig – Universitat de València. Facultad de Economía. Instituto Valenciano de Investigaciones Económicas.
- Fernando Oliveira Baptista – Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Agronomia.
- Francisco Sincero García – Universidade de Santiago de Compostela
- Ibán Vázquez González – Universidade de Santiago de Compostela
- Isabel Dinis – Escola Superior Agrária de Coimbra. Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS).
- Ivo Elesbão – Universidade Federal de Santa Maria - Rio Grande do Sul, Brasil.
- Javier Castillo – Asociación para el Desarrollo Rural de Castilla - la Mancha (CEDERCAM)
- Joan Ramon Peris i Guanter – Fundació IVIFA, Valencia.
- Jordi Rosell – Universitat Autònoma de Barcelona. Grup de Recerca en Desenvolupament Rural (DRUAB).
- Jorge Moreira – Escola Superior Agrária de Coimbra. Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS).
- José Antonio Pérez Rubio – Universidad de Extremadura - Cáceres
- José Emilio Guerrero – Universidad de Córdoba.
- José Luis Fernández-Cavada Labat – Universidad Politécnica de Madrid. Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Montes.
- José María García Álvarez-Coque – Universidad Politécnica de Valencia. Grupo de Economía Internacional.

Juan Sebastián Castillo – Universidad de Castilla-La Mancha (UCLM). Instituto de Desarrollo Regional de la UCLM.

Juliana Correia – Universidade de Coimbra. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.

Lourdes Viladomiu – Universitat Autònoma de Barcelona. Grup de Recerca en Desenvolupament Rural (DRUAB).

Luís Moreno – Universidade de Lisboa. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Centro de Estudos Geográficos.

Manuel Luís Tibério – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento.

Manuel Rodriguez – Universidad de Castilla-La Mancha (UCLM).

Marcelino de Souza – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

Marcelo Miná Dias – Universidade Federal de Viçosa (Brasil). Departamento de Economia Rural.

Maria Botey Fullat – Universidad Politécnica de Madrid. Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos.

Maria das Mercês Covas – Universidade do Algarve. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Centro Universitário de Investigação Educativa (CUIE).

Maria Luísa Rodrigues – Universidade de Lisboa. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Centro de Estudos Geográficos.

Maria Mercedes Sánchez García – Universidad Pública de Navarra. Departamento de Gestión de Empresas.

Melchor Guzmán Guerrero – Universidad de Córdoba. Consejo Social de la Universidad de Córdoba.

Nora Beatriz Presno Amodeo – Universidade Federal de Viçosa (Brasil). Departamento de Economia Rural.

Orlando Simões – Escola Superior Agrária de Coimbra. Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS).

Pablo Pavón Domínguez – Universidad de Córdoba. Departamento de Economía, Sociología y Políticas Agrarias.

Paula Lúcia Ruivo – Instituto Politécnico de Santarém. Escola Superior Agrária de Santarém.

Paulo Carvalho – Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.

Pedro Arias Martín – Universidad Politécnica de Madrid. Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos.

Rafael Echeverri – Consultor Internacional.

Ramo Barrena – Universidad Pública de Navarra. Departamento de Gestión de Empresas.

Ramón Alonso – Universidad Politécnica de Madrid. Departamento de Economía y Ciencias Sociales Agrarias.

Roberto Lorenzana Fernández – Universidade de Santiago de Compostela

Rocio Blanco Gregory – Universidad de Extremadura - Cáceres

Sandra Valente – Universidade de Aveiro. Departamento de Ambiente e Ordenamento.

Sigfredo Ortuño Pérez – Universidad Politécnica de Madrid. Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Montes.

Silverio Alarcón – Universidad Politécnica de Madrid. Departamento de Economía y Ciencias Sociales Agrarias.

Teresa García – Universidad Pública de Navarra. Departamento de Gestión de Empresas.

Teresa López-garcía Usach – Fundació IVIFA, Valencia.

Yolanda García García – Universidad de Extremadura – Cáceres.

